

Justiça

em números 5

2024

Presidente

Luís Roberto Barroso

Corregedor nacional de Justiça

Luís Felipe Salomão

Conselheiros

Ministro Guilherme Caputo Bastos
José Edivaldo Rocha Rotondano
Mônica Autran Machado Nobre
Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha
Renata Gil de Alcantara Videira
Daniela Pereira Madeira
Pablo Coutinho Barreto
João Paulo Santos Schoucair
Daiane Nogueira de Lira
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretária-geral

Adriana Alves dos Santos Cruz

Secretário de estratégia e projetos

Gabriel da Silveira Matos

Diretor-geral

Johaness Eck

EXPEDIENTE

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Secretária de Comunicação Social

Taciana Giesel

Coordenador de Mídias

Gabriel Reis

Projeto gráfico

Eron Castro

Diagramação do Sumário Executivo

Robson Carvalho

2024

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 - CEP: 70070-600
Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br



O Painel Justiça em Números encontra-se disponível ao público na página do CNJ e pode ser acessado pelo QR-Code abaixo ou pelo link do painel: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/>; <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/>.

Justiça

em números

2024



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE PESQUISAS JUDICIÁRIAS

Juízas Coordenadoras

Ana Lúcia Andrade de Aguiar
Lívia Cristina Marques Peres

Diretora Executiva

Gabriela Moreira de Azevedo Soares

Diretora de Projetos

Isabely Fontana da Mota

Diretor Técnico

Igor Tadeu Silva Viana Stemler

Pesquisadoras e pesquisadores

Alexander da Costa Monteiro
Danielly dos Santos Queirós
Felipe de Oliveira Antoniazzi
Jordana Maria Ferreira de Lima
Olívia Alves Gomes Pessoa

Estatísticos e Estatística

Davi Ferreira Borges
Filipe Pereira da Silva
Jaqueline Barbão

Apoio à Pesquisa

Lílian Bertoldi
Pedro Henrique de Pádua Amorim
Ricardo Marques Rosa

Estagiários e Estagiária

Renan Gomes Silva
Ninive Helen Horácio da Silva
Vitória Aparecida da Silva Magalhães

COORDENADORIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E MEMÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO (COIN)

Juíza Coordenadora

Ana Lúcia Andrade de Aguiar

Coordenadora

Pâmela Tieme Barbosa Aoyama

Equipe COIN

Julianne Mello Oliveira Soares
Luciana Rodrigues da Silva Castro
Renata Lima Guedes Peixoto
Rodrigo Franco de Assunção Ramos

C755j

Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
Justiça em números 2024 / Conselho Nacional de Justiça. – Brasília:
CNJ, 2024.

448 p.: il.
ISBN: 978-65-5972-140-5

1. Poder Judiciário, estatística 2. Administração pública, estatística 3.
Administração da Justiça, Brasil I. Título

CDD: 340

SUMÁRIO

1 SUMÁRIO EXECUTIVO	15
1.1 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL <i>DINÂMICA DOS ACERVOS PROCESSUAIS.....</i>	<i>18</i>
1.2 PRODUTIVIDADE E DESEMPENHO DO JUDICIÁRIO <i>RITMO DE TRABALHO DAS PESSOAS QUE ATUAM NA JUSTIÇA.....</i>	<i>20</i>
1.3 DESAFIO DAS EXECUÇÕES FISCAIS <i>OTIMIZANDO ESFORÇOS PARA DESJUDICIALIZAR DÍVIDAS COM PODER PÚBLICO.....</i>	<i>22</i>
1.4 ESTRUTURA DA JUSTIÇA <i>AS PESSOAS QUE FAZEM A JUSTIÇA</i>	<i>24</i>
1.5 COMPOSIÇÃO RACIAL E DE GÊNERO	<i>26</i>
1.6 PROCESSOS ELETRÔNICOS <i>ROTINAS DIGITAIS NO FUNCIONAMENTO DA JUSTIÇA.....</i>	<i>28</i>
2 INTRODUÇÃO	31
3 PANORAMA DO PODER JUDICIÁRIO	39
3.1 ESTRUTURA DO PRIMEIRO GRAU	<i>46</i>
3.2 CLASSIFICAÇÃO DOS TRIBUNAIS POR PORTE	<i>57</i>
3.3 INFOGRÁFICOS.....	<i>63</i>
4 RECURSOS FINANCEIROS E DE PESSOAS.....	81
4.1 DESPESAS E ARRECADAÇÕES DE RECEITAS.....	<i>81</i>
4.2 DESPESAS COM PESSOAL	<i>91</i>
4.3 QUADRO DE PESSOAL	<i>98</i>
4.3.1 <i>Participação Feminina.....</i>	<i>106</i>
4.3.2 <i>Participação étnico-racial.....</i>	<i>118</i>
5 GESTÃO JUDICIÁRIA.....	129
5.1 LITIGIOSIDADE	<i>133</i>
5.1.1 <i>Acesso à Justiça.....</i>	<i>144</i>
5.1.2 <i>Indicadores de produtividade.....</i>	<i>149</i>
5.1.3 <i>Indicadores de desempenho</i>	<i>158</i>
5.2 POLÍTICA NACIONAL DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU	<i>164</i>
5.2.1 <i>Distribuição de pessoal por grau de jurisdição.....</i>	<i>164</i>
5.2.2 <i>Indicadores de produtividade.....</i>	<i>172</i>

5.2.3 Indicadores de desempenho	184
5.3 GARGALOS DA EXECUÇÃO	188
5.3.1 Índices de produtividade nas fases de conhecimento e execução	195
5.3.2 Indicadores de desempenho nas fases de conhecimento e execução	199
5.4 EXECUÇÕES FISCAIS	204
6 PROGRAMA DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E ATUAÇÃO INOVADORA	217
6.1 PROGRAMA JUSTIÇA 4.0	218
6.2 JUÍZO 100% DIGITAL E NÚCLEO DE JUSTIÇA 4.0	219
6.3 BALCÃO VIRTUAL	224
6.4 PLATAFORMA DIGITAL DO PODER JUDICIÁRIO	226
6.5 CODEX	227
6.6 PAINEL DE ESTATÍSTICAS	227
6.7 PONTOS DE INCLUSÃO DIGITAL (PID)	228
6.8 PAINEL DE GRANDES LITIGANTES	232
6.9 PAINEL DADOS DE PESSOAL DO PODER JUDICIÁRIO	233
6.10 DOMICÍLIO ELETRÔNICO	234
6.11 ÍNDICE DE PROCESSOS ELETRÔNICOS	235
6.11.1 Casos novos eletrônicos	236
6.11.2 Processos eletrônicos pendentes	241
6.11.3 Processos eletrônicos baixados	246
7 ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO	251
8 RECORRIBILIDADE INTERNA E EXTERNA	263
9 TEMPOS DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS	275
10 JUSTIÇA CRIMINAL	291
11 COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES DE PRIMEIRO GRAU E JUIZADOS ESPECIAIS	299
11.1 VARAS EXCLUSIVAS DE EXECUÇÃO FISCAL	305
11.2 VARAS EXCLUSIVAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	308
11.3 VARAS EXCLUSIVAS DE TRIBUNAL DO JÚRI	312
11.4 VARAS EXCLUSIVAS CRIMINAIS	315
11.5 AUDITORIAS MILITARES	321

12	ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE COMPARADA DA JUSTIÇA: IPC-JUS.....	323
12.1	JUSTIÇA ESTADUAL.....	324
12.1.1	Resultados.....	324
12.1.2	Análises de cenário.....	330
12.2	JUSTIÇA DO TRABALHO	334
12.2.1	Resultados.....	334
12.2.2	Análises de cenário.....	337
12.3	JUSTIÇA FEDERAL	340
12.3.1	Resultados.....	340
12.3.2	Análises de cenário.....	344
13	DEMANDAS MAIS RECORRENTES SEGUNDO AS CLASSES E OS ASSUNTOS.....	349
13.1	ASSUNTOS MAIS RECORRENTES.....	349
13.2	CLASSES MAIS RECORRENTES	359
14	AGENDA 2030 NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO.....	365
15	CONSIDERAÇÕES FINAIS	373
16	REFERÊNCIAS	385
17	ANEXO A - METODOLOGIA.....	393
17.1	INFOGRÁFICOS.....	396
17.2	DIAGRAMA DE VENN	397
17.3	CLASSIFICAÇÃO DOS TRIBUNAIS SEGUNDO O PORTE.....	398
17.4	MAPAS	401
17.5	O ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE COMPARADA DA JUSTIÇA (IPC-JUS)	402
17.5.1	A construção do IPC-Jus	402
17.5.2	Gráfico de quadrante e de fronteira	406
18	ANEXO B - ACESSO AOS PAINÉIS	409
18.1	PAINEL GRANDES LITIGANTES.....	409
18.2	PAINEL DE ESTATÍSTICAS DO PODER JUDICIÁRIO.....	420
18.3	PAINEL DADOS DE PESSOAL DO PODER JUDICIÁRIO	440

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Unidades judiciárias de primeiro grau, por ramo de justiça	47
Figura 2 - Diagrama do número de unidades judiciárias de primeiro grau, por ramo de justiça	48
Figura 3 - Número de municípios-sede e unidades judiciárias por tribunal	49
Figura 4 - Percentual da população residente em municípios sede de comarca	51
Figura 5 - Distribuição geográfica das comarcas na região Sul	52
Figura 6 - Distribuição geográfica das comarcas na região Sudeste	52
Figura 7 - Distribuição geográfica das comarcas na região Centro-Oeste	53
Figura 8 - Distribuição geográfica das comarcas na região Nordeste	53
Figura 9 - Distribuição geográfica das comarcas na região Norte	54
Figura 10 - Localização das unidades judiciárias da Justiça Estadual, Federal, Trabalhista e Militar	55
Figura 11 - Habitantes por unidade judiciária	56
Figura 12 - Habitantes por varas e juizados especiais estaduais	56
Figura 13 - Habitantes por zona eleitoral	56
Figura 14 - Habitantes por vara do trabalho	56
Figura 15 - Habitantes por vara e juizado especial federal	57
Figura 16 - Distribuição territorial dos Tribunais de Justiça segundo o porte	59
Figura 17 - Distribuição territorial dos Tribunais Regionais do Trabalho segundo o porte	59
Figura 18 - Distribuição territorial dos Tribunais Regionais Eleitorais segundo o porte	59
Figura 19 - Série histórica das Despesas do Poder Judiciário	82
Figura 20 - Despesa total por segmento de justiça	82
Figura 21 - Série histórica das despesas por habitante	83
Figura 22 - Séries históricas das despesas por habitante, por ramo de justiça.	84
Figura 23 - Despesas por habitante com ou sem custo com inativos, por tribunal.	85
Figura 24 - Série histórica das despesas com informática e com capital	86
Figura 25 - Série histórica das arrecadações	88
Figura 26 - Arrecadações por ramo de justiça	88
Figura 27 - Percentual de arrecadações de receitas em relação às despesas, por ramo de justiça	88
Figura 28 - Valores arrecadados em relação ao número de processos ingressados sujeitos a cobrança de custas	90
Figura 29 - Série histórica das despesas totais e com pessoal	92
Figura 30 - Despesas com pessoal	92
Figura 31 - Série histórica das despesas com pessoal, por ramo de justiça	93
Figura 32 - Percentual de despesas com cargos e funções comissionadas em relação à despesa total com pessoal, por tribunal.	96
Figura 33 - Custo médio mensal dos tribunais com magistrados(as) e servidores(as), incluindo benefícios, encargos, previdência social, diárias, passagens, indenizações judiciais e demais indenizações eventuais e não eventuais	97
Figura 34 - Diagrama da força de trabalho	99
Figura 35 - Total de magistrados(as) por ramo de justiça	99
Figura 36 - Cargos de magistrados(as) providos por cem mil habitantes, por ramo de justiça	100
Figura 37 - Série histórica dos cargos de magistrados(as)	101
Figura 38 - Percentual de cargos vagos de Magistrado(a), por tribunal	102
Figura 39 - Jurisdição dos(as) magistrados(as)	103
Figura 40 - Total de servidores(as) por ramo de justiça	104
Figura 41 - Percentual de servidores(as) lotados(as) na área administrativa, por ramo de justiça	104
Figura 42 - Lotação dos(as) servidores(as)	105
Figura 43 - Série histórica dos cargos de servidores(as) efetivos(as)	105
Figura 44 - Percentual de cargos vagos de servidores(as), por ramo de justiça	105
Figura 45 - Força de trabalho auxiliar	106
Figura 46 - Percentual de Magistrados(as) no Poder Judiciário	110
Figura 47 - Percentual de ministras nos Tribunais Superiores e de desembargadoras nos Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais Federais, Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunais Regionais Eleitorais e Tribunais de Justiça Militar	112
Figura 48 - Percentual de Juízas no primeiro grau	114
Figura 49 - Percentual de Servidoras no Poder Judiciário	116
Figura 50 - Percentual de Magistrados(as) negros(as) no Poder Judiciário	121
Figura 51 - Percentual de ministros(as) negros(as) nos Tribunais Superiores e de desembargadores(as) negros(as) nos Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais Federais, Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunais Regionais Eleitorais e Tribunais de Justiça Militar	123
Figura 52 - Percentual de Juizes(as) negros(as) no primeiro grau	125
Figura 53 - Percentual de Servidores(as) negros(as) no Poder Judiciário	127
Figura 54 - Série histórica dos casos pendentes	139
Figura 55 - Série histórica dos casos novos e processos baixados	139
Figura 56 - Série histórica das sentenças e decisões	140

Figura 57 - Séries históricas da movimentação processual, por ramo de justiça.	141
Figura 58 - Séries históricas das sentenças e decisões terminativas, por ramo de justiça.	142
Figura 59 - Casos novos, por ramo de justiça	143
Figura 60 - Casos pendentes, por ramo de justiça	143
Figura 61 - Tempo de giro do acervo, por tribunal	143
Figura 62 - Série histórica do número de casos novos por mil habitantes	145
Figura 63 - Série histórica do número de processos arquivados com assistência judiciária gratuita por cem mil habitantes	145
Figura 64 - Casos novos por cem mil habitantes, por tribunal.	146
Figura 65 - Número de processos arquivados com assistência judiciária gratuita por cem mil habitantes, por tribunal	147
Figura 66 - Série histórica do percentual de processos de justiça gratuita arquivados definitivamente	148
Figura 67 - Percentual de processos de justiça gratuita arquivados definitivamente por tribunal	149
Figura 68 - Série histórica do índice de produtividade dos(as) magistrados(as)	151
Figura 69 - Série histórica da carga de trabalho dos(as) magistrados(as)	151
Figura 70 - Séries históricas do índice de produtividade e da carga de trabalho dos(as) magistrados(as), por ramo de justiça.	152
Figura 71 - Índice de produtividade dos(as) magistrados(as), por tribunal.	153
Figura 72 - Série histórica do índice de produtividade dos(as) servidores(as) da área judiciária no Poder Judiciário	155
Figura 73 - Série histórica da carga de trabalho dos(as) servidores(as) da área judiciária no Poder Judiciário	155
Figura 74 - Séries históricas do índice de produtividade e da carga de trabalho dos(as) servidores(as) da área judiciária, por ramo de justiça.	156
Figura 75 - Índice de produtividade dos(as) servidores(as) da área judiciária, por tribunal.	157
Figura 76 - Série histórica da taxa de congestionamento e do índice de atendimento à demanda	160
Figura 77 - Séries históricas da taxa de congestionamento e do índice de atendimento à demanda, por ramo de justiça	161
Figura 78 - Taxa de congestionamento total e líquida, por tribunal.	162
Figura 79 - Índice de Atendimento à Demanda, por tribunal.	163
Figura 80 - Proporção de casos novos, servidores(as) da área judiciária, cargos em comissão e funções comissionadas no primeiro grau de jurisdição, por ramo de justiça	167
Figura 81 - Série histórica do percentual de servidores(as) na área administrativa, de servidores(as) na área judiciária de primeiro grau e de cargos e funções no primeiro grau	168
Figura 82 - Percentual de servidores(as) na área judiciária de primeiro grau, por tribunal	169
Figura 83 - Percentual de cargos em comissão e funções comissionadas no primeiro grau, por tribunal	170
Figura 84 - Percentual de servidores(as) na área administrativa por tribunal	171
Figura 85 - Casos novos por magistrado(a), de acordo com tribunal	173
Figura 86 - Série histórica de casos novos por magistrado(a)	174
Figura 87 - Série histórica de casos novos por servidor(a) da área judiciária	174
Figura 88 - Casos novos por servidor(a) da área judiciária, por tribunal.	175
Figura 89 - Carga de trabalho do(a) magistrado(a), por tribunal e por grau de jurisdição.	177
Figura 90 - Série histórica da carga de trabalho do(a) magistrado(a) por grau de jurisdição	178
Figura 91 - Série histórica da carga de trabalho do(a) servidor(a) da área judiciária por grau de jurisdição	178
Figura 92 - Carga de trabalho do(a) servidor(a) da área judiciária, por tribunal e por grau de jurisdição.	179
Figura 93 - Índice de Produtividade dos(as) magistrados(as) (IPM), por tribunal e por grau de jurisdição.	181
Figura 94 - Série histórica do Índice de Produtividade dos(as) magistrados(as) (IPM) por grau de jurisdição	182
Figura 95 - Série histórica do Índice de Produtividade dos(as) Servidores(as) da Área Judiciária (IPS-Jud) por grau de jurisdição	182
Figura 96 - Índice de Produtividade dos(as) Servidores(as) da Área Judiciária (IPS-Jud), por tribunal e por grau de jurisdição.	183
Figura 97 - Índice de Atendimento à Demanda (IAD), por tribunal.	185
Figura 98 - Série histórica do índice de atendimento à demanda	186
Figura 99 - Série histórica da taxa de congestionamento	186
Figura 100 - Taxa de congestionamento, por tribunal.	187
Figura 101 - Série histórica dos casos novos e baixados nas fases de conhecimento e execução	190
Figura 102 - Série histórica dos casos pendentes nas fases de conhecimento e execução	190
Figura 103 - Dados processuais do Poder Judiciário	191
Figura 104 - Percentual de casos pendentes de execução em relação ao estoque total de processos, por tribunal.	192
Figura 105 - Taxa de congestionamento nas fases de execução e conhecimento, na 1ª instância, por tribunal.	193
Figura 106 - Índice de produtividade do(a) magistrado(a) nas fases de execução e conhecimento, no primeiro grau, por tribunal.	196
Figura 107 - Série histórica do índice de produtividade dos(as) magistrados(as) (IPM)	197
Figura 108 - Série histórica do índice de produtividade dos(as) servidores(as) da área judiciária (IPS-Jud)	197
Figura 109 - Índice de produtividade do(a) servidor(a) da área judiciária nas fases de execução e conhecimento, no primeiro grau, por tribunal.	198
Figura 110 - Série histórica do índice de atendimento à demanda	200
Figura 111 - Índice de Atendimento à Demanda nas fases de execução e conhecimento, no primeiro grau, por tribunal.	201
Figura 112 - Série histórica da taxa de congestionamento	202
Figura 113 - Taxa de congestionamento nas fases de execução e conhecimento, no primeiro grau, por tribunal.	203
Figura 114 - Total de execuções fiscais pendentes, por tribunal.	207
Figura 115 - Total de execuções fiscais pendentes em relação ao total de processos pendentes no primeiro grau, por tribunal.	208

Figura 116 - Série histórica do impacto da execução fiscal nos processos novos e pendentes	209
Figura 117 - Série histórica do impacto da execução fiscal na taxa de congestionamento total	209
Figura 118 - Taxa de congestionamento na execução fiscal, por tribunal.	210
Figura 119 - Série histórica do impacto da execução fiscal no tempo de tramitação do processo baixado	212
Figura 120 - Tempo de tramitação do processo baixado na execução fiscal, por tribunal.	213
Figura 121 - Série histórica do impacto da execução fiscal no tempo do acervo	214
Figura 122 - Tempo de tramitação do acervo de execução fiscal, por tribunal.	215
Figura 123 - Percentual de unidades judiciárias de primeiro grau com Juízo 100% Digital	221
Figura 124 - Quantidade de Núcleos de Justiça 4.0 nos tribunais	223
Figura 125 - Quantidade de Balcões Virtuais instalados	225
Figura 126 - Quantidade de PIDs instalados	231
Figura 127 - Proporção de casos pendentes nos maiores litigantes do polo passivo e do polo ativo	233
Figura 128 - Proporção de casos pendentes nos maiores litigantes, de acordo com o segmento de atividade	233
Figura 129 - Série histórica do percentual de processos eletrônicos	237
Figura 130 - Série histórica do índice de casos novos eletrônicos por grau de jurisdição	237
Figura 131 - Séries históricas do percentual de processos eletrônicos, por ramo de justiça	238
Figura 132 - Percentual de casos novos eletrônicos, por tribunal.	239
Figura 133 - Índice de processos novos eletrônicos, por tribunal e grau de jurisdição.	240
Figura 134 - Percentual de processos eletrônicos pendentes, por tribunal.	242
Figura 135 - Percentual de processos eletrônicos pendentes, por tribunal e grau de jurisdição.	243
Figura 136 - Tempo médio dos processos eletrônicos e físicos pendentes, por tribunal.	245
Figura 137 - Percentual de processos eletrônicos baixados, por tribunal.	247
Figura 138 - Percentual de processos eletrônicos baixados, por tribunal e grau de jurisdição.	248
Figura 139 - Tempo médio dos processos eletrônicos e físicos baixados, por tribunal.	250
Figura 140 - Série histórica do Índice de Conciliação	253
Figura 141 - Centros Judiciários de Solução de Conflitos, por tribunal	254
Figura 142 - Índice de conciliação, por tribunal.	255
Figura 143 - Índice de Conciliação na fase de conhecimento não criminal nos Juizados Especiais e no primeiro grau, por tribunal	257
Figura 144 - Índice de Conciliação de processos não criminais no segundo grau, por tribunal.	258
Figura 145 - Índice de Conciliação de processos de execução de títulos extrajudiciais não fiscais, por tribunal.	259
Figura 146 - Índice de Conciliação de processos de execução judicial nos Juizados Especiais e no Primeiro Grau, por tribunal.	260
Figura 147 - Percentual de audiências de conciliação por casos novos, por tribunal.	261
Figura 148 - Diagrama da recorribilidade e demanda processual	265
Figura 149 - Série histórica dos índices de recorribilidade externa	268
Figura 150 - Série histórica dos índices de recorribilidade interna	268
Figura 151 - Séries históricas dos índices de recorribilidade externa, por ramo de justiça	269
Figura 152 - Séries históricas dos índices de recorribilidade interna, por ramo de justiça	270
Figura 153 - Índices de recorribilidade interna e externa no segundo grau, por tribunal.	272
Figura 154 - Índices de recorribilidade interna e externa na fase de conhecimento do primeiro grau, por tribunal.	273
Figura 155 - Índices de recorribilidade interna e externa na fase de execução do primeiro grau, por tribunal.	274
Figura 156 - Diagrama do tempo de tramitação do processo	277
Figura 157 - Série histórica do tempo médio de duração dos processos	280
Figura 158 - Série histórica do tempo médio de duração dos processos, por justiça	281
Figura 159 - Tempo médio de tramitação dos processos pendentes e baixados, por tribunal	282
Figura 160 - Tempo médio do início do processo até a sentença no segundo grau e primeiro grau, por tribunal	284
Figura 161 - Tempo médio do início do processo até a sentença nas fases de execução e conhecimento, no primeiro grau, por tribunal	285
Figura 162 - Tempo médio de tramitação dos processos pendentes e baixados no segundo grau e nos Tribunais Superiores	287
Figura 163 - Tempo médio de tramitação dos processos pendentes e baixados na fase de conhecimento de primeiro grau	288
Figura 164 - Tempo médio de tramitação dos processos pendentes e baixados na fase de execução de primeiro grau	289
Figura 165 - Tempo médio de tramitação dos processos pendentes brutos e líquidos, excluídas as execuções	290
Figura 166 - Série histórica dos casos novos e pendentes criminais no primeiro grau, no segundo grau e nos tribunais superiores, excluídas as execuções penais	292
Figura 167 - Casos novos e pendentes criminais, excluídas as execuções penais, por tribunal.	293
Figura 168 - Série histórica das execuções penais	294
Figura 169 - Tempo médio de tramitação dos processos criminais e não criminais baixados no segundo grau e nos Tribunais Superiores, por tribunal.	295
Figura 170 - Tempo médio de tramitação dos processos criminais e não criminais baixados na fase de conhecimento do primeiro grau, por tribunal.	296
Figura 171 - Tempo médio de tramitação dos processos de execução penal baixados do primeiro grau, por tribunal.	297
Figura 172 - Unidades judiciárias de Primeiro Grau e Juizado Especial, por competência	300
Figura 173 - Média de processos baixados e em tramitação nas varas exclusivas por unidade judiciária e competência	302

Figura 174 - Taxa de congestionamento nas varas exclusivas, por tipo de competência	303
Figura 175 - Percentual de processos pendentes e baixados nas varas exclusivas em relação ao total de processos, por competência	304
Figura 176 - Percentual de processos de execução fiscal que tramitam nas varas exclusivas, segundo o tribunal	306
Figura 177 - Total de processos de execução fiscal baixados e pendentes por vara exclusiva, segundo o tribunal	307
Figura 178 - Taxa de congestionamento das varas exclusivas de execução fiscal ou fazenda pública	308
Figura 179 - Percentual de processos não criminais que tramitam nas varas exclusivas de violência doméstica e familiar contra a mulher, segundo o tribunal	310
Figura 180 - Total de processos não criminais baixados e pendentes por vara exclusiva de violência doméstica e familiar contra a mulher, segundo o tribunal	311
Figura 181 - Taxa de congestionamento dos processos não criminais nas varas exclusivas de violência doméstica e familiar contra a mulher, segundo o tribunal	311
Figura 182 - Percentual de ações penais de competência do júri que tramitam nas varas exclusivas de tribunal do júri, segundo o tribunal	313
Figura 183 - Total de ações penais de competência do júri baixadas e pendentes por vara exclusiva de tribunal do júri, segundo o tribunal	314
Figura 184 - Taxa de congestionamento dos processos de conhecimento criminais nas varas exclusivas criminais, segundo o tribunal	315
Figura 185 - Percentual de processos de conhecimento criminais que tramitam nas varas exclusivas, segundo o tribunal	317
Figura 186 - Total de processos de conhecimento criminais baixados e pendentes por vara exclusiva, segundo o tribunal	318
Figura 187 - Taxa de congestionamento dos processos de conhecimento criminais nas varas exclusivas criminais, segundo o tribunal	319
Figura 188 - Total de Processos baixados e pendentes nas auditorias militares da Justiça Estadual, da Justiça Militar Estadual e da Justiça Militar da União, segundo o tribunal	320
Figura 189 - Resultado do IPC-Jus por tribunal (incluída a área administrativa)	326
Figura 190 - Resultado do IPC-Jus da área judiciária, por instância e tribunal	327
Figura 191 - Gráfico de <i>Gartner</i> e Fronteira da Taxa de congestionamento líquida x Índice de produtividade dos(as) magistrados(as), excluindo os processos suspensos, sobrestados, execuções penais e fiscais	328
Figura 192 - Gráfico de <i>Gartner</i> e Fronteira da Taxa de congestionamento líquida x Índice de produtividade dos(as) servidores(as), excluindo os processos suspensos, sobrestados, execuções penais e fiscais	329
Figura 193 - Gráfico de <i>Gartner</i> e Fronteira da Taxa de congestionamento líquida x Despesa total por processos baixados, excluindo a despesa com inativos, processos suspensos, sobrestados, execuções penais e fiscais	329
Figura 194 - Índice de Produtividade dos(as) magistrados(as) (IPM) realizado X necessário para que cada tribunal atinja IPC-Jus de 100%	331
Figura 195 - Índice de Produtividade dos(as) Servidores(as) (IPS) realizado X necessário para que cada tribunal atinja IPC-Jus de 100%	332
Figura 196 - Taxa de Congestionamento Líquida (TCL) realizada X resultado da consequência se cada tribunal atingisse IPC-Jus de 100%	333
Figura 197 - Resultado do IPC-Jus por tribunal	334
Figura 198 - Resultado do IPC-Jus da área judiciária por instância e tribunal	335
Figura 199 - Gráfico de <i>Gartner</i> e Fronteira da taxa de congestionamento líquida x Índice de produtividade dos(as) magistrados(as), excluindo os processos suspensos, sobrestados e execuções fiscais	336
Figura 200 - Gráfico de <i>Gartner</i> e Fronteira da taxa de congestionamento líquida x Índice de produtividade dos(as) servidores(as), excluindo os processos suspensos, sobrestados e execuções fiscais	336
Figura 201 - Gráfico de <i>Gartner</i> e Fronteira da taxa de congestionamento líquida x Despesa total por processos baixados, excluindo despesas com inativos, processos suspensos, sobrestados e execuções fiscais	337
Figura 202 - Índice de Produtividade dos(as) magistrados(as) (IPM) realizado X necessário para que cada tribunal atinja IPC-Jus de 100%	338
Figura 203 - Índice de Produtividade dos(as) Servidores(as) (IPS) realizado X necessário para que cada tribunal atinja IPC-Jus de 100%	339
Figura 204 - Taxa de Congestionamento Líquida (TCL) realizada X resultado da consequência se cada tribunal atingisse IPC-Jus de 100%	340
Figura 205 - Resultado do IPC-Jus da área judiciária, por tribunal	341
Figura 206 - Resultado do IPC-Jus da área judiciária, por instância e tribunal	341
Figura 207 - Resultado do IPC-Jus, por seção judiciária	342
Figura 208 - Gráfico de <i>Gartner</i> e Fronteira da taxa de congestionamento líquida x Índice de produtividade dos(as) magistrados(as), excluindo os processos suspensos, sobrestados, execuções penais e fiscais	343
Figura 209 - Gráfico de <i>Gartner</i> e Fronteira da taxa de congestionamento líquida x Índice de produtividade dos(as) servidores(as), excluindo os processos suspensos, sobrestados, execuções penais e fiscais	343
Figura 210 - Gráfico de <i>Gartner</i> e Fronteira da taxa de congestionamento líquida x Despesa total por processos baixados, excluindo as despesas com inativos, processos suspensos, sobrestados, execuções penais e fiscais	344
Figura 211 - Índice de Produtividade dos(as) magistrados(as) (IPM) realizado X necessário no segundo grau para que cada tribunal atinja IPC-Jus de 100%	345
Figura 212 - Índice de Produtividade dos(as) magistrados(as) (IPM) realizado X necessário para que cada tribunal atinja IPC-Jus de 100% na área judiciária de primeiro grau, segundo o Tribunal e UF	346
Figura 213 - Índice de Produtividade dos(as) Servidores(as) (IPS) realizado X necessário para que cada tribunal atinja IPC-Jus de 100% no segundo grau	346
Figura 214 - Índice de Produtividade dos(as) Servidores(as) (IPS) realizado X necessário para que cada tribunal atinja IPC-Jus de 100%	347
Figura 215 - Taxa de Congestionamento Líquida (TCL) realizada X resultado da consequência se cada tribunal atingisse IPC-Jus de 100% no segundo grau	347
Figura 216 - Taxa de Congestionamento Líquida (TCL) realizada X resultado da consequência se cada tribunal atingisse IPC-Jus de 100%	348
Figura 217 - Assuntos mais demandados	351
Figura 218 - Assuntos mais demandados no segundo grau	352
Figura 219 - Assuntos mais demandados no primeiro grau (varas)	353

Figura 220 - Assuntos mais demandados nas turmas recursais	353
Figura 221 - Assuntos mais demandados nos juizados especiais	354
Figura 222 - Assuntos mais demandados por tribunal da Justiça Estadual	355
Figura 223 - Assuntos mais demandados por tribunal da Justiça Federal	356
Figura 224 - Assuntos mais demandados por tribunal da Justiça do Trabalho	357
Figura 225 - Assuntos mais demandados por tribunal da Justiça Eleitoral	357
Figura 226 - Assuntos mais demandados por tribunal da Justiça Militar Estadual	358
Figura 227 - Assuntos mais demandados por tribunal superior	359
Figura 228 - Classes mais demandadas	361
Figura 229 - Classes mais demandadas no segundo grau	362
Figura 230 - Classes mais demandadas no primeiro grau (varas)	363
Figura 231 - Classes mais demandadas nas turmas recursais	363
Figura 232 - Classes mais demandadas nos juizados especiais	364
Figura 233 - Número de casos novos por ODS	367
Figura 234 - Número de casos novos (em milhões) por ODS nos temas sociais: ODS-3 (vida saudável) e ODS-10 (reduzir a desigualdade)	368
Figura 235 - Número de casos novos (em mil) por ODS nos temas sociais: ODS-1 (erradicar a pobreza), ODS-2 (erradicar a fome), ODS-4 (educação de qualidade) e ODS-5 (igualdade de gênero)	368
Figura 236 - Número de casos novos (em mil) por ODS nos temas ambientais do ODS-6 (água potável e saneamento) e do ODS-7 (energias renováveis e acessíveis)	369
Figura 237 - Número de casos novos (em mil) por ODS nos temas ambientais do ODS-13 (ação contra a mudança global do clima), ODS-14 (vida na água) e ODS-15 (vida terrestre)	369
Figura 238 - Número de casos novos (em milhão) por ODS no tema ambiental do ODS-12 (produção e consumo responsáveis)	370
Figura 239 - Número de casos novos (em milhões) por ODS nos temas econômicos do ODS-8 (trabalho digno e crescimento econômico), do ODS-9 (indústria, inovação e infraestruturas) e do ODS-11 (cidades e comunidades sustentáveis)	370
Figura 240 - Número de casos novos (em milhões) por ODS no tema institucional - ODS-16 (paz, justiça e instituições eficazes)	371
Figura 241 - Fluxo do Relatório Justiça em Números	396
Figura 242 - Exemplo de uso do Diagrama de Venn	397
Figura 243 - Exemplo da representação de um gráfico de quadrantes e de fronteira	408
Figura 244 - Pannel Grandes Litigantes - Aba "Maiores Litigantes"	410
Figura 245 - Pannel Grandes Litigantes - Aba "Maiores Segmentos de Atividades"	410
Figura 246 - Pannel Grandes Litigantes - Aba "Comparativo com o Ano Anterior"	411
Figura 247 - Pannel Grandes Litigantes - Aba "Mapas"	411
Figura 248 - Pannel Grandes Litigantes - Aba "Maiores Litigantes" com dados absolutos	412
Figura 249 - Pannel Grandes Litigantes - Aba "Maiores Litigantes" com dados absolutos	413
Figura 250 - Pannel Grandes Litigantes - Aba "Maiores Litigantes", opção "Segmento de Atividade"	414
Figura 251 - Pannel Grandes Litigantes - Aba "Maiores Litigantes", exemplo com dados da Justiça do Trabalho	414
Figura 252 - Pannel Grandes Litigantes - Aba "Maiores Litigantes", exemplo com dados do TRF6	415
Figura 253 - Pannel Grandes Litigantes - Aba "Maiores Segmentos de Atividades", exemplo com uso dos filtros	416
Figura 254 - Pannel Grandes Litigantes - Aba "Comparativo com o Ano Anterior", exemplo com uso dos filtros	417
Figura 255 - Pannel Grandes Litigantes - Aba "Mapas", exemplo com uso dos filtros	418
Figura 256 - Pannel Grandes Litigantes - Aba "Mapas", exemplo com dados em formato de tabela	419
Figura 257 - Pannel Grandes Litigantes - Opção "Metodologia"	420
Figura 258 - Pannel Estatísticas do Poder Judiciário	421
Figura 259 - Pannel Estatísticas do Poder Judiciário - Aba "Gestão Processual", opções de filtro	422
Figura 260 - Pannel Estatísticas do Poder Judiciário - Aba "Gestão Processual", situação processual	423
Figura 261 - Pannel Estatísticas do Poder Judiciário - Aba "Gestão Processual", série histórica de casos novos	424
Figura 262 - Pannel Estatísticas do Poder Judiciário - Aba "Gestão Processual", dados de 2022	424
Figura 263 - Pannel Estatísticas do Poder Judiciário - Aba "Classes"	425
Figura 264 - Pannel Estatísticas do Poder Judiciário - ícones explicativos	425
Figura 265 - Pannel Estatísticas do Poder Judiciário - Aba "Gestão Processual" com múltiplos filtros selecionados	426
Figura 266 - Pannel Estatísticas do Poder Judiciário - Aba "Gestão Processual", gráficos e série histórica por mês	427
Figura 267 - Pannel Estatísticas do Poder Judiciário - Aba "Produtividade"	428
Figura 268 - Pannel Estatísticas do Poder Judiciário - Aba "Indicadores"	429
Figura 269 - Pannel Estatísticas do Poder Judiciário - Aba "Indicadores", dados sobre Taxa de Congestionamento e IAD	430
Figura 270 - Pannel Estatísticas do Poder Judiciário - Aba "Tempos"	431
Figura 271 - Pannel Estatísticas do Poder Judiciário - Aba "Tempos", opções de gráficos	431
Figura 272 - Pannel Estatísticas do Poder Judiciário - Aba "Tempos", série histórica mensal	432
Figura 273 - Pannel Estatísticas do Poder Judiciário - Aba "Classes", opções de filtros	433
Figura 274 - Pannel Estatísticas do Poder Judiciário - Aba "Classes", exemplo na Justiça Federal	433
Figura 275 - Pannel Estatísticas do Poder Judiciário - Aba "Classes", opções de gráficos	434
Figura 276 - Pannel Estatísticas do Poder Judiciário - Aba "Classes", dados de Taxa de Congestionamento e Tempos processuais	434

Figura 277 – Painel Estatísticas do Poder Judiciário – Aba “Classes”, dados de Taxas de Congestionamento Bruta e Líquida	435
Figura 278 – Painel Estatísticas do Poder Judiciário – Aba “Classes”, casos novos por classe e tribunal	435
Figura 279 – Painel Estatísticas do Poder Judiciário – Aba “Classes”, opções de múltiplas seleções de classe	436
Figura 280 – Painel Estatísticas do Poder Judiciário – Aba “Mapas”	437
Figura 281 – Painel Estatísticas do Poder Judiciário – Aba “Downloads”, opções de download de dados abertos	438
Figura 282 – Painel Estatísticas do Poder Judiciário – Aba “Downloads”, opções de filtro para download de listas por processo	439
Figura 283 – Painel Estatísticas do Poder Judiciário – Aba “Downloads”, formato do arquivo baixado	439
Figura 284 – Painel Estatísticas do Poder Judiciário – outras informações	440
Figura 285 – Painel Módulo de Produtividade Mensal	441
Figura 286 – Painel Módulo de Produtividade Mensal – Aba “Magistrados”, exemplo com dados do Estado de São Paulo	442
Figura 287 – Painel Módulo de Produtividade Mensal – Aba “Magistrados”, quadro “Dados Gerais, por ramo de justiça e cargo	442
Figura 288 – Painel Módulo de Produtividade Mensal – Aba “Magistrados”, quadro “Dados Gerais, por raça/cor, ano e faixa etária	443
Figura 289 – Painel Módulo de Produtividade Mensal – Aba “Servidores”	444
Figura 290 – Painel Módulo de Produtividade Mensal – Aba “Servidores”, quadro “Acompanhamento Resolução CNJ n. 525/2023”	444
Figura 291 – Painel Módulo de Produtividade Mensal – Aba “Servidores”, informações adicionais	445
Figura 292 – Painel Módulo de Produtividade Mensal – Aba “Servidores”, informações sobre tipos de cargo	446

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Classificação dos tribunais da Justiça Estadual segundo o porte, ano-base 2023	60
Tabela 2: Classificação dos tribunais da Justiça do Trabalho segundo o porte, ano-base 2023	61
Tabela 3: Classificação dos tribunais da Justiça Eleitoral segundo o porte, ano-base 2023	62
Tabela 4: Taxa de congestionamento, Casos Pendentes e Casos Novos por tipo de processo, ano 2023	194

1 SUMÁRIO EXECUTIVO

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) traz ao público, há 21 anos, o Relatório Justiça em Números, diagnóstico que se consolida como um dos principais documentos de publicidade e transparência da Administração Pública do Brasil, no que diz respeito ao Poder Judiciário.

Este sumário executivo tem por principal objetivo apresentar em linguagem simples, sintética e visualos dados mais relevantes que integram a publicação Justiça em Números, de modo a facilitar ao leitor a compreensão das principais informações sobre o Judiciário nacional.

Aqui, há, então, a compilação dos dados mais relevantes do Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário, fazendo-se uso, para tanto, de infográficos, textos curtos e tabelas que facilitam ao(a) leitor(a) a compreensão das informações sobre o Judiciário nacional.

Dessa forma, quanto aos **Processos Novos em 2023**, destaca-se:

- Foram 35 milhões de processos novos, o maior número da série histórica de quase 20 anos, com aumento de 9,4% em relação ao ano anterior.

Segmento	Casos Novos 1º Grau	Casos Novos 2º Grau	Total de Casos Novos	Varição percentual com o ano anterior
Justiça Estadual	21.845.376	3.315.164	25.160.540	6,7%
Justiça Federal	4.648.275	430.714	5.078.989	13,0%
Justiça do Trabalho	3.283.788	912.754	4.196.542	28,7%
Justiça Eleitoral	74.223	10.408	84.631	-55,6%
Justiça Militar Estadual	2.239	1.619	3.858	-3,2%
Tribunais Superiores			755.425	4,9%
Total	29.856.095	4.670.659	35.282.179	9,4%

Quanto aos **Processos em Tramitação em 31/12/2023**:

- O ano de 2023 se encerrou com um acervo de 83,8 milhões de processos em tramitação (aqui incluídos os suspensos, sobrestados e em arquivamento provisório).
- Em 2023 foram recebidos 3 milhões de casos novos a mais do que em 2022. Apesar disso, a alta da produtividade atenuou esse impacto e resultou em saldo de elevação do acervo processual de 896 mil processos.

- ▶ Aumento no número de casos da Justiça Federal (5,8%), em razão dos processos de Juizados Especiais Federais que tratam da correção do FGTS, e que estão suspensos aguardando julgamento final pelo STF da ADI 5090.

Segmento	Casos Pendentes 1º Grau	Casos Pendentes 2º Grau	Total de Casos Pendentes	Varição percentual com o ano anterior
Justiça Estadual	62.120.047	2.687.530	64.807.577	0,5%
Justiça Federal	11.529.401	1.077.388	12.606.789	5,8%
Justiça do Trabalho	4.708.495	725.475	5.433.970	0,1%
Justiça Eleitoral	52.042	23.070	75.112	-62,9%
Justiça Militar Estadual	3.276	1.039	4.315	-2,5%
Tribunais Superiores			875.026	2,5%
Total	78.415.910	4.514.502	83.805.438	1,1%

Quanto aos Processos Baixados em 2023:

- ▶ Aumento na produtividade de 6,9%, segundo maior percentual da série histórica. Na Justiça do Trabalho, o incremento foi de 20,1%. Foram 35 milhões de processos baixados e 33 milhões de sentenças proferidas.

Segmento	Processos Baixados 1º Grau	Processos Baixados 2º Grau	Total de Processos Baixados	Varição percentual com o ano anterior
Justiça Estadual	22.158.519	3.217.086	25.375.605	8,7%
Justiça Federal	4.020.965	496.155	4.517.120	-9,1%
Justiça do Trabalho	3.358.115	784.362	4.142.477	20,1%
Justiça Eleitoral	179.513	32.732	212.245	-19,6%
Justiça Militar Estadual	2.392	1.595	3.987	-3,6%
Tribunais Superiores			734.169	4,7%
Total	29.722.141	4.531.930	34.988.240	6,9%

Quanto ao Tempo Médio de tramitação dos casos pendentes em 31/12/2023:

- ▶ O indicador mostra há quantos anos tramitam os processos que estão pendentes: média de 4 anos e 3 meses.
- ▶ Excluídas as execuções fiscais, o tempo médio do processo pendente cairia para 3 anos e 1 mês.
- ▶ A execução fiscal tem um tempo médio de 6 anos e 9 meses.

Segmento	Tempo médio dos casos pendentes 1º Grau	Tempo médio dos casos pendentes 2º Grau	Tempo médio dos casos pendentes
Justiça Estadual	4a 6m	2a 2m	4a 5m
Justiça Federal	4a 4m	3 a	4a 3m
Justiça do Trabalho	3a 5m	1 a	3a 1m
Justiça Eleitoral	1a 7m	1a 3m	1a 6m
Justiça Militar Estadual	1a 7m	8m	1a 3m
Tribunais Superiores			1a 8m
Total	4a 5m	2a 2m	4a 3m

Quanto ao **Tempo Médio de tramitação dos processos baixados em 2023:**

- ▶ O indicador mostra quanto tempo levaram para serem resolvidos os processos baixados em 2023: média de 2 anos e 7 meses.
- ▶ Excluídas as execuções fiscais, o tempo médio seria reduzido para 2 anos e 1 mês.
- ▶ Os processos de execução fiscal baixados em 2023 levaram em média 7 anos e 9 meses.

Segmento	Tempo médio dos processos baixados 1º Grau	Tempo médio dos processos baixados 2º Grau	Tempo médio dos processos baixados
Justiça Estadual	3a 1m	10m	2a 10m
Justiça Federal	2a 3m	1a 11m	2a 3m
Justiça do Trabalho	2a 2m	10m	1a 11m
Justiça Eleitoral	1a 2m	11m	1a 2m
Justiça Militar Estadual	1a 3m	7m	1a
Tribunais Superiores			1a 1m
Total	2a 10m	11m	2a 7m

1.1 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

DINÂMICA DOS ACERVOS PROCESSUAIS

- No final de 2023, 83,8 milhões de processos aguardavam desfecho na Justiça, alta de 1,1% em relação ao final de 2022. Entre as razões para o aumento, está a alta de processos que tramitam em juizados especiais, especialmente na Justiça Federal. Em 2023, foram 1,3 milhão de processos a mais desse tipo.
- Excluídos os 18,5 milhões de processos suspensos, existem 63,6 milhões de demandas em análise na Justiça. Entre os suspensos, estão 2,5 milhões de processos que aguardam julgamento de precedentes obrigatórios: repercussão geral (STF), recurso repetitivo (STJ), incidente de assunção de competência (IAC) e incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR).
- O ingresso de casos novos atingiu o maior patamar da série histórica, com o volume de 35,3 milhões em 2023, alta de 9,4% frente a 2022. Desses, excluídos os recursos e as execuções judiciais, 22,6 milhões ingressaram pela primeira vez na Justiça em 2023.
- A Justiça julgou 33,2 milhões de processos em 2023, o maior volume da série histórica. O total corresponde a um aumento de 11,3% em relação a 2022 e de 40,3% no acumulado dos últimos 14 anos. Também foram baixados 35 milhões de processos.
- Foram reativados 1,7 milhão de processos, que voltaram para análise judicial por, entre outros motivos, sentenças anuladas na instância superior ou remessas e retornos de autos por questões de competência.



ENTRADA

CASOS NOVOS: 35,3 MILHÕES ▲ 9,4%

CASOS NOVOS ORIGINÁRIOS*: 22,6 MILHÕES ▲ 5,8%

O ACESSO À JUSTIÇA TEM CRESCIDO APÓS O TÉRMINO DA PANDEMIA

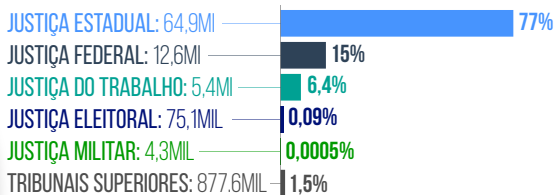
*CASOS NOVOS ORIGINÁRIOS SÃO OS PROCESSOS QUE INGRESSARAM PELA PRIMEIRA VEZ NO JUDICIÁRIO, EXCLUÍDOS OS RECURSOS E AS EXECUÇÕES JUDICIAIS

ESTOQUE PENDENTES BRUTOS

83,8 MILHÕES ▲ 1,1%

PROCESSOS SUSPENSOS
22% DO TOTAL
18,5 MILHÕES ▲ 9,4%

PENDENTES LÍQUIDOS
76% DO TOTAL
63,6 MILHÕES ▼ 0,9%



SAÍDA

JULGADOS: 33,2 MILHÕES

BAIXADOS: 35 MILHÕES ▲ 6,9%

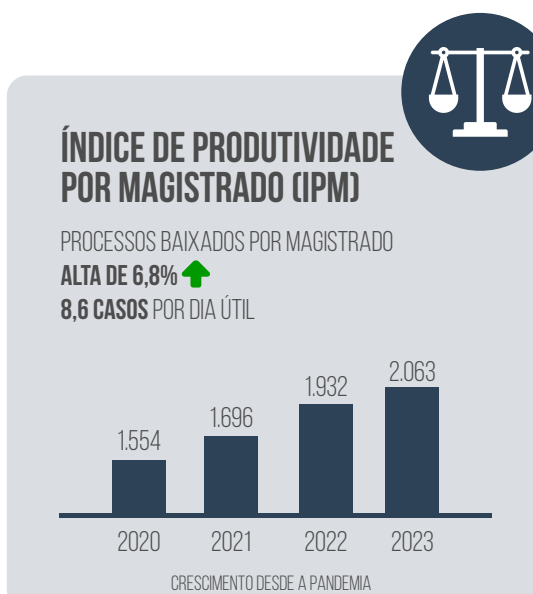
REATIVADOS: 1,7 MILHÕES

PROCESSOS QUE VOLTARAM PARA ANÁLISE JUDICIAL

1.2 PRODUTIVIDADE E DESEMPENHO DO JUDICIÁRIO

RITMO DE TRABALHO DAS PESSOAS QUE ATUAM NA JUSTIÇA

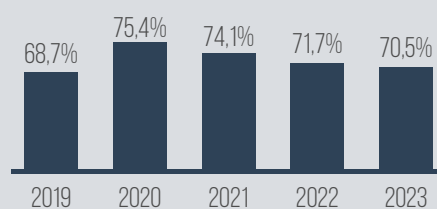
- O Índice de Produtividade da Magistratura brasileira (IPM) cresceu 6,8% em 2023, rompendo a barreira dos 2.000 processos baixados por juiz ou juíza, em média. Foram 8,6 casos solucionados por magistrado(a) a cada dia útil.
- O Índice de Produtividade por Servidor (IPS-Jud) aumentou 5% em 2023, com a baixa de 170 processos por servidor ou servidora da área judiciária, em média, por ano.
- A taxa de congestionamento caiu para 70,5%, ou seja, a cada 100 processos tramitados, quase 30 foram baixados no mesmo ano em que ingressaram. Esse é o segundo melhor resultado em 15 anos.
- O Índice de Atendimento à Demanda (IAD) ficou em 99,2%, ou seja, a quantidade de processos baixados no ano correspondeu a 99,2% do número de novos casos que ingressaram no mesmo período. Isso resultou no aumento de 896 mil processos no estoque.
- Mantido esse ritmo de trabalho e sem o ingresso de mais processos, o tempo de giro de todo o acervo da Justiça seria de 2 anos e 5 meses.





TAXA DE CONGESTIONAMENTO

70,5% OU SEJA: A CADA 100 PROCESSOS TRAMITADOS, QUASE **30%** FORAM BAIXADOS NO MESMO ANO DE INGRESSO



MENOR TAXA DESDE A PANDEMIA



TEMPO DE GIRO DE ACERVO

PRAZO PARA ZERAR O ESTOQUE ATUAL SEM INGRESSO DE NOVOS CASOS

2 ANOS E 5 MESES

JUSTIÇA FEDERAL:

2 ANOS E 10 MESES

JUSTIÇA ESTADUAL:

2 ANOS E 7 MESES

JUSTIÇA DO TRABALHO:

1 ANO E 4 MESES

JUSTIÇA MILITAR:

1 ANO E 1 MÊS

1.3 DESAFIO DAS EXECUÇÕES FISCAIS OTIMIZANDO ESFORÇOS PARA DESJUDICIALIZAR DÍVIDAS COM PODER PÚBLICO

- As execuções fiscais correspondem a 31% de todos os casos pendentes da Justiça e a 59% do total das execuções pendentes.
- A taxa de congestionamento na execução fiscal é de 87,8%. Sem esses processos, a taxa global do Judiciário cairia de 70,5% para 64,7%.
- O tempo médio de tramitação das execuções baixadas foi de 7 anos e 9 meses, o triplo do tempo médio global do processo baixado.
- Para fazer frente ao desafio, o CNJ editou a Resolução CNJ n. 547/2024, que instituiu medidas de tratamento das execuções fiscais pendentes. Também assinou acordos com estados e prefeituras para facilitar a extinção de execuções fiscais.

31%

DOS CASOS PENDENTES:
86% NA JUSTIÇA ESTADUAL
E **14%** NA JUSTIÇA FEDERAL

59%

DAS EXECUÇÕES PENDENTES,
INCLUÍDAS AS CÍVEIS E PENAS

87,8%

DE TAXA DE
CONGESTIONAMENTO

SEM ESSES PROCESSOS, A TAXA
DA JUSTIÇA CAIRIA DE **70,5%** PARA **64,7%**

EM 2023, HOVE UMA REDUÇÃO DE

600 MIL

DEMANDAS DE EXECUÇÕES FISCAIS

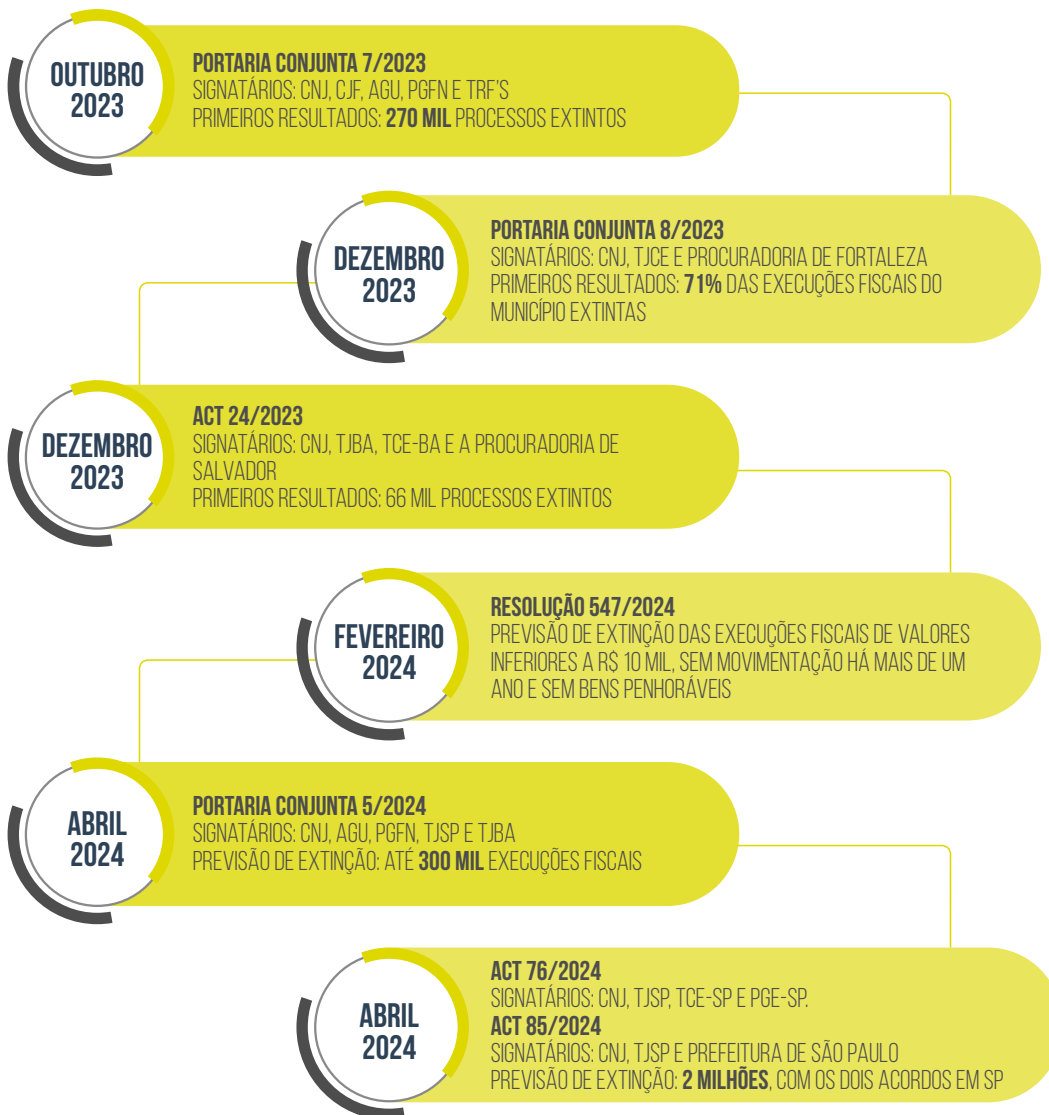
TEMPO MÉDIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROCESSO PENDENTE DE EXECUÇÃO FISCAL

6 ANOS E 9 MESES

TEMPO MÉDIO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS
PENDENTES, EXCLUÍDAS AS EXECUÇÕES FISCAIS

3 ANOS E 1 MÊS

AÇÕES DO CNJ PARA A DESJUDICIALIZAÇÃO



1.4 ESTRUTURA DA JUSTIÇA

AS PESSOAS QUE FAZEM A JUSTIÇA

- Os tribunais brasileiros contam com a atuação de 446.534 profissionais, entre magistrados e magistradas, servidores e servidoras, terceirizados e terceirizadas, estagiários e estagiárias. Esse contingente é maior que a população das capitais de cinco estados brasileiros: Amapá (Macapá), Roraima (Boa Vista), Acre (Rio Branco), Espírito Santo (Vitória) e Tocantins (Palmas).
- Ao todo, são 15.646 unidades judiciárias, sendo 12.735 especializadas ou de competência exclusiva e 2.098 juízos únicos. Os juízos únicos estão localizados em comarcas brasileiras com apenas uma vara e que abarcam competências diversas.
- As despesas da Justiça em 2023 foram de R\$ 132,8 bilhões, o que representa 1,2% do PIB ou 2,38% dos gastos totais da União, dos estados, do DF e dos municípios. Já a arrecadação de receitas públicas, por meio do Judiciário, totalizou R\$ 68,74 bilhões, montante correspondente a 52% das despesas de toda a Justiça.





DESPESAS: **R\$132,8 BILHÕES**

DECOMPOSIÇÃO:

PESSOAL: **R\$119,7 BI (90,2%)**

OUTRAS DESPESAS: **R\$13 BI (9,8%)**

DESPESAS DE CAPITAL: **R\$ 3 BI**

OUTRAS DESPESAS CORRENTES: **R\$ 9,9 BI**

INFORMÁTICA **R\$ 3,6 BI** ↑10,7%

ARRECADAÇÃO DE RECEITAS: **R\$ 68,74 BILHÕES**

52% DAS DESPESAS
TOTAIS DO JUDICIÁRIO

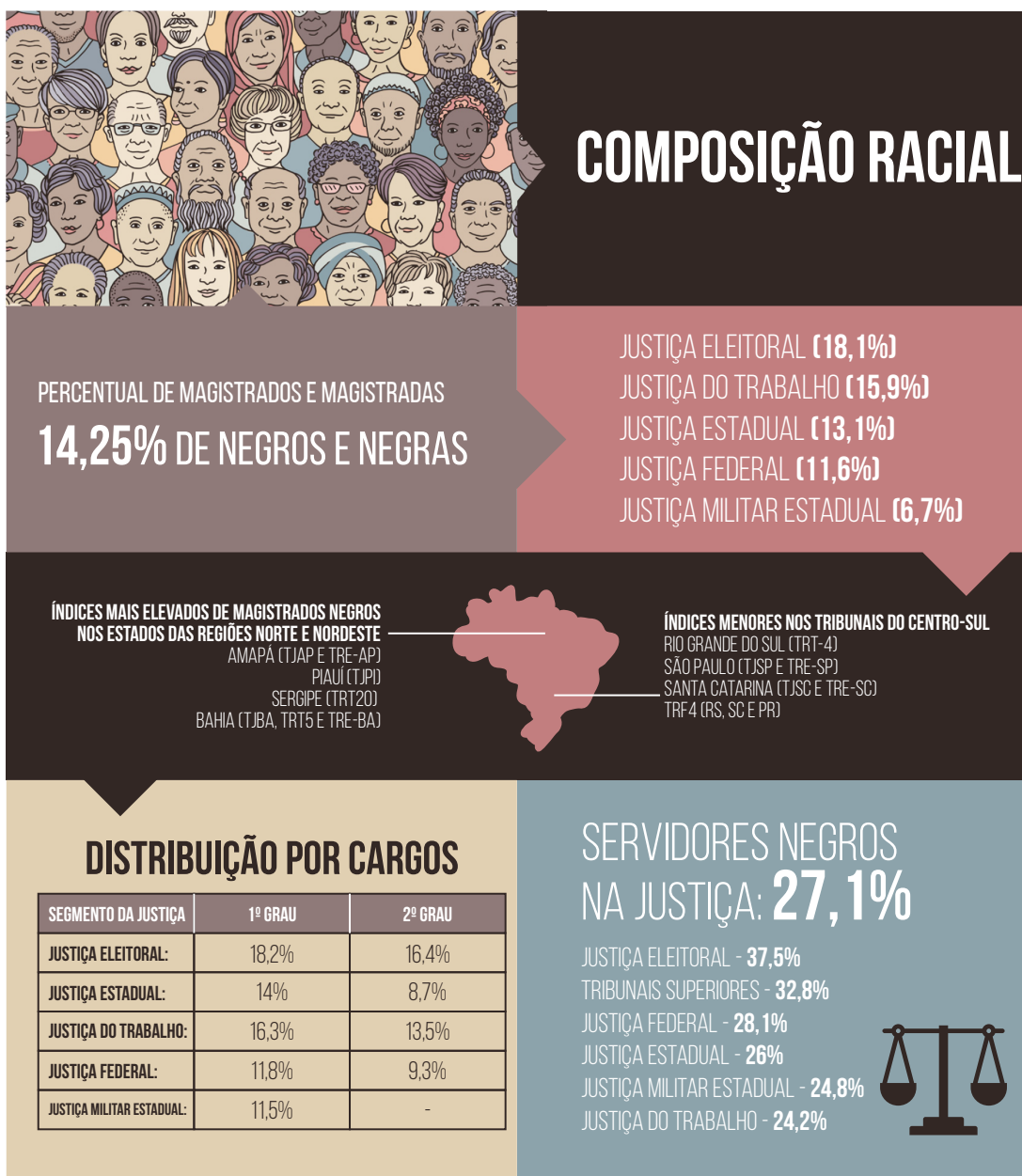
FONTES:

- **R\$ 13,5 BI** - CAUSA MORTIS EM INVENTÁRIOS/ARROLAMENTOS JUDICIAIS -
- **R\$ 23,7 BI** - CUSTAS, FASE DE EXECUÇÃO, EMOLUMENTOS E EVENTUAIS TAXAS
- **R\$ 26,2 BILHÕES** - EXECUÇÃO FISCAL
- **R\$ 4,4 BILHÕES** - EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA
- **R\$ 1 BILHÃO** - IMPOSTO DE RENDA
- **R\$ 8,4 MILHÕES** - PENALIDADES DECORRENTES DE RELAÇÕES DE TRABALHO

1.5 COMPOSIÇÃO RACIAL E DE GÊNERO

- Melhorias no cadastro nacional da força de trabalho do Poder Judiciário permitiram obter dados sobre as políticas judiciárias para alcance da composição de gênero e da composição racial nos quadros de pessoal e auxiliar. Acesse: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/pai-nel-mpm-pessoal/>.

- O perfil étnico-racial da Justiça aponta a presença de 14,3% de negros e negras na magistratura. O maior percentual está na Justiça Eleitoral (18,2%).



- A participação feminina na magistratura, até o final de abril de 2024, é de 36,8%. O segmento com o maior índice de participação feminina é o das juízas substitutas de 1º grau, de 41,68%.



1.6 PROCESSOS ELETRÔNICOS

ROTINAS DIGITAIS NO FUNCIONAMENTO DA JUSTIÇA

- Ao final de 2023, 90,6% dos processos em tramitação na Justiça eram eletrônicos. No ano, 99,6% dos casos novos ingressaram eletronicamente. Em 15 anos, foram protocolados 253,3 milhões de casos novos em formato eletrônico.
- 79,3% unidades judiciárias de primeiro grau comportam o Juízo 100% Digital. Há 49 tribunais com 100% de adesão a esse modelo de atendimento criado pelo CNJ, em que todos os atos processuais são praticados de modo remoto.
- Existem 21.751 pontos de balcão virtual em funcionamento, permitindo acesso remoto, direto e imediato dos usuários dos serviços da Justiça às secretarias das varas em todo o país.
- 418 pontos de inclusão digital (PID) oferecem espaço equipado com computadores e câmeras para a prática de atos processuais, como depoimentos por sistema de videoconferência.



JUÍZO 100% DIGITAL



79,3%

UNIDADES JUDICIÁRIAS DE PRIMEIRO GRAU ADEPTAS

49

TRIBUNAIS COM 100% DE ADEÇÃO

SOMENTE 17 TRIBUNAIS TÊM MENOS DE 90% DAS UNIDADES NO JUÍZO 100% DIGITAL:

1 TRIBUNAL ELEITORAL **10** ESTADUAIS

4 FEDERAIS **2** TRABALHISTAS



BALCÃO VIRTUAL

21.751

PONTOS EM FUNCIONAMENTO:

JUSTIÇA ESTADUAL **14.497**

JUSTIÇA ELEITORAL **2.871**

JUSTIÇA DO TRABALHO **2.542**

JUSTIÇA FEDERAL **1.782**



PONTOS DE INCLUSÃO DIGITAL (PID)

DADOS DE ABRIL/2024

ESPAÇO EQUIPADO COM COMPUTADORES E CÂMERAS PARA A PRÁTICA DE ATOS PROCESSUAIS, QUE PODEM OFERTAR TAMBÉM SERVIÇOS DE OUTROS ÓRGÃOS, DE PERÍCIA MÉDICA E DE CIDADANIA

418 PIDS NO BRASIL:

 **160**

  **46**

    **74**

       **121**

        **17**

NÃO POSSUEM PIDS REGISTRADOS: ALAGOAS E SÃO PAULO

LEGENDA:

 RAMO DE JUSTIÇA

 ÓRGÃO PÚBLICO

 PERÍCIA MÉDICA

 CIDADANIA

2 INTRODUÇÃO

A 21ª Primeira edição do Relatório Justiça em Números apresenta as estatísticas judiciárias oficiais, que abrangem informações de despesas, arrecadações de receitas, pessoal, além de um retrato completo dos processos que tramitam na justiça.

O relatório veicula, em parte destacada, os dados sobre a execução fiscal, o que se justifica diante da quantidade de demandas da espécie tramitando (26,4 milhões de execuções fiscais pendentes); da demora na sua solução (em média, 7 anos e 9 meses); e da alta taxa de congestionamento (87,8%).

Com a edição da Resolução CNJ n. 547, em 22 de fevereiro de 2024 - que instituiu medidas de tratamento das execuções fiscais pendentes (tema 1184 - Repercussão Geral/STF) - oportuna a inclusão de dispositivo específico, no Relatório Justiça em Números 2024, para observar a problemática dessas execuções apontadas como o principal fator de morosidade do Poder Judiciário.

A fim de enfrentar a situação, o CNJ lançou algumas iniciativas de forma coordenada com os tribunais regionais federais e tribunais de justiça. Em outubro de 2023, o CNJ, os TRFs, a PGFN e o CJF assinaram a Portaria Conjunta CNJ n. 7/2023, que tem o objetivo de facilitar a extinção em lote de execuções fiscais cujas certidões de dívida ativa já tenham sido extintas pela prescrição ou por outro motivo, a partir de trocas de dados entre as instituições.

Em fevereiro de 2024, foi aprovada pelo CNJ a Resolução CNJ n. 547/2024, que determina, entre outras medidas, a extinção das execuções fiscais de valor ajuizado inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), desde que sem bens penhorados e sem movimentação útil há mais de um ano.

Além dessas duas medidas, também foram firmados atos conjuntos entre o CNJ, o Tribunal de Justiça do Ceará e a Procuradoria do Município de Fortaleza (Portaria Conjunta 8/2023); entre o CNJ, o Tribunal de Justiça da Bahia, o Tribunal de Contas da Bahia e o Município de Salvador (Acordo de Cooperação Técnica 24/2023); e entre o CNJ, a Advocacia Geral da União, a PGFN, o Tribunal de Justiça de São Paulo (Portaria Conjunta 5/2024), com possibilidade de adesão dos demais tribunais, a fim de facilitar a extinção em lote de execuções fiscais.

O documento que ora se apresenta segue contendo as informações relativas às despesas, às arrecadações de receitas, ao acesso à justiça e a uma vasta gama de indicadores processuais, com variáveis que mensuram o nível de desempenho, de informatização, de produtividade, de recorribilidade da justiça e outros dados empiricamente obtidos, do modo a fornecer a

transparência e possibilitar *accountability* desejadas pela sociedade brasileira e comunidade internacional¹.

Ainda na esteira da transparência ativa, os principais painéis estatísticos disponibilizados e atualizados, mensalmente, pelo Conselho também serão explicitados aqui, com o passo a passo que permitirá a consulta e *download* de dados úteis para pesquisas.

Outra inovação é o lançamento deste Relatório no primeiro semestre, propiciando que os tribunais e magistrados(as) tenham tempo de analisar seus resultados e perspectivas processuais, verificar problemas e até tentar melhoramentos para o ano seguinte, pois terão maior prazo para os ajustes. Além de promover um debate mais qualificado nos Encontros Nacionais do Poder Judiciário que ocorrem, geralmente, em novembro, nos moldes da Resolução CNJ n. 198/2014.

As estatísticas sobre corpo funcional e infraestrutura da Justiça estão embasadas no Sistema MPM que angaria, mês a mês, os dados de pessoas e estruturas da Justiça. A partir do referido sistema, foi desenvolvido um Painel de “Dados de Pessoal do Poder Judiciário”², que permite acompanhar, de forma contínua e permanente, a evolução dos resultados nos tribunais.

Atualizado mensalmente, o painel dispõe de informações dos registros funcionais, com dados sobre faixa etária, tempo de serviço, cargo ocupado, sexo e raça/cor dos(as) magistrados(as) e dos(as) servidores(as) do Poder Judiciário.

Nesse sentido, as informações sobre a participação de pessoas negras no Poder Judiciário, bem como de ações de combate ao racismo e de promoção da composição racial por parte do CNJ, serão elucidadas em campo próprio deste documento, a exemplo dos dados estatísticos referentes à participação feminina na composição dos quadros de pessoal do Poder Judiciário, apresentados dos forma inédita na edição de 2023.

Além das novidades indicadas, o presente Anuário segue sendo elaborado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ)³, sob a supervisão da Secretaria de Estratégia e Projetos (SEP) do Conselho Nacional de Justiça, e apresenta informações detalhadas por tribunal e por segmento de justiça, além de uma série histórica de 15 anos, abrangendo o período de 2009 a 2023.

1 Registra-se que o relatório Justiça em Números também é publicado em versão inglesa e espanhola (Justice in Numbers e Justicia en Cifras).

2 O Painel, que está disponível em <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-mpm-pessoal/>.

3 O DPJ foi criado pela Lei n. 11.364/2006, com o objetivo de desenvolver pesquisas destinadas ao conhecimento da função jurisdicional brasileira e realizar análise e diagnóstico dos problemas estruturais e conjunturais dos diversos segmentos do Poder Judiciário. Trata-se de um setor que possui como prática primordial a produção de pesquisa fundamentada em evidências, a qual se mostra essencial para o fornecimento de subsídios técnicos adequados para a formulação de políticas judiciárias, fomentando a cultura gerencial de governança respaldada em dados.

Recorda-se que o primeiro relatório com adoção de metodologia unificada foi elaborado em 2006, com dados do ano-base 2004. Revisados e aprimorados os glossários e indicadores do Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário (SIESPJ), mudanças metodológicas foram realizadas, demandando a adoção do recorte temporal a partir do ano de 2009.

A 21ª Edição do Relatório Justiça em Números reúne informações dos 91 órgãos do Poder Judiciário: os 27 Tribunais de Justiça Estaduais (TJs); os seis Tribunais Regionais Federais (TRFs); os 24 Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs); os 27 Tribunais Regionais Eleitorais (TREs); os três Tribunais de Justiça Militar Estaduais (TJMs); o Superior Tribunal de Justiça (STJ); o Tribunal Superior do Trabalho (TST); o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Superior Tribunal Militar (STM).

Portanto, o Diagnóstico que se apresenta reforça a importância da consolidada série Justiça em Números para a transparência ativa e para a governança democrática e participativa, ao abordar de forma neutra e isonômica as principais estatísticas do Poder Judiciário.

Trata-se de um marco de autoavaliação constante, em observância aos princípios republicanos de boa gestão dos recursos judiciários e da competência constitucional, tendo a integridade e a transparência como diferenciais do Poder Judiciário brasileiro.

HISTÓRICO METODOLÓGICO

As publicações inaugurais do Relatório Justiça em Números, contendo informações relativas aos exercícios de 2004 a 2008, marcaram o estágio inicial do processo de compreensão da dinâmica quantitativa do Poder Judiciário brasileiro. O escopo primordial residia no oferecimento de informações de forma gerencial e de otimização ao disponibilizar indicadores referentes ao fluxo processual.

A primeira edição, referente aos dados do ano-base de 2003, consistiu no esforço de sistematização das estatísticas, ainda anterior à edição da Resolução n. 15/2006, que dispunha sobre a regulamentação do Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ) e estabeleceu os parâmetros iniciais da coleta de dados.

Os relatórios que seguem considerando os anos-base 2004 em diante passaram a ser produzidos de acordo com os critérios definidos pela regulamentação e, dessa forma, atingem o maior nível de maturidade e padronização das informações.

Com o advento da Resolução CNJ n. 15, os índices estatísticos tornaram-se cogentes para o sistema judiciário nacional, pois na sequência, foi editada a Resolução CNJ n. 76/2009, que manteve as diretrizes gerais da Resolução CNJ n. 15/2006 e conceituou variáveis e indicadores.

No ano de 2008, foi elaborado o primeiro relatório analítico do Justiça em Números referente ao ano-base 2007, com seleção de indicadores e texto discursivo a respeito do desempenho do judiciário por segmento da Justiça. Até então, o relatório reunia apenas indicadores apresentados em tabelas, gráficos e glossários.

Em 2010 (ano-base 2009), pela primeira vez passou-se a utilizar o conceito de portes, dividindo os tribunais da Justiça Estadual e Trabalhista entre pequeno, médio e grande, método até hoje aplicado e utilizado na gestão judiciária. No mesmo período também ocorreu a primeira apresentação de estatísticas desagregadas entre processos criminais e não criminais, fiscais e não fiscais.

No ano de 2012 (ano-base 2011), transformou-se o paradigma das técnicas de visualização, a partir da inserção dos primeiros infográficos que permitiram leitura mais direta e simples para qualquer pessoa, sobre as estatísticas judiciárias. A edição de 2012 incluiu também pela primeira vez, o panorama completo do judiciário que passou a abranger os tribunais regionais eleitorais, os tribunais militares estaduais, além do STJ, TSE e STM.

No ano de 2015, os anexos da Resolução CNJ n. 76/2009 passaram por profunda revisão com o aprimoramento e a inclusão de indicadores até então desconhecidos, como o tempo médio de tramitação, o índice de conciliação e a separação dos processos entre as fases de conhecimento e execução, detalhando as criminais e as de execução fiscal, por exemplo.

Os novos casos identificados por classe e por assunto nas Tabelas Processuais Unificadas (TPU), instituídas pela Resolução CNJ n. 46/2006, foram importantes no processo de reformulação, pois permitiram a disponibilização de um diagnóstico temático das demandas judiciais. Essas informações inéditas passaram a ser solicitadas e a compor as edições seguintes do Relatório Justiça em Números.

Ainda no ano de 2015, foi implementado o Módulo de Produtividade Mensal (MPM), que utiliza a mesma parametrização do Justiça em Números e detalha as informações, mensalmente, e por unidade judiciária. Foram desenvolvidos painéis públicos fornecendo ampla transparência à sociedade acerca dos dados do Poder Judiciário. Ainda em 2015, foram apresentadas informações sobre a estrutura do Poder Judiciário, com detalhamento das comarcas e varas instaladas por unidade da federação. Naquele período, os cidadãos começaram a ter condições de avaliar a distribuição das serventias judiciais em todo o território nacional e as repercussões decorrentes da atuação da Justiça brasileira.

Desde 2015, em razão do “Selo Justiça em Números”, o CNJ tem recebido os microdados de processos baixados e em tramitação de todos os tribunais do país, em formato de arquivo XML.

No ano de 2017 (ano-base 2016), os principais indicadores do SIESPJ passaram a ser apresentados de modo consolidado, sem separação por capítulos individualizados por segmento da Justiça, o que permitiu melhor visualização global do Poder Judiciário e facilitou as análises comparativas entre tribunais e unidades da federação, sempre com a preocupação de manter e apresentar as séries históricas disponíveis.

O antigo Selo Justiça em Números que, em 2019, foi reformulado para o Prêmio CNJ de Qualidade, se solidificou como importante mecanismo de incentivo e reconhecimento dos tribunais que se empenham no cotidiano com vista a melhorar a qualidade dos registros processuais, a partir da normalização dos metadados e da utilização das Tabelas Processuais Unificadas.

O ano de 2020 foi um marco histórico em decorrência da pandemia global de Covid-19 que impactou a população mundial. A reinvenção das formas de trabalho e o emprego maciço da tecnologia foram realidades refletidas no Poder Judiciário e auxiliaram a atividade finalística jurisdicional. Essa situação fundamentou a criação de capítulo próprio, focado na atuação inovadora do Poder Judiciário durante o período pandêmico.

Na edição de 2021, referente ao ano-base 2020, foram incluídos conteúdos próprios referentes à atividade judicial na tutela dos direitos fundamentais e do meio ambiente, de modo a mensurar a atividade jurisdicional sob a ótica humanista de desenvolvimento sustentável. No mesmo ano, foram criados, no Poder Judiciário o Observatório dos Direitos Humanos e o Observatório do Meio Ambiente.

Na edição de 2022, sobre o ano-base de 2021, foi introduzido um capítulo relacionado ao Programa de Transformação Digital e Atuação Inovadora do Poder Judiciário, pontuando iniciativas relacionadas ao Programa Justiça 4.0, Juízo 100% Digital, Núcleos de Justiça 4.0, ao Balcão Virtual, à Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ), ao Codex, ao Painel de Estatísticas e ao Painel de Grandes Litigantes.

Todas essas atividades contribuíram para a manutenção e, em muito dos casos, para melhoria e modernização dos fluxos processuais e da administração gerencial da Justiça brasileira. Além disso, também foi a primeira edição a utilizar como fonte de dados basilar o Banco de Dados Nacional do Poder Judiciário (Datajud), que alcançou o índice de maturidade ideal e padrão de saneamento adequados à importância da série Justiça em Números.

Importante também destacar a criação de relevantes instrumentos de mensuração quantitativa como o citado Painel de Grandes Litigantes, lançado no dia 9 de agosto de 2022; a plataforma Sirenejud, painel que reúne informações relacionadas às ações judiciais no tema proteção ao meio ambiente em todo o país; o Painel de Monitoramento das Medidas Protetivas de Urgência da Lei Maria da Penha; da Judicialização da Saúde; de Família com temas afetos à infância e

à juventude; de Estatísticas processuais cíveis da infância e juventude; Cadastro Nacional de Ações Coletivas (Cacol); e o Sistema Nacional de Controle de Interceptações de Comunicações (SNCI).

Todos esses produtos foram beneficiados, portanto, por essa infraestrutura de dados, agora saneada e com robustez estatística, disponível na Página do DPJ para consulta pública no link: <http://www.cnj.jus.br//pesquisas-judiciarias>.

Todo o esforço dedicado a obtenção de dados sólidos permitiu, na edição de 2023, que a publicação deste relatório pudesse manter o uso primordial de dados provenientes do DataJud. No mesmo ano, foram incluídos dados estatísticos inéditos referentes à participação feminina na composição dos quadros de pessoal do Poder Judiciário que seguem atualizados na edição de 2024.

Também em 2023, alterou-se a forma de contagem dos processos, englobando os termos circunstanciados que anteriormente eram excluídos do cálculo. Também os índices de recorribilidade externa passaram a ser detalhados em capítulo próprio (capítulo 8).

Por fim, 2023 contou com a inclusão de dados do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cuja instalação ocorreu em agosto de 2022, em decorrência da Lei n. 14.226/2021. Nesse ponto, cabe ressaltar o tratamento de dados realizado que consistiu na transferência do acervo dos processos remetidos do TRF1 para o TRF6, sem que tais casos configurassem como inéditos no TRF6 tampouco como baixados no TRF1.

Neste ano, as principais novidades do Relatório consistem nos seguintes pontos:

- ▶ Lançamento do Relatório no primeiro semestre, propiciando aos tribunais e magistrados(as) tempo de analisar seus resultados;
- ▶ Ao capítulo de competências das unidades judiciárias, foram acrescentadas as varas do tribunal do júri e as auditorias militares;
- ▶ Melhorias no MPM, de modo que o sistema, na 21ª edição do relatório, passa a conter dados sobre algumas importantes políticas judiciárias: a) composição de gênero e a composição racial nos quadros de pessoal e auxiliar; b) indígenas nos concursos de cargos efetivos e magistratura; c) acesso das magistradas ao segundo grau de jurisdição dos tribunais brasileiros.
- ▶ Para acompanhar o cumprimento da política de composição racial, o Relatório de 2024 inova ao trazer, em tópico específico, dados a participação étnico-racial no judiciário;

- ▶ Na parte destinada à política de solução adequada de conflitos, foi acrescido novo indicador: o índice de realização de audiências de conciliação, além de detalhados indicadores de conciliação na fase de execução judicial e de títulos executivos extrajudiciais.
- ▶ Foi adicionado um novo Anexo B, com tutoriais de uso dos principais painéis produzidos a partir do SIESPJ: Painel de Estatísticas, Grandes Litigantes e Painel de Dados de Pessoal.

Desde 2022, o Relatório Justiça em Números se utiliza do DataJud como fonte originária de obtenção de dados empíricos para a construção de seus principais indicadores. O uso preponderante dessa sistemática representa um marco metodológico que reforça a precisão e a complexidade da análise que depende do uso de tecnologias de armazenamento de dados massivos e de um esforço constante de saneamento dos metadados:

São quase 370 milhões de processos e cerca de 16 bilhões de movimentações armazenados no banco de dados, segundo informações mais atuais do Painel de Monitoramento: <https://www.cnj.jus.br/datajud/monitoramento>.

Resta esclarecer que, para elaboração deste Relatório, foram considerados dados estatísticos do antigo sistema “Justiça em Números” para as informações processuais até o ano de 2019; e as estatísticas provenientes de cálculos e extrações feitas a partir do DataJud de 2020 em diante.

Cabe ainda ponderar que o Painel de Estatística tem comportamento dinâmico, com atualização mensal e está sujeito a alterações de dados enviados pelos tribunais, uma vez que o relatório é estático e possui informações geradas da base consolidada no mês de dezembro de 2023. Portanto, alguns números podem divergir dos apresentados na edição do ano anterior e, também, no Painel Justiça em Números.

Nessa edição, reforça-se a importância da consolidada série Justiça em Números para oferecimento de transparência ativa e uma governança democrática e participativa, ao abordar de forma neutra e isonômica as principais estatísticas do Poder Judiciário.

As informações disponibilizadas mantêm o histórico de consolidar dados dos 91 órgãos do Poder Judiciário, elencados no art. 92 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, excluídos o Supremo STF e o CNJ, que possuem estatísticas à parte.

Assim, o “Justiça em Números” inclui: os 27 Tribunais de Justiça Estaduais (TJs); os seis Tribunais Regionais Federais (TRFs); os 24 Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs); os 27 Tribunais Regionais Eleitorais (TREs); os três Tribunais de Justiça Militar Estaduais (TJMs); o Superior Tribunal de Justiça (STJ); o Tribunal Superior do Trabalho (TST); o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Superior Tribunal Militar (STM).

3 PANORAMA DO PODER JUDICIÁRIO

O Poder Judiciário brasileiro é composto por cinco segmentos de justiça, quais sejam: Justiça Estadual e Justiça Federal, que integram a Justiça Comum, e Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral e Justiça Militar, que integram a Justiça Especial. Os quadros a seguir apresentam um sumário explicativo das competências e da estrutura de cada ramo de justiça. Além do Supremo Tribunal Federal, há ainda quatro Tribunais Superiores: STJ, STM, TSE e TST.

O que é a Justiça Estadual?

A Justiça Estadual, integrante da justiça comum (juntamente com a Justiça Federal), é responsável por julgar matérias que não sejam da competência dos demais segmentos do Judiciário Federal, do Trabalho, Eleitoral e Militar, ou seja, sua competência é residual.

Como se organiza?

Cada uma das unidades da Federação tem a atribuição de organizar a respectiva justiça. Já o Poder Judiciário do Distrito Federal e Territórios é organizado e mantido pela União. A Justiça Estadual está presente em todas as unidades da Federação e engloba a maior parte dos processos judiciais.

Como é sua estrutura?

Do ponto de vista administrativo, a Justiça Estadual é estruturada em duas instâncias ou graus de jurisdição:

- ▶ Primeiro grau – composto pelos(as) juízes(as) de Direito, pelas varas, pelos fóruns, pelos tribunais do júri (encarregados de julgar crimes dolosos contra a vida), pelos juizados especiais estaduais e suas turmas recursais.
- ▶ Segundo grau – representado pelos Tribunais de Justiça (TJs). Nele, os(as) magistrados(as) são desembargadores(as), que têm entre as principais atribuições o julgamento de demandas de competência originária e de recursos interpostos contra decisões proferidas no primeiro grau.

O que são os juizados especiais?

Criados pela Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995, os juizados especiais têm competência para a conciliação, o processamento, o julgamento e a execução das causas cíveis de menor complexidade (por exemplo, as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário-mínimo, entre outras) e das infrações penais de menor potencial ofensivo, ou seja, as contravenções penais e os crimes para os quais a lei defina pena máxima não superior a dois anos.

As turmas recursais, por sua vez, integradas por juízes(as) em exercício no primeiro grau, são encarregadas de julgar recursos apresentados contra decisões dos juizados especiais.

Os Juizados Especiais da Fazenda Pública são unidades da justiça comum integrantes do sistema dos Juizados Especiais, presididos por juiz(a) de direito e dotados de secretaria e de servidores(as) específicos(as) para conciliação, processo, julgamento e execução nas causas de sua competência, na forma estabelecida pela Lei n. 12.153/2009.

O que é a Justiça do Trabalho?

A Justiça do Trabalho concilia e julga as ações judiciais oriundas da relação de trabalho (que abrangem os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios), as que envolvam exercício do direito de greve, as ações sobre representação sindical, além das demandas que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, inclusive as coletivas.

Como se organiza?

São órgãos da Justiça do Trabalho: o Tribunal Superior do Trabalho (TST), os 24 Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) e os juízes(as) do trabalho atuantes nas varas do trabalho. Nas comarcas não abrangidas pela jurisdição da Justiça do Trabalho, a competência será atribuída aos(às) juízes(as) de Direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho.

Como é formada?

A jurisdição da Justiça do Trabalho é dividida em 24 regiões. Do ponto de vista hierárquico e institucional, cada uma dessas regiões é estruturada em dois graus de jurisdição:

Primeiro grau – composto pelas varas de trabalho onde atuam os(as) juízes(as) do trabalho. Sua competência é determinada pela localidade em que presta serviços ao empregador, independentemente do local da contratação (seja de caráter nacional, seja internacional).

Segundo grau – composto pelos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs). Neles são julgados recursos ordinários contra decisões das varas do trabalho, dissídios coletivos, ações originárias, ações rescisórias de suas decisões ou das varas e mandados de segurança contra atos de seus(suas) juízes(as).

O que é a Justiça Federal?

De acordo com o disposto nos arts. 92 e 106 da Constituição Federal, a Justiça Federal, ramo integrante da estrutura do Poder Judiciário, é constituída pelos Tribunais Regionais Federais e pelos(as) juízes(as) federais.

A Justiça Federal, juntamente com a Justiça Estadual, compõe a chamada justiça comum. Compete, especificamente, à Justiça Federal julgar as causas em que a União, entidades autárquicas ou empresas públicas federais sejam interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes; as causas que envolvam estados estrangeiros ou tratados internacionais; os crimes políticos ou aqueles praticados contra bens, serviços ou interesses da União; os crimes contra a organização do trabalho; a disputa sobre os direitos indígenas; entre outros taxativamente previstos no art. 109 da Constituição Federal.

Excluem-se da competência da Justiça Federal as causas de falência, as de acidente de trabalho e as de competência das justiças especializadas.

Em razão de inclusão definida pela Emenda à Constituição n. 45, de 30 de dezembro de 2004, a Justiça Federal também passou a julgar causas relativas a graves violações de Direitos Humanos, desde que seja suscitado pelo Procurador-Geral da República ao Superior Tribunal de Justiça incidente de deslocamento de competência.

Conforme alteração estabelecida pela Emenda à Constituição n. 103, de 12 de novembro de 2019, lei poderá autorizar que as causas de competência da Justiça Federal em que forem parte instituição de previdência social e segurado possam ser processadas e julgadas na justiça estadual quando a comarca do domicílio do segurado não for sede de vara federal.

Na Justiça Federal, há os Juizados Especiais Federais, com competência para processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários-mínimos, bem como executar as suas sentenças, nos termos da Lei n. 10.259, de 12 de julho de 2001.

Já os Juizados Especiais Federais Criminais processam e julgam os feitos de competência da Justiça Federal relativos às infrações de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência.

Como é sua estrutura?

A organização do primeiro grau de jurisdição da Justiça Federal está disciplinada pela Lei n. 5.010, de 30 de maio de 1966, que determina que em cada um dos estados, assim como no Distrito Federal, será constituída uma seção judiciária.

Localizadas nas capitais das unidades da Federação, as seções judiciárias são formadas por um conjunto de varas federais, onde atuam os(as) juízes(as) federais. Cabe a eles(as) o julgamento originário da maior parte das ações submetidas à Justiça Federal.

O segundo grau de jurisdição da Justiça Federal é composto por seis Tribunais Regionais Federais (TRFs), com sedes em Brasília (TRF 1ª Região), Rio de Janeiro (TRF 2ª Região), São Paulo (TRF 3ª Região), Porto Alegre (TRF 4ª Região), Recife (TRF 5ª Região) e Belo Horizonte (TRF 6ª Região), com o TRF6 instalado no ano de 2022.

Os TRFs englobam duas ou mais seções judiciárias, conforme definido a seguir:

- ▶ TRF 1ª Região – Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins;
- ▶ TRF 2ª Região – Espírito Santo e Rio de Janeiro;
- ▶ TRF 3ª Região – Mato Grosso do Sul e São Paulo;
- ▶ TRF 4ª Região – Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina;
- ▶ TRF 5ª Região – Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe; e
- ▶ TRF 6ª Região – Minas Gerais.

Nas comarcas onde não houver vara federal, os(as) juízes(as) estaduais são competentes para processar e julgar determinados tipos de processos (art. 15, Lei n. 5.010/1966).

O que é a Justiça Eleitoral?

A Justiça Eleitoral é um ramo especializado do Poder Judiciário brasileiro responsável pela organização e realização de eleições, referendos e plebiscitos, pelo julgamento de questões eleitorais e pela elaboração de normas referentes ao processo eleitoral.

Como foi criada?

A Justiça Eleitoral foi criada pelo Código Eleitoral de 1932 (Decreto n. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932). Atualmente, é regida principalmente pelo Código Eleitoral de 1965 (Lei n. 4.737, de 15 de julho de 1965) e sua existência e estrutura possuem previsão legal nos arts. de 118 a 121 da Constituição Federal de 1988, que, entre outras determinações, instituem o Tribunal Superior Eleitoral como seu órgão máximo, de última instância, e impõem a existência de um Tribunal Regional Eleitoral na capital de cada estado e no Distrito Federal.

Como é a sua estrutura?

A Justiça Eleitoral não possui quadro próprio de magistrados(as), que atuam mediante mandato. É estruturada em três órgãos, o Tribunal Superior Eleitoral, o primeiro e o segundo grau:

- ▶ Primeiro grau – composto por um(a) juiz(a) eleitoral em cada zona eleitoral, escolhido dentre os(as) juízes(as) de Direito, e pelas juntas eleitorais, de existência provisória apenas nas eleições e compostas por um(a) juiz(a) de Direito e por dois ou quatro cidadãos(ãs) de notória idoneidade.
- ▶ Segundo grau – representado pelos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), que possuem em sua composição dois(duas) desembargadores(as) do Tribunal de Justiça, dois(duas) juízes(as) de Direito, um(a) juiz(a) do Tribunal Regional Federal (desembargador(a) federal) ou um(a) juiz(a) federal e dois(duas) advogados(as) de notável saber jurídico e idoneidade moral. Os(As) juízes(as) dos TREs, salvo por motivo justificado, servirão por dois anos, no mínimo, e nunca por mais de dois biênios consecutivos.

O que são as Juntas Eleitorais?

São órgãos colegiados de caráter temporário do primeiro grau da Justiça Eleitoral, constituídos apenas no período de realização de eleições (60 dias antes do pleito até a diplomação dos eleitos) e suas principais atribuições são de apuração dos votos e expedição dos diplomas aos eleitos.

Compõe-se de um(a) juiz(a) de Direito, que será o presidente, e de dois(duas) ou quatro cidadãos(ãs) de notória idoneidade. As demais competências estão elencadas no art. 40 do Código Eleitoral.

O que é a Justiça Militar Estadual?

A Justiça Militar Estadual é um ramo especializado do Poder Judiciário brasileiro responsável por processar e julgar os militares dos Estados (Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar) nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil.

Como se organiza?

Cada estado tem competência para criar sua Justiça Militar Estadual por meio de lei de iniciativa dos Tribunais de Justiça. Porém, a criação de um Tribunal de Justiça Militar Estadual só é possível se o estado possuir um efetivo superior a vinte mil integrantes das forças militares estaduais, entre Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar (§3º do art. 125 da CF/88). Todas as unidades da Federação possuem Justiça Militar Estadual, dos quais três estados dispõem de Tribunal de Justiça Militar (Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo).

Como é sua estrutura?

A Justiça Militar Estadual é estruturada em duas instâncias ou graus de jurisdição:

- ▶ Primeiro grau – é constituído pelas auditorias militares, composta por um(a) juiz(a) de Direito, também denominado juiz auditor, responsável pelos atos de ofício e pelos Conselhos de Justiça, órgão colegiado formado por quatro juízes(as) militares (oficiais das armas) e o próprio juiz auditor, com a função de processar crimes militares.
- ▶ Segundo grau – é representado pelos Tribunais de Justiça Militar, nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Nos demais estados e no Distrito Federal, essa função cabe aos próprios Tribunais de Justiça (TJs).

O que é a Justiça Militar da União?

A Justiça Militar da União (JMU) é um ramo do Poder Judiciário brasileiro a quem compete processar e julgar militares das Forças Armadas e civis que cometerem crimes militares previstos em lei. É o segmento de justiça mais antigo do Brasil, tendo sido o Superior Tribunal Militar a primeira Corte do País a ser criada, em 1º de abril de 1808, pelo então príncipe regente de Portugal, Dom João VI.

Como é sua estrutura?

A JMU é estruturada em dois graus de jurisdição, uma primeira instância e um tribunal superior, o Superior Tribunal Militar (STM), além de uma Auditoria de Correição. Primeira instância: Composta por 19 Auditorias, divididas em 12 Circunscrições Judiciárias Militares (CJM). As Auditorias têm jurisdição mista, ou seja, cada uma julga os feitos relativos à Marinha, ao Exército e à Aeronáutica. O julgamento é realizado pelos Conselhos de Justiça, formados por quatro oficiais e pelo(a) Juiz(a) Auditor(a).

Auditoria de Correição – é exercida pelo(a) juiz(a) auditor(a) Corregedor(a), com atuação em todo o território nacional. A Auditoria de Correição é um órgão de fiscalização e orientação judiciário-administrativa.

Os recursos às decisões de primeira instância são remetidos diretamente para o STM, a quem cabe, também, julgar originalmente os oficiais-generais.

O que são os Tribunais Superiores?

Os Tribunais Superiores são os órgãos máximos de seus ramos de justiça, que atuam tanto em causas de competência originária quanto como revisores de decisões de primeiro ou segundo grau. São eles: Superior Tribunal de Justiça (STJ), Superior Tribunal Militar (STM), Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Tribunal Superior do Trabalho (TST). Os(As) magistrados(as) que compõem esses colegiados são denominados Ministros(as).

Superior Tribunal de Justiça

É o Tribunal Superior da Justiça comum (estadual e federal) para causas infraconstitucionais (que não se relacionam diretamente com a Constituição Federal), composto por 33 ministros(as). Sua principal função é uniformizar e padronizar a interpretação da legislação federal brasileira, ressalvadas as questões de competência das justiças especializadas (Eleitoral e Trabalhista).

Suas competências estão previstas no art. 105 da Constituição Federal, entre as quais o julgamento em recurso especial de causas decididas em última ou única instância pelos Tribunais Regionais Federais, pelos Tribunais de Justiça ou pelos Tribunais de Justiça Militar dos estados quando a decisão recorrida contrariar lei federal.

Superior Tribunal Militar

O STM é um órgão da Justiça Militar da União, composto por 15 ministros(as) vitalícios(as), nomeados(as) pelo Presidente da República depois de aprovados(as) pelo Senado Federal, dos

quais três são oficiais-generais da Marinha, quatro oficiais-generais do Exército, três oficiais-generais da Aeronáutica – todos da ativa e do posto mais elevado da carreira – e cinco civis escolhidos pelo Presidente da República.

O Superior Tribunal Militar, um dos três Tribunais Superiores especializados do Brasil, tem a atribuição de julgar os recursos oriundos da primeira instância da Justiça Militar da União, bem como a competência originária para processar e julgar os(as) oficiais-generais e decretar a perda do posto e da patente dos(as) oficiais das Forças Armadas julgados(as) indignos(as) ou incompatíveis para o oficialato.

Tribunal Superior Eleitoral

Órgão máximo da Justiça Eleitoral, o TSE é composto por sete ministros(as) titulares e sete ministros(as) substitutos(as). São três titulares e três substitutos(as) provenientes do STF, dois(duas) titulares e dois(duas) substitutos(as) oriundos(as) do STJ e dois(duas) titulares e dois(duas) substitutos (as) da classe jurista, advogados(as) indicados(as) pelo STF e nomeados(as) pela Presidência da República. Sua principal função é zelar pela lisura de todo o processo eleitoral.

Ao TSE cabe, entre outras atribuições previstas no Código Eleitoral, julgar os recursos decorrentes das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), inclusive sobre matéria administrativa.

Tribunal Superior do Trabalho

Órgão máximo da Justiça do Trabalho, o TST é composto por 27 ministros(as). Sua principal função é uniformizar as decisões sobre ações trabalhistas, consolidando a jurisprudência desse ramo do Direito. O TST possui competência para o julgamento de recursos de revista, recursos ordinários e agravos de instrumento contra decisões de TRTs e dissídios coletivos de categorias organizadas em âmbito nacional, além de mandados de segurança e embargos opostos às suas decisões e ações rescisórias, entre outras constantes no art. 114 da Constituição Federal.

3.1 ESTRUTURA DO PRIMEIRO GRAU

O primeiro grau do Poder Judiciário está estruturado em **15.646 unidades judiciárias**, número semelhante ao apresentado no ano anterior. Os dados foram apurados a partir do Módulo de Produtividade Mensal (MPM) do CNJ, sistema que possui o cadastro de todas as varas, juizados, zonas eleitorais, unidades judiciárias e unidades de apoio existentes. Conforme Figuras 1 e 2, as unidades estão assim dispostas:

- ▶ Na Justiça Estadual, são 10.451 unidades, sendo 9.113 varas e 1.338 juizados especiais (66,8%);
- ▶ Na Justiça Federal, são 1.000 unidades, sendo 840 varas e 160 juizados especiais federais (6,4%);
- ▶ Na Justiça Trabalhistas, são 1.585 varas do trabalho (10,1%);
- ▶ Na Justiça Eleitoral, são 2.577 zonas eleitorais (16,5%);
- ▶ Na Justiça Militar Estadual, são 14 auditorias militares;
- ▶ Na Justiça Militar da União, são 19 auditorias militares.

A maioria das unidades judiciárias pertence à Justiça Estadual, que possui 10.451 varas e juizados especiais e 2.496 comarcas (44,8% dos municípios brasileiros são sede da Justiça Estadual). A Justiça do Trabalho está sediada em 610 municípios (11% dos municípios) e a Justiça Federal em 276 (5% dos municípios).

Figura 1 - Unidades judiciárias de primeiro grau, por ramo de justiça

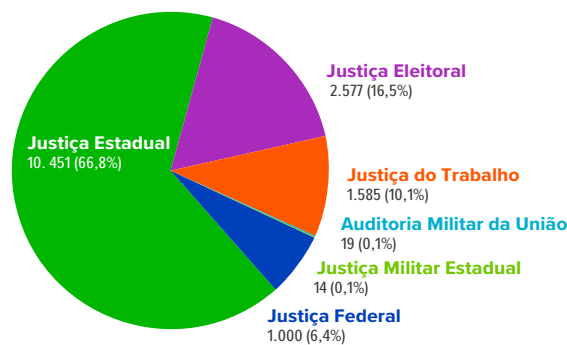
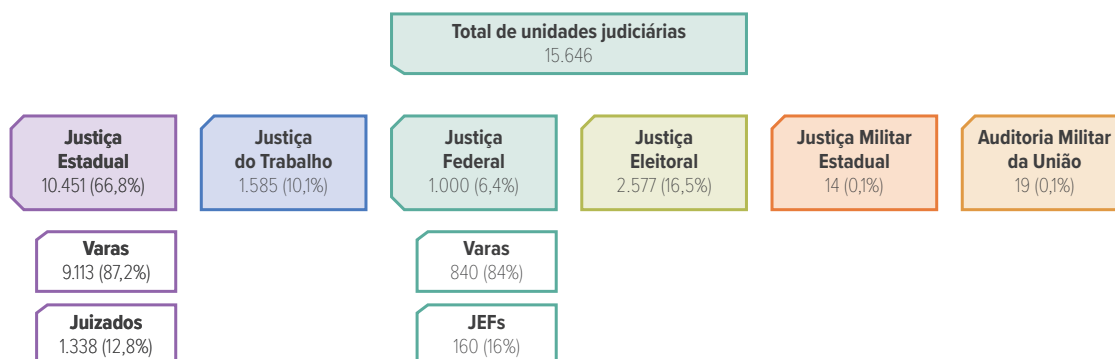
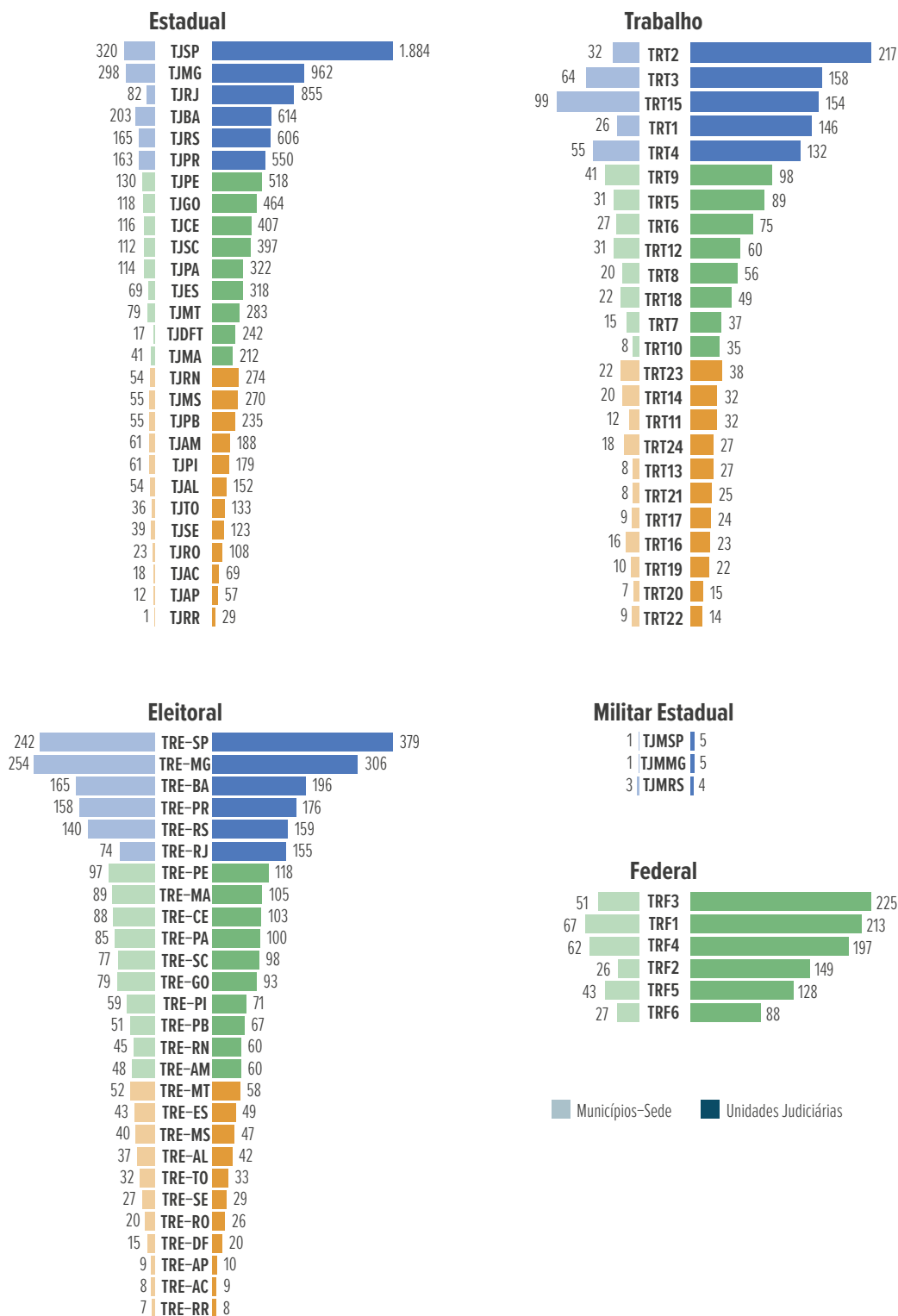


Figura 2 - Diagrama do número de unidades judiciárias de primeiro grau, por ramo de justiça



A Figura 3 apresenta o número de unidades judiciárias e a quantidade de municípios que são sede das respectivas unidades, o que representa, para a Justiça Estadual, o número de comarcas; para a Justiça Federal, o número de subseções judiciárias; para a Justiça do Trabalho, o número de municípios que possuem vara do trabalho; e, para a Justiça Eleitoral, o número de municípios com cartórios eleitorais.

Figura 3 - Número de municípios-sede e unidades judiciárias por tribunal



A Figura 4 apresenta o percentual da população de cada unidade da Federação (UF) residente em município que sedia unidade judiciária (municípios-sede) da Justiça Estadual, indicando o quanto as estruturas físicas do Poder Judiciário estão próximas da comunidade.

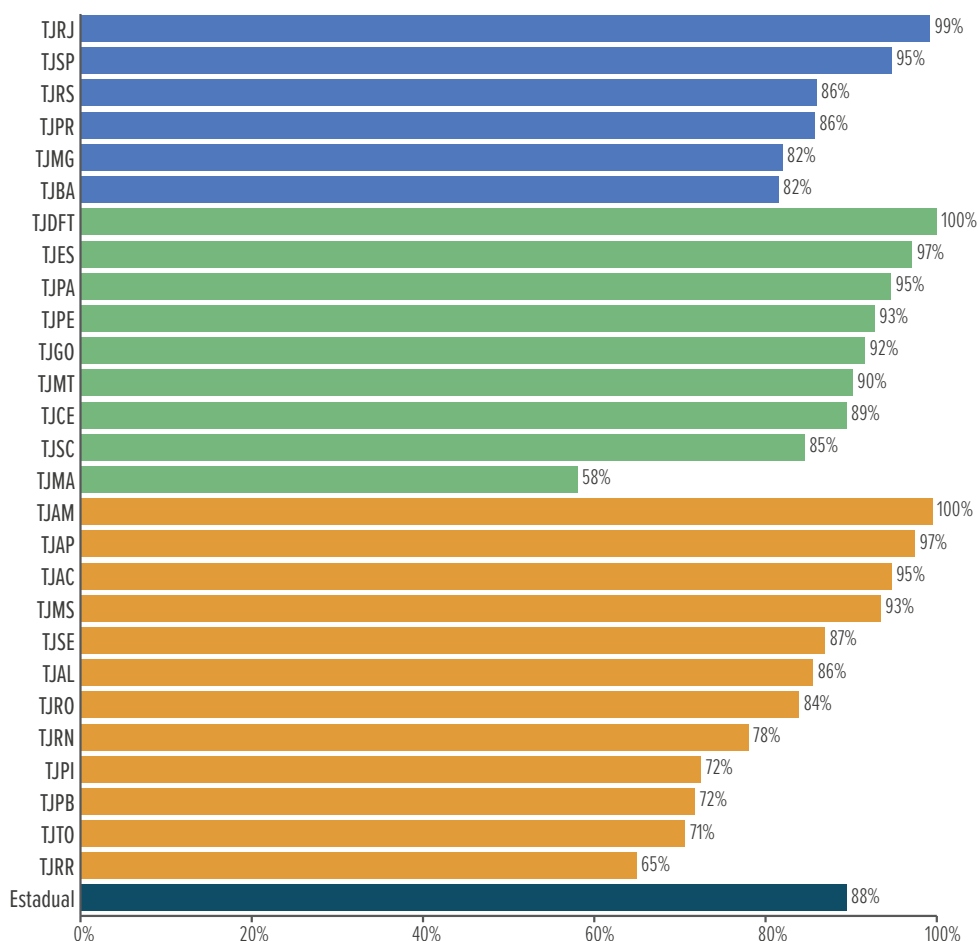
Observa-se que 88,3% da população brasileira reside em município-sede da Justiça Estadual. Isso significa que, apesar das comarcas corresponderem a 44,8% dos municípios, elas estão em locais com grande abrangência populacional.

Nos estados do Amazonas e do Rio de Janeiro, as comarcas estão localizadas de forma que quase todos os habitantes residem em Municípios providos por varas.

O Distrito Federal, por possuir característica peculiar de ser composto apenas pelo município de Brasília, também se apresenta com 100% na Figura 4. Cabe observar que o Amazonas possui alguns municípios de extensa dimensão territorial e com localidades de difícil acesso, sendo, portanto, esse indicador insuficiente para medir acesso à justiça em um território com tais características.

Em situação inversa, com menor índice de população atendida, estão os estados do Maranhão, Roraima, Tocantins, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte – com menos de 80% da população residente em sede de comarca, situação que é verificada com maior incidência nos tribunais de pequeno porte.

Figura 4 - Percentual da população residente em municípios sede de comarca



As Figuras de 5 a 9 apresentam a malha territorial das comarcas brasileiras, com mapeamento dos municípios-sede delas. Os municípios pintados de verde são aqueles em que há unidade judiciária em seus limites territoriais. Os dados foram extraídos do sistema Módulo de Produtividade Mensal (MPM), que possui um cadastro nacional de todas as unidades judiciárias e suas respectivas comarcas, com designação e localização geoespacial.

A área total das comarcas abrange 76% do território brasileiro, em quilômetros quadrados. O Painel de Estatísticas do Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário (DataJud), disponível em <https://www.cnj.jus.br/datajud/painel-estatistica/>, permite uma livre navegação ao(à) usuário(a) na aba “Mapas”. Nesse painel, é mostrada a estrutura judiciária de cada tribunal em associação com as estatísticas processuais de cada município-sede do Brasil.

Figura 5 - Distribuição geográfica das comarcas na região Sul

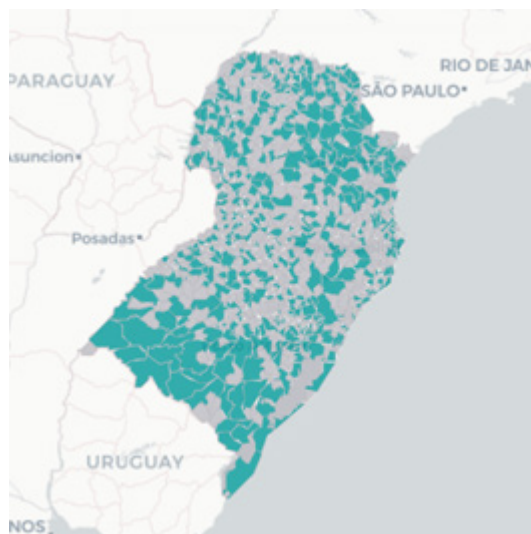


Figura 6 - Distribuição geográfica das comarcas na região Sudeste

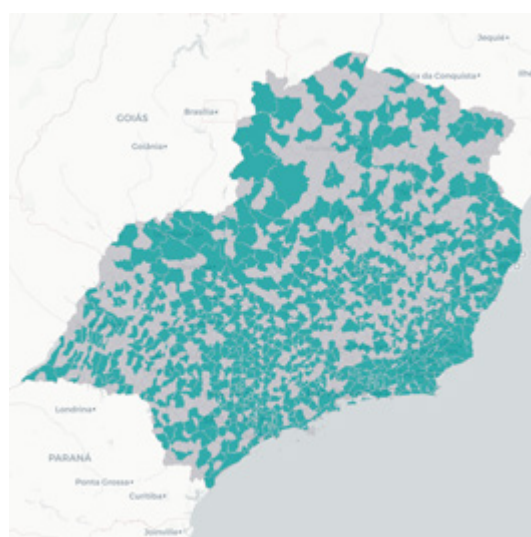


Figura 9 - Distribuição geográfica das comarcas na região Norte



A Figura 10 mostra a localização e concentração das unidades judiciárias no território. Nota-se grande concentração na faixa litorânea do País, com distribuição mais esparsa nos estados da região Norte e nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Figura 10 - Localização das unidades judiciárias da Justiça Estadual, Federal, Trabalhista e Militar



As Figuras de 11 a 15 apresentam a distribuição populacional por unidade judiciária para o total do Poder Judiciário e por segmento de justiça, com informações agrupadas por unidade da Federação.

Na Figura 11, é possível observar que os três maiores índices de habitantes por unidade judiciária de primeiro grau estão nos estados do Pará e do São Paulo, Maranhão, seguidos pelo estado do Amazonas. Esses quatro estados possuem 31% da população brasileira, 40% da extensão territorial do Brasil e apenas 25% das unidades judiciárias.

O estado do Maranhão apresenta o maior índice de habitantes por unidade judiciária também na Justiça do Trabalho, com 23 varas trabalhistas. O cotejo dessa informação com a disposta na Figura 4, em que essa UF aparece como a de menor índice de população atendida pelas comarcas estaduais, pode indicar um problema de acesso à justiça, que ainda pode ser mais bem estudado.

Na Justiça Eleitoral, a maior concentração de habitantes por zona eleitoral está no Distrito Federal, em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Acre (Figura 13).

Figura 11 - Habitantes por unidade judiciária

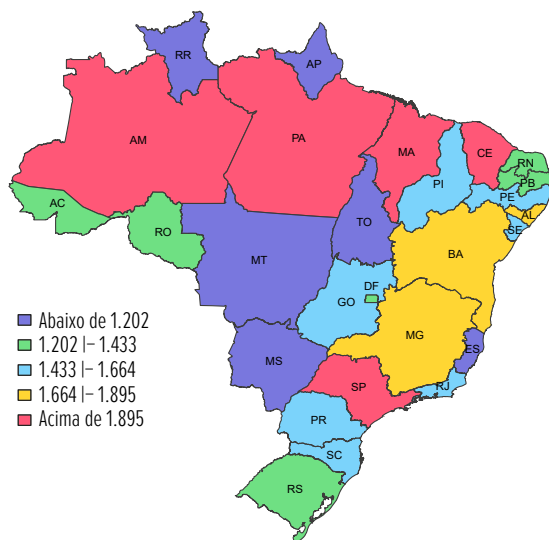


Figura 12 - Habitantes por varas e juizados especiais estaduais

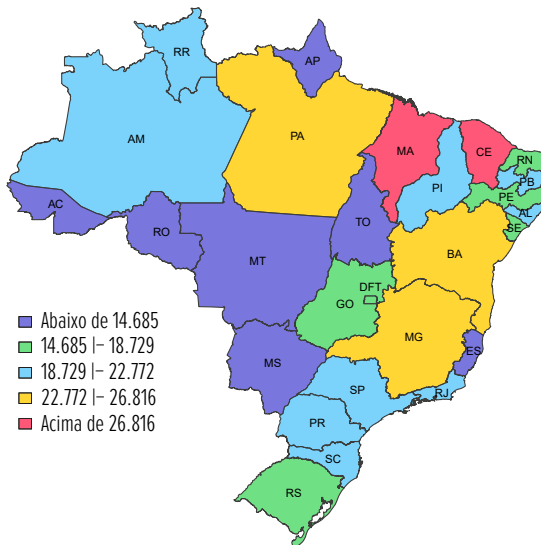


Figura 13 - Habitantes por zona eleitoral

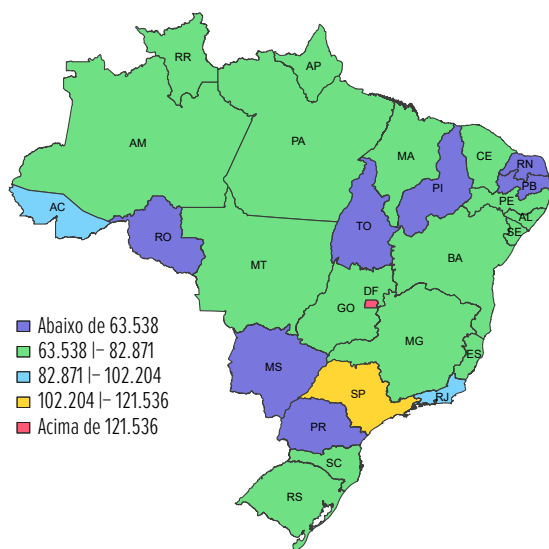


Figura 14 - Habitantes por vara do trabalho

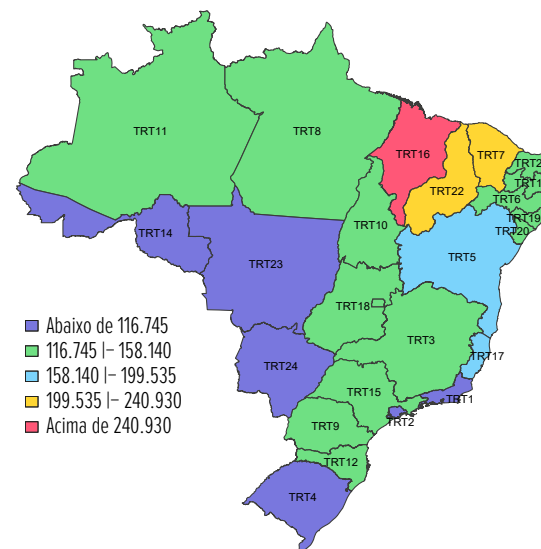
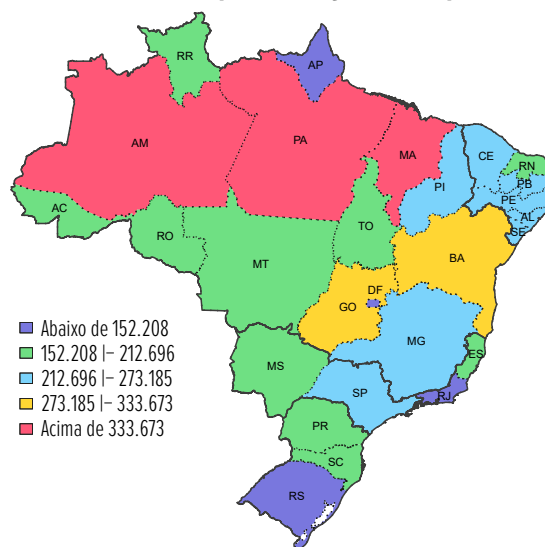


Figura 15 - Habitantes por vara e juizado especial federal



3.2 CLASSIFICAÇÃO DOS TRIBUNAIS POR PORTE

Considerando-se a extensão continental do território brasileiro, foi necessário estabelecer parâmetros metodológicos que permitam uma comparação equânime entre os diversos tribunais. A realidade social, demográfica e as singularidades regionais podem impactar o porte de cada unidade judiciária. Desse modo, para permitir a obtenção de informações comparativas, houve a criação de um índice conforme as variáveis referentes à atividade administrativa e financeira do tribunal.

Dessa forma, a classificação dos tribunais por porte tem por objetivo separar os tribunais que pertencem a um mesmo ramo de justiça, mas que possuam características distintas.

Para a construção do índice, foram usados os seguintes atributos: despesas totais; casos novos; processos pendentes; número de magistrados(as); número de servidores(as) efetivos(as), requisitados(as), cedidos(as) e comissionados(as) sem vínculo efetivo; e número de trabalhadores(as) auxiliares, que compreendem os(as) terceirizados(as), os(as) estagiários(as), os(as) juizes(as) leigos(as), os(as) conciliadores(as), os(as) voluntários e os(as) servidores de serventia privatizada.

A consolidação dessas informações forma um escore único, que é calculado para cada tribunal com o uso da técnica de Análise de Componentes Principais⁴. Com base no índice obtido, procede-se ao agrupamento nas três categorias, denominadas por porte, assim organizadas: tribunais de grande, médio ou pequeno porte.

As Tabelas de 1 a 3 apresentam os dados utilizados para o agrupamento, os escores obtidos, o *ranking* e a classificação em grupos de cada um dos tribunais da Justiça Estadual, da Justiça do Trabalho e da Justiça Eleitoral. A distribuição dos portes, conforme os segmentos de justiça, pode ser mais bem visualizada nas Figuras de 16 a 18.

Observa-se que os tribunais dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul aparecem como de grande porte nos três ramos de Justiça, enquanto os tribunais dos estados do Acre, Alagoas, Mato Grosso do Sul, Roraima, Rondônia e Sergipe estão entre os de pequeno porte. O Tribunal de Justiça do Estado da Bahia se destaca por constar pela primeira vez entre os tribunais de grande porte, apresentando, inclusive, total da despesa, de casos novos e de pendentos superior ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Geograficamente, se observa que os tribunais de justiça de pequeno porte se situam predominantemente nas regiões norte e nordeste, a exceção do TJMS. Os TRTs e o TREs situados no Espírito Santo e no Mato Grosso integram o grupo de pequeno porte na justiça trabalhista e eleitoral, respectivamente. De outro lado, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais figuram entre os tribunais de grande porte nos três segmentos de justiça.

Os estados onde se situam os cinco maiores tribunais estaduais (TJSP, TJMG, TJRJ, TJRS, TJPR e TJBA) concentram 67% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e 58% da população brasileira. Ao passo que as seis unidades da Federação em que estão os menores tribunais estaduais (TJRR, TJAC, TJAP, TJTO, TJAL e TJSE) abarcam apenas 3% do PIB e 4% da população.

⁴ Detalhes técnicos estão disponíveis no anexo metodológico, que contém informações sobre a técnica estatística empregada, no caso, a análise de componentes principais.

Figura 16 - Distribuição territorial dos Tribunais de Justiça segundo o porte

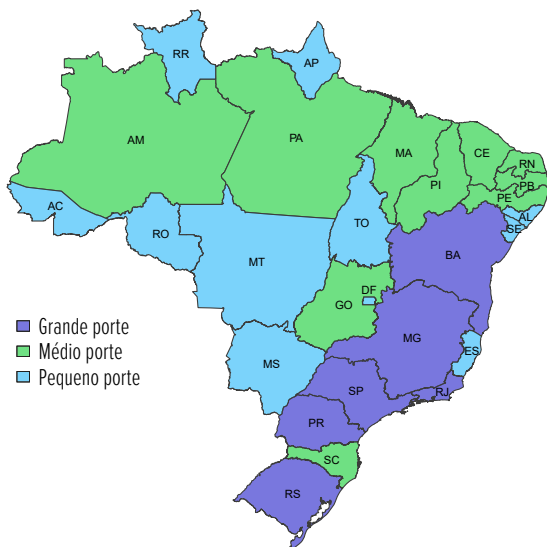


Figura 17 - Distribuição territorial dos Tribunais Regionais do Trabalho segundo o porte



Figura 18 - Distribuição territorial dos Tribunais Regionais Eleitorais segundo o porte

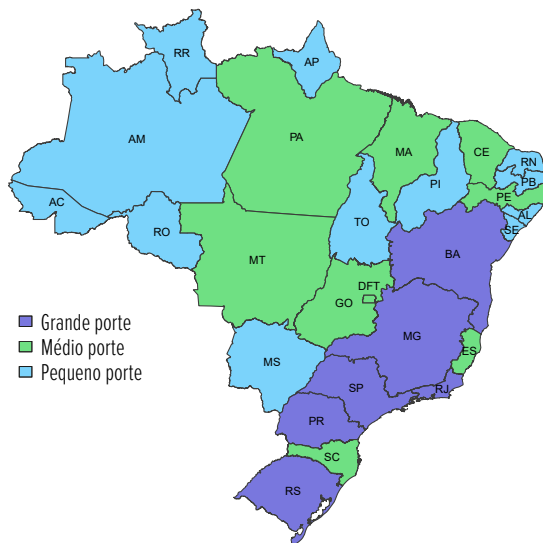


Tabela 1: Classificação dos tribunais da Justiça Estadual segundo o porte, ano-base 2023

Porte	Tribunal	Escore	Despesa total	Casos novos	Casos pendentes	magistrados(as)	Servidores
Grande	TJSP	4,246	16.054.988.742	6.863.658	24.287.179	2.656	56.185
Grande	TJMG	1,216	9.634.461.461	2.100.810	4.041.123	1.022	32.695
Grande	TJRJ	1,207	10.701.969.439	2.198.124	6.851.519	885	24.141
Grande	TJRS	0,614	5.281.594.872	1.844.954	4.452.740	888	16.348
Grande	TJPR	0,479	3.911.713.302	1.371.193	3.196.508	931	19.214
Grande	TJBA	0,412	5.218.570.726	1.632.321	3.744.212	692	13.107
Médio	TJSC	0,129	3.402.633.333	1.184.086	3.059.905	525	12.094
Médio	TJGO	0,012	2.916.475.414	955.446	1.552.525	451	14.338
Médio	TJPE	-0,089	2.372.912.254	698.990	1.614.511	561	9.939
Médio	TJDFT	-0,136	3.675.792.936	500.165	803.817	384	10.909
Médio	TJCE	-0,234	1.594.100.934	549.562	1.007.597	467	9.069
Médio	TJPA	-0,265	2.147.967.366	462.898	1.272.977	397	7.255
Médio	TJMT	-0,280	2.471.352.757	576.787	880.008	275	8.120
Médio	TJMA	-0,316	1.708.208.758	493.187	972.872	355	7.170
Médio	TJES	-0,359	1.978.348.198	393.423	1.141.559	266	6.317
Pequeno	TJMS	-0,419	1.355.135.092	480.017	1.109.764	219	5.258
Pequeno	TJRN	-0,440	1.440.374.059	372.137	705.035	260	4.837
Pequeno	TJPB	-0,445	1.053.419.353	364.899	628.524	258	6.024
Pequeno	TJAM	-0,462	976.060.849	597.323	760.259	200	4.228
Pequeno	TJPI	-0,530	959.144.872	262.866	639.399	188	3.922
Pequeno	TJRO	-0,537	1.131.297.257	308.750	347.469	149	4.181
Pequeno	TJSE	-0,552	789.105.607	291.471	373.727	161	4.217
Pequeno	TJAL	-0,569	684.647.669	224.378	504.470	173	3.590
Pequeno	TJTO	-0,591	866.926.988	213.491	499.166	119	3.124
Pequeno	TJAP	-0,685	496.506.634	96.212	173.120	77	1.709
Pequeno	TJAC	-0,691	357.738.627	62.901	131.539	88	1.945
Pequeno	TJRR	-0,713	377.562.218	60.491	56.053	54	1.586

Tabela 2: Classificação dos tribunais da Justiça do Trabalho segundo o porte, ano-base 2023

Porte	Tribunal	Escore	Despesa total	Casos novos	Casos pendentes	magistrados(as)	Servidores(as)
Grande	TRT2	3,239	3.273.846.936	836.463	1.343.412	590	6.583
Grande	TRT15	1,688	2.014.125.653	576.581	771.434	373	4.509
Grande	TRT1	1,289	2.188.390.761	381.325	634.178	278	4.477
Grande	TRT3	1,117	2.275.856.990	385.888	297.256	281	4.600
Grande	TRT4	0,944	1.972.087.597	297.942	437.679	281	3.831
Médio	TRT9	0,384	1.290.794.745	243.821	300.715	196	2.927
Médio	TRT5	0,325	1.329.909.231	172.401	325.800	194	2.861
Médio	TRT6	-0,049	977.372.992	161.017	154.668	141	2.217
Médio	TRT12	-0,127	927.796.897	156.230	152.915	129	1.894
Médio	TRT10	-0,304	725.788.143	91.675	157.910	101	1.740
Médio	TRT18	-0,320	675.319.221	127.779	104.498	100	1.698
Médio	TRT8	-0,328	774.037.970	96.525	72.703	111	1.731
Médio	TRT7	-0,431	528.847.834	104.973	119.626	78	1.487
Pequeno	TRT11	-0,540	629.587.938	61.182	44.558	72	1.247
Pequeno	TRT13	-0,577	557.832.002	64.864	43.970	67	1.129
Pequeno	TRT23	-0,606	396.343.211	67.541	55.749	75	1.043
Pequeno	TRT17	-0,610	394.337.147	65.351	84.369	61	1.053
Pequeno	TRT14	-0,668	412.015.162	42.148	35.953	60	1.011
Pequeno	TRT16	-0,674	282.455.403	54.381	81.108	56	931
Pequeno	TRT24	-0,694	345.591.910	51.781	41.721	61	817
Pequeno	TRT21	-0,696	357.876.152	44.451	37.177	52	971
Pequeno	TRT19	-0,725	282.157.274	47.418	64.520	52	728
Pequeno	TRT20	-0,809	226.721.964	31.717	43.815	33	637
Pequeno	TRT22	-0,829	189.912.319	33.088	28.236	33	620

Tabela 3: Classificação dos tribunais da Justiça Eleitoral segundo o porte, ano-base 2023

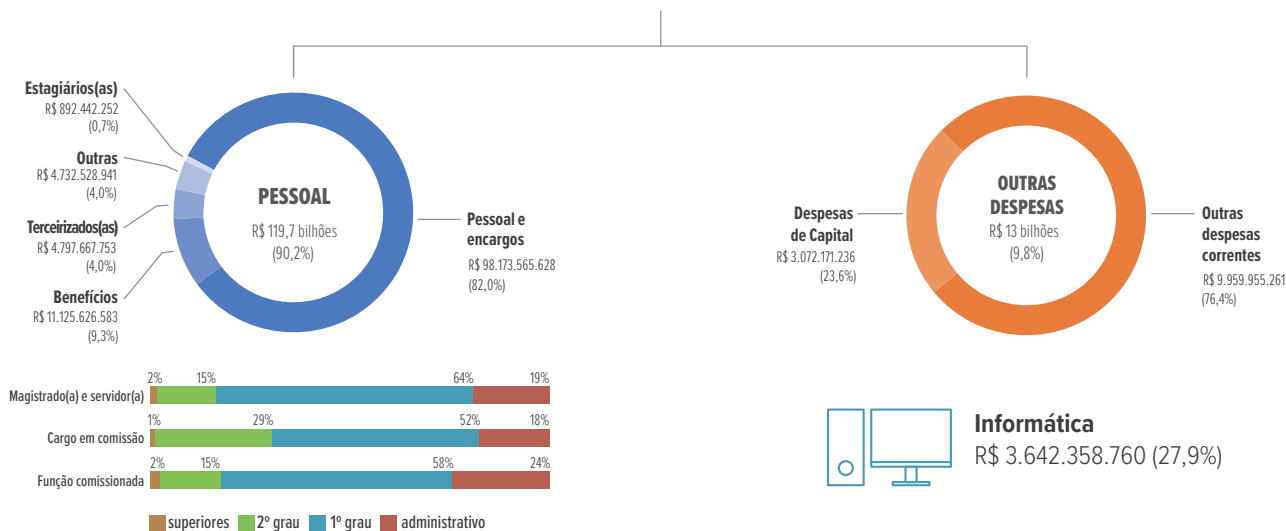
Porte	Tribunal	Score	Despesa total	Casos novos	Casos pendentes	Magistrados(as)	Servidores(as)
Grande	TRE-SP	3,742	1.001.966.381	13.788	15.489	400	5.051
Grande	TRE-MG	2,076	782.816.858	9.072	7.237	311	3.198
Grande	TRE-RJ	0,824	626.914.992	3.314	5.544	172	1.833
Grande	TRE-BA	0,713	371.097.096	7.177	1.891	206	1.968
Grande	TRE-PR	0,684	413.012.631	5.726	3.813	193	1.641
Grande	TRE-RS	0,597	446.191.465	5.273	3.748	172	1.473
Médio	TRE-MA	0,085	270.278.482	3.133	3.195	119	1.257
Médio	TRE-PE	0,023	280.548.589	2.603	2.331	129	1.262
Médio	TRE-CE	-0,016	287.822.566	3.016	1.327	116	1.372
Médio	TRE-PA	-0,022	253.612.980	2.631	2.580	108	1.304
Médio	TRE-SC	-0,026	261.532.789	3.750	2.283	107	983
Médio	TRE-GO	-0,039	236.160.898	3.339	2.966	99	1.033
Médio	TRE-PB	-0,225	193.944.260	2.449	3.346	75	758
Médio	TRE-PI	-0,250	213.284.486	2.396	2.318	81	838
Médio	TRE-RN	-0,346	166.937.028	2.197	2.382	67	779
Médio	TRE-AM	-0,401	173.567.778	1.754	2.314	65	678
Pequeno	TRE-MT	-0,421	168.147.208	2.266	1.564	64	689
Pequeno	TRE-ES	-0,476	159.133.354	2.178	1.496	57	591
Pequeno	TRE-MS	-0,586	130.570.894	1.327	959	56	657
Pequeno	TRE-AL	-0,595	137.804.789	1.348	1.633	49	432
Pequeno	TRE-TO	-0,602	131.262.163	1.655	1.324	40	525
Pequeno	TRE-SE	-0,635	118.963.022	1.169	1.519	33	595
Pequeno	TRE-DF	-0,701	140.179.190	417	1.242	27	586
Pequeno	TRE-RO	-0,741	129.027.937	899	581	36	397
Pequeno	TRE-AP	-0,839	71.683.224	845	878	17	308
Pequeno	TRE-AC	-0,893	66.944.493	501	663	16	268
Pequeno	TRE-RR	-0,930	53.408.399	408	489	15	245

3.3 INFOGRÁFICOS

Neste tópico, são apresentados, na forma de infográficos, os principais indicadores para o Poder Judiciário, por segmento de justiça, proporcionando uma visão geral dos recursos orçamentários e de pessoas, dos indicadores de litigiosidade, dos tempos médios dos processos e das demandas mais recorrentes segundo classe e assunto.

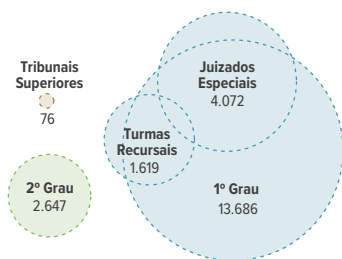
PODER JUDICIÁRIO

DESPESA TOTAL
R\$ 132.753.957.654



MAGISTRADOS(AS)

Cargos Existentes: 22.770



FORÇA DE TRABALHO



TOTAL: 446.534

MAGISTRADOS(AS): 18.265

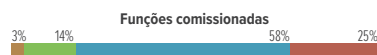
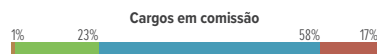
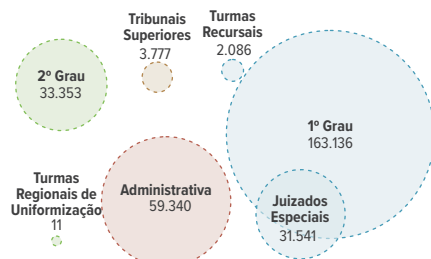
SERVIDORES(AS): 275.581

Efetivos(as): 228.330
Cedidos(as)/requisitados(as): 22.232
Sem vínculo efetivo: 24.968

AUXILIARES: 152.688

SERVIDORES(AS)

Cargos Existentes: 269.683



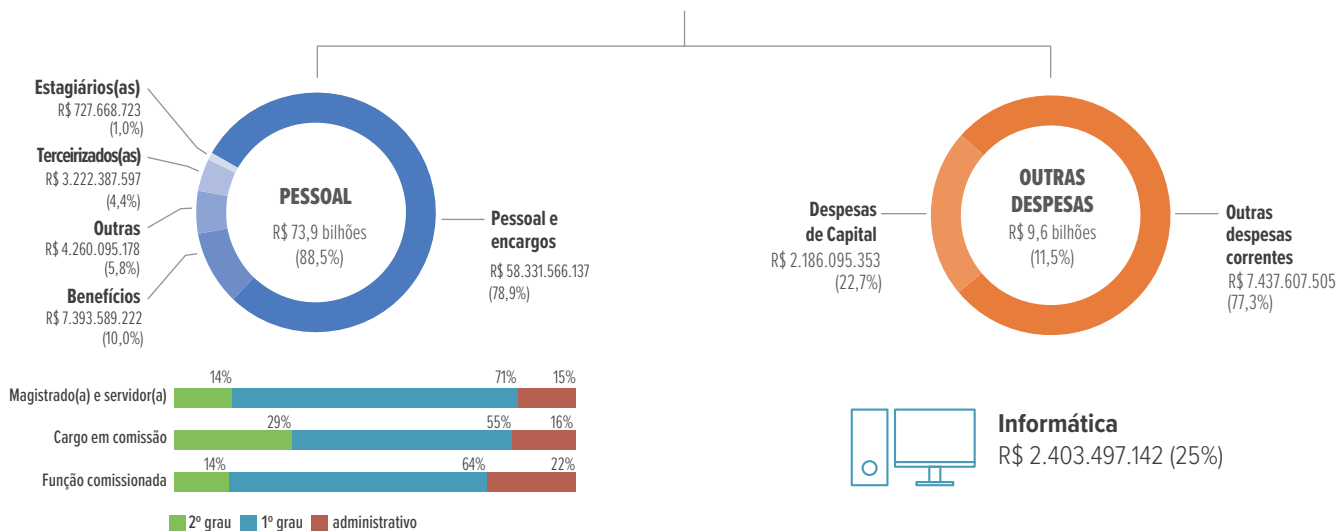
■ superiores ■ 2º grau ■ 1º grau ■ administrativo

*Incluindo os servidores cedidos para outros órgãos.

	2º GRAU	1º GRAU	TURMAS RECURSAIS	JUIZADOS ESPECIAIS	TOTAL
FORÇA DE TRABALHO					
Magistrados(as)	2.647	13.686	1.619	4.072	18.265
Servidores(as) do Judiciário	33.353	163.136	2.086	31.541	216.241
MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL					
Estoque	4.510.129	65.342.741	1.560.144	11.686.614	83.979.027
Casos novos	4.665.219	19.536.899	19.536.899	9.030.635	35.340.954
Julgados	4.313.582	18.736.143	1.526.666	7.661.772	33.232.995
Baixados	4.526.167	20.368.010	9.030.635	7.962.428	35.031.215
INDICADORES DE PRODUTIVIDADE					
IAD	97,0%	104,3%	106,5%	88,2%	99,1%
Taxa de Congestionamento	49,9%	76,2%	52,1%	59,5%	70,6%
Conhecimento	não se aplica	66,5%	não se aplica	61,0%	64,8%
Execução	não se aplica	82,9%	não se aplica	54,0%	80,6%
INDICADORES POR MAGISTRADO(A)					
Casos novos	1.762	1.187	846	1.854	1.709
Carga de trabalho	3.731	6.955	2.029	5.089	7.223
Processos julgados	1.630	1.502	959	1.914	1.960
Processos baixados	1.710	1.633	901	1.989	2.066
INDICADORES POR SERVIDOR(A)					
Casos novos	146	95	676	246	141
Carga de trabalho	308	559	1.622	676	595
Processos baixados	141	131	720	264	170

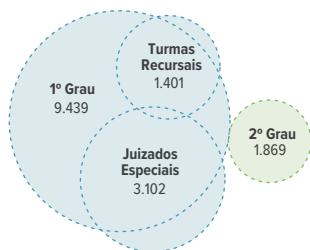
JUSTIÇA ESTADUAL

DESPESA TOTAL
R\$ 83.559.009.715

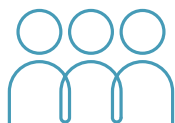


MAGISTRADOS(AS)

Cargos Existentes: 16.352



FORÇA DE TRABALHO



TOTAL: 304.223

MAGISTRADOS(AS): 12.701

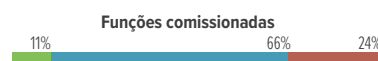
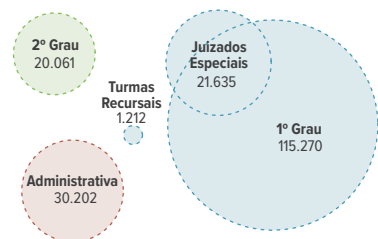
SERVIDORES(AS): 178.541

Efetivos(as): 143.755
Cedidos(as)/requisitados(as): 10.758
Sem vínculo efetivo: 24.028

AUXILIARES: 112.981

SERVIDORES(AS)

Cargos Existentes: 178.116

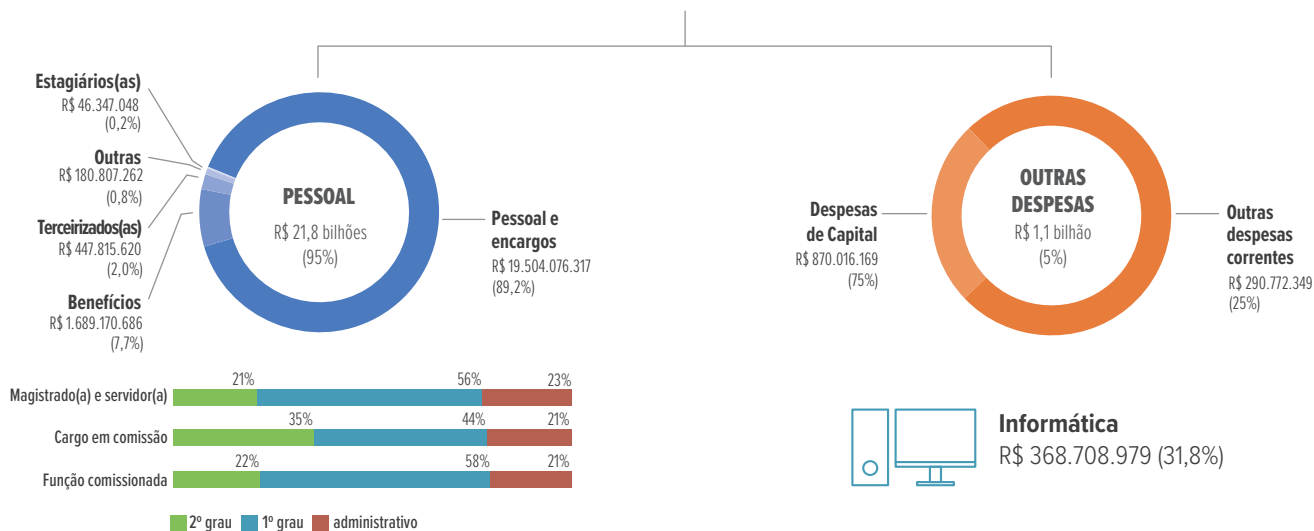


2º grau 1º grau administrativo

	2º GRAU	1º GRAU	TURMAS RECURSAIS	JUIZADOS ESPECIAIS	TOTAL
FORÇA DE TRABALHO					
Magistrados(as)	1.869	9.439	1.401	3.102	12.701
Servidores(as) do Judiciário	20.061	115.270	1.212	21.635	148.339
MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL					
Estoque	2.687.524	54.597.939	831.895	6.859.487	64.976.851
Casos novos	3.311.145	15.078.438	15.078.438	5.918.780	25.217.897
Julgados	2.772.120	13.653.497	975.909	5.543.792	22.945.964
Baixados	3.213.008	15.618.797	5.918.780	5.661.652	25.412.005
INDICADORES DE PRODUTIVIDADE					
IAD	97,0%	103,6%	101,0%	95,7%	100,8%
Taxa de Congestionamento	45,5%	77,8%	47,6%	54,8%	71,9%
Conhecimento	não se aplica	69,5%	não se aplica	54,4%	65,9%
Execução	não se aplica	83,6%	não se aplica	55,9%	81,5%
INDICADORES POR MAGISTRADO(A)					
Casos novos	1.772	1.384	652	1.558	1.767
Carga de trabalho	3.347	8.178	1.341	4.207	7.742
Processos julgados	1.483	1.577	703	1.821	1.937
Processos baixados	1.719	1.804	659	1.860	2.145
INDICADORES POR SERVIDOR(A)					
Casos novos	172	109	785	229	148
Carga de trabalho	325	646	1.612	618	650
Processos baixados	167	143	792	273	180

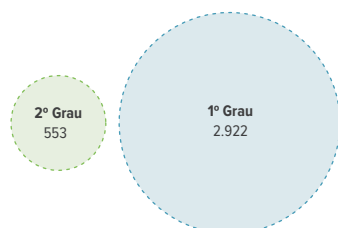
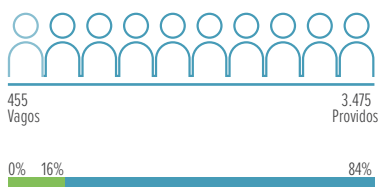
JUSTIÇA DO TRABALHO

DESPESA TOTAL
R\$ 23.029.005.452

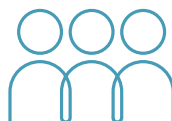


MAGISTRADOS(AS)

Cargos Existentes: 3.930



FORÇA DE TRABALHO



TOTAL: 54.217

MAGISTRADOS(AS): 3.475

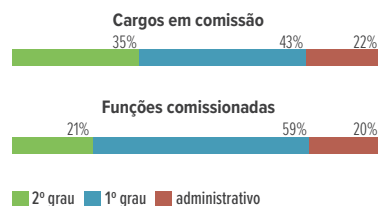
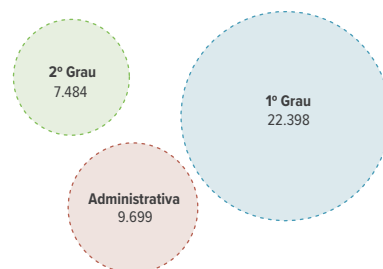
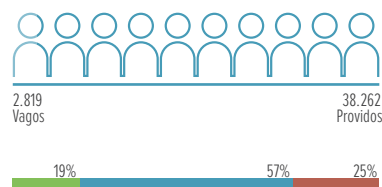
SERVIDORES(AS): 39.581

Efetivos(as): 37.644
Cedidos(as) /requisitados(as): 1.672
Sem vínculo efetivo: 265

AUXILIARES: 11.161

SERVIDORES(AS)

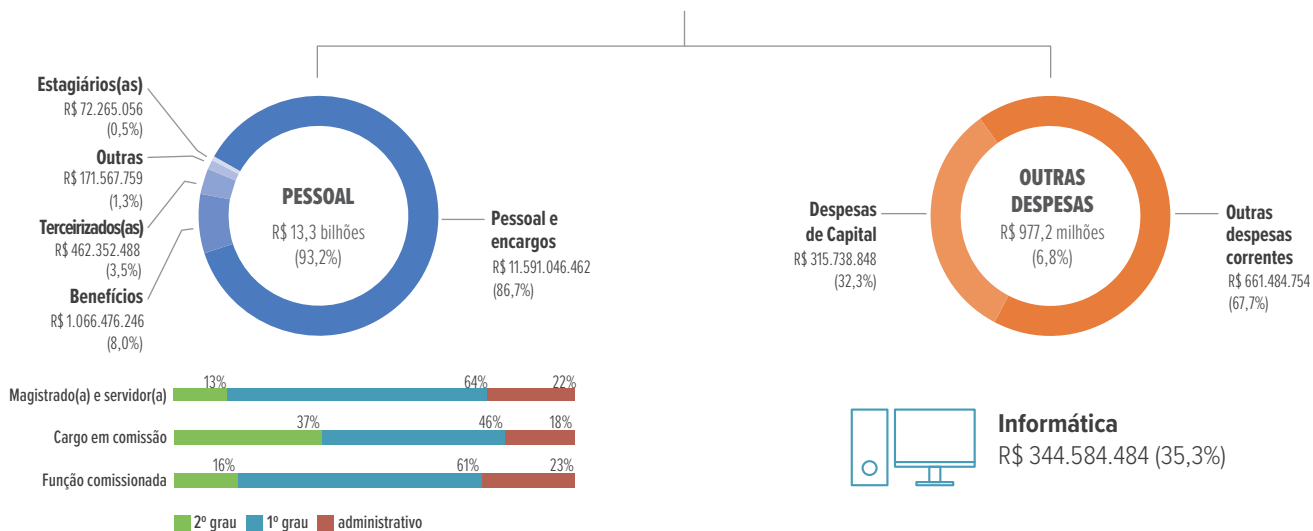
Cargos Existentes: 41.081



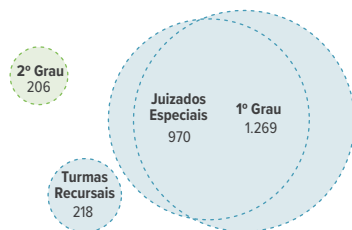
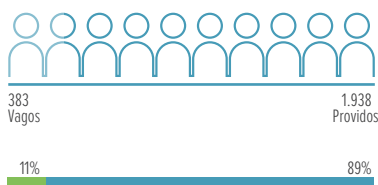
	2º GRAU		1º GRAU		TOTAL	
FORÇA DE TRABALHO						
Magistrados(as)	553		2.922		3.475	
Servidores(as) do Judiciário	7.484		22.398		29.882	
MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL						
Estoque	725.475		4.708.498		5.433.973	
Casos novos	912.754		3.283.788		4.196.542	
Julgados	988.404		3.625.137		4.613.541	
Baixados	784.362		3.358.115		4.142.477	
INDICADORES DE PRODUTIVIDADE						
IAD	85,9%		102,3%		98,7%	
Taxa de Congestionamento	48,0%		58,4%		56,7%	
Conhecimento	não se aplica		42,0%		42,0%	
Execução	não se aplica		71,9%		71,9%	
INDICADORES POR MAGISTRADO(A)						
Casos novos	1.651		705		870	
Carga de trabalho	3.315		3.228		3.243	
Processos julgados	1.787		1.388		1.458	
Processos baixados	1.418		1.286		1.309	
INDICADORES POR SERVIDOR(A)						
Casos novos	127		86		96	
Carga de trabalho	255		393		358	
Processos baixados	109		156		145	

JUSTIÇA FEDERAL

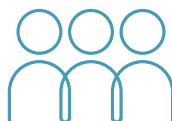
DESPESA TOTAL R\$ 14.340.931.612



MAGISTRADOS(AS) Cargos Existentes: 2.321



FORÇA DE TRABALHO



TOTAL: 44.192

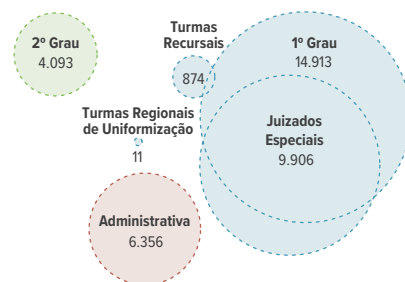
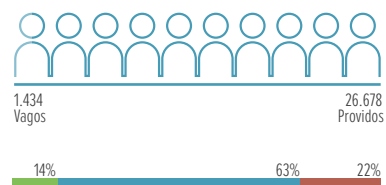
MAGISTRADOS(AS): 1.938

SERVIDORES(AS): 28.329

Efetivos(as): 25.870
Cedidos(as) /requisitados(as): 2.221
Sem vínculo efetivo: 238

AUXILIARES: 13.925

SERVIDORES(AS) Cargos Existentes: 28.112

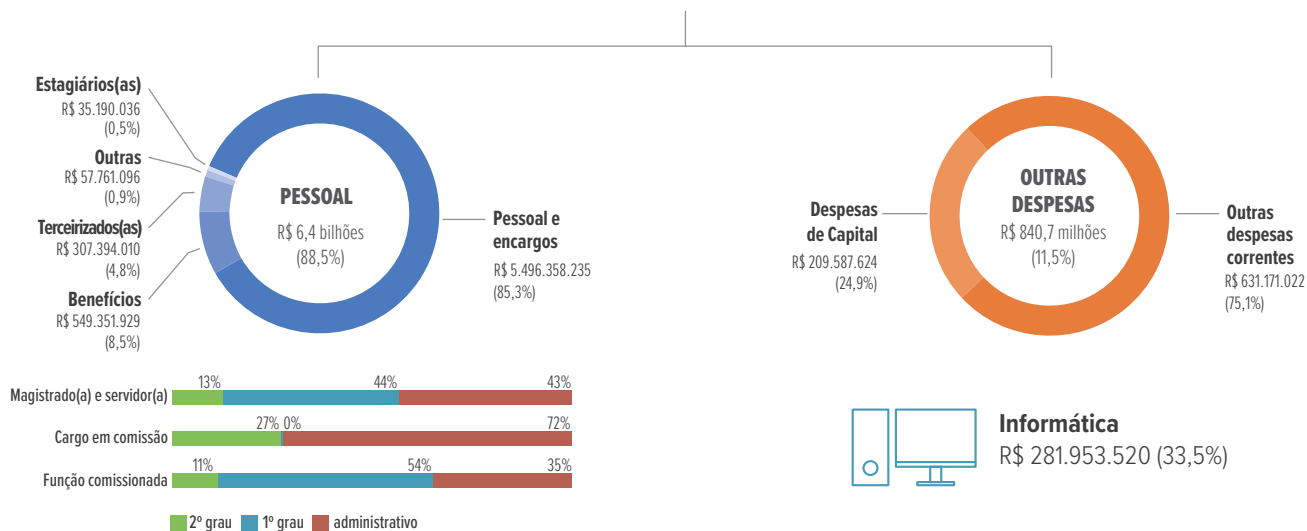


2º grau 1º grau administrativo

	2º GRAU	1º GRAU	TURMAS RECURSAIS	JUIZADOS ESPECIAIS	TOTAL
FORÇA DE TRABALHO					
Magistrados(as)	206	1.269	218	970	1.938
Servidores(as) do Judiciário	4.093	14.913	874	9.906	21.973
MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL					
Estoque	1.073.021	5.977.474	728.249	4.827.127	12.610.238
Casos novos	429.293	1.095.986	1.095.986	3.111.855	5.080.376
Julgados	520.364	1.287.209	550.757	2.117.980	4.478.061
Baixados	494.470	1.206.580	3.111.855	2.300.776	4.523.719
INDICADORES DE PRODUTIVIDADE					
IAD	115,2%	110,1%	117,7%	73,9%	89,0%
Taxa de Congestionamento	68,5%	83,2%	58,3%	67,7%	73,6%
Conhecimento	não se aplica	73,5%	não se aplica	70,6%	71,3%
Execução	não se aplica	86,5%	não se aplica	46,4%	80,8%
INDICADORES POR MAGISTRADO(A)					
Casos novos	2.084	791	2.166	2.794	2.478
Carga de trabalho	8.362	6.307	6.713	7.890	9.975
Processos julgados	2.526	1.114	2.700	2.209	2.488
Processos baixados	2.400	1.044	2.550	2.399	2.513
INDICADORES POR SERVIDOR(A)					
Casos novos	109	64	527	285	212
Carga de trabalho	436	513	1.634	805	855
Processos baixados	125	85	621	245	215

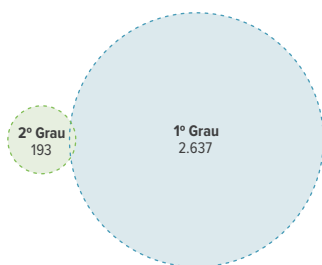
JUSTIÇA ELEITORAL

DESPESA TOTAL
R\$ 7.286.813.952

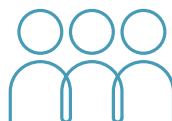


MAGISTRADOS(AS)

Cargos Existentes: 2.830



FORÇA DE TRABALHO



TOTAL: 33.551

MAGISTRADOS(AS): 2.830

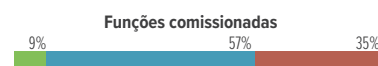
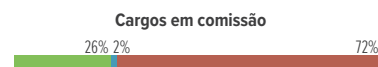
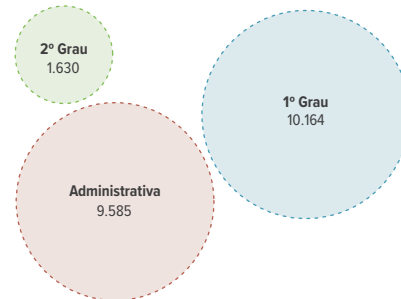
SERVIDORES(AS): 21.379

Efetivos(as): 14.462
Cedidos(as)/requisitados(as): 6.695
Sem vínculo efetivo: 171

AUXILIARES: 9.342

SERVIDORES(AS)

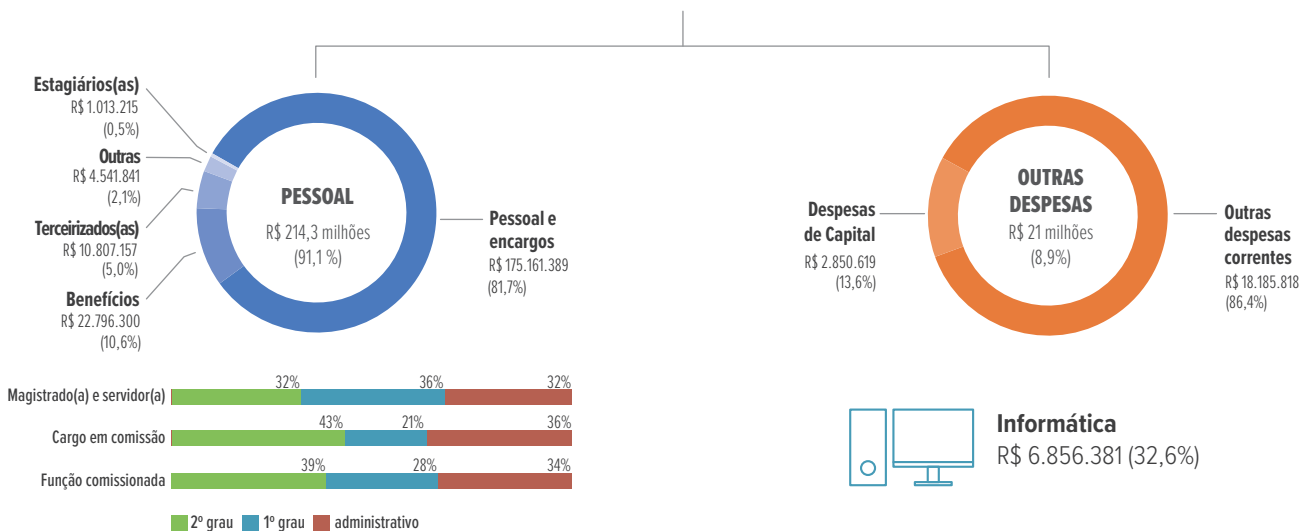
Cargos Existentes: 15.013



	2º GRAU		1º GRAU		TOTAL	
FORÇA DE TRABALHO						
Magistrados(as)					2.830	
Servidores(as) do Judiciário	1.630		10.164		11.794	
MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL						
Estoque	23.070		52.899		75.969	
Casos novos	10.408		74.251		84.659	
Julgados	30.894		167.203		198.097	
Baixados	32.732		179.482		212.214	
INDICADORES DE PRODUTIVIDADE						
IAD	314,5%		241,7%		250,7%	
Taxa de Congestionamento	41,3%		22,8%		26,4%	
Conhecimento	não se aplica		19,9%		19,9%	
Execução	não se aplica		65,9%		69,2%	
INDICADORES POR MAGISTRADO(A)						
Casos novos	54		26		26	
Carga de trabalho	312		89		104	
Processos julgados	160		63		70	
Processos baixados	170		68		75	
INDICADORES POR SERVIDOR(A)						
Casos novos	7		7		7	
Carga de trabalho	39		24		26	
Processos baixados	21		19		19	

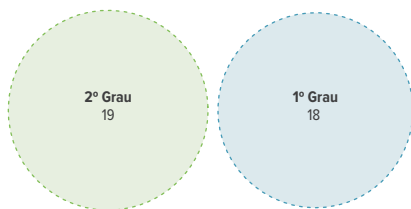
JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

DESPESA TOTAL
R\$ 235.356.340



MAGISTRADOS(AS)

Cargos Existentes: 53



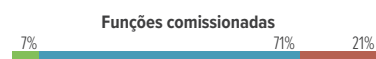
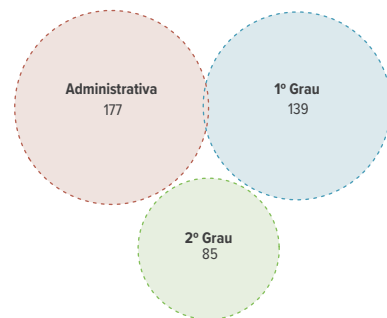
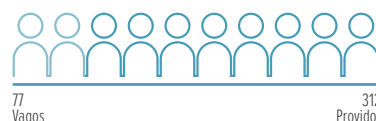
FORÇA DE TRABALHO



TOTAL: 601
MAGISTRADOS(AS): 37
SERVIDORES(AS): 401
 Efetivos(as): 311
 Cedidos(as)/requisitados(as): 37
 Sem vínculo efetivo: 53
AUXILIARES: 163

SERVIDORES(AS)

Cargos Existentes: 389

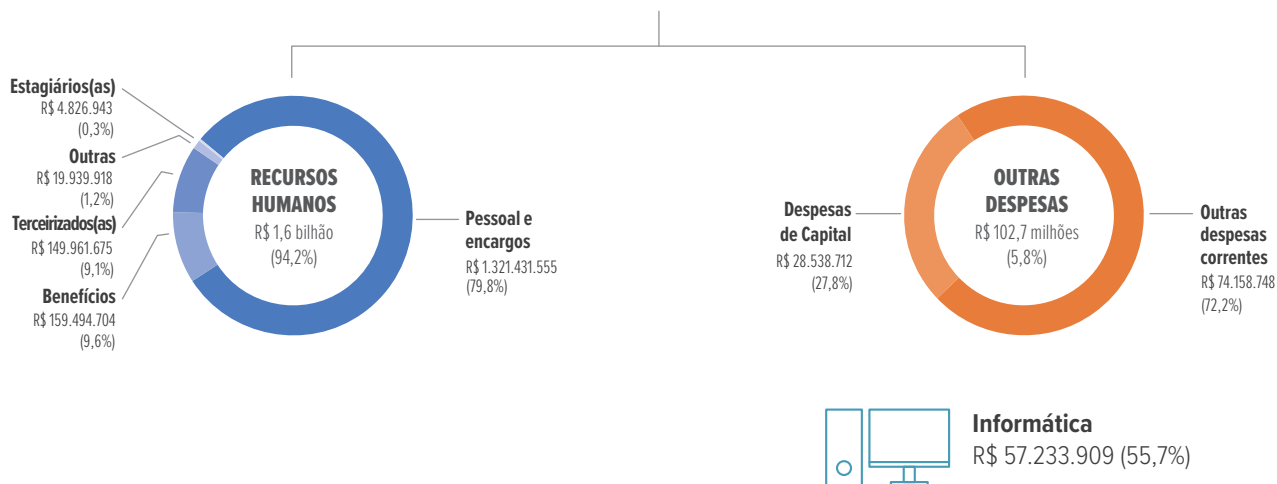


2º grau 1º grau administrativo

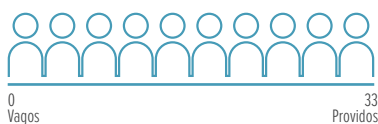
	2º GRAU		1º GRAU		TOTAL	
FORÇA DE TRABALHO						
Magistrados(as)	19		18		37	
Servidores(as) do Judiciário	85		139		224	
MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL						
Estoque	1.039		3.276		4.315	
Casos novos	1.619		2.242		3.861	
Julgados	1.800		1.959		3.759	
Baixados	1.595		2.399		3.994	
INDICADORES DE PRODUTIVIDADE						
IAD	98,5%		107,0%		103,4%	
Taxa de Congestionamento	39,4%		57,7%		51,9%	
Conhecimento	não se aplica		49,6%		49,6%	
Execução	não se aplica		74,7%		74,7%	
INDICADORES POR MAGISTRADO(A)						
Casos novos	85		96		90	
Carga de trabalho	165		319		240	
Processos julgados	95		109		102	
Processos baixados	84		133		108	
INDICADORES POR SERVIDOR(A)						
Casos novos	19		13		15	
Carga de trabalho	37		43		41	
Processos baixados	19		18		18	

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DESPESA TOTAL
R\$ 1.758.352.254



MAGISTRADOS(AS)
Cargos Existentes: 33



FORÇA DE TRABALHO



TOTAL: 5.087

MAGISTRADOS(AS): 33

SERVIDORES(AS): 2.967

Efetivos(as): 2.657

Cedidos(as)/requisitados(as): 201

Sem vínculo efetivo: 109

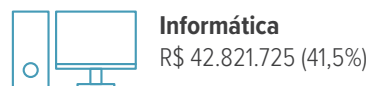
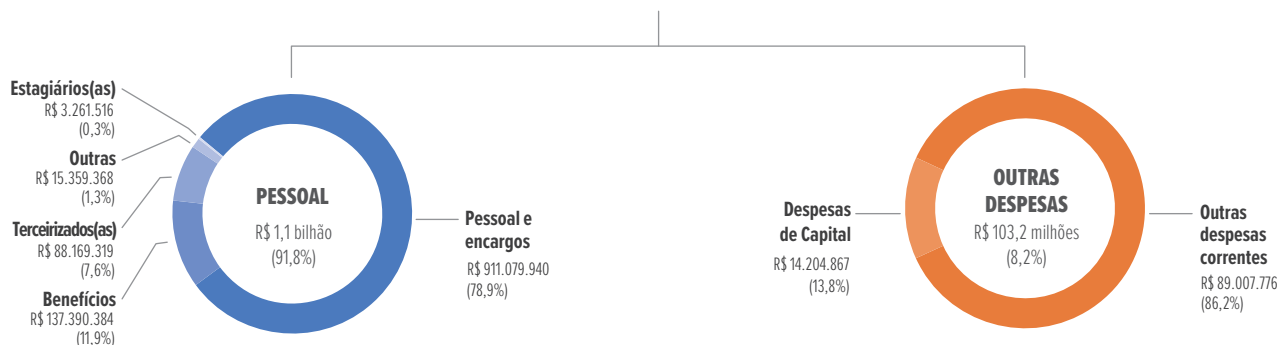
AUXILIARES: 2.087

SERVIDORES(AS)
Cargos Existentes: 2.922



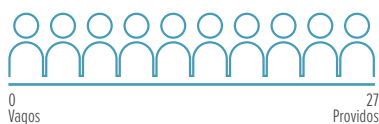
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

DESPESA TOTAL
R\$ 1.258.473.170



MAGISTRADOS(AS)

Cargos Existentes: 27



FORÇA DE TRABALHO



TOTAL: 3.642

MAGISTRADOS(AS): 27

SERVIDORES(AS): 2.350

Efetivos(as): 2.042

Cedidos(as)/requisitados(as): 262

Sem vínculo efetivo: 46

AUXILIARES: 1.265

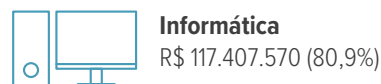
SERVIDORES(AS)

Cargos Existentes: 2.352

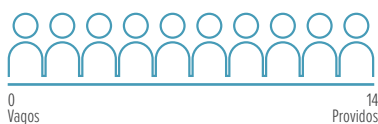


TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

DESPESA TOTAL R\$ 601.752.524



MAGISTRADOS(AS) Cargos Existentes: 14



FORÇA DE TRABALHO



TOTAL: 2.254

MAGISTRADO(AS): 14

SERVIDORES(AS): 909

Efetivos(as): 813

Cedidos(as)/requisitados(as): 80

Sem vínculo efetivo: 16

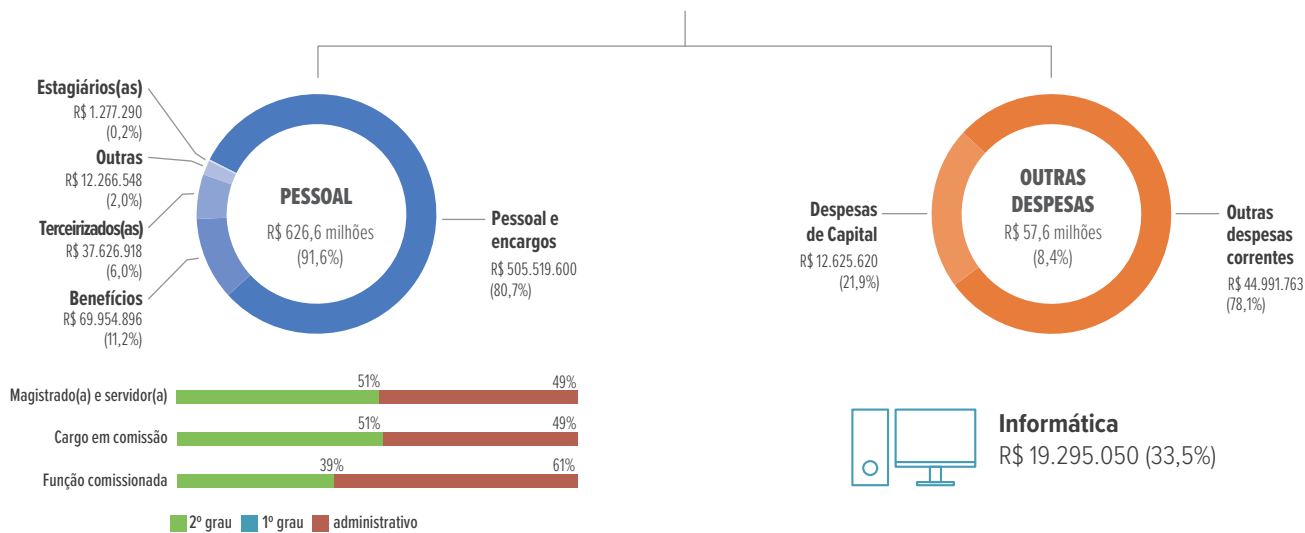
AUXILIARES: 1.331

SERVIDORES(AS) Cargos Existentes: 897



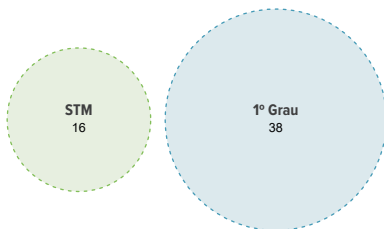
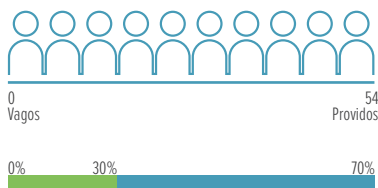
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

DESPESA TOTAL
R\$ 684.262.634

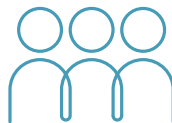


MAGISTRADOS(AS)

Cargos Existentes: 54



FORÇA DE TRABALHO



TOTAL: 1.611

MAGISTRADOS(AS): 54

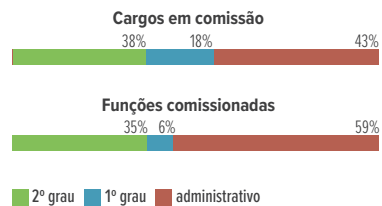
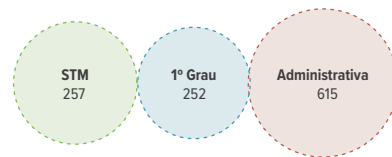
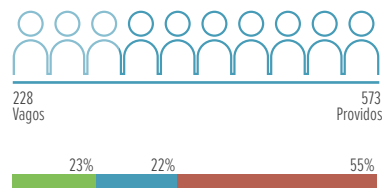
SERVIDORES(AS): 1.124

Efetivos(as): 776
Cedidos(as) /requisitados(as): 306
Sem vínculo efetivo: 42

AUXILIARES: 433

SERVIDORES(AS)

Cargos Existentes: 801



4 RECURSOS FINANCEIROS E DE PESSOAS

Este capítulo apresenta dados sobre recursos orçamentários e de pessoas do Poder Judiciário, com informações sobre despesas, arrecadações de receitas e força de trabalho.

4.1 DESPESAS E ARRECADAÇÕES DE RECEITAS

De acordo com a Figura 19, no ano de 2023, as despesas totais do Poder Judiciário somaram R\$ 132,8 bilhões, o que representou aumento de 9% em relação ao último ano. As despesas referentes aos anos anteriores foram corrigidas conforme o índice de inflação IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Esse crescimento foi ocasionado pela variação na rubrica das despesas com pessoal, que cresceram 9%; das despesas de capital, com aumento de 32,9%, além da variação positiva das outras despesas correntes (4%)⁵.

Ressalte-se que o gasto de 2023, desconsiderado o efeito da inflação, atingiu o seu maior valor na série histórica, superando o valor apresentado em 2019. As despesas do Poder Judiciário apresentaram aumento acumulado nos dois últimos anos de 15,4%.

De forma a permitir a análise temporal dos dados estatísticos, desconsiderado o efeito inflacionário, todos os valores monetários anteriores a 2023 são deflacionados segundo o IPCA. Sendo assim, os valores publicados nos Relatórios Justiça em Números de anos anteriores podem divergir dos números aqui expostos.

Para consulta aos valores nominais (sem correção de inflação), sugere-se acesso ao Painel Justiça em Números, ferramenta de business intelligence que permite consulta aos dados de forma dinâmica e atualizada.

⁵ Nos termos do Manual SIAFI, Sistema de gestão de orçamento da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia, disponível em http://manualsiafi.tesouro.gov.br/manual_completo.pdf, a diferença entre despesas correntes e de capital está vinculada à geração ou não de um bem de capital (investimento, imobilizado, intangível) ou amortização de dívida. Se o gasto gerar um bem de capital, será classificado como despesa de capital e o seu gasto será incorporado ao ativo correspondente. Acesso em abr/2024.

A despesa da Justiça Estadual, segmento que abrange 77% dos processos judiciais em tramitação, corresponde a aproximadamente 63% da despesa total do Poder Judiciário (Figura 20). Na Justiça Federal, a relação é de 15% dos processos para 11% das despesas, e na Justiça Trabalhista, 6% dos processos e 17% das despesas.

Figura 19 - Série histórica das Despesas do Poder Judiciário

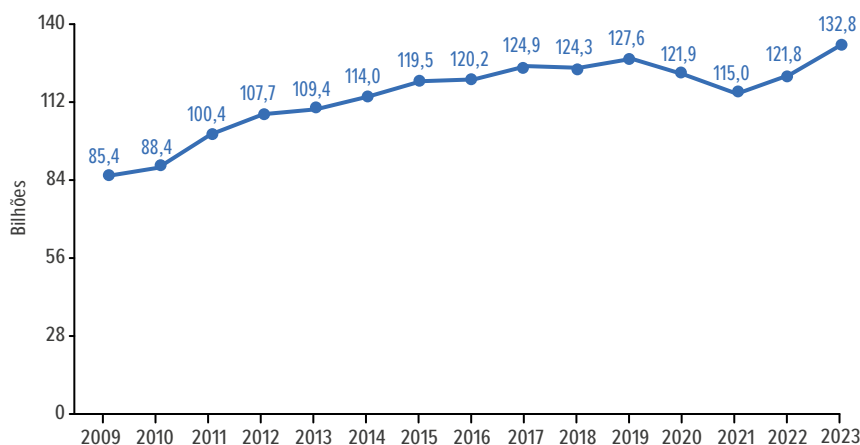
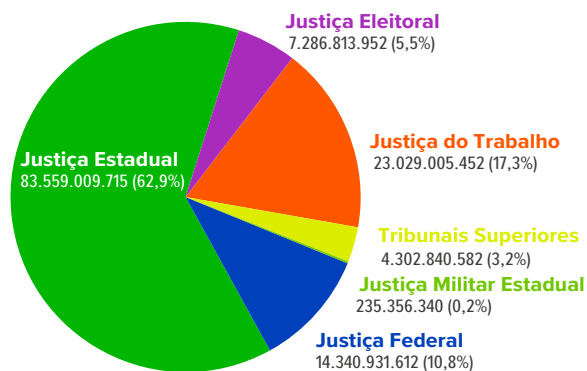


Figura 20 - Despesa total por segmento de justiça



As despesas totais do Poder Judiciário correspondem a 1,2% do PIB nacional ou a 2,38% dos gastos totais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Em 2023, o custo pelo serviço de Justiça foi de R\$ 653,7 por habitante, R\$ 67,6 a mais, por pessoa, do que no último ano, o que representa aumento de 11,5%, conforme apresentado na Figura 21.

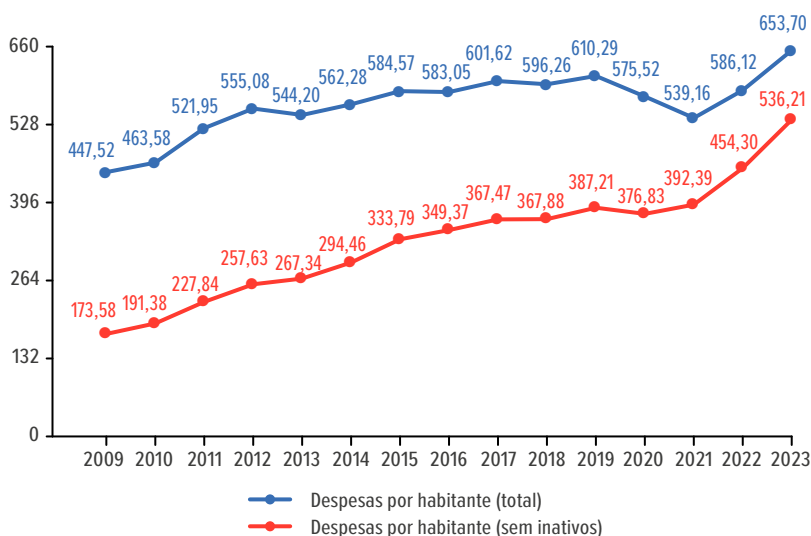
É possível conferir que os gastos por habitante cresceram a partir de 2021, e que o patamar atualmente verificado é o maior encontrado desde o início da série histórica. Ao analisar as

despesas por habitantes sem computar os gastos com profissionais inativos, observa-se crescimento constante entre os anos e mais acentuado nos últimos dois.

A elevação das despesas por habitante foi, proporcionalmente, mais significativa na Justiça Militar Estadual (20,5%), na Justiça Estadual (14,7%) e na Justiça Federal (12,1%), como pode ser observado na Figura 22.

Registra-se que 18% das despesas são referentes a gastos com inativos, ou seja, compromisso previdenciário do Judiciário referente ao pagamento de aposentadorias e pensões⁶. Descontadas tais despesas, o gasto efetivo para o funcionamento do Poder Judiciário é de R\$ 108,9 bilhões, a despesa por habitante é de R\$ 536,21, e representa 1% do PIB.

Figura 21 - Série histórica das despesas por habitante



⁶ Em alguns tribunais os inativos são pagos por fundos e não compõem o orçamento do tribunal. Nesse caso, os gastos não estão computados.

Figura 22 - Séries históricas das despesas por habitante, por ramo de justiça.

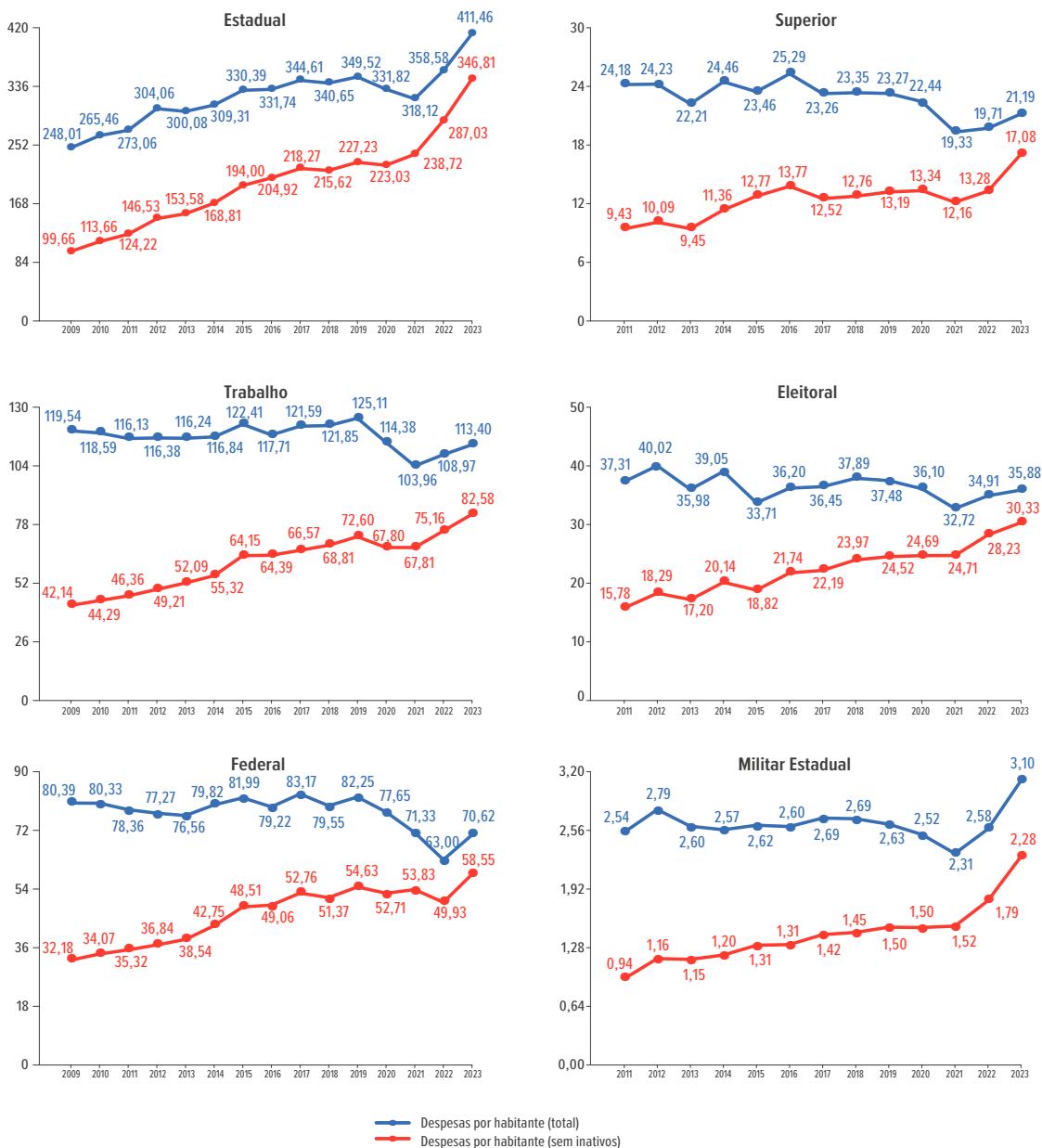
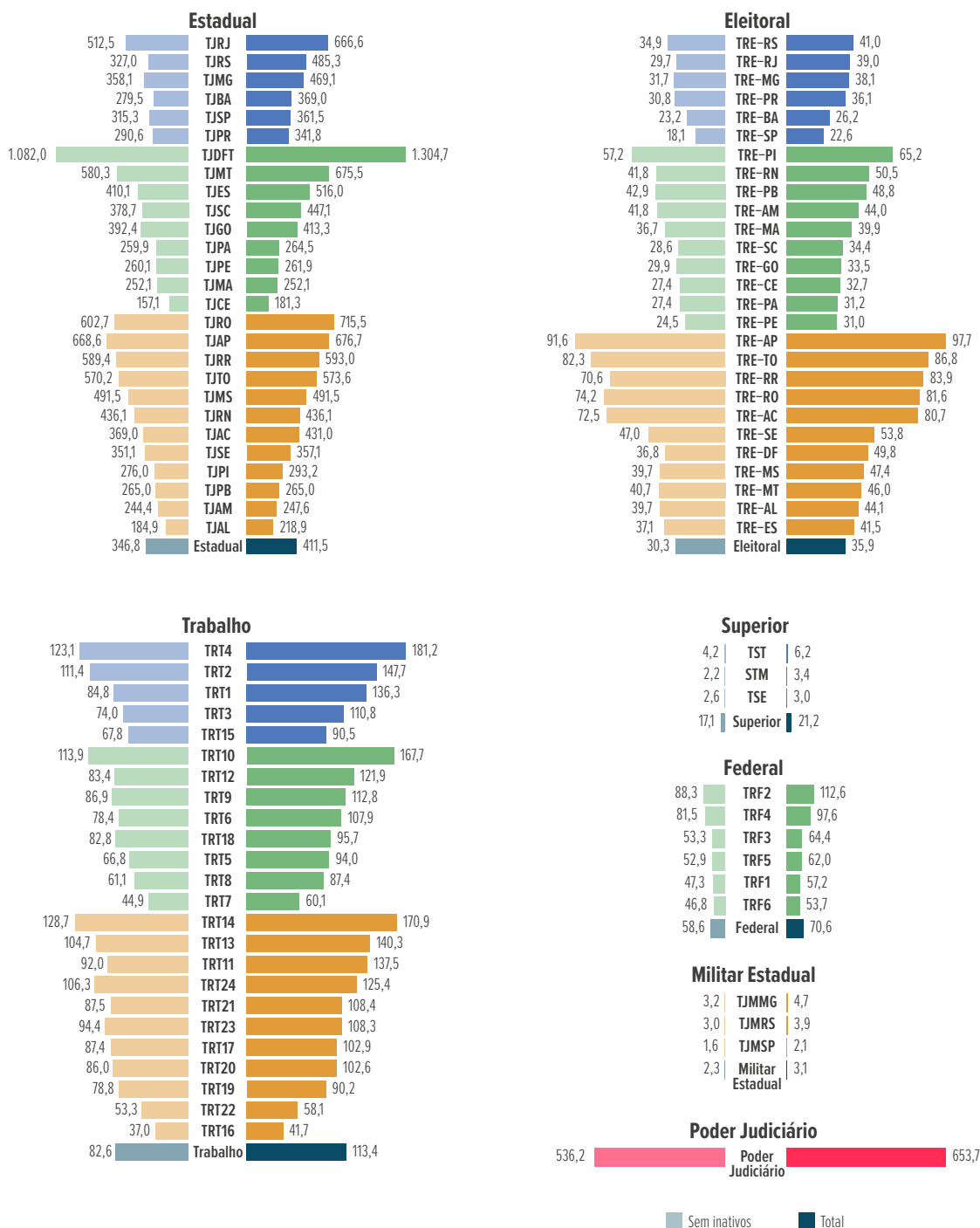


Figura 23 - Despesas por habitante com ou sem custo com inativos, por tribunal.



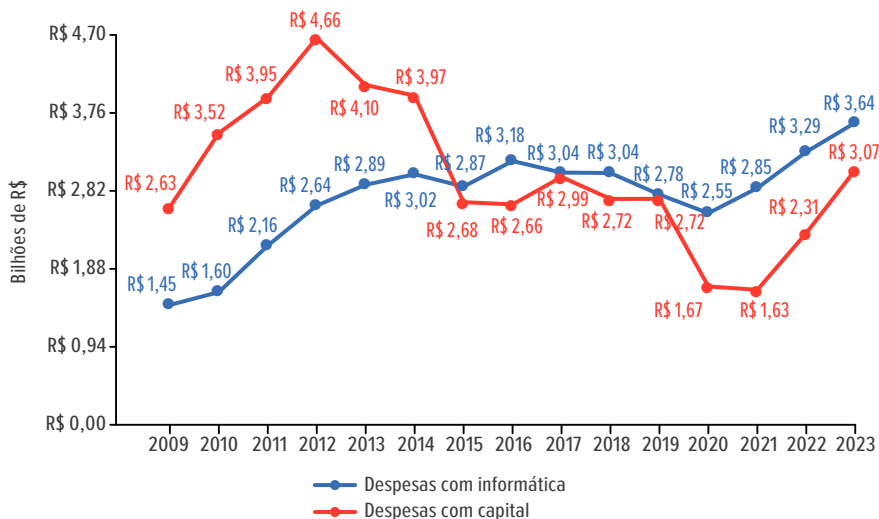
As despesas com pessoal são responsáveis por 90% da despesa total do Poder Judiciário e compreendem, além da remuneração com magistrados(as), servidores(as), inativos(as), terceirizados(as) e estagiários(as), todos os demais auxílios e assistências devidos, tais como auxílio-alimentação, diárias, passagens, gratificações etc.

Em razão do alto montante dessas despesas, elas serão detalhadas na próxima seção. Os 10% de gastos restantes referem-se às despesas de capital (2,3%) e outras despesas correntes (7,5%), que somam R\$ 3,1 bilhões e R\$ 10 bilhões, respectivamente.

A série histórica das despesas de capital apresentou tendência de crescimento entre os anos de 2009 e 2012. Após, apresentou acentuada queda até 2015 e se manteve nesse patamar, com sutis oscilações, até 2019. Com a pandemia ocorrida no ano de 2020, as despesas foram reduzidas e, em 2022, voltaram a subir, embora permaneça inferior aos valores observados no período de 2010 a 2014.

A despesa de informática apresentou comportamento crescente entre os anos de 2009 e 2014, mantendo-se relativamente estável até o ano de 2019. Em 2020, houve redução, e, após manutenção do patamar em 2021, houve crescimento nos dois anos subsequentes, sendo que entre os anos de 2022 e 2023 registrou-se aumento de 10,7% (Figura 24).

Figura 24 - Série histórica das despesas com informática e com capital



Em decorrência da atividade jurisdicional, os cofres públicos receberam arrecadações de receitas que totalizaram R\$ 68,74 bilhões durante o ano de 2023, o que representa um retorno de 52% em relação às despesas efetuadas. O valor arrecadado em 2023 representa uma redução de 3% em relação ao valor do último ano.

As arrecadações e os respectivos percentuais em relação às despesas têm oscilado ao longo dos últimos anos, sendo que, 2023, foi o primeiro ano, desde 2019, no qual as arrecadações ficaram abaixo de R\$ 70 bilhões e o segundo ano que ficaram abaixo de 60% em relação aos gastos da justiça (Figura 25).

Computam-se na arrecadação os recolhimentos com custas, fase de execução, emolumentos e eventuais taxas (R\$ 23,7 bilhões, 34,4% da arrecadação); os valores recebidos decorrentes do imposto causa mortis nos inventários/arrolamentos judiciais (R\$ 13,5 bilhões, 19,6%); a atividade de execução fiscal (R\$ 26,2 bilhões, 38,2%); a execução previdenciária (R\$ 4,4 bilhões, 6,3%); a execução das penalidades impostas pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho (R\$ 8,4 milhões, 0,012%); e as arrecadações de receita de imposto de renda (R\$ 1 bilhão, 1,5%).

A maior parte das arrecadações foram da Justiça Estadual, que arrecadou um montante de R\$ 42,1 bilhões (61%). Em razão da própria natureza de sua atividade jurisdicional, a Justiça Federal é a segunda maior responsável pelas das arrecadações: 29% do total recebido pelo Poder Judiciário (Figura 26), sendo o único ramo que retornou aos cofres públicos valor superior às suas despesas (Figura 27).

Trata-se, majoritariamente, de arrecadação de valores recebidos oriundos da atividade de execução fiscal, ou seja, dívidas pagas pelos devedores em decorrência da ação judicial. Dos R\$ 26,2 bilhões arrecadados em execuções fiscais, R\$ 20,1 bilhões (76,7%) são provenientes da Justiça Federal e R\$ 5,7 bilhões (21,9%) são da Justiça Estadual.

Cabe esclarecer que as referidas arrecadações decorrem de procedimento de cobrança iniciado pelo Poder Executivo e, posteriormente, por meio de processo judicial no âmbito do Poder Judiciário, como ocorre, por exemplo, em impostos *causa mortis*. Podem também ser arrecadas por meios extrajudiciais, hipótese em que os valores não são computados neste Relatório, já que inexistente ação judicial.

Figura 25 - Série histórica das arrecadações

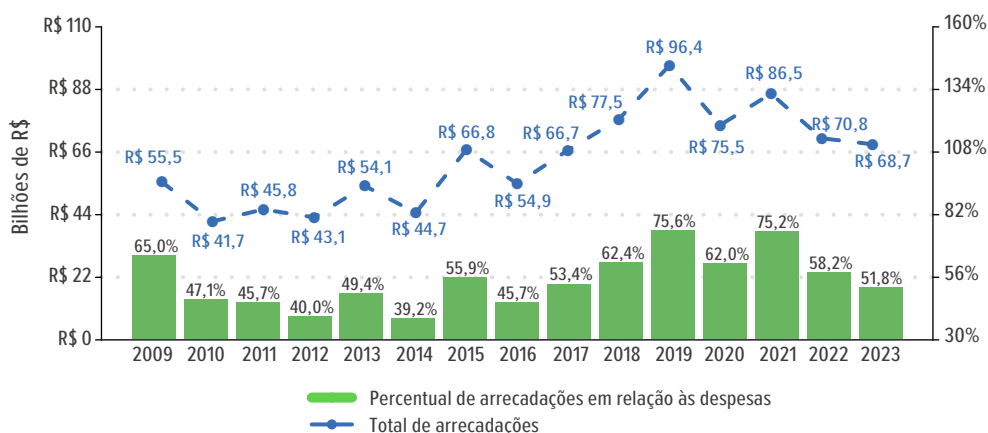


Figura 26 - Arrecadações por ramo de justiça

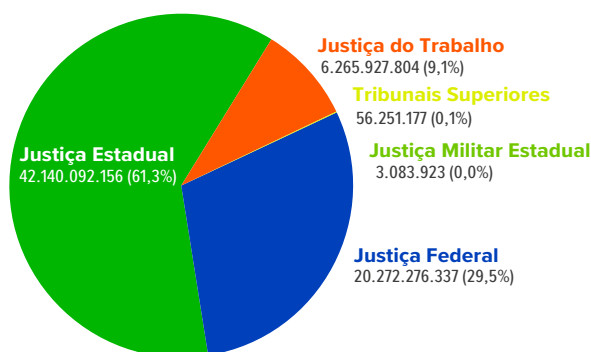
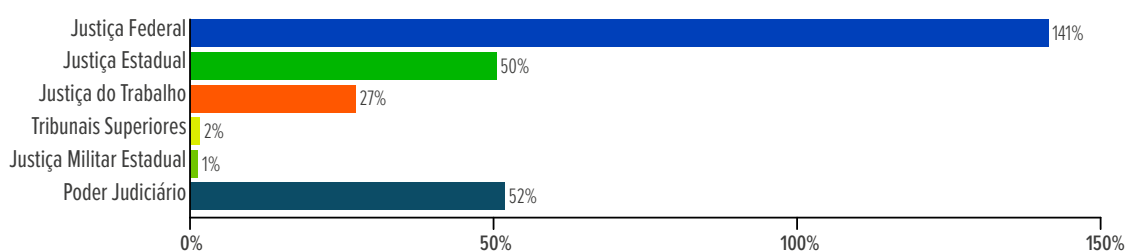


Figura 27 - Percentual de arrecadações de receitas em relação às despesas, por ramo de justiça



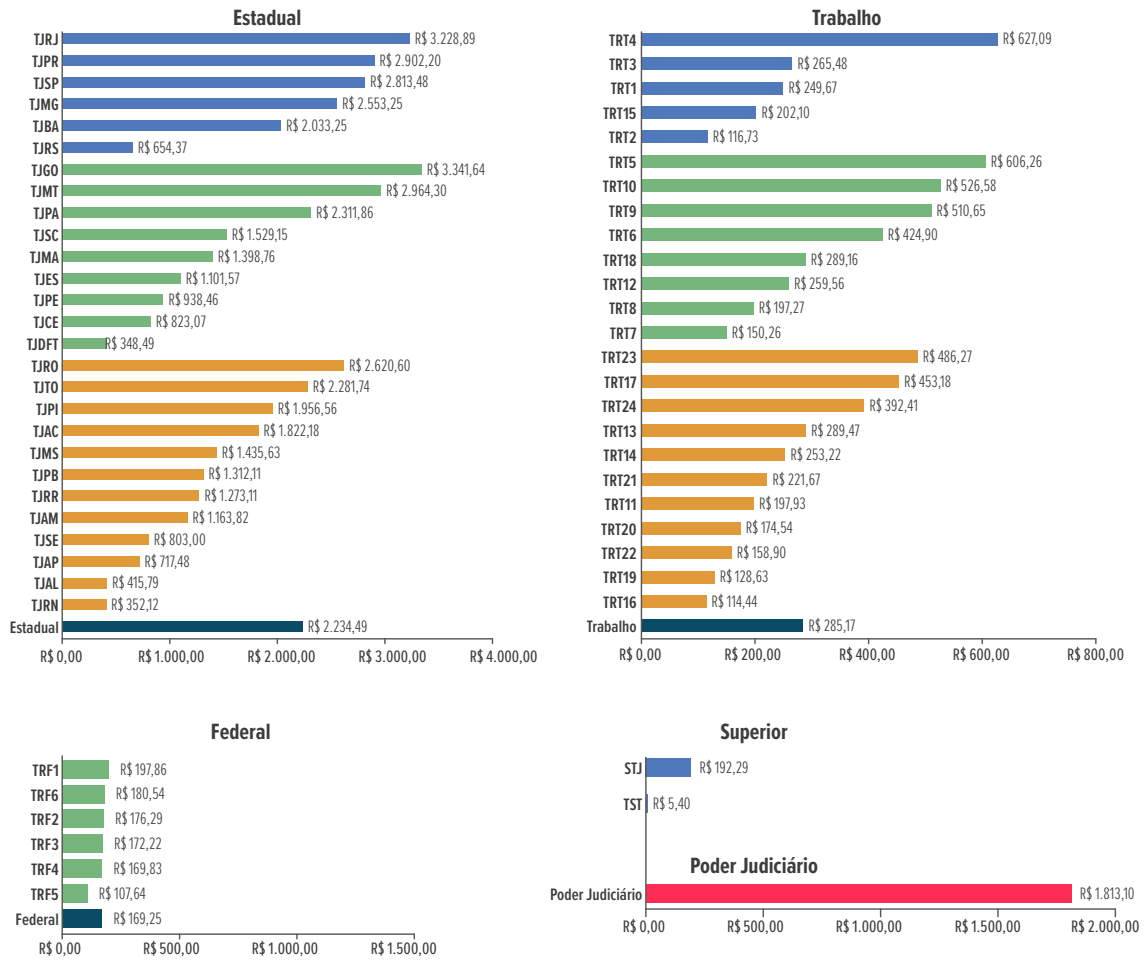
A relação entre o total arrecadado com custas e emolumentos e o número de processos judiciais (exceto criminais e juizados especiais) pode ser verificada na Figura 28, em que é possível observar o impacto médio das custas e das concessões de Assistência Judiciária Gratuita (AJG) nos tribunais.

Os Tribunais de Justiça dos Estados de Goiás, do Rio de Janeiro, do Mato Grosso e do Paraná arrecadaram, no ano de 2023, maior volume financeiro, com arrecadação superior a R\$ 2,9 mil por processo ingressado, que pode ter relação com as tabelas de custas praticadas nos estados.

O Diagnóstico das Custas Processuais Praticadas nos Tribunais (BRASIL, 2023) produzido pelo CNJ mostra que os maiores valores praticados nas custas iniciais ou taxas judiciárias mínimas estão no TJRJ, no TJMS, no TJMT e no TJGO.

O TJAL, TJRN e o TJDFTO são os com menores arrecadações entre os Tribunais de Justiça por processo ingressado, com indicador pouco superior aos Tribunais Regionais do Trabalho, que possuem custas fixadas pela União, e uma média de R\$ 285,17. A Justiça Estadual apresenta a maior média de valor arrecadado com custas e emolumentos, com R\$ 2.234,49 por processo ingressado.

Figura 28 - Valores arrecadados em relação ao número de processos ingressados sujeitos a cobrança de custas



4.2 DESPESAS COM PESSOAL

Neste tópico, são detalhadas as despesas com pessoal, responsáveis por 90,2% do gasto total do Poder Judiciário. Observa-se, na Figura 29, que os gastos com pessoal variam proporcionalmente ao gasto total da Justiça. O percentual de gastos com pessoal permaneceu relativamente estável ao longo dos 15 anos da série histórica, com variações entre 89% e 93%, e, nos dois últimos anos, permaneceram estáveis em 90,2%. O menor valor aferido foi em 2012 (88,8%) e o maior, em 2020 (92,6%).

A alta no percentual no ano em que a pandemia causada pela covid-19 se iniciou no Brasil deve-se, justamente, pela redução das demais despesas, fazendo com que os gastos com pessoal, mesmo com pequena redução, ficassem proporcionalmente maiores que nos anos anteriores.

As séries históricas por ramo de justiça (Figura 31) indicam sutil queda do percentual de despesa com pessoal na Justiça Trabalhista, na Justiça Federal e nos Tribunais Superiores, enquanto houve aumento na Justiça Estadual e nos Tribunais Regionais Eleitorais.

O segmento com maior proporção de recursos destinados ao pagamento de pessoal é o Trabalhista, 95%, e a menor proporção está tanto nos Tribunais da Justiça Eleitoral, quanto nos da Justiça Estadual, ambos com 88,46%. Na Justiça do Trabalho, todavia, ocorreu o maior decréscimo, comparativamente com o ano anterior, passando de 95,9% para 95%.

O detalhamento da rubrica de recursos humanos mostra que 82% dos gastos destinam-se ao pagamento de subsídios e remunerações dos(as) magistrados(as) e servidores(as) ativos(as) e inativos(as), que incluem também pensões, imposto de renda e encargos sociais; 9,3% são referentes ao pagamento de benefícios (ex.: auxílio-alimentação, auxílio-saúde); 4% correspondem ao pagamento de despesas em caráter eventual e indenizatório, tais como diárias, passagens e auxílio-moradia; 4% são gastos com terceirizados(as) e 0,7% com estagiários(as) (Figura 30).

Figura 29 - Série histórica das despesas totais e com pessoal

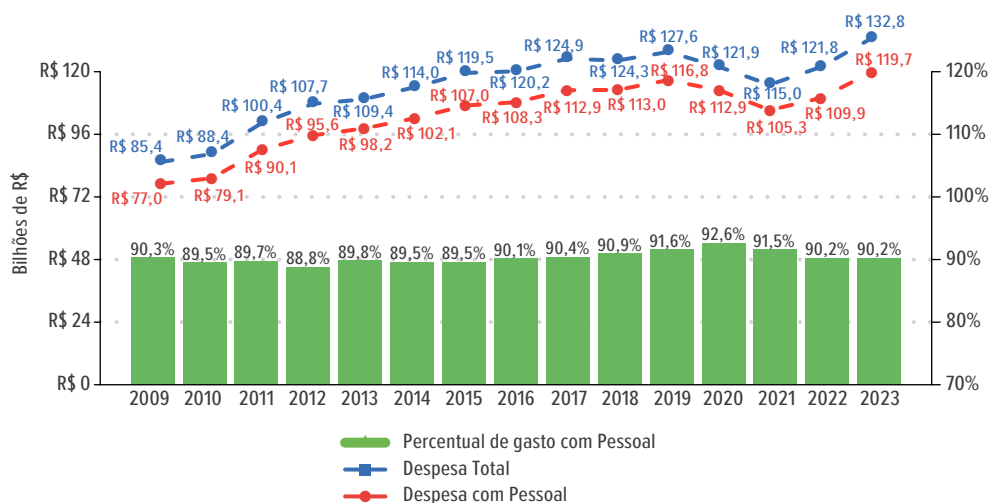
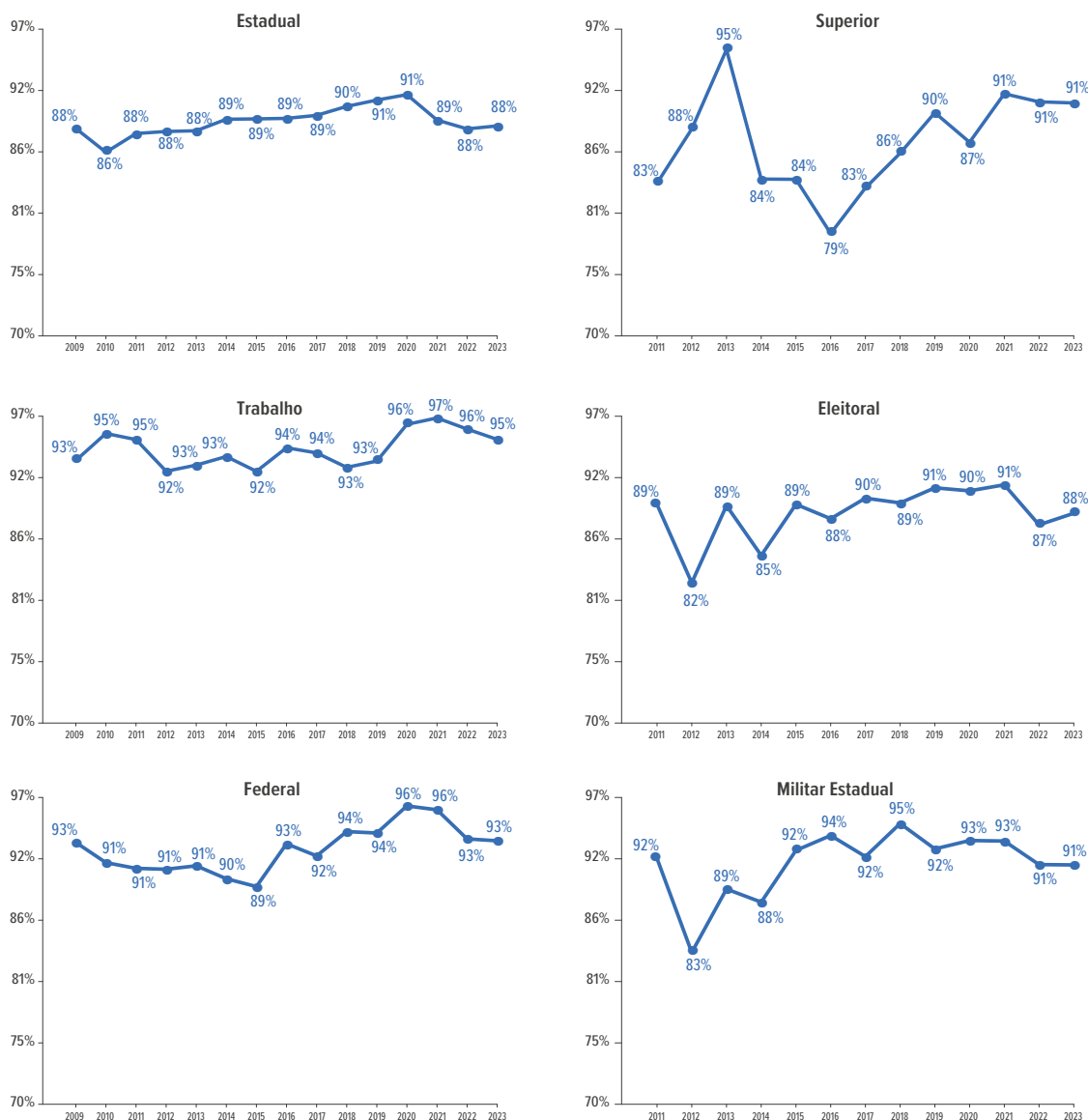


Figura 30 - Despesas com pessoal



Figura 31 - Série histórica das despesas com pessoal, por ramo de justiça



Considerando todo o Poder Judiciário nacional, as despesas com cargos em comissão e funções comissionadas representaram 13,8% do total de gastos com pessoal, sendo que o percentual gasto com os cargos em comissão foi de 10,8% e com as funções comissionadas foi de 3%.

Somando-se ambas, conforme a Figura 32, os percentuais variam de 6%, no TRE-RJ, a 36%, no TJTO, relativamente ao total de gasto com pessoal em cada tribunal. Na Justiça Eleitoral, o TRE-RR apresenta o maior percentual de despesas com cargos e funções comissionadas (19,8%).

Na Justiça do Trabalho, o maior percentual está no TRT1 (12,6%). Na Justiça Estadual e nos Tribunais Militares Estaduais, a lei de criação de cargos pode prever apenas uma das modalidades e nem sempre há separação tão clara entre as categorias cargos e funções de confiança, por isso, alguns tribunais estão representados com 0%.

Ressalva feita, comparando-se os segmentos de justiça, verifica-se que o maior percentual de gastos com cargos e funções comissionados está na Justiça Militar, com 18,8%, seguido da Justiça Estadual, 17,2%.

Na Figura 33, estão apresentadas as despesas médias mensais da Justiça com pagamento de magistrados(as) e servidores(as). É importante esclarecer que os valores incluem os pagamentos de remunerações, indenizações, encargos sociais, previdenciários, imposto de renda, despesas com viagens a serviço (passagens aéreas e diárias⁷), o que não corresponde, portanto, aos salários, tampouco aos valores recebidos pelos(as) servidores(as) públicos.

Dito isso, observa-se que as despesas representam uma média mensal de R\$ 68,1 mil por magistrado(a); de R\$ 20,1 mil por servidor(a); de R\$ 5,1 mil por terceirizado(a); e de R\$ 1.362,12 por estagiário(a). Os valores cresceram em 1,8% na despesa por magistrado(a), em 6,5% nos gastos por servidor(a), em 4,8% entre os(as) terceirizados(as) e em 21,4% no que se refere aos(as) estagiários(as).

No cálculo, estão considerados os pagamentos com inativos e pensionistas, o que pode acarretar diferenças quando feita a comparação entre tribunais, uma vez que o pagamento de tais vencimentos pode ocorrer às expensas do órgão ou por meio de fundos de pensão, neste caso, não computados.

Ademais, por se tratar de um valor médio, eventuais indenizações recebidas em razão de decisão judicial destinadas a um pequeno grupo de indivíduos podem impactar sobremaneira nas médias apresentadas na Figura 33, especialmente em órgãos de pequeno ou médio porte, que possuem menor quantitativo de pessoas.

Dessa forma, e pelas razões explicitadas, há diferença entre os segmentos de justiça custeados pela União, nos quais os vencimentos são uniformes.

Ressalte-se, portanto, que os valores apresentados **não** correspondem ao salário dos(as) magistrados(as) e servidores(as), mas tão somente ao custo da justiça. Registra-se, ainda, que a

⁷ As diárias têm por objetivo o custeio de viagens e destinam-se ao pagamento de hospedagem, alimentação e transporte durante o período de trânsito.

soma do imposto de renda (até 27,5%) com a previdência social (11%), ambos incidentes sobre a remuneração total, a depender da data de ingresso no funcionalismo público, podem gerar impactos de quase 40% na folha de pagamento.

No âmbito da Justiça Eleitoral, o subsídio é pago pelo órgão de origem, restando apenas gratificações e despesas eventuais a cargo dos TREs. O custo com promotores(as) eleitorais foi computado nas despesas com magistrados(as).

Figura 32 - Percentual de despesas com cargos e funções comissionadas em relação à despesa total com pessoal, por tribunal.

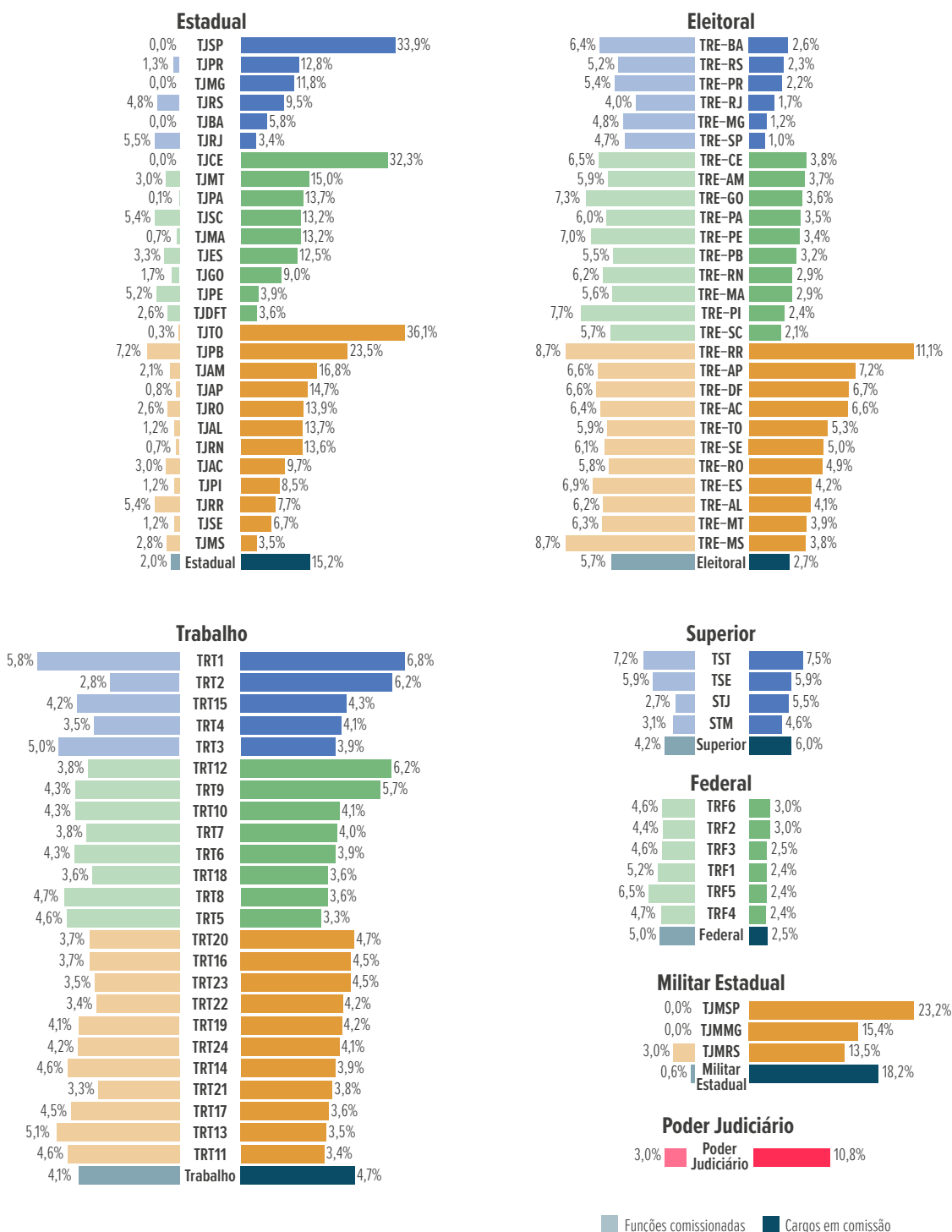
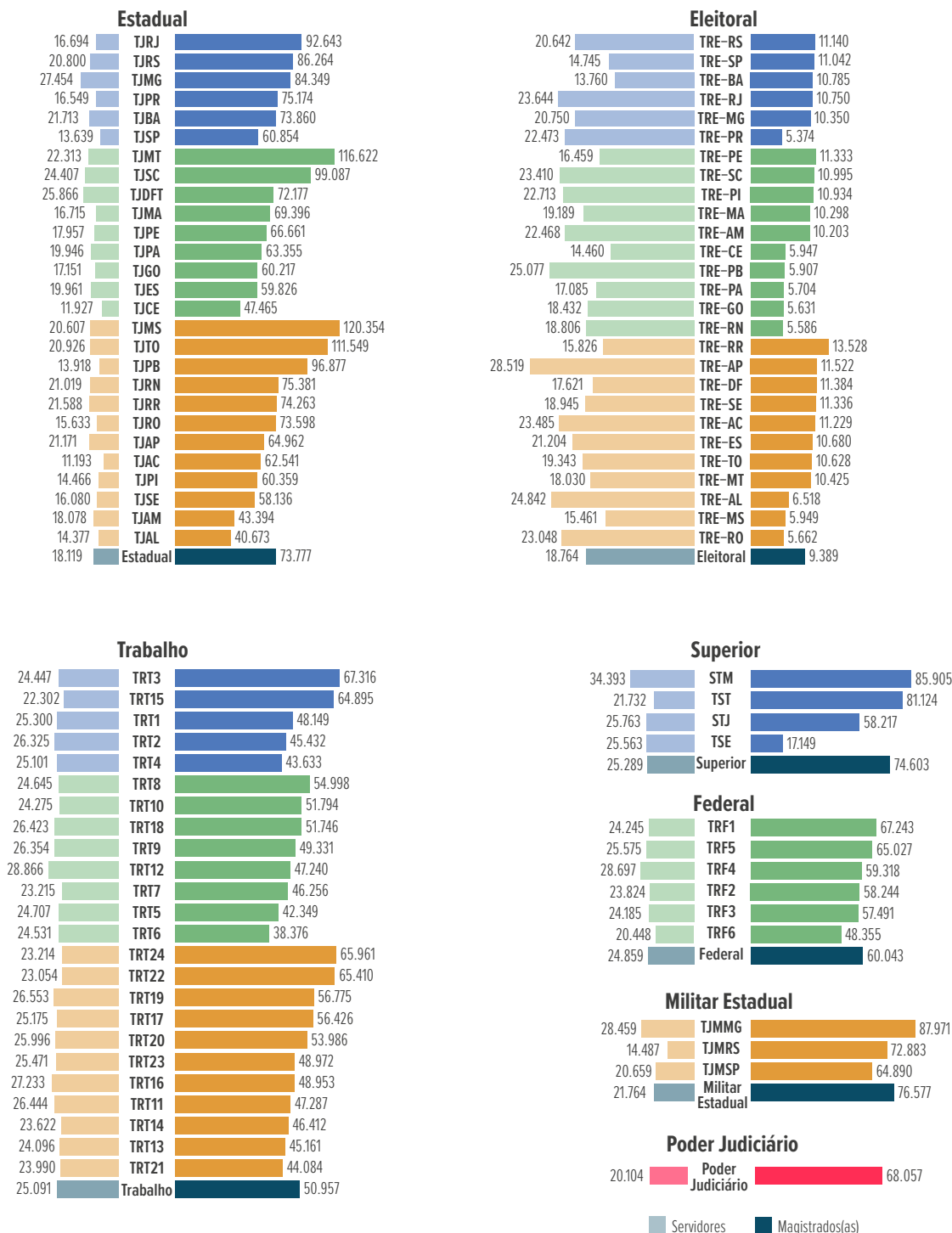


Figura 33 - Custo médio mensal dos tribunais com magistrados(as) e servidores(as), incluindo benefícios, encargos, previdência social, diárias, passagens, indenizações judiciais e demais indenizações eventuais e não eventuais



4.3 QUADRO DE PESSOAL

Para a elaboração desta parte do Justiça em Números, o CNJ lançou mão do MPM, sistema que permite, por exemplo, a verificação do cumprimento: a) da Resolução CNJ n. 400/2021 - composição de gênero e a composição racial nos quadros de pessoal e auxiliar; b) da Resolução CNJ n. 512/2023 - reserva a indígenas nos concursos de cargos efetivos e magistratura; c) da Resolução CNJ n. 106/2010 - ação afirmativa de gênero no acesso das magistradas ao segundo grau de jurisdição dos tribunais brasileiros; e d) Resolução CNJ n. 203/2015 dispôs sobre a reserva a negros(as).

Nesse sentido, também foi desenvolvido painel de BI, denominado Painel de “Dados de Pessoal do Poder Judiciário”, que permite acompanhar os resultados das políticas acima indicadas nos tribunais. O Painel está disponível em <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-mpm-pessoal/> e é atualizado mensalmente.

O quadro de pessoal é apresentado com base em três categorias: a) magistrados(as), que abrange os(as) juizes(as), os(as) desembargadores(as) e os(as) ministros(as); b) servidores(as), incluindo o quadro efetivo, os(as) requisitados(as) e os(as) cedidos(as) de outros órgãos pertencentes ou não à estrutura do Poder Judiciário, além dos comissionados sem vínculo efetivo, excluindo-se os(as) servidores(as) do quadro efetivo que estão requisitados(as) ou cedidos(as) para outros órgãos; e c) trabalhadores(as) auxiliares, compreendendo os(as) terceirizados(as), os(as) estagiários(as), os(as) juizes(as) leigos(as), os(as) conciliadores(as) e os(as) colaboradores(as) voluntários(as).

Em 2023, o Poder Judiciário contava com um total de 446.534 pessoas em sua força de trabalho, das quais 18.265 eram magistrados(as) (4,1%); 275.581 eram servidores(as) (61,7%); 78.690 eram terceirizados(as) (17,6%); 54.599 eram estagiários(as) (12,2%); e 19.399 eram conciliadores(as), juizes(as) leigos(as) e voluntários(as) (4,3%).

Entre os(as) servidores(as), 78,5% estão lotados(as) na área judiciária e 21,5% atuam na área administrativa. O diagrama da Figura 34 mostra a estrutura da força do trabalho do Poder Judiciário em relação aos cargos e às instâncias.

A Justiça Estadual é o maior segmento, e abrange 69,5% dos(as) magistrados(as), 64,8% dos(as) servidores(as) e 77,3% dos processos em trâmite. Na Justiça Federal, encontram-se 10,6% dos(as) magistrados(as), 10,3% dos(as) servidores(as) e 15% dos processos em trâmite. Na Justiça Trabalhista, 19% dos(as) magistrados(as), 14,4% dos(as) servidores(as) e 6,5% dos processos (Figuras 35 e 40).

Na Figura 36, observa-se que o Poder Judiciário possui uma relação de 9 magistrados(as) por cem mil habitantes. A título de comparação, na Europa, a mesma relação é de 18,0 magistrado(a) por cem mil habitantes, ou seja, no Brasil, há metade do número de juizes(as) por habitante do que na União Europeia.

De 24 países europeus analisados apenas sete (29%), possuem média igual ou inferior à média brasileira, situação verificada apenas em Malta, Suécia, República de Chipre, República Tcheca, Áustria, Espanha e Irlanda⁸.

Figura 34 - Diagrama da força de trabalho



⁸ Dados disponíveis em https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Police,_court_and_prison_personnel_statistics, referentes à média dos anos de 2020 a 2022. Acesso em mai/2024.

Figura 35 - Total de magistrados(as) por ramo de justiça

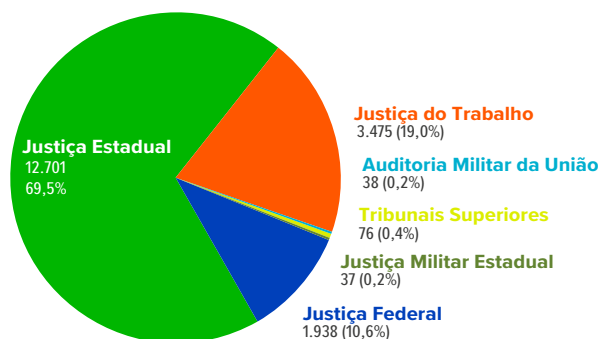
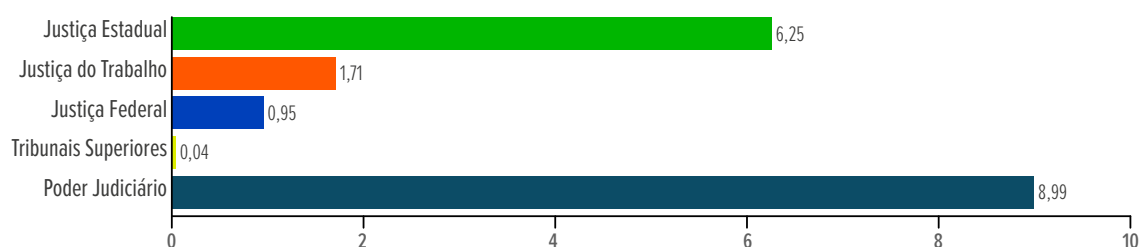


Figura 36 - Cargos de magistrados(as) providos por cem mil habitantes, por ramo de justiça



Ao final de 2023, havia **22.770 cargos de magistrado(a) criados por lei, sendo 18.265 providos e 4.505 vagos (19,8%)**, conforme Figura 37. Desde 2017, o percentual de cargos vagos tem se mantido próximo de 20%, com o menor percentual verificado em 2022 (19,1%) e, o maior, em 2019 (20,7%). Em 2023, ocorreu leve aumento, passando de 19,1% para 19,8%.

Entre os(as) 18.265 magistrados(as), 76 são ministros(as) (0,4%)⁹; 15.542 são juízes(as) de primeiro grau (85,1%); 2.478 são desembargadores(as) (14%); e 169 são juízes(as) substitutos(as) de segundo grau (0,9%).

São 475 magistrados(as) convocados para atuar nas cortes de segundo grau ou superiores, o que equivale a um percentual de 2,6% de juízes(as) em exercício de atividades administrativas e de gestão nos tribunais, afastados(as) da jurisdição de origem.

Em 2023, os números de cargos existentes, providos e vagos apresentaram um pequeno aumento em relação aos verificados no ano anterior, fazendo com que o percentual de cargos vagos aumentasse em 0,7 ponto percentual em relação ao ano de 2022.

⁹ Incluídos os(as) 33 Ministros(as) do STJ, os(as) 27 Ministros(as) do TST e os(as) 16 Ministros(as) do STM.

O maior percentual de cargos não providos está na Justiça Militar Estadual (30%), seguido pela Justiça Estadual (22%), como pode ser visto na Figura 38.

Dentre os tribunais estaduais, o maior percentual de cargos de magistrados(as) existentes e não providos está no TJAC, que possui 44% de seus cargos não ocupados. A Justiça do Trabalho chama atenção por apresentar situação inversa, com baixo percentual de vacância: apenas 11,6%.

Os cargos vagos são, em sua maioria, de juízes(as) de primeiro grau. Enquanto no segundo grau existem 108 cargos de desembargadores(as) criados por lei e não providos, que representa 3,9% do total de cargos de desembargadores(as) existentes, no primeiro grau a proporção de cargos não providos é de 22,1%, ou seja, são 4.397 cargos vagos.

Considerando a soma de todos os dias de afastamento, obtém-se uma média de 1.308 magistrados(as) que permaneceram afastados da jurisdição durante todo o exercício de 2023, representando um absenteísmo de 7,2%.

Tais afastamentos podem ocorrer em razão de licenças, convocações para instância superior, entre outros motivos. Para o cálculo, não foram computados períodos de férias e recessos. Também foram descontados dias que antecederam posse de magistrados(as) com entrada em exercício em 2023.

Isso significa que, dos(as) 18.265 magistrados(as) ativos, era como se, em média, 16.957 efetivamente tivessem atuado na jurisdição durante todo o ano, sem nenhum dia de licença ou afastamento. Esse cálculo é importante para mensuração da produtividade média, que será apresentada no próximo capítulo, de forma a considerar apenas os dias úteis trabalhados.

Figura 37 - Série histórica dos cargos de magistrados(as)

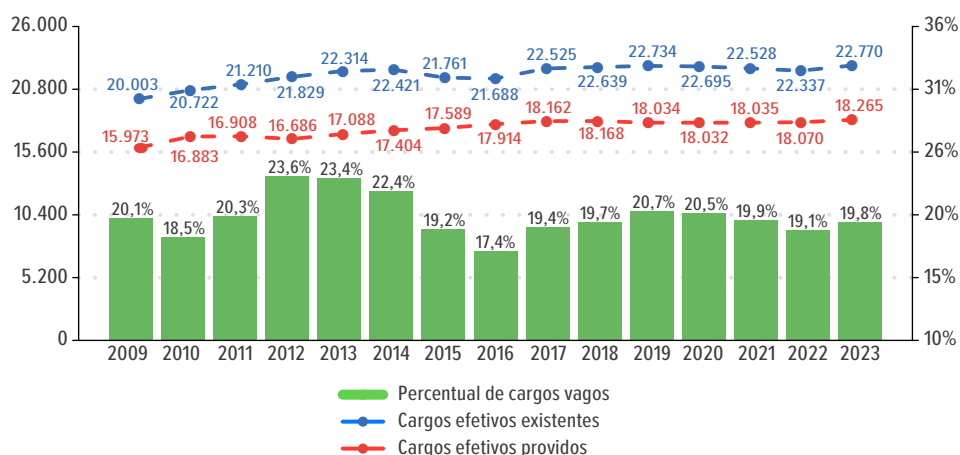
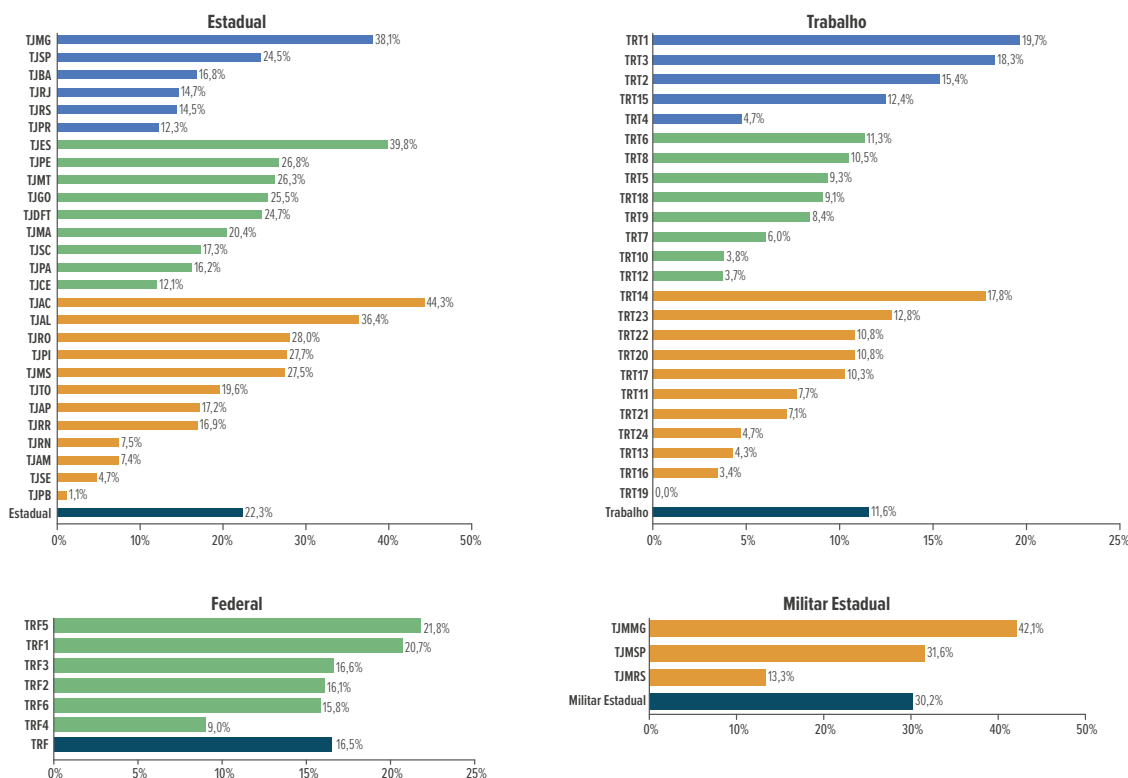


Figura 38 - Percentual de cargos vagos de Magistrado(a), por tribunal



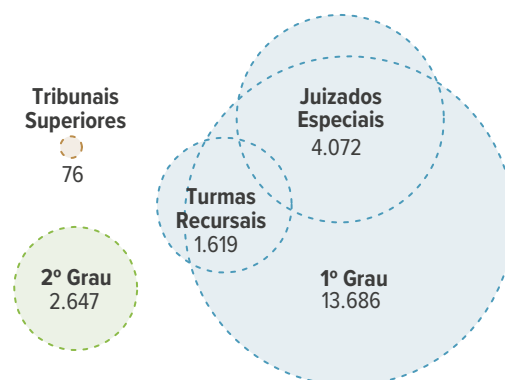
A Figura 39 permite visualizar as intersecções existentes na jurisdição dos(as) magistrados(as). Dos(as) 15.542 juizes(as) de primeiro grau, 13.686 atuam no juízo comum¹⁰, dos quais 10.014 (73,2%) de forma exclusiva, 2.664 (19,5%) com acúmulo de função em juizados especiais e 1.008 (7,4%) em conjunto com turmas recursais.

Magistrados(as) exclusivos(as) em juizados especiais são apenas 1.245, ou seja, correspondem a 8% dos(as) juizes(as) e a 30,6% daqueles(as) que atuam em juizados cumulativamente ou não (4.072), enquanto 163 (4%) acumulam com as turmas recursais. Dos que exercem jurisdição em turmas recursais (1.619), 2,9% o fazem de forma exclusiva.

Na Justiça Federal, 98,2% dos(as) magistrados(as) de turma recursal são exclusivos(as) e, na Justiça Estadual, apenas 16,7%, o que revela grande diferença na organização do sistema recursal dos juizados especiais, a depender do segmento de justiça.

¹⁰ O termo juízo comum se refere ao primeiro grau de jurisdição, excluídos os juizados especiais e as turmas recursais, ou seja, considerando apenas os processos de rito ordinário, bem como as pessoas que atuam exclusivamente com processos dessa natureza.

Figura 39 - Jurisdição dos(as) magistrados(as)



Ao final de 2023, o Poder Judiciário possuía um total de **275.581 servidores(as)**, entre os quais 228.330 eram do quadro efetivo (82,9%), 22.232 requisitados(as) ou cedidos(as) de outros órgãos (8,1%) e 24.968 comissionados(as) sem vínculo efetivo (9,1%).

Considerando o tempo total de afastamento, aproximadamente 13.602 servidores(as) (4,9%) permaneceram afastados(as) durante todo o exercício de 2023.

Na medição dos afastamentos são consideradas as licenças e afastamentos concedidos por lei, além dos dias que antecedem posse de servidores(as) com entrada em exercício em 2023. Não são computados períodos de férias e recessos.

Do total de servidores(as), 216.241 (78,5%) estavam lotados(as) na área judiciária e 59.340 (21,5%) na área administrativa. Entre os(as) que atuam diretamente com a tramitação de processos, 179.100 (82,8%) estão no primeiro grau de jurisdição (Figura 42) que concentra 84,6% dos processos ingressados e 93,6% do acervo processual.

É importante ressaltar que a Resolução CNJ n. 219, de 26 de abril de 2016, estabelece que a área administrativa deve ser composta por, no máximo, 30% da força de trabalho (art. 11). A Figura 41 demonstra a distribuição por segmento de justiça, na qual é possível observar que esse percentual é cumprido na Justiça Estadual, na Federal e na Trabalhista, que atingiram 16,9%, 22,4% e 24,5%, respectivamente.

Ao contrário, a Justiça Militar Estadual ultrapassa o patamar, com 44,1% dos(as) servidores(as) lotados(as) na área administrativa. Embora os Tribunais Superiores e a Justiça Eleitoral também excedam o limite de 30%, deve-se levar em consideração que a Resolução CNJ n. 219/2016 não se aplica diretamente a esses órgãos, ademais, existem diversas funções de natureza administrativa atribuídas à Justiça Eleitoral em razão da organização das eleições a cada biênio.

Do total de servidores(as) efetivos(as), cumpre informar a existência de 40.095 cargos criados por lei e ainda não providos, o que representa 14,9% dos cargos efetivos. Observa-se, pela Figura 43, que o percentual sofreu grande redução em 2018, passando de 19,7% para 14,8% e que, mesmo após algumas oscilações, o percentual de cargos vagos de 2023 permanece próximo ao verificado em 2017 e entre os três menores da série histórica, com 14,9%.

Cerca de 66% dos cargos existentes estão na Justiça Estadual. O segmento com maior percentual de cargos de servidores(as) vagos é o da Justiça Militar Estadual, com 19,8%. O menor está na Justiça Eleitoral, com 3% (Figura 44).

Figura 40 - Total de servidores(as) por ramo de justiça

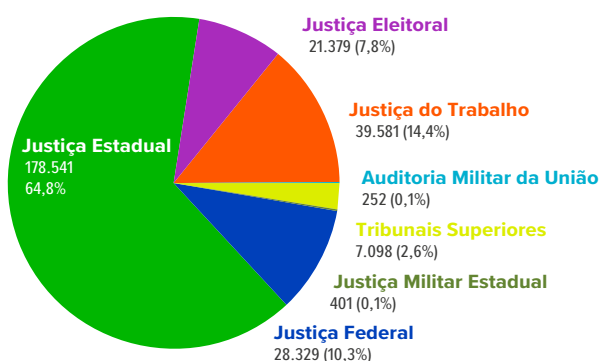


Figura 41 - Percentual de servidores(as) lotados(as) na área administrativa, por ramo de justiça

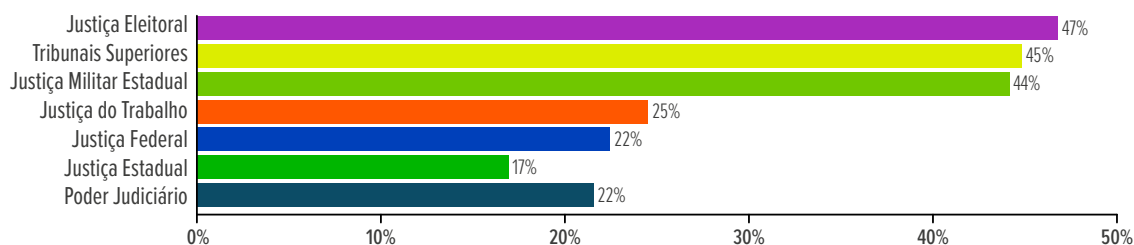


Figura 42 - Lotação dos(as) servidores(as)

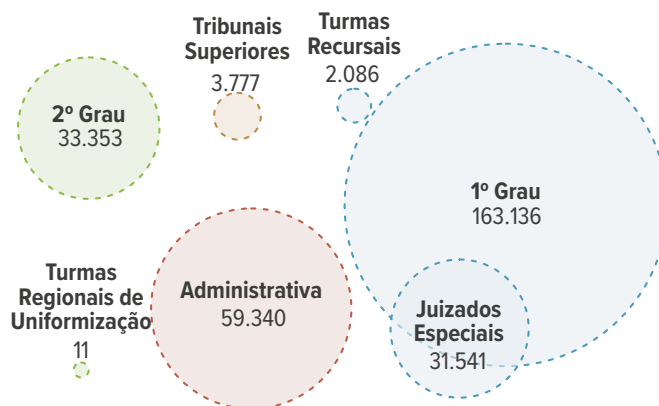


Figura 43 - Série histórica dos cargos de servidores(as) efetivos(as)

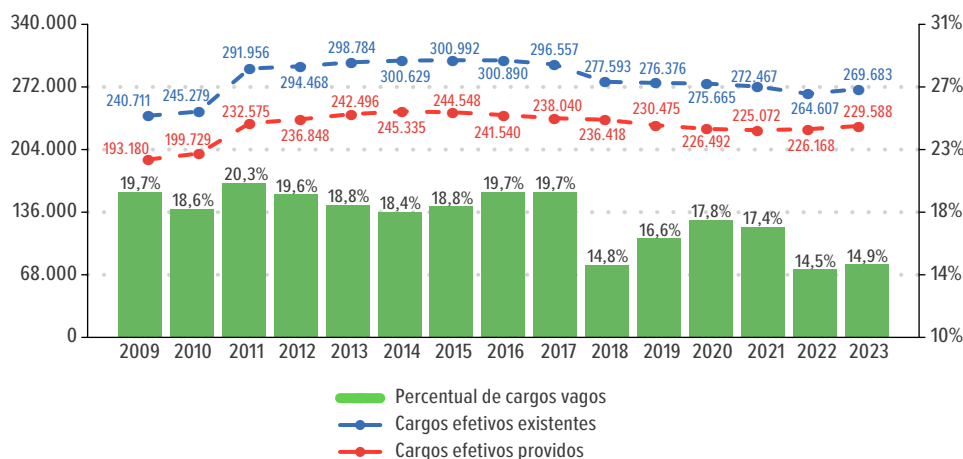
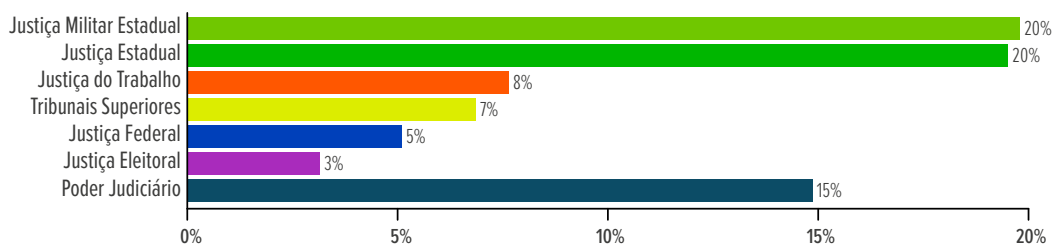


Figura 44 - Percentual de cargos vagos de servidores(as), por ramo de justiça

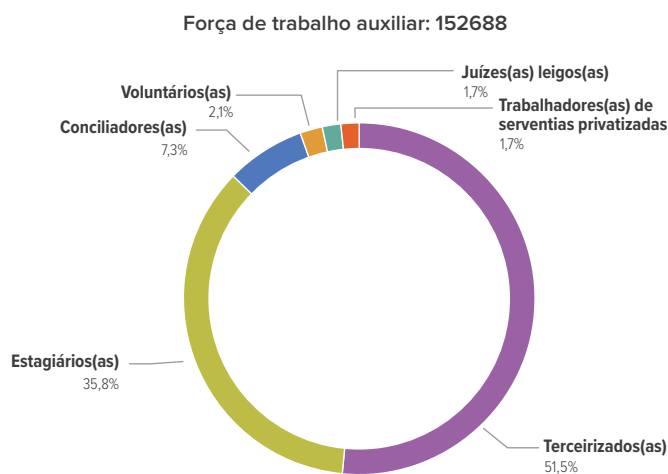


Entre os anos de 2022 e de 2023, houve aumento de 3.513 servidores(as), 1,3%, e incremento de 195 magistrados(as), 1,1%. Considerando os últimos 15 anos da série histórica, houve crescimento acumulado do número de servidores(as), em 21,2%, e do número de magistrados(as), em 14,3%.

O Poder Judiciário conta, ainda, com o apoio de **152.688 trabalhadores(as) auxiliares**, contratados(as) especialmente na forma de terceirização (51,5%) e de estágio (35,8%), conforme observado na Figura 45.

Denota-se crescimento tanto do número de funcionários(as) terceirizados(as) no ano de 2023 (7,25%), quanto de estagiários(as) (2,3%). No período de 2009 a 2023, houve aumento nas duas formas de contratação, com o dobro de terceirizados(as) e aumento de 53,6% entre os(as) estagiários(as).

Figura 45 - Força de trabalho auxiliar



4.3.1 PARTICIPAÇÃO FEMININA

O presente capítulo apresenta os principais dados relacionados à Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, iniciada pelo CNJ por meio da Resolução CNJ n. 255/2018.

De acordo com a referida Resolução, todos os segmentos e unidades do Poder Judiciário deverão adotar medidas tendentes a assegurar a igualdade de gênero no ambiente institucional, propondo diretrizes e mecanismos que orientem os órgãos judiciais a atuarem para incentivar a participação de mulheres nos cargos de chefia e assessoramento, em bancas de concurso e como expositoras em eventos institucionais (art. 2º).

Nos últimos anos, o CNJ tem empreendido esforços na realização de pesquisas e diagnósticos que permitam o acompanhamento da política. As informações estão disponíveis no portal CNJ, no link: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/politica-de-participacao-feminina/>.

No ano de 2019, foi publicado pelo CNJ o relatório “Diagnóstico da participação feminina no Poder Judiciário”¹¹; em 2020, foi realizado um estudo destinado a investigar a participação das mulheres nas bancas de concurso¹²; e em 2023, o CNJ disponibilizou o relatório “Participação Feminina na Magistratura: Atualizações 2023”¹³.

Em 2023, o sistema Módulo de Produtividade Mensal (MPM) foi aprimorado, de forma a coletar, mensalmente, informações sobre sexo, raça/cor, cargo e outros dados de registros administrativos dos(as) profissionais que atuam no Poder Judiciário. A implantação na nova versão do sistema permitiu o início do acompanhamento periódico da política de participação feminina e de outras políticas do Conselho. Os dados apresentados nesta seção correspondem às informações registradas pelos tribunais no sistema MPM até o final do mês de abril de 2024.

A partir do sistema MPM, foi desenvolvido o Painel de “Dados de Pessoal do Poder Judiciário”, que permite acompanhar de forma contínua e permanente a evolução dos resultados da política nos tribunais.

O Painel, que está disponível em <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-mpm-pessoal/> é atualizado mensalmente e dispõe de informações dos registros funcionais, com dados sobre a faixa etária, tempo de serviço, cargo ocupado, sexo e raça/cor dos(as) magistrados(as) e dos(as) servidores(as) do Poder Judiciário.

Conforme se verifica na Figura 46, o percentual de magistradas em todo Poder Judiciário é de 36,8%, em contraposição a 59,8% de homens magistrados. Em 3,1% há ausência de informações por falta de preenchimento do dado e, em 0,2% dos casos, os(as) respondentes optam por não declarar ou não compartilhar suas informações de sexo.

Os tribunais da Justiça Estadual com maior representação feminina nos quadros da magistratura são: TJRJ (48,7%); TJRS (46,6%); e TJSE (44,3%). Na Justiça do Trabalho, os maiores são: TRT2 (58,7%); TRT6 (53,8%); e TRT1 (53,1%). Na Justiça Federal, o TRF2 apresenta o maior índice de mulheres na magistratura, com 39,5%.

Na comparação entre os segmentos da Justiça, apenas a Justiça do Trabalho, com quadro de mulheres de magistradas igual a 39,7%, possui índice superior à média nacional de 36,8%. Ao contrário, nos Tribunais Superiores (23,2%); na Justiça Militar Estadual (22,2%); na Justiça Federal (31,3%); e na Justiça Eleitoral (32,9%) os índices são abaixo da média nacional.

11 Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/08/relatorio-participacaofeminina.pdf>.

12 https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/08/WEB_RELATORIO_Participacao_Feminina-FIM.pdf.

13 <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/03/relatorio-participacao-feminina-na-magistratura-v3-20-03-23-ficha-catalografica.pdf>.

Cabe lembrar que a Justiça Eleitoral não possui quadro próprio de juízes(as) e que os(as) magistrados(as) da Justiça Estadual e Federal exercem, cumulativamente, a jurisdição eleitoral. Nesse caso, os(as) juízes(as) são contados uma única vez para verificação do percentual global do Poder Judiciário.

Contudo, nos dados detalhados do segmento, são computados tanto os(as) juízes(as) que atuam no primeiro grau da justiça eleitoral, quanto os(as) que compõem as cortes de segundo grau, incluídos(as), adicionalmente, os(as) pertencentes à classe jurista (advogados(as) que atuam nos TRES).

É possível verificar a proporção de mulheres da magistratura de acordo com o cargo ocupado, separando-se entre as juízas (Figura 48), as desembargadoras e as ministras (Figura 47). Os gráficos indicam que, em todos os segmentos da Justiça, quanto mais elevado o nível da carreira, menor o índice de participação feminina.

Na Figura 48, computam-se os(as) juízes(as) titulares, substitutos(as) e auxiliares. Na Figura 47, não estão contemplados(as) os(as) juízes(as) auxiliares que atuam nos Tribunais Superiores ou nas cortes de segundo grau, sendo que o percentual se restringe ao total de ministros(as) ou desembargadores(as), conforme o tribunal apresentado.

Os(As) juízes(as) substitutos(as) de segundo grau estão representados apenas na Figura 46, com o total do Poder Judiciário. A partir dos dados, verifica-se que, enquanto o percentual de juízas é de 39,0%, entre os(as) desembargadores(as), as mulheres somam 23,9% e, entre os(as) ministros(as), são somente 18,8%.

É oportuno rememorar as importantes iniciativas deflagradas pelo Conselho Nacional de Justiça durante o ano de 2023, que culminaram na edição da Resolução n. 525 de 27/09/2023, que determinou parâmetros para acesso de mulheres às cortes de segundo grau, a fim de promover a composição de gênero nos tribunais que disponham de menos de 40% de mulheres entre os(as) desembargadores(as).

Além disso, a Resolução CNJ n. 540, de 18/12/2023, estabeleceu, entre outras determinações, que os órgãos do Poder Judiciário observarão, sempre que possível, a participação equânime de homens e mulheres, com perspectiva interseccional de raça e etnia, proporcionando a ocupação de, no mínimo, 50% de mulheres na convocação e designação de juízes(as) para atividade jurisdicional ou para auxiliar na administração da justiça; na designação de cargos de chefia e assessoramento, inclusive direções de foro quando de livre indicação.

A Resolução 540 previu, ainda, que metade das designações: i) de cargos de chefia e assessoramento; ii) da composição de colegiados (gt, comitê, comissões e outro coletivos de livre

indicação); iii) das mesas de eventos institucionais; iv) de estágio e residência jurídica; e v) de pessoal terceirizado devem recair sobre mulheres.

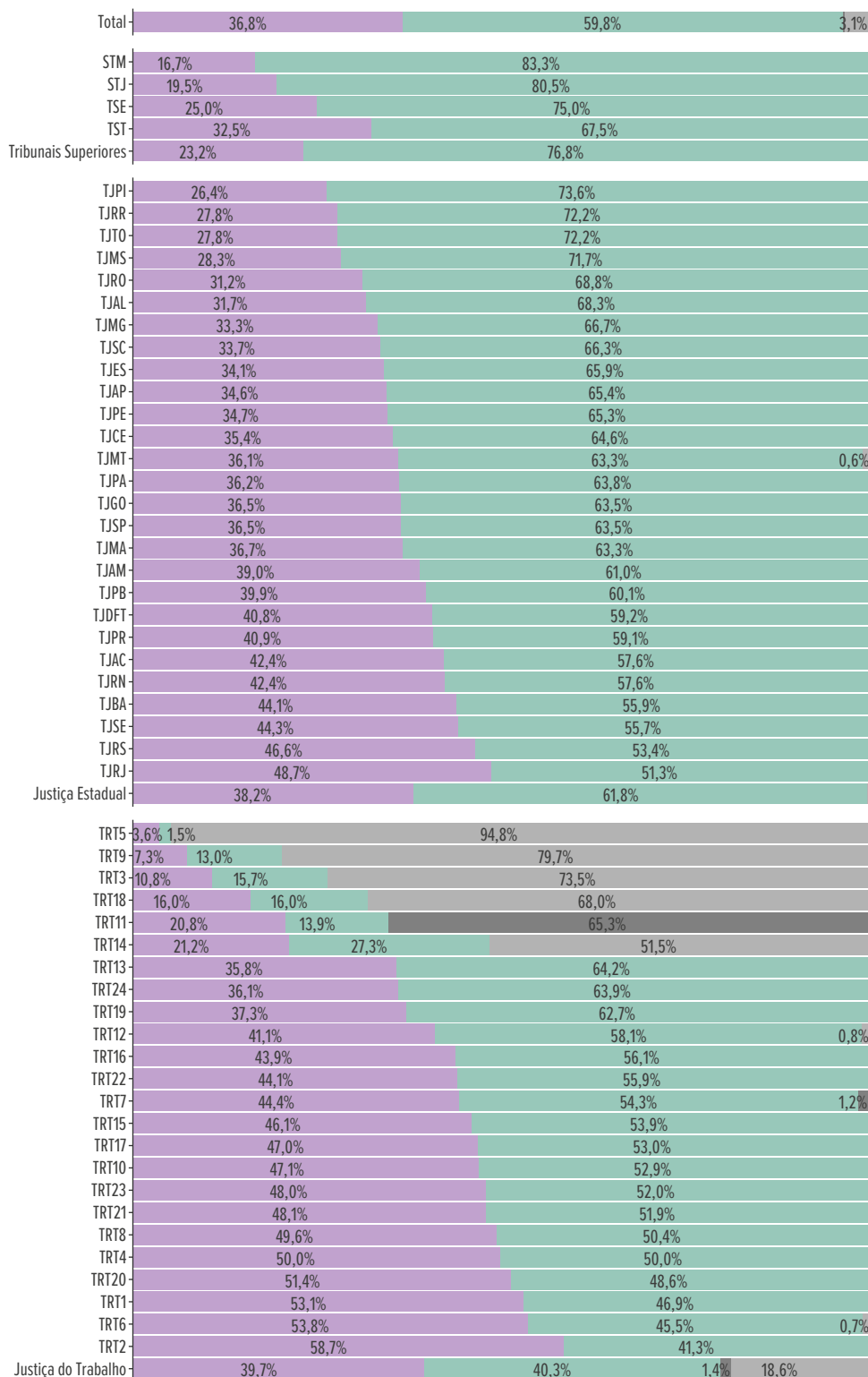
Na Figura 49, exibe-se a porcentagem de servidoras que atuam no Poder Judiciário: 53,5%, o que demonstra participação feminina preponderante em relação ao número total de servidores(as). Essa composição majoritária tem destaque principalmente na Justiça Estadual (56,9%) e na Justiça Eleitoral (53,5%), sendo verificado o inverso na Justiça do Trabalho (42,6%); na Justiça Militar Estadual (47,1%); nos Tribunais Superiores (48,6%); e na Justiça Federal (49%).

Em um paralelo com a participação das mulheres na União Europeia, verifica-se que o Brasil ainda demonstra baixa representatividade feminina, pois, enquanto a média brasileira é de 36,8%, na Europa, as mulheres juízas já correspondiam, no ano de 2022, a mais da metade da magistratura, 59,7%.

Liechtenstein, um principado de língua alemã com 25 km de extensão entre a Áustria e a Suíça, foi a única localidade da União Europeia em que se verificou um percentual de magistradas mulheres menor que do Brasil (27,4%), sendo que em todos os demais locais os percentuais variaram de 40% a 81%¹⁴.

¹⁴ Dados disponíveis no link: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Police,_court_and_prison_personnel_statistics. Acesso em abr/2024.

Figura 46 - Percentual de Magistrados(as) no Poder Judiciário



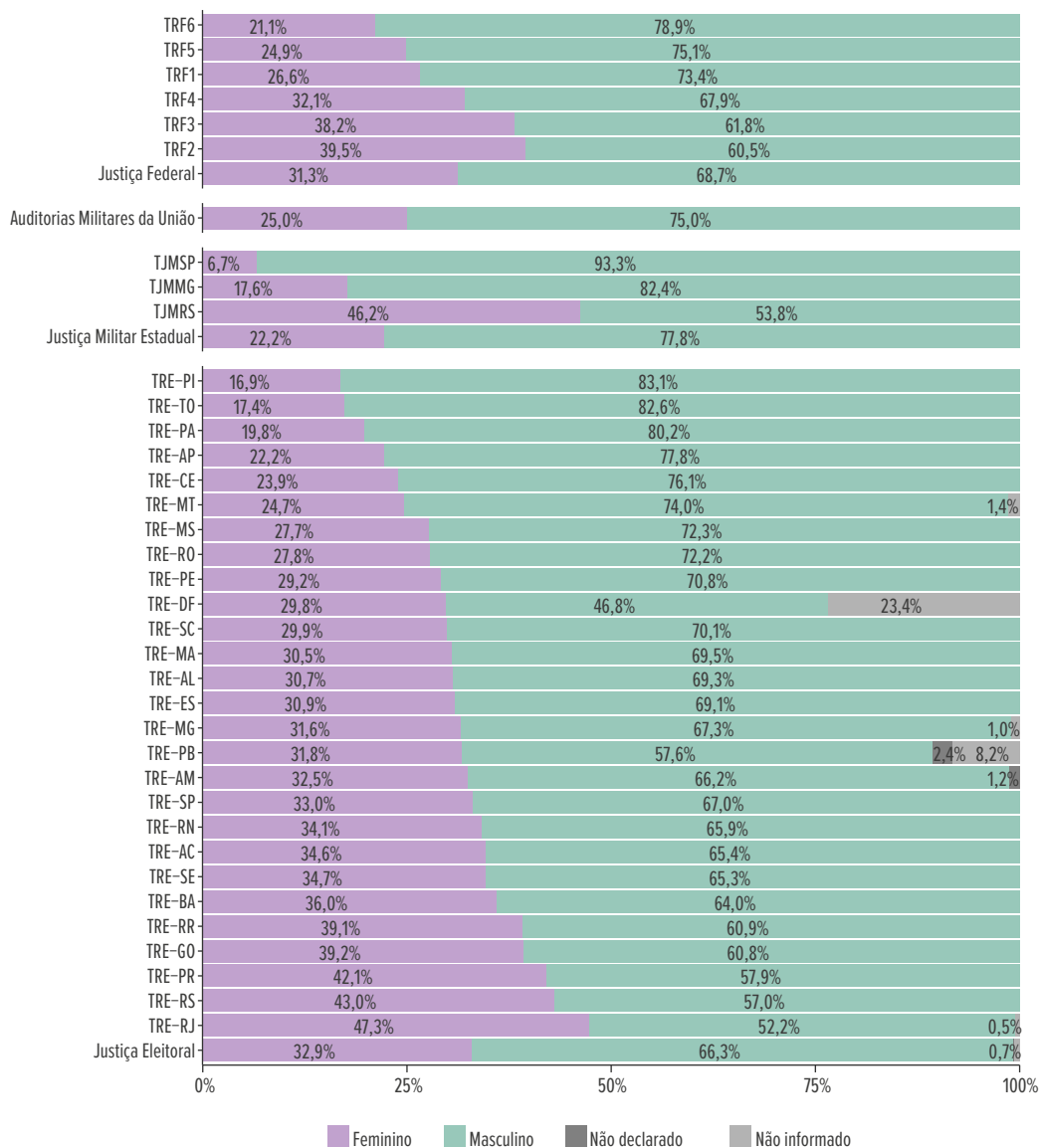


Figura 47 - Percentual de ministras nos Tribunais Superiores e de desembargadoras nos Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais Federais, Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunais Regionais Eleitorais e Tribunais de Justiça Militar

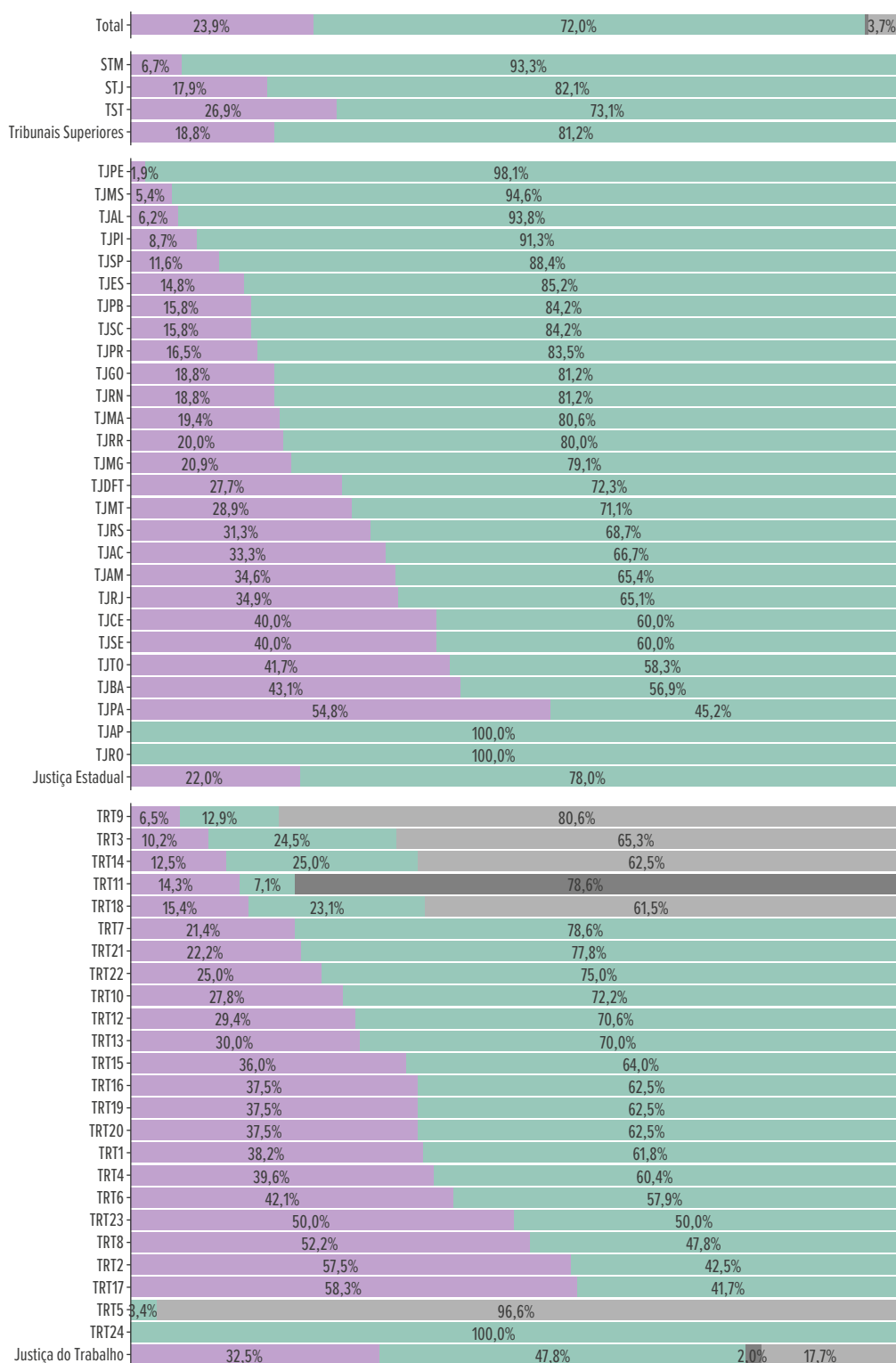
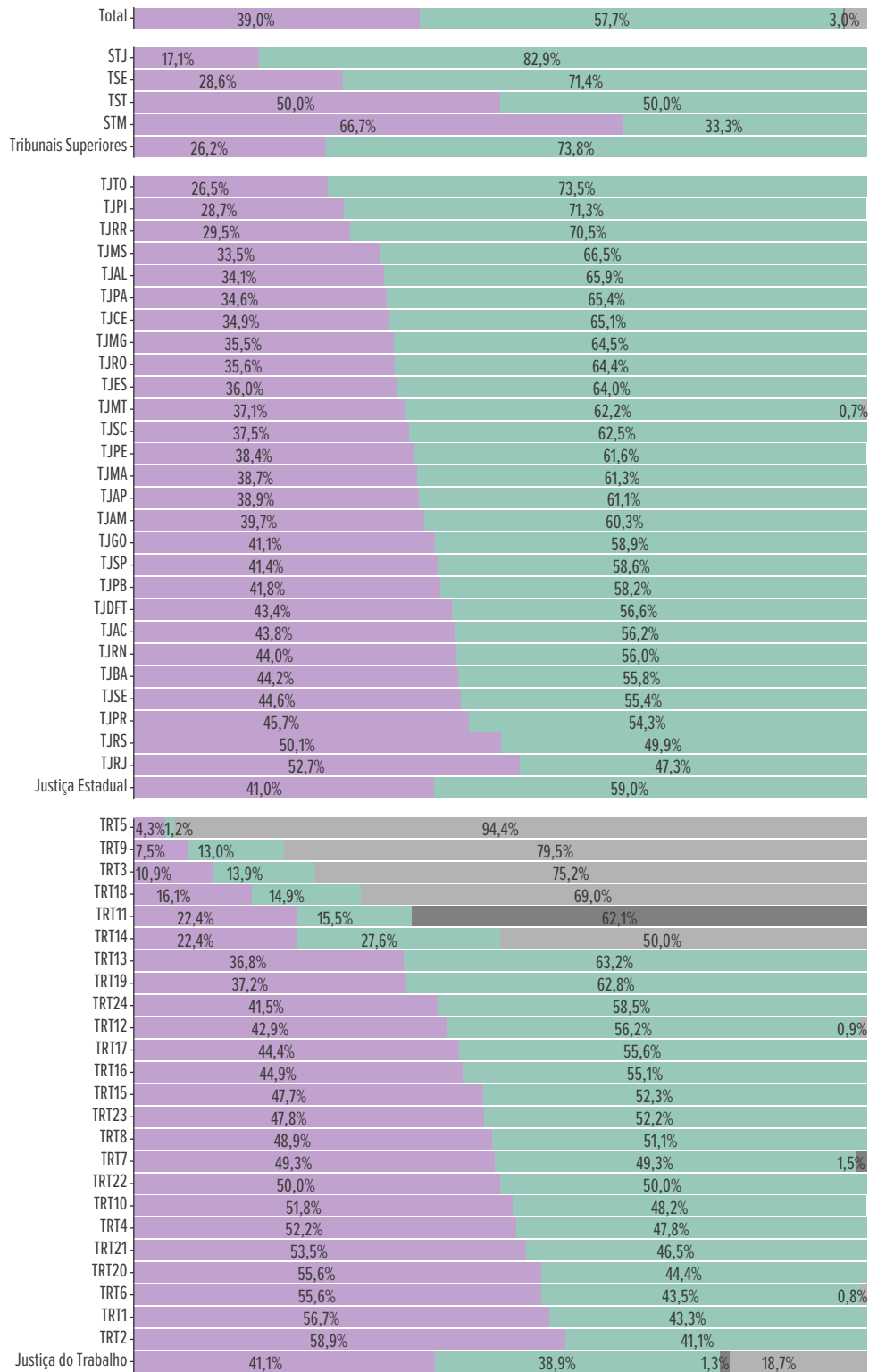




Figura 48 - Percentual de Juízas no primeiro grau



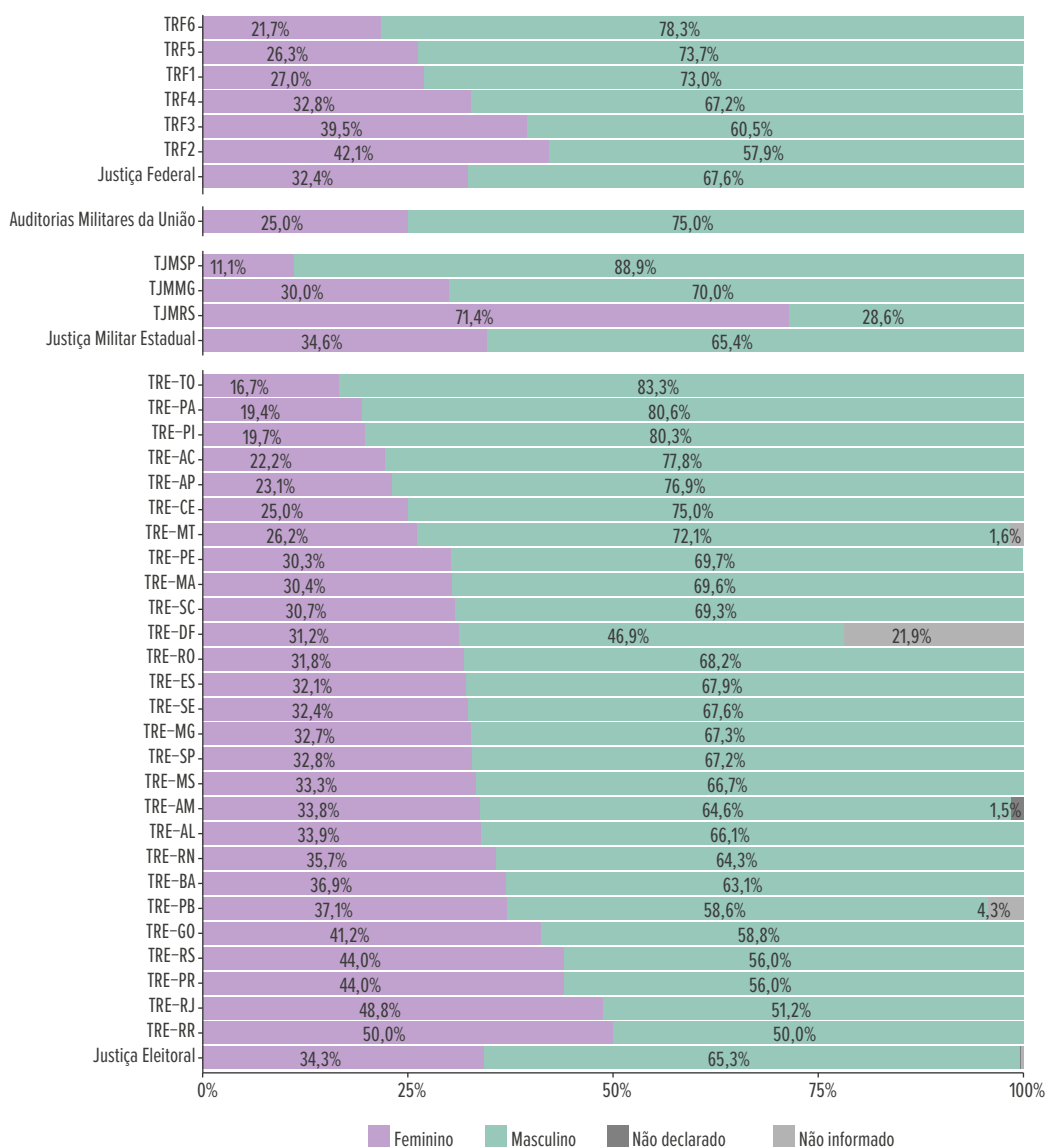
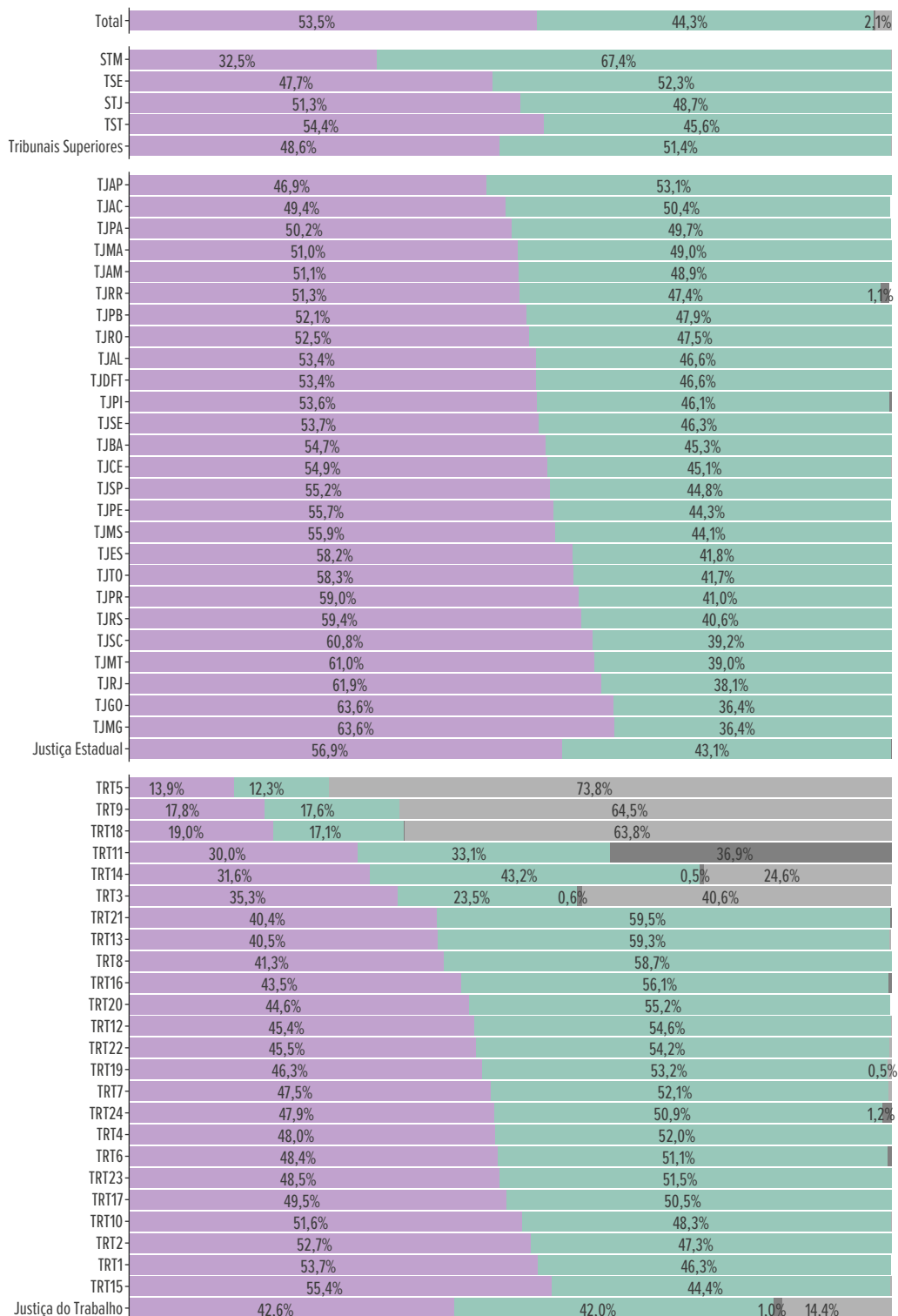
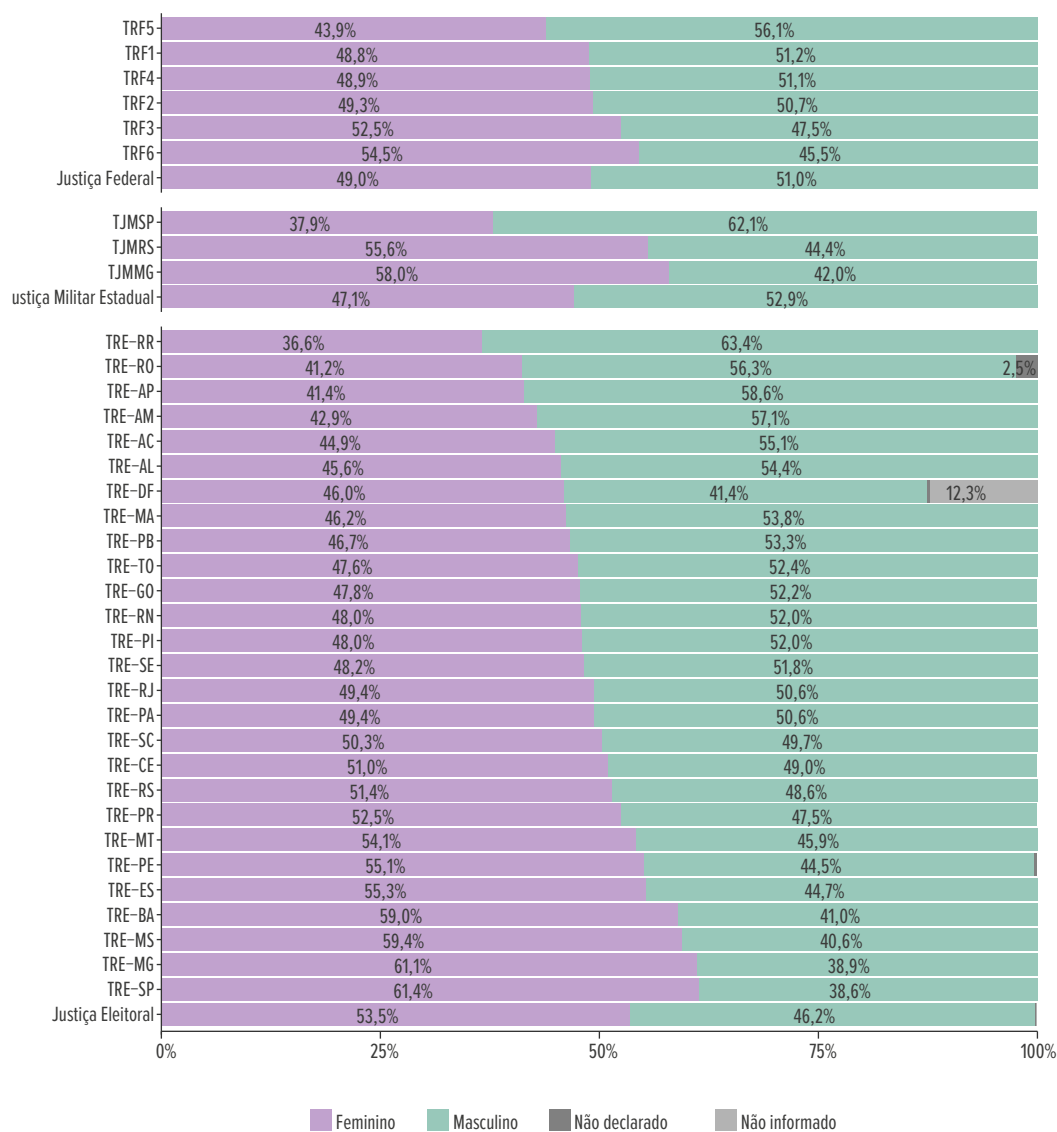


Figura 49 - Percentual de Servidoras no Poder Judiciário





4.3.2 PARTICIPAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Pela primeira vez, o Relatório Justiça em Números traz, dentro da seção de pessoal, um tópico especialmente destinado ao diagnóstico do perfil étnico-racial dos(as) magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário. Os dados também são provenientes do sistema MPM.

Em 2023, por meio do Pacto Nacional do Judiciário pela Composição Racial, os tribunais foram incentivados a atualizar seus sistemas internos cadastrais do corpo funcional, de forma a atualizar os registros de raça/cor com autodeclaração mais recente. Conforme Diagnóstico étnico racial do Poder Judiciário (CNJ, 2023), em 2023 havia 21,1% de ausência de dados entre os(as) magistrados(as) e 29,1% de ausências de dados entre os(as) registros de servidores(as).

O Pacto é um importante movimento promovido pelo CNJ, em que são desenvolvidos programas, projetos e iniciativas em todos os segmentos da Justiça e em todos os graus de jurisdição, com o objetivo de combater e corrigir as desigualdades raciais, por meio de medidas afirmativas, compensatórias e reparatórias, para eliminação do racismo estrutural no âmbito do Poder Judiciário.

Em razão da existência, ainda, de diversos registros com ausência de informação da raça/cor, as figuras apresentadas nesta seção consideram o percentual de pessoas negras (pretas e pardas) em relação ao total de registros raciais, excluindo-se os dados faltantes do denominador de cálculo.

Essa metodologia é adotada para que se possa chegar ao percentual de negros(as) mais próximo da realidade, pois, caso contrário, seria calculado um percentual de participação dos(as) negros(as) nos quadros funcionais subestimado, somando-se no denominador as informações não apuradas, ou seja, seria o mesmo que supor que todo o grupo de dados ausentes são de pessoas brancas, o que não seria verdade.

As opções de cadastramento seguem a classificação de raça/cor preconizada pelo IBGE, com uma ressalva: tanto o preto quanto o pardo foram acrescidos ao termo “negro” para indicar que o(a) respondente deveria estar consciente de que a autoidentificação de “preto” ou “pardo” implicaria na autoidentificação da raça/cor “negra”. Dessa forma, são as classificações adotadas:

- ▶ Amarelo(a);
- ▶ Branco(a);
- ▶ Indígena;
- ▶ Preto(a)-Negro(a);

- ▶ Pardo(a)-Negro(a) e
- ▶ Não declarado pelo respondente.

A opção de “não declarado” deve ser preenchida somente quando o indivíduo procede com a atualização de seus registros funcionais, mas opta, expressamente, pelo não compartilhamento do dado ou por não se autodeclarar, segundo sua raça/cor.

Ao contrário dos dados não informados, esses registros foram considerados no cálculo do indicador de participação racial, pois eles caracterizam o envio de alguma informação. Apenas as ausências de dados (não envio da informação ou envio sem preenchimento), é que foram excluídos.

Observa-se que, no caso dos registros de magistrados(as), em 4,3% houve a opção do respondente por não se autodeclarar e que ainda há ausência de dados em 13% dos registros.

No caso dos(as) servidores(as), 4,6% preferiram não se autodeclarar e em 10,7% dos registros a informação está pendente. Embora tenham tido significativos avanços em relação ao índice de dados faltantes verificado no diagnóstico de 2023, ainda é elevado o percentual de pessoas sem registro funcional quanto à raça/cor.

Conforme se verifica na Figura 50, o percentual de negros(as) em todo Poder Judiciário é de 14,3%, sendo 12,4% pardos(as) e apenas 1,8% pretos(as).

Os segmentos de justiça com maiores percentuais de magistrados(as) negros(as) são os da Justiça Eleitoral (18,1%) e da Justiça do Trabalho (15,9%). Em seguida, tem-se a Justiça Estadual (13,1%) e a Justiça Federal (11,6%).

O segmento com menor percentual de magistrados(as) negros(as) é o da Justiça Militar Estadual (6,7%), em que os dados do TJM-SP e do TJM-RS não são exibidos na Figura 50, por não possuírem sequer um registro de juiz(a) com a classificação racial “Negro(a)”. Por esse motivo, o total do segmento difere do valor apresentado pelo TJM-MG, já que os(as) juizes(as) brancos(as) ou de outras categorias raciais estão computados. Na Justiça Militar da União, se verifica presença de 23,1% de juizes(as) de primeiro grau negros(as).

Nos Tribunais Superiores, há registros de magistrados(as) negros(as) no STJ e no TST. No TSE e no STM, grande parte dos dados estão sem informação ou registrados como “Branco(s)”, e por isso, os valores não estão representados.

Relembra-se que, da mesma forma dos gráficos da seção anterior sobre participação feminina, a Figura 50 considera tanto os(as) juízes(as) auxiliares que atuam nos Tribunais Superiores, quanto os(as) ministros(as). A separação por cargo pode ser visualizada na Figura 51, em relação aos(às) ministros(as) e desembargadores(as) nos tribunais superiores e nos demais tribunais, respectivamente, bem como na Figura 52, em relação aos(às) juízes(as).

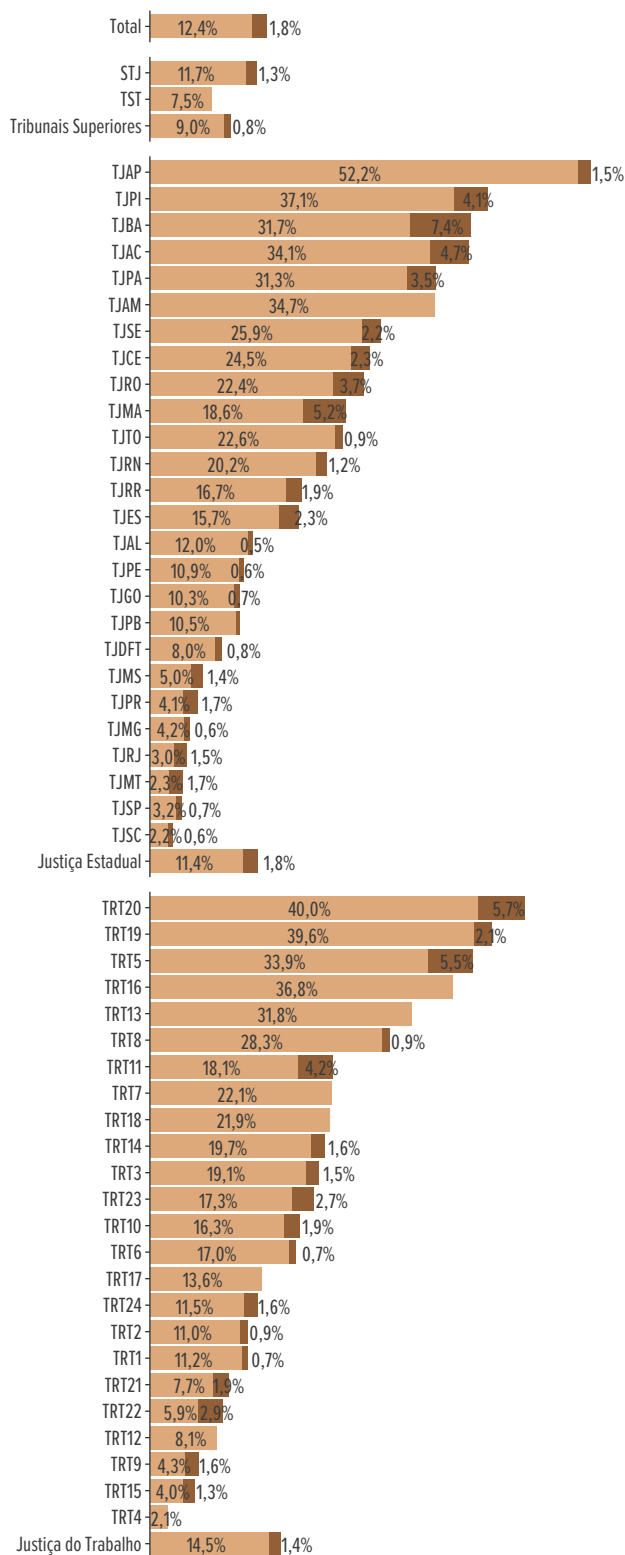
Há uma certa relação entre as regiões geográficas e o percentual de magistrados(as) negros(as), com índices mais elevados nos estados das regiões norte e nordeste, como no Amapá (TJAP e TRE-AP), Piauí (TJPI), Sergipe (TRT20) e Bahia (TJBA, TRT5 e TRE-BA).

Ao contrário, nos tribunais do centro-sul, os índices tendem a ser menores, como no caso do Rio Grande do Sul (TRT-4), São Paulo (TJSP e TRE-SP), Santa Catarina (TJSC e TRE-SC), e o TRF4, que abrange os três estados da região sul.

Em todos os segmentos, há menor percentual de magistrados(as) negros(as) com ocupação de cargos destinados às cortes de segundo grau e de tribunais superiores do que no primeiro grau de jurisdição: Justiça Estadual, com 8,7% no segundo grau e 14% no primeiro grau; Justiça do Trabalho, com 13,5% no segundo grau e 16,3% no primeiro grau; Justiça Federal, com 9,3% no segundo grau e 11,8% no primeiro grau; e Justiça Militar Estadual, sem nenhum registro de desembargador(a) negro no segundo grau e com 11,5% no primeiro grau.

Na Figura 53, exibe-se que a porcentagem de servidores(as) que atuam no Poder Judiciário é de 27,1%, revelando, dessa forma, maior nível de composição racial nessa categoria de profissionais. O segmento com maior percentual é o da Justiça Eleitoral, com 37,5% negros(as), sendo 4,2% de pretos(as). Na sequência estão os Tribunais Superiores (32,8%), a Justiça Federal (28,1%), a Justiça Estadual (26%), a Justiça Militar Estadual (24,8%) e, por fim, a Justiça do Trabalho (24,2%).

Figura 50 - Percentual de Magistrados(as) negros(as) no Poder Judiciário



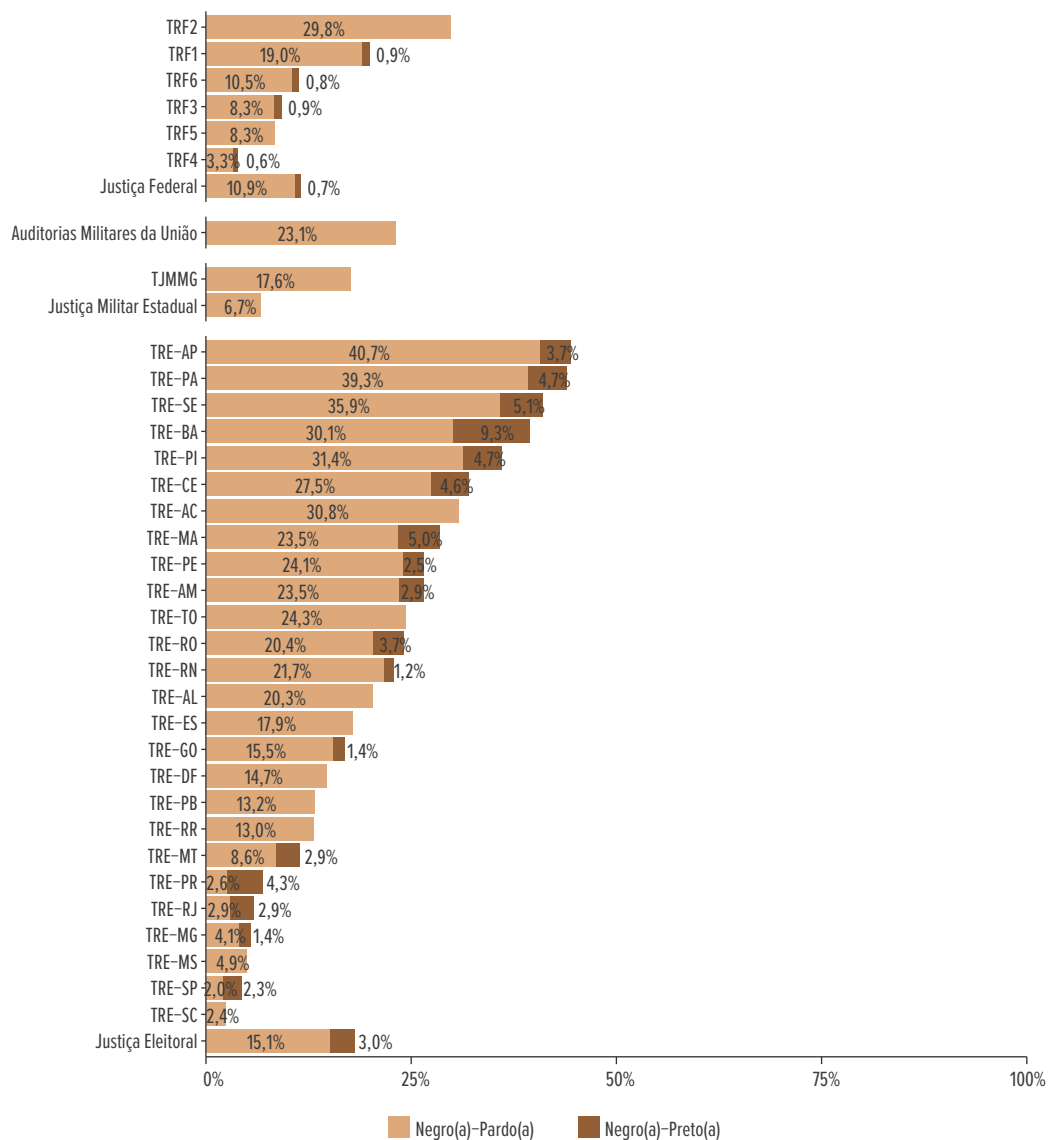
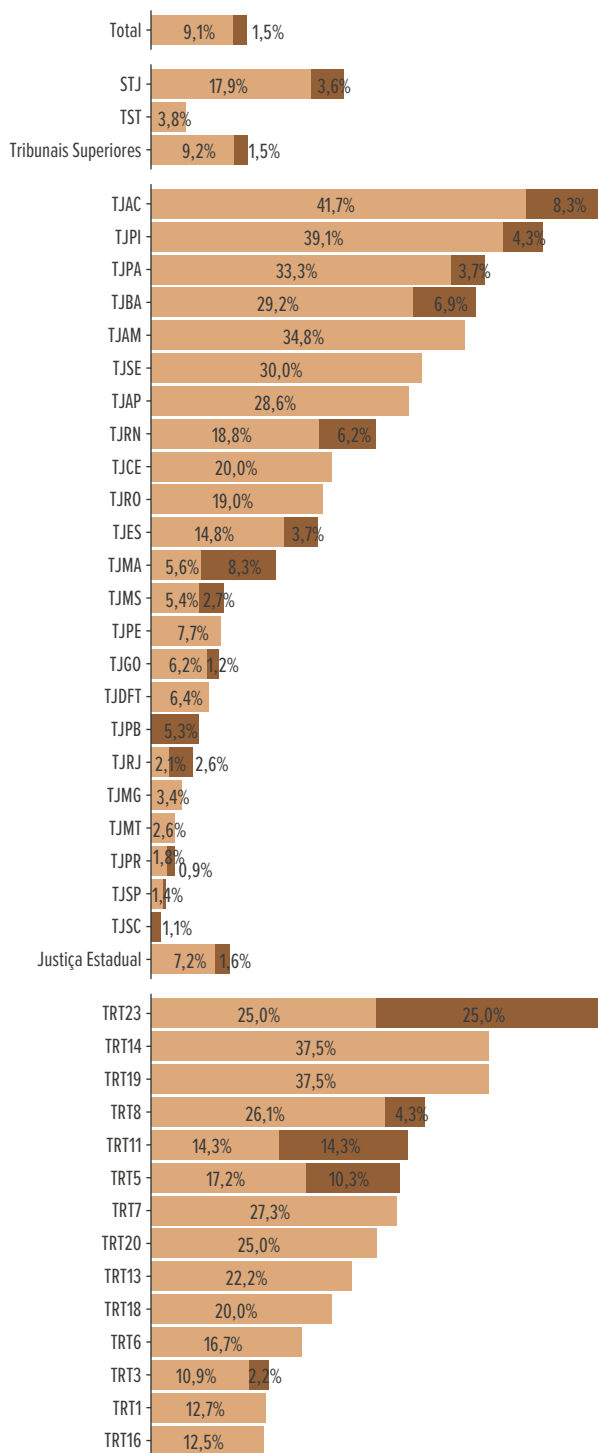


Figura 51 - Percentual de ministros(as) negros(as) nos Tribunais Superiores e de desembargadores(as) negros(as) nos Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais Federais, Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunais Regionais Eleitorais e Tribunais de Justiça Militar



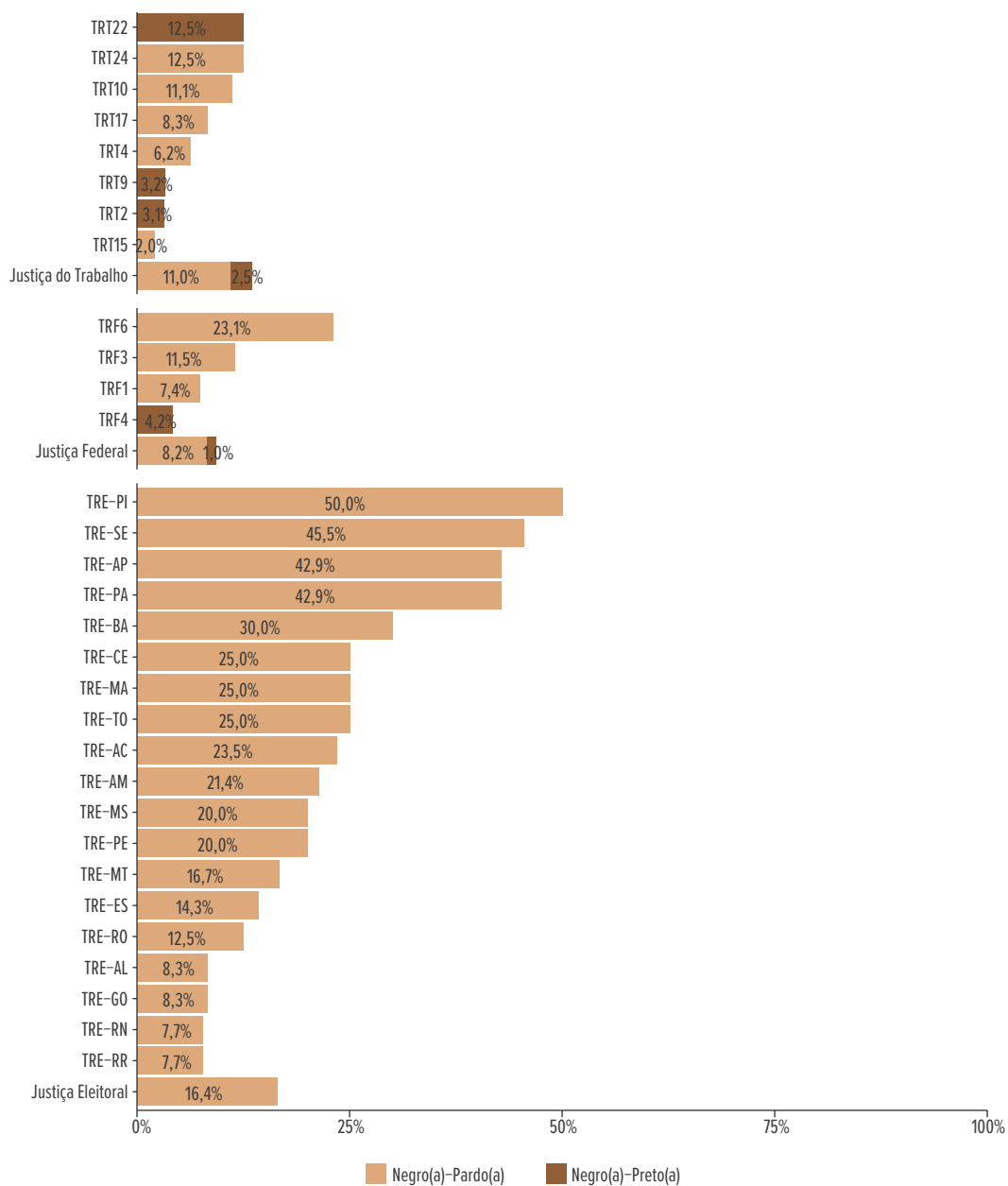
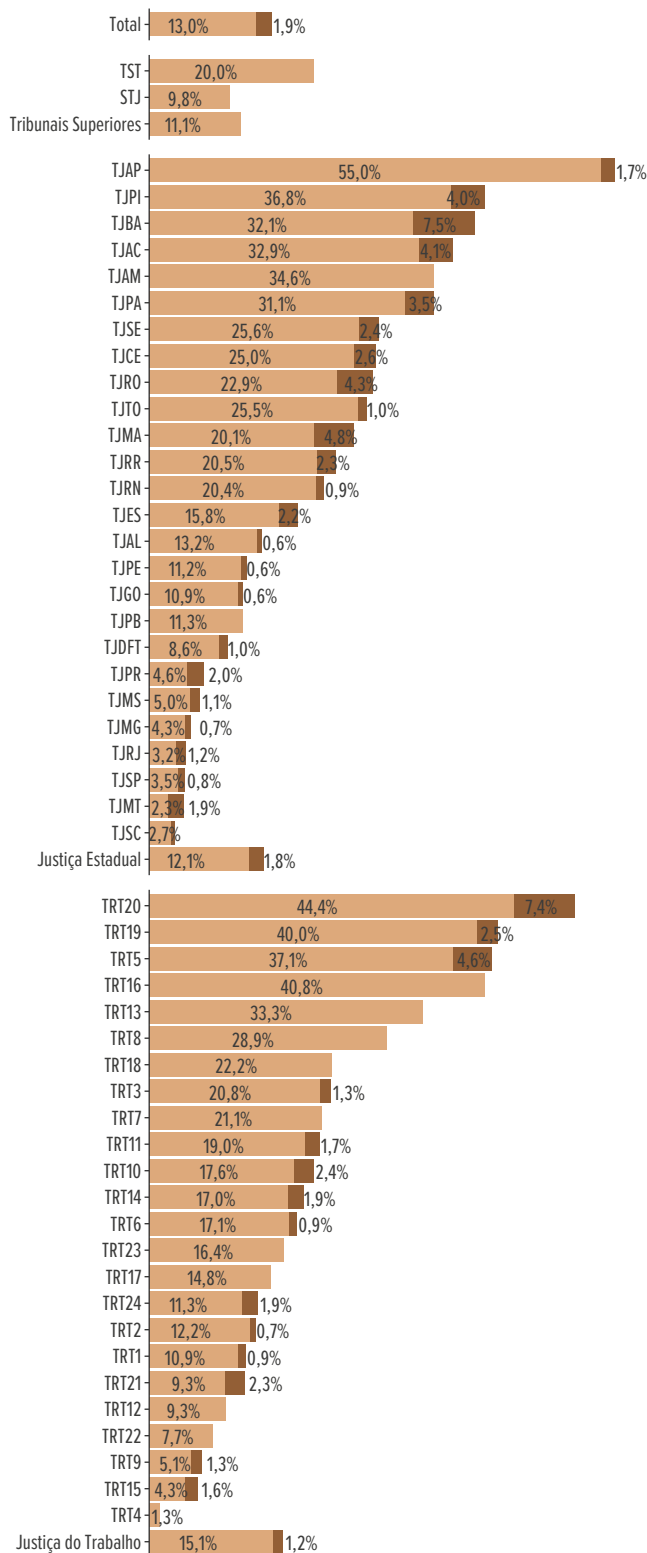


Figura 52 - Percentual de Juízes(as) negros(as) no primeiro grau



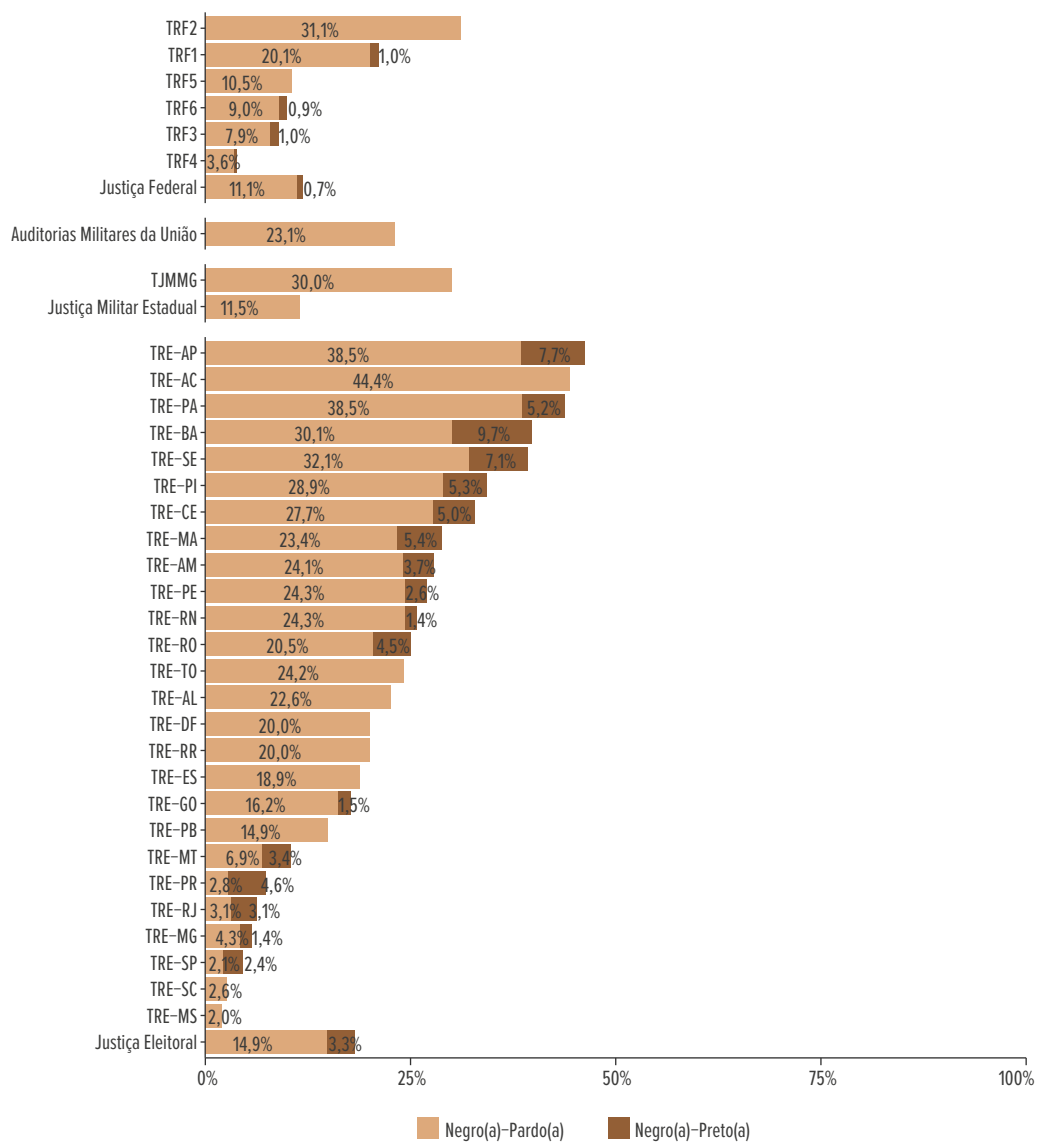
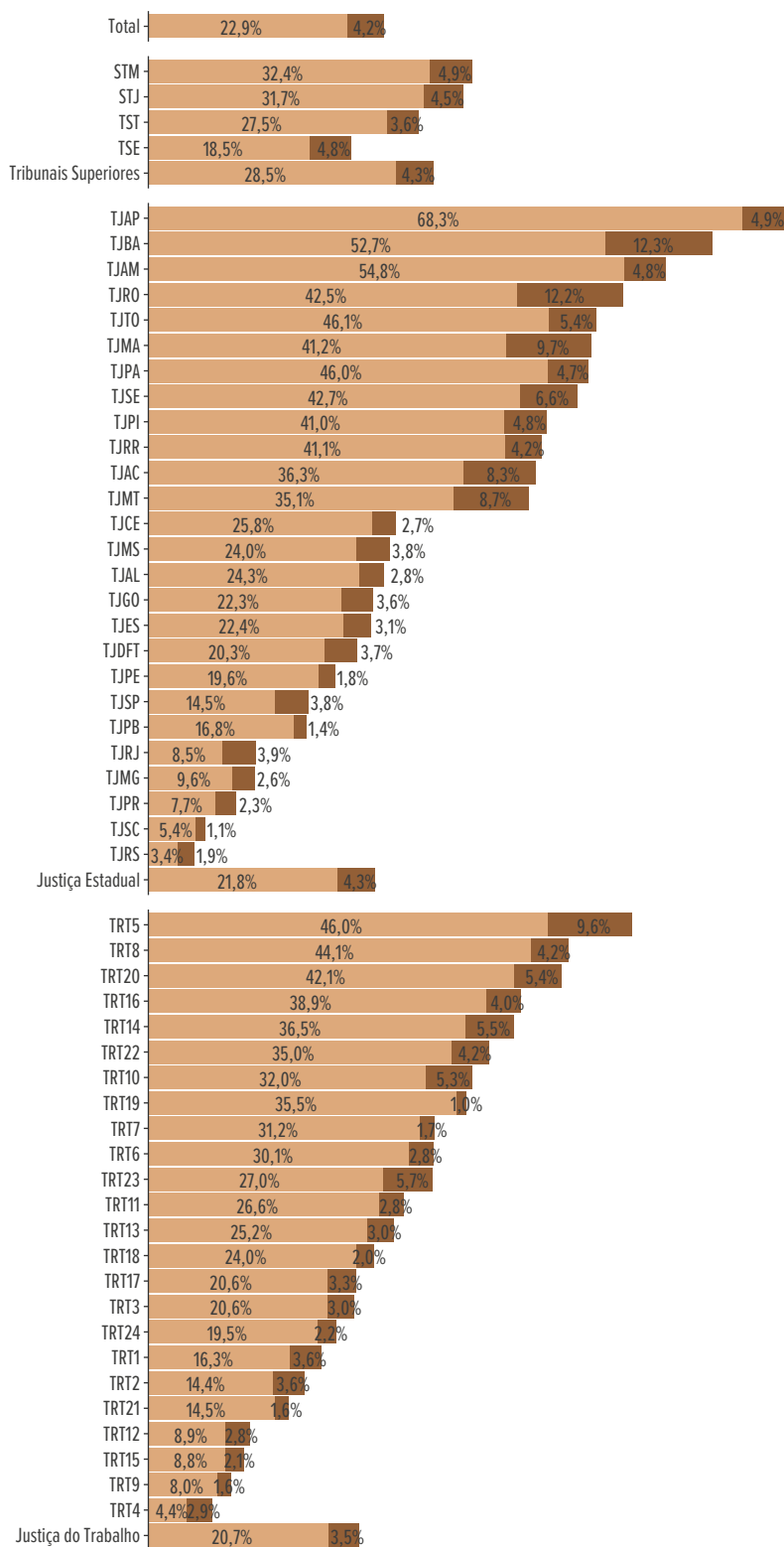
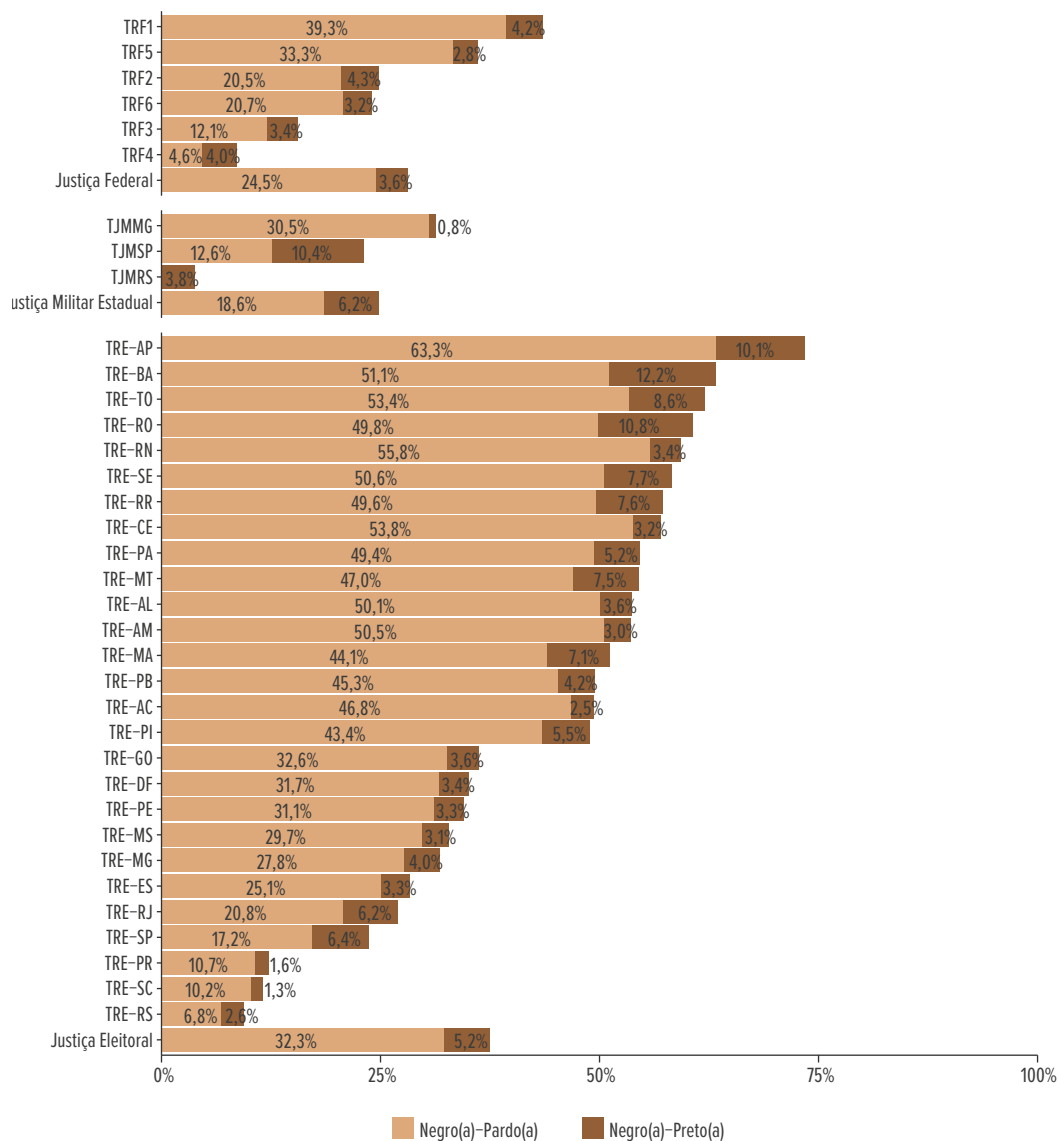


Figura 53 - Percentual de Servidores(as) negros(as) no Poder Judiciário





5 GESTÃO JUDICIÁRIA

Neste capítulo, serão apresentados dados gerais de movimentação processual e litigiosidade, assim como resultados dos principais indicadores de desempenho por cada segmento da Justiça.

O capítulo está dividido em três tópicos: 1) litigiosidade, que mostra o fluxo processual e os indicadores de produtividade e desempenho consolidados por tribunal e por segmento da Justiça; 2) política de priorização do primeiro grau, comparando os dados do primeiro com os do segundo grau de jurisdição¹⁵; e 3) gargalos da execução, que compara as fases de conhecimento e execução no primeiro grau.

É importante esclarecer que todos os dados processuais referentes aos anos de 2020 a 2023, apresentados a partir deste capítulo, passaram por profunda transformação de produção e geração de estatísticas. Até a edição do “Justiça em Números 2021” (anos-base de 2009 a 2020), as informações eram alimentadas pelos tribunais por sistemas de digitação manuais. Logo, estavam sujeitas a erros de interpretação dos glossários, de cálculos e até mesmo de digitação.

Após um intenso trabalho de saneamento junto aos tribunais, os dados processuais no ano de 2020 passaram a ser provenientes do DataJud, instituído pela Resolução CNJ n. 331/2020.

Isso significa que as informações se tornaram mais confiáveis e os sistemas estatísticos do Poder Judiciário podem fazer uso de única fonte de dados, uma vez que todos os cálculos e fontes da informação passam a ser armazenados e processados pelo DPJ do CNJ, além de permitir a extração de dados por diversas formas de segmentação, seja por tema, por situação ou por órgão julgador, entre outras variáveis.

O Painel de Estatísticas do DataJud (disponível no endereço <https://www.cnj.jus.br/datajud/painel-estatistica>) é uma relevante ferramenta de acesso às informações apresentadas neste documento, além dos outros painéis e informações disponíveis na página do Departamento de Pesquisas Judiciárias.

O Painel de Estatísticas permite examinar o dinâmico dos dados e disponibiliza uma Interface de Programação de Aplicação (API) para consulta aos microdados, por meio do número do processo

¹⁵ Para avaliar o item – política de atenção prioritária ao primeiro grau de jurisdição (Resolução CNJ n. 219) -, considera-se como primeiro grau: justiça comum, juizados especiais e as turmas recursais; já no segundo grau, são incluídas as turmas regionais de uniformização da Justiça Federal.

judicial, de acordo com o padrão da numeração única processual instituída pela Resolução CNJ n. 65/2008, desde que o processo não esteja sob sigilo.

A API Pública, cujos requisitos e detalhes estão disponíveis em <https://datajud-wiki.cnj.jus.br/>, propicia acesso a todos os processos judiciais públicos (sem sigilo), com informações diversas por movimentação processual, nos termos da Portaria CNJ n. 160/2020.

Para a produção deste relatório, foram considerados elementos estatísticos do antigo sistema Justiça em Números quanto às informações processuais até o ano de 2019, além das estatísticas provenientes de cálculos e extrações feitas por meio do DataJud para os anos de 2020 em diante.

Também cabe reiterar o comportamento dinâmico do Painel de Estatística, com atualização mensal, ao passo que este relatório é estático e possui informações geradas da base de dados consolidada no mês de março de 2024.

Desse modo, alguns números podem divergir dos apresentados nas últimas edições do Relatório e do Painel de Estatísticas do DataJud, tendo em vista a possibilidade de os tribunais revisarem seu volume de dados, em razão do esforço de saneamento e qualificação contínuos.

O CNJ também conta com suporte constante do Comitê de Apoio Técnico, destinado a sustentar a sistematização e a padronização do DataJud (Portaria CNJ/SEP n. 9/2021) que promove formas de aprimoramento nos cálculos dos indicadores¹⁶.

Os Termos Circunstanciados (TCO) passaram a ser computados nas estatísticas judiciárias nacionais a partir da edição do Relatório Justiça em Números 2023 (ano-base 2022), com aplicação dos cálculos retroativos a 2020.

A mudança deriva de estudos realizadas no âmbito do comitê de parametrização, aprovada pelo Plenário do CNJ, em razão das peculiaridades da Justiça Criminal, principalmente nos juizados especiais criminais que afetam sobremaneira a carga de trabalho. Todavia, até então, não entravam no cômputo da carga de trabalho dos tribunais.

A alteração também atende ao disposto nos anexos da Resolução CNJ n. 76/2009, que determina que os processos excluídos do cômputo do grupo de variáveis de casos novos são apenas os passíveis de solução por despacho de mero expediente. Assim, deliberou-se pela inclusão dos termos circunstanciados no cálculo das estatísticas judiciais oficiais, pois, embora tratem de

16 Mais detalhes da normativa e das atribuições do colegiado podem ser acessados em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3944>.

procedimentos investigatórios, não estão contemplados na hipótese apresentada, em função de serem procedimentos resolvidos por decisão e não por despacho.

Dessa forma, os dados referentes aos anos de 2009 a 2019, alimentados manualmente por meio do sistema Justiça em Números, permaneceram inalterados, pois foram informados de forma agregada pelos Tribunais. As mudanças metodológicas causam impacto somente com base nas estatísticas de 2020 em diante, pois são extraídas do DataJud.

Outro aprimoramento que impacta na série histórica de 2020 em diante diz respeito ao cálculo no segundo grau de jurisdição e nos tribunais superiores. Até 2019, os dados eram agregados e não se fazia separação entre as fases de conhecimento e execução. Com a implantação do DataJud, a metodologia passou a ser unificada, portanto, os processos originários - de conhecimento de segundo grau - que possuem execução iniciada passam a ser contabilizados separadamente e em ambas as fases.

Ao longo dos próximos tópicos, são expostos indicadores por grau de jurisdição e por fase (conhecimento e execução). Antes, porém, descreve-se sinteticamente a conceituação necessária para a correta compreensão:

- ▶ Casos Novos por Magistrado(a): indicador que relaciona o total de processos ingressados de conhecimento e de execução extrajudicial com o número de magistrados(as) em atuação, não computadas as execuções judiciais.

A contagem do número de magistrados(as) em atuação considera o número de cargos providos deduzido do número médio de magistrados(as) afastados(as) durante o ano de 2023.

- ▶ Casos Novos por Servidor(a): indicador que relaciona o total de processos ingressados de conhecimento e de execução extrajudicial dividido pelo número de servidores(as) da área judiciária, não computadas as execuções judiciais.

Da mesma forma, no cálculo do número servidores(as) da área judiciária, é descontado o número médio de servidores(as) afastados(as) durante o ano de 2023.

- ▶ Carga de Trabalho por Magistrado(a): indicador que calcula a média de trabalho de cada magistrado(a) durante o ano de 2023, com base na soma dos processos baixados, dos casos pendentes, dos recursos internos julgados e dos recursos internos pendentes. Em seguida, divide-se pelo número de magistrados(as) em atuação.

Cabe esclarecer que, na carga de trabalho, todos os processos são considerados, inclusive as execuções judiciais¹⁷.

- ▶ Carga de Trabalho por Servidor(a): mesmo procedimento do indicador anterior, porém com a divisão pelo número de servidores(as) da área judiciária.
- ▶ IPM (Índice de Produtividade dos(as) Magistrados(as)): indicador que mostra a média de processos baixados por magistrado(a) em atuação.
- ▶ IPS-Jud (Índice de Produtividade dos(as) Servidores(as) da Área Judiciária): indicador que mostra a média de processos baixados por servidor(a) da área judiciária.
- ▶ IAD (Índice de Atendimento à Demanda): indicador que verifica se o tribunal foi capaz de baixar processos, pelo menos, em número equivalente ao quantitativo de casos novos. Alguns artigos internacionais chamam de *clearance rate*¹⁸. O ideal é que esse indicador permaneça superior a 100%, evitando-se o aumento dos casos pendentes.
- ▶ Taxa de Congestionamento: indicador que mede o percentual de casos que permaneceram pendentes de solução até o final do ano-base, em relação ao que tramitou (soma dos pendentes e dos baixados).

Cumprir informar que, de todo o acervo, nem todos os processos podem ser baixados no mesmo ano devido a prazos legais e processuais a serem cumpridos, a exemplo dos processos ingressados no fim do ano-base mensurado.

Nos indicadores IPM, IPS-Jud, carga de trabalho, casos novos por magistrado(a) e por servidor(a), não são considerados, na base de cálculo, a soma dos dias de afastamentos e licenças previstas em lei. Dessa forma, o denominador utiliza o número médio de magistrados(as) e servidores(as) que permaneceram ativos durante todo o exercício de cada ano de referência.

Cumprir informar que tal metodologia entrou em vigor no ano-base 2015 e que, até 2014, somente os afastamentos de magistrados(as) por mais de seis meses eram descontados na apuração dos indicadores. Para os(as) servidores(as), utilizava-se o quantitativo em efetivo exercício no final de cada ano-base. Essas mudanças podem impactar a série histórica e devem ser levadas em consideração na leitura dos dados.

17 Ao contrário dos casos novos por Magistrado(a), quando somente as execuções extrajudiciais e os casos novos de conhecimento são computados.

18 Taxa de resolução (proporção de casos resolvidos em relação a casos arquivados), traduzido de “[...] clearance rate (ratio of cases disposed to cases filed)”. DAKOLIAS, Maria. Court performance around the world: a comparative perspective. The World Bank, 1999.

5.1 LITIGIOSIDADE

O Poder Judiciário finalizou o ano de 2023 com **83,8 milhões de processos pendentes** aguardando alguma solução definitiva. Destes, 18,5 milhões, ou seja, 22%, estavam suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório, aguardando alguma situação jurídica futura. Desconsiderados tais processos, tem-se que, **ao final do ano de 2023, existiam 63,6 milhões de processos judiciais efetivamente tramitando.**

O volume de processos suspensos tem crescido a cada ano, com aumento de 1,6 milhão (9,4%) somente entre os anos de 2022 e 2023. São diversas as situações que podem ocasionar sobrestamento ou suspensão ou arquivamento provisório.

No montante de 18,5 milhões, são considerados processos que aguardam, por exemplo, o julgamento de repercussão geral no Supremo Tribunal Federal; o julgamento de recurso repetitivo no Superior Tribunal de Justiça; o julgamento de Incidente de Assunção de Competência (IAC) ou de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) no segundo grau dos Tribunais; a captura de um réu condenado foragido; o pagamento de precatório ou de requisição de pequeno valor (RPV); o julgamento de outra causa ou de incidente.

O ano de 2017 ficou marcado como o primeiro ano da série histórica em que se constatou freio no acervo, que vinha crescendo desde 2009. Pela primeira vez, houve redução no volume de casos pendentes, fato que se repetiu em 2018 e 2019.

Após esse período, o estoque retornou à tendência de crescimento até atingir o maior valor da série histórica no ano de 2023. O crescimento a partir do ano de 2020 também decorre da mudança metodológica na medição dos processos judiciais que passou a computar os termos circunstanciados (procedimentos de delitos de menor potencial ofensivo que tramitam em juizados especiais).

Conforme se verifica no Painel de Estatísticas do DataJud, tais processos causaram impacto de 1,2 milhão no número de casos pendentes de 2023 que, antes de 2020, não eram computados.

Outro impacto na metodologia de cálculo consiste na separação do segundo grau e tribunais superiores entre conhecimento e execução, conforme descrito na introdução e no início do presente capítulo¹⁹.

¹⁹ Assim, ao longo deste relatório, deve-se tomar cautela nas comparações entre os períodos de 2020 a 2023 e de período de 2009 a 2019, pois são trechos de séries históricas que possuem distinções metodológicas.

No Painel de Estatísticas, é possível identificar também que os processos que tramitam sob o rito dos Juizados Especiais foram os principais responsáveis pelo aumento do acervo no ano de 2023.

Os casos pendentes vêm sofrendo constantes aumentos, tendo passado de 8,6 milhões em 2020, para 9,9 milhões em 2021, 10,4 milhões e 11,7 milhões, ou seja, um acumulado de 3,1 milhões (35,5%) em três anos. Desses processos, 6,9 milhões (58,7%) são da Justiça Estadual e 4,8 milhões (41,3%) são da Justiça Federal, sendo que a elevação ocorreu predominantemente nos JEFs (incremento de 2,5 milhões).

Em menor proporção, também cresceu o volume de casos pendentes de segundo grau (3,3%) e dos Tribunais Superiores (2,5%). Entre os processos que tramitam sob o rito ordinário de primeiro grau, ao contrário, houve redução de 483,7 mil processos (0,7%).

Dessa forma, verifica-se que, desde 2020, o judiciário tem enfrentado série de aumento dos casos pendentes, com crescimento de 896 mil processos entre 2022 e 2023 (1,1%).

A série histórica dos casos pendentes líquidos (pendentes excluídos os suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório), por sua vez, apresentou repetidas quedas desde que o indicador passou a ser medido em 2015. Ao longo dos anos de 2015-2023, os pendentes líquidos acumularam redução na ordem de 7,8%, com nova queda de 0,9% no último ano (Figura 54).

A partir da Figura 57, pode-se verificar que na Justiça Estadual, Justiça Federal e nos Tribunais Superiores, houve elevação do acervo processual, quando se compara 2023 a 2022.

Na Justiça Estadual, o crescimento foi de 308 mil processos (0,5%); na Justiça Federal, são 690 mil processos (5,8%) e, nos Tribunais Superiores, 21,5 mil processos (2,5%).

A Justiça Trabalhista e a Justiça Militar Estadual mantiveram-se praticamente estáveis, com variação de somente 0,1% e 2,5% dos processos, respectivamente. O contrário ocorreu na Justiça Eleitoral, com redução de 62,9%, o que é esperado em ano não eleitoral.

Durante o ano de 2023, em todo o Poder Judiciário, ingressaram 35,3 milhões de processos e foram baixados 35 milhões. Houve crescimento dos casos novos em 9,4%, com aumento dos casos solucionados em 6,9%. Tanto a demanda pelos serviços da justiça brasileira, como o volume de processos baixados tinham reduzido em 2020, mas voltaram a subir a partir do ano de 2021.

Nota-se que o total de processos ingressados atingiu o maior valor da série histórica no último ano. O número de casos baixados no ano de 2023 foi o segundo maior da série histórica, com quantitativo de processos solucionados um pouco inferior somente ao verificado em 2019.

Quanto aos casos novos, se forem consideradas apenas as ações judiciais efetivamente ajuizadas pela primeira vez em 2023, sem computar os casos em grau de recurso e as execuções judiciais (que decorrem do término da fase de conhecimento ou do resultado do recurso); ingressaram 22,6 milhões ações originárias em 2023, equivalente a 5,8% a mais que o ano anterior (Figura 55).

Esse dado é interessante para mostrar que o acesso à justiça tem crescido após o término da pandemia e que o ano de 2023 foi o de maior ponto da série histórica no que se refere às demandas que chegam ao judiciário.

O aumento do estoque (896 mil) foi maior do que a diferença entre o que ingressou (35,3 milhões) e o que foi baixado (35 milhões). Isso ocorre porque houve processos que retornam à tramitação (casos pendentes), sem figurarem como casos novos. São situações em que o processo, após o primeiro movimento de baixa, recebe movimento de reativação e volta a ser contado como caso pendente.

Nessas hipóteses, estão insertos casos de sentenças anuladas na instância superior; de remessas e retornos de autos (por questões de competência, exemplificativamente); de devolução dos processos à instância inferior para aguardar julgamento de recursos repetitivos ou de repercussão geral, entre outras causas. Somente em 2023, foram reativados 1,7 milhão de processos.

É oportuno esclarecer que o Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário está definido sob a ótica da carga de trabalho que os processos judiciais geram. Ou seja, a “apelação” é um “caso novo” para o(a) desembargador(a), assim como o início da pena é um caso novo para uma vara de execução penal, por exemplo. Conforme o glossário da Resolução CNJ n. 76/2009, consideram-se baixados os processos:

- ▶ Remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes;
- ▶ Remetidos para as instâncias superiores ou inferiores;
- ▶ Arquivados definitivamente;
- ▶ Em que houve decisão transitada em julgado e se iniciou a liquidação, cumprimento ou execução.

Computa-se, apenas, uma baixa por processo e por fase/instância (fase de conhecimento ou de execução, primeiro ou segundo grau).

Os casos pendentes, por sua vez, são todos aqueles que, iniciados, nunca foram baixados; ou que, após o primeiro movimento de baixa, voltaram a tramitar.

Da mesma forma, ao contabilizar o número de casos novos, também são considerados os ingressos na dimensão fase/instância, na data em que o processo inicia sua tramitação pela primeira vez. Assim, um processo que inicia a fase de execução pode ser, ao mesmo tempo, um caso novo de execução e um baixado de conhecimento.

Nas sentenças, ao contrário, são computados todos os julgamentos do processo, mesmo que ocorra mais de uma vez na mesma fase/instância. Também são computados, entre as sentenças, os acórdãos e as demais decisões terminativas de segundo grau e nos tribunais superiores.

Portanto, considera-se “sentença” todos os movimentos da hierarquia “193 – julgamento” das tabelas processuais unificadas de movimento²⁰, exceto aqueles referentes a solucionar embargos de declaração. As demais decisões são mensuradas na variável “Decisões”.

Neste relatório, e para fins de cálculo da produtividade, não estão computadas as decisões interlocutórias. Contudo, tais informações são apuradas a partir do DataJud e estão disponíveis para consulta no Painel de Estatísticas, em <http://www.cnj.jus.br/datajud/painel-estatistica>.

Na estatística de decisões, sem impacto nos índices de produtividade deste relatório, estão consideradas também as decisões monocráticas de (in)admissibilidade de recuso especial ou extraordinário proferida pela presidência ou vice-presidência do tribunal.

Para melhor compreensão de como é feita a contagem de processos no DataJud, faz-se necessária a análise das regras de parametrização de cada variável, disponíveis em <https://www.cnj.jus.br/sistemas/datajud/parametrizacao/>. A parametrização corresponde à regra negocial que é aplicada, a partir das classes, dos movimentos e dos assuntos das Tabelas Processuais Unificadas (TPU)²¹ do CNJ, de forma a identificar se aquele processo judicial é ou não um caso novo; as fases processuais (conhecimento ou execução) e a situação em que se encontra.

Pela tabela de situações, torna-se possível verificar, por exemplo, quais são os movimentos processuais usados na contagem de um caso novo, de processo um julgado, de um caso pendente ou de um caso baixado.

20 Disponível em https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_movimentos.php

21 As Tabelas Processuais foram instituídas pela Resolução CNJ n. 46/2008 e podem ser consultadas em <https://www.cnj.jus.br/sgt>.

Exemplos de classes processuais que não são computadas como caso novo: inquéritos, reclamações pré-processuais, procedimentos administrativos, inclusive os da Justiça Eleitoral, cartas precatórias, de ordem e rogatórias, classes de natureza incidental, entre outras.

Quanto aos “recursos internos”, independentemente de serem autuados apartados ou não, eles não são considerados “casos novos”, havendo variáveis específicas para mensurá-los e que impactam, inclusive, na carga de trabalho.

De outro lado, na hipótese de evolução de classe dos autos principais para recurso interno, continua o cômputo como caso pendente até sua resolução, mesmo que não figure como caso novo. Ressalte-se que as ações cautelares e mandamentais são contabilizadas nos casos novos e no cálculo dos indicadores.

Adicionalmente, faz-se presente o esclarecimento de que os recursos interpostos para as instâncias superiores são considerados como casos novos no segundo grau ou nos tribunais superiores, com a conseqüente baixa na instância inferior. Nesses casos, os processos são enquadrados como “casos novos recursais”.

Nas ações penais, o marco inicial de contagem do processo é o recebimento da denúncia ou a evolução de classe de procedimento investigatório para ação penal, sem computar os períodos tramitados como inquéritos.

Feitos tais esclarecimentos, verifica-se que os dados por segmento de justiça (Figuras 59 e 60) demonstram que o resultado global do Poder Judiciário reflete quase diretamente o desempenho da Justiça Estadual, que abarca 77,3% dos processos pendentes.

A Justiça Federal concentra 15% dos processos e a Justiça Trabalhista, 6,5%. Os demais segmentos juntos acumulam 1,1% dos casos pendentes. A Justiça Eleitoral apresenta sazonalidade de movimentos processuais, com altas especialmente nos anos eleitorais (2012, 2014, 2016, 2018, 2020, 2022), e de forma mais acentuada nos anos de eleições municipais (2012, 2016, 2020). Pelos motivos expostos, a avaliação por segmento de justiça é de suma importância.

Durante o ano de 2023, foram julgados 33,2 milhões processos, com aumento de 3,4 milhões de casos (11,3%) em relação a 2022, revelando-se um ano de alta produtividade. Registra-se, adicionalmente, crescimento acumulado de 40,3% da produtividade em 14 anos, mesmo após a retração sofrida em 2020, em razão da pandemia da covid-19 (Figura 56).

Conforme explicado, são considerados, como julgamentos, as sentenças e as decisões terminativas no segundo grau ou nos tribunais superiores, incluindo os acórdãos.

Chama atenção a diferença entre o volume de processos pendentes e o volume que ingressa a cada ano, conforme Figura 57. Na Justiça Estadual, o estoque equivale a 2,4 vezes a demanda; na Justiça Federal, a 2,5 vezes; e na Justiça do Trabalho, a 1,3 vez.

Na Justiça Militar Estadual, embora o estoque esteja próximo do quantitativo de casos novos e baixados, desde 2020, o acervo tem superado a demanda e, após a alta de 2020, o número de casos pendentes vem diminuindo gradativamente.

Nos Tribunais Superiores, a relação é na ordem de 1,2 (pendente sobre caso novo). Apenas na Justiça Eleitoral, há menos acervo que casos novos, mas cabe lembrar que os números são altamente impactados pela realização de eleições, em razão da sazonalidade inerente à sua atividade finalística.

Tal volume de acervo processual significa que, mesmo que não houvesse ingresso de novas demandas e fosse mantida a produtividade dos(as) magistrados(as) e dos(as) servidores(as), seriam necessários aproximadamente 2 anos e 5 meses de trabalho para zerar o estoque. Esse indicador pode ser denominado como “Tempo de Giro do Acervo”.

O tempo de giro do acervo é calculado pela razão entre os pendentes e os baixados. Na Justiça Estadual, o resultado é de 2 anos e 7 meses; na Justiça Federal, é de 2 anos e 10 meses; na Justiça do Trabalho, é de 1 ano e 4 meses; na Justiça Militar Estadual, é de 1 ano e 1 mês; e nos Tribunais Superiores, é de 1 ano e 2 meses, conforme observado na Figura 61.

Os órgãos que apresentaram maiores tempos de giro do acervo são: TRF3, com 4 anos e 10 meses e TJSP, com 3 anos e 7 meses, os únicos acima de três anos e meio. De outro lado, desconsiderando a justiça eleitoral que possui, em regra, baixos valores; os menores tempos de giro estão nos seguintes tribunais: TRT22 (8 meses), TRT13, (9 meses) TRT3 (9 meses) e TRT8 (9 meses), todos abaixo de um ano.

Figura 54 - Série histórica dos casos pendentes

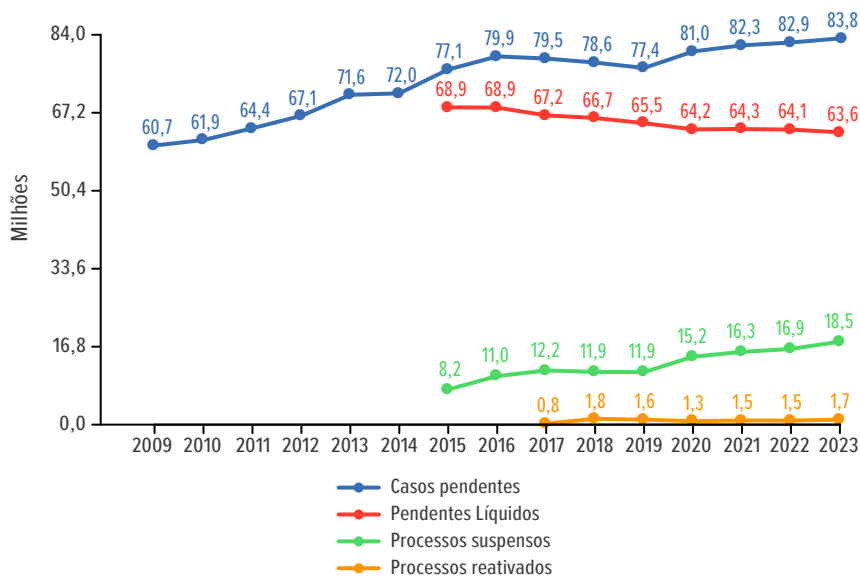


Figura 55 - Série histórica dos casos novos e processos baixados

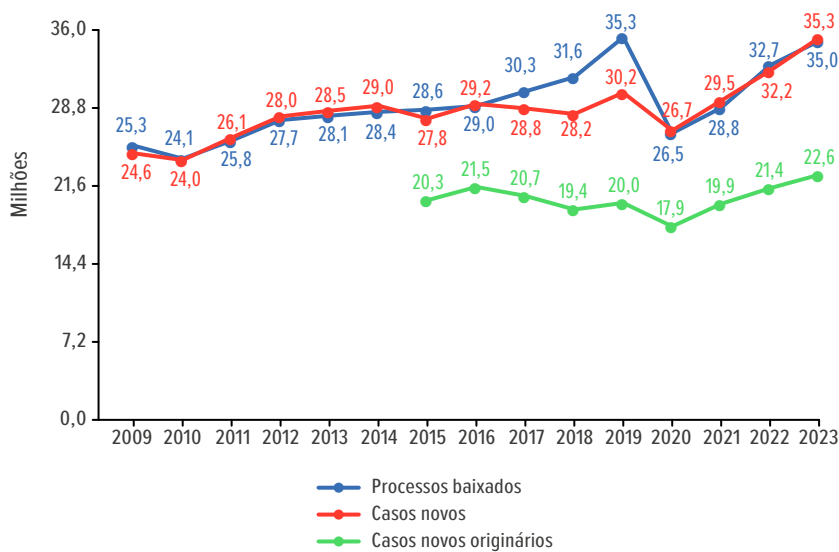


Figura 56 - Série histórica das sentenças e decisões

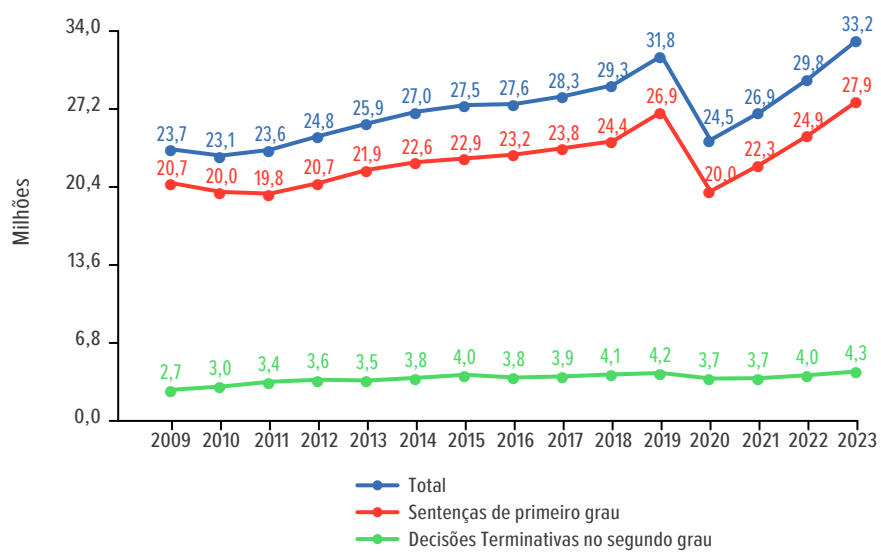


Figura 57 - Séries históricas da movimentação processual, por ramo de justiça.

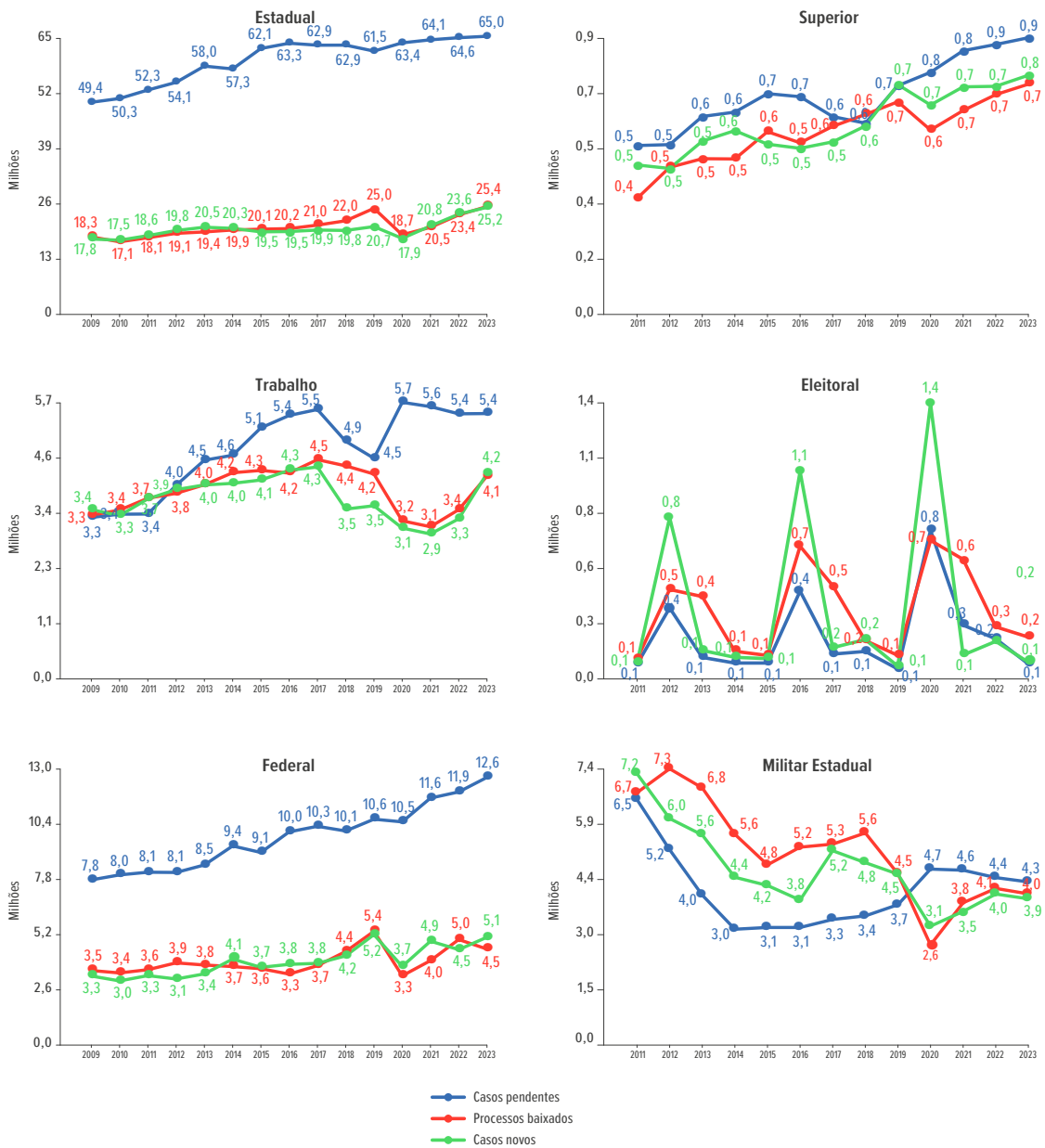


Figura 58 - Séries históricas das sentenças e decisões terminativas, por ramo de justiça.

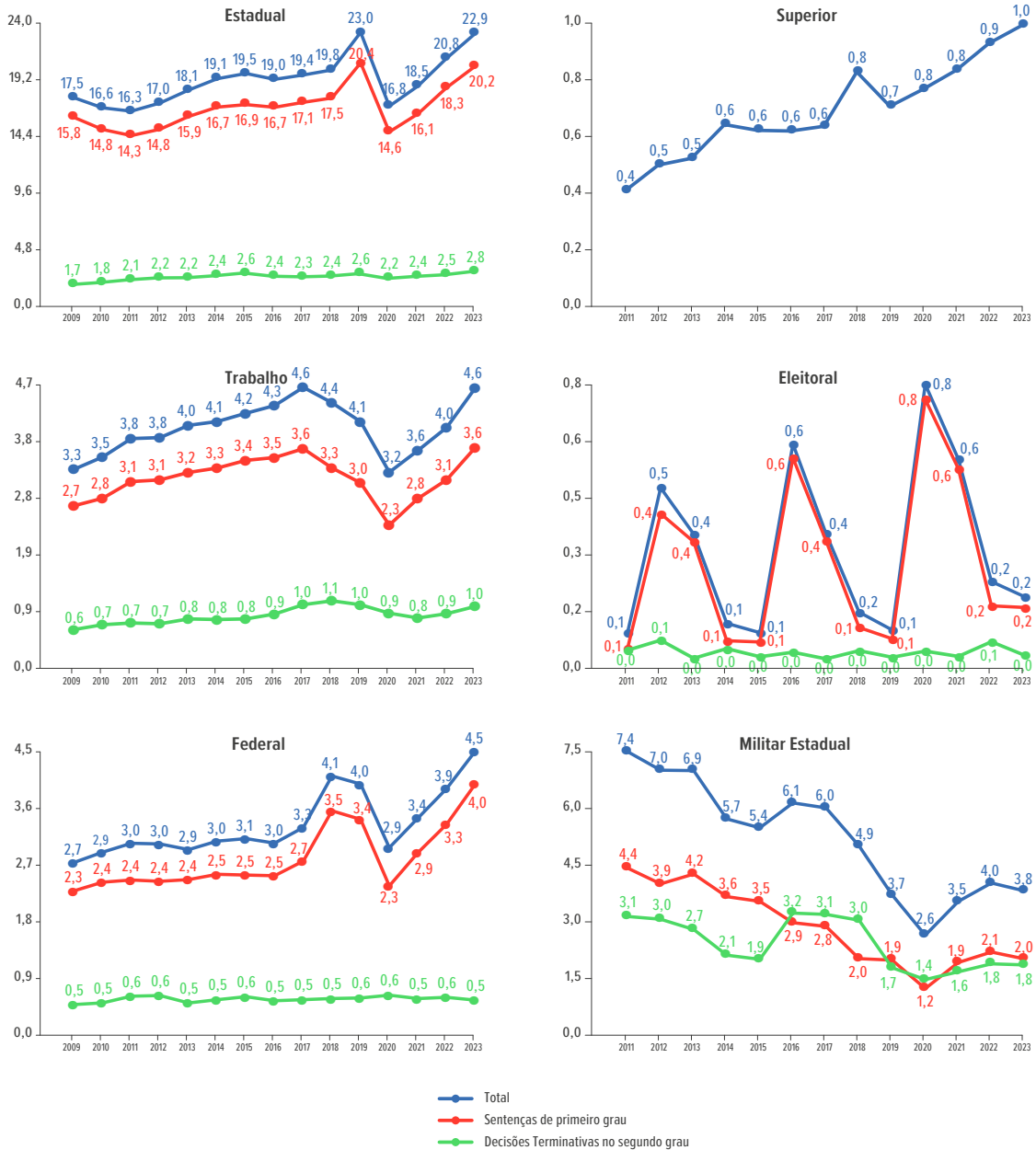


Figura 59 - Casos novos, por ramo de justiça

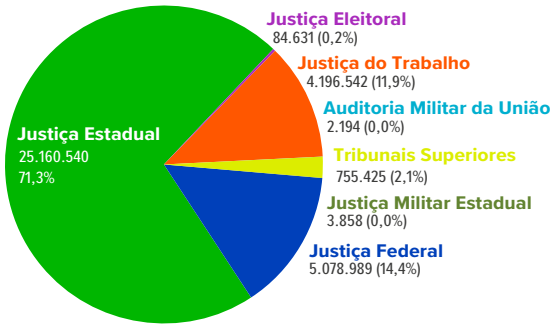


Figura 60 - Casos pendentes, por ramo de justiça

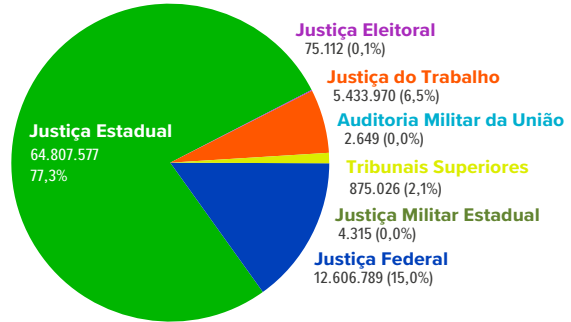
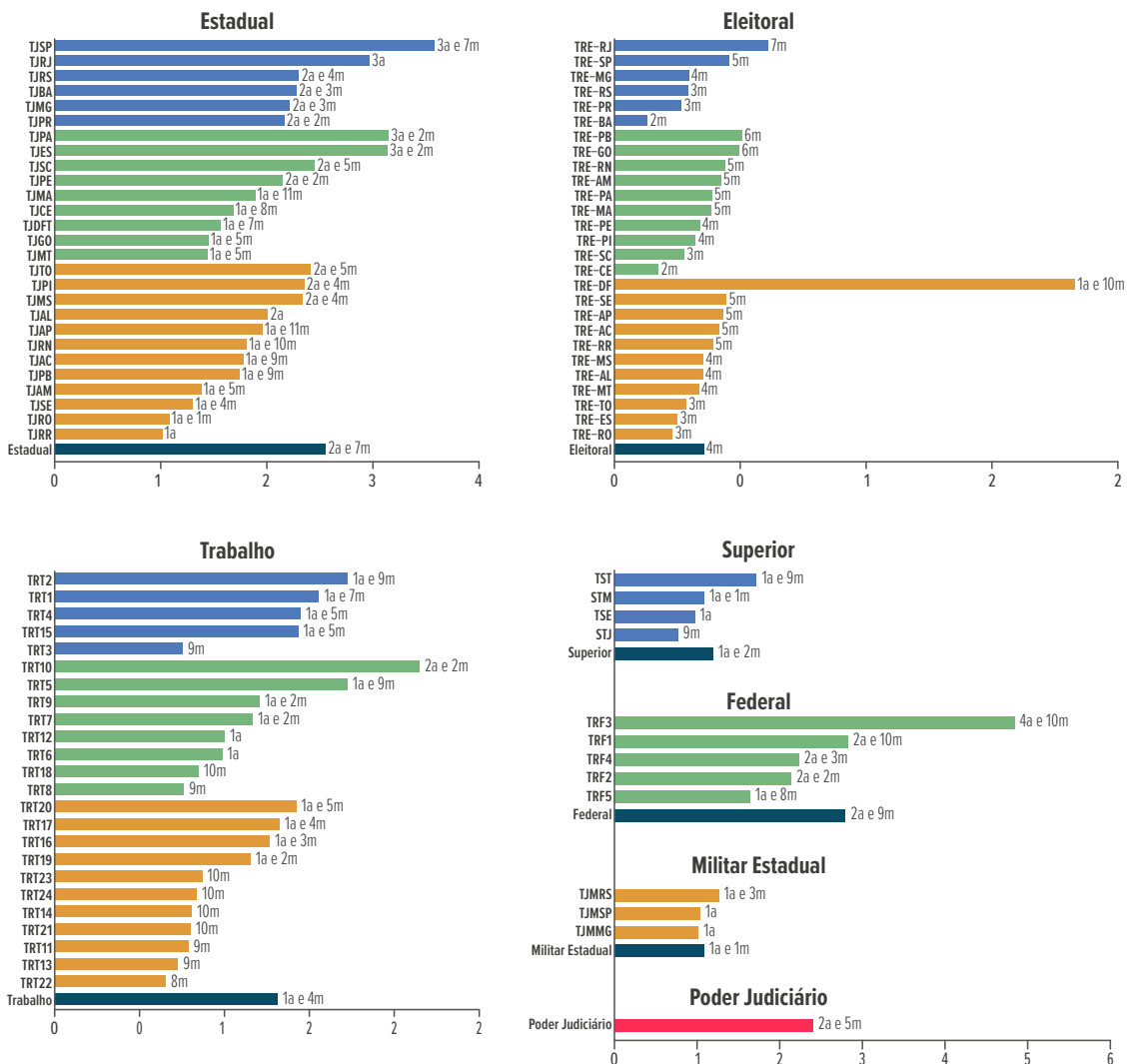


Figura 61 - Tempo de giro do acervo, por tribunal



5.1.1 ACESSO À JUSTIÇA

Esta seção trata da demanda da população pelos serviços da justiça e das concessões de assistência judiciária gratuita pelo judiciário do país.

Em média, a cada grupo de mil habitantes, 143 ingressaram com uma ação judicial no ano de 2023, conforme Figura 62. Houve aumento em 8,4% no número de casos novos por mil habitantes em 2023, quando comparado a 2022. Nesse indicador, são computados somente os processos de conhecimento e de execução de títulos executivos extrajudiciais; excluídas da base de cálculo as execuções judiciais iniciadas.

Os mesmos dados por tribunal podem ser visualizados na Figura 64. O estado de Minas Gerais, apesar de possuir tribunais de grande porte (TJMG, TRT3 e TRE-MG), é, entre os do mesmo porte, o que apresenta a menor demanda por cem mil habitantes, salvo o TRE-MG, que ocupa a terceira posição.

Na Justiça Estadual, o TJRO é o tribunal mais demandado (15.510) e o TJPA figura como o menos demandado (5.040). Na Justiça trabalhista, os índices variam de 466 (TRT16 – Maranhão) a 2.510 (TRT2 – São Paulo). Na Justiça Federal, o único Tribunal com demanda acima de três mil casos por cem mil habitantes é o TRF da 4ª Região, que abrange os estados da Região Sul do país.

A Figura 63 relaciona os processos arquivados e que tiveram concessão de assistência judiciária gratuita com o número de habitantes. Verifica-se uma diminuição na série histórica em 2020, com oscilação até o ano de 2023, chegando a 2.487 arquivados com assistência judiciária gratuita por cem mil habitantes. As informações por tribunal constam na Figura 65.

Figura 62 - Série histórica do número de casos novos por mil habitantes

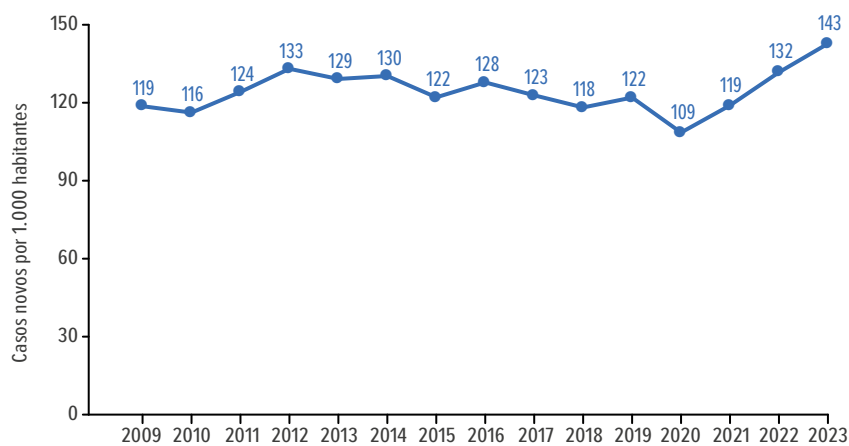


Figura 63 - Série histórica do número de processos arquivados com assistência judiciária gratuita por cem mil habitantes

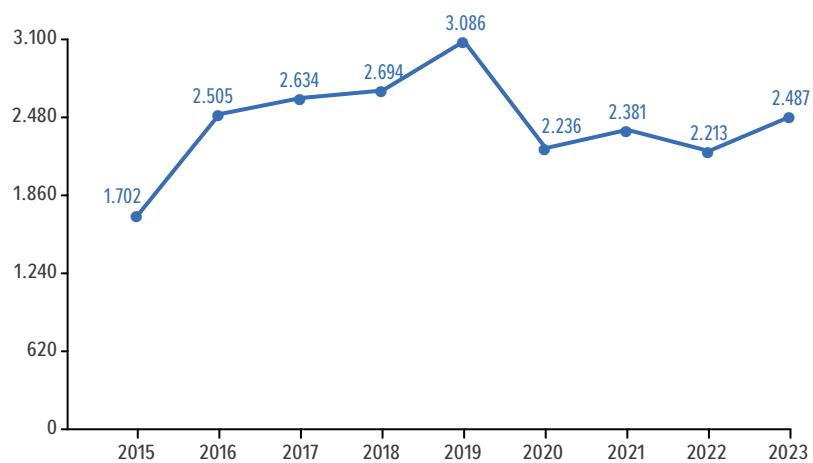


Figura 64 - Casos novos por cem mil habitantes, por tribunal.

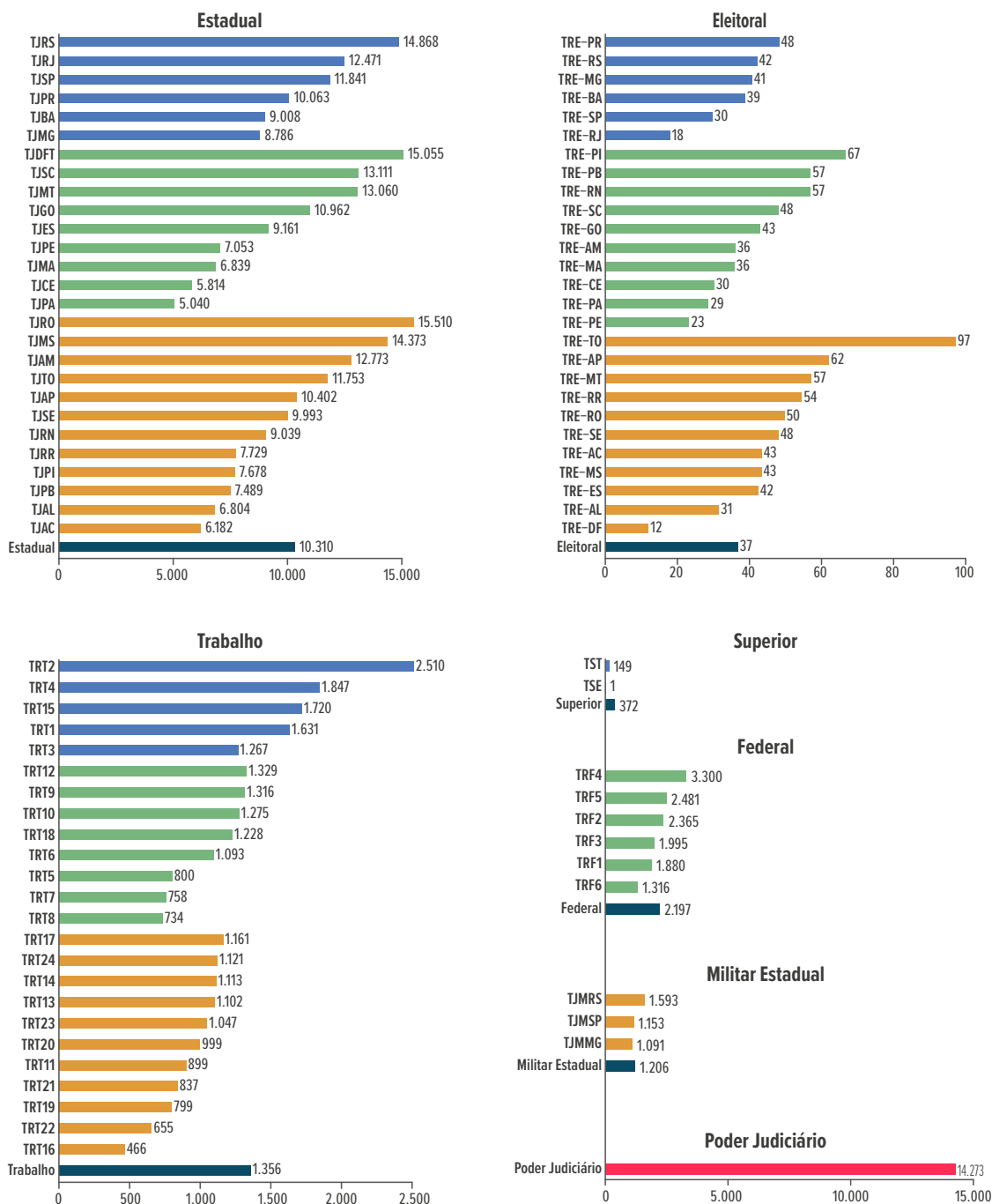
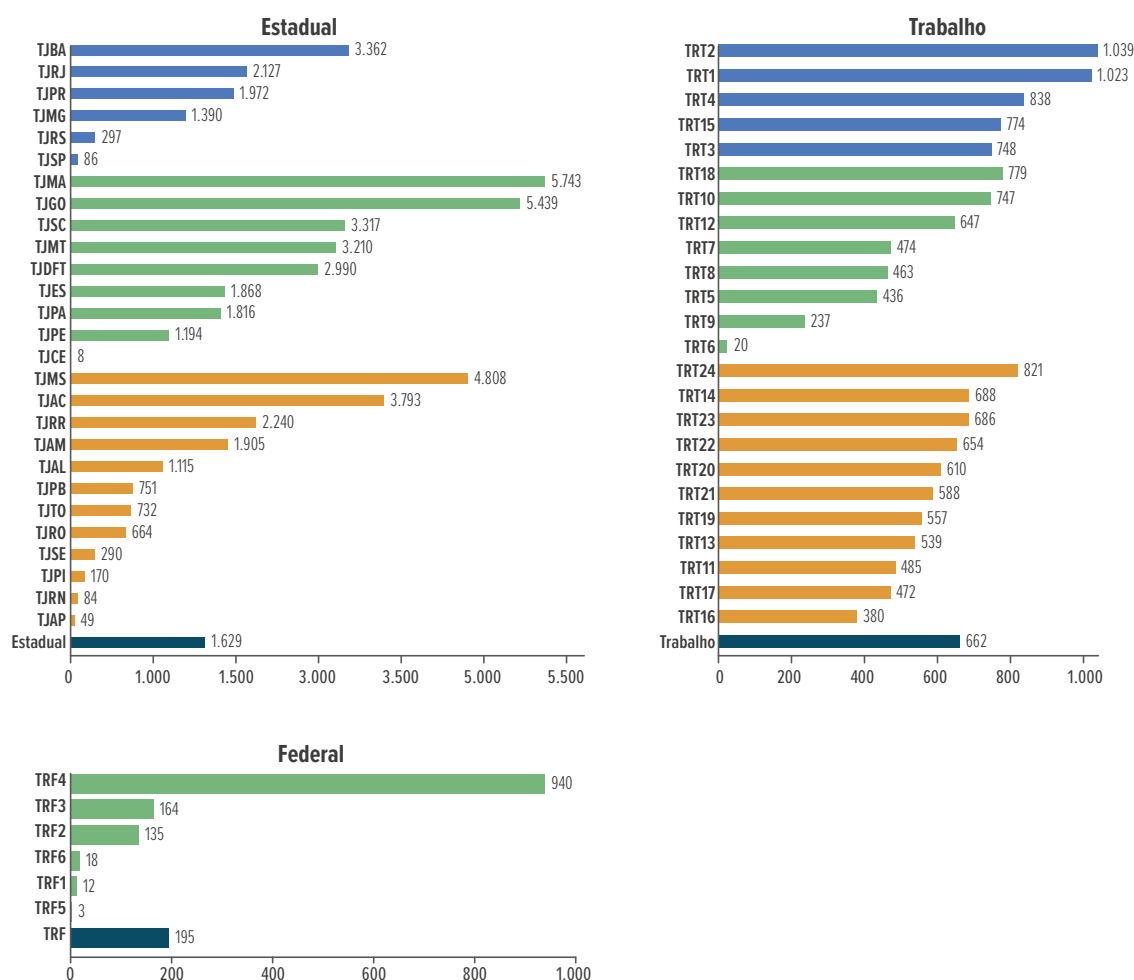


Figura 65 - Número de processos arquivados com assistência judiciária gratuita por cem mil habitantes, por tribunal



Para obter o índice de processos que tiveram concessão de Assistência Judiciária Gratuita (AJG), calcula-se a razão entre o número de processos arquivados definitivamente com AJG dividido pelo total de feitos arquivados. São retiradas da base de cálculo as ações criminais e os casos dos Juizados Especiais, tendo em vista a ausência de custas judiciais nesses casos.

A série histórica da concessão da AJG demonstra crescimento entre os anos de 2015 e 2018, com posterior redução até 2020, e algumas oscilações nos anos seguintes. O índice variou de 27% em 2015 a 35,7% em 2018, tendo atingido percentual de casos solucionados com o benefício em 27,2% no ano de 2023, com aumento de 0,7 ponto percentual em relação ao ano anterior (Figura 66).

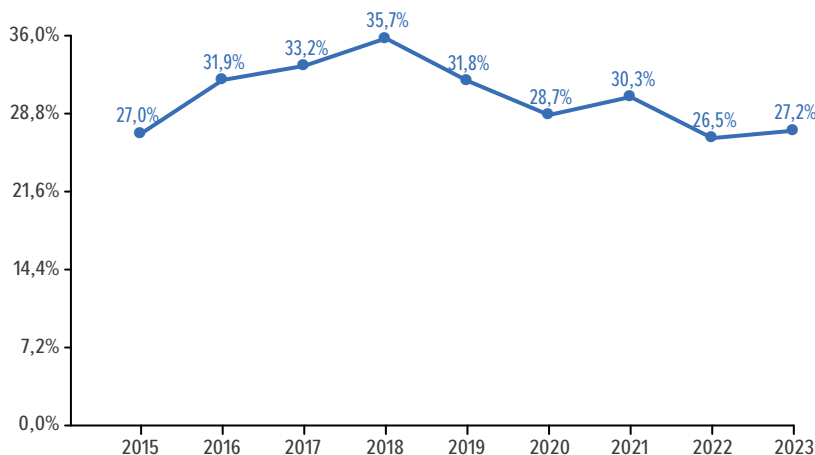
A Figura 67 exibe os resultados por tribunal. Verifica-se grande variabilidade no dado, por ser essa uma informação de difícil apuração tanto pelos tribunais, quanto pelo CNJ a partir do DataJud. Um dos entraves existentes é a falta de uso do movimento específico de decisão pela gratuidade de justiça (código 797 - Concessão de Gratuidade da Justiça)²².

Outro problema é que, no campo identificador de AJG no DataJud, a informação é pela concessão ou pelo pedido, não diferenciando os casos, e, ainda, sem atualização do campo quando há indeferimento.

Assim, o campo que, embora seja único, abarca duas situações diferentes (pedido e concessão), fazendo com que o resultado seja impreciso. Em razão disso, as estatísticas sobre AJG correspondem aos únicos dados processuais deste relatório que ainda são recebidos de forma agregada pelos tribunais.

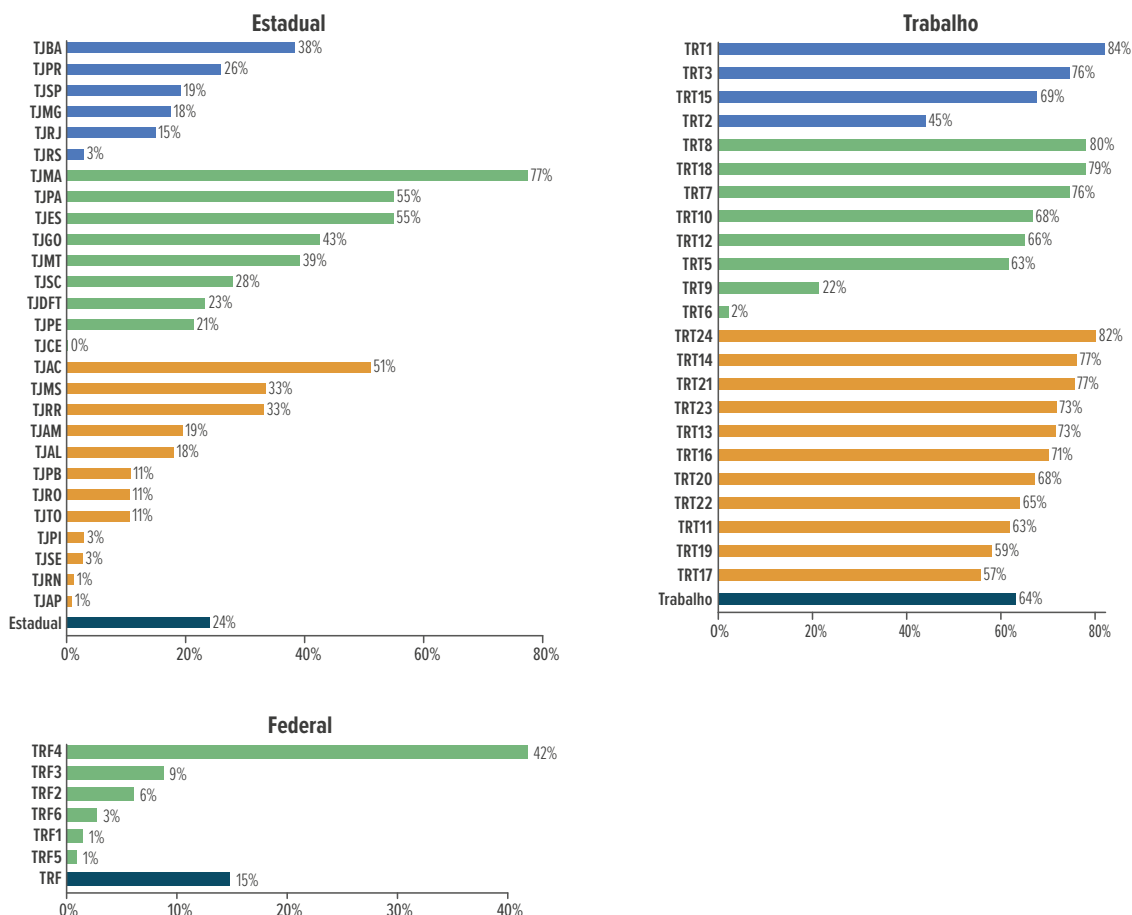
A partir de 2024, o modelo de dados de remessa ao DataJud passou a contar com novos campos específicos sobre custas e gratuidade da justiça. Com essa providência, pretende-se que ocorra melhoria na qualidade das informações pertinentes a AJG.

Figura 66 - Série histórica do percentual de processos de justiça gratuita arquivados definitivamente



²² O que sugere que, nos processos de AGJ, seja assinalado outro código de movimentação da TPU mais aderente ao objeto principal da decisão judicial, olvidando-se de que pode e deve ser indicado tantos quantos forem os movimentos TPU determinados nos comandos da decisão/sentença.

Figura 67 - Percentual de processos de justiça gratuita arquivados definitivamente por tribunal



5.1.2 INDICADORES DE PRODUTIVIDADE

Neste tópico, são apresentados os Índices de Produtividade e a carga de trabalho dos(as) magistrados(as) e dos(as) servidores(as) da área judiciária.

O Índice de Produtividade dos(as) Magistrados(as) (IPM) e o Índice de Produtividade dos(as) Servidores(as) (IPS-Jud) são calculados pela relação entre o volume de casos baixados e o número de magistrados(as) e servidores(as) que atuaram durante o ano na jurisdição. A carga de trabalho indica o número de procedimentos pendentes e resolvidos no ano, incluindo os processos principais e os recursos internos.

O IPM e o IPS-Jud variaram positivamente no último ano, em 6,8% e 5%, respectivamente. As cargas de trabalho também cresceram. Para os(as) magistrados(as), o volume de processos

médio sob sua gestão foi de 7.210 em 2023 (aumento de 3%). Para os(as) servidores(as) que atuam na área judiciária, houve crescimento na ordem de 1,3%, acumulando uma carga anual de 594 processos por pessoa.

A Figura 68 apresenta a série histórica do IPM. Esse indicador vinha crescendo desde 2014 e atingiu o maior valor da série histórica em 2019. Com a pandemia de covid-19 e a redução no número de processos, houve queda em 2020.

Em 2023, a produtividade se assemelhou ao constatado no ano de 2019 e atingiu o segundo maior patamar da série histórica. A produtividade foi de 2.063 processos baixados por magistrado(a) em 2023, ou seja, uma média de 8,2 casos solucionados por dia útil do ano, sem descontar períodos de férias e recessos.

A Figura 69 traz a carga de trabalho do(a) magistrado(a) em sua versão bruta e líquida, ou seja, com e sem a inclusão dos processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório como parte do acervo. Tais processos somam 18,5 milhões (22% dos casos pendentes). Assim como carga de trabalho bruta, a carga líquida também cresceu (2%): a carga de trabalho total dos(as) magistrados(as) foi de 7.210 e a líquida foi de 6.121.

A Figura 70 veicula a série histórica do IPM e da carga de trabalho por segmento de justiça em um mesmo gráfico. O distanciamento entre as duas linhas deve-se à contagem do acervo na carga de trabalho que, a depender do segmento de justiça, pode corresponder a um pouco mais do dobro do fluxo de entrada e saída processual.

A Justiça Eleitoral apresenta a sazonalidade natural desse segmento, com redução na produtividade em relação ao ano de 2022, mas com aumento de 78,2% em relação ao quadriênio 2019-2023. Nos demais ramos de justiça, com exceção da Justiça Federal, houve incremento na produtividade dos(as) magistrados(as).

A Figura 71 apresenta o detalhamento do IPM por tribunal. São notáveis as diferenças de produtividade dentro de cada ramo de justiça: na Justiça Estadual, a maior produtividade está no TJAM, com 3.025; enquanto a menor, no TJAC, é de 890, ou seja, uma diferença de 2.135 casos baixados por magistrado(a).

Na Justiça do Trabalho também existem diferenças. O maior valor foi alcançado no TRT1: 1.636, e o menor, no TRT10: 758. Na Justiça Militar Estadual foram julgados apenas 108 processos por magistrado(a), no ano de 2023. Na Justiça Federal, o TRF5 foi o mais produtivo, com 3.629 casos baixados por magistrado(a), e o menos produtivo foi o TRF6: 1.746.

Figura 68 - Série histórica do índice de produtividade dos(as) magistrados(as)

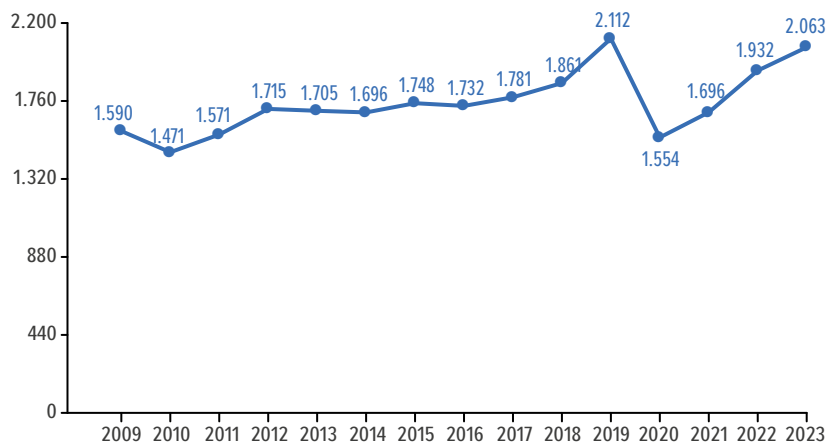


Figura 69 - Série histórica da carga de trabalho dos(as) magistrados(as)

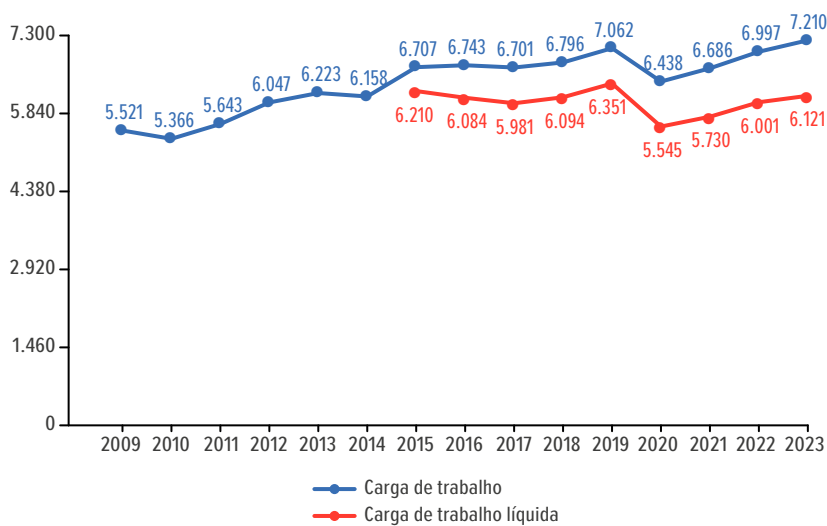


Figura 70 - Séries históricas do índice de produtividade e da carga de trabalho dos(as) magistrados(as), por ramo de justiça.

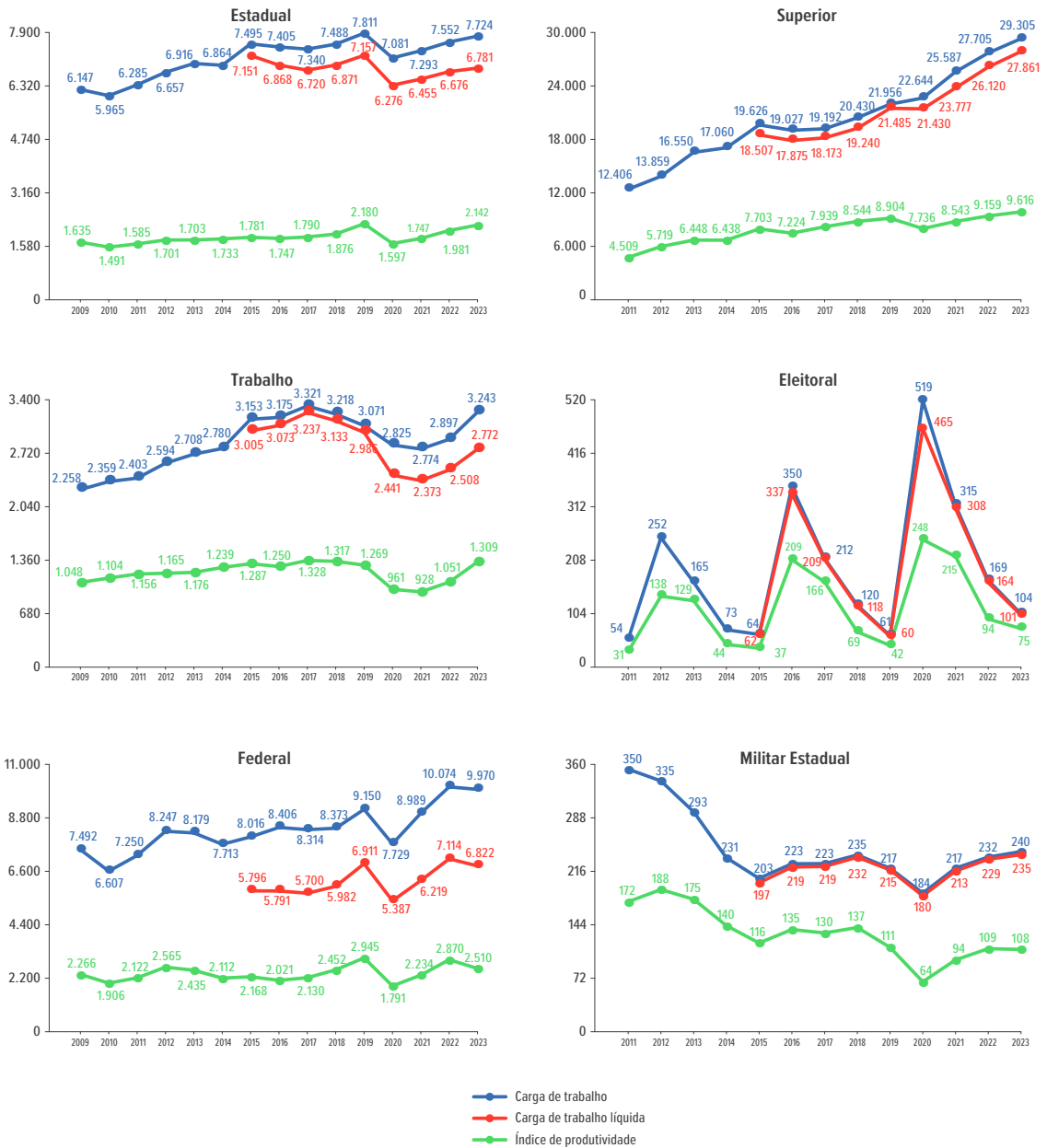
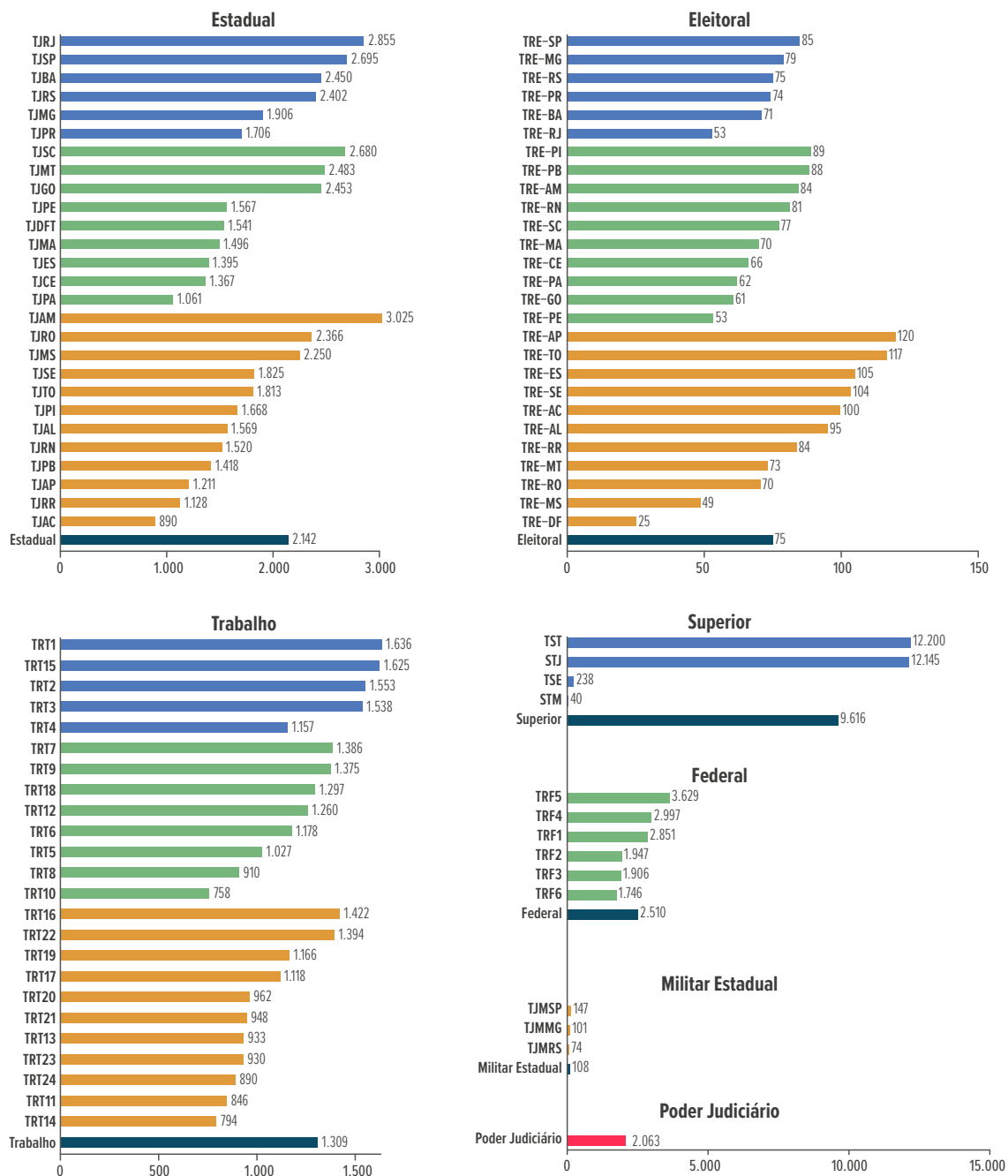


Figura 71 - Índice de produtividade dos(as) magistrados(as), por tribunal.



No que se refere aos indicadores de produtividade por servidor(a) da área judiciária, durante o ano de 2023 cada servidor(a) baixou, em média, 170 processos - aumento de 5% na produtividade.

A carga de trabalho foi de 594 casos, computados o acervo e os recursos internos. Desconsiderando os casos pendentes suspensos ou sobrestados ou em arquivo provisório, a carga de trabalho dos(as) servidores(as) aumentou de 503 para 504.

Consoante Figura 74, a produtividade por servidor(a) aumentou em 6,3% na Justiça Estadual; em 17,4% na Justiça do Trabalho; e em 3,6% nos Tribunais Superiores.

Considerando as peculiaridades da Justiça Eleitoral, com realização de eleições municipais e presidenciais a cada dois anos de forma intercalada, não faz sentido analisar a variação anual de seus indicadores, mas apenas a cada ciclo de quatro anos. Nesse sentido, comparativamente ao ano de 2019, a produtividade aumentou em 86,1%.

Conforme demonstra a Figura 75, as maiores produtividades estão nos seguintes tribunais: na Justiça Estadual, TJRS (306); na Justiça Federal, TRF4 (267); na Justiça Trabalhista, TRT15 (192); e na Justiça Eleitoral, TRE-PB (39).

De outro lado, as menores produtividades são: na Justiça Estadual, TJAC (61); na Justiça Federal, TRF2 (168); na Justiça Trabalhista, TRT11 (92) e na Justiça Eleitoral, TRE-DF (3). Na Justiça Militar Estadual, a produtividade média dos(as) servidores(as) da área judiciária é de apenas 17 por ano.

Figura 72 - Série histórica do índice de produtividade dos(as) servidores(as) da área judiciária no Poder Judiciário

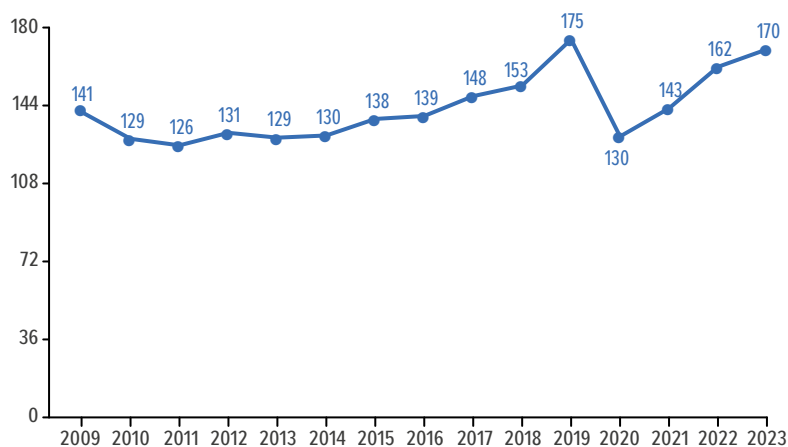


Figura 73 - Série histórica da carga de trabalho dos(as) servidores(as) da área judiciária no Poder Judiciário

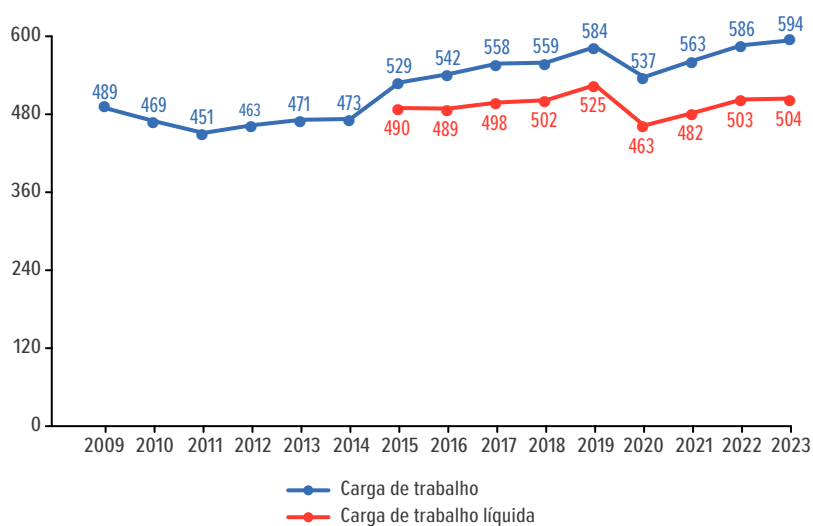


Figura 74 - Séries históricas do índice de produtividade e da carga de trabalho dos(as) servidores(as) da área judiciária, por ramo de justiça.

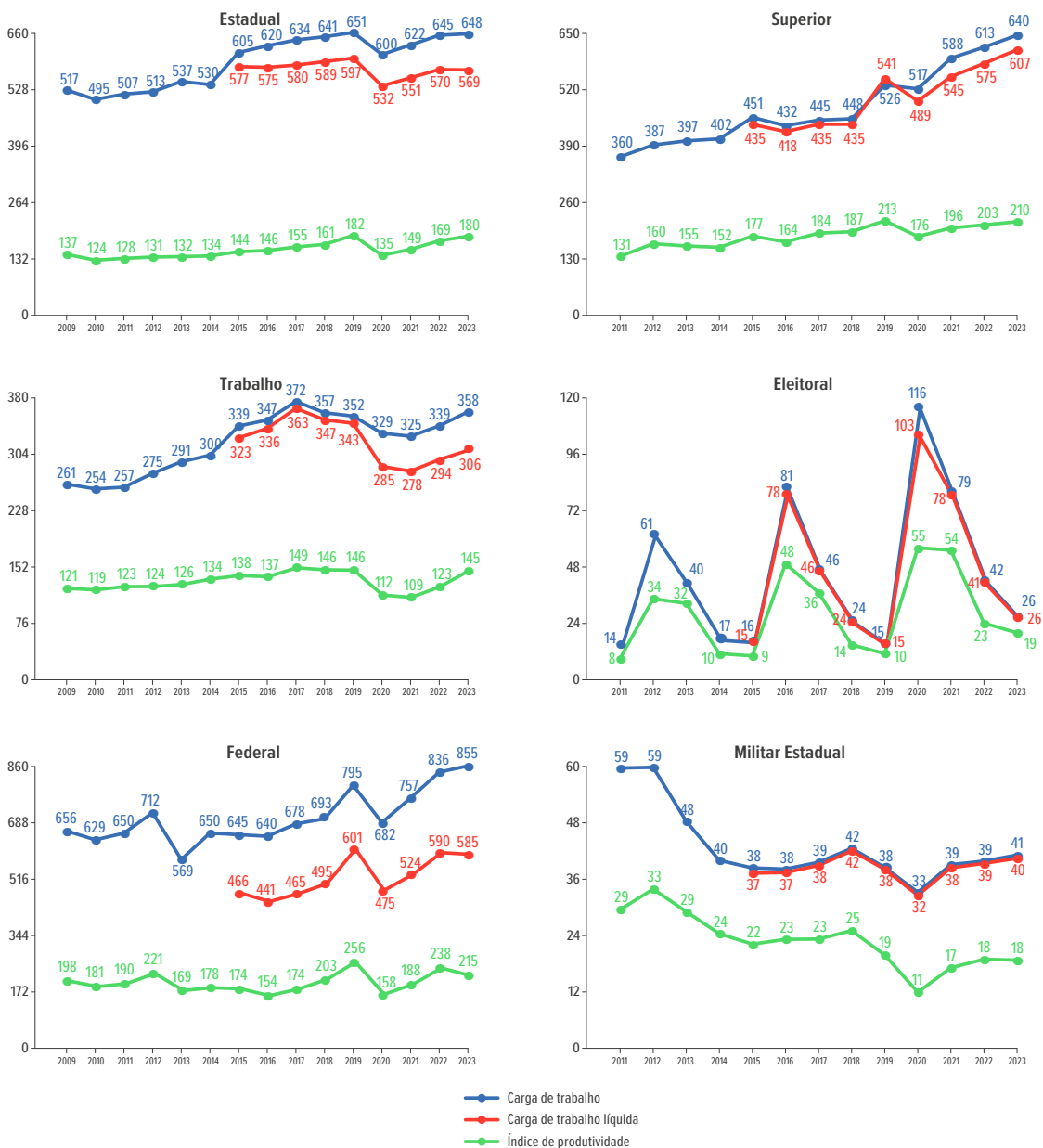
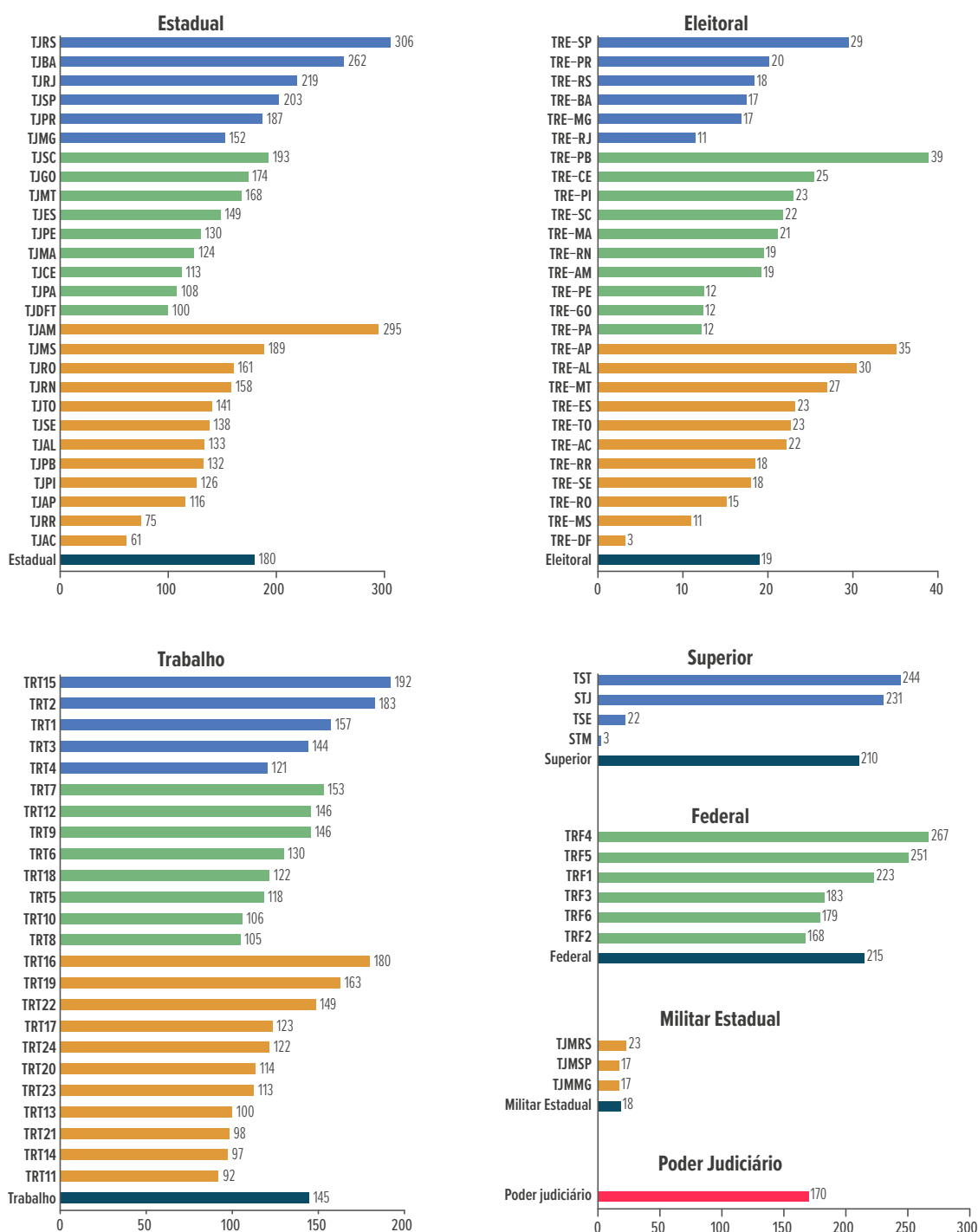


Figura 75 - Índice de produtividade dos(as) servidores(as) da área judiciária, por tribunal.



5.1.3 INDICADORES DE DESEMPENHO

Neste item, são apresentados os indicadores de desempenho do Poder Judiciário, incluindo a taxa de congestionamento e o Índice de Atendimento à Demanda (IAD). A taxa de congestionamento mede o percentual de processos que ficaram represados sem solução, comparativamente ao total tramitado no período de um ano. Quanto maior o índice, maior a dificuldade do tribunal em lidar com seu estoque de processos.

A taxa de congestionamento líquida, por sua vez, é calculada retirando do acervo os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório. Ressalta-se que nem todos os processos em tramitação estão aptos a serem baixados. É o caso, por exemplo, das execuções penais, que precisam permanecer no acervo enquanto o cumprimento da pena estiver em andamento, ou de uma medida protetiva, que necessita ficar em aberta enquanto vigorar ou a situação de risco permanecer.

O IAD é um indicador que reflete a capacidade das unidades judiciárias em dar vazão ao volume de casos ingressados. Espera-se que o IAD permaneça sempre acima de 100%, a fim de evitar aumento de acervo. A Figura 76 apresenta a série histórica dos três indicadores, no período de 2009 a 2023.

Conforme demonstrado pela referida Figura, a taxa de congestionamento do Poder Judiciário oscilou entre 70,6%, no ano de 2009, e 73,4% em 2016, ano a partir do qual. A partir desse ano, a taxa cai gradativamente até atingir o menor índice da série histórica no ano de 2019, com taxa de 68,7%.

Em 2020, em razão da pandemia causada pela covid-19, a taxa voltou a subir e atingiu o maior valor da série histórica, 75,4%. Após esse período a taxa de congestionamento voltou a cair gradativamente até atingir o valor de 70,5% em 2023, o segundo menor ponto dos últimos 15 anos.

A taxa de congestionamento varia bastante entre os tribunais (Figura 78). Na Justiça Estadual, com taxa de congestionamento de 71,9%, os índices vão de 50,4% (TJRR) a 78,2% (TJSP). Na Justiça do Trabalho, com taxa de congestionamento de 56,7%, os índices partem de 39,5% (TRT22) e chegam a 68,2% (TRT10), e na Justiça Federal, com 73,6% de congestionamento, a menor taxa está no TRF5 (62,1%) e a maior no TRF3 (82,9%).

Em regra, os segmentos de justiça conseguiram reduzir suas taxas de congestionamento, com registro de queda em 1,6 ponto percentual na Justiça Estadual; 4,4 pontos percentuais na Justiça Trabalhista e 0,5 ponto percentual entre os Tribunais Superiores.

Situação inversa ocorreu na Justiça Federal, que apresentou aumento de 3,1 pontos percentuais, e na Justiça Militar Estadual, com incremento de 0,3 ponto percentual. Na Justiça Eleitoral, ao considerar o quadriênio anterior (2023 e 2019), houve redução na taxa de congestionamento em 3,5 pontos percentuais (Figura 77).

A taxa de congestionamento líquida é calculada excluindo-se os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório. Em 2023, a taxa foi de 64,5% e registrou redução de 1,7 ponto percentual em relação a 2022.

Na Figura 76, as linhas das taxas de congestionamento líquida e bruta seguem praticamente paralelas ao longo da série histórica, embora seja possível começar a observar um descolamento entre os indicadores, em razão do aumento de casos suspensos.

Em 2015, a diferença entre as taxas de congestionamento bruta e líquida era de 2,3 pontos percentuais, em 2020 essa diferença aumentou para 4,6 pontos percentuais e, no último ano, a taxa de congestionamento líquida apresenta 6,1 pontos percentuais a menos que a taxa total (70,5%).

Os segmentos de Justiça mais impactados pelo volume de processos suspensos são a Justiça Federal, com redução na taxa de congestionamento bruta para líquida em 13,2 pontos percentuais, e a Justiça do Trabalho, com redução de 8 pontos percentuais, conforme Figuras 77 e 78.

O Índice de Atendimento à Demanda (IAD) foi de 99,2% no ano de 2023, que em razão de não ter atingido o percentual de 100%, contribuiu para a elevação do estoque em 896 mil de processos (1,1%). Na Justiça Federal, na Justiça do Trabalho e entre os Tribunais Superiores, os índices ficaram abaixo do patamar mínimo desejável, que é 100%.

A Justiça Estadual baixou 100,9% dos casos novos, com 16 dos 27 TJs registrando índices acima de 100%. Na Justiça Eleitoral, todos os tribunais apresentaram indicador superior a 100%. Na Justiça do Trabalho, apenas 10 dos 24 órgãos conseguiram atingir o 100%. Na Justiça Federal e entre os Tribunais Superiores, apenas o TRF6, o TSE e o TST atingiram mais de 100%. Por fim, na Justiça Militar Estadual, apenas um tribunal não atingiu os 100% (Figura 79).

Cabe lembrar que o ano de 2023 registrou o maior pico de casos novos da série histórica, o que pode influenciar negativamente o indicador, mesmo considerando que também houve aumento da produtividade e no número de casos solucionados.

Figura 76 - Série histórica da taxa de congestionamento e do índice de atendimento à demanda

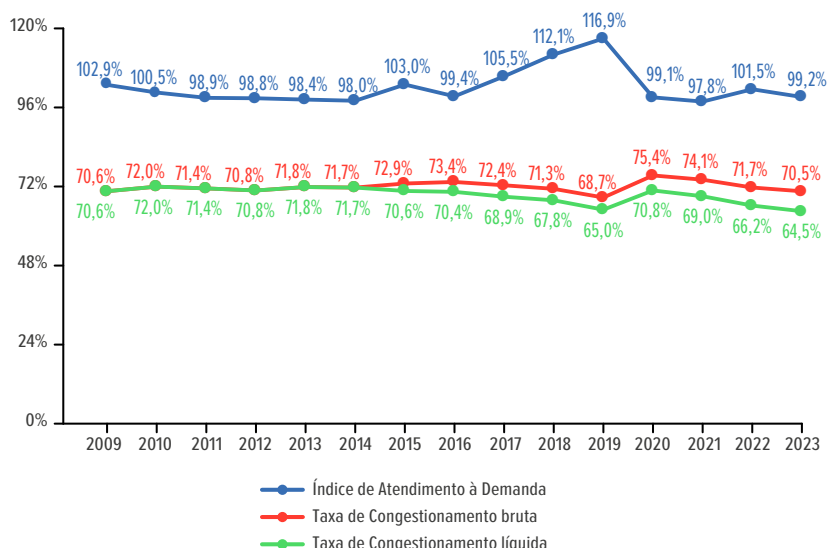


Figura 77 - Séries históricas da taxa de congestionamento e do índice de atendimento à demanda, por ramo de justiça



Figura 78 - Taxa de congestionamento total e líquida, por tribunal.

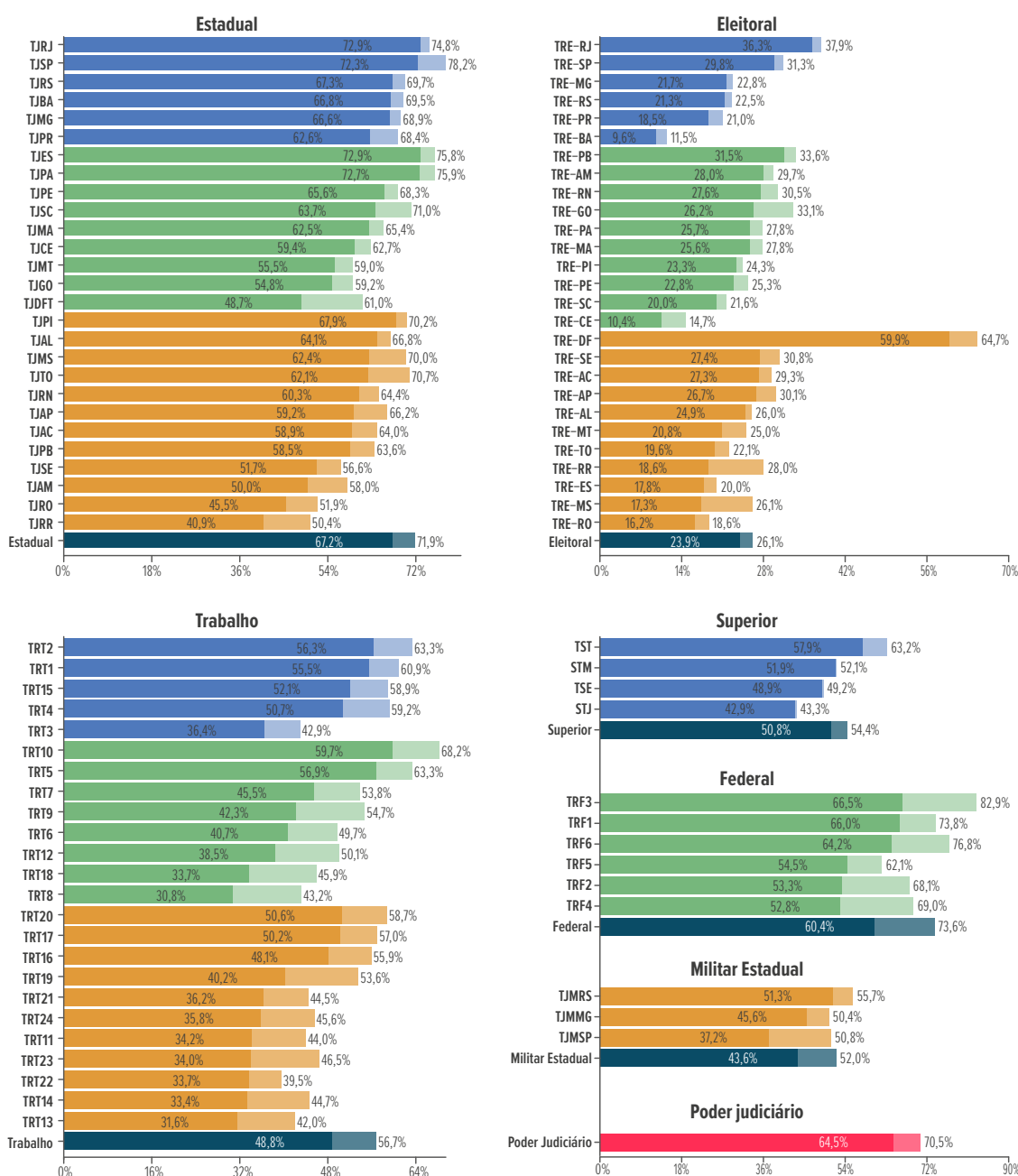
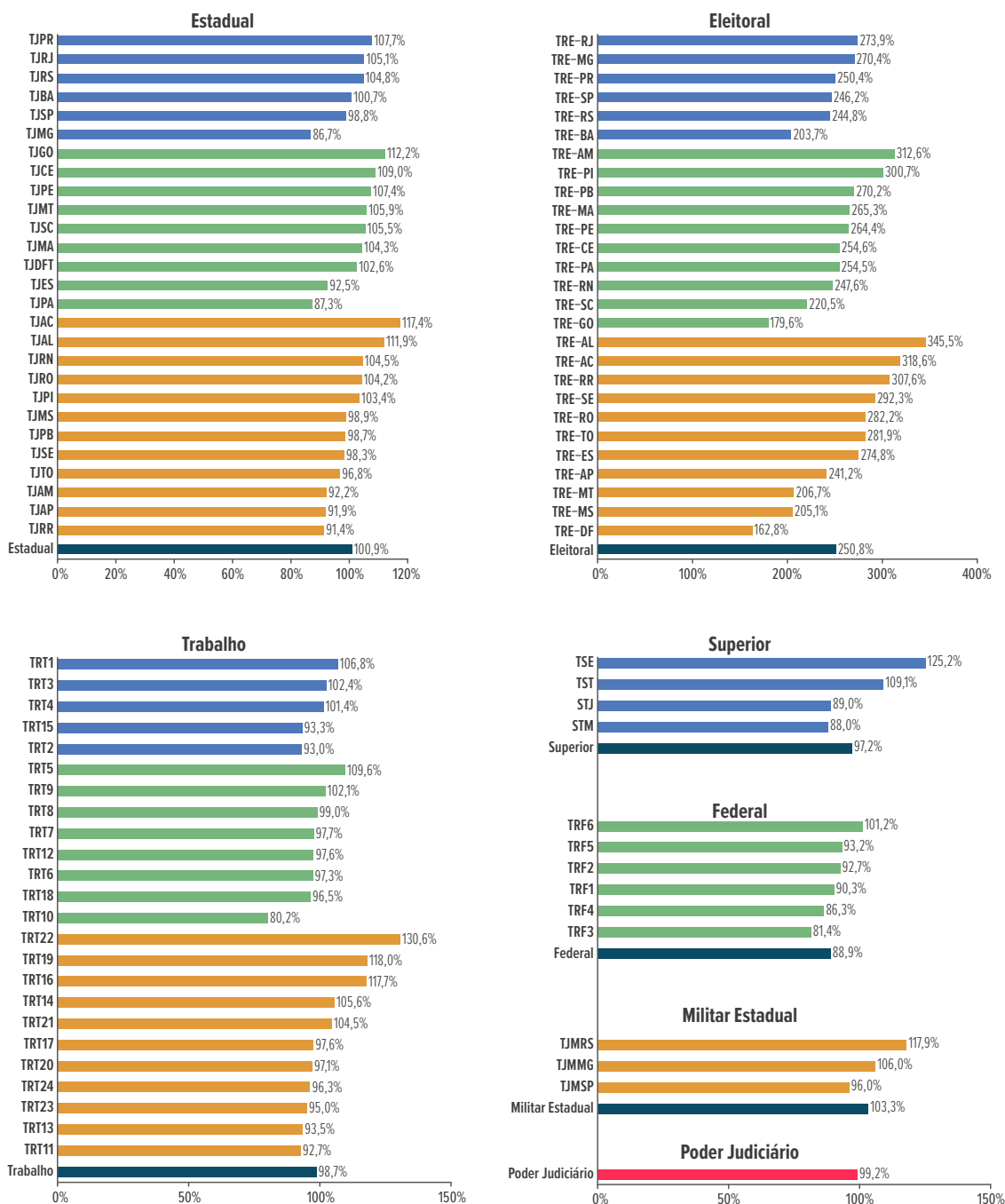


Figura 79 - Índice de Atendimento à Demanda, por tribunal.



5.2 POLÍTICA NACIONAL DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU

Esta seção tem como objetivo comparar os resultados do primeiro grau²³ e do segundo grau, com base nos principais indicadores de desempenho, segmentados de acordo com o porte de cada tribunal, buscando compreender como se dá a distribuição de pessoal por grau de jurisdição e, ainda, como tal distribuição pode afetar afeta os resultados globais.

O Conselho Nacional de Justiça iniciou a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição pela Resolução CNJ n. 194, de 26 de maio de 2014, com o objetivo de desenvolver, em caráter permanente, iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento da qualidade, da celeridade, da eficiência, da eficácia e da efetividade dos serviços judiciais da primeira instância dos tribunais brasileiros.

Na mesma linha, o CNJ publicou, na sequência, outras duas resoluções basilares:

- ▶ Resolução CNJ n. 195, de 3 de junho de 2014: determina que a distribuição do orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo grau seja proporcional à demanda e ao acervo processual;
- ▶ Resolução CNJ n. 219, de 26 de abril de 2016: determina que a distribuição de servidores(as), de cargos em comissão e de funções de confiança, nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo grau, seja proporcional à demanda e cria critérios objetivos para cálculo da lotação paradigma das unidades judiciárias. Recentemente normativa foi aprimorada, com a edição da Resolução CNJ n. 553, de 11 de abril de 2024.

Em 2019, o CNJ lançou o Painel de Acompanhamento da Política que permite monitorar a aplicação da Resolução CNJ n. 219/2016 de forma dinâmica, com dados expostos por tribunal. No Painel, são exibidas as informações acerca do número de servidores(as), dos valores dos cargos em comissão e dos valores das funções comissionadas que devem ser alocados em cada grau de jurisdição, cotejando-se com a lotação vigente.

5.2.1 DISTRIBUIÇÃO DE PESSOAL POR GRAU DE JURISDIÇÃO

Os artigos 3º e 12 da Resolução CNJ n. 219/2016 determinam que a quantidade total de servidores(as) das áreas de apoio direto à atividade judicante e a alocação de cargos em comissão e

23 Para efeitos desta seção, considera-se como primeiro grau a soma do juízo comum, dos juizados especiais e das turmas recursais

de funções de confiança de primeiro e de segundo grau devem ser proporcionais à quantidade média de processos (casos novos), distribuídos a cada grau de jurisdição, no último triênio.

Desde 1º de julho de 2017, a redistribuição proporcional da força de trabalho entre instâncias passou a ser obrigatória.

Neste item, verifica-se como os cargos e as funções estão distribuídos, comparando-se os percentuais do primeiro grau de jurisdição em relação aos percentuais do segundo grau nos seguintes aspectos: número de servidores(as) lotados nas áreas judiciárias; processos novos e em trâmite; despesas realizadas; cargos em comissão e funções comissionadas.

O Poder Judiciário concentra, no primeiro grau de jurisdição, 94% do acervo processual; 86,4% dos processos ingressados no último triênio; 84,3% dos(as) servidores(as) lotados(as) na área judiciária; 71% do quantitativo de cargos em comissão; 52% em valores pagos aos cargos em comissão; 81% do número de funções comissionadas; e 58% dos valores pagos pelo exercício das funções de confiança.

A Figura 80 revela que a Justiça Eleitoral e a Justiça Militar Estadual possuem, proporcionalmente, mais servidores(as) lotados(as) na área judiciária do que demanda processual no primeiro grau de jurisdição, demonstrando maior aderência ao que dispõe a Resolução CNJ n. 219/2016, muito embora esta não se aplique à Justiça Eleitoral.

Na Justiça Federal, na Trabalhista e na Estadual, ao contrário, a proporção de servidores é menor que a de casos novos no primeiro grau. A Justiça Federal, com a maior diferença, possui 8,8 pontos percentuais de diferença entre o esperado (proporção de casos novos) e o realizado (proporção de servidores). Para a Justiça Trabalhista, com 76,8% de casos novos e 75% de servidores(as) no primeiro grau, a diferença é de 1,8 ponto percentual entre o exigido e o praticado.

No total, considerando todos os segmentos de justiça, tem-se 86,4% de casos novos para 84,3% de servidores(as) no primeiro grau, uma diferença de 2,1 pontos percentuais a serem alcançados.

Quanto aos cargos em comissão, a diferença é mais acentuada. São 71,4% de despesas com cargos em comissão alocadas no primeiro grau, diferença de 15 pontos percentuais entre o exigido pela resolução e o realizado.

As funções comissionadas também seguem sem paridade, embora com algum avanço em relação aos cargos em comissão, mas ainda em menores proporções do que em relação aos(as) servidores(as) lotados(as) na primeira instância. As despesas com funções de confiança no primeiro grau representam 80,7%, ou seja, distam em 5,6 pontos percentuais do exigido.

Em 2016, ano de publicação da referida Resolução, havia, no primeiro grau de jurisdição do Poder Judiciário, cerca de 87,1% do total de processos ingressados e 84,9% do total de servidores(as) lotados(as) na área judiciária no primeiro e segundo grau.

Em 2023, 8 anos depois, a proporção de servidores(as) no primeiro grau reduziu (84,3%). A média trienal de casos novos reduziu para 86,4%, o que significa que o aparente avanço no cumprimento do exigido na resolução é, na realidade, efeito da redução da proporção de demanda processual da primeira instância, e não a realocação de servidores do segundo para o primeiro grau, movimento que se esperava com a edição da norma.

A Figura 81 revela um cenário de estagnação dos números, com a proporção de servidores(as) no primeiro grau seguindo uma linha reta, com sutil declínio. A proporção de cargos em comissão e de função de confiança do primeiro grau, analisadas conjuntamente, mostram que houve elevação nos primeiros anos da política (2015-2018), quando passou de 71,6% para 76%. Contudo, desde 2018, tem permanecido entre 76% e 77%.

Observa-se, na Figura 82, que os percentuais de servidores(as) lotados(as) na área judiciária de primeiro grau variam bastante entre tribunais. Na Justiça Estadual, os percentuais vão de 71% (TJTO) a 92% (TJAC). Na Justiça do Trabalho, a variação é de 58% (TRT22) a 84% (TRT8).

Quanto aos cargos e às funções comissionadas direcionados ao primeiro grau, quando analisados conjuntamente, evidencia-se que os percentuais são mais baixos e somente 12 tribunais apresentaram percentual acima de 86,4%, que corresponde à média de casos novos do triênio e ao patamar mínimo esperado (Figura 83).

O art. 11 da Resolução CNJ n. 219/2016 determina que a quantidade total de servidores(as) lotados(as) nas áreas de apoio indireto à atividade judicante (apoio administrativo) deve corresponder a, no máximo, 30% do total de servidores(as), devendo ser excluídos da base de cálculo os(as) servidores(as) lotados(as) nas escolas judiciais e da magistratura e nas áreas de tecnologia da informação.

Conforme apresentado na Figura 81, o ano 2023 registrou percentual semelhante aos demais valores da série histórica, chegando a 18,3% de pessoas lotadas na área meio.

Verifica-se, na Figura 84, que, excluída a Justiça Eleitoral e os Tribunais Superiores, somente quatro tribunais apresentam mais de 30% dos(as) servidores(as) lotados(as) na área administrativa: Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (DF/TO); Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais; e o Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

Destaca-se que esse critério não se aplica aos Tribunais Superiores, já que a Resolução visa equivalência entre os dois primeiros graus de jurisdição, tampouco aplicável à Justiça Eleitoral, em razão de sua atividade ser predominantemente administrativa, e não jurisdicional, embora os números estejam representados no gráfico citado.

Nota-se, ainda que, em geral, os tribunais de menor porte tendem a possuir maiores percentuais de pessoas alocadas na área meio.

As informações detalhadas por tribunal estão disponíveis no Painel de Acompanhamento da Política.

Figura 80 - Proporção de casos novos, servidores(as) da área judiciária, cargos em comissão e funções comissionadas no primeiro grau de jurisdição, por ramo de justiça

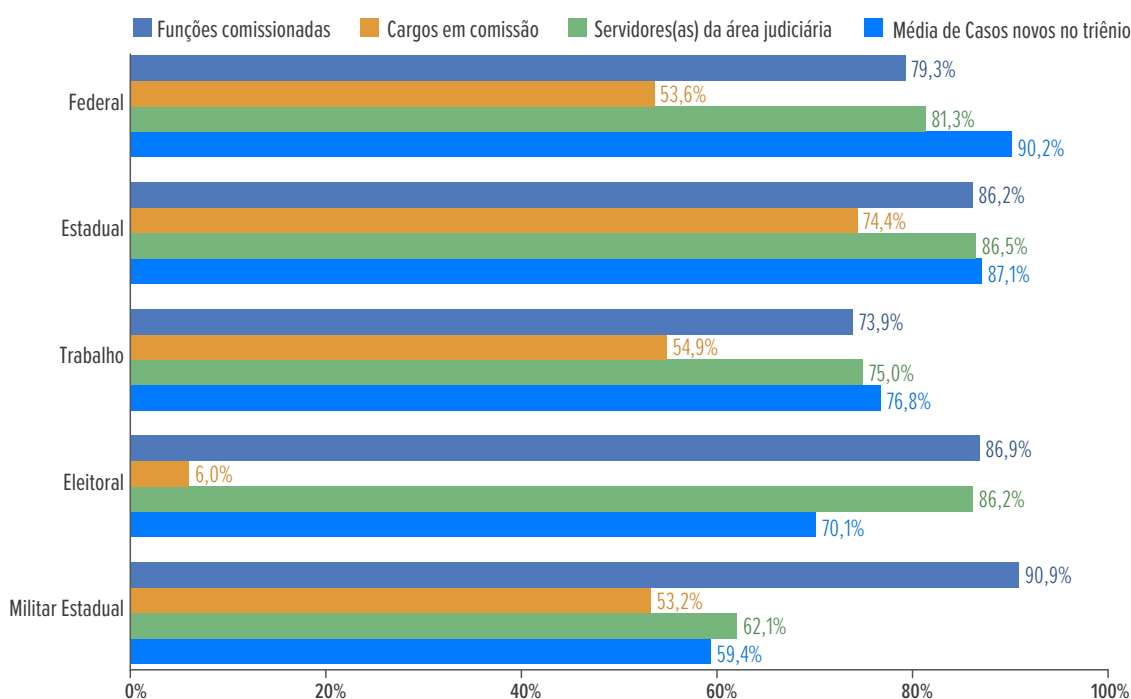


Figura 81 - Série histórica do percentual de servidores(as) na área administrativa, de servidores(as) na área judiciária de primeiro grau e de cargos e funções no primeiro grau

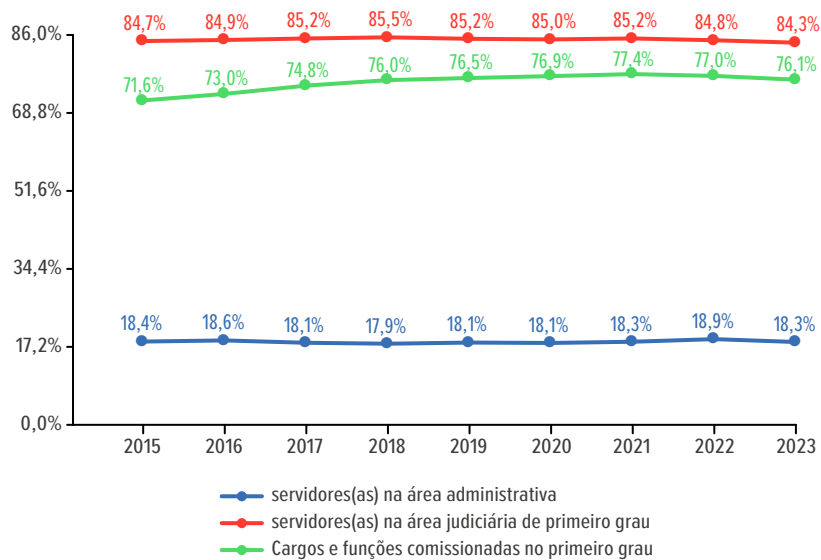


Figura 82 - Percentual de servidores(as) na área judiciária de primeiro grau, por tribunal

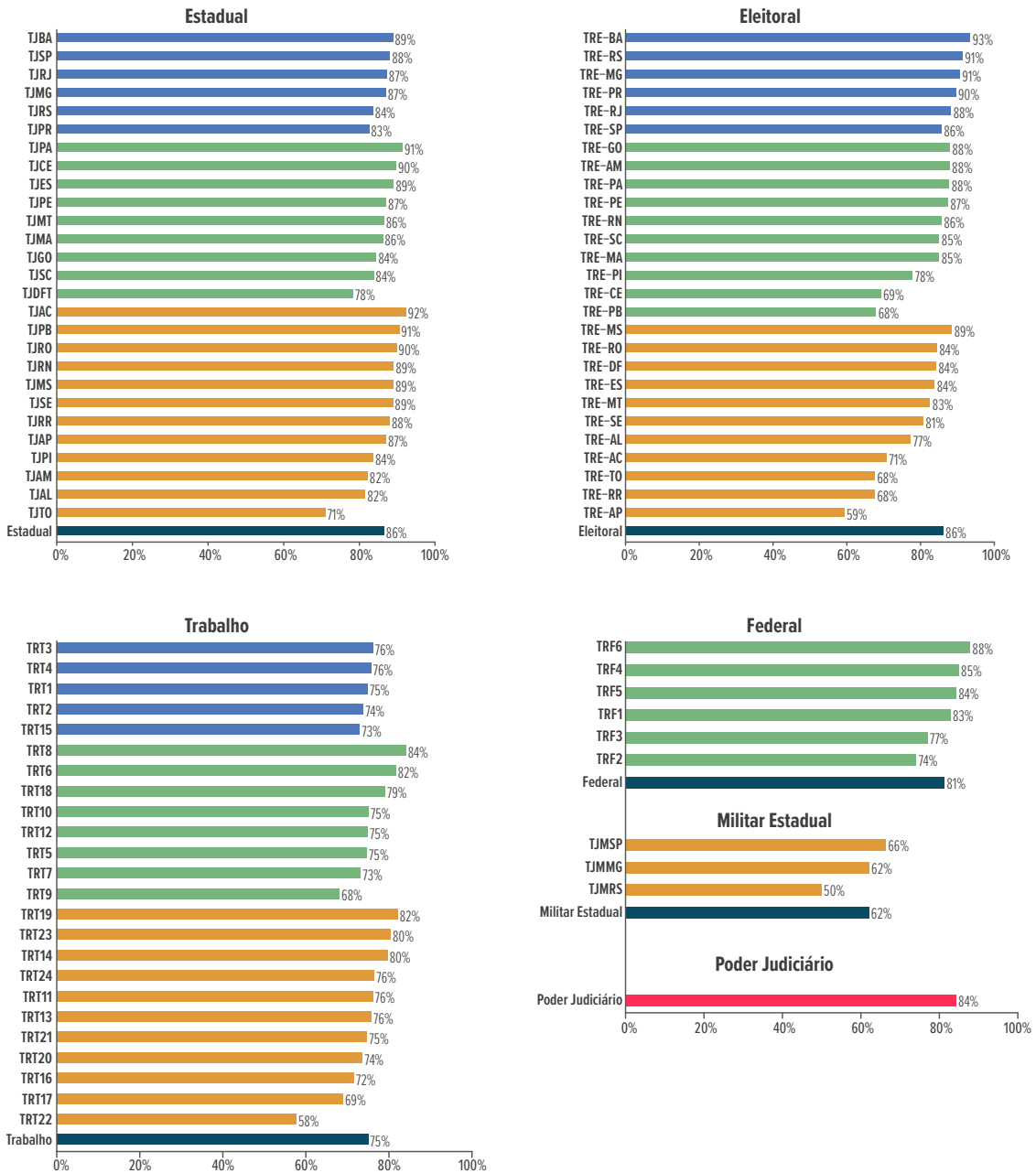


Figura 83 - Percentual de cargos em comissão e funções comissionadas no primeiro grau, por tribunal

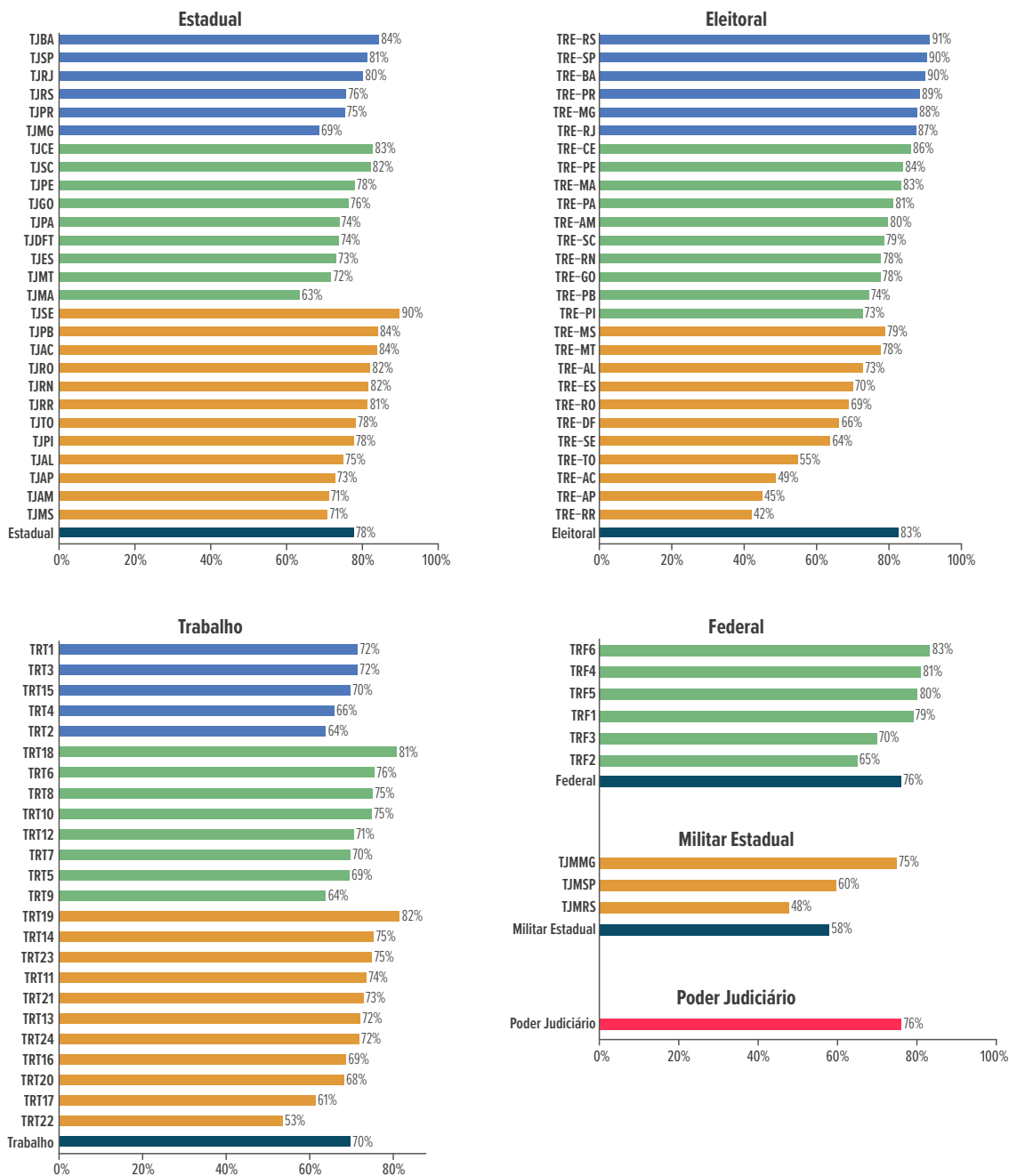
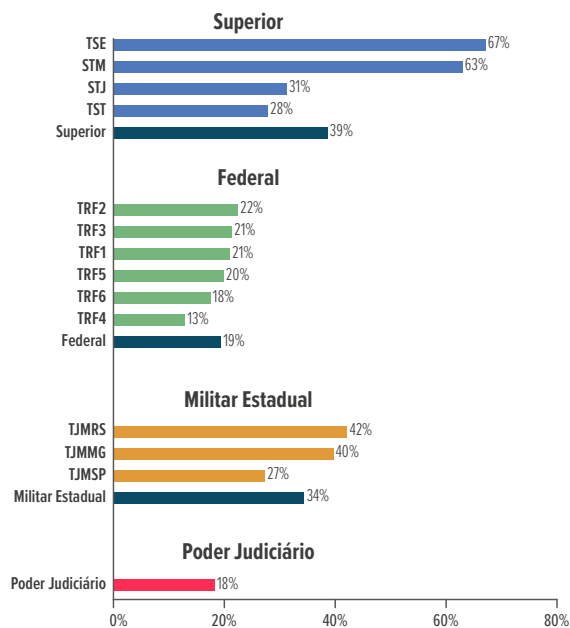
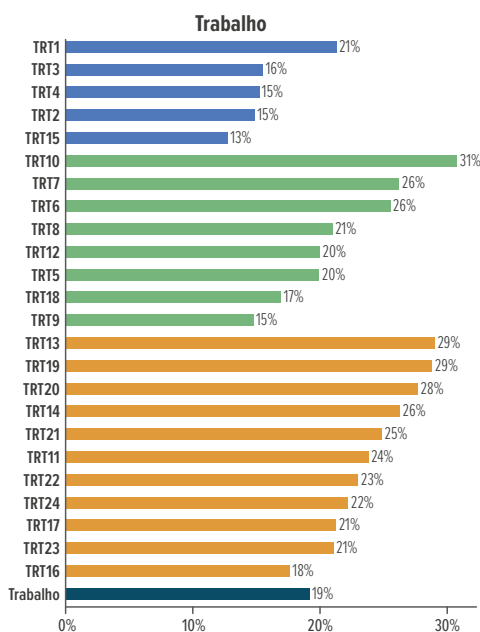
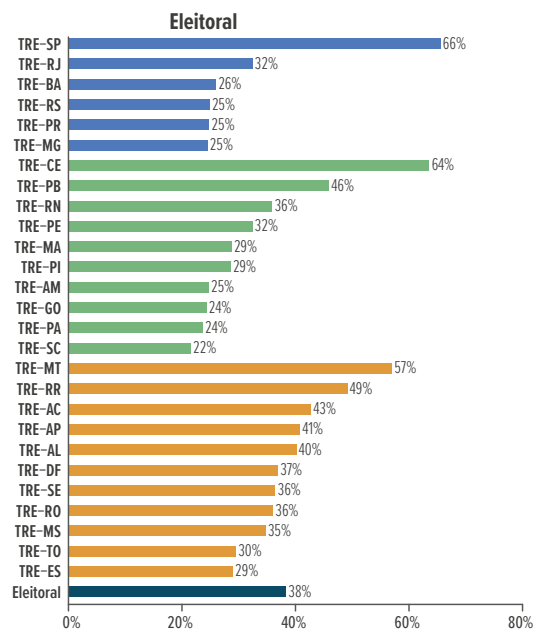
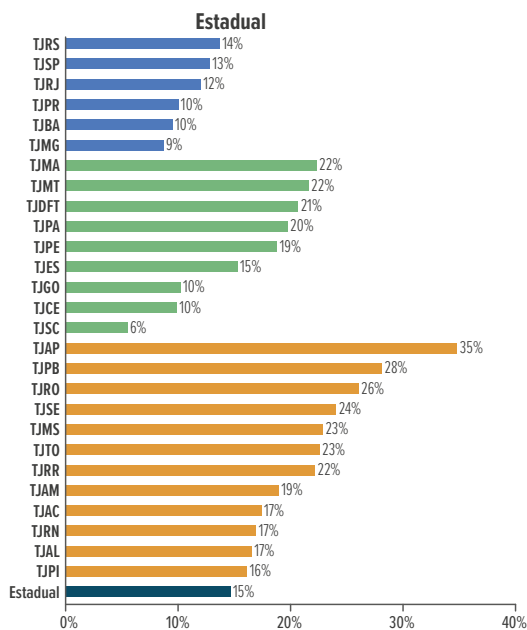


Figura 84 - Percentual de servidores(as) na área administrativa por tribunal



5.2.2 INDICADORES DE PRODUTIVIDADE

Os indicadores de casos novos por servidor(a) e por magistrado(a), apresentados nas Figuras de 85 a 88, desconsideram as execuções judiciais iniciadas, consoante critérios da Resolução CNJ n. 76/2009. Observa-se, nesses gráficos, o efeito da Política de Priorização vista na parte imediatamente anterior.

Os casos novos por servidor(a), que entre os anos de 2009 e 2016 eram menores no segundo grau, praticamente se igualaram em 2017 e, pela primeira vez, em 2018, a demanda processual por servidor(a) lotado(a) no segundo grau superou a demanda do primeiro grau.

Em 2023, eram 146 casos novos por servidor(a) no segundo grau e 138 casos novos por servidor(a) no primeiro grau. Isso significa que, se excluídas as execuções judiciais, houve avanço, mas não é possível concluir pelo cumprimento da política, pois a proporção de servidores no primeiro grau tem se mantido relativamente constante (Figura 87).

O primeiro grau de jurisdição possui as maiores cargas de trabalho por magistrado(a) e por servidor(a) da área judiciária. Com relação aos indicadores de casos novos por magistrado(a) e por servidor(a), situação inversa ocorre: os índices do segundo grau superaram, em 2023, os do primeiro grau, conforme demonstra a Figura 86. Tal situação decorre do peso do acervo do cômputo da carga de trabalho.

O número de casos novos por magistrado(a) no segundo grau supera o do primeiro grau em 42 de 60 (70%) tribunais - excluída do cômputo a Justiça Eleitoral. As informações variam bastante por tribunal, sendo que em alguns casos há diferenças de mais de 100% entre os graus de jurisdição (Figura 85). Situação similar ocorre no cômputo dos casos novos por servidor(a) (Figura 88), em que 42 dos 60 tribunais possuem indicador de segundo grau superior ao de primeiro.

Figura 85 - Casos novos por magistrado(a), de acordo com tribunal

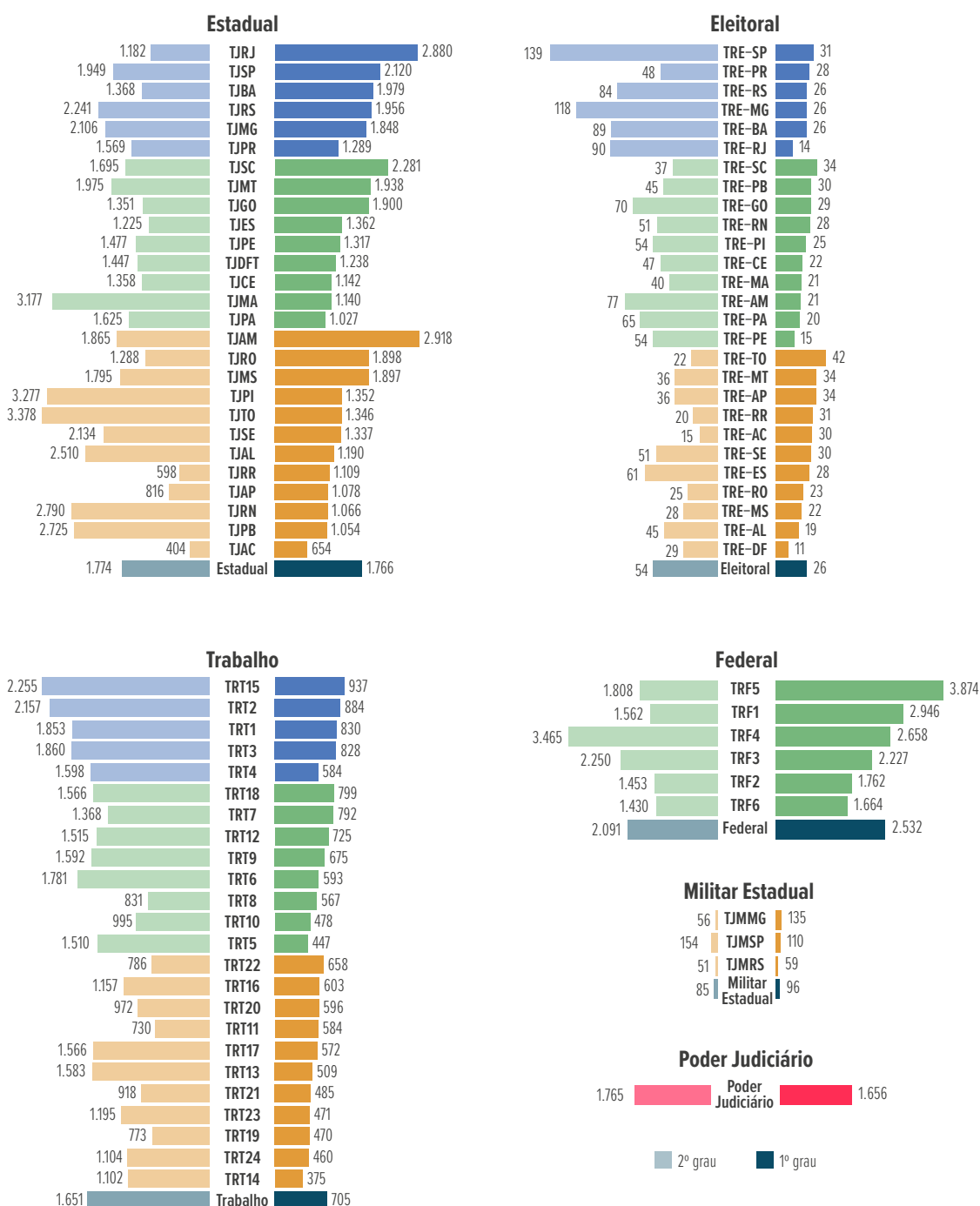


Figura 86 - Série histórica de casos novos por magistrado(a)

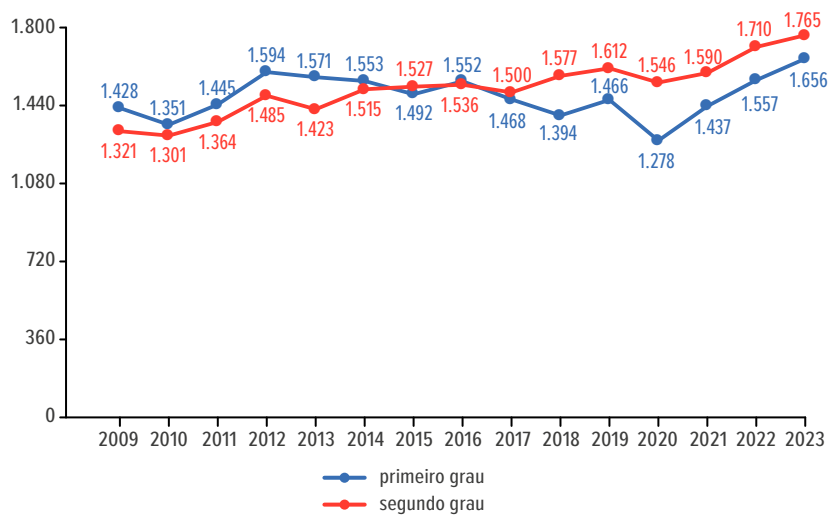


Figura 87 - Série histórica de casos novos por servidor(a) da área judiciária

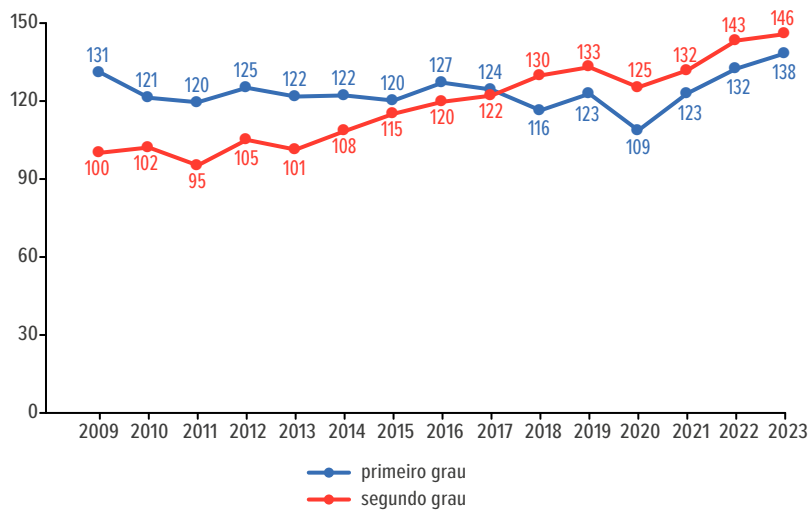
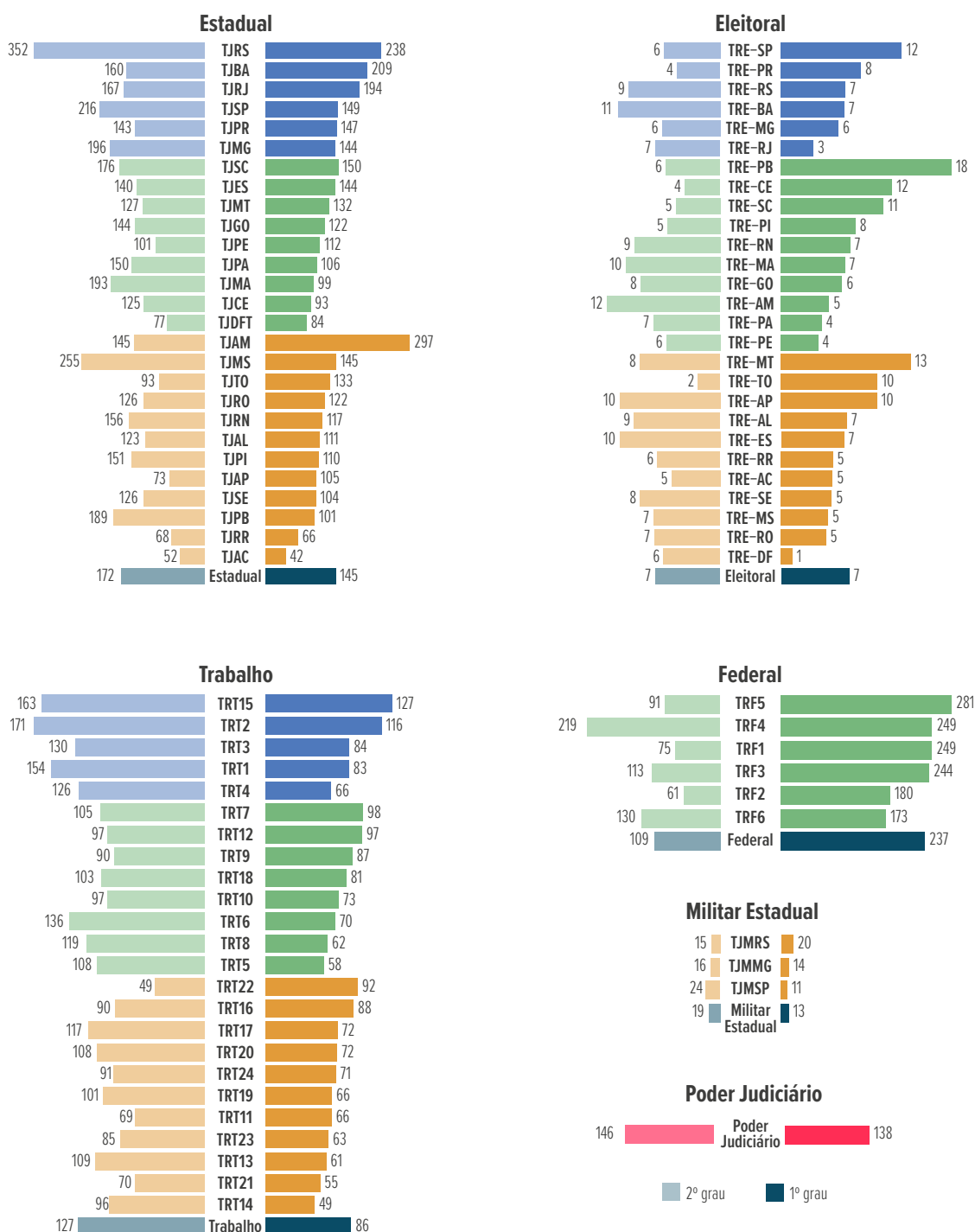


Figura 88 - Casos novos por servidor(a) da área judiciária, por tribunal.



Sobre a carga de trabalho dos(as) magistrados(as), que considera os processos em tramitação e os recursos internos, há maior distanciamento entre os valores, por grau de jurisdição. Segundo a Figura 90, a carga de trabalho do segundo grau é de 3.734, o equivalente a 48,3% do volume de trabalho dos(as) juízes(as) de primeiro grau (7.738).

No último ano, o índice subiu no primeiro grau e no segundo grau, tanto na versão bruta, quanto na líquida. No segundo grau, o indicador carga de trabalho registrou aumento acumulado de 28,3% em 14 anos (2009 a 2023).

No primeiro grau, os números apresentaram sucessivas elevações, com retração no ano de 2020 devido à pandemia de covid-19, sendo que, desde 2021 há retomada do crescimento e já se atingiu o maior valor da série histórica em 2023: de 7.470 para 7.738 no último ano. Comportamento similar é visto na série histórica da carga de trabalho dos(as) servidores(as) da área judiciária (Figura 91).

Os dados por tribunal representados na Figura 89 e na Figura 92 referentes à carga de trabalho dos(as) magistrados(as) e servidores(as), respectivamente, revelam as diferenças entre os tribunais e entre os segmentos de justiça.

Na Justiça Estadual e na Justiça Federal, a carga de trabalho no primeiro grau chega a ser mais que o dobro da que se encontra no segundo grau. Na Justiça do Trabalho e Justiça Militar Estadual, a carga de trabalho no primeiro grau também supera a do segundo grau, mas com valores mais próximos.

Figura 89 - Carga de trabalho do(a) magistrado(a), por tribunal e por grau de jurisdição.

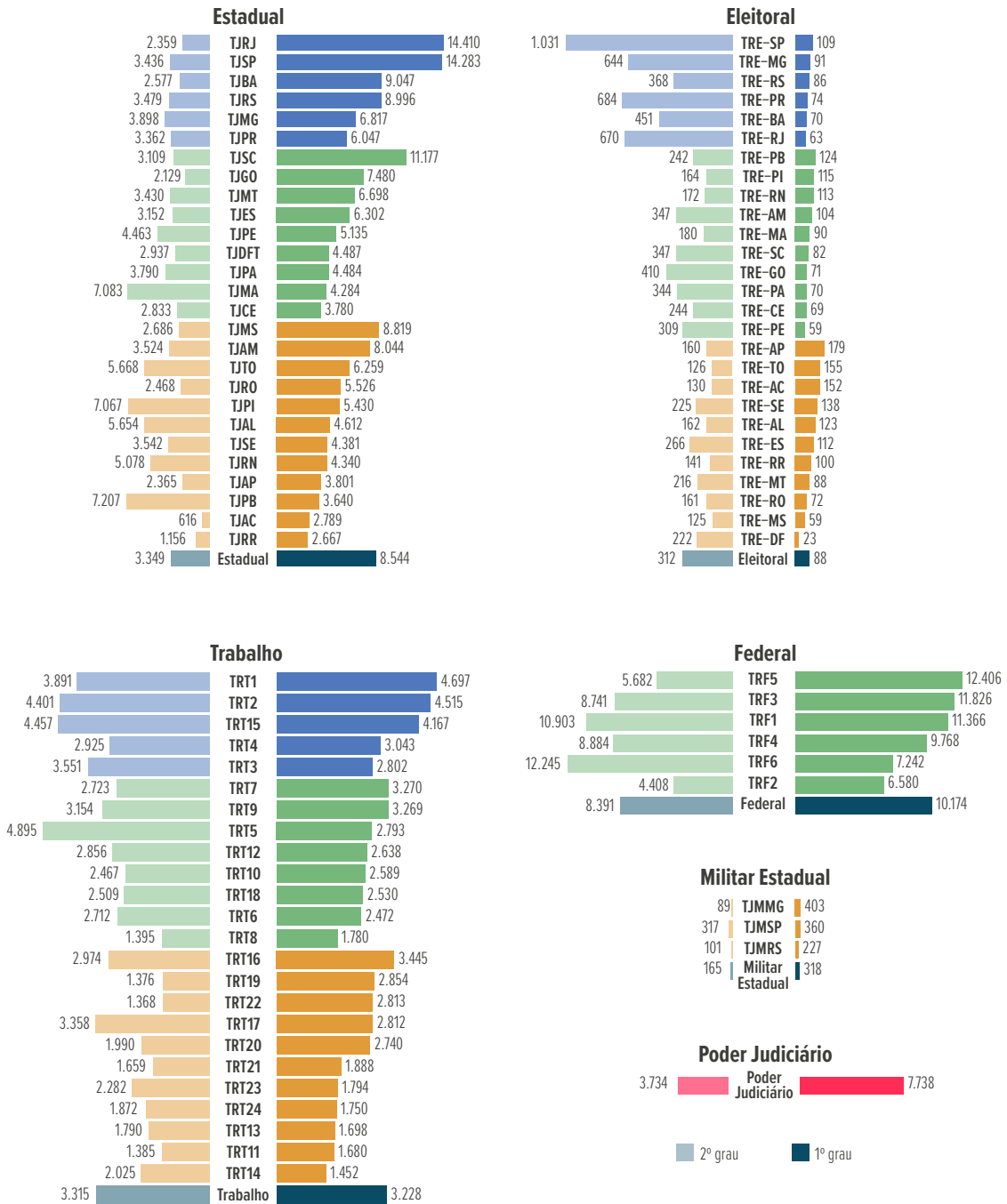


Figura 90 - Série histórica da carga de trabalho do(a) magistrado(a) por grau de jurisdição

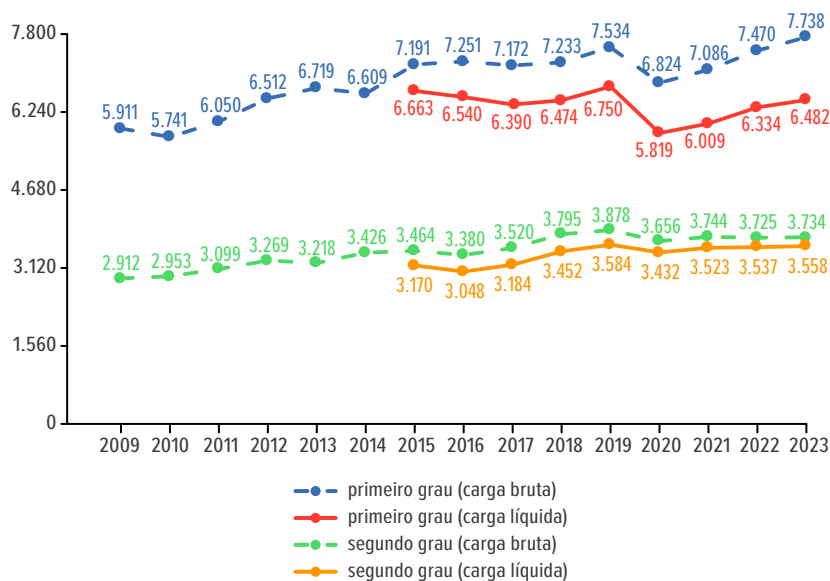


Figura 91 - Série histórica da carga de trabalho do(a) servidor(a) da área judiciária por grau de jurisdição

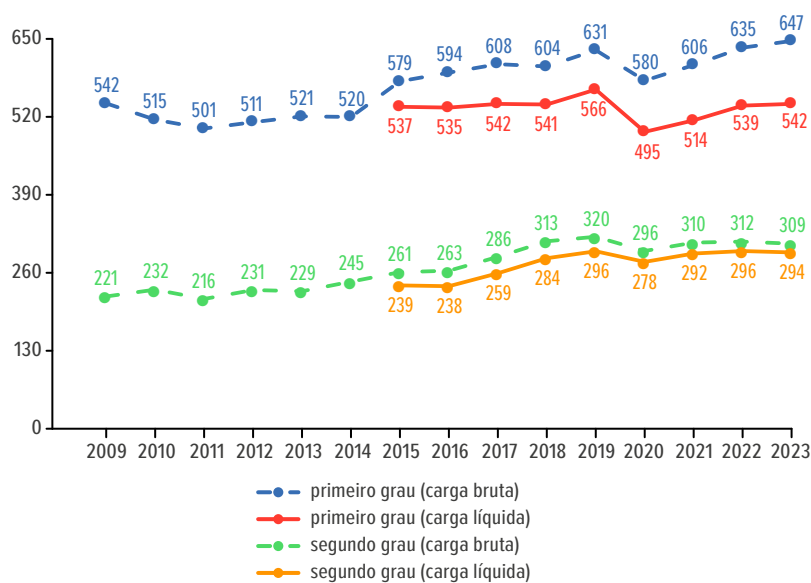
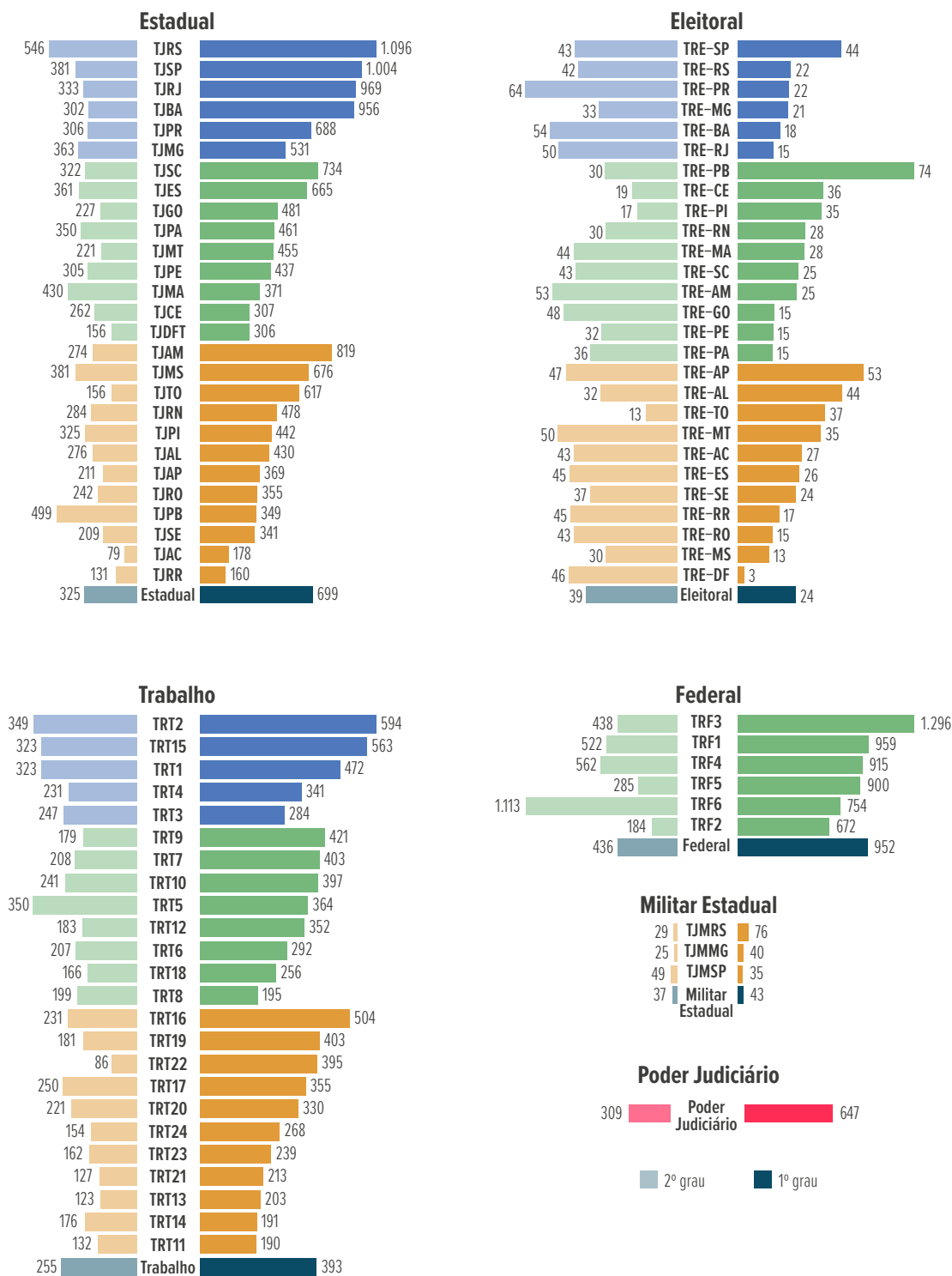


Figura 92 - Carga de trabalho do(a) servidor(a) da área judiciária, por tribunal e por grau de jurisdição.



Com relação aos indicadores de produtividade dos(as) magistrados(as) e dos(as) servidores(as) da área judiciária, mensurados pela razão entre o total de casos baixados e total de pessoas atuantes durante o ano, verifica-se que as produtividades de primeiro grau - IPM de 2.088 e IPS de 174 - foram superiores às de segundo grau: IPM de 1.712 e IPS de 141.

Os números variam bastante entre tribunais, mesmo dentro do mesmo segmento. Dos 60 órgãos (excluindo-se a Justiça Eleitoral), a maioria, 32, possui a produtividade de magistrado(a) de primeiro grau superior à de segundo grau (Figura 93). De forma mais frequente, a produtividade por servidor(a) do primeiro grau supera a do segundo grau, com essa situação ocorrendo em 45 tribunais (Figura 96).

Alguns tribunais chamam a atenção pela diferença da produtividade entre as instâncias: no TJRJ, o IPM de primeiro grau é de 3.396, enquanto, no segundo grau, a produtividade é equivalente a menos da metade, 1.128.

De forma oposta, está o TJPB, no qual IPM de primeiro grau é de 1.291, enquanto, no segundo grau, a produtividade é equivalente a mais do dobro, 3.086 processos baixados por desembargador(a) (Figura 93).

Na série histórica, as produtividades tanto dos(as) magistrados(as) quanto dos(as) servidores(as), subiram no primeiro grau e permaneceram quase constantes no segundo grau (Figura 94). No primeiro grau, o IPM aumentou em 8% e, no segundo grau, aumentou em 0,1%.

Quanto ao IPS, houve crescimento de 6,1% no primeiro grau, em contraponto à retração no segundo grau, na ordem de 1,2%. Outro destaque interessante: nos anos de 2021 e de 2022 os números do IPM e IPS-Jud praticamente se igualaram entre o primeiro e segundo graus e, desde 2022, as curvas voltaram a se descolar, com os indicadores de primeiro grau superando os de segundo, tal como no restante da série histórica.

Figura 93 - Índice de Produtividade dos(as) magistrados(as) (IPM), por tribunal e por grau de jurisdição.

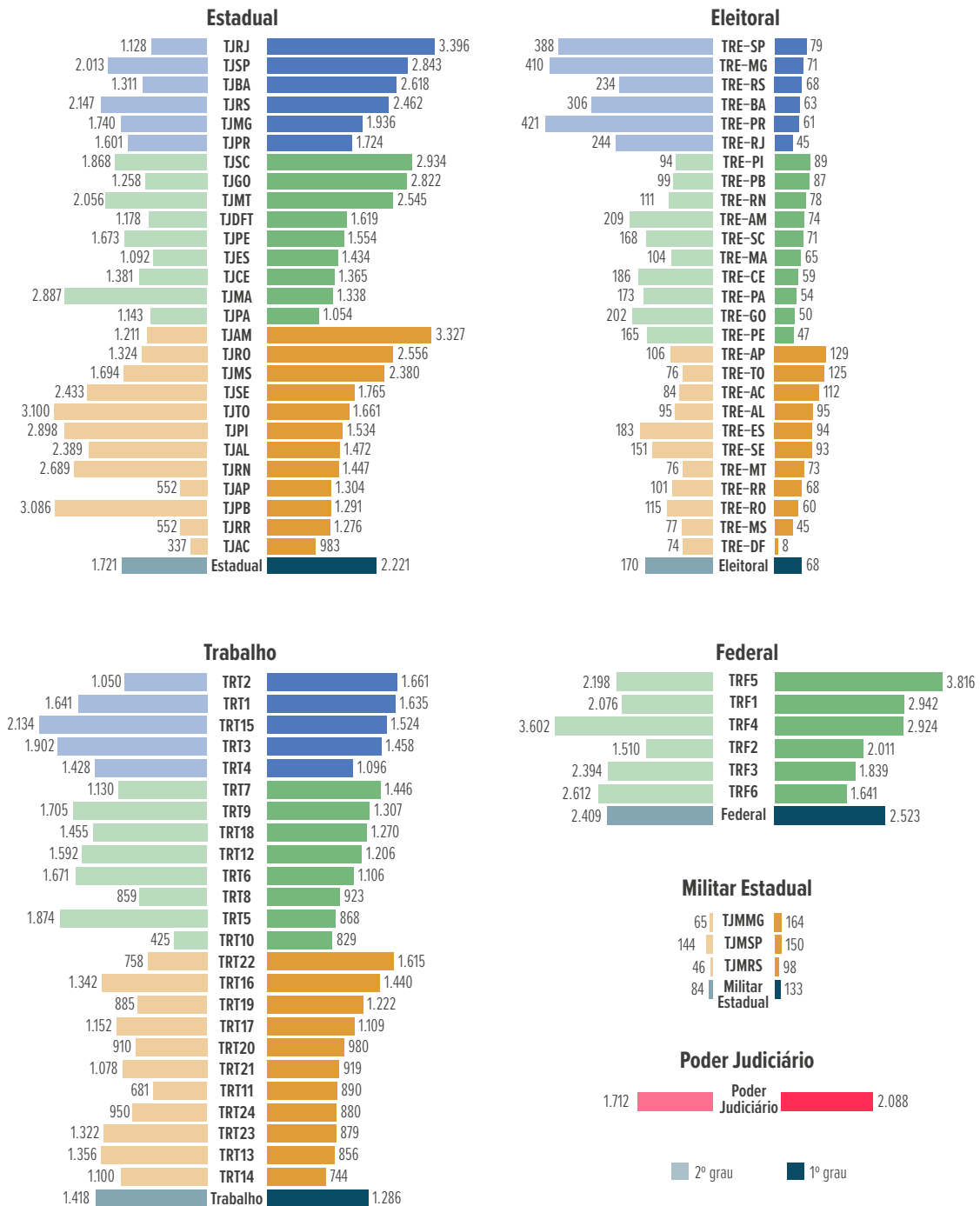


Figura 94 - Série histórica do Índice de Produtividade dos(as) magistrados(as) (IPM) por grau de jurisdição

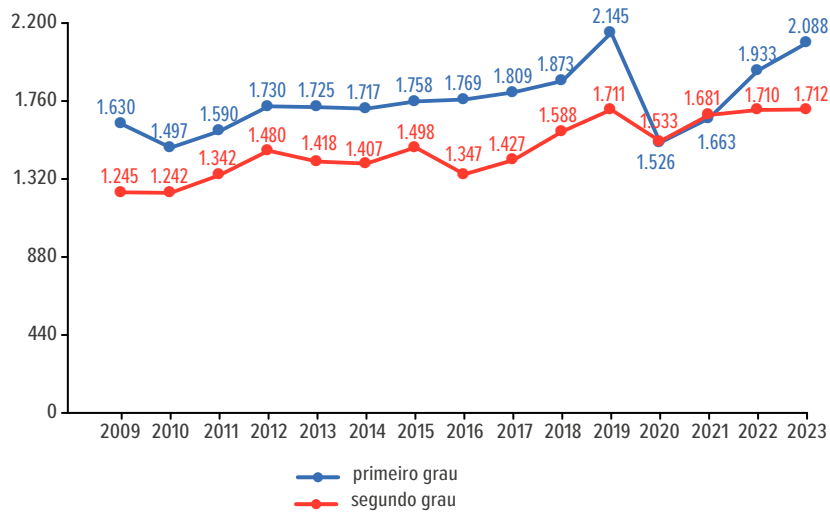


Figura 95 - Série histórica do Índice de Produtividade dos(as) Servidores(as) da Área Judiciária (IPS-Jud) por grau de jurisdição

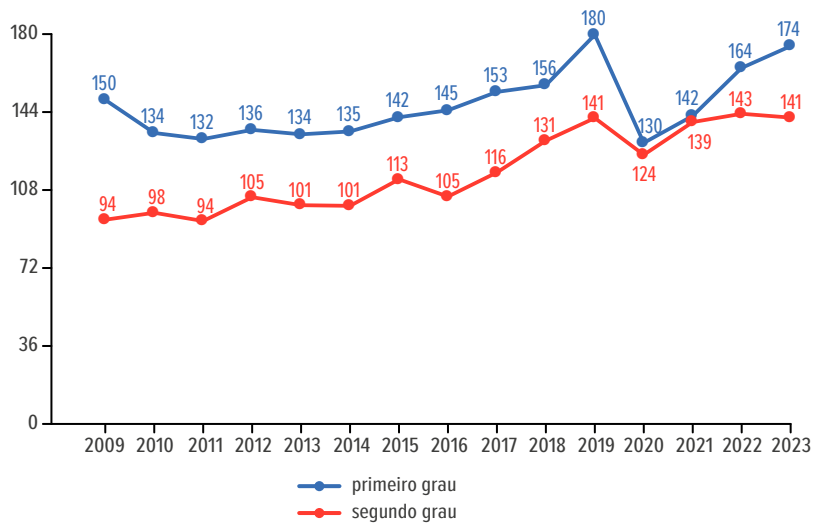
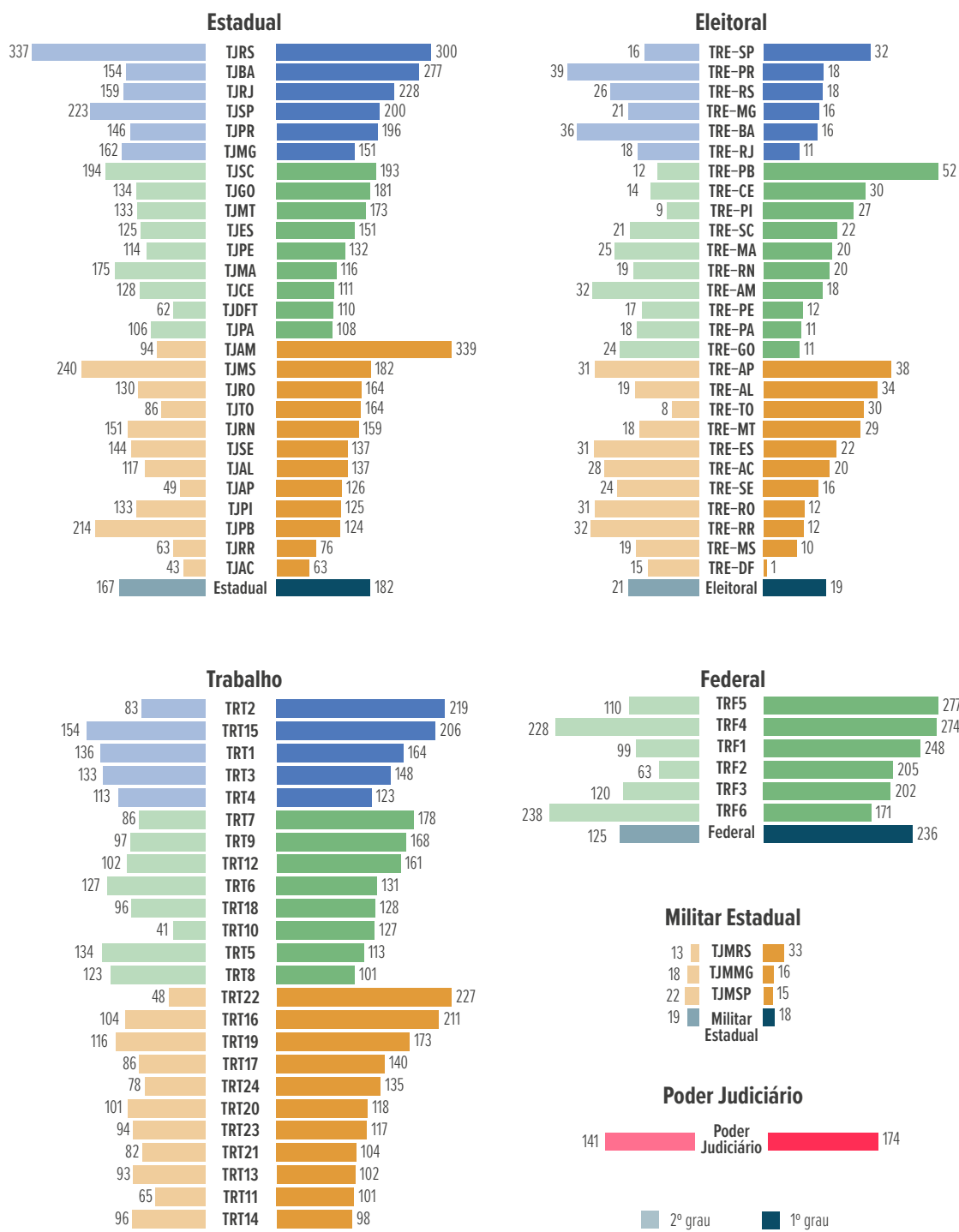


Figura 96 - Índice de Produtividade dos(as) Servidores(as) da Área Judiciária (IPS-Jud), por tribunal e por grau de jurisdição.



5.2.3 INDICADORES DE DESEMPENHO

A Figura 98 traz a comparação do Índice de Atendimento à Demanda (IAD) entre o primeiro e segundo grau. Observa-se que somente nos anos de 2012, 2013 e 2021 o indicador do segundo grau superou o do primeiro grau. Em 2023, o IAD no segundo grau foi de 97%, com redução de 2,9 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

No primeiro grau, com a redução de 2,3 pontos percentuais, o IAD atingiu o valor de 99,6% e ficou menor que o patamar esperado de 100%. É dizer: no primeiro grau, o quantitativo de processos baixados foi um pouco inferior ao quantitativo de casos novos no ano do ano de 2023.

A Figura 99 apresenta os dados comparativos para a Taxa de Congestionamento, com diferenças significativas entre as duas instâncias, tanto na taxa bruta quanto na taxa líquida. No congestionamento bruto, a diferença entre as instâncias é de 22,6 pontos percentuais e, na versão líquida, de 19,2 pontos percentuais.

Desde 2020, há queda nas taxas de congestionamento do primeiro grau, computando ou não os casos suspensos/sobrestados (bruta e líquida). A versão líquida atingiu, no primeiro grau, o menor valor da série histórica no ano de 2023. No segundo grau, a taxa de congestionamento permaneceu praticamente constante, tanto na visão da taxa bruta, quanto na líquida.

O segundo grau, com melhor resultado, possui taxa de congestionamento líquida de 47% e um estoque similar à demanda. No primeiro grau o estoque equivale a 2,6 vezes o quantitativo de casos novos.

Em uma situação hipotética, sem ingresso de novas demandas e mantida a produtividade atual, seria necessário 1 ano para zerar o estoque do segundo grau e 2 anos e 7 meses para zerar o estoque do primeiro grau (tempo de giro do acervo).

A análise do IAD por segmento de justiça e por tribunal (Figura 97) demonstra que em 30 de 60 (50%) tribunais (exceto Justiça Eleitoral), o IAD de primeiro grau supera 100%. No segundo grau, são 25 (41,7%) órgãos que atingem 100% ou mais no IAD. Em 12 órgãos foi alcançado o IAD maior que 100% em ambos os graus de jurisdição: TJCE, TJMT, TJPE, TJPR, TJRO, TJSC, TRT16, TRT19, TRT21, TRT3, TRT5 e TRT9.

Quanto à Taxa de Congestionamento (Figura 100), verifica-se que os segmentos da justiça, com exceção da Justiça Eleitoral, obtiveram a taxa do primeiro grau superior a do segundo grau, embora, em alguns poucos tribunais (6 de 60), aconteça o inverso: TJAM, TJAP, TRF1, TRF6, TRT10 e TRF6, com a taxa superior no segundo grau.

Figura 97 - Índice de Atendimento à Demanda (IAD), por tribunal.

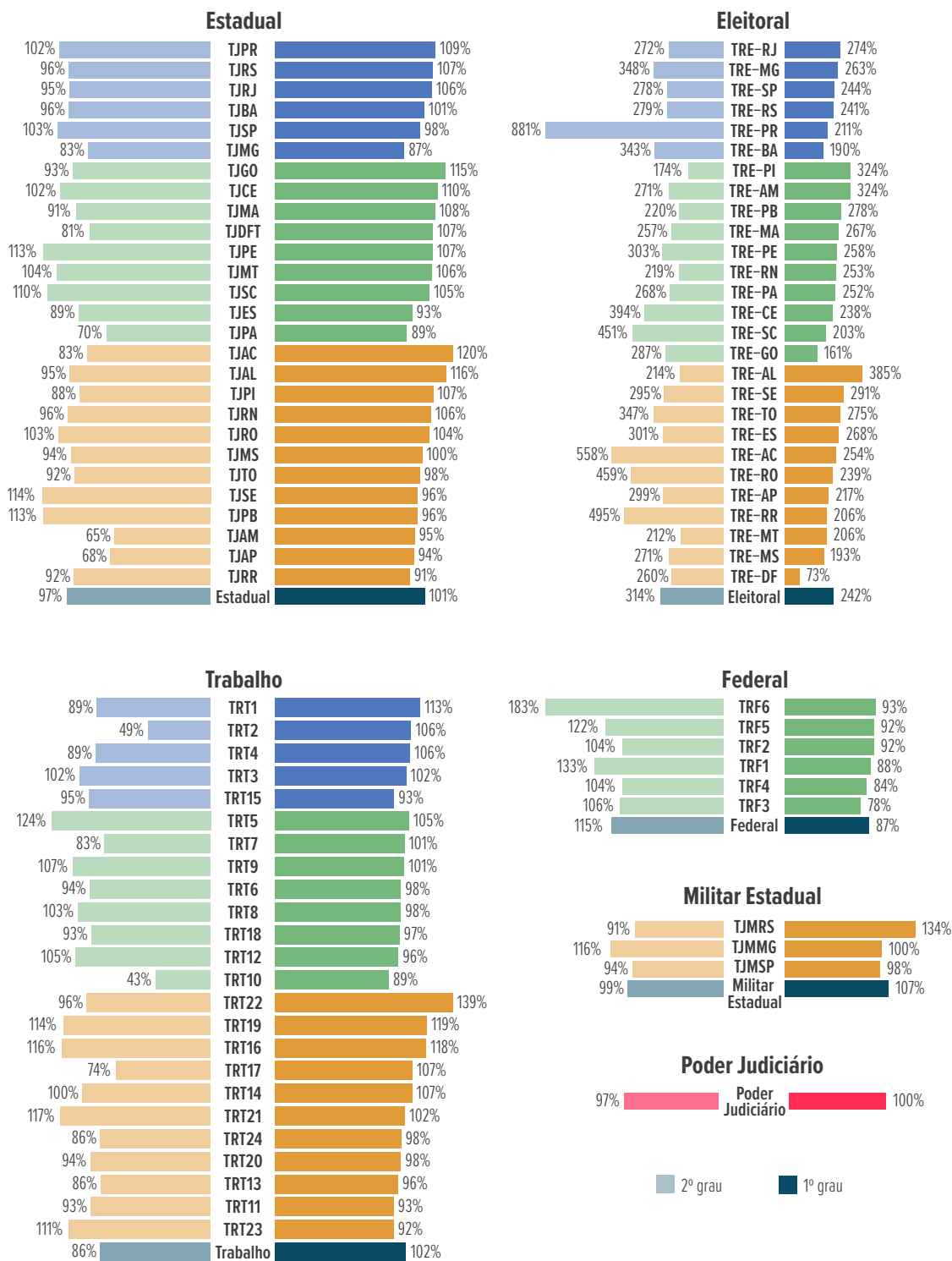


Figura 98 - Série histórica do índice de atendimento à demanda

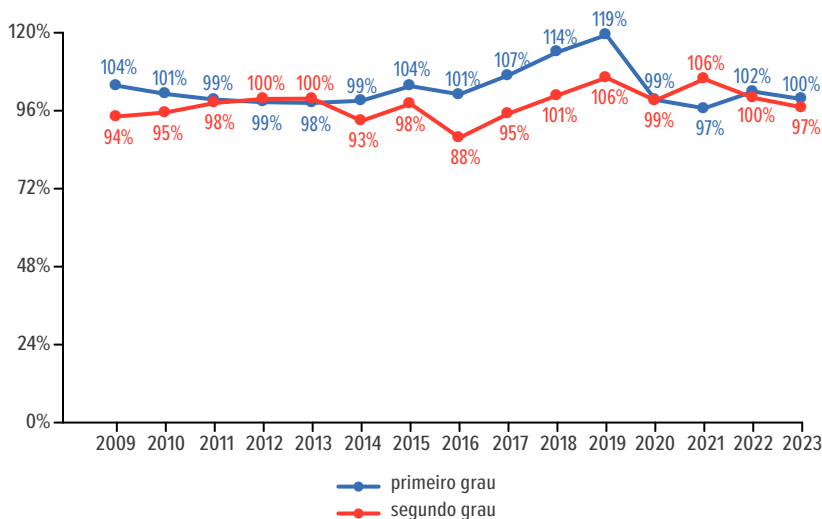


Figura 99 - Série histórica da taxa de congestionamento

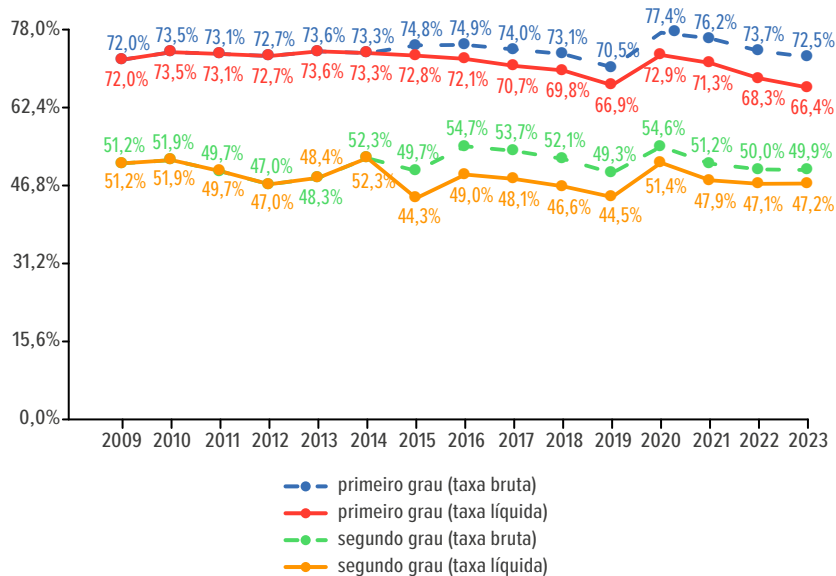
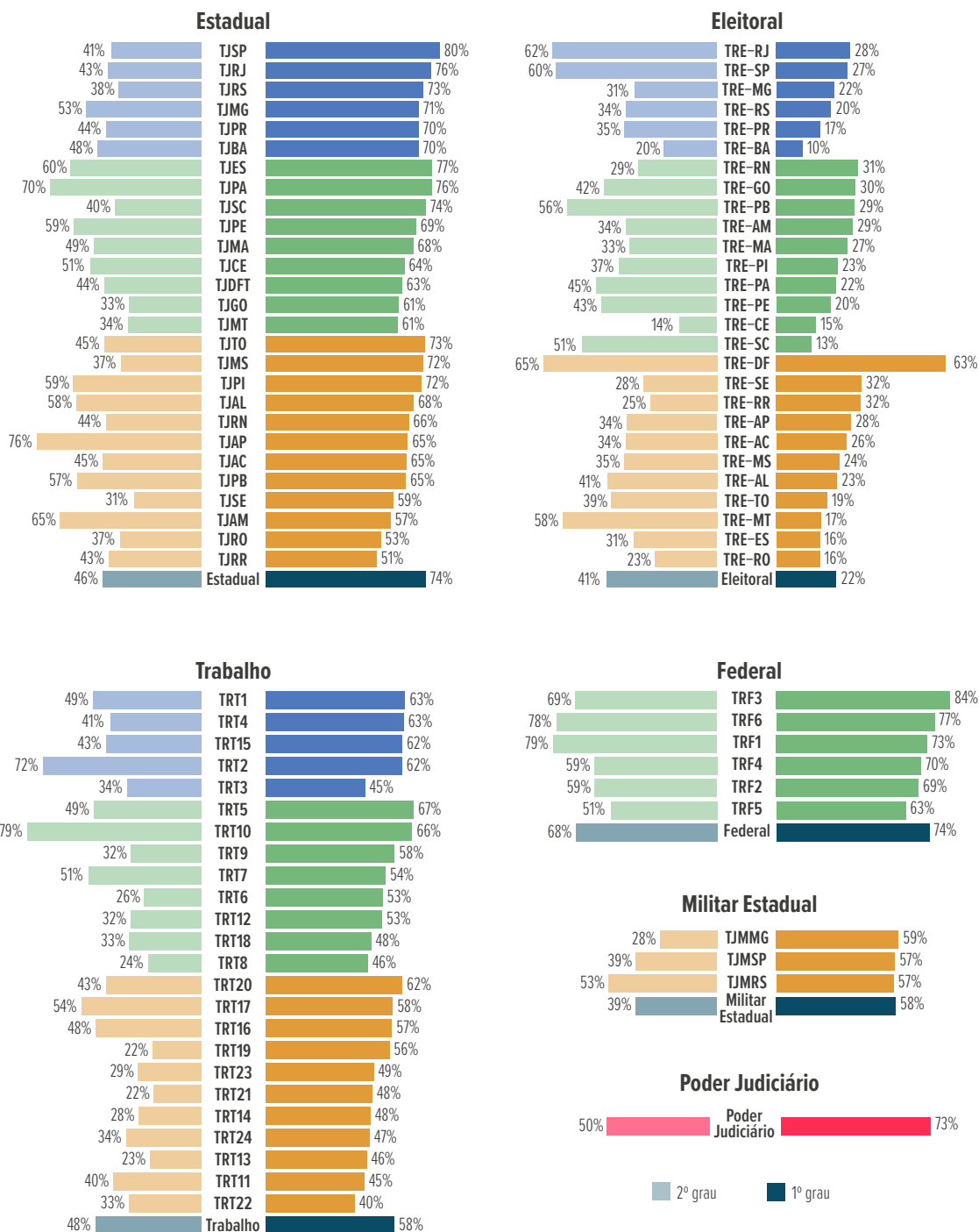


Figura 100 - Taxa de congestionamento, por tribunal.



5.3 GARGALOS DA EXECUÇÃO

Esta seção se destina à análise dos processos em fase de execução, que constituem grande parte dos casos em trâmite e a etapa de maior morosidade no judiciário nacional, como será visto adiante. As informações aqui apresentadas, no entanto, referem-se unicamente ao primeiro grau (justiça comum e juizados especiais).

O primeiro grau do Poder Judiciário contava com um acervo de 78 milhões de processos pendentes de baixa no final do ano de 2023, sendo que mais da metade desses processos (56,5%) se referia à fase de execução.

As Figuras 101 e 102 trazem as séries históricas dos casos novos, pendentes e baixados diferenciados entre processos de conhecimento e de execução.

Os dados mostram que, apesar de ingressar no Poder Judiciário quase duas vezes mais casos em conhecimento do que em execução, quando observado o acervo, a situação é inversa, considerando que a execução é 36,1% maior.

Na execução, as curvas de processos baixados e novos seguem quase paralelas, com pequeno distanciamento entre elas nos anos de 2009 e 2017, sendo a baixa pouco menor que a demanda.

A partir de 2018 até 2023, os valores passam a ficar quase iguais, o que revela avanços na produtividade da execução nos últimos 6 anos. Em 2023, foram baixados 342 mil casos a mais do que o total de casos novos. Já na fase de conhecimento, as curvas se mantiveram semelhantes somente até 2014.

Após, de 2015 a 2019, observa-se descolamento, com incremento anual na produtividade e com redução dos processos ingressados. Em 2020, a curva de baixados no conhecimento passa, pela primeira vez, a permanecer abaixo da curva de casos novos de conhecimento, fato que se repete em 2021 e em 2023.

Os casos pendentes na fase de execução apresentaram tendência de crescimento do estoque entre os anos de 2009 e 2017 e permaneceram quase estáveis até 2020. Entre 2021 e 2023, o estoque voltou a subir, registrando aumento de 0,2% no último ano (Figura 102). Já os casos pendentes na fase de conhecimento oscilam mais, tendo havido incremento do estoque em 2015 e 2016, com queda entre 2017 e 2019.

A partir de então, registram-se dois sucessivos aumentos, sendo 2,1% no último ano. Apesar das oscilações, o ano de 2023 alcançou o maior estoque da série histórica tanto na fase de conhecimento como na de execução.

A Figura 103 apresenta os casos novos, pendentes e baixados de execução, incluindo execuções judiciais criminais (de pena privativa de liberdade e pena não privativa de liberdade), execuções judiciais não criminais e execuções de títulos executivos extrajudiciais, discriminadas entre fiscais e não fiscais.

A maior parte dos processos de execução é composta pelas execuções fiscais, que representam 59% do estoque em execução. Esses processos são os principais responsáveis pela alta taxa de congestionamento do Poder Judiciário, representando aproximadamente 31% do total de casos pendentes e congestionamento de 88% em 2023.

Registra-se, no entanto, que há casos em que o judiciário esgotou os meios previstos em lei e ainda assim não houve localização de patrimônio capaz de satisfazer o crédito, permanecendo o processo pendente. Ademais, em regra as dívidas chegam à justiça após esgotados os meios de cobrança administrativos, por isso a recuperação é dificultada.

Nesse contexto, a análise das taxas de congestionamento líquidas e brutas são relevantes, pois, na fase de execução, o processo permanece pendente, com status de suspensão, deixando de impactar na taxa de congestionamento líquida (sem suspensos ou sobrestados ou em arquivo provisório).

O impacto da execução é significativo principalmente nos segmentos da Justiça Estadual, Federal e Trabalhista, correspondendo a, respectivamente, 55,7%, 40,2%, e 58,3% do acervo total de cada ramo, conforme aponta a Figura 104.

Em alguns tribunais, a execução chega a consumir mais de 60% do acervo. É o caso dos seguintes tribunais: TJDF, TJSP na Justiça Estadual; e TRT10, TRT12, TRT13, TRT14, TRT16, TRT18, TRT19, TRT20, TRT21, TRT22, TRT23, TRT24, TRT5, TRT6, TRT7, TRT8, TRT9 na Justiça do Trabalho.

De outro lado, a execução não parece ser um problema tão grave em alguns tribunais, a exemplo dos tribunais a seguir elencados, nos quais o acervo em execução representa menos de 30% do acervo do órgão: TJPI (17%), TJCE (24%), TJAP (28%), TJMA (28%).

A Figura 105 demonstra a comparação da taxa de congestionamento na execução e no conhecimento de primeiro grau por tribunal e ramo de justiça. Verifica-se que a taxa na execução supera a do conhecimento na maioria dos casos. A diferença entre os dois índices é de 15,8 pontos percentuais, com taxa de 64,8% no conhecimento e 80,6% na execução.

A maior taxa na fase de execução está no TJPA, para a Justiça Estadual, com congestionamento de 88,4% na execução e 68,4% no conhecimento; TRT5, na Justiça Trabalhista, com conges-

tionamento de 80,7% na execução e 47,2% no conhecimento; e TRF1, na Justiça Federal, com congestionamento de 87,6% na execução e 68,7% no conhecimento.

Figura 101 - Série histórica dos casos novos e baixados nas fases de conhecimento e execução

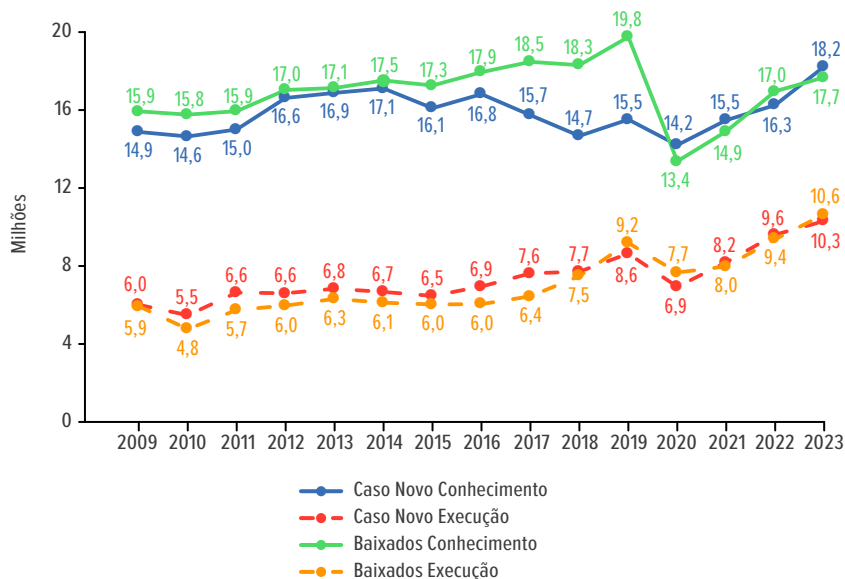


Figura 102 - Série histórica dos casos pendentes nas fases de conhecimento e execução

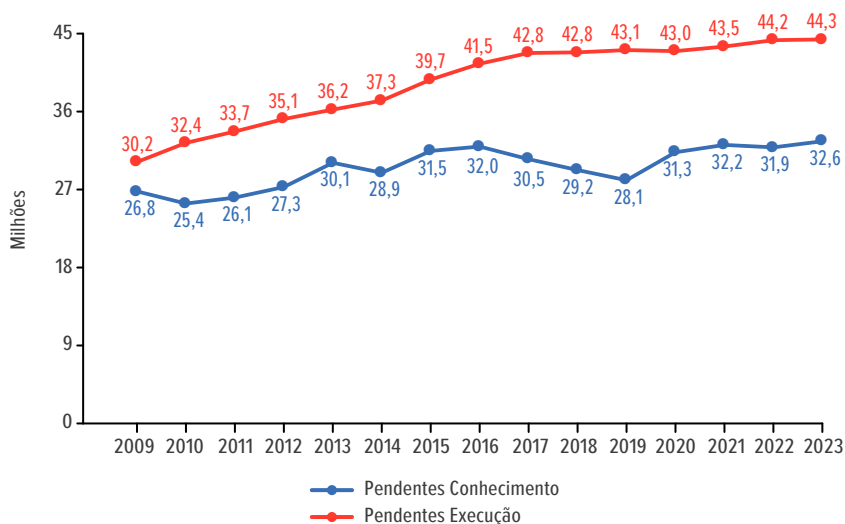


Figura 103 - Dados processuais do Poder Judiciário

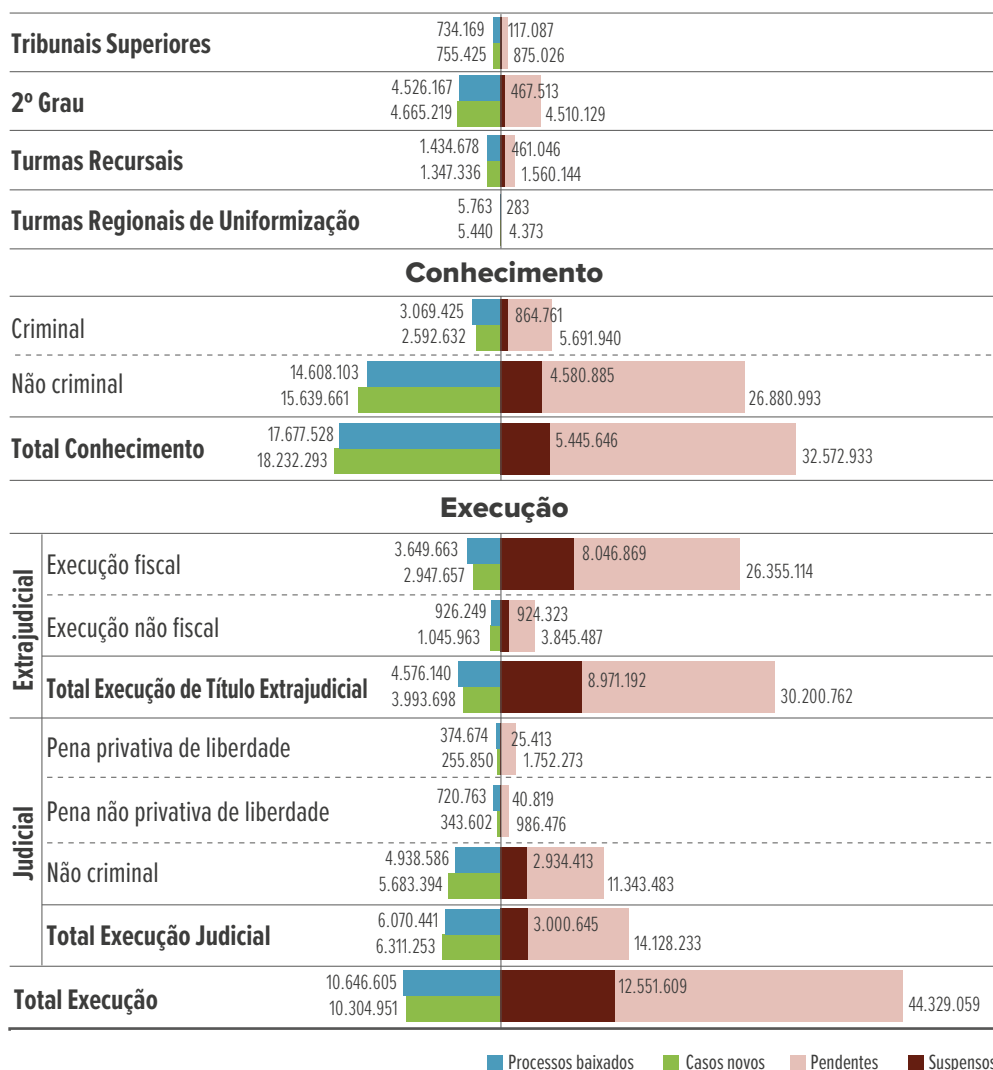


Figura 104 - Percentual de casos pendentes de execução em relação ao estoque total de processos, por tribunal.

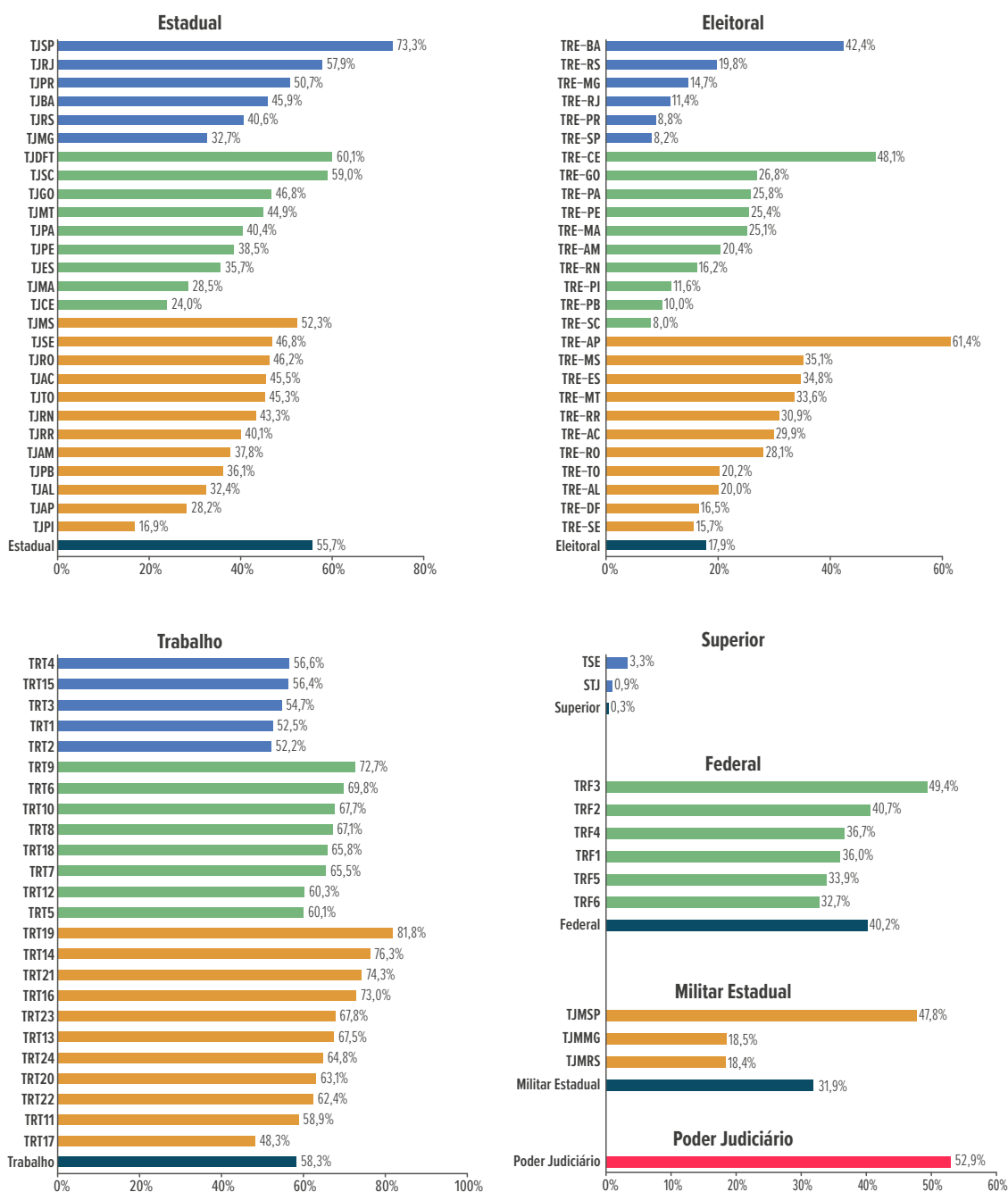
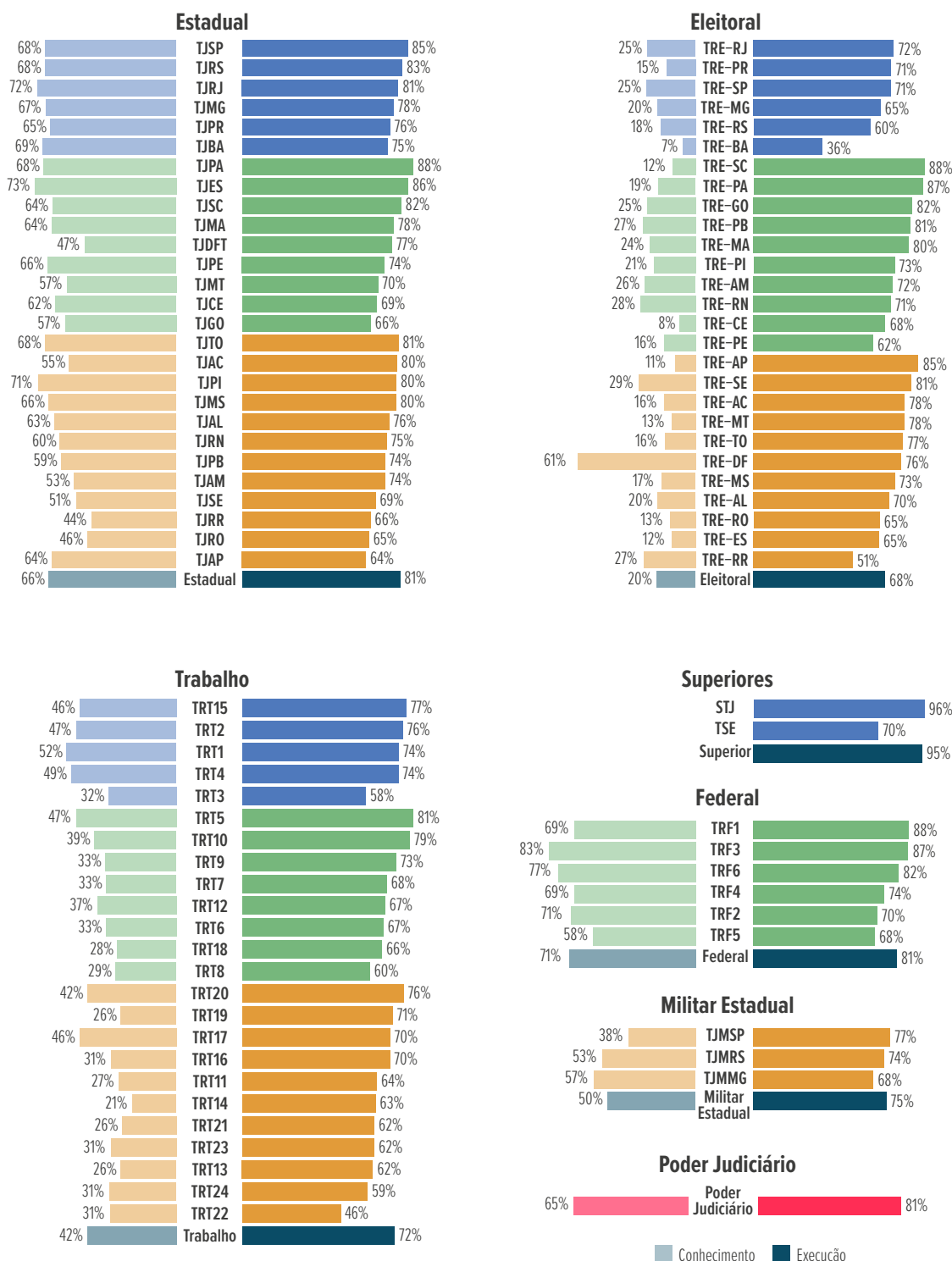


Figura 105 - Taxa de congestionamento nas fases de execução e conhecimento, na 1ª instância, por tribunal.



Detalhando as taxas de congestionamento no conhecimento e na execução no primeiro grau, constata-se que, entre as segmentações apresentadas na Tabela 4, a fase de conhecimento não criminal, que abrange casos cíveis, atos infracionais, família, empresariais etc., tem a menor taxa de congestionamento e também é a fase de maior demanda, com 15,6 milhões, 44,3% dos casos novos. Na execução fiscal está a maior taxa de congestionamento (87,8%).

É importante esclarecer que a taxa de congestionamento na execução penal deve ser lida com cautela, pois os altos valores não caracterizam baixa eficiência do Poder Judiciário; significam tão somente que as execuções estão sendo cumpridas, uma vez que, enquanto a pena estiver em execução, o processo deve permanecer no acervo.

Dessa forma, a taxa de congestionamento dessa fase não pode ser avaliada como um indicador de desempenho. Cumpre informar, ainda, que o número de processos em execução penal difere do total de presos, já que um mesmo indivíduo pode ser réu em mais de um processo, assim como um mesmo processo pode ter mais de um réu preso.

Tabela 4: Taxa de congestionamento, Casos Pendentes e Casos Novos por tipo de processo, ano 2023

Classificação	Taxa de Congestionamento	Casos Pendentes	Casos Novos
Conhecimento Criminal	65%	5.691.940	2.592.632
Conhecimento Não Criminal	64,8%	26.880.993	15.639.661
Total Conhecimento	64,8%	32.572.933	18.232.293
Execução Fiscal	87,8%	26.355.114	2.947.657
Execução Extrajudicial não fiscal	87,3%	3.171.081	595.628
Execução Judicial Não Criminal	69,7%	5.683.394	5.683.394
Execução Penal Não-Privativa de Liberdade	57,8%	343.602	343.602
Execução Penal Privativa de Liberdade	82,4%	255.850	255.850
Total Execução	80,6%	44.329.059	10.304.951
Total Geral	70,5%	83.805.438	35.282.179

5.3.1 ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO

Este tópico destina-se à comparação de indicadores de produtividade entre as fases de conhecimento e de execução no primeiro grau, considerando apenas as varas e os juizados especiais, excluídas, portanto, as turmas recursais.

Como o(a) mesmo(a) magistrado(a) pode atuar no processo, tanto na fase de conhecimento, quanto na de execução, não é possível calcular a real produtividade em cada fase. A produtividade na fase de conhecimento corresponde ao total de processos baixados nessa fase em relação ao total de magistrados(as) de primeiro grau; e a produtividade na fase de execução diz respeito ao número de processos baixados nessa fase em relação aos mesmos magistrados(as) de primeiro grau. Dessa forma, o indicador total sempre corresponderá à soma das duas fases.

Em 2023, a produtividade dos(as) magistrados(as) na fase de conhecimento foi de 1.242 e a produtividade na fase de execução foi de 771. Entre os(as) servidores(as), o IPS foi de 104 no conhecimento e de 62 na execução.

Verifica-se que o quantitativo de processos baixados é sempre maior na fase de conhecimento, tanto na série histórica (Figura 107) quanto por tribunal (Figura 106). O IPM e o IPS-Jud, na fase de conhecimento, equivalem a quase o dobro do valor desses indicadores na fase de execução.

Apenas três tribunais apresentam situação inversa, com maior produtividade de magistrados(as) e de servidores(as) da área judiciária na fase de execução: TJSP, TRF3 e TRT22 (Figuras 106 e 109, respectivamente).

As séries históricas do IPM e IPS-Jud, respectivamente representadas nas Figuras 107 e 108, mostram que houve aumento na produtividade, tanto na fase de conhecimento, quanto na de execução, com variação de 4,8% e de 14,8% na produtividade dos(as) magistrados(as) em conhecimento e em execução, respectivamente. Na produtividade dos servidores, o crescimento foi de 3% no conhecimento e de 12,2% na execução.

Figura 106 - Índice de produtividade do(a) magistrado(a) nas fases de execução e conhecimento, no primeiro grau, por tribunal.

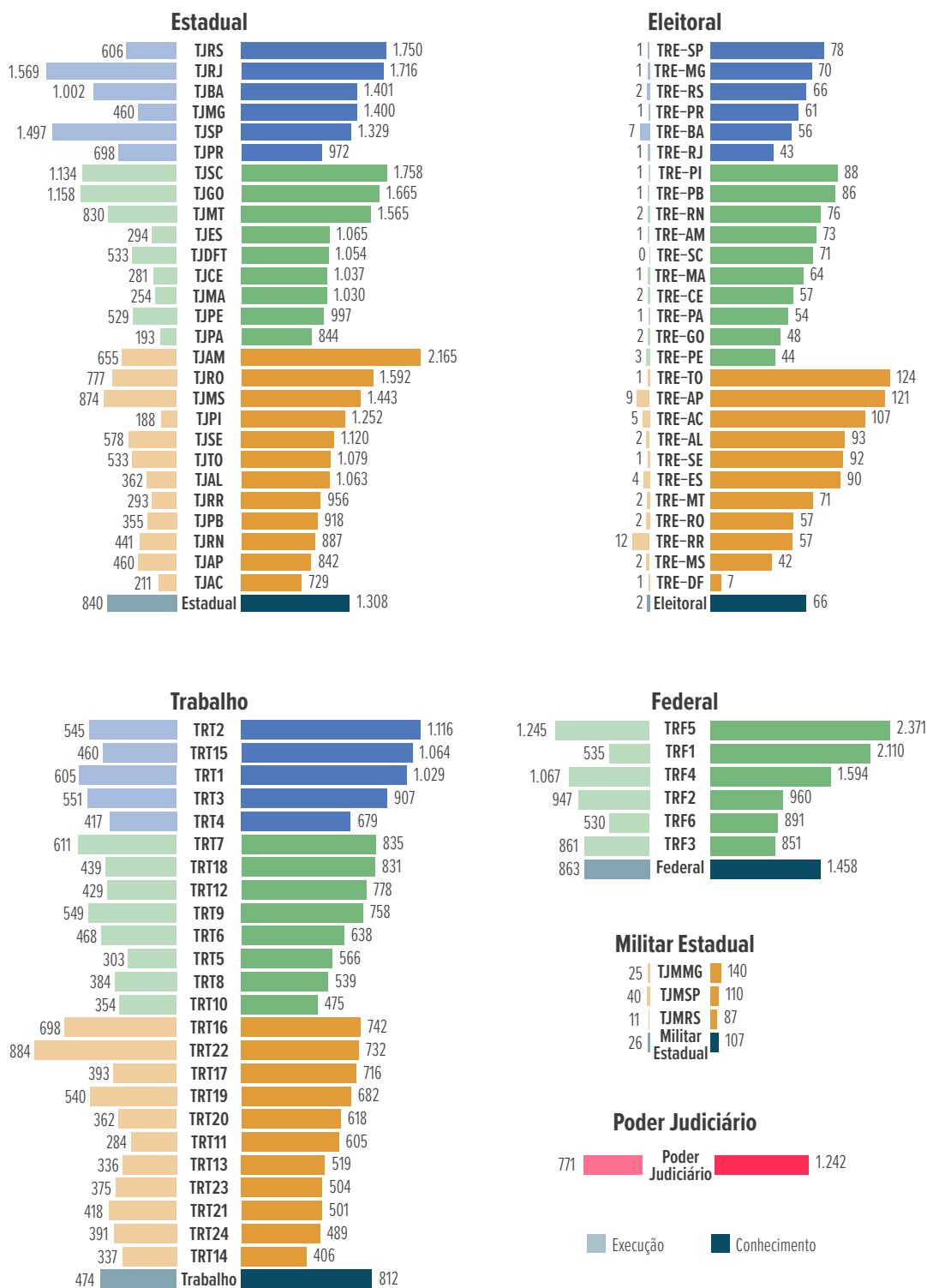


Figura 107 - Série histórica do índice de produtividade dos(as) magistrados(as) (IPM)

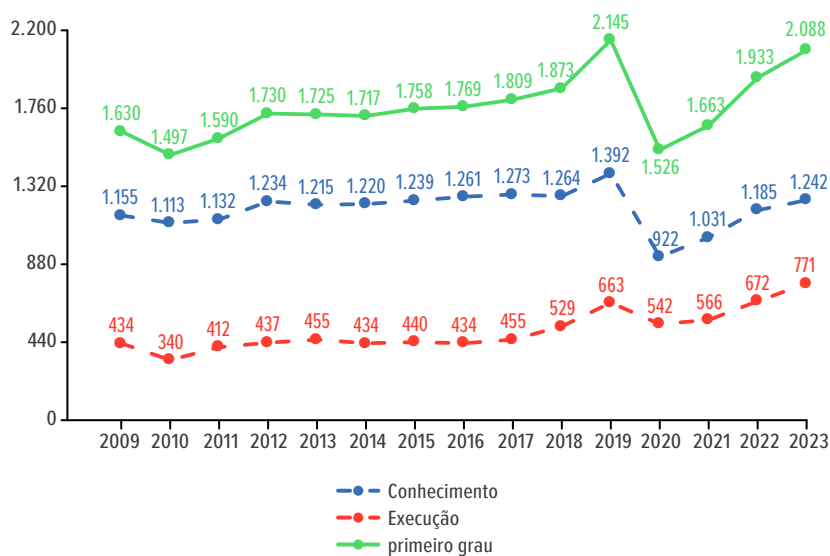


Figura 108 - Série histórica do índice de produtividade dos(as) servidores(as) da área judiciária (IPS-Jud)

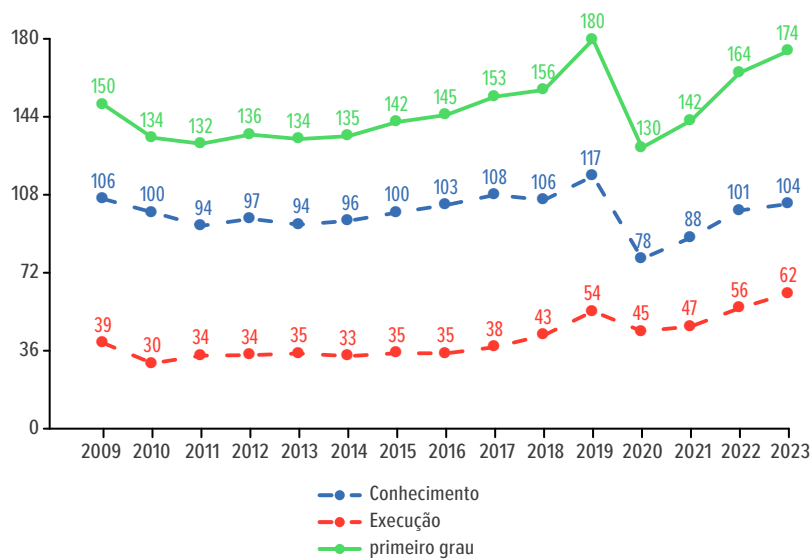
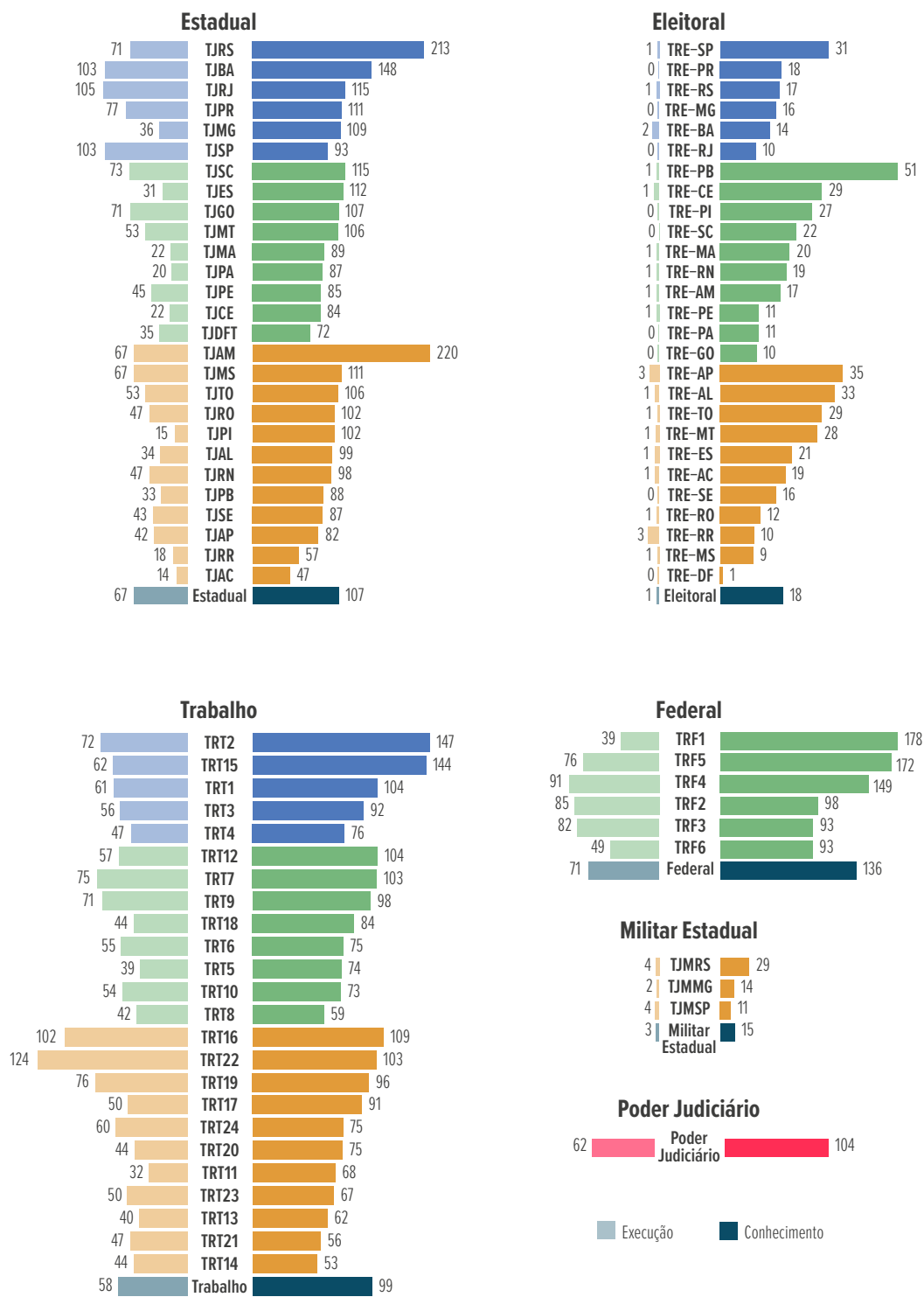


Figura 109 - Índice de produtividade do(a) servidor(a) da área judiciária nas fases de execução e conhecimento, no primeiro grau, por tribunal.



5.3.2 INDICADORES DE DESEMPENHO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO

Neste tópico, são comparados os indicadores de desempenho entre as fases de conhecimento e de execução no primeiro grau, considerando a Taxa de Congestionamento e o Índice de Atendimento à Demanda (IAD).

A Figura 110 mostra que o IAD na fase de conhecimento foi superior a 100% ao longo da série histórica de 2009 a 2019 com redução significativa no ano subsequente, e, apesar do aumento no ano de 2022, permanece abaixo do patamar mínimo desejado de 100%. Além disso, o IAD em conhecimento, que historicamente era superior ao IAD em execução, teve comportamento invertido nos anos de 2020, 2021 e 2023.

Dessa forma, em 2023, o IAD na fase de conhecimento passou a ser menor que o da fase de execução, e atingiu 97% e 103,3%, respectivamente. Esse fator propiciou o aumento no último ano dos casos pendentes de conhecimento (2,2%) em percentual superior ao de execução (0,2%).

Os indicadores por tribunal podem ser visualizados na Figura 111, na qual se verifica que todos os tribunais da Justiça Federal apresentaram baixo IAD na fase de conhecimento, destacando-se o TRF3, com apenas 49% processos baixados por caso novo. Já na fase de execução a Justiça Federal apresentou IAD acima de 100%, com 128%.

Embora, em termos consolidados, o IAD em conhecimento tenha ficado abaixo de 100%, na Justiça Estadual, o indicador atingiu tal patamar, com dezessete dos 27 tribunais acima de 100%.

A Justiça Trabalhista apresenta resultados positivos na fase de conhecimento e negativos na execução, com IAD em 115% na fase de conhecimento e 86% na execução. Enquanto na fase de conhecimento somente dois tribunais possuem IAD abaixo de 100%, na fase de execução o quantitativo sobe para vinte, dos 24 TRTs.

Figura 110 - Série histórica do índice de atendimento à demanda

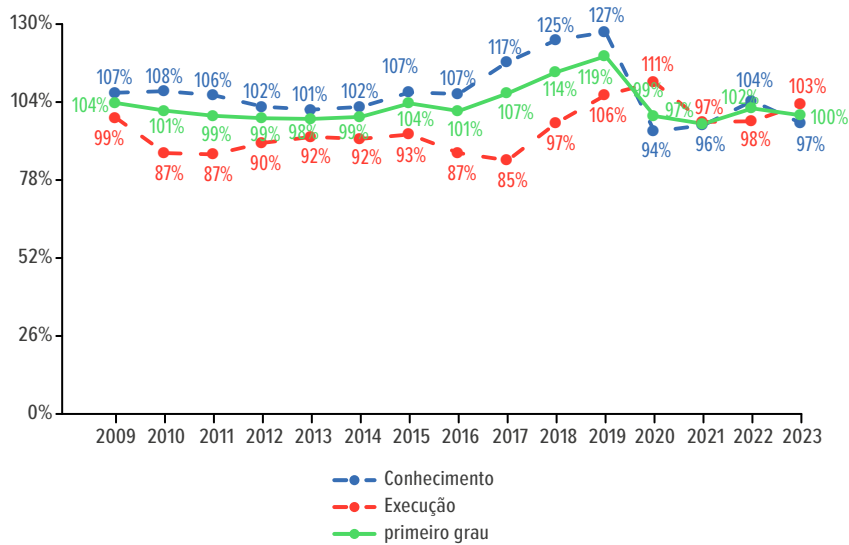
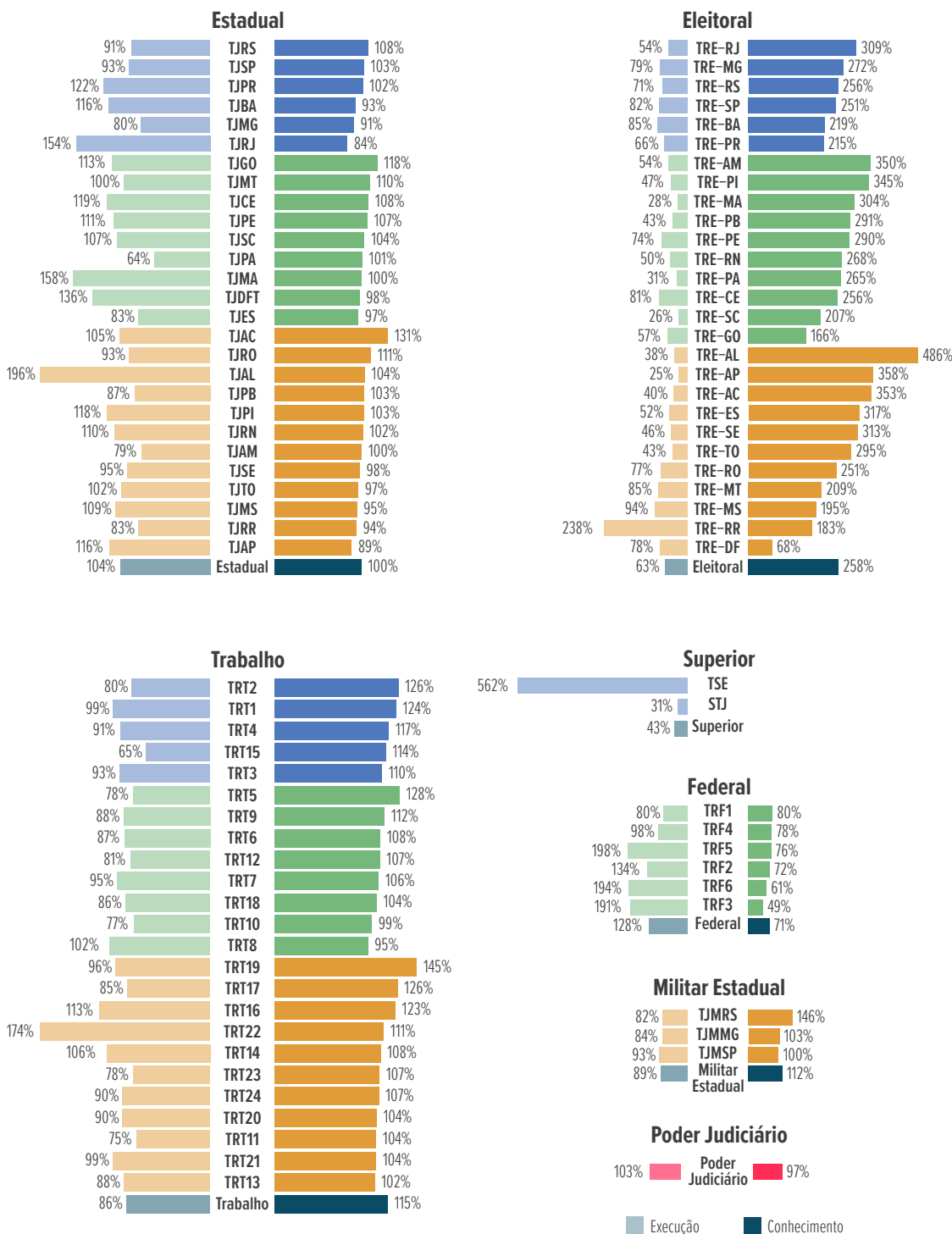


Figura 111 - Índice de Atendimento à Demanda nas fases de execução e conhecimento, no primeiro grau, por tribunal.



A série histórica da taxa de congestionamento apresentada na Figura 112 aponta para valores na execução relativamente estáveis até o ano de 2017, com tendência de queda a partir de 2021, tanto em relação à taxa bruta, como na líquida.

Na fase de conhecimento, houve considerável elevação do índice em 2020 e sucessivos decréscimos após 2021. Desconsiderados os processos de execução, a taxa de congestionamento do primeiro grau do Judiciário reduz dos atuais 72,5% para 64,8%. Retirando também os processos suspensos, sobrestados e em arquivo provisório, a taxa líquida de congestionamento chega a 60,5% na fase de conhecimento.

Em todos os segmentos de justiça, a taxa de congestionamento da fase de execução supera a da fase de conhecimento, com uma diferença que chega a 16 pontos percentuais no total e que varia bastante por tribunal.

Desconsideradas a Justiça Eleitoral e a Justiça Militar Estadual, a maior diferença é de 45 pontos percentuais no TRT19. Apenas dois tribunais apresentam situação inversa, com maior congestionamento no conhecimento: TJAP e TRF2.

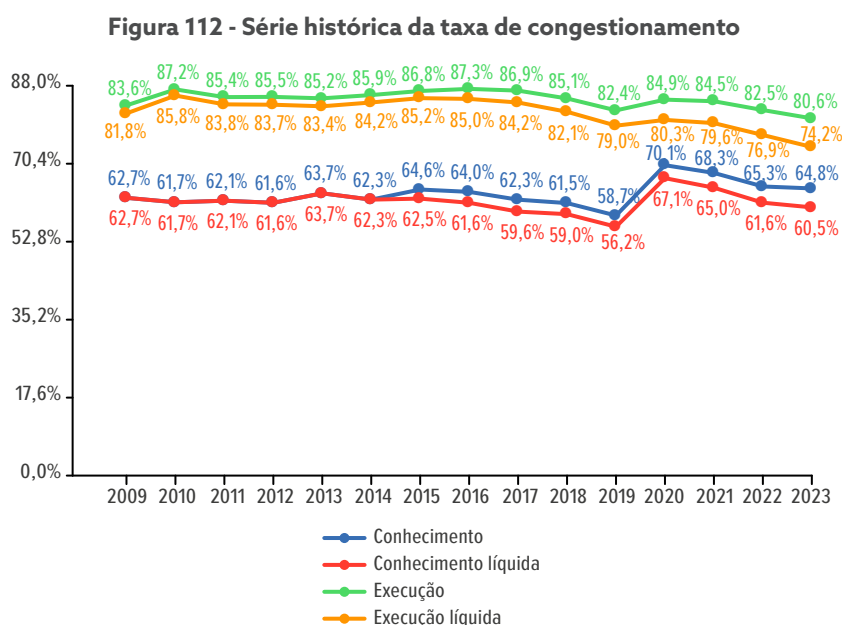
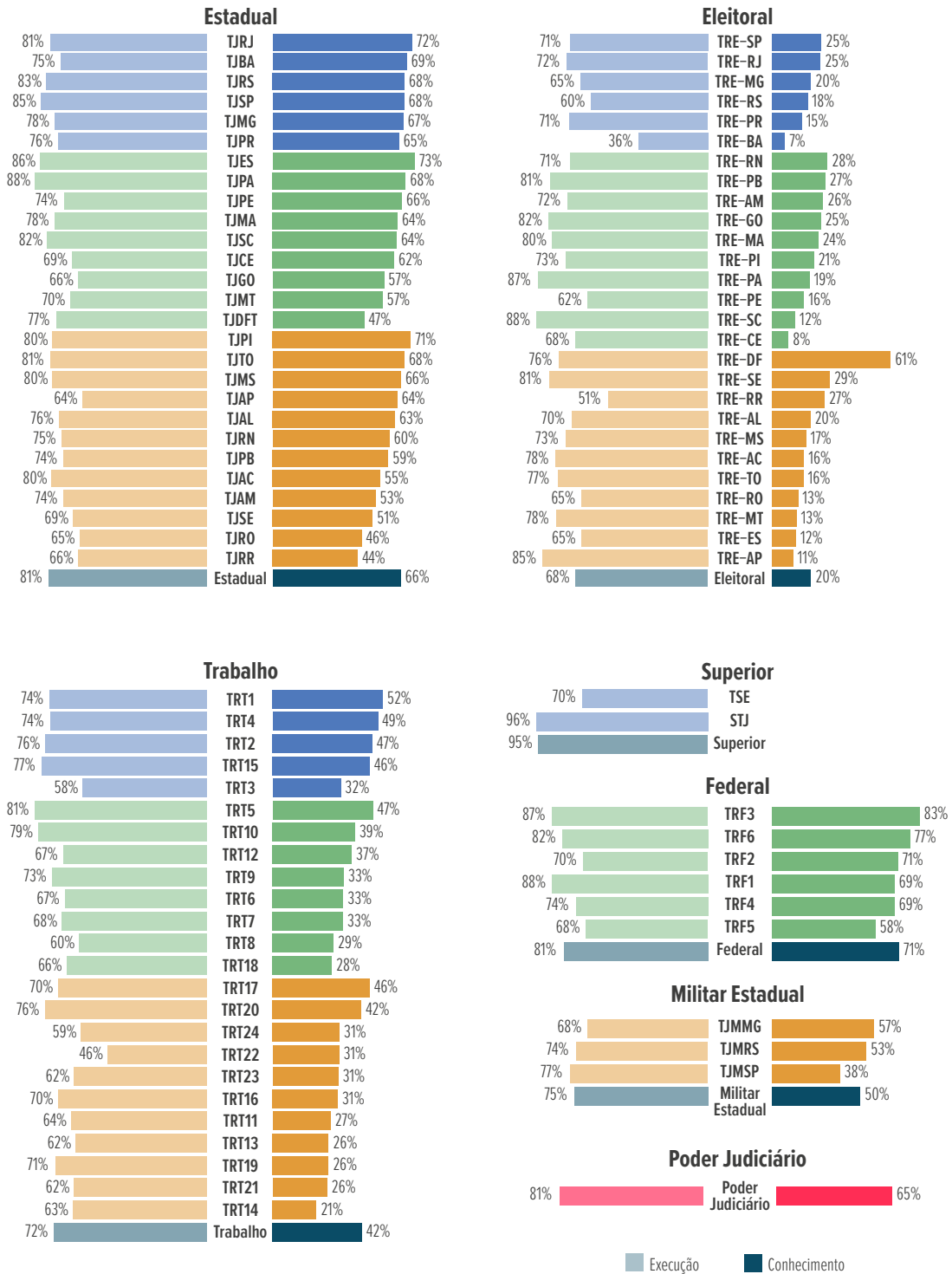


Figura 113 - Taxa de congestionamento nas fases de execução e conhecimento, no primeiro grau, por tribunal.



5.4 EXECUÇÕES FISCAIS

Com a edição da Resolução CNJ n. 547, em 22 de fevereiro de 2024 - que instituiu medidas de tratamento das execuções fiscais pendentes (tema 1184 - Repercussão Geral/STF) - é oportuna a inclusão de dispositivo específico, no Relatório Justiça em Números 2024, para observar a problemática dessas execuções apontadas como o principal fator de morosidade do Poder Judiciário.

Historicamente, as execuções fiscais têm sido apontadas como o principal fator de morosidade do Poder Judiciário. O processo de execução fiscal chega ao Poder Judiciário depois que as tentativas de recuperação do crédito tributário restaram frustradas na via administrativa, provocando sua inscrição na dívida ativa.

Dessa forma, o processo judicial acaba por repetir etapas e providências de localização do devedor - ou de patrimônio capaz de satisfazer o crédito tributário - já adotadas, sem sucesso, pela administração fazendária ou pelo conselho de fiscalização profissional. Chegam ao Judiciário títulos de dívidas antigas ou com tentativas prévias de cobranças e, por consequência, com menor probabilidade de recuperação.

A fim de enfrentar a situação, o CNJ lançou algumas iniciativas de forma coordenada com os Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça. Em outubro de 2023, o CNJ, os TRFs, a PGFN e o CJF assinaram a Portaria Conjunta CNJ n. 7/2023, que tem o objetivo de facilitar a extinção em lote de execuções fiscais cujas certidões de dívida ativa já tenham sido extintas pela prescrição ou por outro motivo, a partir de trocas de dados entre as instituições.

Em fevereiro de 2024, foi aprovada pelo CNJ a Resolução CNJ n. 547/2024, que determina, entre outras medidas, a extinção das execuções fiscais de valor ajuizado inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), desde que sem bens penhorados e sem movimentação útil há mais de um ano.

Além dessas duas medidas, também foram firmados atos conjuntos entre o CNJ, o TJCE e a Procuradoria do Município de Fortaleza (Portaria Conjunta 8/23); entre o CNJ, o TJBA, o TCE/BA e o Município de Salvador (Acordo de Cooperação Técnica 24/23); e entre o CNJ, a AGU, a PGFN, o TJSP e o TJBA, com possibilidade de adesão dos demais TJs (Portaria Conjunta 5/24), a fim de facilitar a extinção em lote de execuções fiscais.

Os processos de execução fiscal representam aproximadamente 31% do total de casos pendentes e 59% das execuções pendentes no Poder Judiciário, com taxa de congestionamento de 87,8%. Ou seja, de cada cem processos de execução fiscal que tramitaram no ano de 2023, apenas 12 foram baixados. Desconsiderando esses processos, a taxa de congestionamento do Poder Judiciário cairia 5,8 pontos percentuais, passando de 70,5% para 64,7% em 2023.

O maior impacto das execuções fiscais está na Justiça Estadual, que concentra 86% dos processos. A Justiça Federal responde por 14%; a Justiça do Trabalho por 0,16%; e a Justiça Eleitoral por apenas 0,01%.

Da mesma forma, o impacto desses processos nos acervos é mais significativo na Justiça Estadual e na Federal. Na Justiça Federal, os processos de execução fiscal correspondem a 33% do seu acervo total de primeiro grau; na Justiça Estadual, a 34%; na Justiça do Trabalho, a 1%; e na Justiça Eleitoral, a 3%.

De acordo com a Figura 114, do total de 26,4 milhões execuções fiscais pendentes: 12,8 milhões (48,5%) estão na Justiça Estadual de São Paulo; 3,3 milhões (12,4%) estão no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; e 1,6 milhão (6,1%) no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (SP/MT).

Juntos, esses três tribunais detêm 67% das execuções fiscais em tramitação no país e 23% do total de processos em trâmite no primeiro grau do Poder Judiciário. Em síntese, duas a cada três execuções fiscais estavam em tramitação nesses tribunais.

Em números percentuais, verifica-se que apesar de as execuções fiscais representarem cerca de 34% do acervo de primeiro grau, pela Figura 115, somente três tribunais possuem percentual superior a essa média: TJSP (54%); TJRJ (49%); e TRF6 (44%).

Pela Figura 116, é possível identificar que o aumento em 0,2% das execuções pendentes deve-se em grande medida ao incremento nas execuções judiciais, com aumento de 28,6% no último ano, pois as execuções fiscais apresentaram sucessivas reduções desde o ano de 2018, com redução de -2,3% no último ano.

O total de execuções fiscais em tramitação retornou ao patamar do ano de 2012. Os casos novos de execução fiscal também reduziram, no ano de 2023, em 21,9%, comparativamente ao ano de 2022.

A taxa de congestionamento na execução fiscal tem se mantido em patamares relativamente estáveis ao longo dos anos, apresentando aumento de 0,9 ponto percentual e culminando em 87,8% em 2023 (Figura 117).

É interessante notar o impacto negativo causado pela execução fiscal nos índices de congestionamento, já que, excluídos tais processos e mesmo mantendo todas as demais execuções judiciais, a taxa de congestionamento do Poder Judiciário seria de 64,7%, ao invés dos atuais 70,5% (Figura 117).

A maior taxa de congestionamento de execução fiscal está na Justiça Federal (87,9%), seguida da Justiça Estadual (87,9%) e da Justiça Eleitoral (83,4%). A menor é a da Justiça do Trabalho (75%), conforme se verifica na Figura 118.

O tempo de giro do acervo desses processos é de 7 anos e 2 meses, ou seja, mesmo que o Judiciário parasse de receber novas execuções fiscais, ainda seria necessário todo esse tempo para liquidar o acervo existente.

Figura 114 - Total de execuções fiscais pendentes, por tribunal.

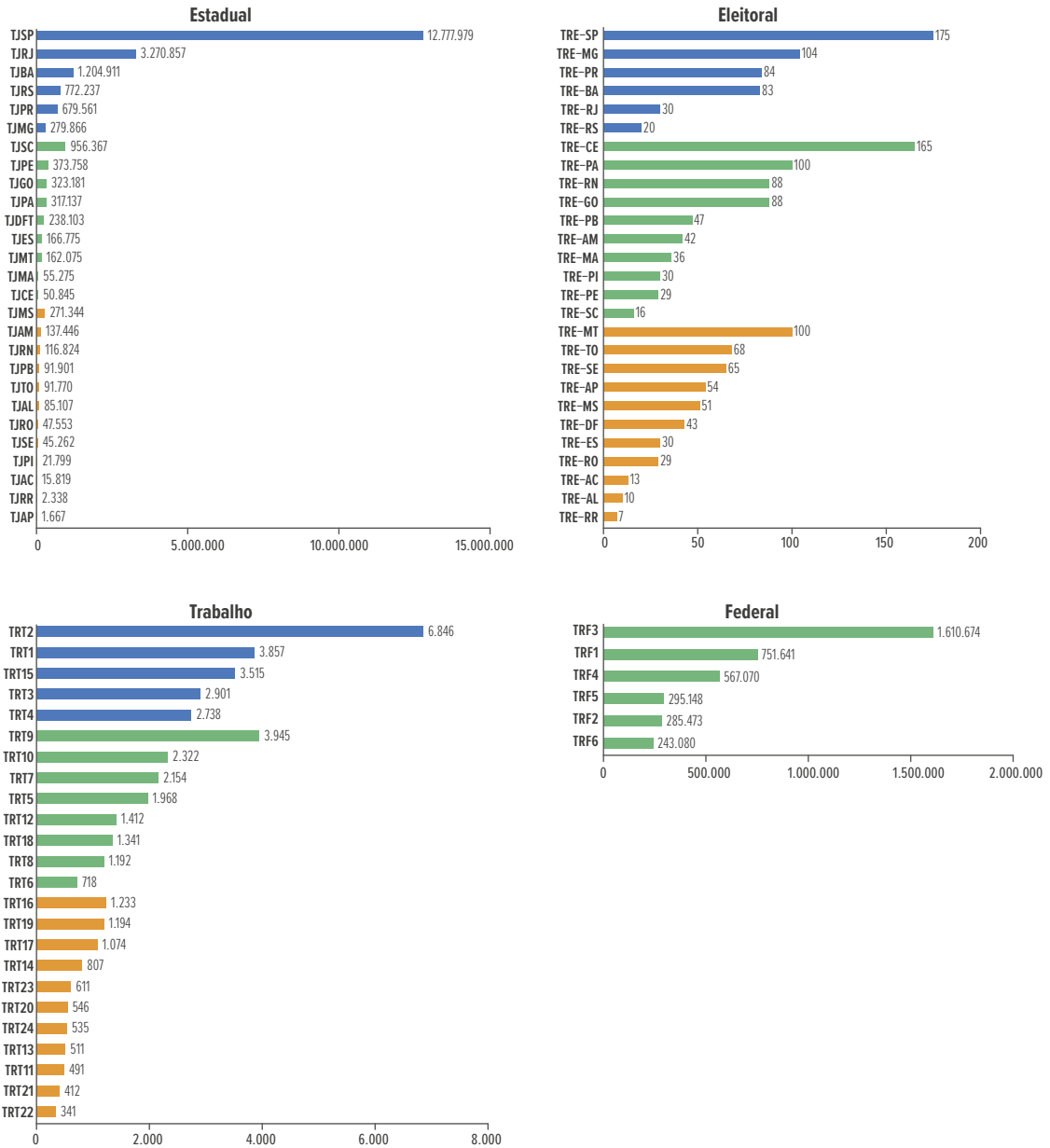


Figura 115 - Total de execuções fiscais pendentes em relação ao total de processos pendentes no primeiro grau, por tribunal.

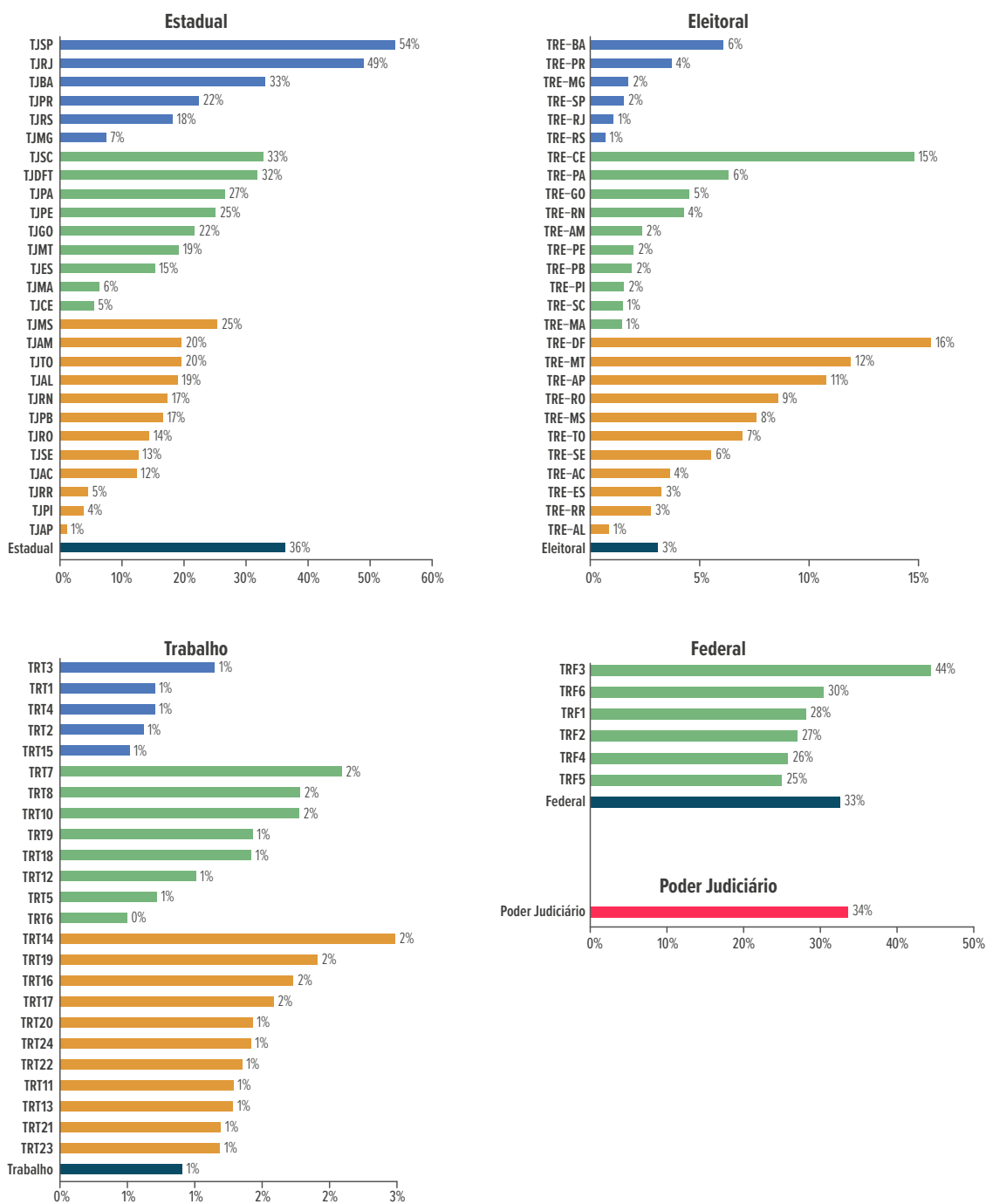


Figura 116 - Série histórica do impacto da execução fiscal nos processos novos e pendentes

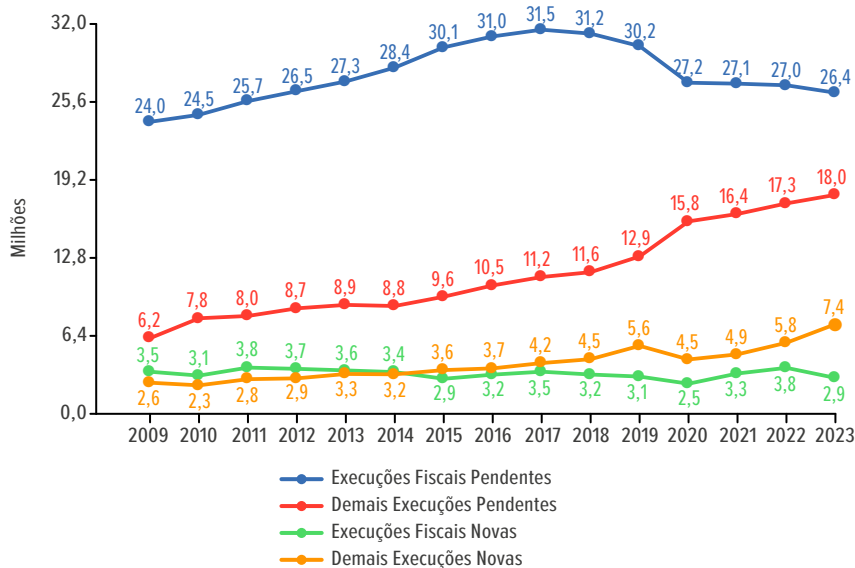


Figura 117 - Série histórica do impacto da execução fiscal na taxa de congestionamento total

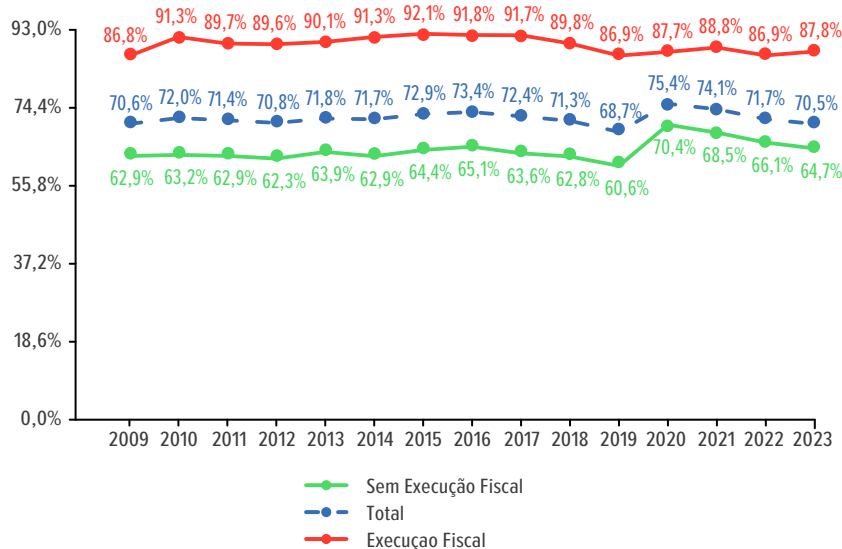
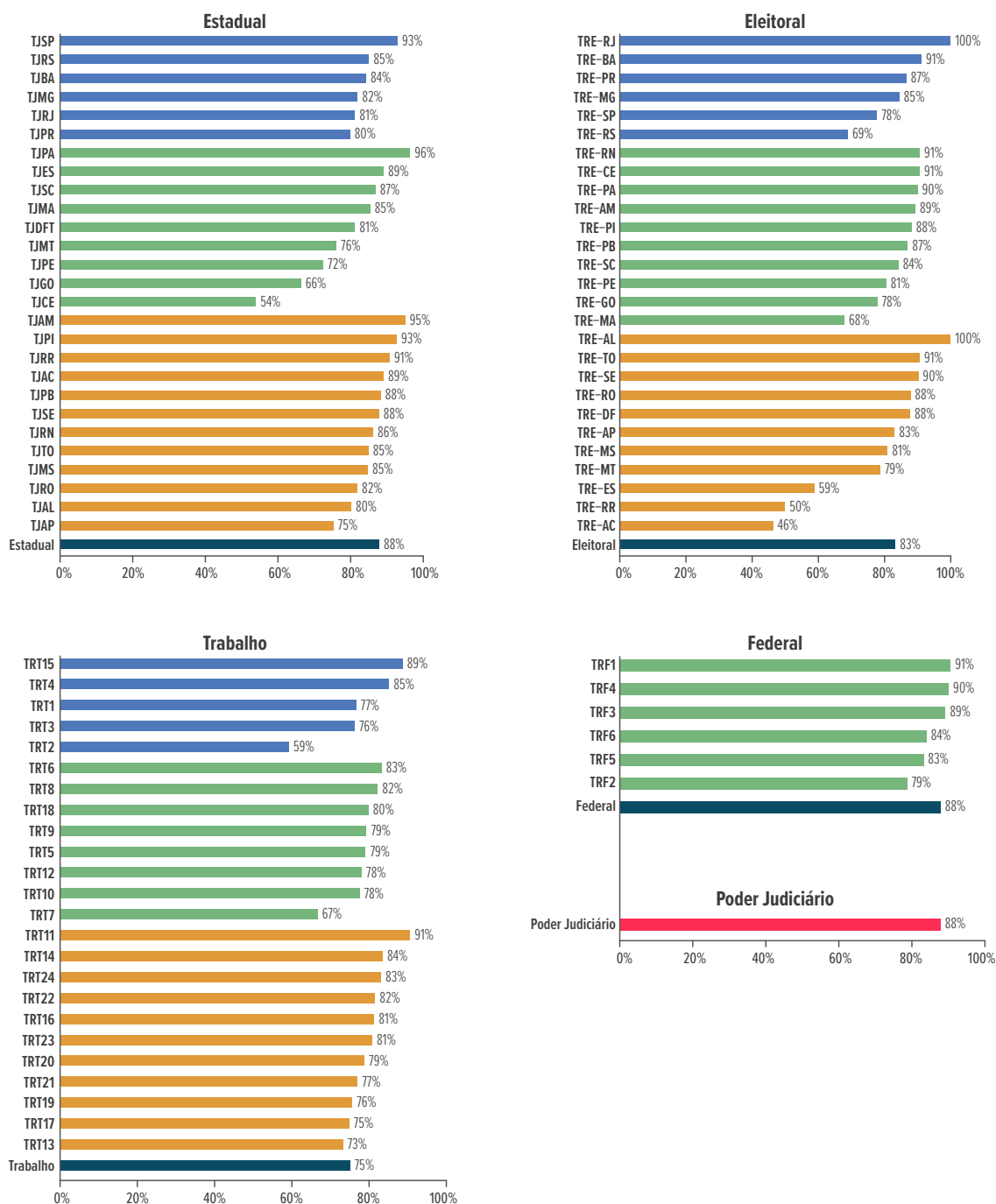


Figura 118 - Taxa de congestionamento na execução fiscal, por tribunal.



O tempo médio de tramitação do processo de execução fiscal baixado no Poder Judiciário é de 7 anos e 9 meses. Verifica-se, na Figura 119, que houve aumento no tempo de baixa em relação ao ano anterior, que pode ter sido ocasionado pela baixa de execuções fiscais muito antigas, impactando na média do indicador.

Ao desconsiderar os processos de execução fiscal, o tempo médio de tramitação do processo baixado passaria de 2 anos e 7 meses para 2 anos e 1 mês no ano de 2023 (Figura 119). O tempo de tramitação do processo baixado quando desconsideradas as execuções fiscais apresenta sucessivos aumentos desde o ano de 2020.

Os tribunais da Justiça Trabalhista apresentam os maiores tempos de tramitação dos processos de execução fiscal, em média, 12 anos e 5 meses (Figura 120). A Justiça Estadual leva uma média 7 anos e 2 meses para baixar um processo de execução fiscal, enquanto a Justiça Federal leva 10 anos e 11 meses. Na Justiça Eleitoral, a duração média é de 6 anos e 10 meses.

Considerando os órgãos da Justiça Estadual, Federal e do Trabalho, o tribunal com maior tempo de tramitação na execução fiscal é o TRF6 (15 anos e 1 mês). Observe-se que os processos do TRF6 foram remetidos pelo TRF1 somente após sua criação, que se deu em agosto de 2022, porém, o tempo de tramitação considera a data do início da execução fiscal, independentemente da distribuição ter ocorrido no TRF1 ou no TRF6²⁴.

Chama atenção o resultado do TJRR, que registrou uma tramitação média de apenas 2 anos e 6 meses.

Em relação ao tempo médio do acervo, verifica-se da Figura 121 que o tempo médio do acervo da execução fiscal, no Poder Judiciário, é de 6 anos e 9 meses, com leve aumento em relação ao ano anterior.

Se desconsiderados os processos de execução fiscal, o tempo médio de tramitação do acervo passaria de 4 anos e 3 meses para 3 anos e 1 mês no ano de 2023 (Figura 121). O tempo de tramitação do acervo quando desconsideradas as execuções fiscais, apresentou redução nos dois últimos anos.

Assim como verificado no tempo médio dos processos baixados, os tribunais da Justiça Trabalhista também apresentam os maiores tempos de tramitação do acervo de execução fiscal, em média 10 anos e 4 meses (Figura 122).

²⁴ Observe-se que os processos do TRF6 foram remetidos pelo TRF1 somente após a criação daquele, em agosto de 2022. Porém, o tempo de tramitação dos processos considera a data do início da execução fiscal, independentemente de a distribuição ter ocorrido no TRF1 ou no TRF6.

O acervo de execução fiscal da Justiça Estadual leva a média de 6 anos e 6 meses em tramitação, enquanto na Justiça Federal essa média é de 8 anos e 4 meses. Na Justiça Eleitoral, o acervo médio é de 6 anos e 5 meses.

Considerando os órgãos da Justiça Estadual, Federal e do Trabalho, o tribunal com maior tempo de acervo de execução fiscal é o TRT16 (12 anos e 6 meses). Chama atenção novamente o resultado do TJRR, que registrou um acervo com apenas 1 ano e 5 meses.

Figura 119 - Série histórica do impacto da execução fiscal no tempo de tramitação do processo baixado

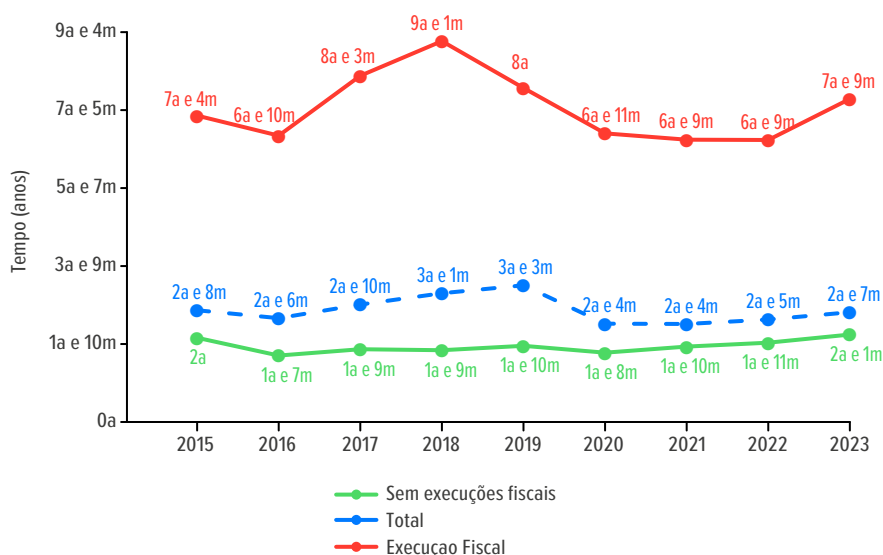


Figura 120 - Tempo de tramitação do processo baixado na execução fiscal, por tribunal.

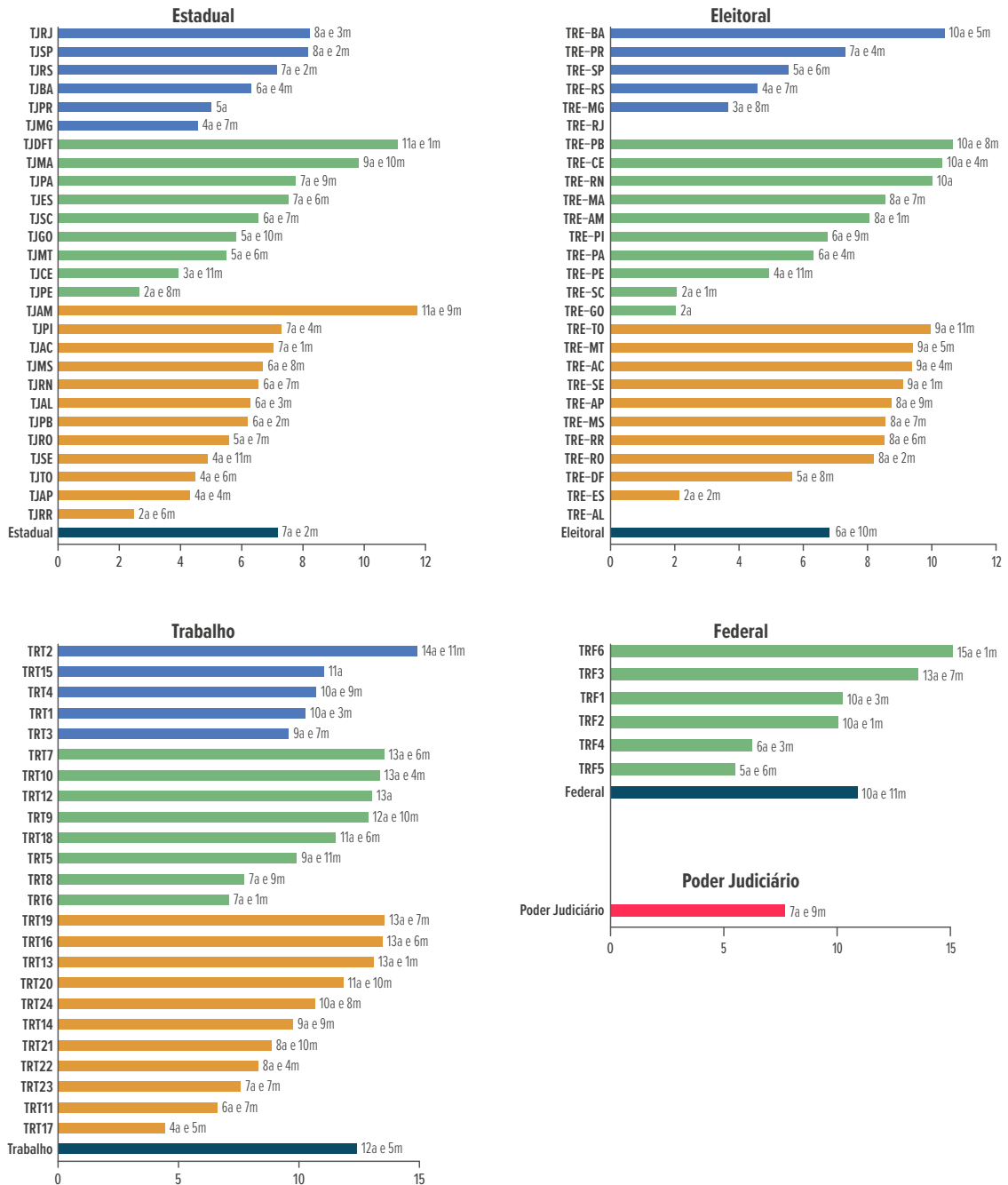


Figura 121 - Série histórica do impacto da execução fiscal no tempo do acervo

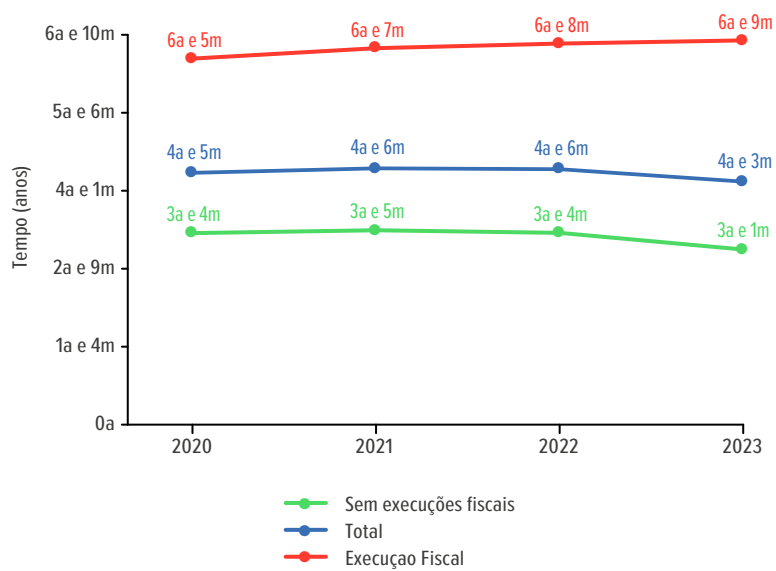
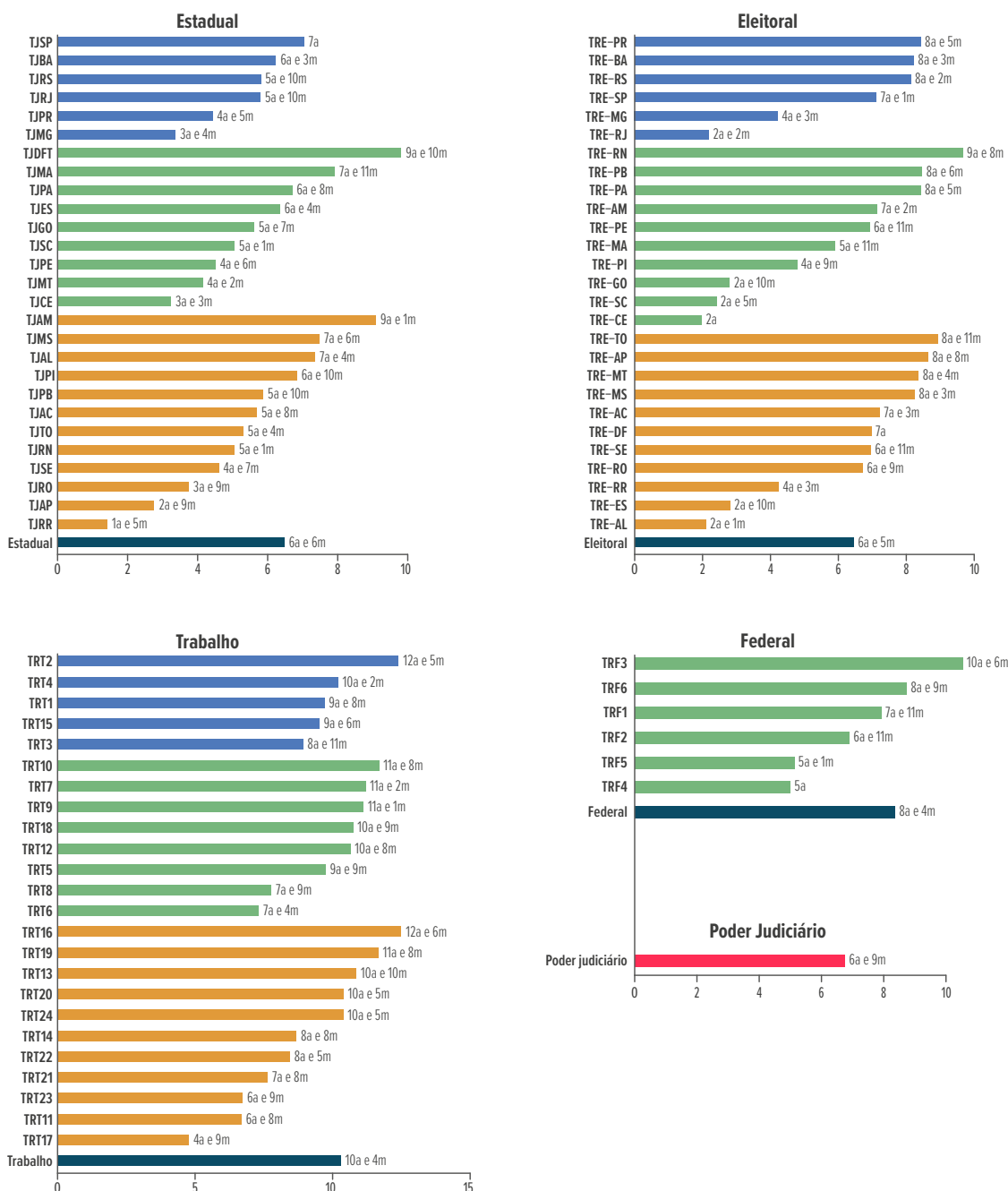


Figura 122 - Tempo de tramitação do acervo de execução fiscal, por tribunal.



6 PROGRAMA DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E ATUAÇÃO INOVADORA

O Judiciário tem investido em fluxos de inovação, com o uso de diversos programas e iniciativas que aceleraram, em um ritmo sem precedentes, a modernização tecnológica e dos métodos de trabalho. O impacto dessas rotinas digitais no funcionamento do Poder Judiciário também foi mensurado por meio de diversos painéis de dados e de instrumentos processuais de observância ao cumprimento das resoluções do CNJ.

Essa mudança de paradigma também se valeu da já consolidada digitalização do acervo processual da Justiça brasileira, migrando do papel para a gestão eletrônica dos documentos judiciais e de outros atos normativos pretéritos. Em 2003, houve a instituição do primeiro sistema de tramitação processual.

Em 2006, foi editada a primeira lei sobre informatização do processo judicial, a Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que passou a permitir o uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais. Já em 2009, foi criado o Processo Judicial Eletrônico (PJe) por meio do Termo de Acordo de Cooperação Técnica n. 073/2009 firmado entre o CNJ, o Conselho da Justiça Federal e os TRFs.

Nos anos seguintes, houve um aumento significativo do índice de digitalização dos acervos processuais. Esses marcos históricos demonstram o constante esforço do Poder Judiciário em se modernizar e empregar eficiência na tramitação dos processos, em observância à Emenda à Constituição n. 45, de 30 de dezembro de 2004, que acrescentou o inciso LXXXVIII ao art. 5º da Constituição Federal, assegurando a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade da tramitação.

O processo judicial depende dos sujeitos do processo, que devem cooperar entre si para que se obtenha em tempo razoável a decisão de mérito justa e efetiva. Com as restrições sanitárias ocorridas em 2020, as demandas usuais do Poder Judiciário que requerem a atuação dos(as) cidadãos(as) e das partes foram impactadas, mas eficientes soluções digitais foram consolidadas nos últimos anos.

Nesse sentido, além de o Poder Judiciário ter desenvolvido medidas reativas especificamente ao direito de acesso à Justiça no contexto pandêmico, no caso o Juízo 100% Digital e o Balcão

Virtual, também foi capaz de planejar e estruturar prospectivamente por meio de uma atuação estratégica de iniciativas digitais encadeadas no Programa Justiça 4.0.

O Poder Judiciário brasileiro demonstra que o Programa Justiça 4.0 foi um dos pilares para contribuir com esse crescente ritmo de informatização e modernização, com iniciativas notáveis, como a Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br), que possibilita a disseminação do uso de um marketplace de serviços digitais jurídicos e beneficia todo o ecossistema dos sistemas de gestão processual eletrônicos, observando-se as peculiaridades regionais e técnicas.

Tem-se ainda, o Balcão Digital, que promove o acesso à Justiça no campo digital e normatiza o uso de instrumentos como a videoconferência para atendimento às partes; e o Juízo 100% digital, que permite a prática de atos processuais de modo remoto.

Em suma, o Poder Judiciário brasileiro ofertou diversas medidas inovadoras e tecnológicas, oportunizando a cooperação entre os sujeitos processuais, que serão a seguir detalhadas. Deve-se pensar nesses processos inovadores como um investimento cujos benefícios serão percebidos também a longo prazo.

Nos anos futuros, será possível identificar diversas políticas judiciárias, boas práticas de trabalho e fluxos de gestão que se basearão na estrutura técnico-jurídica criada com base nesse profícuo trabalho feito no presente para a modernização e consequente aumento de eficiência do Poder Judiciário.

6.1 PROGRAMA JUSTIÇA 4.0

O Programa Justiça 4.0: inovação e efetividade na realização da Justiça tem como finalidade promover o acesso à Justiça, por meio de ações e projetos desenvolvidos para o uso colaborativo de produtos que empregam novas tecnologias e inteligência artificial.

É um catalizador da transformação digital que visa a aprimorar a justiça em um serviço (segundo o conceito de *justice as a service*), aproximando ainda mais esse Poder das necessidades dos(as) cidadãos(as) e ampliando o acesso à justiça. As inovações tecnológicas têm como propósito dar celeridade à prestação jurisdicional e reduzir despesas orçamentárias decorrentes desse serviço público.

Essa iniciativa promoveu um rol de serviços judiciais de fomento à transformação digital, medidas que foram adotadas pelo Poder Judiciário em um ritmo acelerado desde 2020. A página do programa está disponível no link <https://www.cnj.jus.br/tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/justica-4-0/>.

A Justiça Digital propicia o diálogo entre o real e o digital para o incremento da governança, da transparência e da eficiência do Poder Judiciário, com efetiva aproximação com o(a) cidadão(ã) e redução de despesas, e englobam as seguintes ações e iniciativas:

- ▶ Implantação do Domicílio Eletrônico, solução que cria um endereço judicial virtual para centralizar as comunicações processuais, citações e intimações de forma eletrônica às pessoas jurídicas e físicas;
- ▶ Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br), como mecanismo de desenvolvimento colaborativo e oferecimento de multiserviço de soluções de sistemas;
- ▶ Consolidação do DataJud como fonte oficial do Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário e desenvolvimento de ferramentas de transparência e gestão judiciária baseada em evidências;
- ▶ Plataforma Codex, que permite a captura de peças processuais para aplicação de modelos de Inteligência Artificial (IA);
- ▶ Sinapse, plataforma nacional de armazenamento, treinamento supervisionado, controle de versionamento, distribuição e auditoria dos modelos de IA;
- ▶ Implantação do Núcleo de Justiça 4.0;
- ▶ Implantação do Juízo 100% Digital;
- ▶ Implantação do Balcão Virtual;
- ▶ Implantação dos Pontos de Inclusão Digital.

A utilização dessas medidas de inovação foi iniciada no período de excepcionalidade da pandemia e tem se consolidado a cada ano, o que permite acentuar a agilidade e a eficiência do Poder Judiciário.

6.2 JUÍZO 100% DIGITAL E NÚCLEO DE JUSTIÇA 4.0

O Juízo 100% Digital é a possibilidade de o(a) cidadão(ã) valer-se da tecnologia para ter acesso à Justiça sem precisar comparecer fisicamente aos fóruns, uma vez que os atos processuais serão praticados de modo remoto. Essa iniciativa foi regulamentada pela Resolução n. 345/2020.

Por meio da Resolução n. 385/2021, também foram criados os Núcleos de Justiça 4.0, que permitem o funcionamento remoto dos serviços dos tribunais direcionados à solução de litígios específicos, sem exigir que a pessoa compareça ao fórum.

Esse novo modelo de atendimento do Poder Judiciário pretende qualificar as demandas nas varas de primeiro grau, hoje sobrecarregadas, problema que afeta principalmente unidades de comarcas do interior, onde são raras as varas especializadas e os processos judiciais que envolvem diferentes matérias, como família, recuperação, falência, crime, saúde, empresa.

O objetivo dessa medida é possibilitar incremento da celeridade e da eficiência da prestação jurisdicional, por meio do uso de tecnologia, permitindo que os serviços prestados presencialmente por outros órgãos do tribunal, como os de solução adequada de conflitos, cumprimento de mandados, centrais de cálculos, tutoria e outros, possam ser convertidos à modalidade eletrônica

O Juízo 100% Digital é optativo, mas acompanha a agilidade do mundo contemporâneo, beneficiando os(as) advogados(as) e todos(as) os(as) que consideram a duração razoável dos processos como direito fundamental do(a) cidadão(ã).

O objetivo do novo modelo é garantir às pessoas que precisam da Justiça o direito fundamental de duração razoável dos processos, com mais celeridade, segurança, transparência, produtividade e acessibilidade, bem como promover a redução dos gastos públicos. A escolha por esse procedimento será exercida pela parte demandante no momento da distribuição da ação, podendo a parte demandada se opor a essa opção até o momento da contestação.

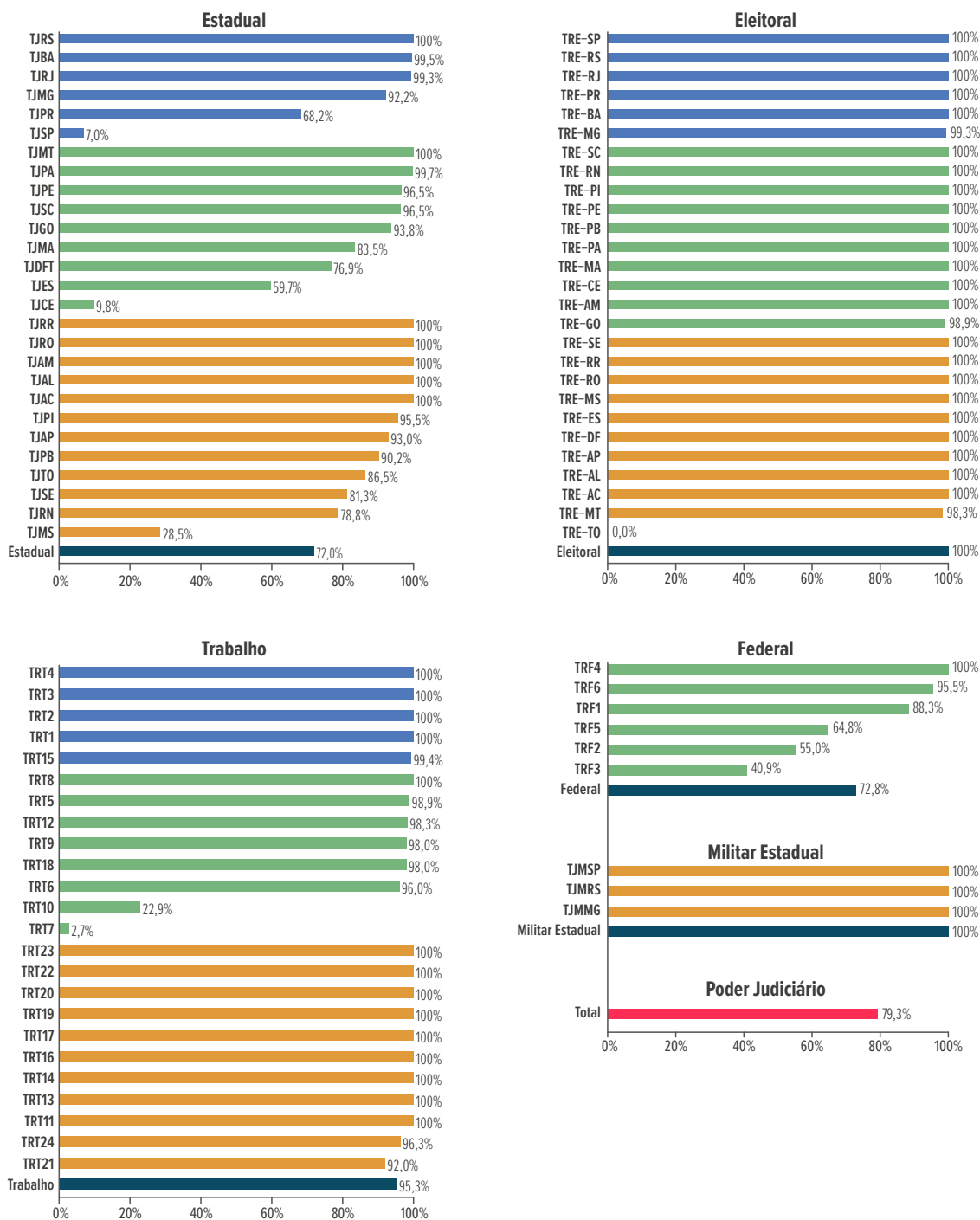
O CNJ acompanha os dados das unidades cadastradas como 100% digital, como Núcleo de Justiça 4.0 e as que possuem balcão virtual por meio do sistema Módulo de Produtividade Mensal (MPM), que consiste em um cadastro de unidades judiciárias, de magistrados(as), de servidores(as) e de profissionais do quadro auxiliar.

Nesse contexto, foi desenvolvido um painel de mapeamento da implantação do Juízo 100% e dos Núcleos de Justiça 4.0, que tem como fonte de dados o MPM, disponível em: <https://www.cnj.jus.br/tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/justica-4-0/projeto-juizo-100-digital/mapa-de-implantacao/>.

A Figura 123 demonstra o percentual de unidades judiciárias de primeiro grau que possuem Juízo 100% Digital, o que representa cerca de 79,3% de adesão. Ao todo 49 Tribunais já apresentam 100% de adesão ao Juízo 100% Digital.

Os únicos que ainda possuem menos de 90% das unidades cadastradas na modalidade 100% digital são: TRE-TO, TJCE, TJDFT, TJES, TJMA, TJMS, TJPR, TJRN, TJSE, TJSP, TJTO, TRF1, TRF2, TRF3, TRF5, TRT10, TRT7.

Figura 123 - Percentual de unidades judiciárias de primeiro grau com Juízo 100% Digital



Quanto ao Núcleo de Justiça 4.0, segundo dados do Painel de Implantação, existem 314 unidades judiciárias em funcionamento. No Núcleo de Justiça 4.0, os processos tramitam por meio do Juízo 100% Digital e a estrutura é totalmente virtual, voltada ao atendimento de demandas especializadas com competência sobre toda a área territorial situada dentro dos limites da jurisdição do tribunal.

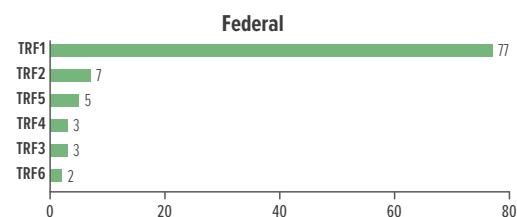
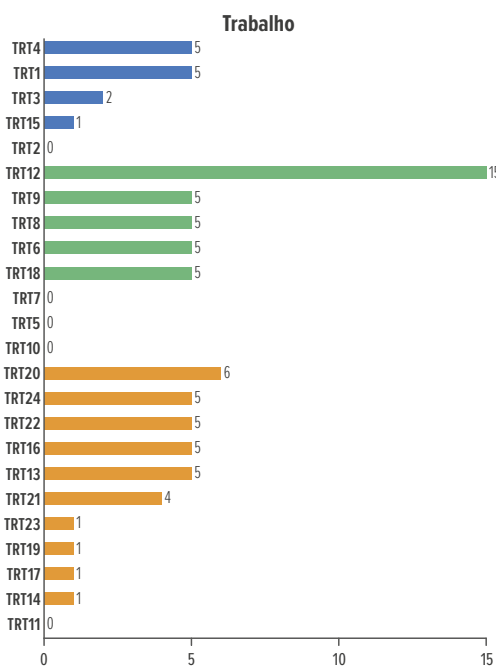
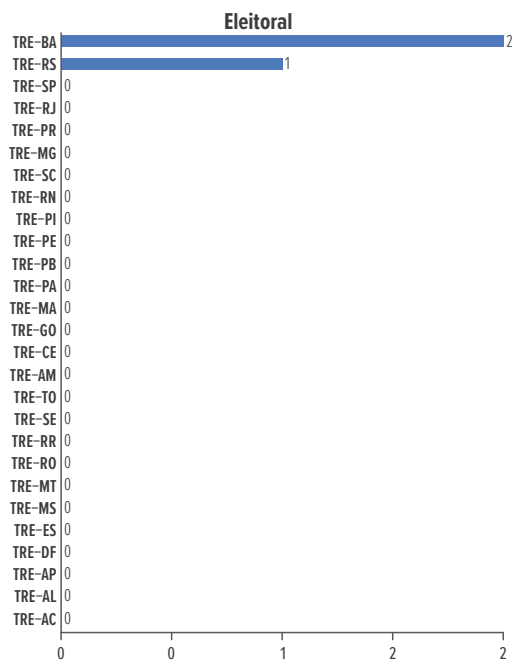
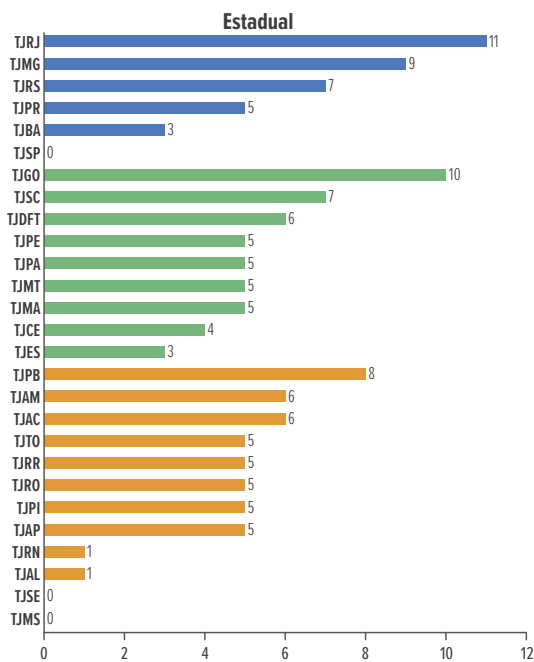
Estão contabilizadas na Figura 124 as unidades judiciárias e as unidades de apoio. Os núcleos de justiça 4.0 de apoio direto são as previstos na Resolução CNJ n. 398 de 9 de junho de 2021, que, segundo art. 1º, podem ser instituídos pelos tribunais para atuar, como apoio às unidades judiciais, em processos que abarquem questões especializadas em razão de sua complexidade, de pessoa ou de fase processual.

Também podem ser constituídos núcleos da espécie para auxílio em: processos repetitivos ou de direitos individuais homogêneos; relativos a precedentes obrigatórios (IAC e IRDR); em situação de descumprimento das metas nacionais; e com elevado prazo para: i) a realização de audiência ou sessão de julgamento ou ii) para elaboração de sentença ou voto”.

Chama atenção o dado do TRF1, com 77 Núcleos de Justiça 4.0, o que representa 24,5% de todos os núcleos criados no judiciário nacional. Contudo, de acordo com o painel do Mapa de Implantação²⁵, apenas um núcleo do TRF1 é especializado, que é o de Oiapoque, sendo os demais criados como adjuntos às turmas recursais.

²⁵ Painel disponível em https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=e18463ef-ebdb-40d0-aaf7-14360dab55f0&sheet=75c11f90-f69d-4281-8a6c-fd6bcb9ff500&lang=pt-BR&theme=cnj_theme&opt=ctxmenu,currsel, acesso em mai/2024

Figura 124 - Quantidade de Núcleos de Justiça 4.0 nos tribunais



6.3 BALCÃO VIRTUAL

O projeto Balcão Virtual tem o objetivo de disponibilizar no sítio eletrônico de cada tribunal uma ferramenta de videoconferência que permita imediato contato com o setor de atendimento de cada unidade judiciária (popularmente denominado como balcão) durante o horário de atendimento ao público.

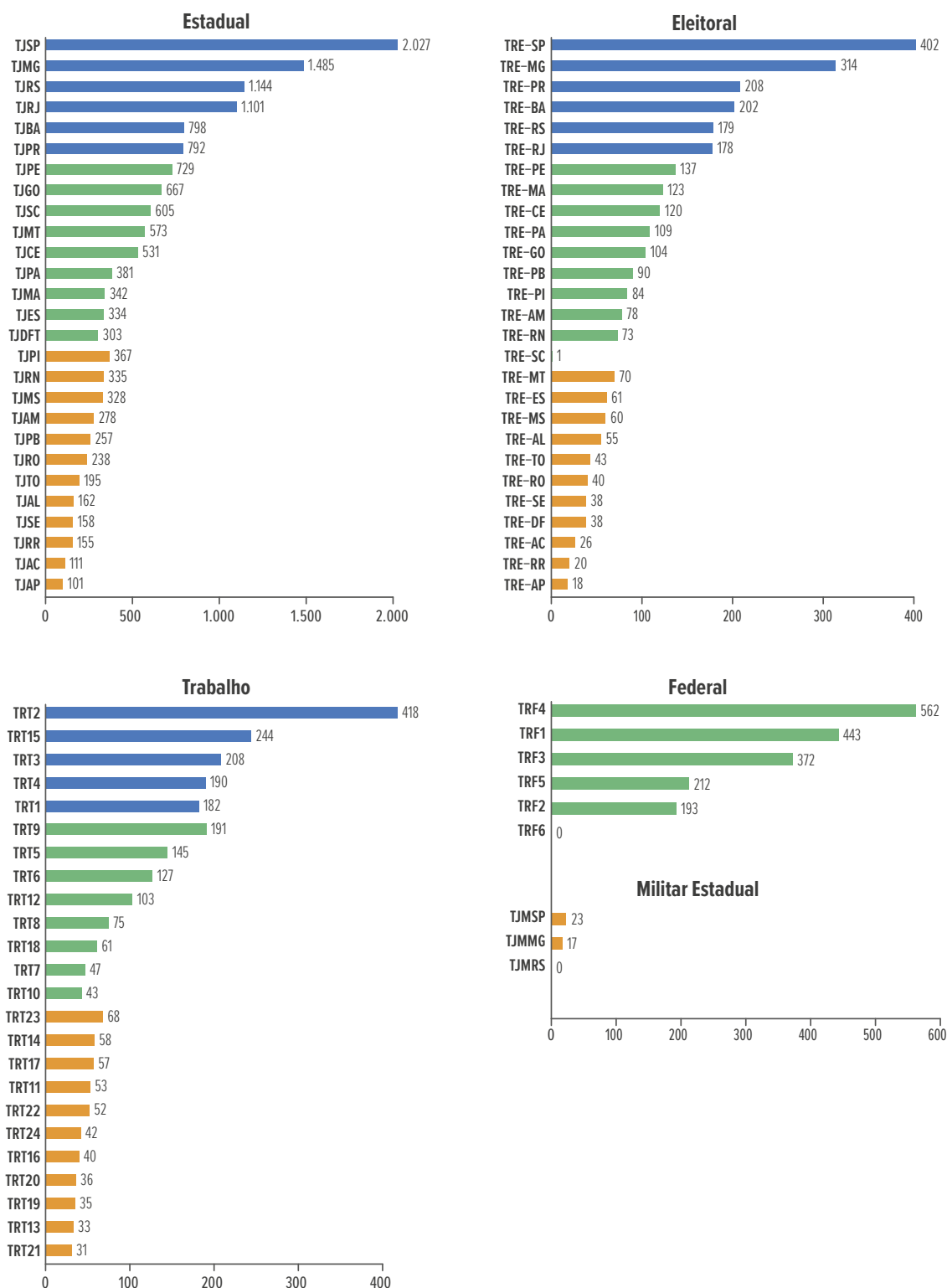
A iniciativa foi regulamentada por meio da Resolução CNJ n. 372/2021, em atenção à necessidade de manutenção de um canal permanente de comunicação entre os jurisdicionados e as secretarias e serventias judiciais durante o horário de atendimento ao público.

A referida medida permite simular em ambiente virtual o atendimento presencial prestado nas unidades jurisdicionais. Trata-se de exitosa experiência iniciada no Tribunal Regional do Trabalho da 14^a Região, que também considera a necessidade de redução dos custos indiretos decorrentes do ajuizamento da demanda, com diminuição do deslocamento físico das partes e dos(as) advogados(as) para as dependências do fórum, e as mudanças introduzidas nas relações e nos processos de trabalho em virtude do fenômeno da transformação digital.

São 21.751 pontos de balcão virtual em funcionamento. Naturalmente, a maior quantidade está na Justiça Estadual, com balcão virtual em 14.497 unidades, seguida pela Justiça Eleitoral (2.871 unidades), pela Justiça do Trabalho (2.542 unidades) e pela Justiça Federal (1.782 unidades).

Alguns pontos de balcão virtual podem servir para atendimento de mais de uma unidade, situação muito comum no segundo grau, em que o balcão é instalado em unidades como secretarias, por exemplo.

Figura 125 - Quantidade de Balcões Virtuais instalados



6.4 PLATAFORMA DIGITAL DO PODER JUDICIÁRIO

A PDPJ-Br tem como finalidade incentivar o desenvolvimento colaborativo entre os tribunais, preservando os sistemas públicos em produção, ao tempo em que consolida a política para a gestão e expansão do PJe.

Foi criada pela Resolução CNJ n. 335, de 29 de setembro de 2020, que institui a política pública para a governança e a gestão de processo judicial eletrônico.

Assim, a norma integra os tribunais do país com a criação da PDPJ-Br e mantém o sistema PJe como o sistema de processo eletrônico prioritário do Poder Judiciário brasileiro.

O principal objetivo desse normativo é modernizar a plataforma do Processo Judicial Eletrônico e transformá-la em um sistema multisserviço que permita flexibilidade aos tribunais para realizar adequações, conforme suas necessidades, e que garanta, ao mesmo tempo, a unificação do trâmite processual no país. Emprega conceitos inovadores, como a adoção obrigatória de microsserviços, computação em nuvem, modularização, experiência do usuário (*User Experience – UX*) e uso de IA.

A plataforma permite o oferecimento de multisserviços e com possibilidade de ser adaptada conforme necessidades e demandas específicas dos tribunais. Dessa forma, reconhece-se que, além do PJe, há outros sistemas públicos e gratuitos. Assim, os desenvolvimentos das plataformas passam a ser realizados de forma colaborativa, impedindo a duplicação de iniciativas para atender às mesmas demandas, mediante tecnologia e metodologia fixadas pelo CNJ.

O funcionamento desse modelo promove dois fatores: agregação dos tribunais e governança. E aqui encontra-se outro norte da normatização proposta.

Pretende-se com isso consolidar no Judiciário brasileiro a política para a gestão de processo judicial eletrônico, integrando todos os tribunais do país, finalizando os conflitos sobre qual é o melhor sistema e mantendo o sistema PJe como sistema de Processo Eletrônico patrocinado pelo CNJ e principal motor da nova política.

Destacam-se como pontos principais:

- 1) a definição contratação de sistemas privados, mantendo-se a tradição da não dependência tecnológica;
- 2) o reconhecimento de que os sistemas públicos, ou seja, desenvolvidos internamente pelos tribunais, são válidos e podem se conformar à política pública de consolidação da

PDPJ-Br, com a premissa de que os novos desenvolvimentos serão realizados no modelo da Plataforma;

- 3) a definição da plataforma tecnológica de processo judicial como uma política pública;
- 4) a possibilidade de utilização de nuvem inclusive provida por pessoa jurídica de direito privado, mesmo na modalidade de integrador de nuvem (broker).

6.5 CODEX

O Codex é uma plataforma nacional desenvolvida pelo Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO) em parceria com o CNJ que consolida as bases de dados processuais e, assim, provê o conteúdo textual de documentos e dados estruturados.

Cuida-se de repositório de informações processuais, que pode ser consumido pelas mais diversas aplicações: a produção de painéis e relatórios de inteligência de negócios (*business intelligence*); a implementação de pesquisas inteligentes e unificadas; e o fornecimento de dados para a criação de modelos de IA.

Conforme dados disponíveis no painel de monitoramento que pode ser acessado no link <https://metabase.ia.pje.jus.br/public/dashboard/d4c8362c-4150-4359-96c9-b5cb1f64f15>, em abril de 2024 já existiam 237,8 milhões de processos armazenados, incluídos processos baixados ou em tramitação.

6.6 PAINEL DE ESTATÍSTICAS

O “Painel de Estatística” integra Painel Justiça em Números e segue os preceitos da Resolução CNJ n. 333, de 21 de setembro de 2020, que determina a inclusão de campo/espço denominado “Estatística” na página principal dos sítios eletrônicos dos órgãos do Poder Judiciário, possibilitando o fácil acesso às informações consolidadas e a tomada de decisões com uso de dados atuais e confiáveis, podendo ser acessado no seguinte endereço: <https://www.cnj.jus.br/datajud/painel-estatistica>.

São reunidos dados abertos, painéis de *Business Intelligence* e relatórios estatísticos referentes à atividade-fim do Poder Judiciário. A ferramenta permite consulta pública para qualquer unidade judiciária e por meio de filtros e segmentações, é possível acessar dados, como número de

processos novos, pendentes e conclusos por ramo de Justiça, tribunal, grau e órgão julgador, além da quantidade de processos sem movimentação há mais de 100 dias.

O painel apresenta, ainda, quadros comparativos entre os tribunais e as séries históricas, além de disponibilizar informações dos indicadores de desempenho da Justiça, como percentual de processos eletrônicos, taxa de congestionamento e índice de atendimento à demanda. Na aba Mapas, os dados sobre processos e produtividade são disponibilizados de forma georreferenciada.

No painel, pode-se identificar gargalos de varas com maior ou menor taxa de congestionamento, com mais processos conclusos ou menos e com processos pendentes. Ao exibir dados processuais e de produtividade, a ferramenta auxilia a gestão das unidades judiciárias, garantindo eficiência e transparência às atividades do Poder Judiciário.

O painel possui uma API (do inglês, *Application Programming Interface*) que permite consulta a nível de processo judicial, sendo possível identificar o número único do processo, a classe, os assuntos de cada ação em tramitação, julgada, ingressada no judiciário, por exemplo.

Em 2023, o painel passou a disponibilizar a possibilidade de as unidades judiciárias acessarem seus indicadores de audiência de conciliação realizadas e as quantidades de sentenças proferidas, além de apresentar aba com indicadores exclusivos para realizar análise dos processos que estão há mais de 15 anos sem julgamento por procedimento e por assunto.

A atualização é mensal, com base nos dados disponíveis no DataJud. Coletada de maneira automática, as informações passam a ter mais consistência e mais detalhes. Sobre detalhamento, este Relatório veicula, no Anexo B, um passo a passo e exemplo de como utilizar tanto o painel de estatísticas judiciárias, como para o painel de Dados de Pessoal do Poder Judiciário e de grandes litigantes, de modo a auxiliar, ainda mais, o laboro de pesquisar e compreender o Poder Judiciário brasileiro.

6.7 PONTOS DE INCLUSÃO DIGITAL (PID)

Os Pontos de Inclusão Digital (PID) foram instituídos inicialmente pela Recomendação CNJ n. 130/2022. Após, em 22 de junho de 2023, foi editada nova regulamentação, que detalhou e aprimorou as regras de criação e instalação dos PIDs pelos órgãos do Poder Judiciário: Resolução CNJ n. 508/2023.

O PID consiste em sala ou espaço equipado com computadores e câmeras e que estejam disponíveis para acesso aos(às) cidadãos(ãs). Os espaços devem funcionar como facilitadores da

prática de atos processuais, tais como depoimentos de partes, de testemunhas e de outros colaboradores da justiça, por sistema de videoconferência, bem como auxiliar no atendimento por meio do Balcão Virtual, instituído pela Resolução CNJ n. 372/2021.

O objetivo dos PIDs é viabilizar serviços de utilidade pública ao(às) cidadão(ã), nos níveis municipal, estadual e federal e de todos os três Poderes da República²⁶.

Preferencialmente, os PIDs devem ser criados em parceria entre tribunais de mais de um segmento de justiça e que possuam jurisdição nas mesmas localidades, instalando-se os pontos de apoio à população em cidades, povoados, aldeias e distritos que não sejam sede de comarca ou de unidade física do Poder Judiciário.

Conforme já visto no capítulo destinado ao diagnóstico da estrutura do Poder Judiciário, o desafio é criar pontos de acesso à justiça nos 3.074 municípios brasileiros que não são sede de comarca, muito embora tais localidades abarquem somente 11,7% da população residente.

De acordo com a Resolução CNJ n. 508/2023, os PIDs são classificados em quatro níveis, de acordo com os serviços que oferecem:

- ▶ PID nível 0: com atendimento virtual de apenas 1 (um) ramo do Poder Judiciário;
- ▶ PID nível 1: com atendimento virtual de pelo menos 2 (dois) ramos do Poder Judiciário;
- ▶ PID nível 2: com atendimento virtual de pelo menos 2 (dois) ramos do Poder Judiciário e pelo menos 1 (um) dos seguintes órgãos: Defensoria Pública, Ministério Público, Procuradorias Públicas e/ou Advocacia Pública da União, Polícias, Municípios e outros órgãos da administração pública direta e indireta de qualquer nível;
- ▶ PID nível 3: com atendimento virtual de pelo menos 3 (três) ramos do Poder Judiciário e pelo menos 2 (dois) dos seguintes órgãos: Defensoria Pública, Ministério Público, Procuradorias Públicas e/ou Advocacia Pública da União, Polícias, Municípios e outros órgãos da administração pública direta e indireta de qualquer nível, além de sala e equipamentos para atendimento presencial destinado à realização de perícias médicas;
- ▶ PID nível 4: com atendimento virtual de pelo menos 4 (quatro) ramos do Poder Judiciário e pelo menos 3 (três) dos seguintes órgãos: Defensoria Pública, Ministério Público, Procuradorias Públicas e/ou Advocacia Pública da União, Polícias, Municípios e outros órgãos

26 Informações disponíveis em <https://www.cnj.jus.br/sistemas-e-servicos/ponto-de-inclusao-digital-pid/>. Acesso em mai/2024.

da administração pública direta e indireta de qualquer nível, além de sala e equipamentos para atendimento presencial destinado à realização de perícias médicas, e ainda atendimento de cidadania com a cooperação de entidades privadas e da sociedade civil.

A página <https://www.cnj.jus.br/sistemas-e-servicos/ponto-de-inclusao-digital-pid/> detalha algumas informações sobre o projeto, que inclui um painel que lista os PIDs já instalados²⁷.

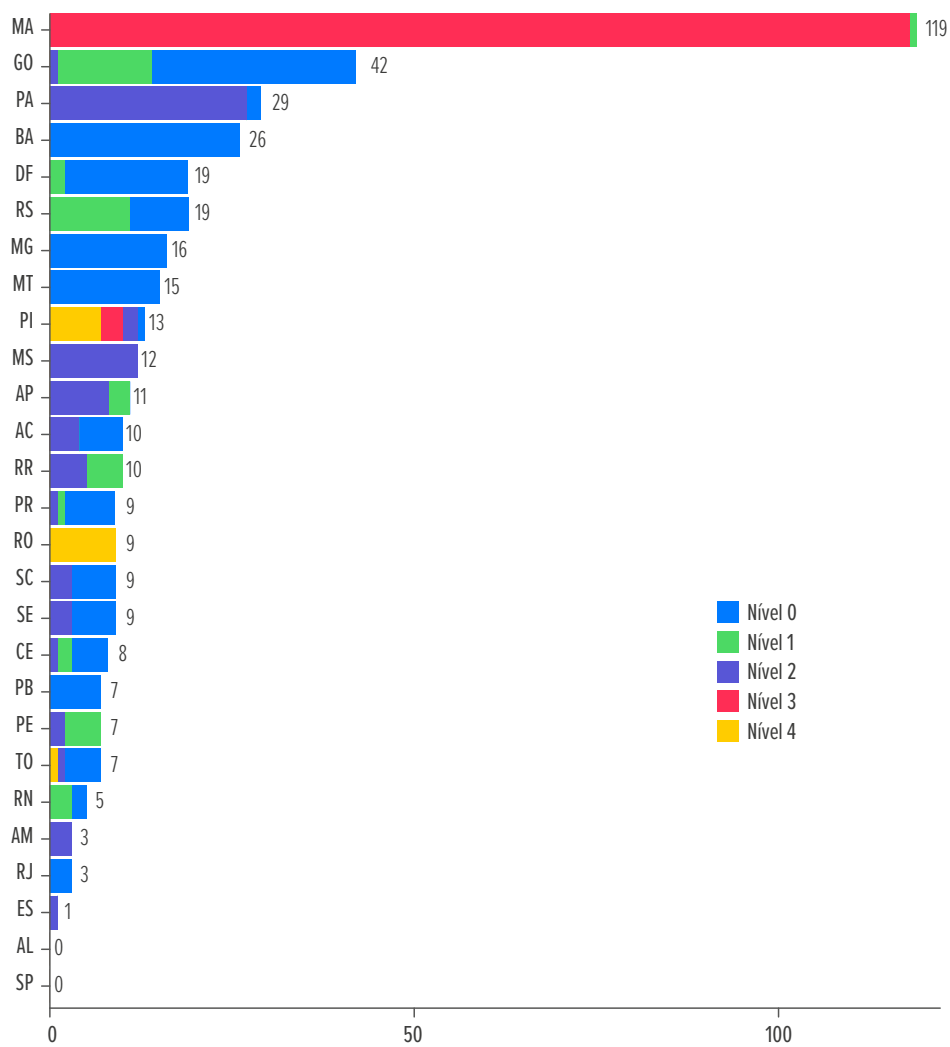
Conforme se verifica na Figura 126, em abril de 2024, estavam catalogados 418 PIDs, dos quais 119 (28%) se localizavam no estado do Maranhão. A iniciativa do estado chama atenção, pois são compartilhados entre tribunais de diferentes segmentos de justiça, a saber: TJMA, TRE-MA, TRF1 e TRT 16, sendo a maioria de nível 3, ou seja, conjuga três ramos da justiça em parceria com outros dois órgãos de fora do Poder Judiciário.

Os tipos de PID mais frequentes são os de nível 0, mais elementar e que não compartilha estrutura com outros segmentos do Poder Judiciário. São 160 (38%) PIDs em tal categoria. Em razão da estrutura criada no Maranhão, o segundo tipo de PID mais frequente é o de nível 3, com 121 instalações.

Contudo, além do Maranhão, o único estado com estrutura de PID nível 3 é o Piauí, com 3 PIDs. Além desses, são 74 (18%) PIDs de nível 2; 46 (11%) de PIDs de nível 1; e 17 PIDs de nível 4, que é o de maior estrutura. Possuem PID de nível 4 os seguintes estados: Rondônia (9), Piauí (7) e Tocantins (1). Não possuem PIDs instalados – ou não registrados no cadastro do CNJ – os estados de Alagoas e de São Paulo.

²⁷ Até abril de 2024, o painel continha dados parciais da Justiça Eleitoral, que ainda não tinha sido instada a responder o formulário cadastral.

Figura 126 - Quantidade de PIDs instalados



6.8 PAINEL DE GRANDES LITIGANTES

O Painel de Grandes Litigantes tem o objetivo de identificar os maiores litigantes da Justiça e subsidiar eventuais políticas judiciárias voltadas à redução da litigiosidade. O painel contribui com o aperfeiçoamento da gestão judiciária e permite a comparação do retrato atual dos processos pendentes, incluindo os novos casos, com as informações de casos do ano anterior.

Com base nessas informações agregadas por parte, é possível mapear tendências no ajuizamento e no acervo dos casos e, com isso, implementar medidas adequadas de tratamento de conflito de massa. Acesso ao Painel em <https://www.cnj.jus.br/datajud/grandes-litigantes>.

A partir dos dados do Painel²⁸, verifica-se que o ente mais demandado é o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), com 3,8 milhões de processos previdenciários, o que representa 4,5% do acervo nacional. Em segundo lugar está a Caixa Econômica Federal (CEF), que possui 2,4 milhões de processos em tramitação, dos quais 1,8 milhão estão suspensos (76,8%).

Os entes que lideram o *ranking* dos que demandam o judiciário são: Ministério da Fazenda (2 milhões, 2,42%), o TJSP e os municípios de São Paulo e Guarulhos (Figura 127). Essas informações correspondem apenas ao primeiro grau de jurisdição, pois nas instâncias recursais pode haver inversão das partes. No painel é possível consultar as informações de ambas as instâncias.

Na Figura 128, é possível verificar no painel dos grandes litigantes o volume e o percentual dos casos novos e dos processos em tramitação, de acordo com o segmento de atividade. Interessante notar que o Poder Público figura em primeiro lugar tanto no polo passivo, quanto no polo ativo, com 11,7% dos processos em tramitação contra a administração pública, defesa e seguridade social, e com 29,5% dos casos pendentes interpostos pela administração pública.

28 Painel disponível em <https://www.cnj.jus.br/datajud/grandes-litigantes>. Acesso em mai/2024.

Figura 127 - Proporção de casos pendentes nos maiores litigantes do polo passivo e do polo ativo

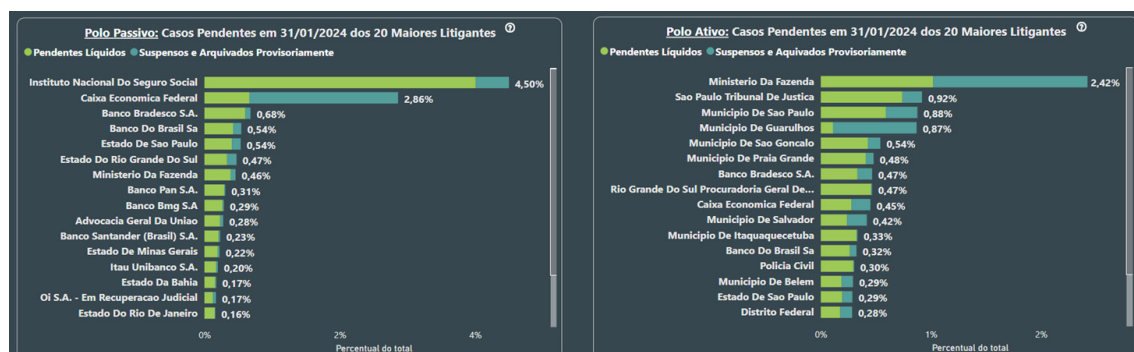
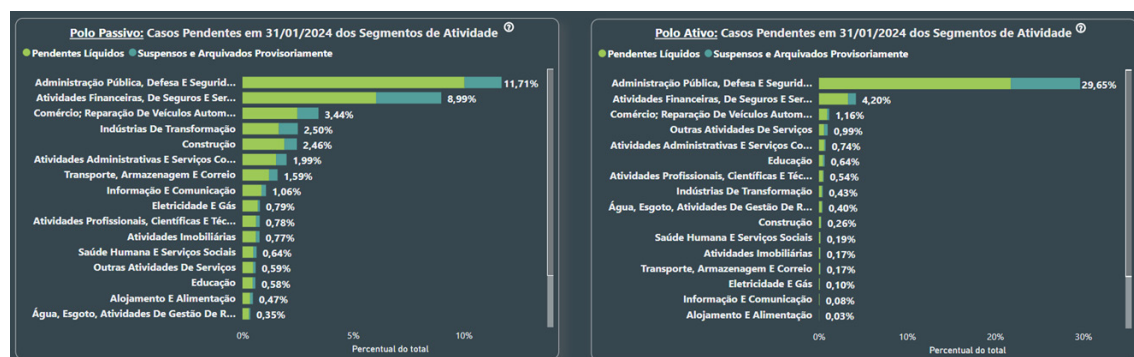


Figura 128 - Proporção de casos pendentes nos maiores litigantes, de acordo com o segmento de atividade



6.9 PAINEL DADOS DE PESSOAL DO PODER JUDICIÁRIO

O Painel com os dados de pessoal do Poder Judiciário foi desenvolvido com o propósito de permitir o acompanhamento mensal das quantidades e do perfil dos(as) magistrados(as) e dos(as) servidores(as) de cada órgão do Poder Judiciário, incluindo os Tribunais e os Conselhos. Antes de sua criação, os quantitativos de profissionais estavam disponíveis somente uma vez por ano, com informações enviadas de forma agregada ao CNJ pelo sistema Justiça em Números.

Pesquisas temáticas, como as de participação feminina ou do perfil étnico racial, demandavam diagnósticos pontuais e coletas de dados específicas, o que fazia com que a comparabilidade dos resultados ao longo do tempo ficasse metodologicamente comprometidos, pois envolviam distintos procedimentos de obtenção da base de dados.

A partir do novo Módulo de Produtividade Mensal (MPM), desenvolvido em 2023, passou a ser possível não somente quantificar os profissionais que atuam no judiciário, como também

compreender o perfil de acordo com o sexo, raça/cor, data de nascimento, cargo ocupado e data de ingresso.

Por meio do MPM, o CNJ recebe, mensalmente, as atualizações cadastrais de cada magistrado(a) e servidor(a), o que permite acompanhar a evolução de algumas políticas do CNJ, como, por exemplo: a) Resolução CNJ n. 400/2021 - composição de gênero e a composição racial nos quadros de pessoal e auxiliar; b) Resolução CNJ n. 512/2023 - reserva a indígenas nos concursos de cargos efetivos e magistratura; c) da Resolução CNJ n. 106/2010 - ação afirmativa de gênero no acesso das magistradas ao segundo grau de jurisdição dos tribunais brasileiros; e d) Resolução CNJ n.º 203/2015 dispôs sobre a reserva a negros(as).

O painel está disponível para acesso no link <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-mpm-pessoal/> e será detalhado no Anexo B.

6.10 DOMICÍLIO ELETRÔNICO

O Domicílio Judicial Eletrônico, originalmente criado originalmente criado pela Resolução CNJ no 234/2016 e atualmente regulado pela Resolução CNJ n. 455/2022, é uma plataforma inovadora que disponibiliza um espaço virtual destinado à realização de comunicações processuais, citações e intimações de cunho eletrônico direcionadas a entidades jurídicas e indivíduos.

Este sistema permite uma integração entre todos os tribunais nacionais para envio de comunicações processuais, facilitando que os indivíduos cadastrados recebam e monitorem essas comunicações. A abordagem promovida pelo Domicílio Judicial Eletrônico visa substituir as modalidades físicas de comunicação ou a necessidade de deslocamento de oficiais da justiça através de uma ferramenta de interação digital.

Uma das vantagens é que o Domicílio Judicial Eletrônico oferece um acesso centralizado às comunicações processuais emanadas de todos os tribunais do país. As funcionalidades incluem a capacidade de consulta e ciência das comunicações, a obtenção do teor integral das comunicações, bem como a opção de ativar alertas via e-mail a cada nova comunicação.

Além disso, é facultado às empresas a possibilidade de integrar seus sistemas ao serviço do Domicílio Judicial por meio de API, permitindo a consulta automatizada das informações atualizadas. Os benefícios tangíveis abrangem a simplificação e agilidade na obtenção de informações pelos representantes de pessoas jurídicas, que obtêm maior agilidade na recepção de comunicações processuais e podem consultá-las de forma centralizadas em um único ambiente, mesmo que provenientes de distintos tribunais.

Essa abordagem também acarreta a otimização de recursos e tempo por parte dos tribunais, viabilizando a intimação e citação de indivíduos ou entidades de forma mais ágil, acompanhada de economias financeiras e de esforços humanos.

O Domicílio Judicial Eletrônico estabelece essa inovação na forma de expedir as comunicações processuais ao se tornar mandatário para todos os tribunais brasileiros e para instituições públicas da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades da administração indireta, empresas públicas e empresas privadas.

Pessoas físicas também podem se cadastrar. Nesse sentido, o sistema será parte fundamental para a constante modernização e otimização do fluxo de informações processuais no âmbito da justiça brasileira.

6.11 ÍNDICE DE PROCESSOS ELETRÔNICOS

Considerando todas as iniciativas de modernização listadas neste capítulo, apresenta-se, nesta seção, os percentuais de processos novos, pendentes e baixados em sistemas de tramitação processual eletrônicos, além do indicador de tempo de tramitação, comparando-se a duração dos casos físicos em comparação aos eletrônicos.

O nível de informatização dos tribunais é calculado a partir do percentual de processos eletrônicos em relação ao total de processos. Até a edição do Relatório Justiça em Números 2021, em que os números eram prestados de forma agregada por tribunal, apenas os casos novos eram calculados, e estavam excluídas as execuções judiciais.

Contudo, com a implantação do DataJud e a confecção deste relatório, a partir de tal banco de dados, haja vista a existência de sistemas eletrônicos próprios da fase de execução, como é o caso do SEEU (Sistema Eletrônico de Execução Unificado), passou-se a considerar todas as execuções aqui elucidadas. Além disso, a partir do DataJud, foi possível calcular, não somente o percentual de casos novos eletrônicos, como também os percentuais de casos pendentes e de baixados.

O percentual de processos que ingressa eletronicamente no Poder Judiciário tem crescido linearmente, em curva acentuada, desde 2012. Na série histórica apresentada na Figura 130, é possível constatar que a curva do primeiro grau está acima da do segundo grau em todo o período, havendo maior aproximação entre os indicadores em 2023 devido à grande evolução na virtualização dos processos de segundo grau. A avaliação detalhada por tribunal e instância está disposta na Figura 133.

6.11.1 CASOS NOVOS ELETRÔNICOS

Durante o ano de 2023, apenas 0,4% do total de processos novos, ingressaram fisicamente. Em apenas um ano, entraram 35,1 milhões de casos novos eletrônicos (Figura 129).

Nem todos esses processos tramitam no PJe, pois a Resolução CNJ n. 185/2013, que instituiu o PJe, abriu a possibilidade de utilização de outro sistema de tramitação eletrônica em caso de aprovação de requerimento proposto pelo tribunal, em plenário. A exigência, no caso de autorização, é que os tribunais adotem o Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI).

Nos 15 anos cobertos pela série histórica, foram protocolados, no Poder Judiciário, 253,3 milhões de casos novos em formato eletrônico. É notória a curva de crescimento do percentual de casos novos eletrônicos, sendo que no último ano o incremento foi de 0,4 ponto percentual. O percentual de adesão já atinge 99,6%.

A série histórica separada por grau de jurisdição representada na Figura 130 mostra que historicamente o primeiro grau foi pioneiro na implantação em comparação com o segundo grau, sendo que desde 2020 as curvas passaram a se igualar. Ambas as jurisdições já apresentam alto índice de virtualização, com 99,6% no primeiro grau e 99,4% no segundo grau.

Destacam-se os segmentos da Justiça Federal, da Eleitoral, da Trabalhista e dos Tribunais Superiores, por apresentarem 100% de índice de virtualização de processos novos, conforme observado na Figura 132.

Na Justiça Eleitoral, em 2017, o PJe passou a ser adotado, na época ainda restrito a alguns tribunais, mas rapidamente passou a ser utilizado por todos os Tribunais Regionais Eleitorais e TSE, atingindo 100% de digitalização em 2020 (Figura 131). A Justiça Militar Estadual começou a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) ao final de 2014, e avançou no último ano, atingindo 99,4% de casos novos eletrônicos, sendo o Tribunal de Justiça Militar de São Paulo o de menor índice (98,7%).

A Justiça Estadual apresenta 99,4% de processos eletrônicos novos e somente o Tribunal de Justiça do Espírito Santo se destoa por apresentar indicador inferior a 95%, com 89,9% de processos ingressados eletronicamente.

Na Figura 133 é possível ver os dados tanto por tribunal quanto por grau de jurisdição, em que se verifica que o percentual de virtualização de processos novos no segundo grau é de 99,4% e que no primeiro grau de jurisdição é de 99,6%.

Figura 129 - Série histórica do percentual de processos eletrônicos

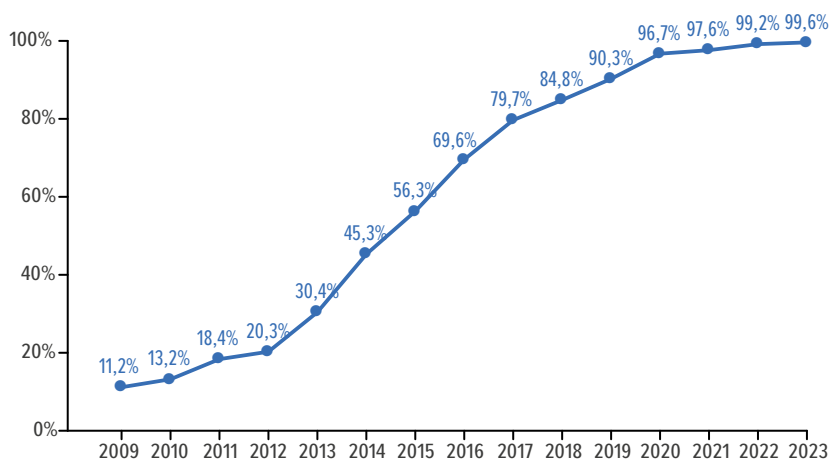


Figura 130 - Série histórica do índice de casos novos eletrônicos por grau de jurisdição

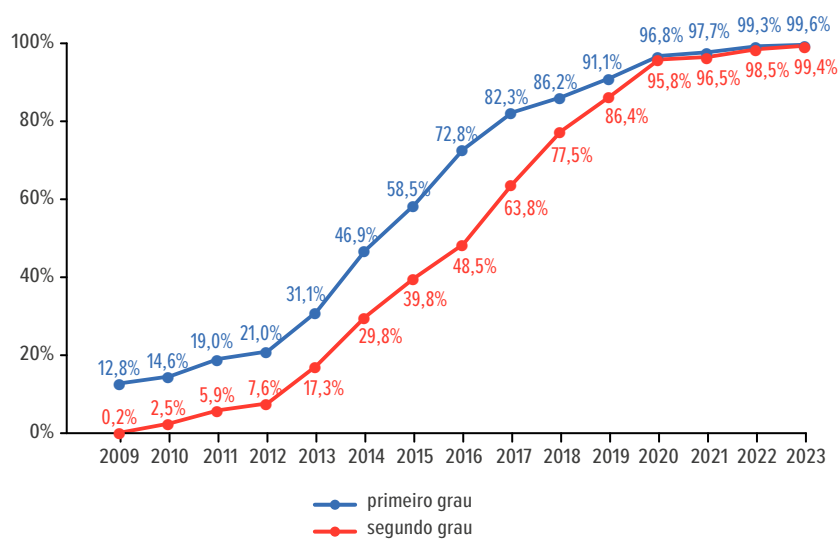


Figura 131 - Séries históricas do percentual de processos eletrônicos, por ramo de justiça

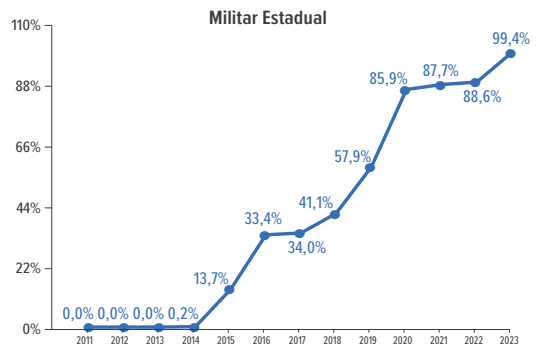
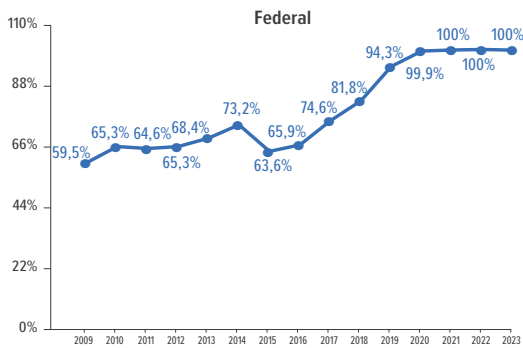
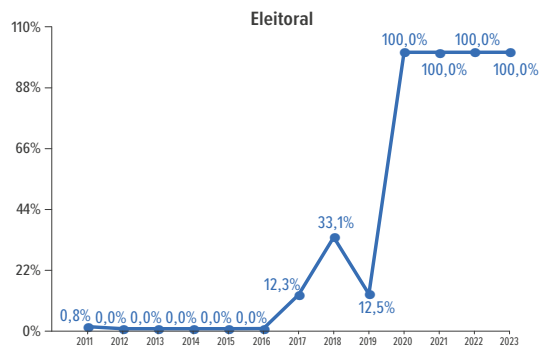
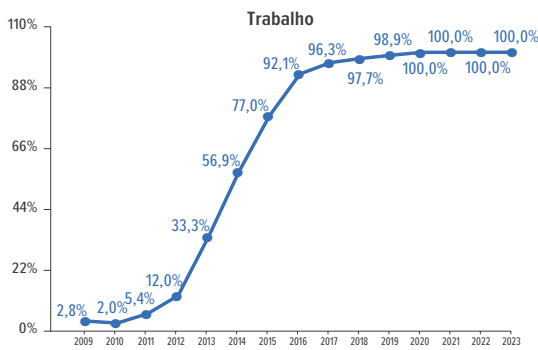
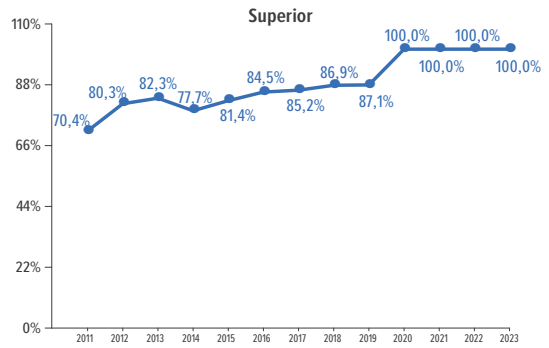
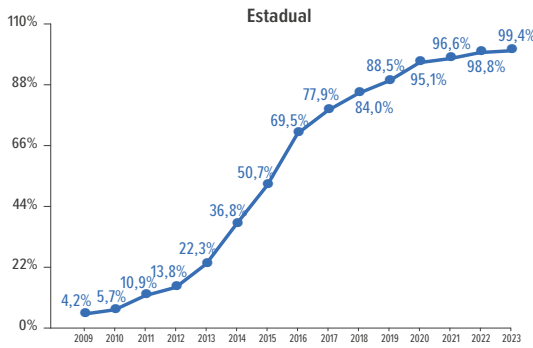


Figura 132 - Percentual de casos novos eletrônicos, por tribunal.

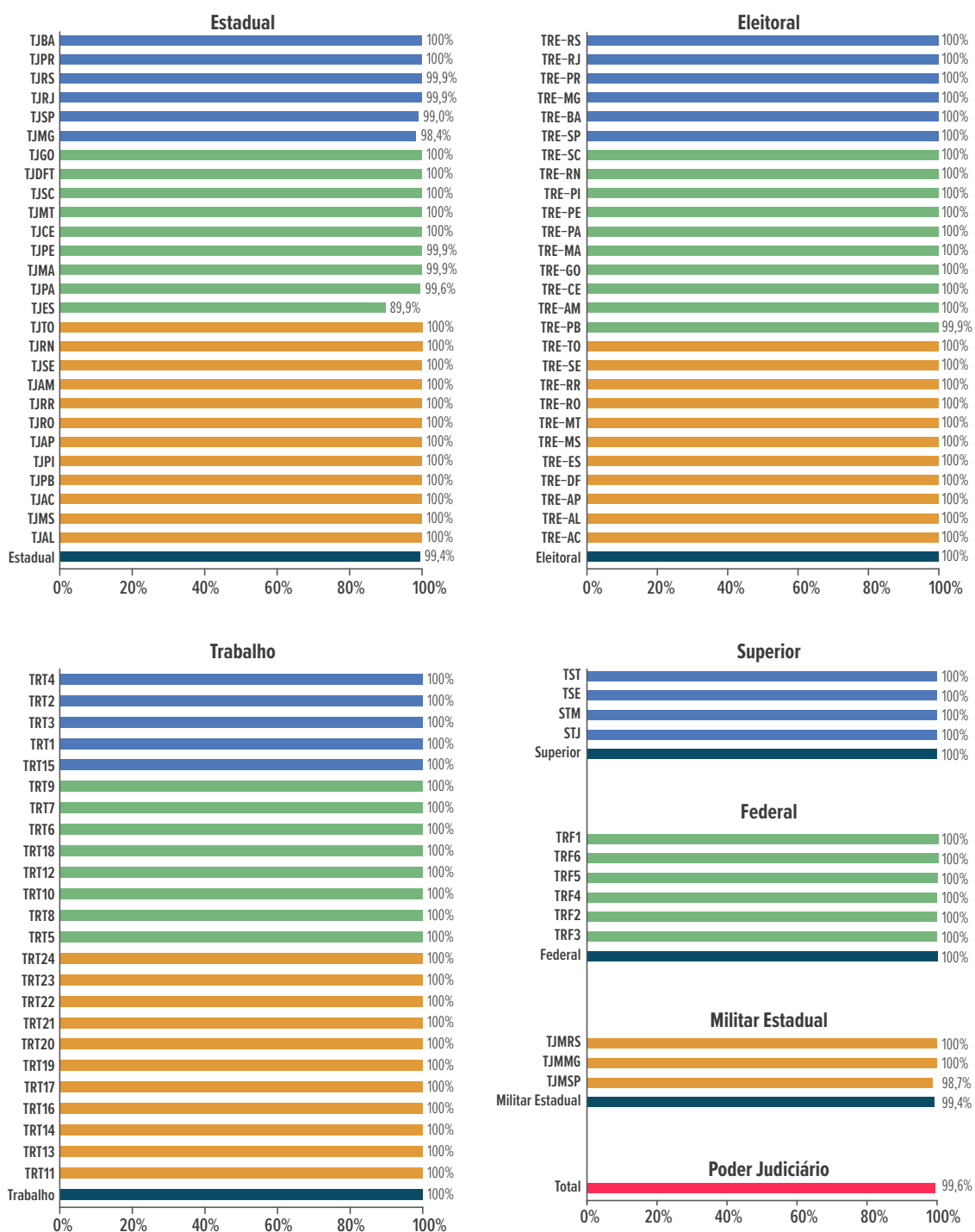
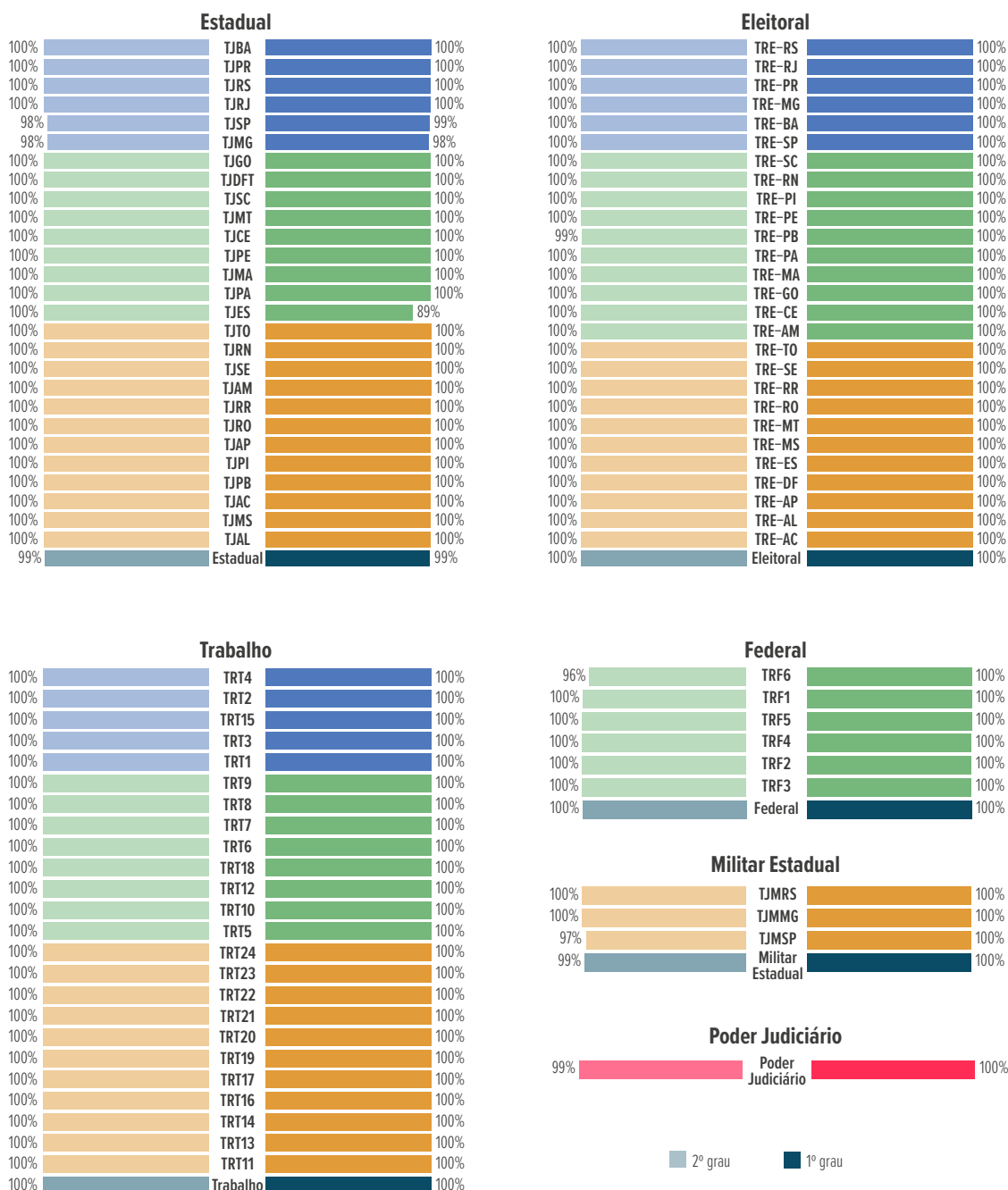


Figura 133 - Índice de processos novos eletrônicos, por tribunal e grau de jurisdição.



6.11.2 PROCESSOS ELETRÔNICOS PENDENTES

A Resolução CNJ n. 420, de 29 de setembro de 2021, estabeleceu um cronograma para que todos os órgãos do Poder Judiciário digitalizem o acervo processual físico, de forma que passem a tramitar em sistemas eletrônicos. A norma também vedou o ingresso de novos casos a partir de março de 2022. Assim, de acordo com o disposto no art. 3º, os tribunais possuem os seguintes prazos para término da digitalização:

- I – Até 31/12/2022, nos tribunais que, em 30 de setembro de 2021, ostentarem acervo físico inferior a 5% (cinco por cento) do total dos feitos em tramitação;
- II – Até 31/12/2023, nos tribunais que, em 30 de setembro de 2021, ostentarem acervo físico superior a 5% (cinco por cento) e inferior a 20% (vinte por cento) do total dos feitos em tramitação;
- III – Até 31/12/2024, nos tribunais que, em 30 de setembro de 2021, ostentarem acervo físico superior a 20% (vinte por cento) e inferior a 40% (quarenta por cento) do total dos feitos em tramitação; e
- IV – Até 31/12/2025, nos tribunais que, em 30 de setembro de 2021, ostentarem acervo físico superior a 40% (quarenta por cento) do total dos feitos em tramitação;

Verifica-se pelas Figuras 134 e 135, que 90,6% dos processos em tramitação eram eletrônicos ao final do ano de 2023, com indicadores de 92% no segundo grau, de 90,4% no primeiro grau e de 100% nos Tribunais Superiores.

A Justiça Eleitoral e a Justiça do Trabalho se destacam por apresentarem diversos tribunais com 100% de processos eletrônicos tanto no primeiro, como no segundo grau. Os seguintes tribunais ainda possuem 20% ou mais de processos físicos em tramitação: TJES (76,1%), TJSP (76,7%) e TRF3 (76,5%).

Figura 134 - Percentual de processos eletrônicos pendentes, por tribunal.

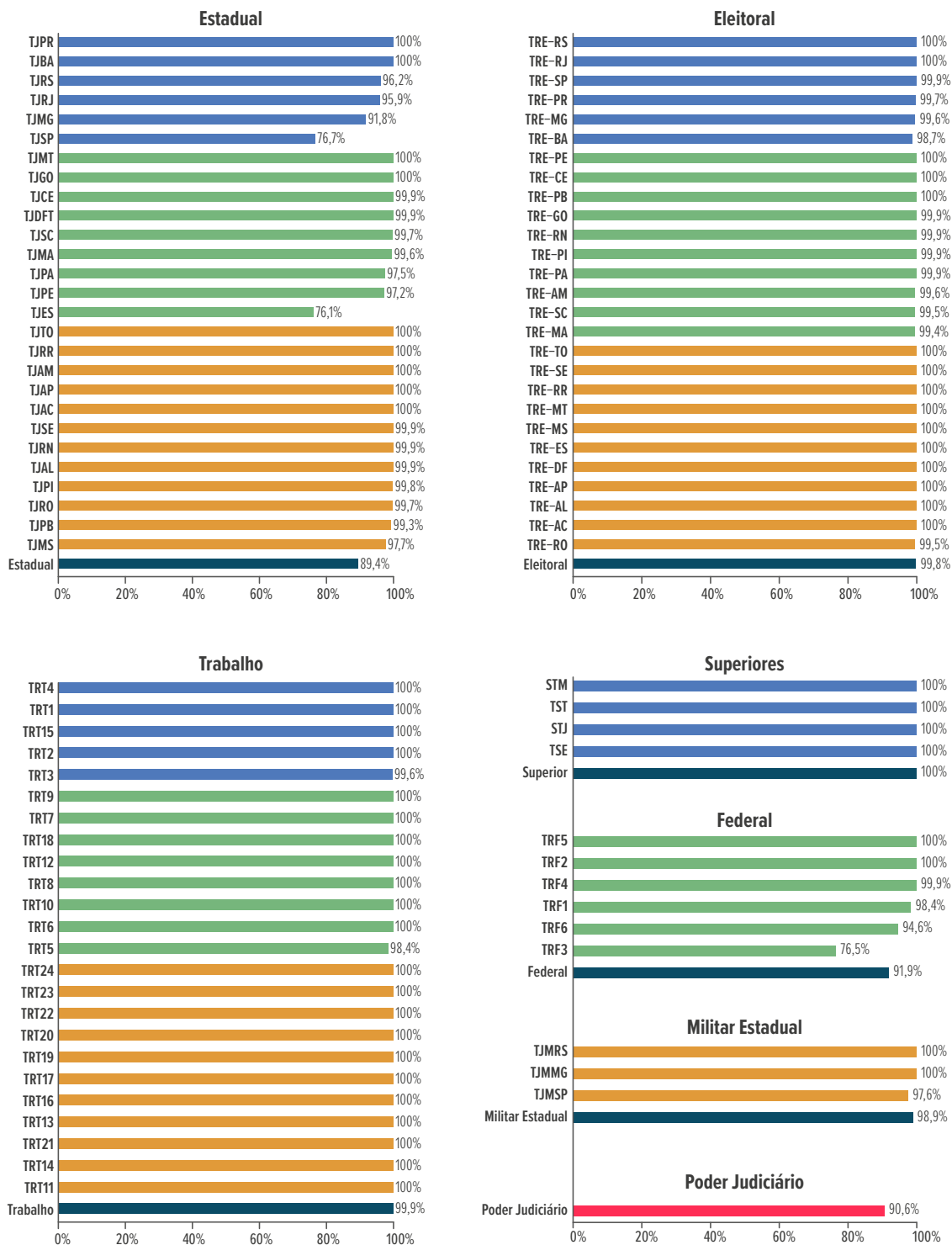
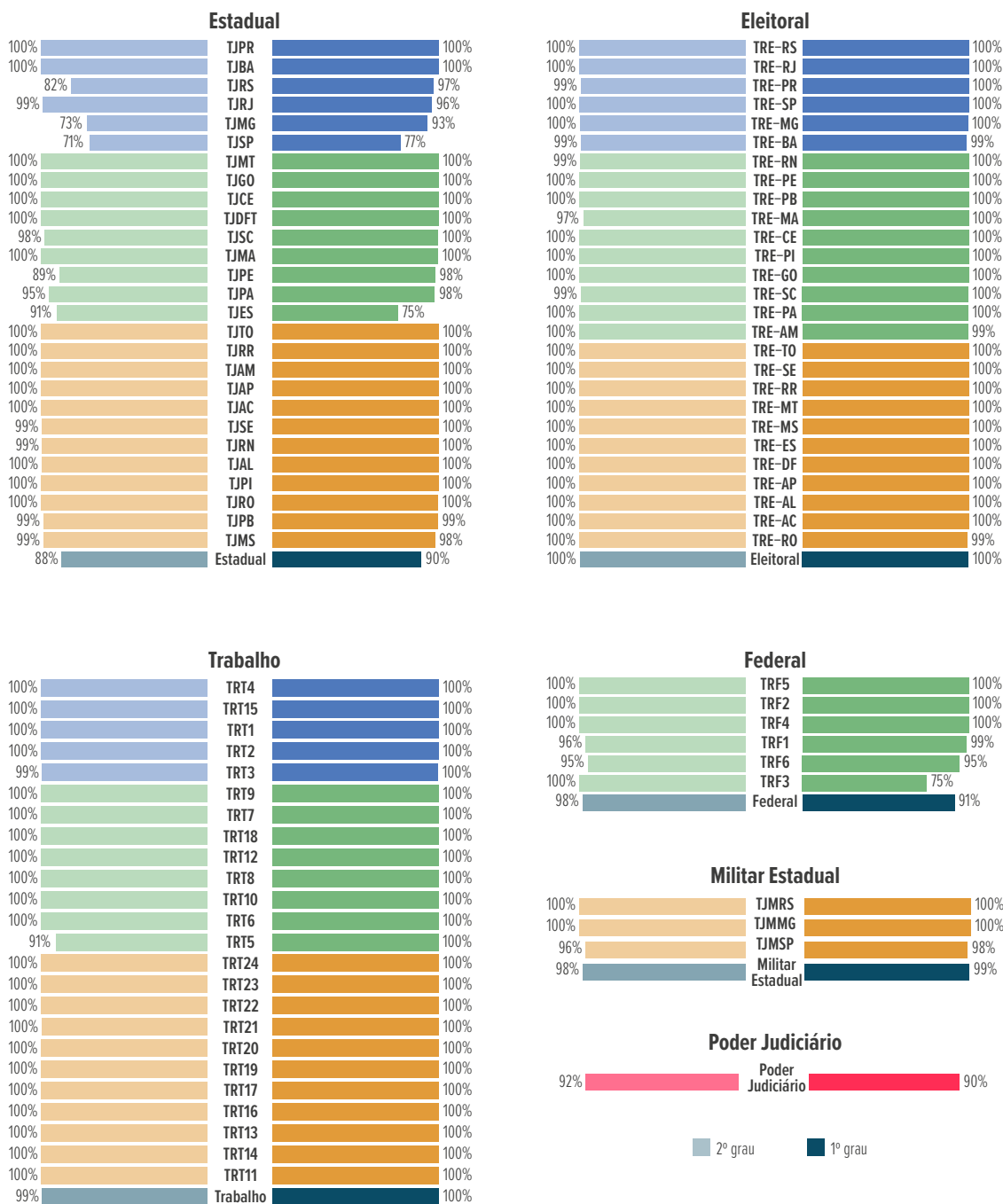


Figura 135 - Percentual de processos eletrônicos pendentes, por tribunal e grau de jurisdição.



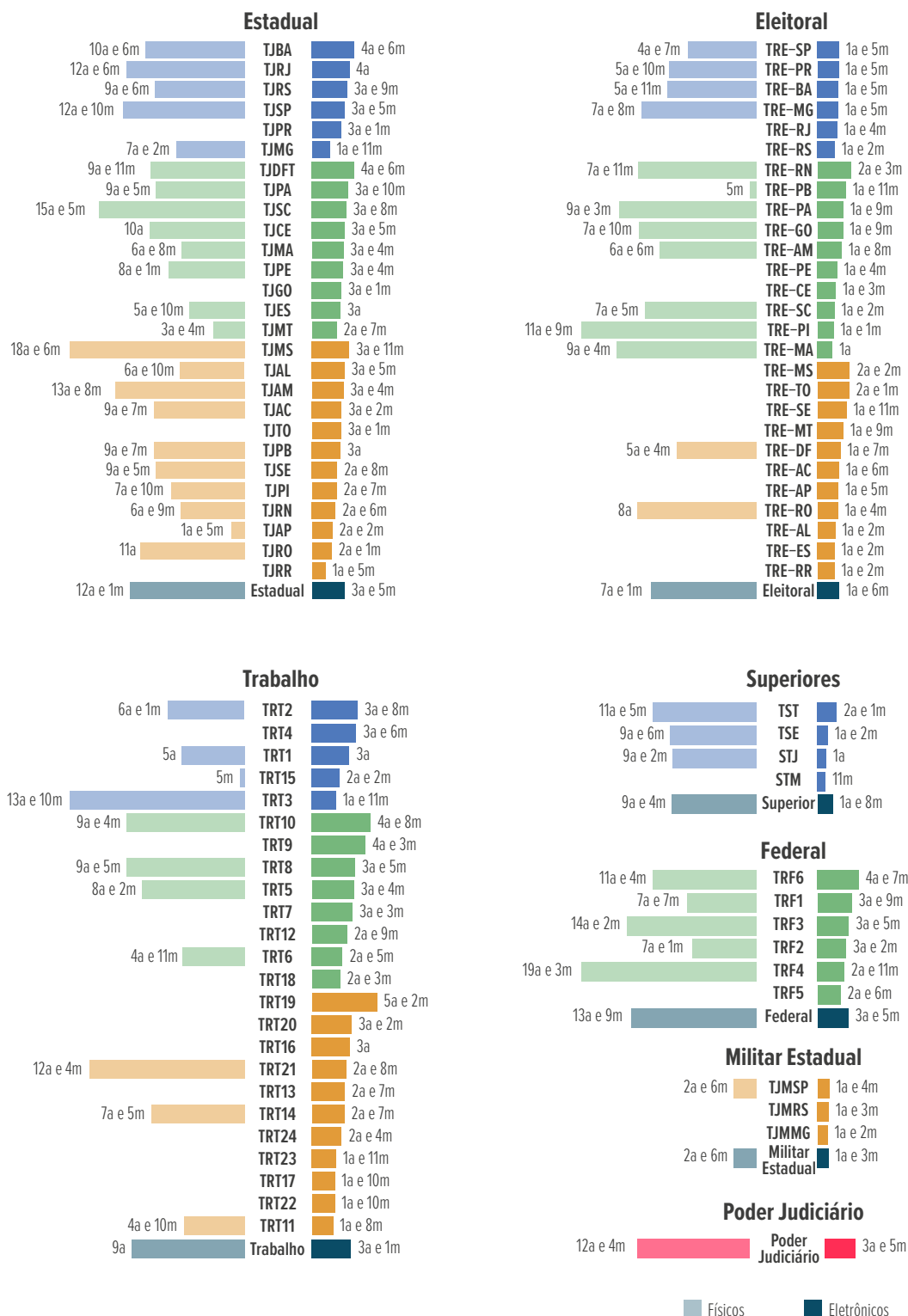
Na Figura 136, é apresentada a comparação entre o tempo de tramitação dos autos físicos e dos autos eletrônicos. É digno de nota o impacto na celeridade processual na tramitação eletrônica,

que com um tempo médio de 3 anos e 5 meses, chega a representar quase um terço do tempo levado na tramitação de processos físicos (12 anos e 4 meses).

A comparação se torna ainda mais interessante quando feita em tribunais com maior volume de autos físicos, de forma que a média não seja demasiadamente influenciada por uma ínfima quantidade de processos em tramitação.

Assim, mesmo em órgãos com maior proporção de processos físicos, são notórias as diferenças nos tempos de tramitação, como em: TJES (físico - 5 anos e 10 meses e eletrônico - 3 anos); TRF3 (físico - 14 anos e 2 meses e eletrônico 3 anos e 5 meses); TJSP (físico - 12 anos e 10 meses e eletrônico 3 anos e 5 meses); e TJMG (físico - 7 anos e 2 meses e eletrônico 1 ano e 11 meses).

Figura 136 - Tempo médio dos processos eletrônicos e físicos pendentes, por tribunal.



6.11.3 PROCESSOS ELETRÔNICOS BAIXADOS

Em relação aos processos eletrônicos baixados, representados nas Figuras 137 e 138, verifica-se que o índice de virtualização na baixa foi superior ao do acervo e inferior ao de casos novos, com 96,3% de processos eletrônicos baixados no ano de 2023.

O segundo grau apresentou índice de 97,4%, o primeiro grau de 96,1% e os Tribunais Superiores de 100%. A Justiça do Trabalho se destaca por apresentar quase todos os tribunais com 100% de processos baixados eletronicamente tanto no primeiro como no segundo grau. Apesar da Justiça Estadual apresentar 95,1% de processos baixados eletronicamente, o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo apresentou indicador de somente 84,7% no segundo grau e de 66,8% no primeiro grau.

O fato de o percentual de casos baixados eletronicamente ser superior ao de casos pendentes eletrônicos, denota a eficiência que decorre da digitalização dos processos, o que permitiu que tais casos tivessem maior representatividade na resolução definitiva das ações judiciais em trâmite.

Figura 137 - Percentual de processos eletrônicos baixados, por tribunal.

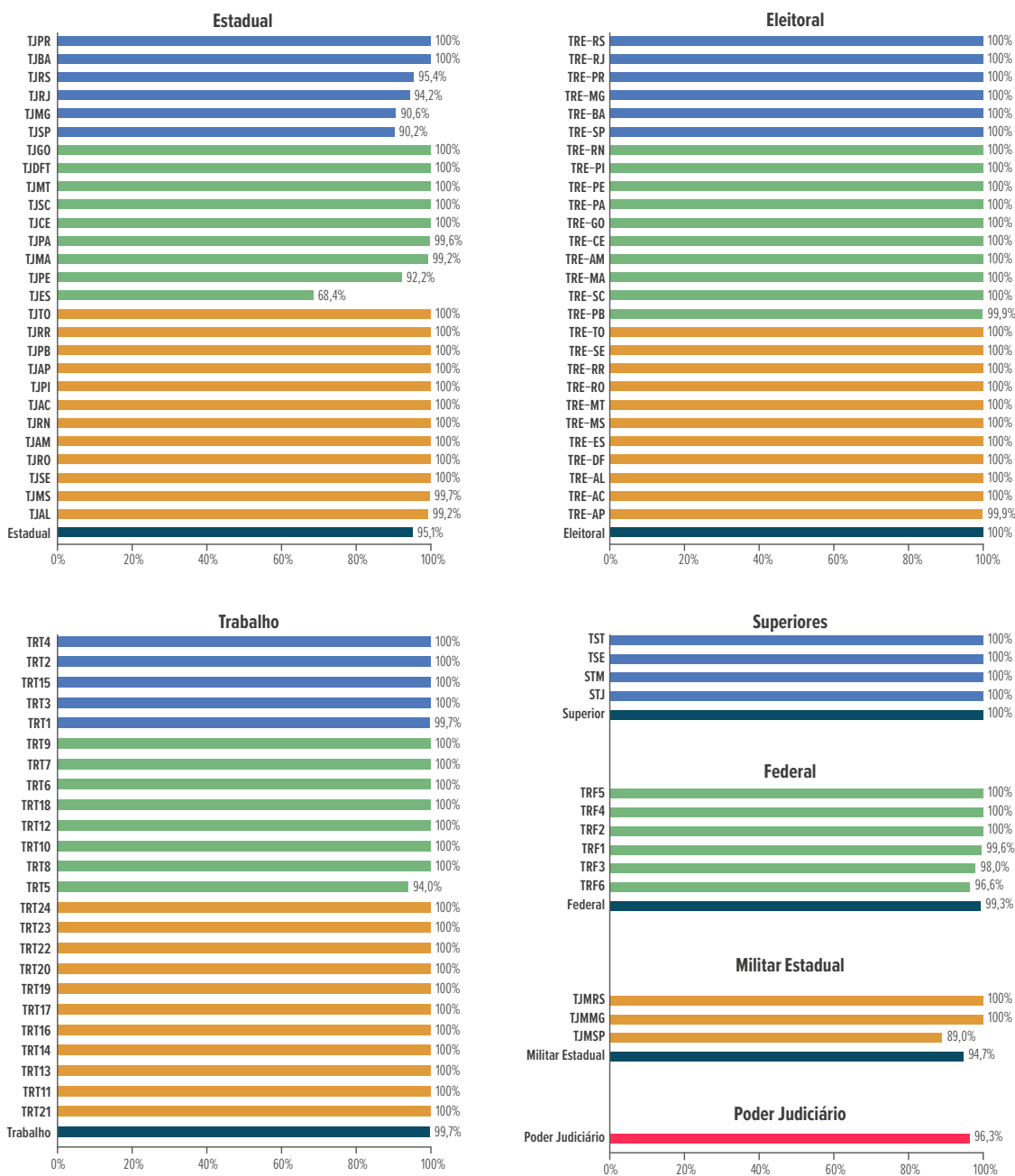
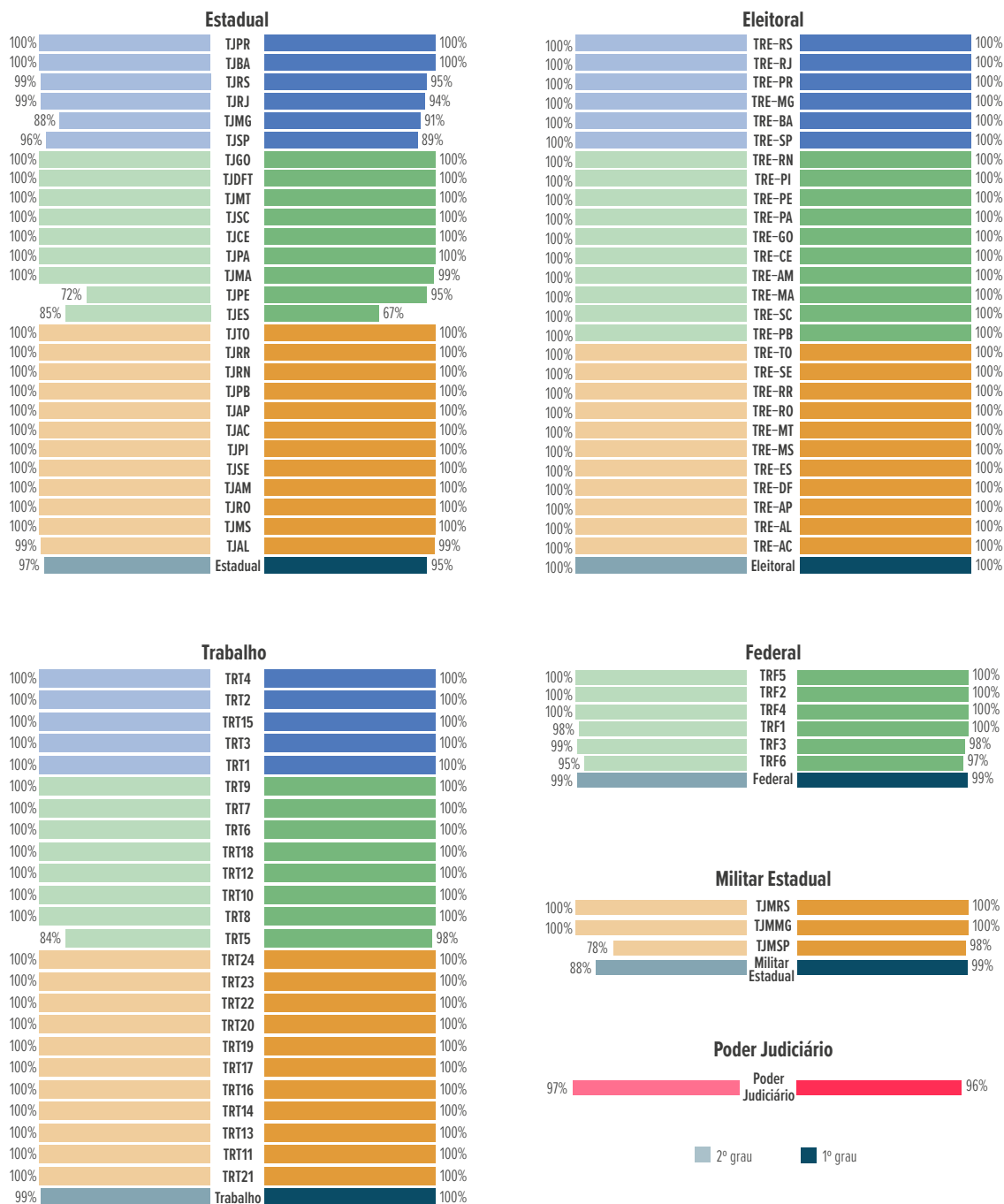


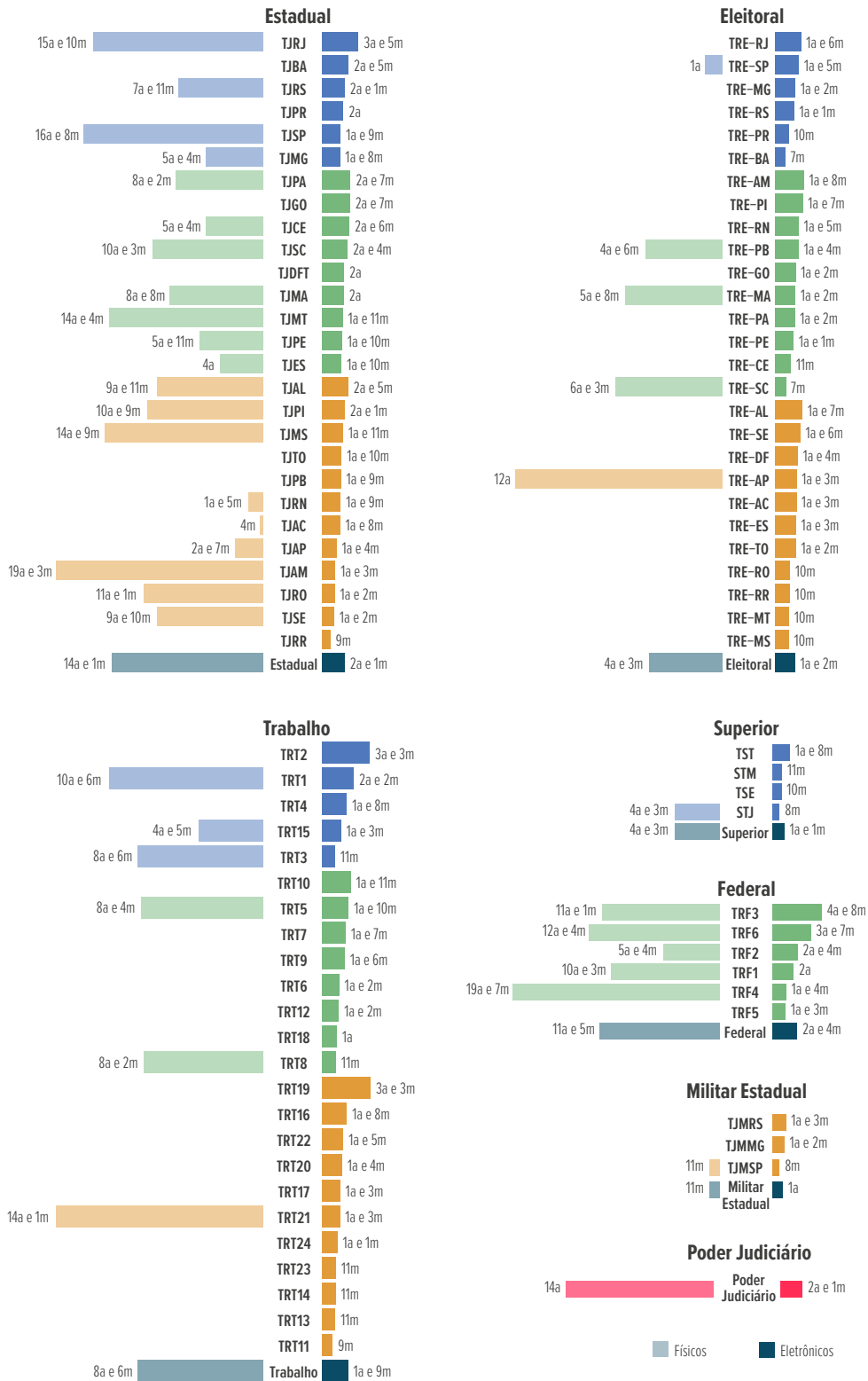
Figura 138 - Percentual de processos eletrônicos baixados, por tribunal e grau de jurisdição.



Segundo a Figura 139, os processos que foram solucionados em 2023 tiveram um tempo médio de tramitação de 2 anos e 1 mês nos casos eletrônicos e de 14 anos nos processos físicos. Mesmo em órgãos com maior número de baixas em autos físicos, são significativas as diferenças em relação à forma de tramitação. Destacam-se, por exemplo, os seguintes tribunais:

- ▶ TJES: tempo médio do processo eletrônico: 1 ano e 10 meses; tempo médio do processo físico: 4 anos e 68% de baixados eletronicamente;
- ▶ TJMSP: tempo médio do processo eletrônico: 8 meses; tempo médio do processo físico: 11 meses e 89% de baixados eletronicamente
- ▶ TJSP: tempo médio do processo eletrônico: 1 ano e 9 meses; tempo médio do processo físico: 16 anos e 8 meses e 90% de baixados eletronicamente `

Figura 139 - Tempo médio dos processos eletrônicos e físicos baixados, por tribunal.



7 ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO

Desde sua origem, o CNJ estuda soluções para redução do acervo processual e para a prevenção de litígios judiciais, estimulando, para tanto, soluções adequadas de conflitos, entre elas, a conciliação e a mediação. Sobre essas formas de resolução, recorda-se que em 2006, houve a implantação do Movimento pela Conciliação que se transformou nos programas: Semana Nacional da Conciliação e Prêmio Conciliar é Legal.

Por Intermédio da Resolução CNJ n.125/2010, foi oficialmente instituída a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses, no âmbito do Poder Judiciário, criando, ainda, os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs), classificados como unidades judiciárias, e os Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), que visam fortalecer e estruturar unidades destinadas ao atendimento dos casos de conciliação.

O Índice de Conciliação é dado pelo percentual de sentenças e decisões resolvidas por homologação de acordo em relação ao total de sentenças e decisões terminativas proferidas. Desde 2020, o “Prêmio Conciliar é Legal” passou a utilizar o DataJud como fonte de dados para identificar e reconhecer os tribunais com melhor desempenho na conciliação.

O regulamento do prêmio para o ano de 2023 está presente na Portaria CNJ n. 91/2023, que descreve os indicadores e estabelece a metodologia de cálculo de um indicador sintético, denominado por “Índice de Composição de Conflitos (ICoC)”. São os componentes utilizados na última premiação do Conciliar é Legal:

- ▶ Total de audiências de conciliação e mediação realizadas na fase pré-processual e na fase de conhecimento, em relação à soma de procedimentos pré-processuais recebidos e de casos novos de conhecimento não criminais;
- ▶ Total de processos com sentenças e decisões terminativas homologatórias de acordo, em relação ao total de audiências de conciliação e mediação, considerando os procedimentos pré-processuais e os processos de conhecimento não criminais;
- ▶ Total de processos com sentenças e decisões terminativas homologatórias de acordo, em relação ao total de processos com sentenças e decisões terminativas, considerando os processos de conhecimento não criminais de primeiro grau e juizados especiais;

- ▶ Total de processos com sentenças e decisões terminativas homologatórias de acordo, em relação ao total de processos com sentenças e decisões terminativas, considerando os processos de conhecimento não criminais de segundo grau e de turmas recursais;
- ▶ Total de processos com sentenças de execução de títulos executivos extrajudiciais não fiscais homologatórias de acordo, em relação ao total de processos com sentenças de execução de títulos executivos extrajudiciais não fiscais; e
- ▶ Total de processos não criminais com sentenças em execução judicial ou em cumprimento de sentença homologatórias de acordo, em relação ao total de processos não criminais com sentenças em execução judicial ou em cumprimento de sentença.
- ▶ ICoC: média ponderada dos indicadores acima descritos, previamente padronizados, de forma que o menor valor seja igual a 0 (zero) e o maior valor igual a 1 (um), atribuindo-se peso igual a um para os dois primeiros indicadores, e peso igual a três para os demais.

Havia, ao final do ano de 2023, um total de 1.930 Cejuscs instalados, sendo a maior parte na Justiça Estadual, com 1.724 unidades (89,3%). Na Justiça do Trabalho, são 129 Cejuscs (6,7%) e, na Justiça Federal, 77 Cejuscs (4%). A quantidade de unidades dessa natureza tem crescido ano após ano.

Entre os Tribunais de Justiça, em 2014, eram 362 Cejuscs; em 2015, a estrutura cresceu em 80,7% e avançou para 654 centros. Em 2016, o número de unidades aumentou para 808, chegando a 1.724 em 2023. Em suma, ao longo de 9 anos, a estrutura basicamente quintuplicou.

A Figura 140 traz o percentual de sentenças homologatórias de acordo, comparativamente ao total de sentenças e decisões terminativas proferidas. Em 2023, foram 12,1% sentenças homologatórias de acordo proferidas, valor que registrou sutil decréscimo em relação ao ano anterior.

Na fase de execução, as sentenças homologatórias de acordo corresponderam, em 2023, a 9,1%, sendo notória a curva de crescimento, já que o valor mais que dobrou ao longo da série histórica, com aumento em 5,6 pontos percentuais, entre os anos de 2015 e 2023.

Tal resultado pode decorrer do incentivo do CNJ para realizar conciliação na fase de execução²⁹. Na fase de conhecimento, a conciliação foi de 17,8%, um pouco abaixo (0,2 ponto percentual) do observado em 2022.

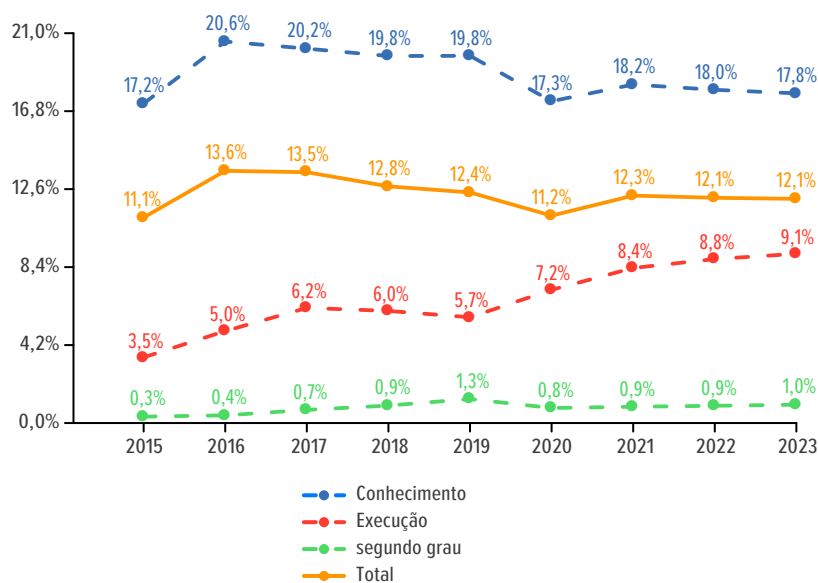
²⁹ Cite-se, entre outras, a Resolução 358/2020 Regulamenta a criação de soluções tecnológicas para a resolução de conflitos pelo Poder Judiciário por meio da conciliação e mediação), Recomendação 120/2021 (Recomenda o tratamento adequado de conflitos de

Não houve variações significativas no indicador de conciliação no segundo, tampouco no primeiro grau em relação ao ano anterior, observando-se acréscimo de 0,1 ponto percentual no segundo grau e redução de 0,2 ponto percentual no primeiro grau.

Há de se destacar que, mesmo com o Código de Processo Civil (CPC) que entrou em vigor em março de 2016 e tornou obrigatória a realização de audiência prévia de conciliação e mediação, não se verifica resultado direto nos gráficos das séries históricas.

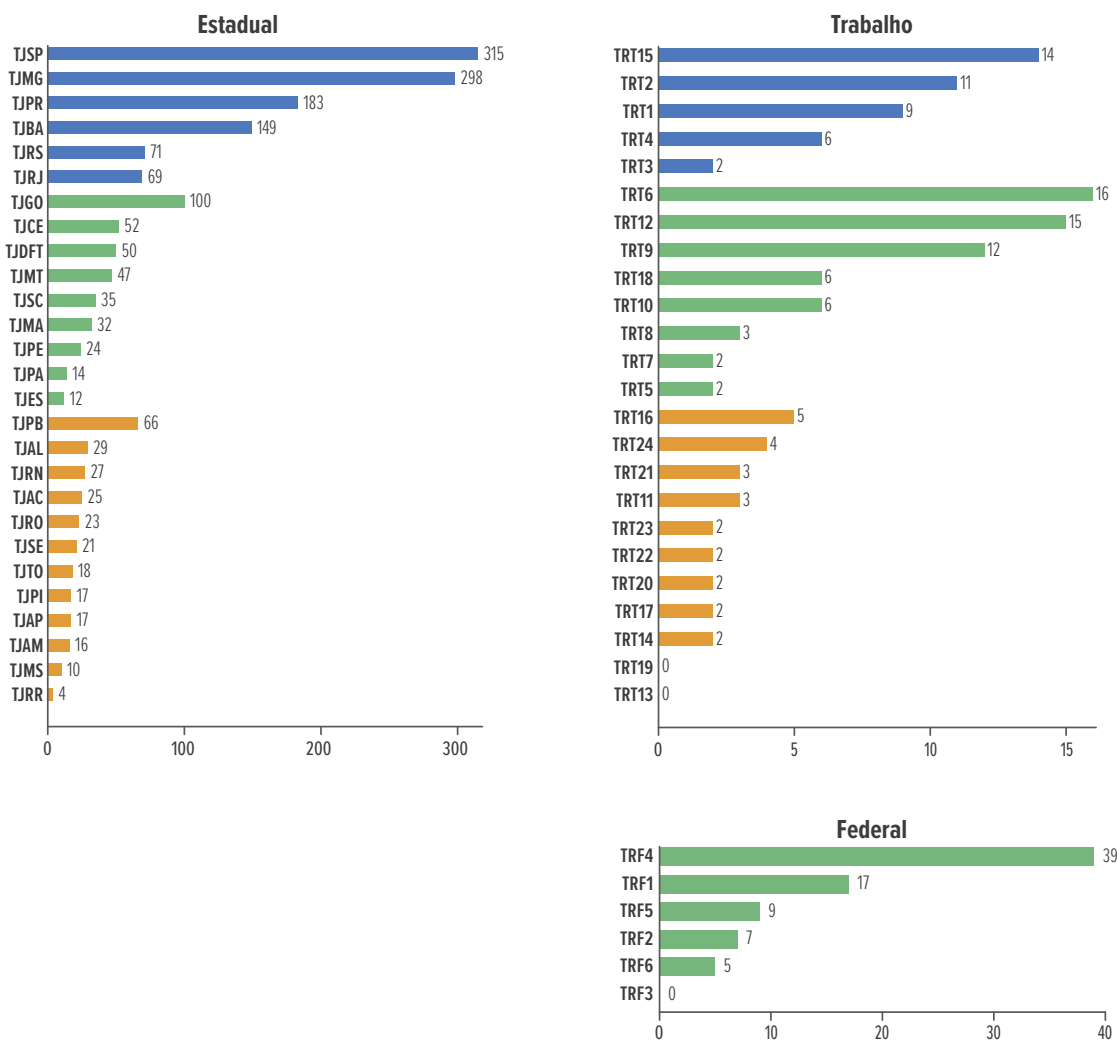
Quanto ao número de sentenças homologatórias, houve aumento ao longo de 8 anos na ordem de 32,2%, passando de 3 milhões sentenças homologatórias de acordo, no ano de 2015, para 4 milhões, em 2023. Em relação ao ano anterior, houve aumento de 386,5 mil sentenças homologatórias de acordo (10,8%).

Figura 140 - Série histórica do Índice de Conciliação



natureza tributária, quando possível pela via da autocomposição) e a Resolução 471/2022 (Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado à Alta Litigiosidade do Contencioso Tributário no âmbito do Poder Judiciário).

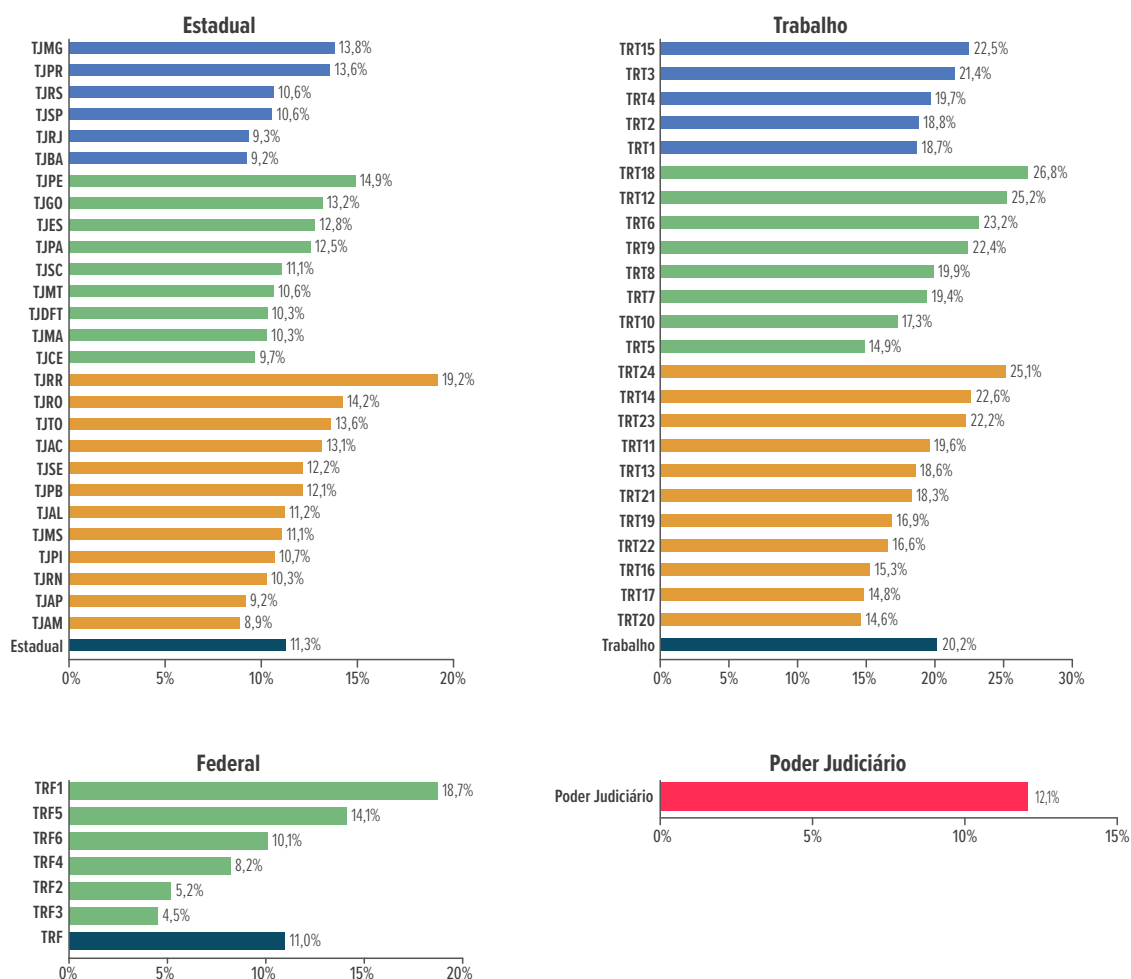
Figura 141 - Centros Judiciários de Solução de Conflitos, por tribunal



Segundo a Figura 142, a Justiça que mais faz conciliação é a Trabalhista, que solucionou 20,2% de seus casos por meio de acordo - valor que aumenta para 36,5%, quando analisada apenas a fase de conhecimento de primeiro grau. O TRT18 apresentou o maior índice de conciliação do Poder Judiciário, com 26,8% de sentenças homologatórias de acordo.

Ao considerar apenas a fase de conhecimento do primeiro grau, o maior percentual é verificado no TRT24, com 48,1%. Na Justiça Estadual, o maior índice de conciliação na fase de conhecimento está no TJRR, com 22,9% e, na Justiça Federal o melhor desempenho está no TRF1, com 26,9% dos processos de conhecimento conciliados.

Figura 142 - Índice de conciliação, por tribunal.



A Figura 143 ilustra o índice de conciliação na fase de conhecimento não criminal nos juizados especiais e no primeiro grau (juízo comum). Os tribunais da Justiça do Trabalho possuem os maiores percentuais no juízo comum (36,5%), com destaque ao TRT24 que obteve o maior índice de conciliação (48,1%), seguido pelo TRT9 (47,1%) e pelo TRT12 (46,2%).

Nos Juizados Especiais, o maior índice de conciliação está na Justiça Federal, com 20,5% de conciliação na fase de conhecimento não criminal. O tribunal com maior índice de conciliação nos Juizados Especiais, durante o ano de 2023, foi o TJMS, com 31,7%.

No segundo grau, os índices de conciliação costumam ser mais baixos - apenas 1% das sentenças de conhecimento não criminais do segundo grau de jurisdição foram homologatórias de acordo. Também nessa instância, a Justiça do Trabalho se apresenta como a de maior índice de conciliação (1,9%).

Segundo a Figura 144, o TRT13 apresentou maior percentual de conciliação no segundo grau, em 2023 (8,7%), 3,7 pontos percentuais maior que o TRT20 (5%), que ocupa a segunda posição.

Levando-se em consideração os processos de execução de títulos executivos extrajudiciais não fiscais, avaliado para os Tribunais de Justiça e os Tribunais Regionais Federais, o índice de conciliação foi de 26,8% (Figura 145).

A Justiça Estadual se destaca por possuir o maior índice de conciliação nesses processos, o equivalente a 27,4%, com o TJRS (44%) e TJRO (41,6%) apresentando os maiores valores. Na Justiça Federal, o indicador foi de 8,6%, com o maior percentual verificado no TRF4 (11,6%), seguido pelo TRF3 e TRF5, ambos com 8,1%.

Na Figura 146, são apresentados os índices de conciliação dos processos na fase de execução judicial nos Juizados Especiais e no primeiro grau dos tribunais³⁰.

A Justiça Federal apresenta o maior percentual de conciliação nos juizados (31,8%), sendo o TRF5 e o TRF1 os tribunais com os maiores índices, 49% e 46,4%, respectivamente.

No primeiro grau, a Justiça Estadual possui o maior índice de conciliação (11,5%), valor muito próximo do observado na Justiça do Trabalho (10,7%) e na Justiça Federal (9,7%). Dentre os tribunais, o que apresenta maior percentual de conciliação no primeiro grau dos processos de execução judicial é o TRF5, com 27,1%, se destacando por possuir valor superior em 8,6 pontos percentuais do indicador do TJAM (18,6%), que atingiu o segundo maior valor.

Os menores índices de conciliação também são de Tribunais Regionais Federais: o TRF2, com 2,7% e o TRF6, com 4,8%.

Por fim, a Figura 147 o índice de realização de audiências, mensurado pela relação entre o total de audiências de conciliação e mediação realizadas na fase pré-processual e na fase de conhecimento, em relação à soma de procedimentos pré-processuais recebidos e de casos novos de conhecimento não criminais.

É oportuno esclarecer que nem todos os casos novos não criminais são passíveis de realização de audiências de conciliação, e que, quando cabível, as audiências nem sempre irão ocorrer dentro do mesmo ano de início da ação. Logo, o indicador pode, inclusive, superar o patamar de 100%, em razão do numerador e do denominador serem compostos por universos diferentes.

³⁰ Foram excluídos os processos de execução penal.

A divisão por casos novos tem por objetivo apenas criar algum parâmetro, a fim de permitir a comparação entre os tribunais.

O índice de realização de audiências no 2023 foi de 49,5%. A Justiça Estadual é que atingiu maior índice, com 63,5%, seguido da Justiça do Trabalho, com 51,5% e da Justiça Federal, 4,2%. Os números variam bastante, tanto entre os segmentos, tanto dentro de cada ramo de justiça.

Na Justiça Estadual, há o caso do TJSE que chega a ter o equivalente ao dobro de audiências em relação aos casos novos, ao mesmo tempo que no TJSP, a relação foi de apenas 22%.

Na Justiça do Trabalho, similarmente, há a situação do TRT18 com 70% de audiências acima do total de casos novos, ao passo que no TRT2, a relação foi de 23%.

Na Justiça Federal estão os menores índices, que variam de 2,3% (TRF5) a 5,5% (TRF4).

Figura 143 - Índice de Conciliação na fase de conhecimento não criminal nos Juizados Especiais e no primeiro grau, por tribunal

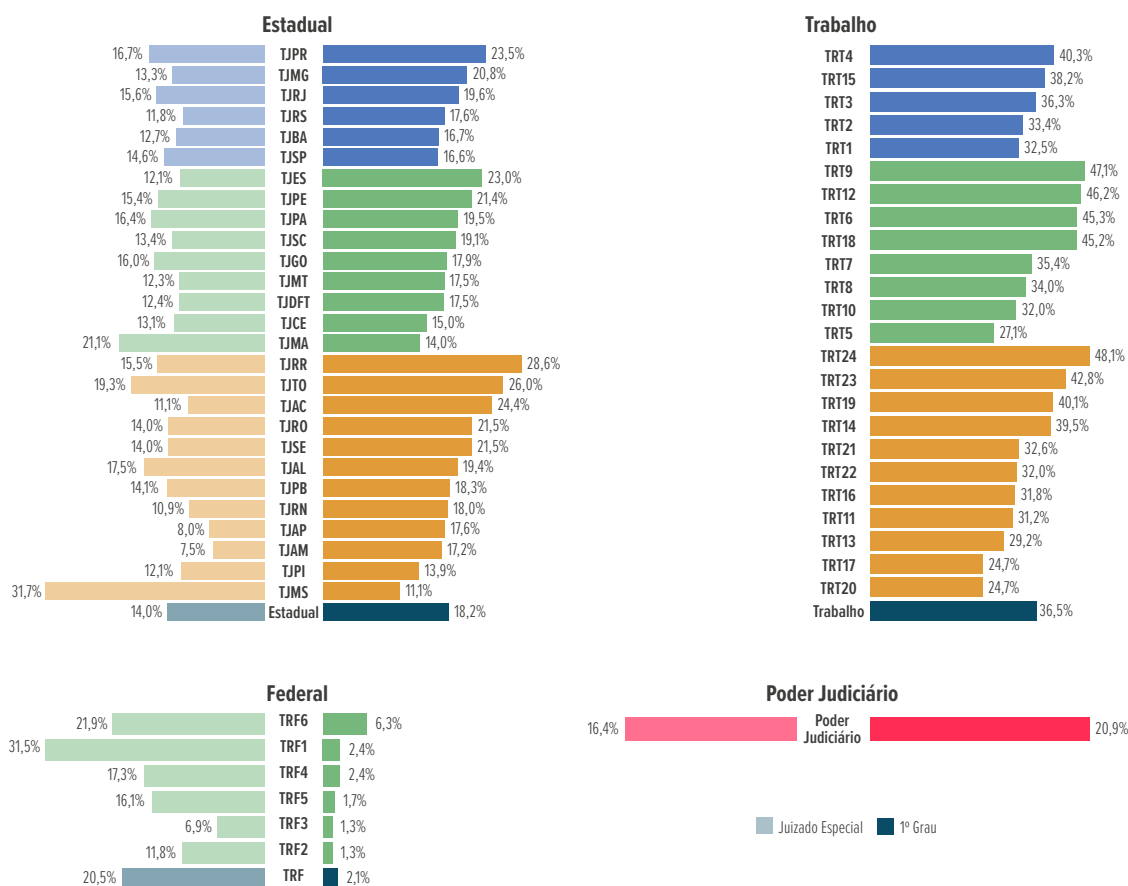


Figura 144 - Índice de Conciliação de processos não criminais no segundo grau, por tribunal.

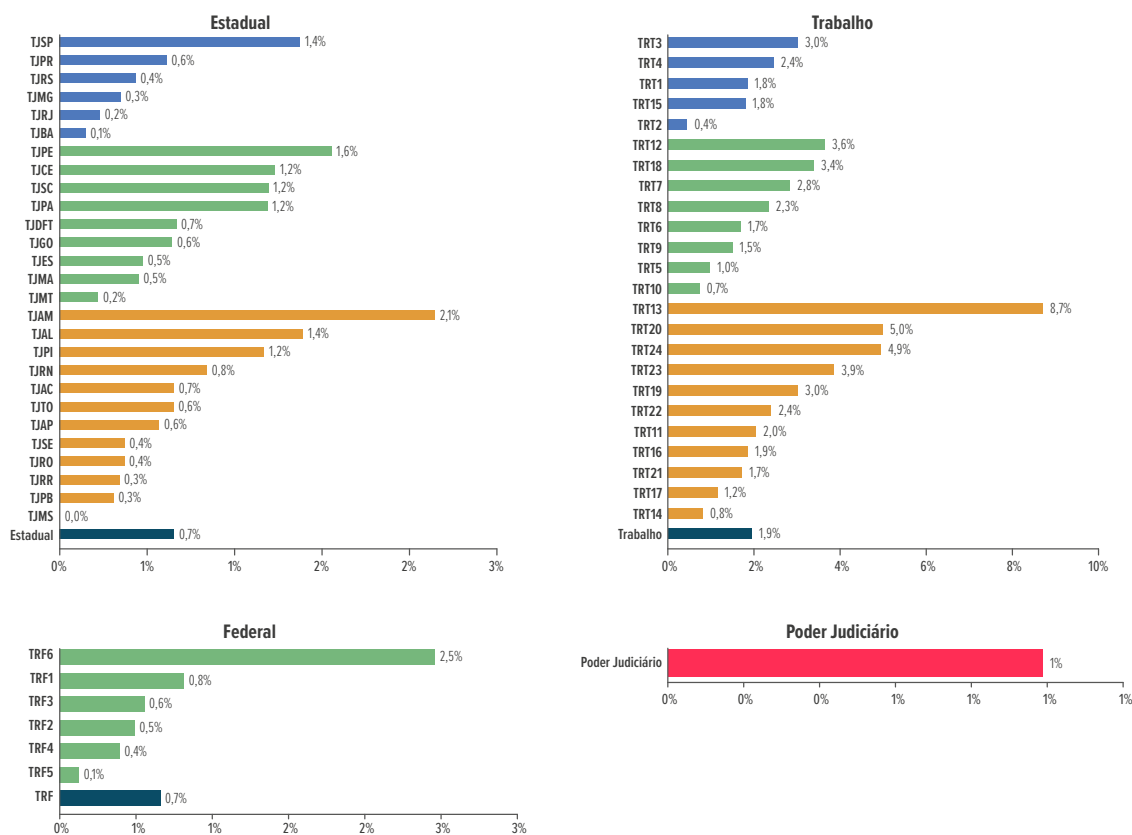


Figura 145 - Índice de Conciliação de processos de execução de títulos extrajudiciais não fiscais, por tribunal.

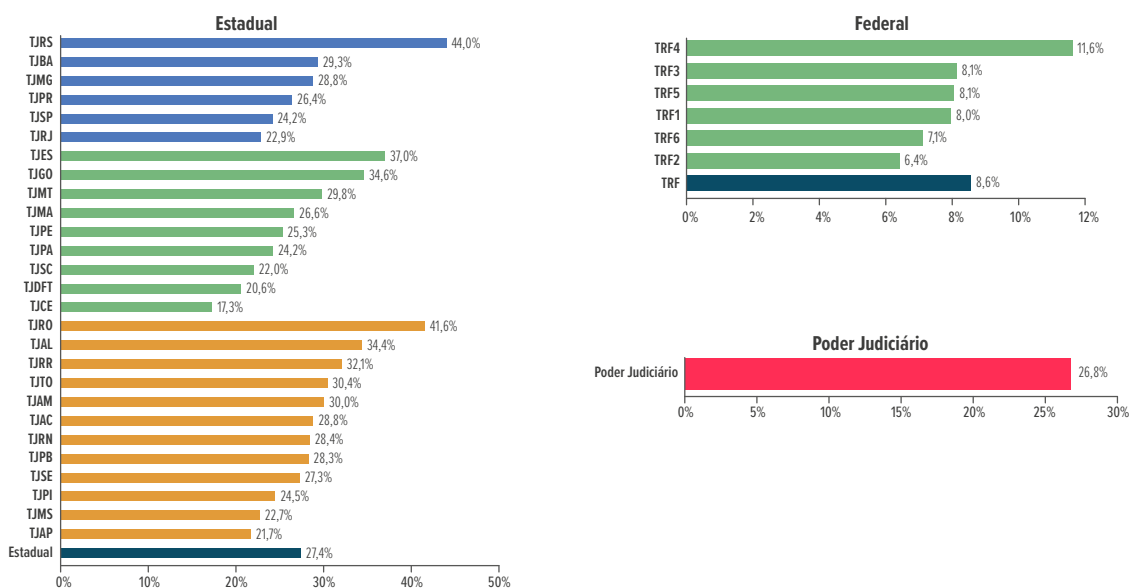


Figura 146 - Índice de Conciliação de processos de execução judicial nos Juizados Especiais e no Primeiro Grau, por tribunal.

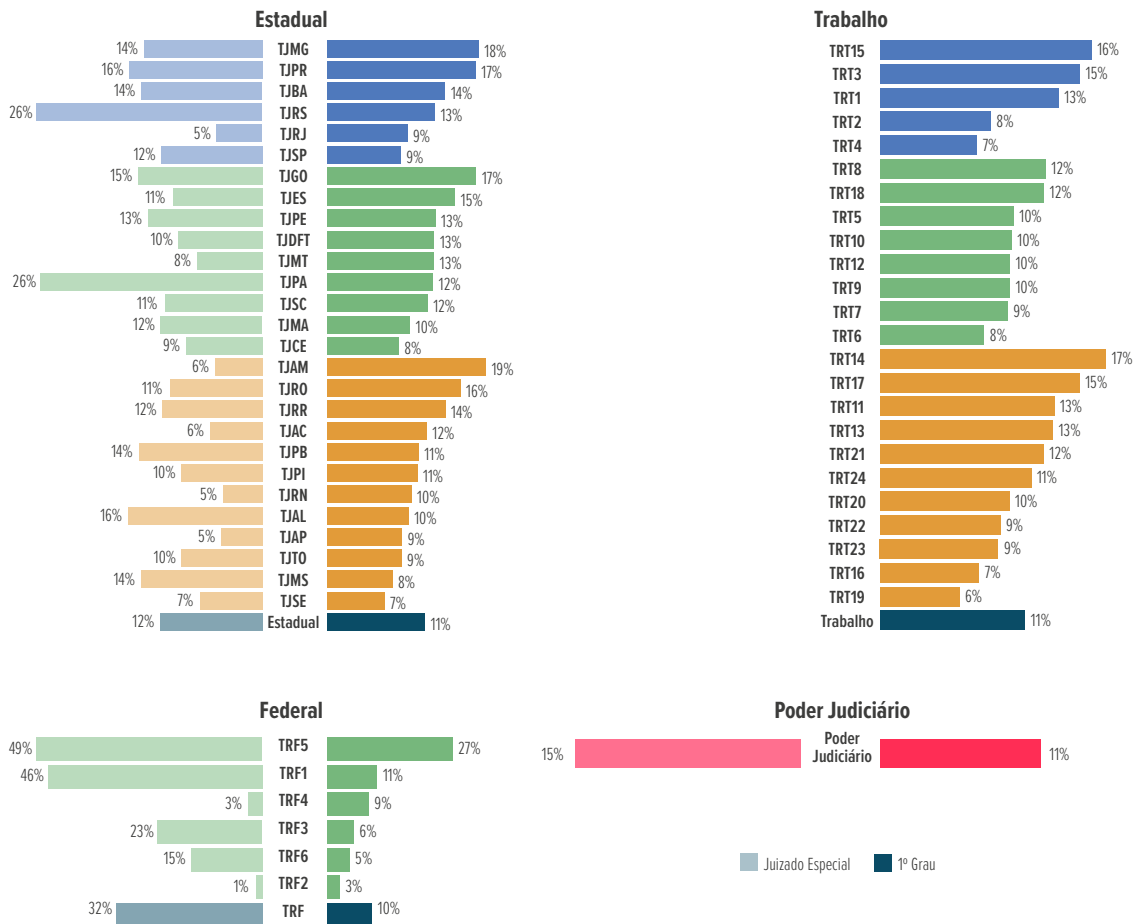
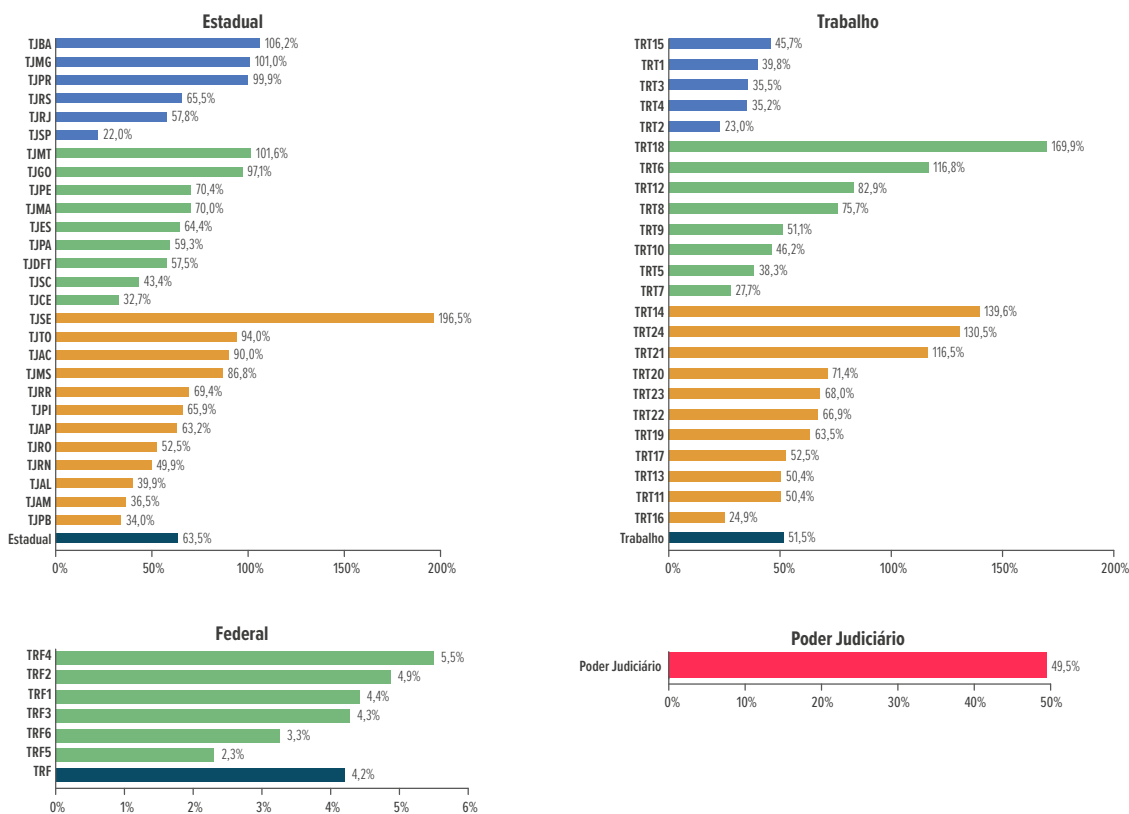


Figura 147 - Percentual de audiências de conciliação por casos novos, por tribunal.



8 RECORRIBILIDADE INTERNA E EXTERNA

O indicador da recorribilidade interna é dado pela relação entre o número de recursos endereçados ao mesmo órgão jurisdicional prolator da decisão recorrida e o número de decisões por ele proferidas, no período de apuração. Nesse índice, são considerados, por exemplo, os embargos declaratórios e infringentes, os agravos internos e regimentais.

Já o indicador da recorribilidade externa foi, desde o relatório de 2023, reformulado com o intuito de aperfeiçoar sua mensuração. Até a edição do Relatório Justiça em Números 2022 (ano-base 2021), o índice considerava no denominador de cálculo todas as sentenças e decisões interlocutórias, subestimando, assim, seu resultado, uma vez que grande parte dessas decisões interlocutórias não terão recurso à instância superior.

Dessa forma, considerando os dados calculados a partir do DataJud referentes aos anos-base de 2020 em diante, o indicador passou a ser calculado pela proporção entre o número de processos com recursos dirigidos a órgãos jurisdicionais de instância superior ou com competência revisora em relação ao órgão prolator da decisão e o número de processos com sentenças ou julgamentos definitivos no segundo grau.

No índice de recorribilidade externa, são computados, por exemplo, recursos de apelação, especiais (Resp) e extraordinários (RE). Em razão da mudança metodológica, a série histórica da recorribilidade externa está representada apenas a partir 2020.

Os indicadores apresentados neste capítulo podem ser assim sintetizados:

- ▶ **Recorribilidade externa:** computa o número de processos com recursos encaminhados do primeiro grau aos tribunais, e dos tribunais aos tribunais superiores, isto é, aqueles recursos que serão julgados por tribunal diverso do que prolatou a decisão recorrida, em relação ao número processos sentenciados na instância inferior.
- ▶ **Recorribilidade interna:** computa o número de recursos internos interpostos, ou seja, aqueles que serão julgados pelo próprio magistrado ou órgão prolator da decisão recorrida, em relação ao número de julgamentos definitivos no segundo grau e de sentenças proferidas.

O diagrama apresentado na Figura 148 ilustra o fluxo de funcionamento do sistema recursal do Poder Judiciário. Os círculos correspondem às instâncias e aos tribunais que recebem processos judiciais. As linhas e suas respectivas setas indicam os caminhos possíveis que um processo pode percorrer na hipótese de recurso.

Em cada instância/tribunal, é demonstrado o número de casos novos originários e recursais, bem como os percentuais de recorribilidade interna e externa.

Os Tribunais Superiores acabam se ocupando, predominantemente, de casos eminentemente recursais, os quais correspondem a 86,4% de suas demandas processuais. Situação similar ocorre no segundo grau dos tribunais de base.

A Justiça do Trabalho e a Justiça Federal correspondem aos segmentos com maior proporção de casos novos de segundo grau em instância recursal: 97,1% e 94,6%, respectivamente. Nos Tribunais Estaduais, a proporção é de 91,5%, nos Tribunais de Justiça Militar, 70,7%, e nos Tribunais Regionais Eleitorais, 30,3%.

O índice de recorribilidade externa tende a ser maior entre o segundo grau e os tribunais superiores do que entre o primeiro grau e segundo grau. Chegam aos Tribunais de segundo grau 25% das sentenças de primeiro grau, durante a fase de conhecimento e 7% das sentenças de primeiro grau na fase de execução; e, chegam aos tribunais superiores, 26% das decisões de segundo grau.

Os números variam significativamente entre os segmentos de justiça. A Justiça Eleitoral apresenta os menores índices, com a recorribilidade na fase de conhecimento do primeiro para o segundo grau correspondente a 2%, e do segundo grau para o TSE, igual a 12%.

Na Justiça Estadual, a recorribilidade de segundo grau foi de 19%. A recorribilidade do segundo grau para os tribunais superiores é mais elevada na Justiça Federal, que registrou índice de 43%, seguido da Justiça Trabalhista, que foi de 37%.

Interessante notar que os índices de recorribilidade da Justiça Estadual são menores que da Justiça Federal e do Trabalho, o que pode ter relação com o fato das custas da União possuírem valores inferiores às cobrados nos Estados, conforme ilustra a Figura 28 e o Diagnóstico das Custas Processuais Praticadas pelos Tribunais (CNJ, 2023).

A recorribilidade dos juizados especiais para as turmas recursais é menor que da justiça comum para o segundo grau, tanto na Justiça Estadual, quanto na Justiça Federal. Das sentenças da fase de conhecimento proferidas nos JEFs, 29% chegam às turmas recursais; enquanto das sentenças proferidas nas varas federais, 48% chegam aos TRFs. Na Justiça Estadual, a recorribilidade externa é de 19% nos Juizados Especiais e de 25% nas varas estaduais.

Os dados apresentados na Figura 149 mostram que o indicador de recorribilidade externa do segundo grau voltou a superar o indicador da fase de conhecimento do primeiro grau neste ano, atingindo, respectivamente, 26,2% no segundo grau e 25,1% na fase de conhecimento do primeiro grau e Juizados Especiais.

Ou seja, em cerca de um a cada quatro processos julgados, houve a remessa em grau de recurso do primeiro para o segundo grau, e, da mesma forma, um pouco mais de um a cada quatro processos, sobem das cortes de segundo para os Tribunais Superiores.

A Figura 151 apresenta os indicadores de recorribilidade externa por segmento de justiça, destacando-se as taxas de recorribilidade externa de segundo grau da Justiça Federal, Justiça Militar Estadual, e Justiça do Trabalho no ano de 2023, por apresentarem taxas acima de 35%, com, respectivamente, 43%, 39% e 37%, porém apresentando tendência de queda a partir do ano de 2021.

Quanto à recorribilidade interna, verifica-se que ela é mais frequente na segunda instância e nos Tribunais Superiores, comparativamente à primeira instância. A recorribilidade interna do segundo grau chega a ser 1,8 vezes mais frequente que a do primeiro grau.

A Figura 150 considera a série histórica dos recursos internos julgados por órgão do próprio tribunal prolator da decisão recorrida ou pelas unidades de primeiro grau e juizados especiais.

Há de se destacar que, a partir do ano de 2020, a recorribilidade interna passou a ser calculada pelo Datajud e a parametrização nacional pode ter ocasionado a queda do indicador no segundo grau em 2020. A partir dessa data também teve início o cálculo da recorribilidade na fase de execução do primeiro grau, antes não mensurada.

A Figura 152 apresenta os indicadores de recorribilidade interna por segmento de justiça. Observa-se que os cálculos com uso dos parâmetros do Datajud, a partir do ano de 2020, ocasionou relevantes impactos na redução dos indicadores de segundo grau da Justiça Estadual e da Justiça Federal. Destacam-se os índices de recorribilidade interna dos Tribunais Superiores, com taxa de 46% no ano de 2023.

Os embargos de declaração interpostos no primeiro grau representam 8% das decisões e sentenças, sendo mais utilizado na Justiça Federal (17,2%). No segundo grau, são recursos internos: os agravos, os embargos de declaração, as arguições de inconstitucionalidade e os incidentes de uniformização de jurisprudência.

A recorribilidade interna no segundo grau supera significativamente a do primeiro, representando 14% no segundo grau e 8% no primeiro grau. Nos TRTs está a maior recorribilidade interna de segundo grau, com percentual de 26%.

Figura 149 - Série histórica dos índices de recorribilidade externa

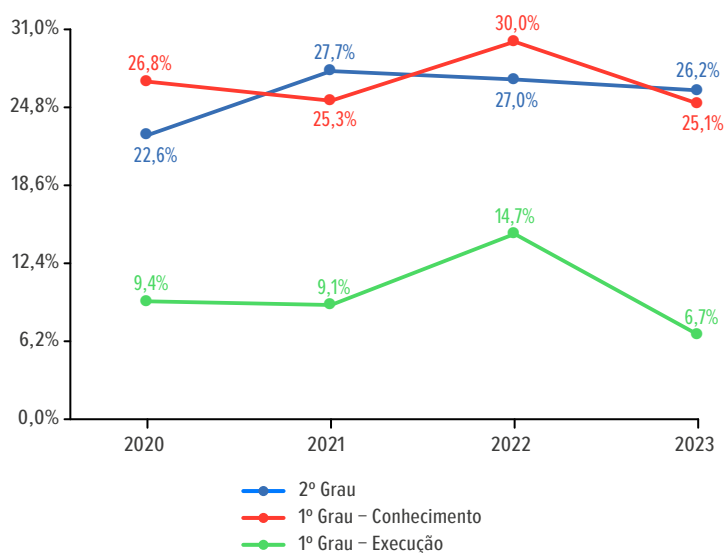


Figura 150 - Série histórica dos índices de recorribilidade interna

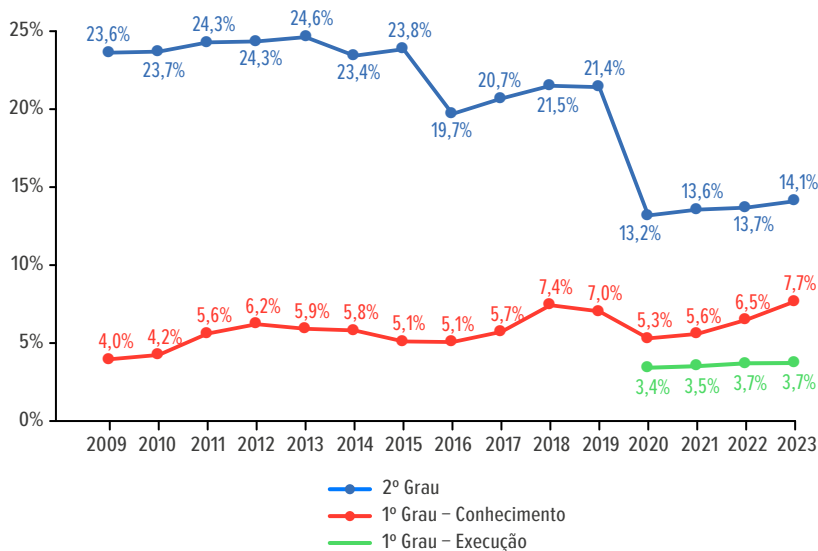


Figura 151 - Séries históricas dos índices de recorribilidade externa, por ramo de justiça

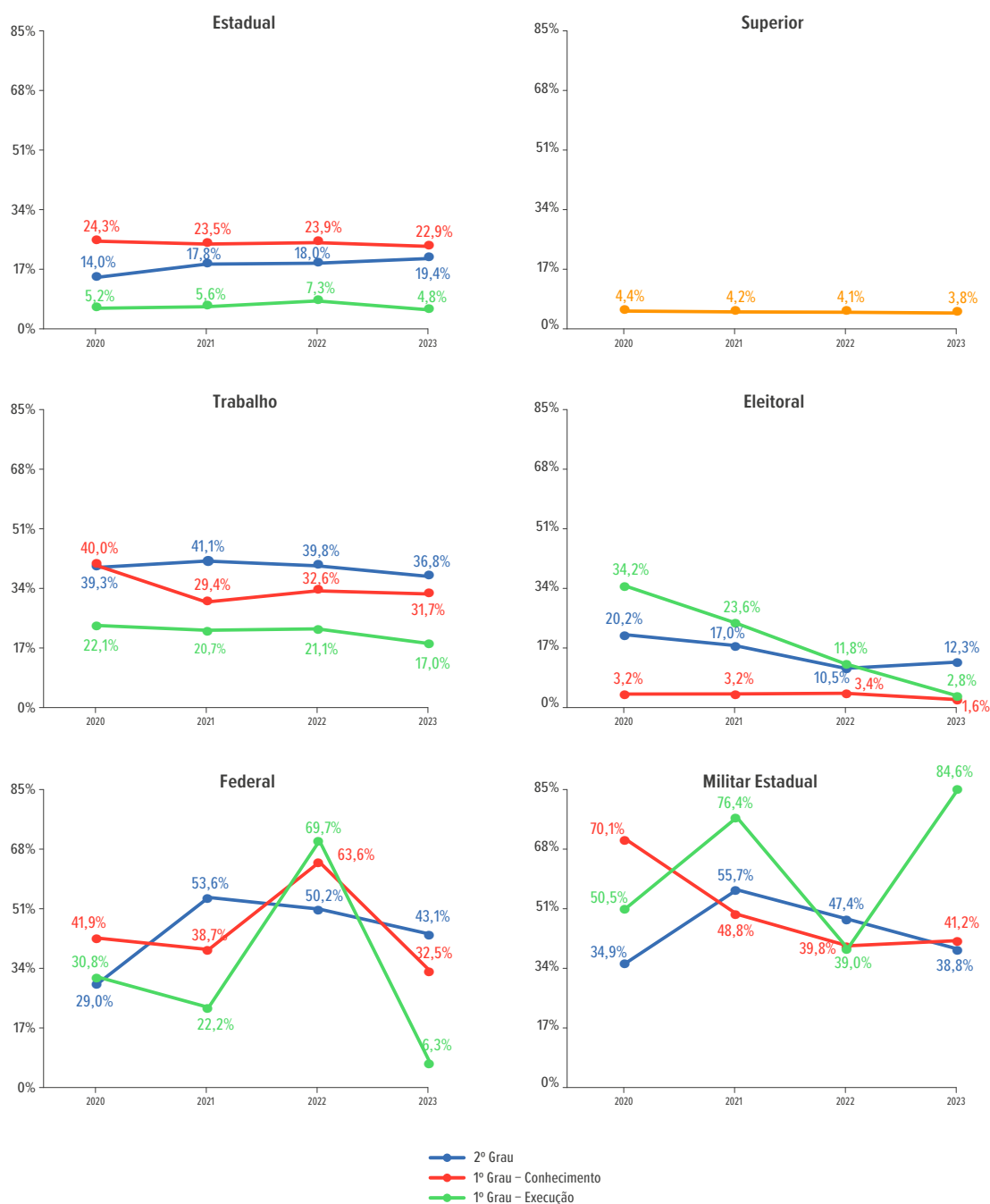
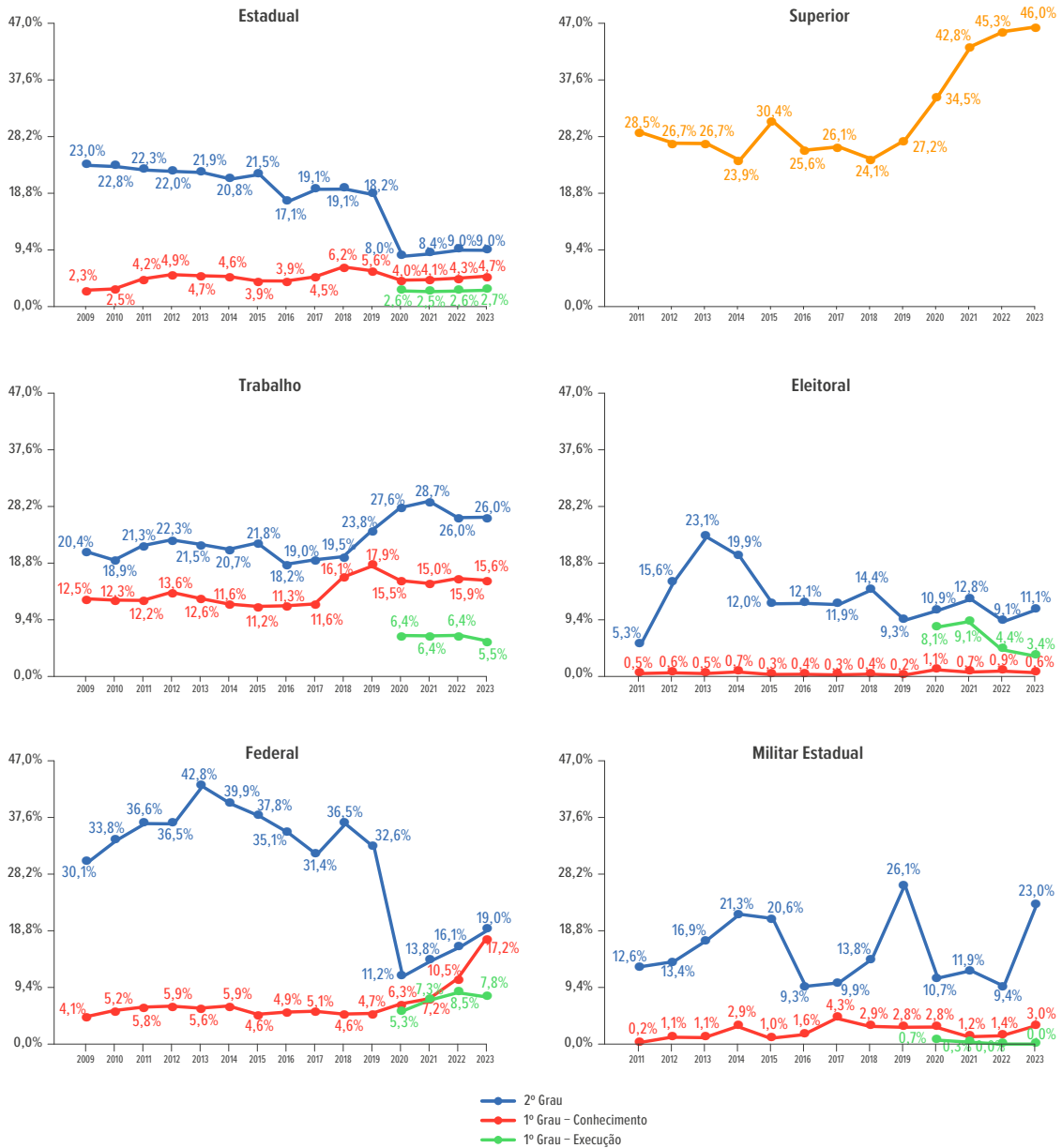


Figura 152 - Séries históricas dos índices de recorribilidade interna, por ramo de justiça



As Figuras 153, 154 e 155 trazem, respectivamente, os índices de recorribilidade externa e interna do segundo grau; da fase de conhecimento de primeiro grau; e da fase de execução do primeiro grau.

Observa-se na Figura 153, que são grandes as variações entre os tribunais, o que pode denotar a falta do uso de movimentos adequados segundo as tabelas processuais unificadas e a parametrização do DataJud.

Em relação à recorribilidade interna de segundo grau, e considerando apenas os segmentos das Justiças Estadual, Federal e Trabalhista, o TRF5 foi o que apresentou o maior índice de recorribilidade interna de segundo grau do Poder Judiciário (43%), e vários tribunais apresentaram valores muito baixos e até próximos de zero.

Na Justiça do Trabalho há maior uniformidade dos dados, provavelmente por ser um segmento organizado em que todos os tribunais se valem de métodos similares no tratamento de dados e relação de “de-para” entre eventuais movimentos locais e os nacionais (Figura 153), com exceção da informação apresentada pelo TRT13.

Em relação à recorribilidade externa de primeiro grau na fase de conhecimento (Figura 154), da mesma forma, há grandes variações, com o maior índice no TRF4 (46%) e o menor, no TJRR (10%), levando-se em consideração os segmentos trabalhista, federal e estadual. Na fase de execução, a maior recorribilidade externa de primeiro grau está no TRT14 (31%).

Na recorribilidade interna de primeiro grau, o TRF5 obteve o maior índice de recorribilidade interna tanto na fase de conhecimento (68%), e o TRF5, quanto na fase de execução (34%).

Figura 153 - Índices de recorribilidade interna e externa no segundo grau, por tribunal.

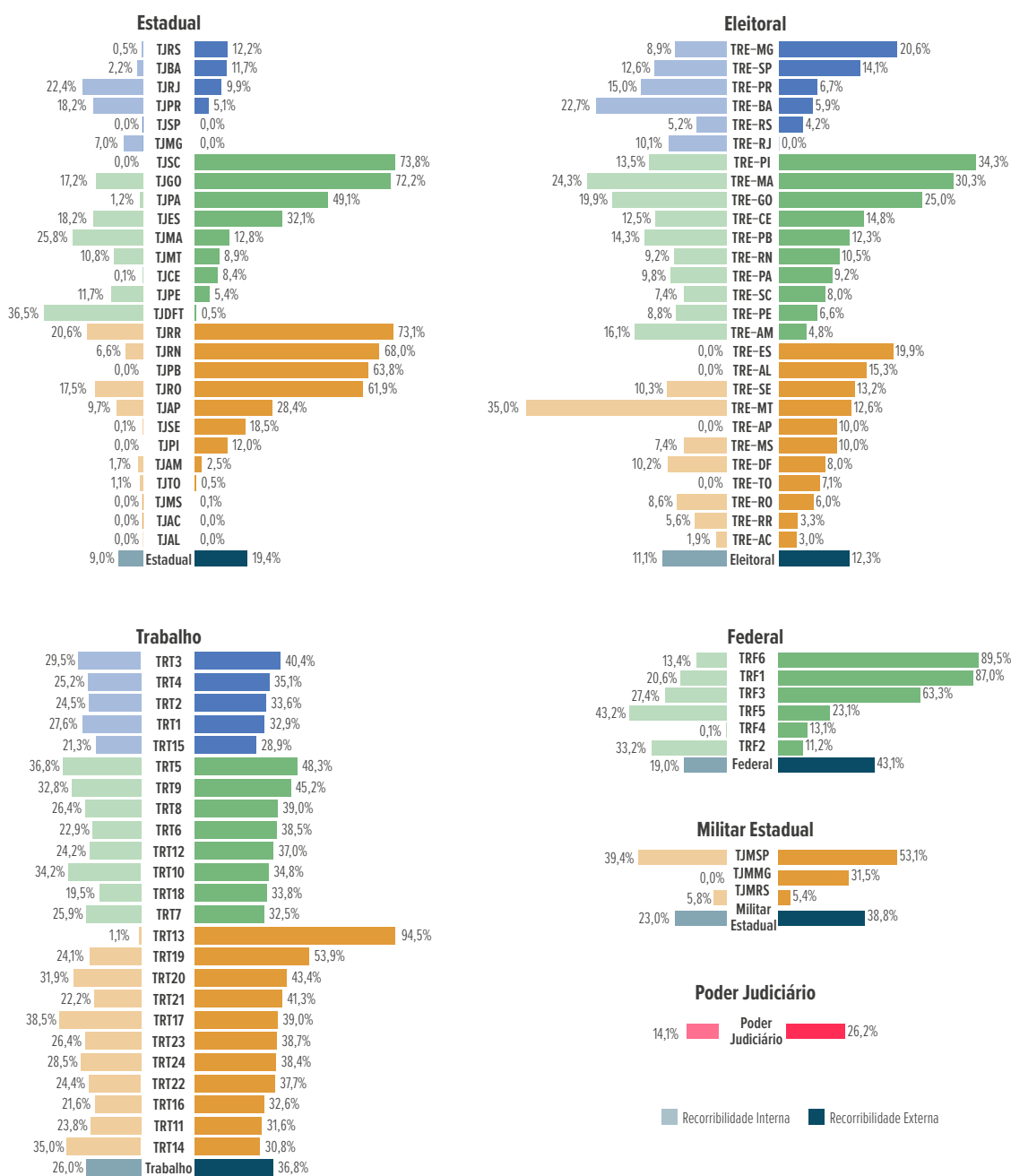


Figura 154 - Índices de recorribilidade interna e externa na fase de conhecimento do primeiro grau, por tribunal.

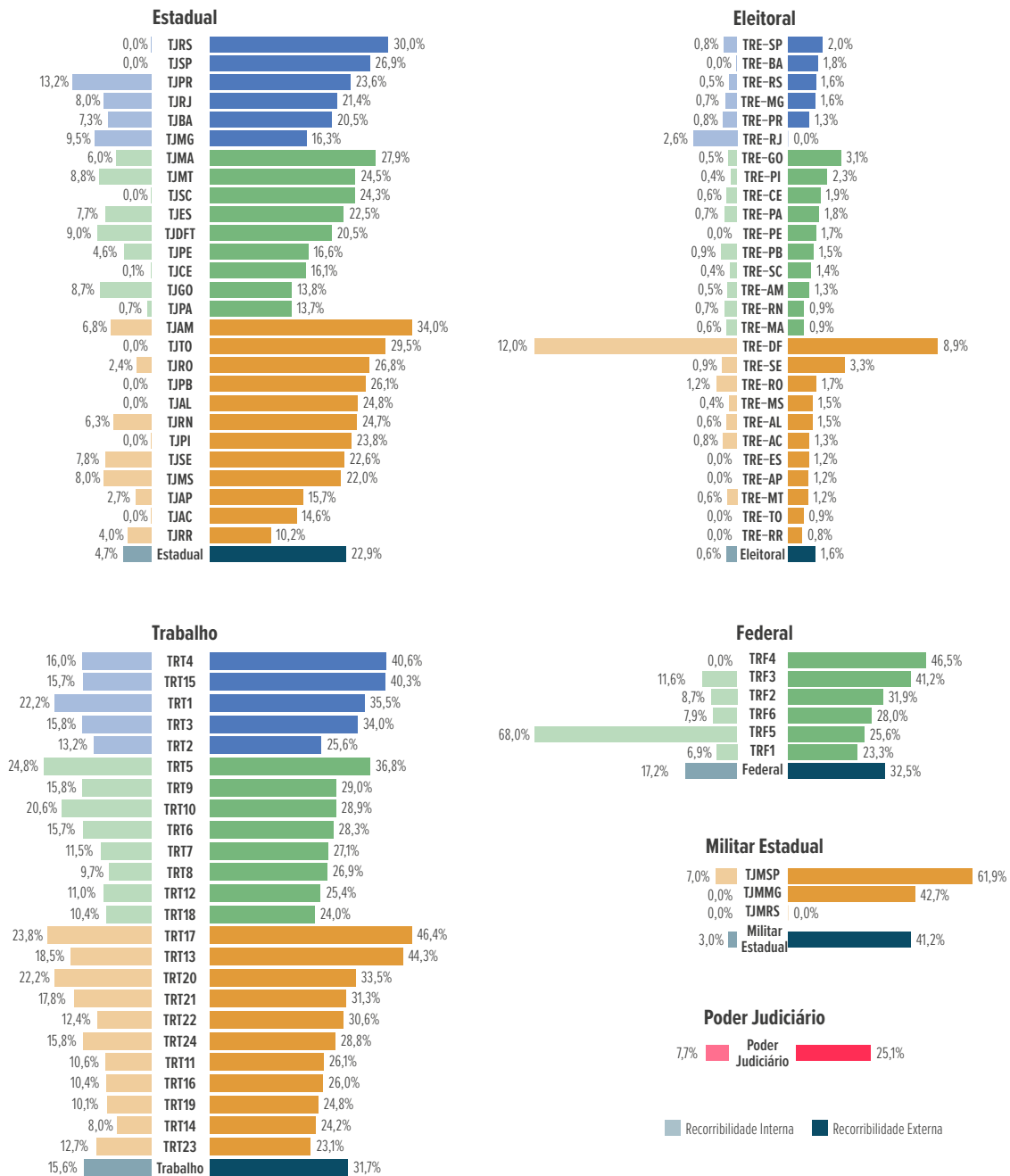
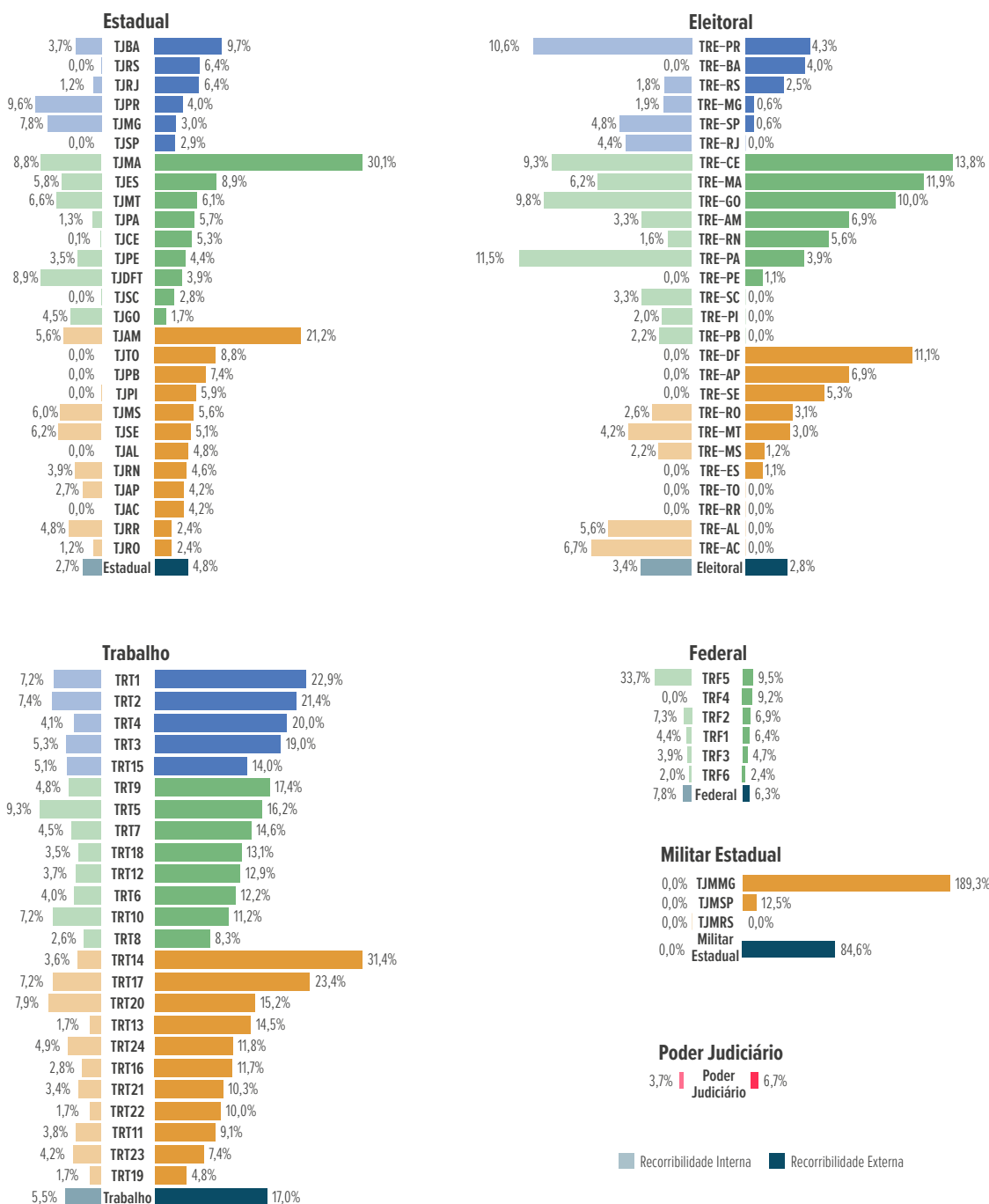


Figura 155 - Índices de recorribilidade interna e externa na fase de execução do primeiro grau, por tribunal.



9 TEMPOS DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS

Os tempos de tramitação dos processos são apresentados a partir de três indicadores: o tempo médio do início da ação até a sentença, o tempo médio do início da ação até a baixa e a duração média dos processos que ainda estavam pendentes em 31/12/2023.

Antes, porém, relevante explicitar alguns conceitos e marcos que figuram como premissas para a elaboração desta parte do Relatório. Em relação ao tempo de processo, são considerados como marcos iniciais, os seguintes eventos:

- ▶ Tempo do processo no segundo grau ou nos tribunais superiores: datas do recebimento dos autos pelo tribunal, quando se tratar de recurso, ou data de ajuizamento nessa instância, quando se tratar de processos originários;
- ▶ Tempo de processo na fase de conhecimento do primeiro grau ou dos juizados especiais: data de ajuizamento no processo nessa instância, exceto nos casos criminais, em que se conta a partir do movimento de recebimento da denúncia ou evolução para uma classe de ação penal;
- ▶ Tempo de processo na fase de execução do primeiro grau ou dos juizados especiais: data da execução iniciada ou do cumprimento de sentença ou do início da liquidação, o que ocorrer primeiro;
- ▶ Tempo de processo nas Turmas Recursais: data de recebimento dos autos pela turma, quando se tratar de recurso, ou data do ajuizamento quando se tratar de feitos originários.

No que diz respeito aos marcos finais:

- ▶ Tempo de baixa: primeira baixa ocorrida na instância em que se mensura o dado, para os processos que receberam o primeiro movimento de baixa no ano 2023 na instância/fase processual;
- ▶ Tempo de tramitação dos processos pendentes: o último dia do período mensurado, no caso, 31 de dezembro de 2023, para os processos pendentes na data de referência;

- ▶ Tempo de tramitação dos processos pendentes líquido: o último dia do período mensurado, no caso, 31 de dezembro de 2023, para os processos pendentes líquidos na data de referência, ou seja, excluídos os suspensos, sobrestados e em arquivo provisório. Também são desconsiderados todos os períodos que o processo permaneceu nas situações de suspensão/sobrestamento/arquivamento;
- ▶ Tempo de decisão terminativa/sentença: a primeira sentença/decisão terminativa dos autos, para os processos que receberam o primeiro movimento de julgamento no ano 2023 na instância/fase processual.

Para identificação dos movimentos processuais que caracterizam o processo pendente, julgado ou baixado, estão disponíveis as regras de parametrização, que podem ser encontradas no endereço <http://www.cnj.jus.br/sistemas/datajud/parametrizacao/>.

Para fins de contabilização das estatísticas, os dados e informações divulgados pelo CNJ sobre o “tempo de tramitação dos processos” consideram-se, separadamente, o tempo na fase de conhecimento e o tempo na fase de cumprimento, pois, embora as fases não sejam consideradas como dois processos autônomos, há necessidade de se saber o tempo de cognição e da manifestação do Poder Judiciário separadamente do tempo da efetivação do direito reconhecido.

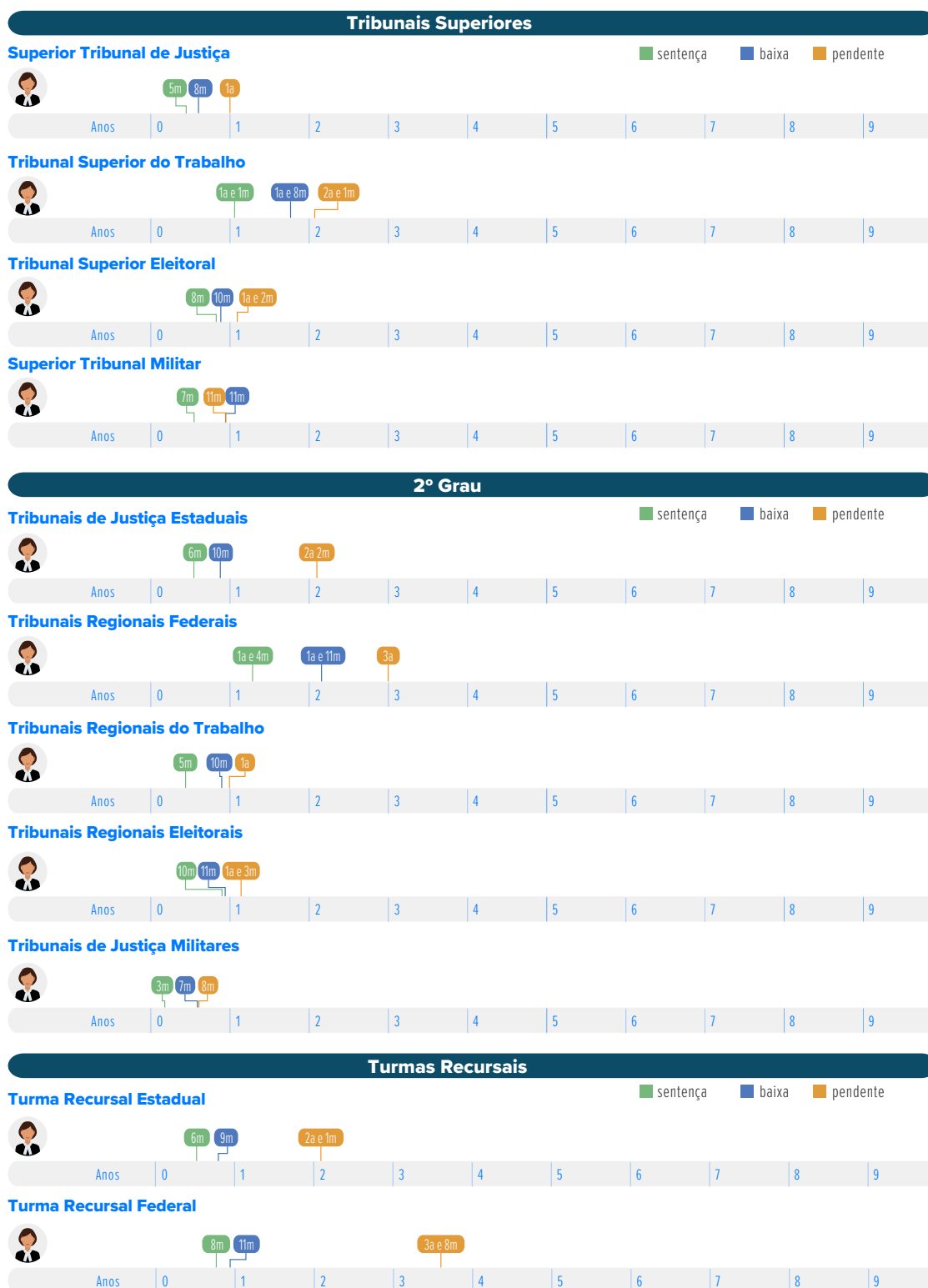
O diagrama apresentado na Figura 156 demonstra o tempo em cada fase do processo e em cada instância do Poder Judiciário. Note-se que nem todos os processos seguem a mesma trajetória e, portanto, os tempos não podem ser somados.

Por exemplo, alguns casos ingressam no primeiro grau e são finalizados nesta mesma instância. Outros, recorrem até a última instância possível. Alguns processos findam na fase de conhecimento, outros seguem até a fase de execução.

Em geral, o tempo médio do acervo (processos pendentes) é maior que o tempo da baixa. As maiores faixas de duração estão concentradas no tempo do processo pendente, em específico na fase de execução da Justiça Federal (7 anos e 1 mês) e da Justiça Estadual (5 anos e 6 meses).

As execuções penais foram excluídas do cálculo, uma vez que os processos desse tipo são mantidos no acervo até que as penas sejam cumpridas. Por fim, destaca-se o tempo da sentença na fase de execução no primeiro grau da Justiça Federal (10 anos), sendo o maior tempo de duração observado na Figura 156.

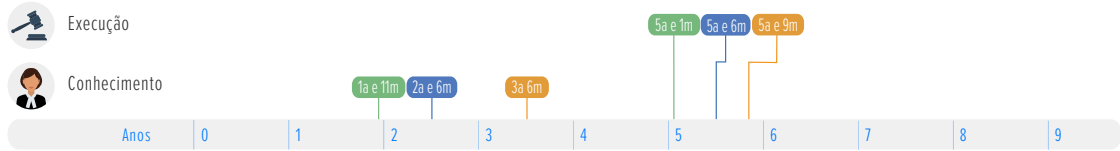
Figura 156 - Diagrama do tempo de tramitação do processo



1º Grau

■ sentença ■ baixa ■ pendente

Varas Estaduais



Varas Federais



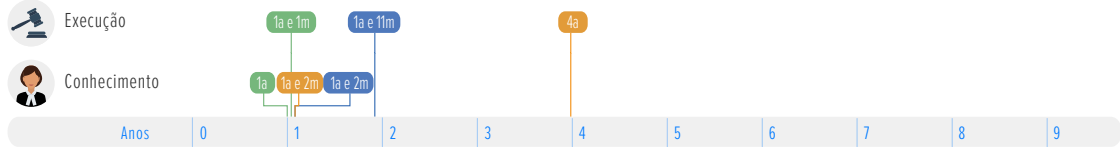
Varas do Trabalho



Zonas Eleitorais



Auditorias Militares Estaduais



Auditoria Militar da União



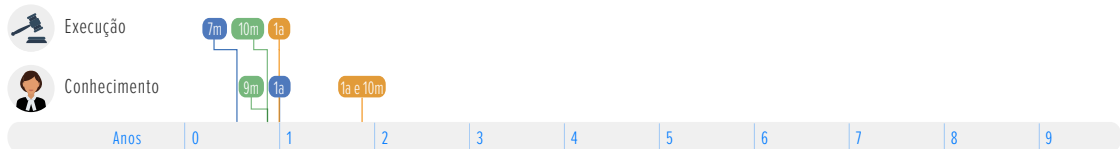
Juizados Especiais

Juizados Especiais Estaduais

■ sentença ■ baixa ■ pendente



Juizados Especiais Federais



A Figura 157 traz a série histórica do tempo médio de duração dos processos. Observa-se que os tempos médios entre o início do processo e a baixa; e do início do processo até a sentença apresentaram leve crescimento no último ano, com aumento médio de cerca de 2 meses nos tempos médios da sentença e da baixa. Por outro lado, o tempo do acervo diminuiu cerca de 3 meses em 2023, chegando a 4 anos e 3 meses.

A redução do tempo do processo pendente, combinada com o aumento do tempo do processo julgado e baixado, denota que no ano de 2023 os processos mais antigos foram impulsionados, que, em geral, são os processos de mais difícil solução. Já as reduções dos tempos do acervo e o do baixado, entre 2019 e 2020, podem ter ocorrido pela mudança de forma de cálculo a partir de 2020, em razão da implantação do DataJud.

Como a base de dados e os cálculos passaram a ser centralizados no CNJ, a ruptura na série histórica, entre os anos de 2019 e 2020, pode ser reflexo da mudança na forma de cálculo, que passa a ser mais confiável, segura e uniforme, por ser integralmente desenvolvida e aplicada no CNJ.

As séries históricas por ramo de justiça constam na Figura 158. Observa-se que o leve crescimento do tempo médio da sentença no Poder Judiciário também pode ser observado na Justiça Estadual, na Justiça Eleitoral, na Justiça Federal e nos Tribunais Superiores.

Por outro lado, o padrão de decréscimo no tempo do acervo observado em 2023 também está presente na série histórica da Justiça Estadual, da Justiça Militar Estadual, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal.

Pela Figura 159, é possível verificar os tempos médios da baixa e do acervo por tribunal e por segmento de justiça. A maior distância entre as duas dimensões de tempo está na Justiça Estadual e na Federal.

Na Justiça Estadual, os processos estão pendentes há uma média de 4 anos e 5 meses; e os baixados de 2023 levaram 2 anos e 10 meses para serem solucionados. Na Justiça Federal, a diferença é ainda maior: enquanto os pendentes aguardam solução definitiva há 4 anos e 3 meses, o tempo da baixa foi de 2 anos e 3 meses.

Os Tribunais Superiores, a Justiça Eleitoral e a Justiça Militar Estadual destacam-se por apresentar tempo médio dos casos pendentes inferior a 2 anos, e com valores mais próximos entre o tempo dos baixados e o tempo dos pendentes.

Figura 157 - Série histórica do tempo médio de duração dos processos

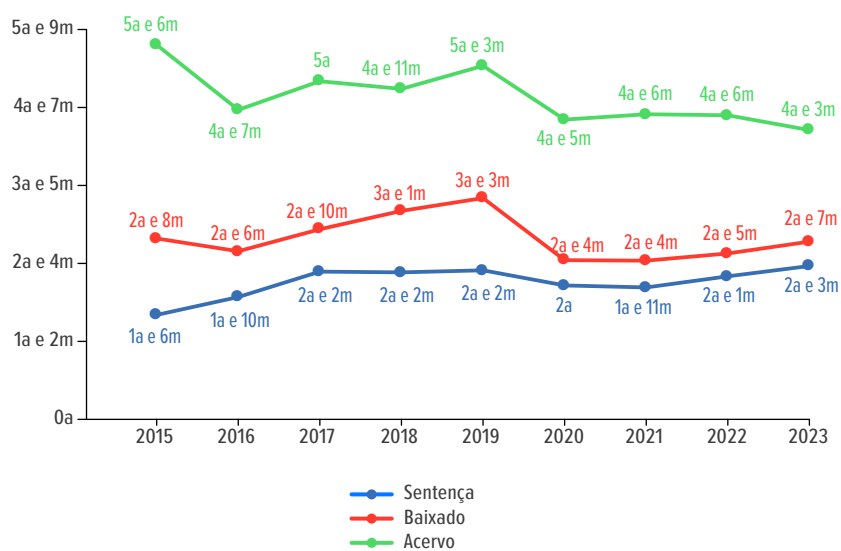


Figura 158 - Série histórica do tempo médio de duração dos processos, por justiça

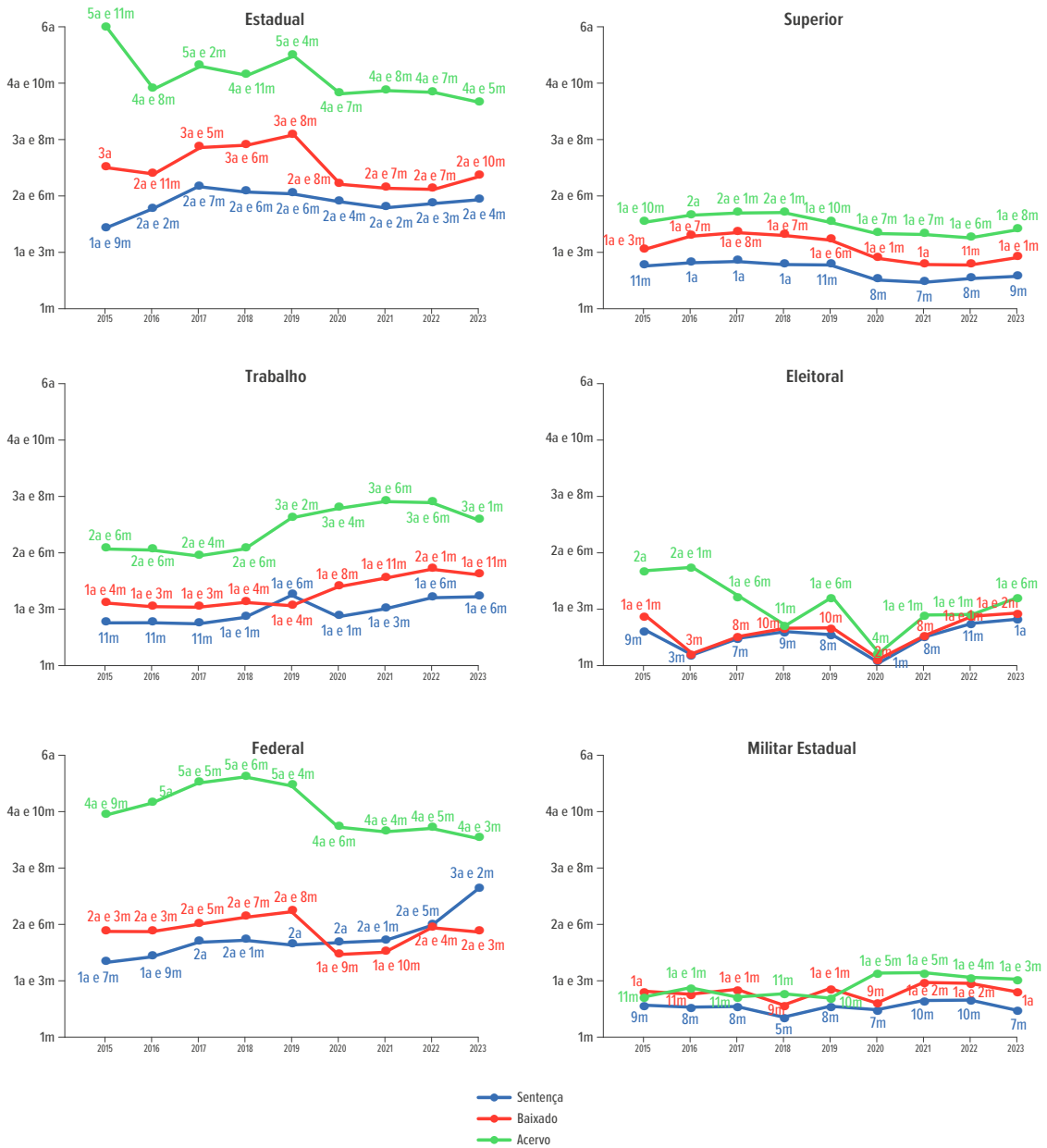
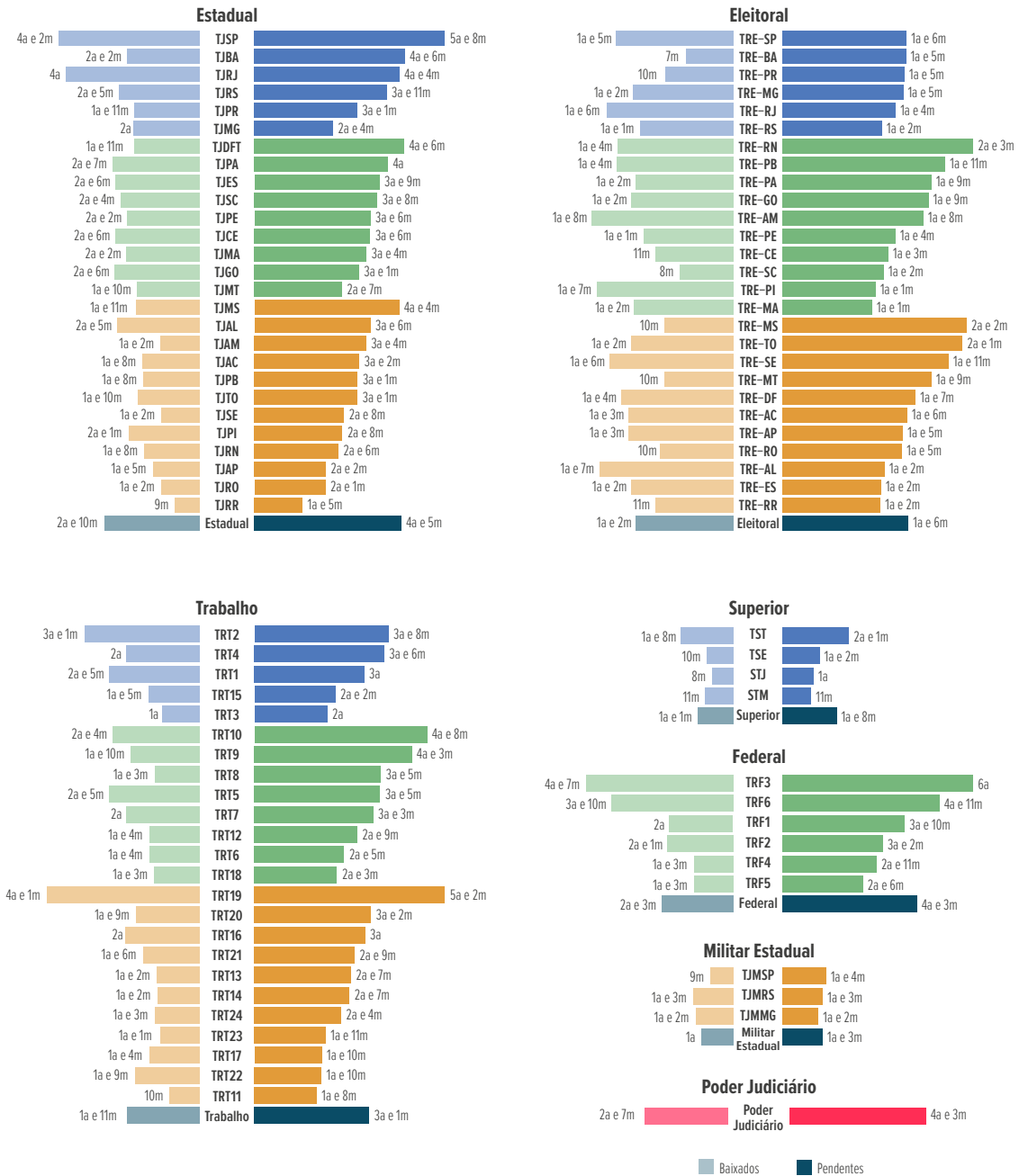


Figura 159 - Tempo médio de tramitação dos processos pendentes e baixados, por tribunal



Pela Figura 160, é possível analisar o tempo médio decorrido entre o recebimento da ação até o julgamento, com comparação entre o primeiro grau e o segundo grau. Enquanto, no primeiro grau, leva-se uma média de 2 anos e 8 meses, no segundo grau, esse tempo é reduzido para mais de um quarto: 7 meses.

A fase de conhecimento, na qual o juiz tem de vencer a postulação das partes e a dilação probatória para chegar à sentença, é mais célere que a fase de execução que, em regra, não envolve cognição, mas somente concretização do direito reconhecido na sentença ou no título extrajudicial.

Porém, esse tempo pode ser prejudicado pelas dificuldades na execução e constrição patrimonial que ocorrem nessa fase. Há raras incidências de tempo médio na fase de conhecimento superando o tempo da fase de execução no primeiro grau, verificadas somente no TRT2, no TJMMG e no TJMS, conforme observado na Figura 161.

Para receber uma sentença, o processo leva aproximadamente o triplo de tempo na fase de execução (4 anos e 6 meses) do que na de conhecimento, que tem uma média de 1 ano e 5 meses até a primeira sentença. Esse dado é coerente com o observado na taxa de congestionamento: 81% na fase de execução e 65% na fase de conhecimento.

Na execução, o maior tempo médio está na Justiça Federal, 8 anos e 9 meses, seguido pela Justiça Estadual: 4 anos e 4 meses, em contraste com o tempo médio de na fase de conhecimento 11 meses e de 1 ano e 7 meses, respectivamente; dados que revelam agilidade na fase de conhecimento e dificuldades na fase executória.

Figura 160 - Tempo médio do início do processo até a sentença no segundo grau e primeiro grau, por tribunal

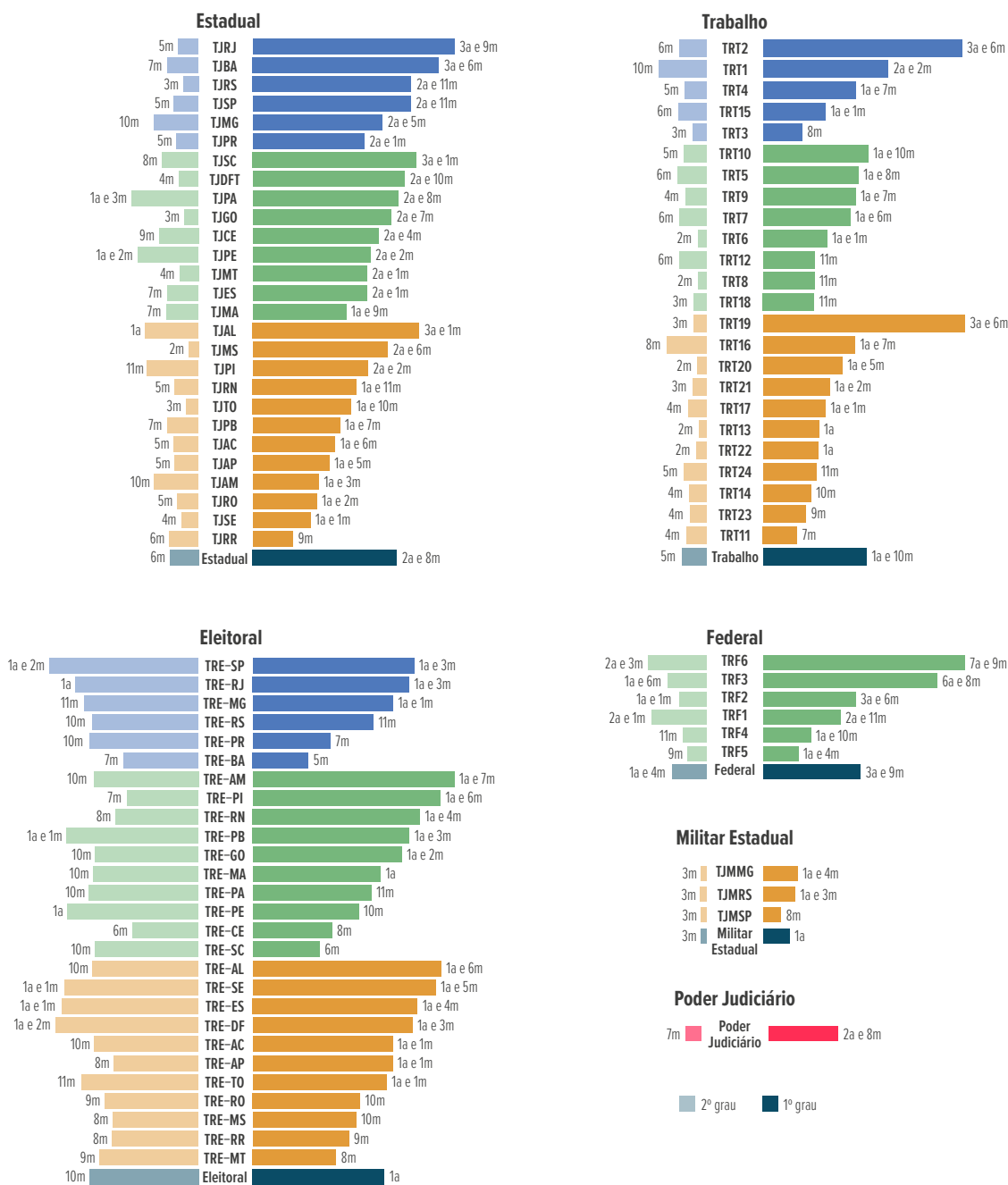
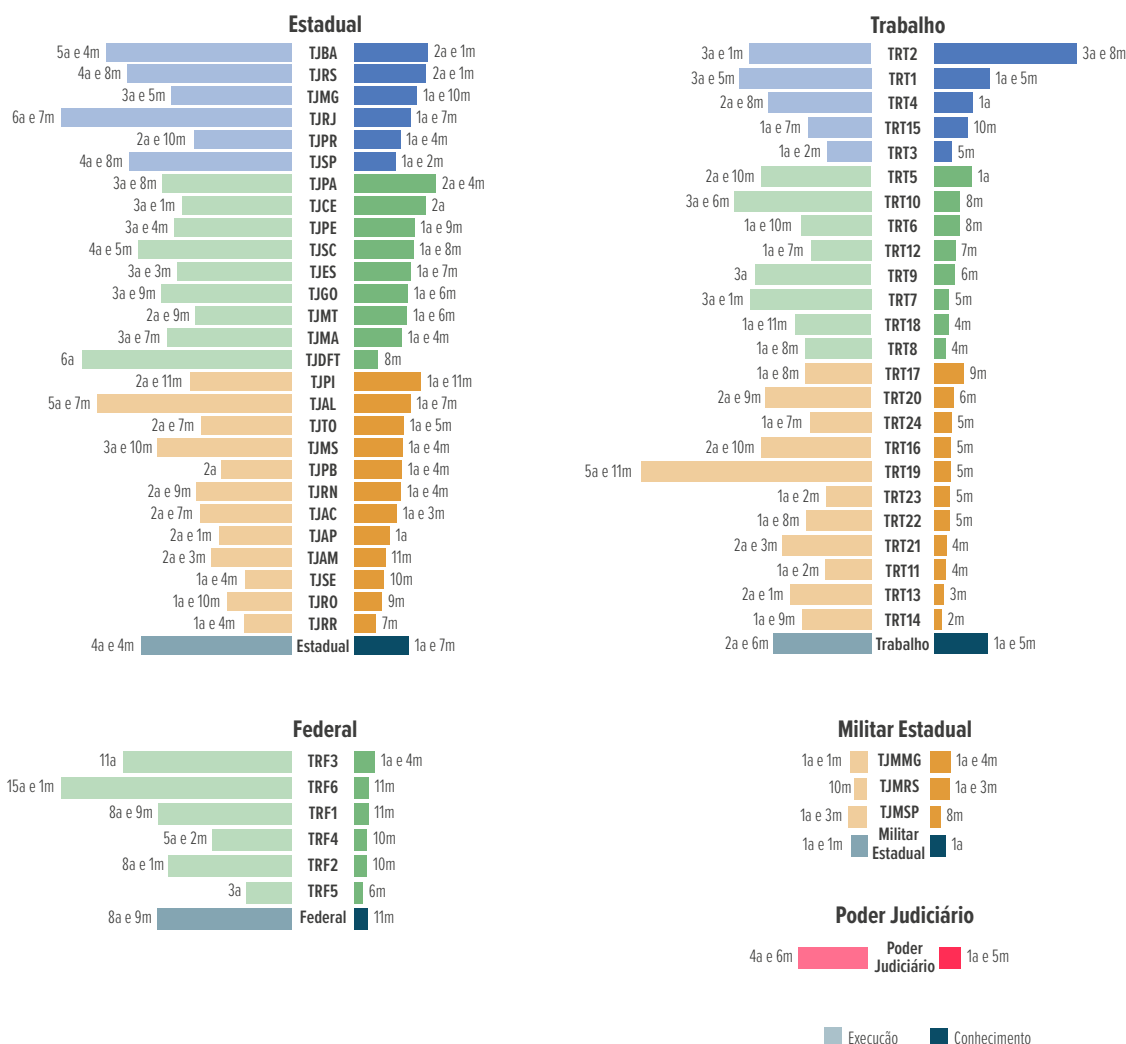


Figura 161 - Tempo médio do início do processo até a sentença nas fases de execução e conhecimento, no primeiro grau, por tribunal



O indicador do tempo de baixa apura o número de dias efetivamente despendidos entre o início do processo e o primeiro movimento de baixa em cada fase. Também, aqui, evidencia-se desproporção entre os processos nas fases de conhecimento e execução. Quando é iniciada a execução ou liquidação no processo, caracteriza-se a baixa na fase de conhecimento, ao mesmo tempo em que se inicia o cômputo do processo como um caso novo de execução.

A baixa na execução, por sua vez, ocorre somente quando a parte tem o conflito totalmente solucionado perante a Justiça, por exemplo, quando os precatórios são pagos ou as dívidas liquidadas. Cabe esclarecer que os processos podem ficar suspensos durante esse período que aguarda pagamento, passando a ser desconsiderado no cálculo dos pendentes líquidos.

É possível que o tempo decorrido entre o início do processo até a data da primeira baixa seja inferior ao tempo decorrido até a primeira sentença. Isso ocorre porque os dados são representados por médias de eventos ocorridos no ano específico, 2023.

Dessa forma, nem todos os processos baixados em 2023 foram necessariamente sentenciados no mesmo ano. Ou seja, para a análise do tempo, o universo de processos que tiveram a primeira sentença no período de referência é diverso do universo daqueles que tiveram a primeira baixa no mesmo período. A proximidade entre as médias significa, tão somente, que a baixa ocorre logo após a sentença, sem grandes delongas.

O tempo do processo baixado no Poder Judiciário é de 11 meses no segundo grau (Figura 162), de 1 ano e 11 meses na fase de conhecimento em primeiro grau (Figura 163) e de 4 anos e 2 meses na fase de execução do primeiro grau (Figura 164). Mais uma vez é demonstrado que a fase de execução é a mais demorada, acarretando grande acúmulo de processos pendentes.

No que se refere ao tempo de duração dos processos que ainda estão pendentes de baixa, o termo final de cálculo foi 31 de dezembro de 2023. Observa-se que o Poder Judiciário apresentou tempo do estoque superior ao da baixa tanto no segundo grau quanto no primeiro grau, nas fases de conhecimento e execução.

O tempo médio de duração dos processos em tramitação no segundo grau é de 2 anos e 2 meses (2,3 vezes superior ao tempo de baixa, conforme Figura 162); o tempo médio de duração dos processos em tramitação na fase de conhecimento de primeiro grau é de 2 anos e 11 meses (1,5 vez superior ao tempo de baixa, conforme Figura 163); e o tempo médio de duração dos processos em tramitação na fase de execução do primeiro grau é de 5 anos e 7 meses (1,4 vez superior ao tempo de baixa, conforme Figura 164).

Na Figura 165 estão representados os tempos médios de tramitação dos casos pendentes sem levar em consideração as execuções judiciais e extrajudiciais, separando-os entre as versões brutas e líquidas.

No tempo médio bruto, é levado em consideração todo o período desde o início da ação judicial até o dia 31 de dezembro de 2023 de todos os casos pendentes. Já no tempo líquido, além de retirar da base de cálculo os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório, também são descontados os períodos em que os processos permaneceram nessas situações.

Assim, o tempo médio do acervo de conhecimento em instâncias originárias ou recursais do Poder Judiciário foi de 2 anos e 10 meses. Descontados os períodos de suspensão/sobrestamento, o tempo de tramitação foi de 2 anos e 4 meses.

Figura 162 - Tempo médio de tramitação dos processos pendentes e baixados no segundo grau e nos Tribunais Superiores

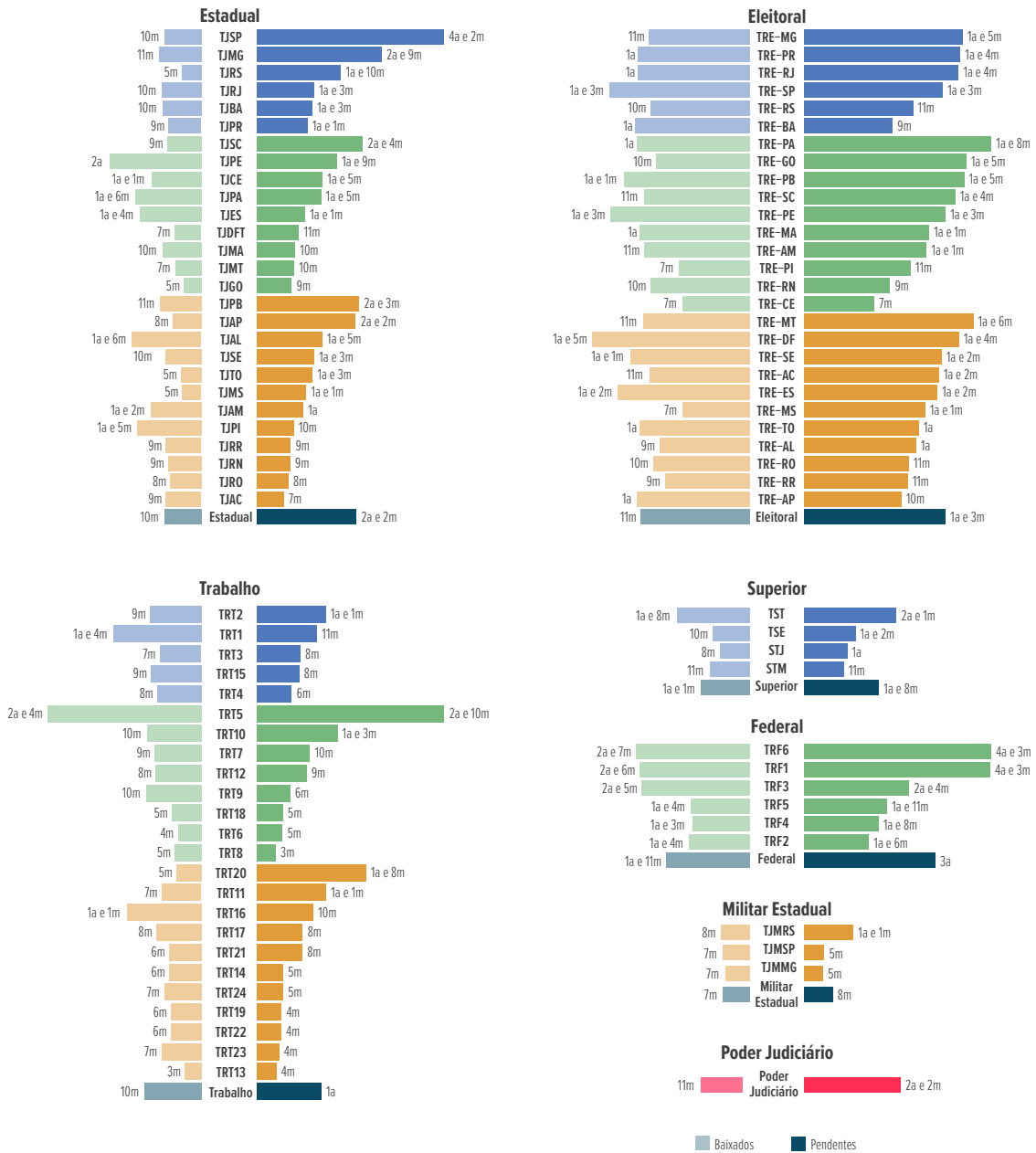


Figura 163 - Tempo médio de tramitação dos processos pendentes e baixados na fase de conhecimento de primeiro grau

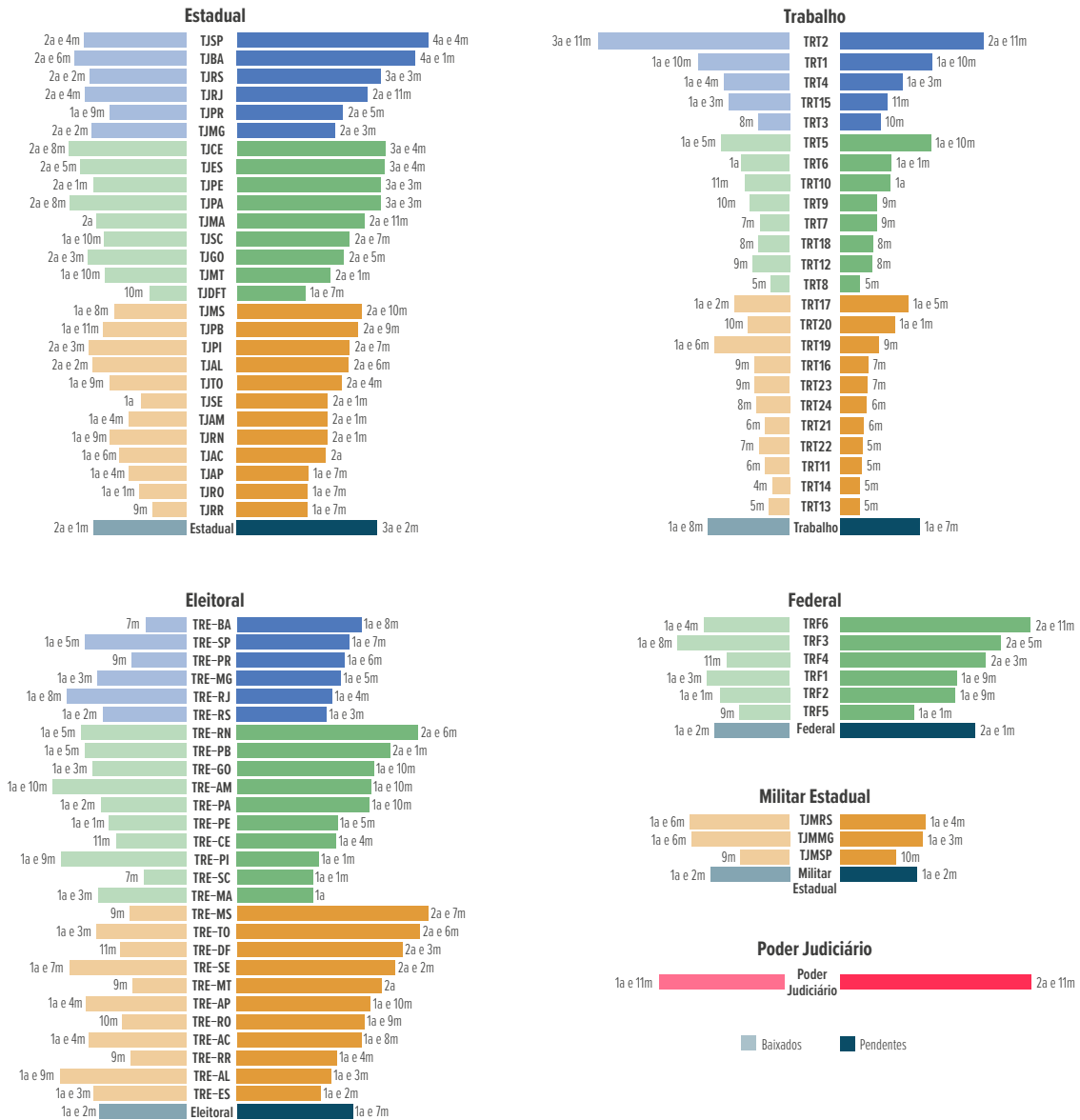


Figura 164 - Tempo médio de tramitação dos processos pendentes e baixados na fase de execução de primeiro grau

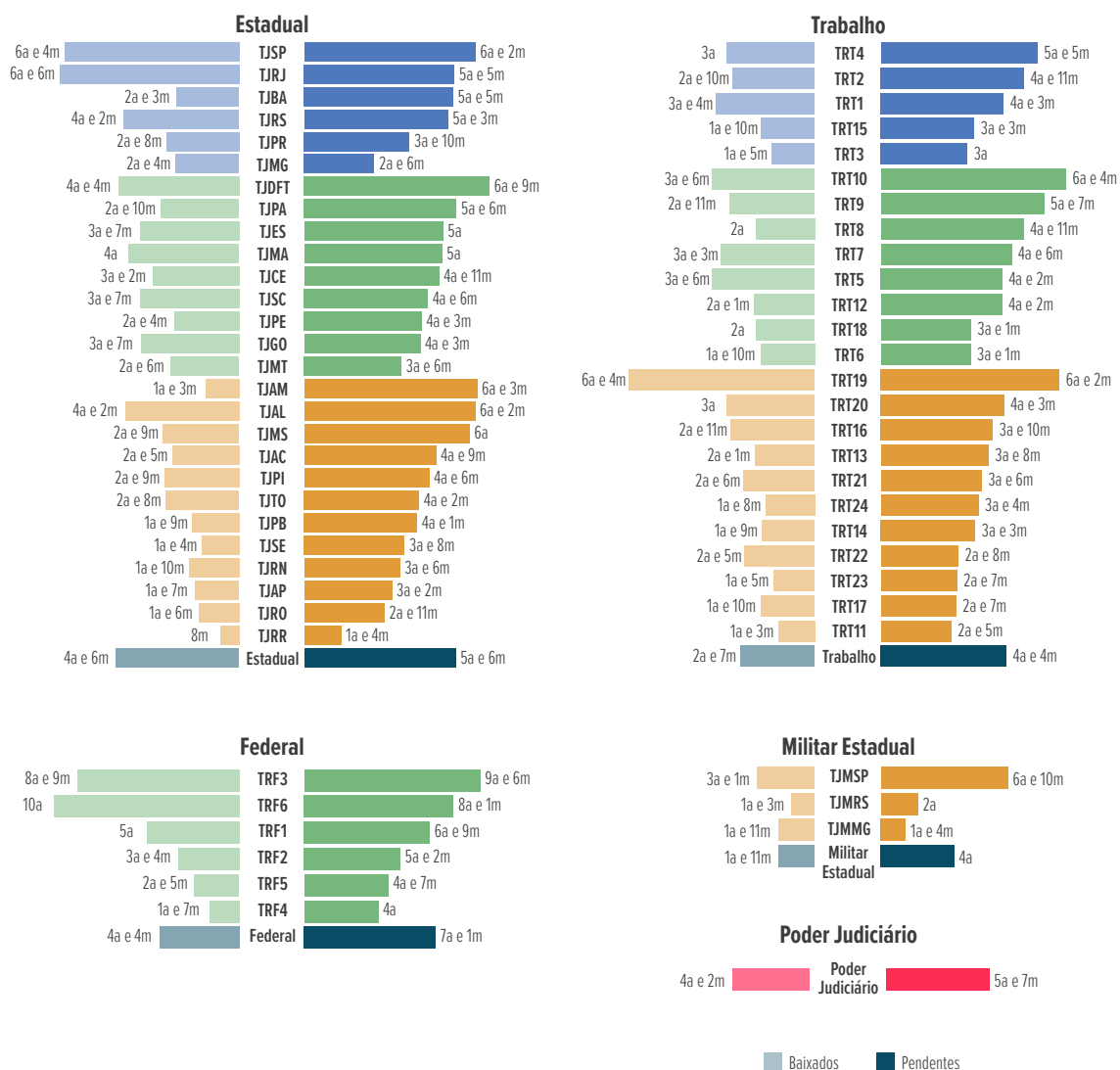
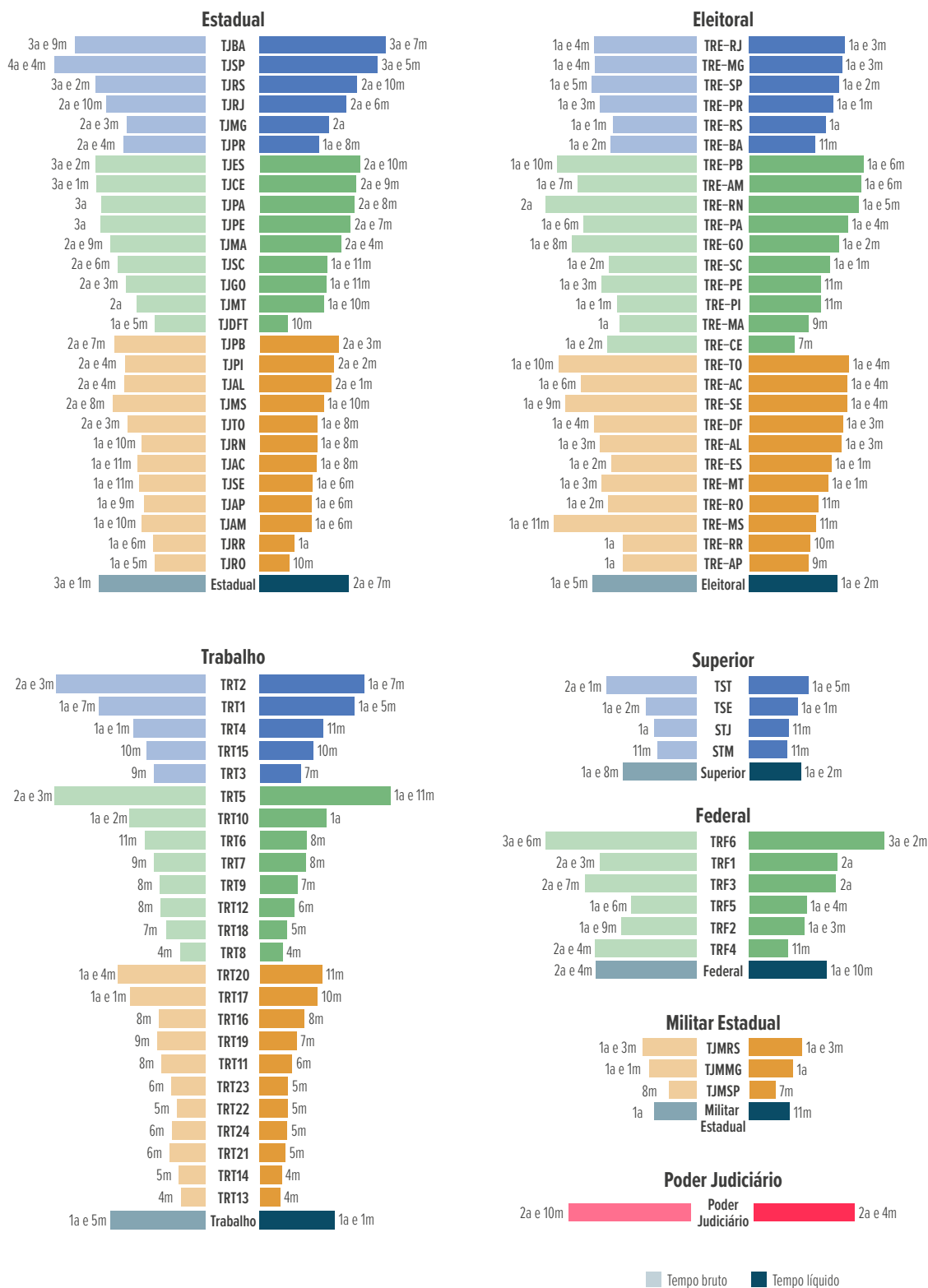


Figura 165 - Tempo médio de tramitação dos processos pendentes brutos e líquidos, excluídas as execuções



10 JUSTIÇA CRIMINAL

Em 2023, ingressaram, no Poder Judiciário, 3,4 milhões de casos novos criminais (Figura 166), sendo 2,6 milhões (64,2%) na fase de conhecimento de primeiro grau, 18 mil (0,4%) nas turmas recursais, 661,6 mil (16,4%) no segundo grau e 166,9 mil (4,1%) nos Tribunais Superiores. Além dos 3,4 milhões, foram iniciadas 599,5 mil (14,8%) execuções penais, totalizando 4 milhões de novos processos criminais, quando computadas as execuções penais.

Cabe informar que os dados da execução penal, quando não cadastrados no DataJud, foram extraídos diretamente do SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificado, que é uma ferramenta que centraliza e uniformiza a gestão de processos de execução penal em todo o país.

A Justiça Estadual é o segmento com maior representatividade de litígios no Poder Judiciário, com 71,3% da demanda. Na área criminal, essa representatividade aumenta para 94,1%.

A Figura 166 mostra que o quantitativo de processos novos criminais aumentou em 2023 (de 3,2 milhões para 3,4 milhões entre 2022 e 2023), registrando variação no último ano de 6,7%, registrando a maior quantidade de casos novos criminais da série histórica e processual similar ao verificado no ano de 2013, após a queda na série histórica que foi verificada entre os anos de 2015 e 2019.

Conforme já indicado no capítulo Gestão Judiciária, é oportuno rememorar que a partir de 2020 houve mudança metodológica na medição dos processos judiciais, pois os Termos Circunstanciados (TCO)³¹ passaram a ser computados nas estatísticas judiciais. Tais processos causaram impacto de cerca de 1,4 a 1,2 milhão no número de casos pendentes de 2020 a 2023 o que justifica, em parte, o aumento do acervo na série histórica a partir de 2020. Esses processos geraram, adicionalmente, impacto de 890 mil casos novos e de 953 mil nos baixados, no ano de 2023.

O acervo que, no início da série histórica calculada a partir do DataJud com inclusão dos TCOs, era de 7,2 milhões, sofreu redução nos três anos subsequentes, chegando a 6,2 milhões em 2023, o que significa uma redução de 13,7% entre os anos de 2020 e 2023 e de 5,2% no último ano.

O número de baixados diminuiu em 2,5%, registrando um total de 3,9 milhões casos solucionados durante o ano de 2023, muito embora, comparativamente ao ano de 2020, seja possível notar um crescimento significativo, na ordem de 49,8%, quando o volume de casos baixados foi de 2,6 milhões.

31 Procedimentos de delitos de menor potencial ofensivo que tramitam em juizados especiais

As informações sobre os quantitativos de casos novos e pendentes por tribunal podem ser visualizadas na Figura 167. Os casos pendentes equivalem a 2,2 vezes a demanda. Apenas no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, estão concentrados 942,2 mil, o equivalente a 15,2% do acervo processual criminal do país.

Figura 166 - Série histórica dos casos novos e pendentes criminais no primeiro grau, no segundo grau e nos tribunais superiores, excluídas as execuções penais

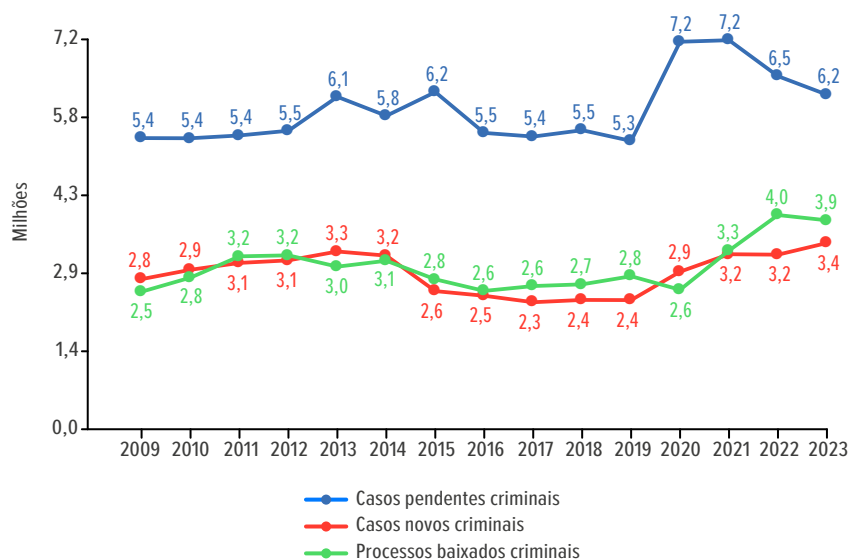
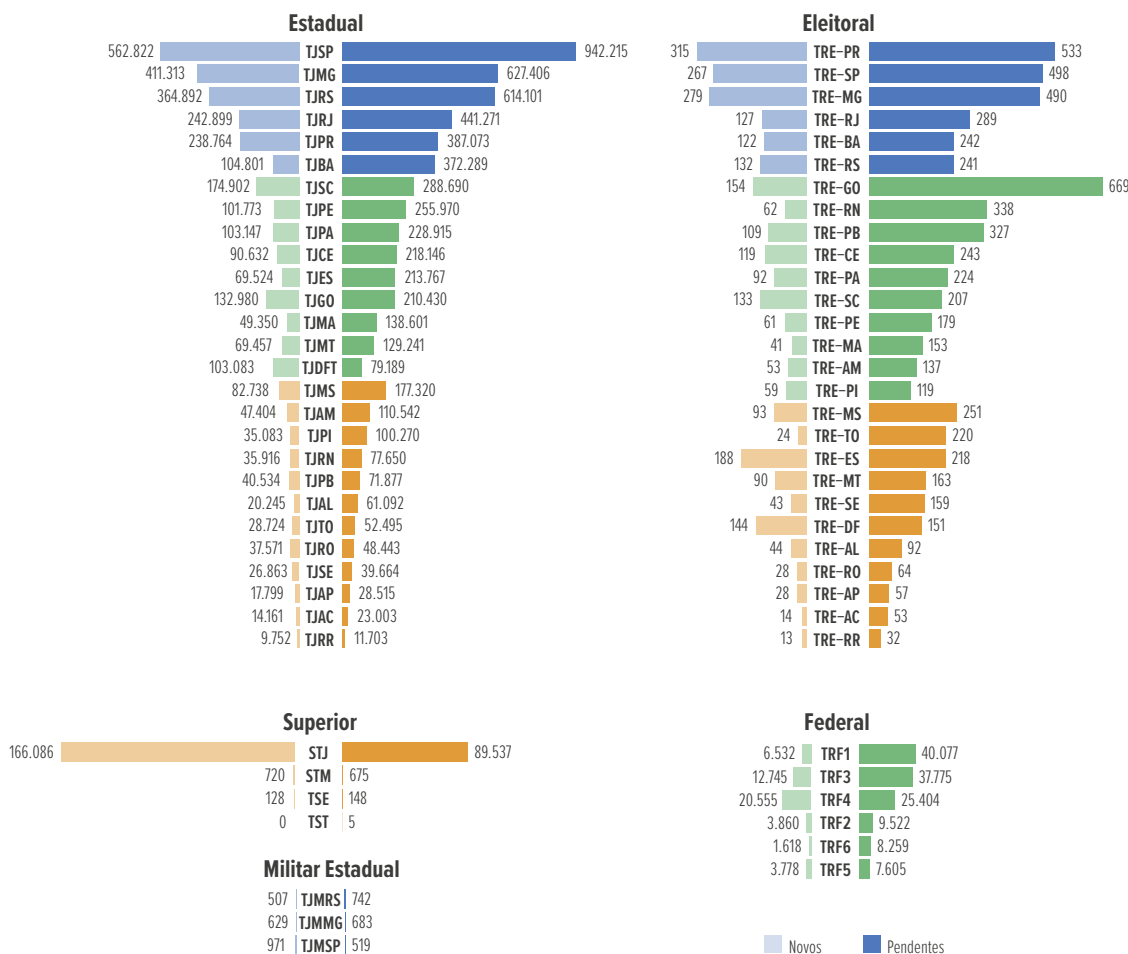


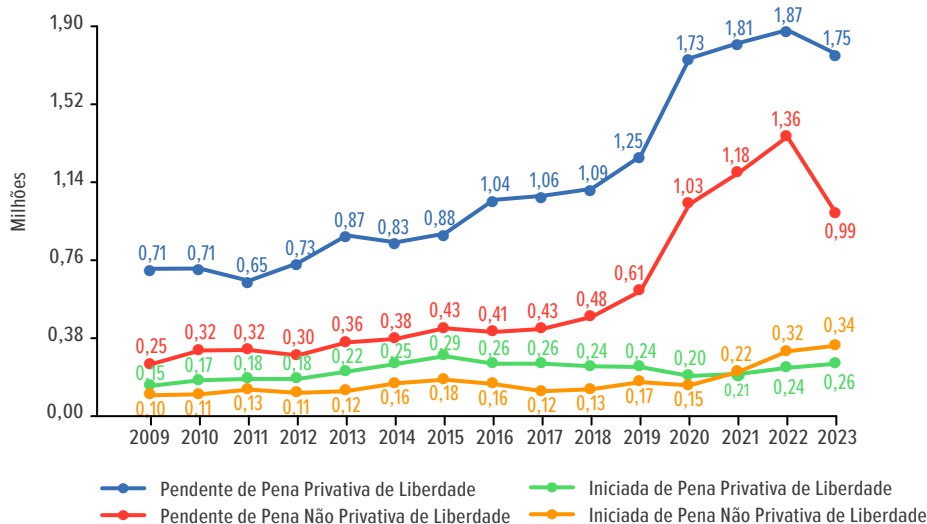
Figura 167 - Casos novos e pendentes criminais, excluídas as execuções penais, por tribunal.



Ao final de 2023, havia 2,7 milhões de execuções penais pendentes, sendo 1,8 milhão de penas privativas de liberdade (64%) e 986,5 mil de penas alternativas (36%). Ao longo do ano de 2023, 600 mil execuções penais foram iniciadas. Na maioria dos casos, a pena aplicada foi não privativa de liberdade, com 343,6 mil casos iniciados (57,3%), enquanto as com privação de liberdade representam um total de 256 mil (42,7%), conforme mostra a Figura 168.

Verifica-se uma queda acentuada, no último ano, no total de penas alternativas em tramitação (27,5%).

Figura 168 - Série histórica das execuções penais



De acordo com as Figuras 169 e 170, os resultados dos tempos médios dos processos baixados no ano de 2023, por tribunal, indicam cenários distintos no segundo grau e nos tribunais superiores, quando comparados com o primeiro grau.

Em relação aos processos que tramitam nas cortes de segundo grau e de tribunais superiores, verifica-se que, nos Tribunais Regionais Federais, o processo criminal levou uma média de 1 ano e 5 meses; na Justiça Estadual, a média foi de 6 meses e, no Superior Tribunal de Justiça, que recebe recurso de ambos os segmentos, a média foi de 5 meses. Nessa instância, os casos criminais são mais céleres que os não criminais, e duraram uma média de 5 meses a menos que os não criminais.

Na fase de conhecimento de primeiro grau, ao contrário, o tempo do processo criminal é maior que o do não criminal (Figura 170). Na Justiça Federal, o tempo médio do processo criminal na fase de conhecimento de primeiro grau (2 anos e 10 meses) chega a ser mais que o dobro do processo não criminal (1 ano e 1 mês). Na Justiça Estadual, os processos criminais duram, em média, 2 anos e 7 meses até o primeiro julgamento.

No capítulo anterior, destinado à análise do tempo do processo, as execuções penais não foram contabilizadas nas estatísticas, uma vez que o processo permanece em tramitação até o término do cumprimento da pena e, por isso, tais dados serão apresentados à parte, neste capítulo.

Os processos referentes às execuções judiciais criminais em penas privativas de liberdade baixados, no ano de 2023, tiveram tempo médio de baixa de 8 anos e 10 meses na Justiça Estadual

e de 4 anos e 4 meses na Justiça Federal (Figura 171). Esses tempos são maiores que a média até a baixa do processo na fase de conhecimento.

Ou seja, até o início da execução penal ou até a remessa do processo - em grau de recurso - para o segundo grau, levam-se 2 anos e 7 meses na Justiça Estadual e de 2 anos e 10 meses na Justiça Federal. No ano de 2023, o TJSP realizou um amplo trabalho de saneamento de seus dados, o que fez com que ocorresse o lançamento de movimentos de baixa em processos antigos, elevando, assim, o tempo médio dos processos de execução de penas alternativas, e, dada sua dimensão, com influência na média nacional.

Figura 169 - Tempo médio de tramitação dos processos criminais e não criminais baixados no segundo grau e nos Tribunais Superiores, por tribunal.

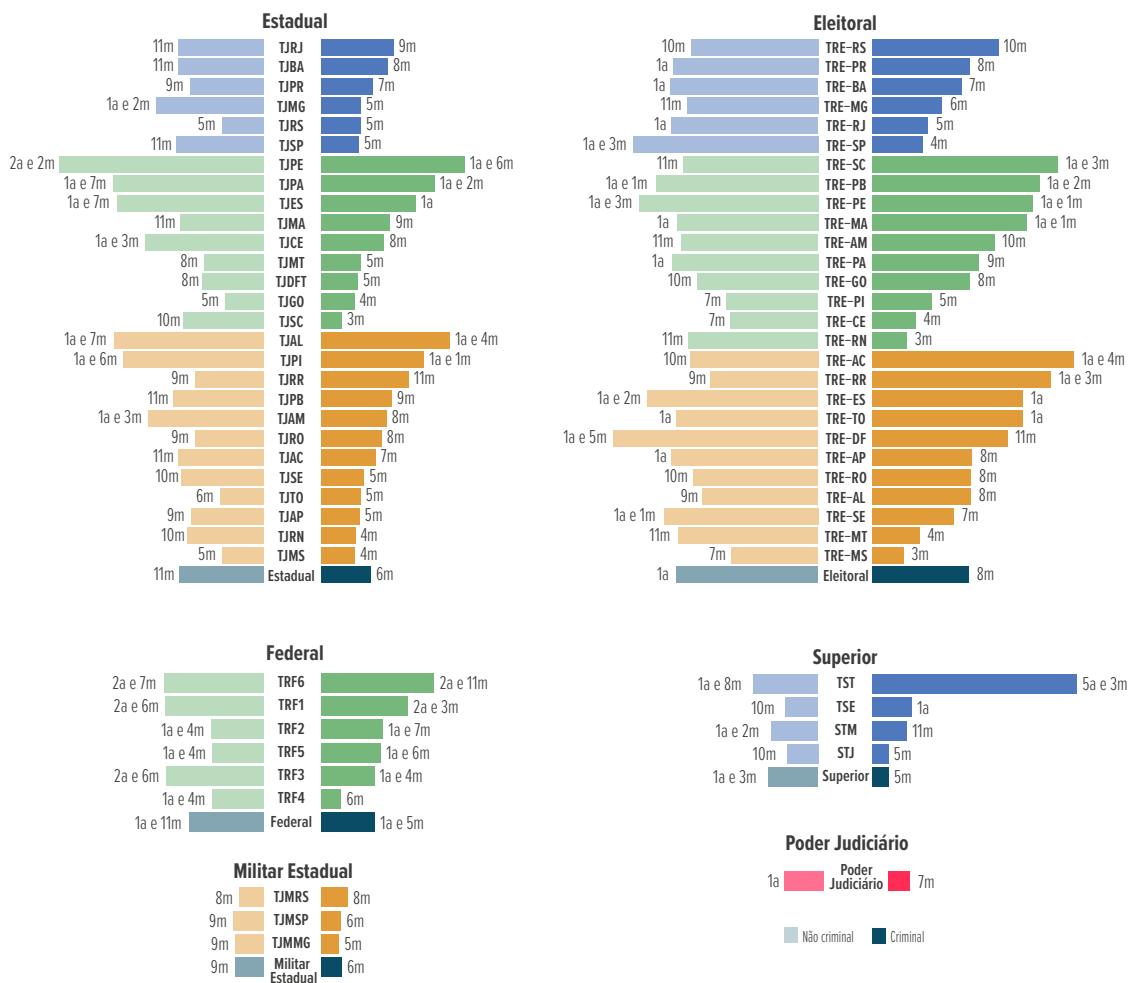


Figura 170 - Tempo médio de tramitação dos processos criminais e não criminais baixados na fase de conhecimento do primeiro grau, por tribunal.

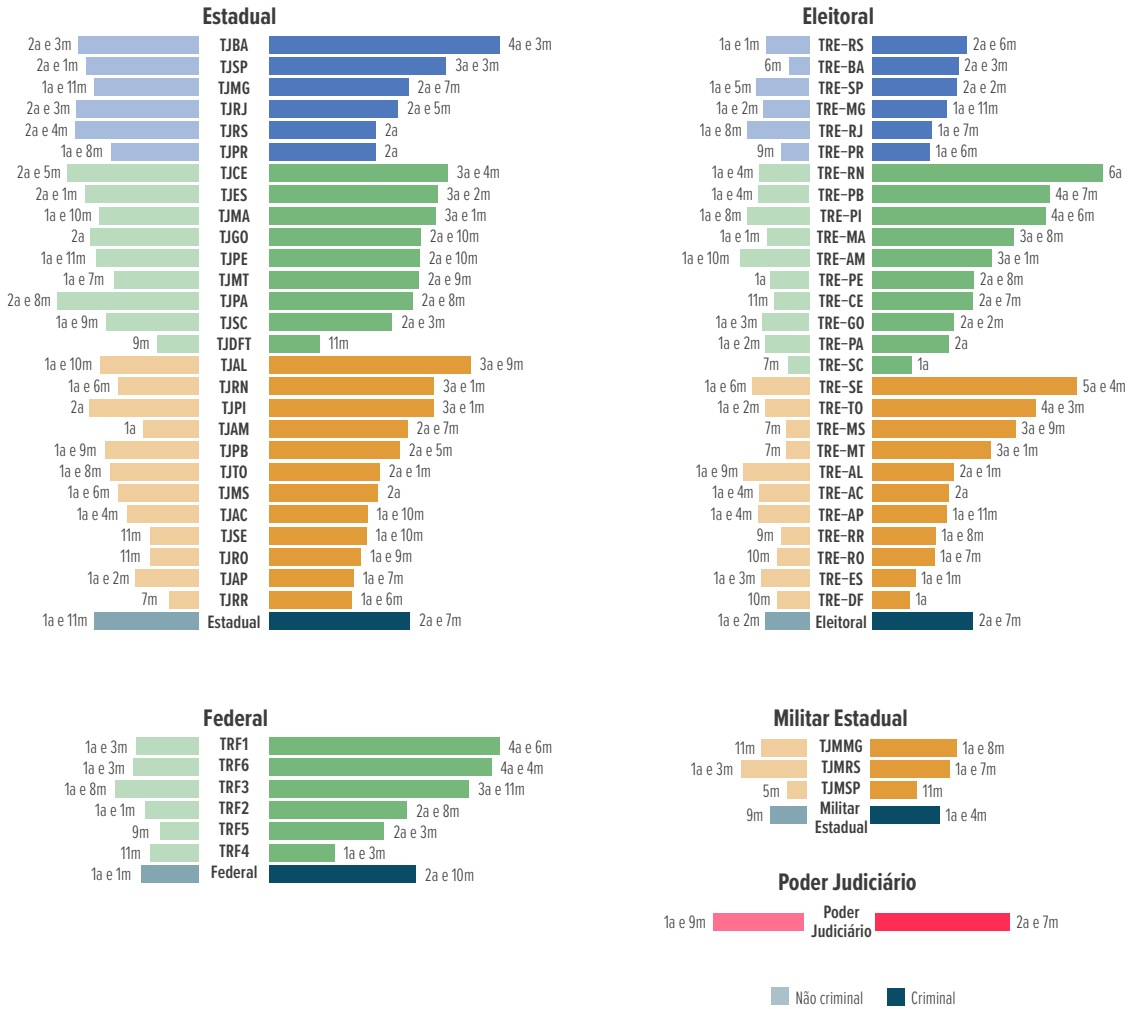
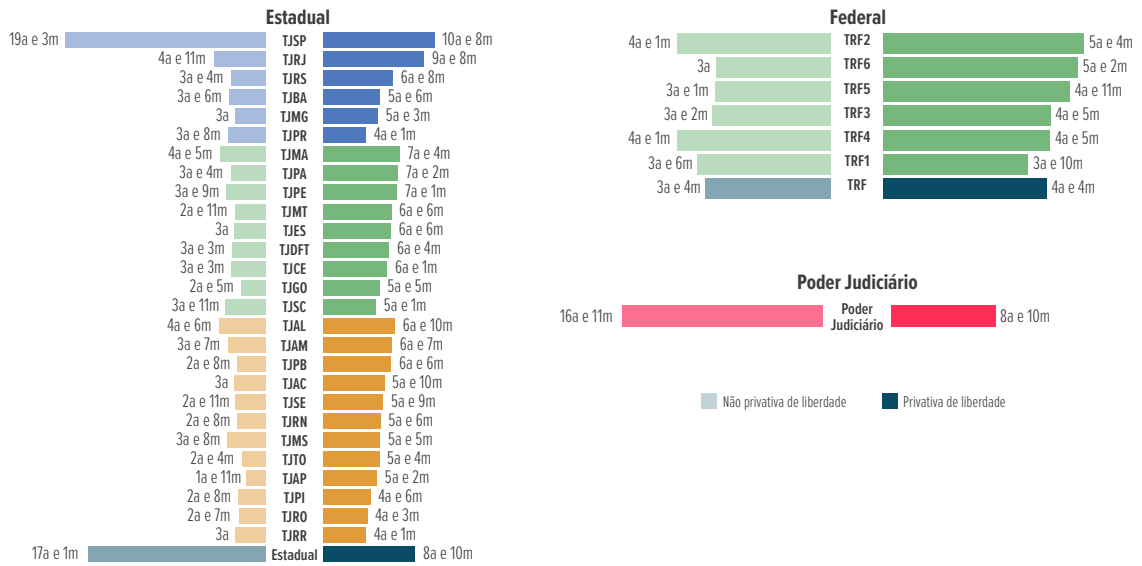


Figura 171 - Tempo médio de tramitação dos processos de execução penal baixados do primeiro grau, por tribunal.



11 COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES DE PRIMEIRO GRAU E JUIZADOS ESPECIAIS

O Poder Judiciário lida com grande composição racial de assuntos processuais, havendo ramos de justiça especializados, como as Justiças Eleitoral, Militar e do Trabalho, e varas especializadas responsáveis pelo julgamento de demandas específicas.

Neste capítulo é possível verificar o quantitativo de varas classificadas exclusivamente com determinado tipo de competência, assim como os quantitativos de processos em tramitação e baixados nessas unidades.

Também é possível comparar o desempenho das varas exclusivas em alguns tipos de competência, tais como: de execução fiscal, de tribunal do júri, de violência doméstica, varas criminais e auditorias militares.

Para cálculo dos indicadores, foram utilizados os dados provenientes do Datajud e do sistema MPM³², que possui o cadastro de todas as unidades judiciárias do país, com informações sobre as competências abrangidas em cada uma delas, a jurisdição e outros dados cadastrais. Os dados são publicados no portal do CNJ, em <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/>.

Observa-se, na Figura 172, a grande quantidade de juízos únicos (1.908), que são unidades de jurisdição plena localizadas em comarcas brasileiras com apenas uma vara, e com atribuição para processar todos os tipos de feitos, abarcando competências diversas.

Aproximadamente 9.466 (60,5%) das unidades judiciárias são de ramos de justiça especializados ou de competência exclusiva, ou seja, não foram classificadas como “Juízo Único”, “Outras Varas, Não adjuntas a Juizados Especiais”, “Outras Varas com Juizado Especial Adjunto”, “Juizado Especial Único ou que acumula mais de uma competência”, “Juizado Especial Cível e Criminal”, “Juizado Especial Adjunto”.

32 Sistema instituído pelo Provimento n. 49, de 18 de agosto de 2015 da Corregedoria Nacional de Justiça e regulamentado pela Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento, por meio da publicação do Anexo II da Resolução CNJ 76/2009.

O MPM apresenta 37 tipos de competência que podem ser assinaladas para cada unidade judiciária. Quando é assinalada somente uma competência, a unidade é considerada como exclusiva.

As competências especializadas que mais se destacam são a de Família / Idoso / Órfãos e sucessões (547 varas); Execução Fiscal (307 varas); Fazenda Pública (263 varas e juizados especiais); Infância e Juventude (186 varas); Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (147 varas); Tribunal do Júri (85 varas); entre outras.

Importante mencionar que a competência Auditoria Militar considera todas as 14 varas da Justiça Militar Estadual e as 19 varas da Justiça Militar da União, além das 17 varas da Justiça Estadual classificadas exclusivamente com essa competência. Já todas as varas da Justiça Eleitoral foram classificadas com a competência Eleitoral e todas as varas da Justiça do Trabalho foram classificadas com a competência Trabalhista.

Figura 172 - Unidades judiciárias de Primeiro Grau e Juizado Especial, por competência



A Figura 173 apresenta as médias de processos pendentes e baixados, por tipo de unidade judiciária, conforme a competência. Verifica-se que as varas exclusivas de execução fiscal e da

fazenda pública apresentam os maiores quantitativos de processos pendentes por vara com, respectivamente, 39,7 mil e 34 mil processos em tramitação, por vara e juizado especial.

Destaca-se que as varas exclusivas de execução fiscal da Justiça Estadual tinham, no ano de 2023, um total de 10 milhões de processos pendentes, ou seja, 44,2% do total de processos pendentes na execução fiscal. Na Justiça Federal, essa concentração de processos é ainda maior: representa 59,3% de processos de execução fiscal em trâmite nas varas exclusivas.

As varas exclusivas de execução fiscal também estão entre as varas com maior taxa de congestionamento (Figura 174), o que confirma os dados já apresentados nos capítulos anteriores no sentido de que, independentemente de tramitar em varas exclusivas ou não, a taxa de congestionamento na execução fiscal é alta.

Em ambos os casos, alcança patamares de aproximadamente 88%. As menores taxas de congestionamento estão nas varas da Justiça Eleitoral (21%), nos juizados especiais criminais exclusivos (49%), de acidentes de trabalho (50%) e nas varas exclusivas de infância e juventude (54%).

As varas exclusivas de violência doméstica e familiar contra a mulher também se destacam por apresentar a taxa de congestionamento de 56%, índice inferior ao das varas da Justiça do Trabalho, ramo de justiça que se destaca, ao longo deste relatório, pela eficiência.

Figura 173 - Média de processos baixados e em tramitação nas varas exclusivas por unidade judiciária e competência

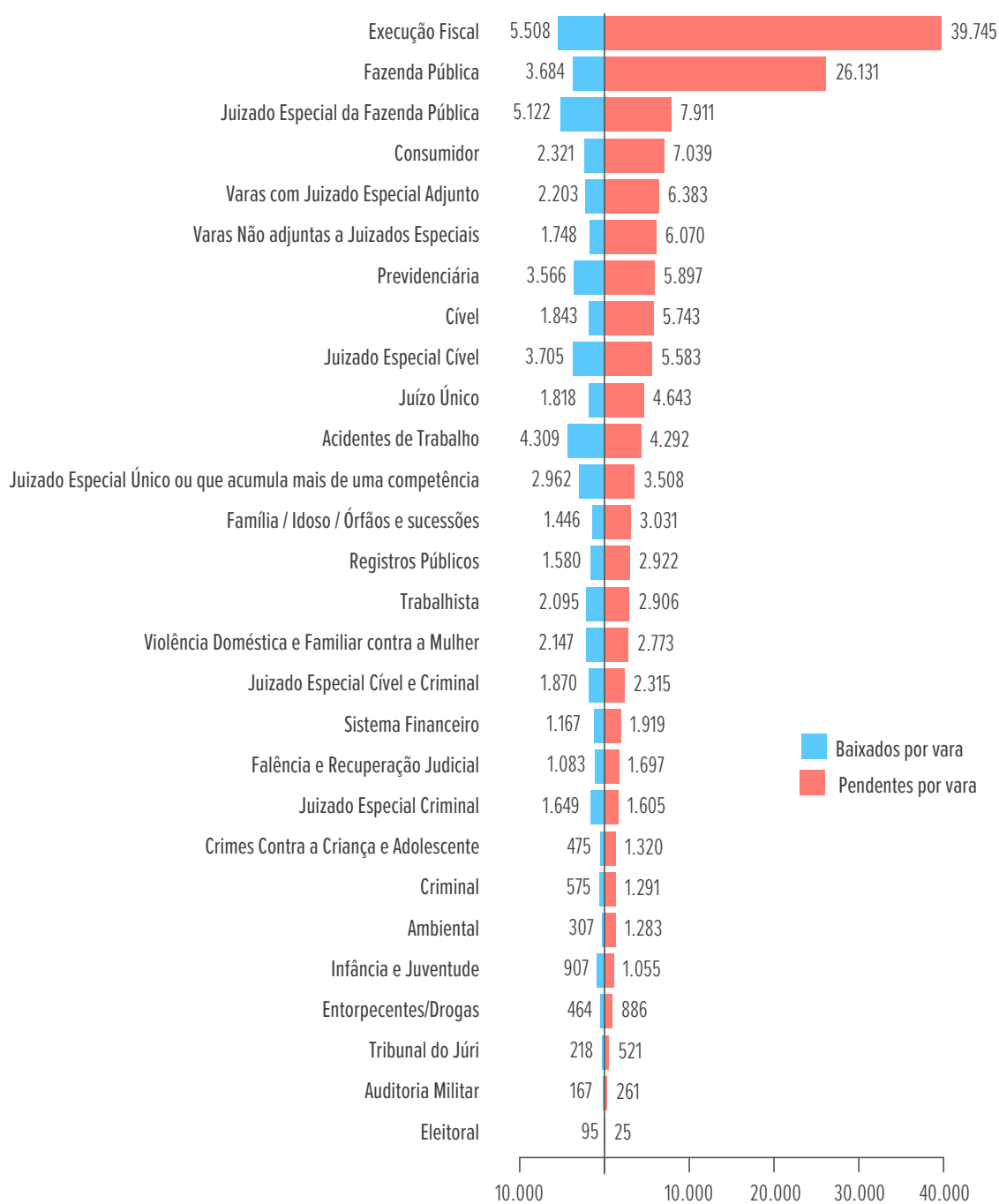
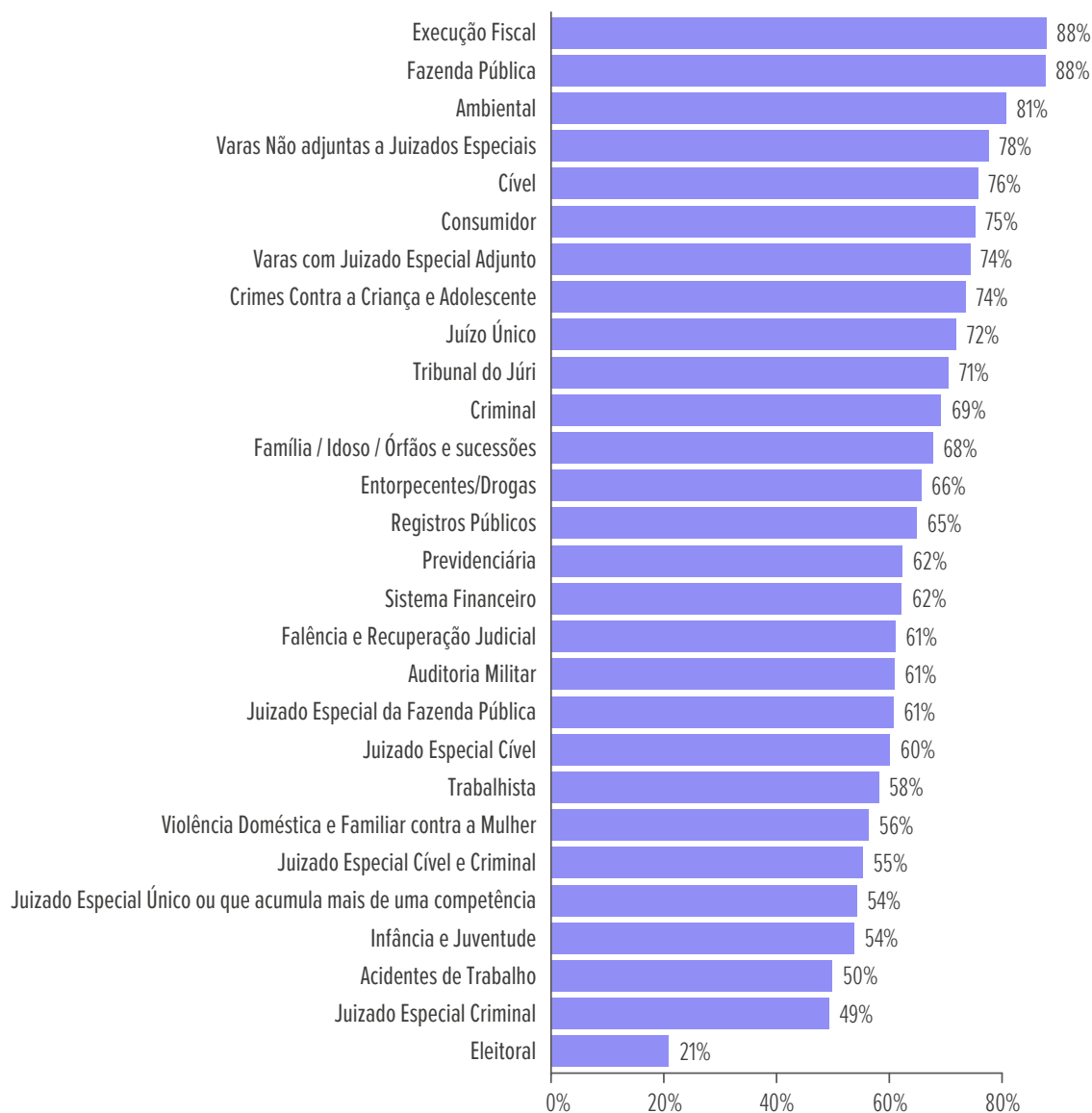


Figura 174 - Taxa de congestionamento nas varas exclusivas, por tipo de competência

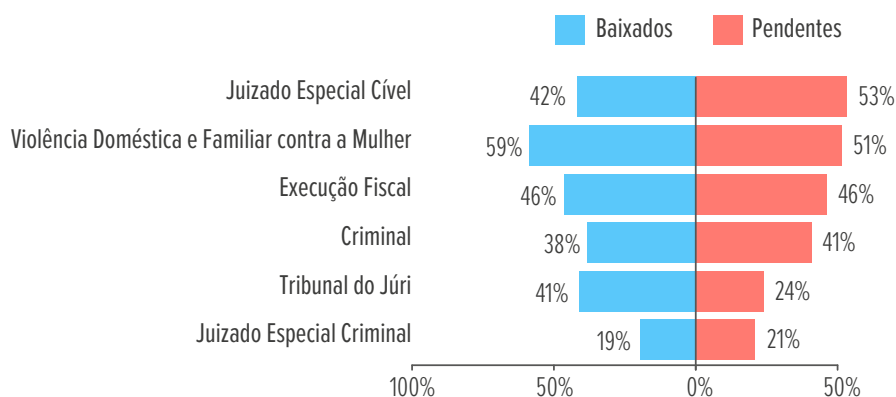


A Figura 175 mostra os percentuais de processos pendentes e baixados nas varas exclusivas de execução fiscal; violência doméstica e familiar contra a mulher; tribunal do júri; criminal; e de juizados especiais cíveis e criminais, em relação ao total de processos de suas respectivas competências.

Observa-se que a maioria dos processos não criminais de juizados especiais tramitaram nos juizados exclusivos cíveis, 53%. Entretanto, foram baixados, nesses juizados, apenas 42% dos processos não criminais baixados nos Juizados Especiais no ano de 2023.

Já nas varas exclusivas de tribunal do júri e de violência doméstica e familiar contra a mulher ocorreu o inverso: proporcionalmente, foram baixados mais processos do que os em tramitação. Tal fato pode ser um indício de que essas varas exclusivas foram mais eficientes no ano de 2023 do que as varas cumulativas.

Figura 175 - Percentual de processos pendentes e baixados nas varas exclusivas em relação ao total de processos, por competência



Nas seções a seguir, estão ausentes informações de alguns tribunais que não possuem varas exclusivas. Cabe esclarecer que a identificação de varas exclusivas é feita a partir da combinação de competências informadas no sistema MPM.

Para cada unidade judiciária, está disponível uma listagem de tipos de competências a serem assinaladas, podendo a unidade possuir uma ou mais competências³³.

Se um tribunal indica, por exemplo, a competência de violência doméstica e familiar conjuntamente com a competência criminal, para fins de produção deste relatório, entende-se que a unidade judiciária é cumulativa, pois recebe e julga tanto os casos previstos na Lei Maria da Penha, quanto outras ações criminais de natureza diversa. Nos casos que é assinalada somente uma competência, a unidade é considerada exclusiva³⁴.

Para cada tipo de competência, são calculados três indicadores: a) o percentual de processos pendentes e baixados nas varas exclusivas; b) a média de processos pendentes e baixados por vara exclusiva; e c) as taxas de congestionamento das varas exclusivas e cumulativas.

³³ Na página da documentação do sistema MPM é possível consultar a listagem de todas as competências mapeadas, em <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/modulo-de-productividade-mensal/documentacao/>

³⁴ Algumas competências são desconsideradas na hora de fazer a marcação de exclusividade, como por exemplo, carta precatória ou inquéritos.

Na seção das varas exclusivas de auditoria militar, estão presentes os indicadores com os totais de processos pendentes, novos e baixados.

11.1 VARAS EXCLUSIVAS DE EXECUÇÃO FISCAL

Os dados gerais sobre as execuções fiscais estão detalhados na seção “Gargalos da execução”, do capítulo “Gestão judiciária”. Esses processos representam 31,4% do total de casos pendentes, 59,5% das execuções pendentes no Poder Judiciário.

Ressalta-se que 46,3% dos processos pendentes de execução fiscal estão nas varas exclusivas (Figura 176). Contudo, esse não é um padrão em todos os tribunais, pois, enquanto nos Tribunais de Justiça de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, há menos de 5% das execuções fiscais em tramitação, nas varas exclusivas; nos Tribunais de Justiça de Roraima, Amazonas e Distrito Federal e Territórios, esse percentual é superior a 90% (Figura 176).

Conforme visto na seção “Execuções Fiscais”, tramitam nos Tribunais de Justiça de São Paulo, do Rio de Janeiro e no TRF3 67% do total de processos de execução fiscal do Poder Judiciário, sendo que 54% dos processos tramitam em 190 varas exclusivas de execução fiscal, ou seja, com uma média de 50.586 casos pendentes por vara (Figura 177). Além desses tribunais, o TJDF, o TJAM e o TJMS também se destacam por apresentarem mais de 60 mil processos de execução fiscal em tramitação por vara.

A Figura 178 apresenta a taxa de congestionamento de execução nas varas exclusivas e cumulativas por tribunal. Verifica-se que, dos 27 tribunais que informaram processos em tramitação em varas exclusivas de execução fiscal no ano de 2023, 17 possuem taxa de congestionamento acima de 80%. Em relação às varas cumulativas, 20 tribunais apresentam taxa acima de 80%.

A taxa de congestionamento total das varas exclusivas é de 87,8%, que é o mesmo valor do congestionamento das varas cumulativas e a da taxa geral da execução fiscal do Poder Judiciário, o que revela que esse tipo de especialização não parece contribuir para melhoria do congestionamento. Talvez auxilie, para melhor organização judiciária, haja vista o vultuoso volume processual de tal matéria do direito.

Figura 176 - Percentual de processos de execução fiscal que tramitam nas varas exclusivas, segundo o tribunal

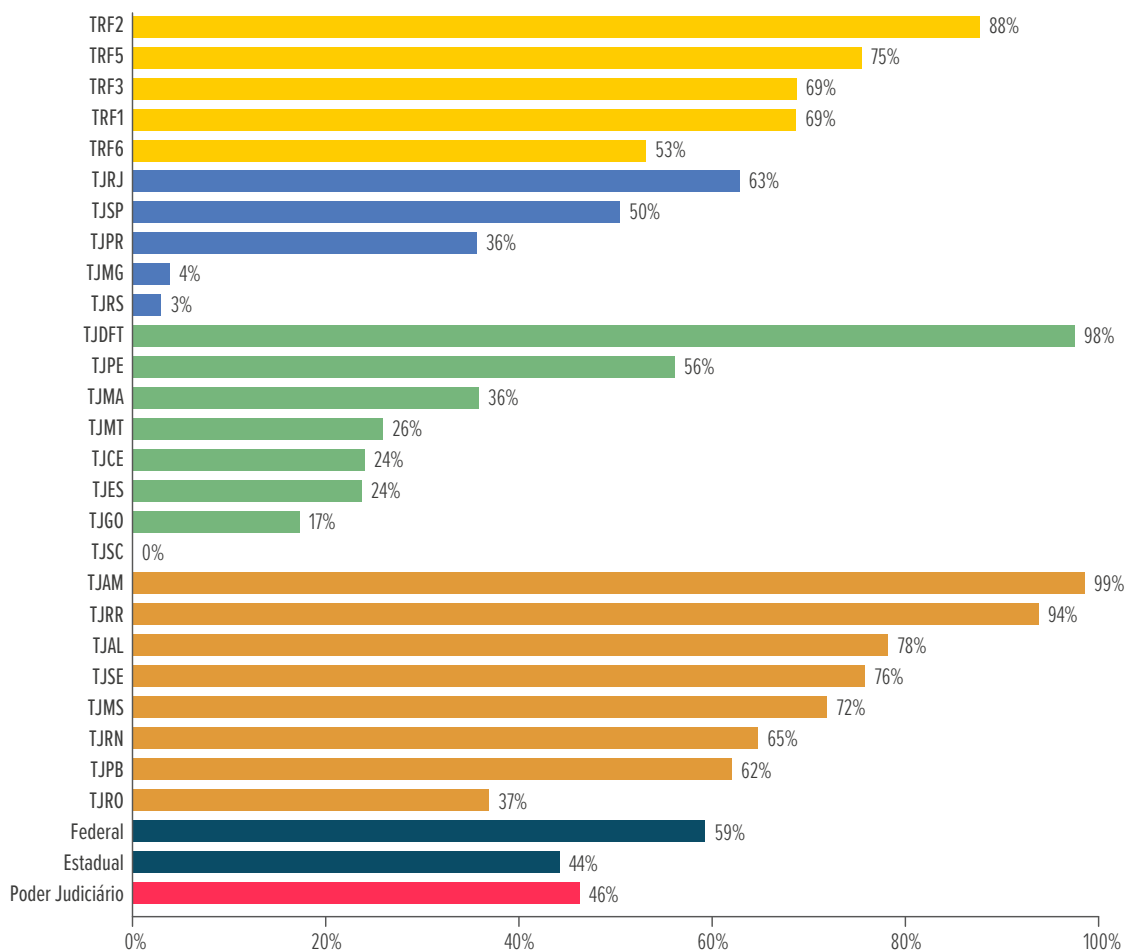


Figura 177 - Total de processos de execução fiscal baixados e pendentes por vara exclusiva, segundo o tribunal

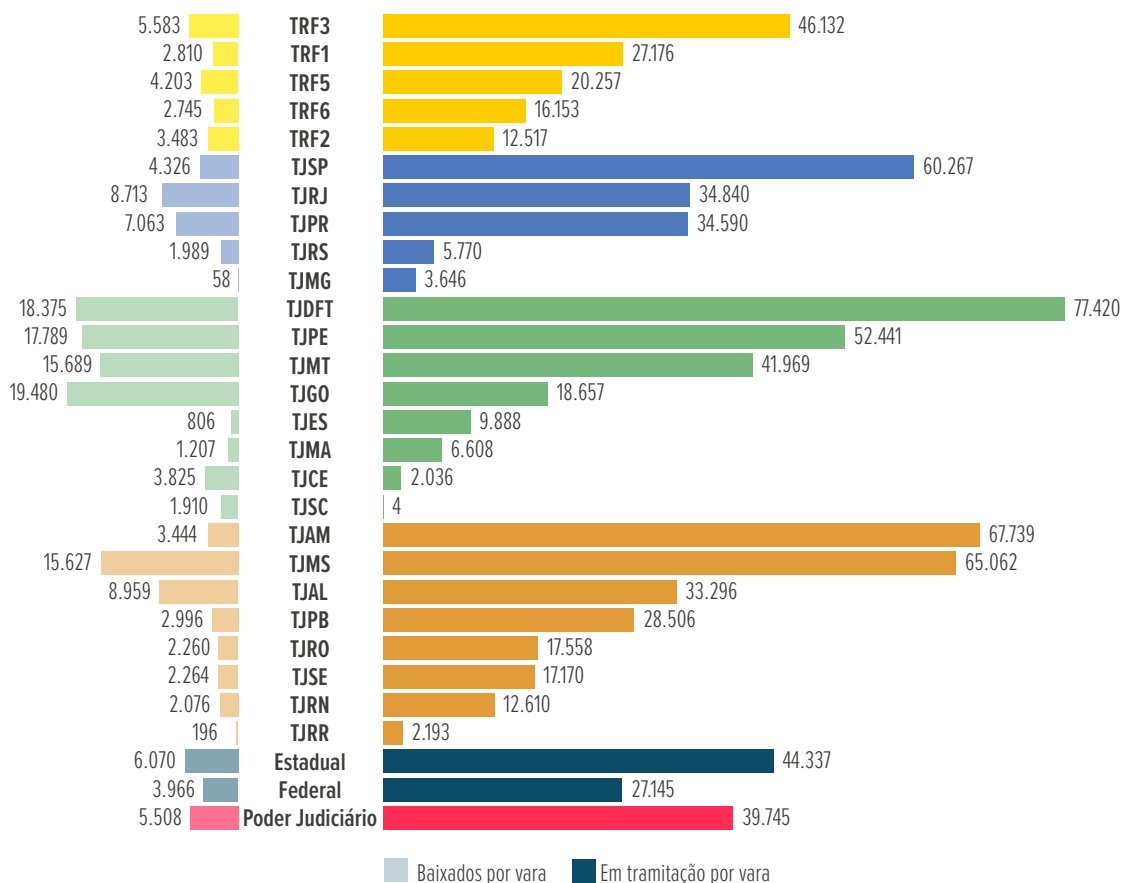
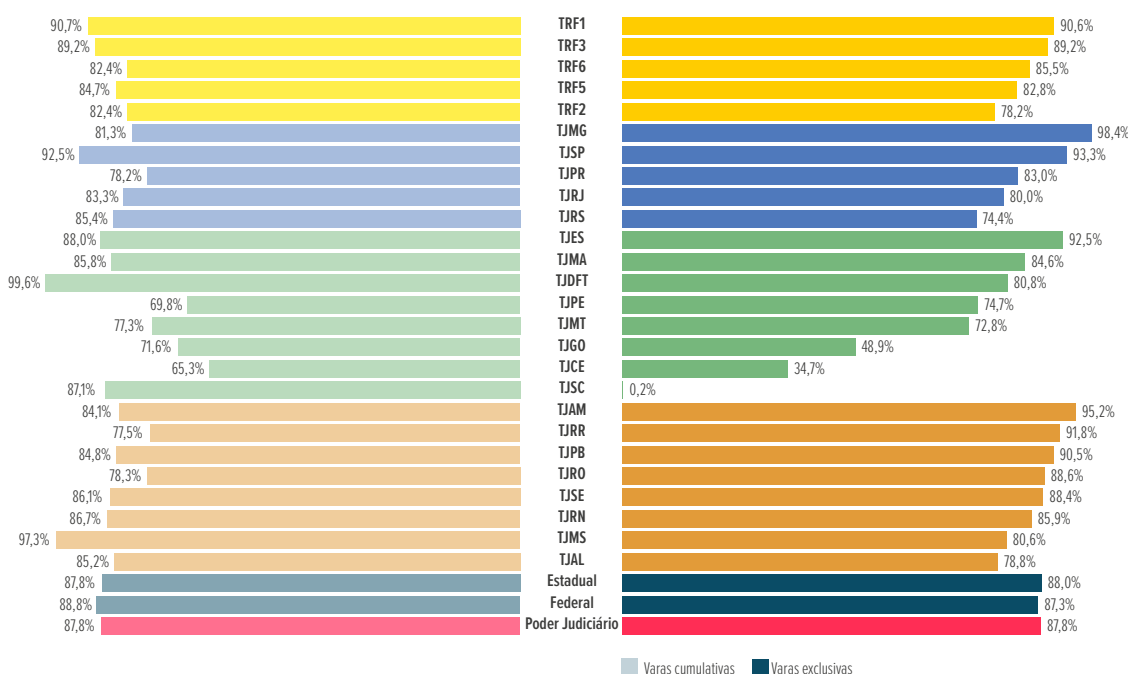


Figura 178 - Taxa de congestionamento das varas exclusivas de execução fiscal ou fazenda pública



11.2 VARAS EXCLUSIVAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Do total de 792.220 processos de violência doméstica em tramitação na fase de conhecimento no ano de 2023, cerca de 51% tramitam em varas com competência exclusiva. Verifica-se pela Figura 179, que TJSP, TJRS, TJRJ, TJRR, TJRO e TJAL apresentam 100% dos processos de violência doméstica tramitando nas varas exclusivas de violência doméstica e familiar contra a mulher. Já em Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina, os índices são inferiores a 20%, o que demonstra baixo processamento dessas matérias nas varas especializadas.

Tramitavam nas varas exclusivas de violência doméstica e familiar contra a mulher da Justiça Estadual ao final do ano de 2023, em média, 2.773 processos por vara. Foram baixados 2.147 por unidade judiciária (Figura 180).

Destacam-se as unidades de Rondônia e do Paraná, por apresentarem as maiores médias de processos em tramitação por unidade exclusiva e, também, as maiores produtividades. As unidades de Alagoas, ao contrário, apresentam a terceira maior média de processos em tramitação por unidade combinada com produtividade abaixo da média no ano de 2023.

As varas exclusivas de violência doméstica e familiar contra a mulher baixaram, no ano de 2023, quantitativo significativo de processos ao total de processos em relação ao total de casos pendentes do final do ano. Caso não houvesse o ingresso de novas demandas e fosse mantida a produtividade, seriam necessários aproximadamente 1 ano e 6 meses de trabalho para zerar o estoque.

A taxa de congestionamento nas varas exclusivas de violência doméstica e familiar contra a mulher é de 56,4% (Figura 181), que é relativamente baixa quando comparada às taxas das demais competências.

A taxa de congestionamento das demais unidades que também acumulam outras competências é de 63,3%. Somente Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia apresentaram taxas de congestionamento, nas varas exclusivas, superiores a 70%.

Tais indicadores sugerem que a especialização das varas em violência doméstica e familiar contra a mulher contribuíram para melhoria no congestionamento durante o ano de 2023.

Figura 179 - Percentual de processos não criminais que tramitam nas varas exclusivas de violência doméstica e familiar contra a mulher, segundo o tribunal

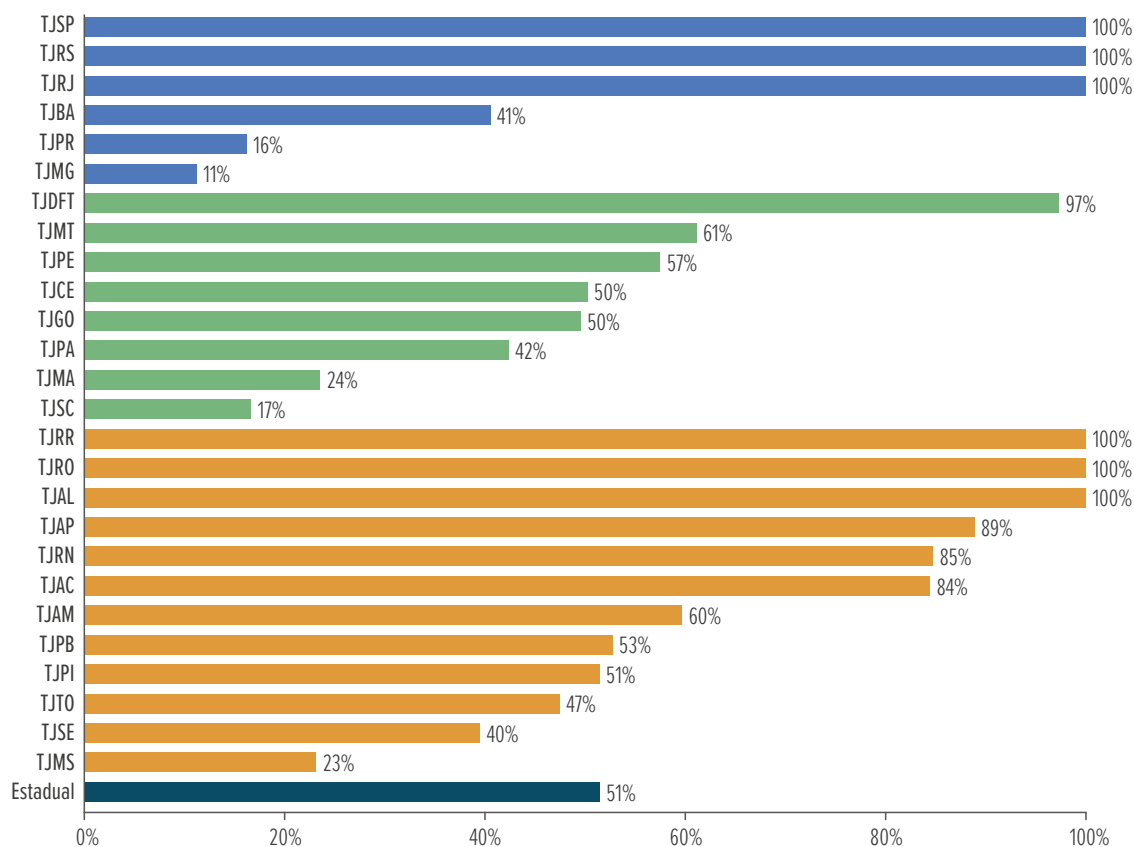


Figura 180 - Total de processos não criminais baixados e pendentes por vara exclusiva de violência doméstica e familiar contra a mulher, segundo o tribunal

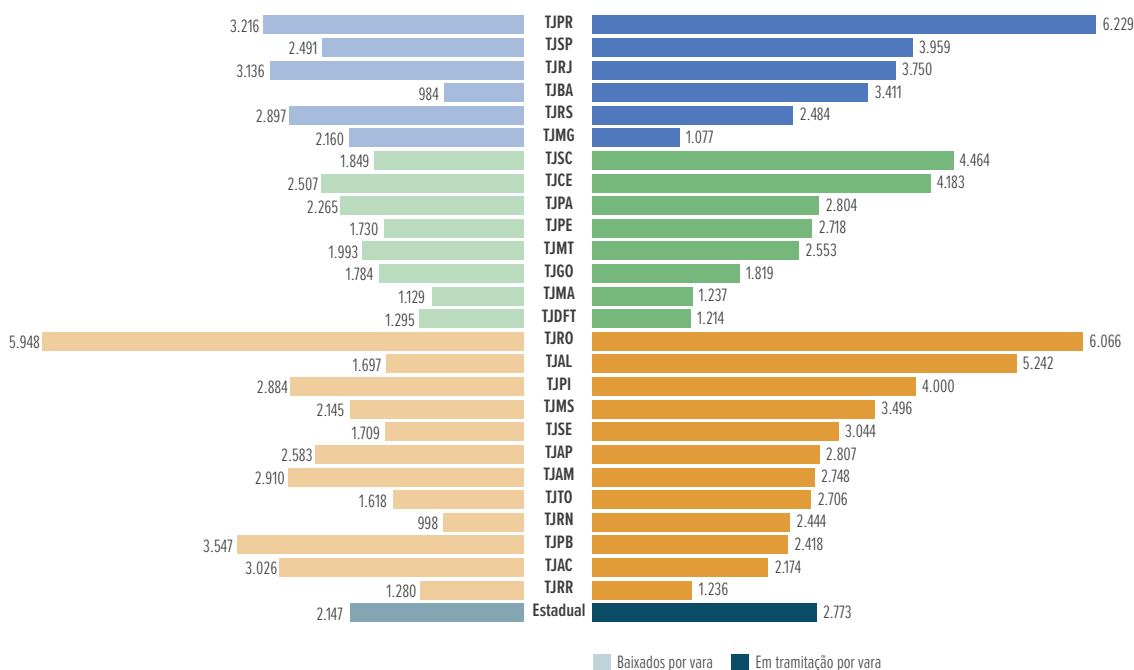
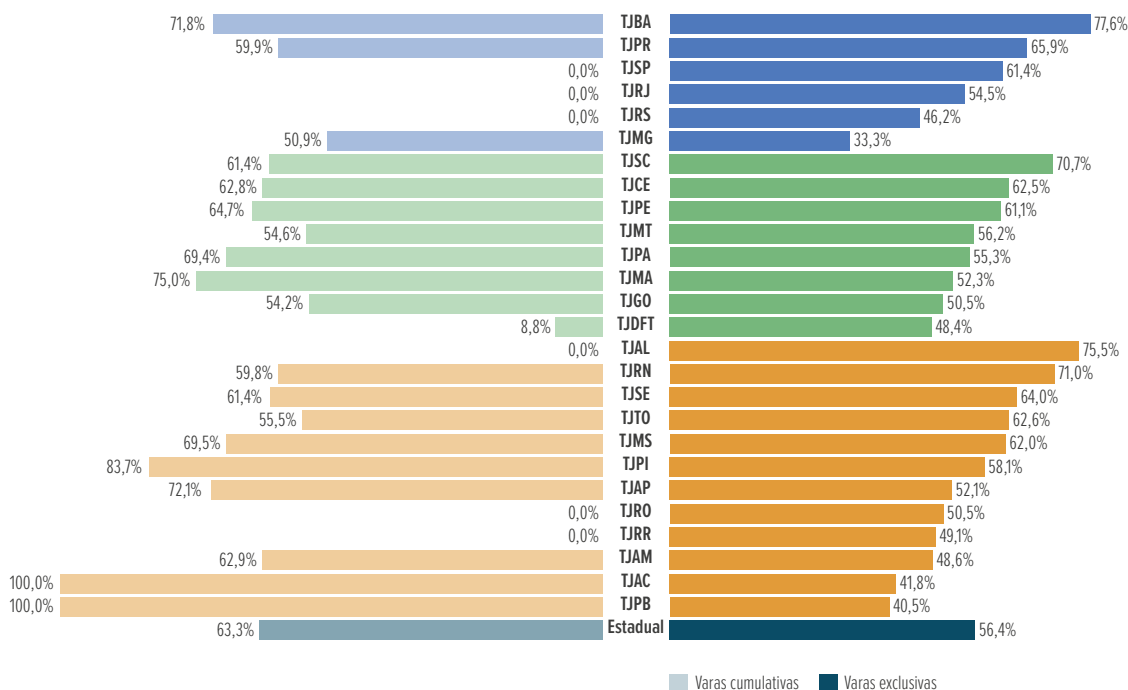


Figura 181 - Taxa de congestionamento dos processos não criminais nas varas exclusivas de violência doméstica e familiar contra a mulher, segundo o tribunal



11.3 VARAS EXCLUSIVAS DE TRIBUNAL DO JÚRI

Para elaboração desta seção, levou-se em consideração os processos classificados com a classe ação penal de competência do júri (282) e as unidades classificadas com a competência Tribunal do Júri.

Dos 27 tribunais de justiça, 22 possuem varas cuja competência é exclusiva de Tribunal do Júri. Os Tribunais de Justiça do Espírito Santo, de Goiás e do Rio Grande do Norte possuem varas especializadas em tribunal do júri, mas que também acumulam as demais competências criminais, já em Roraima, as varas de tribunal do júri também possuem a competência de auditoria militar e, no Tocantins, as varas de tribunal do júri acumulam competência com violência doméstica e familiar contra a mulher.

Havia, ao final do ano de 2023, 185.934 ações penais de competência do júri em tramitação na Justiça Estadual e 23,8% ações penais em trâmite nas varas exclusivas de tribunal do júri. Verifica-se da Figura 182 que apenas os Tribunais de Justiça de Amazonas, do Amapá e do Distrito Federal e Territórios apresentaram mais da metade das ações penais de competência do júri tramitando nas varas exclusivas de tribunal do júri, com destaque para o último, com 86,6% das ações penais de tribunal do júri tramitando nas varas exclusivas.

Já o TJMT, o TJPR e o TJSC, possuem índices inferiores a 15%, o que demonstra baixo processamento dessas matérias nas varas especializadas.

Tramitavam nas varas exclusivas de tribunal do júri ao final do ano de 2023, em média, 521 processos por vara e foram baixados 218 por unidade judiciária (Figura 180). Destacam-se as unidades do TJAC, TJDFT, TJMG, TJMS, TJMT, TJPB, TJPR, TJRO, TJSE e TJSP, por apresentarem produtividades próximas ao total de processos em tramitação por vara. Caso não houvesse o ingresso de novas demandas e fosse mantida a produtividade, seriam necessários menos de 2 anos para zerar o estoque.

A taxa de congestionamento nas varas exclusivas de Tribunal do Júri é de 70,5% e, nas varas cumulativas, é de 84,2% (Figura 181). Verifica-se que a taxa de congestionamento nas varas exclusivas de tribunal do júri é inferior à taxa das varas cumulativas em todos os Tribunais de Justiça, o que sugere que a especialização das varas em tribunal do júri tenha contribuído para melhoria na taxa de congestionamento no ano de 2023.

Figura 182 - Percentual de ações penais de competência do júri que tramitam nas varas exclusivas de tribunal do júri, segundo o tribunal

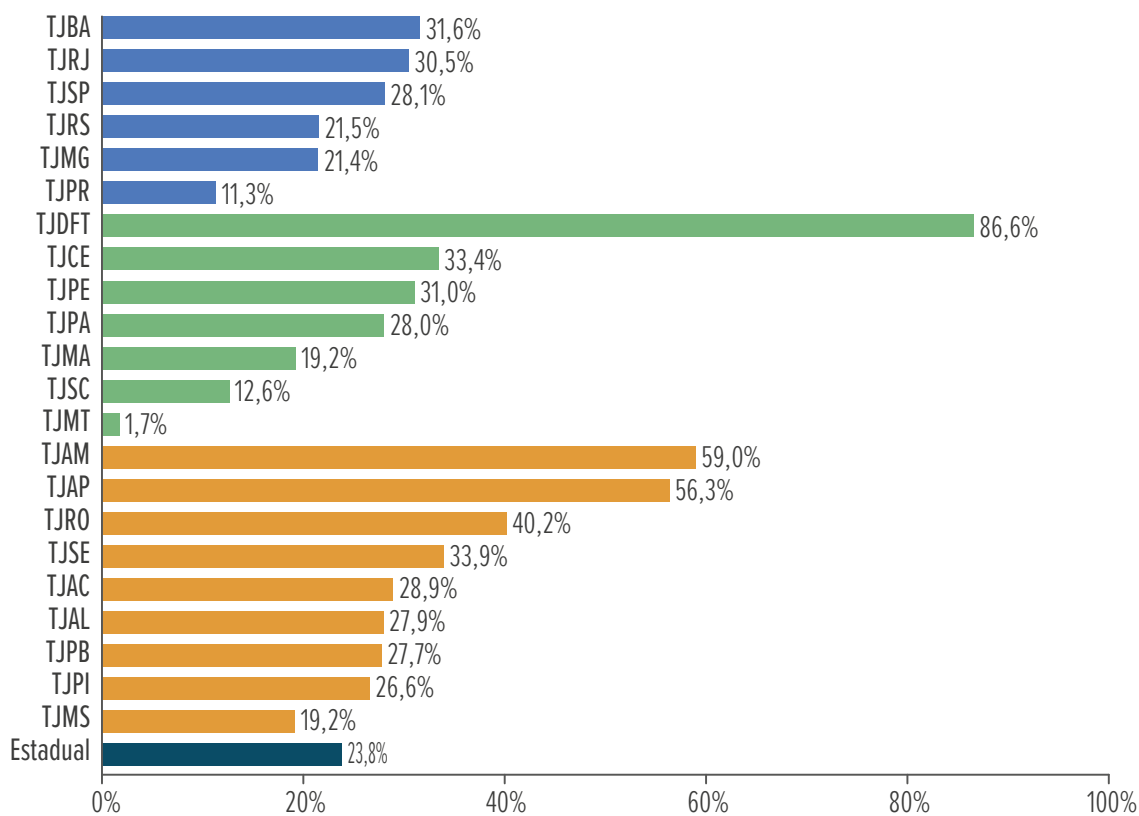


Figura 183 - Total de ações penais de competência do júri baixadas e pendentes por vara exclusiva de tribunal do júri, segundo o tribunal

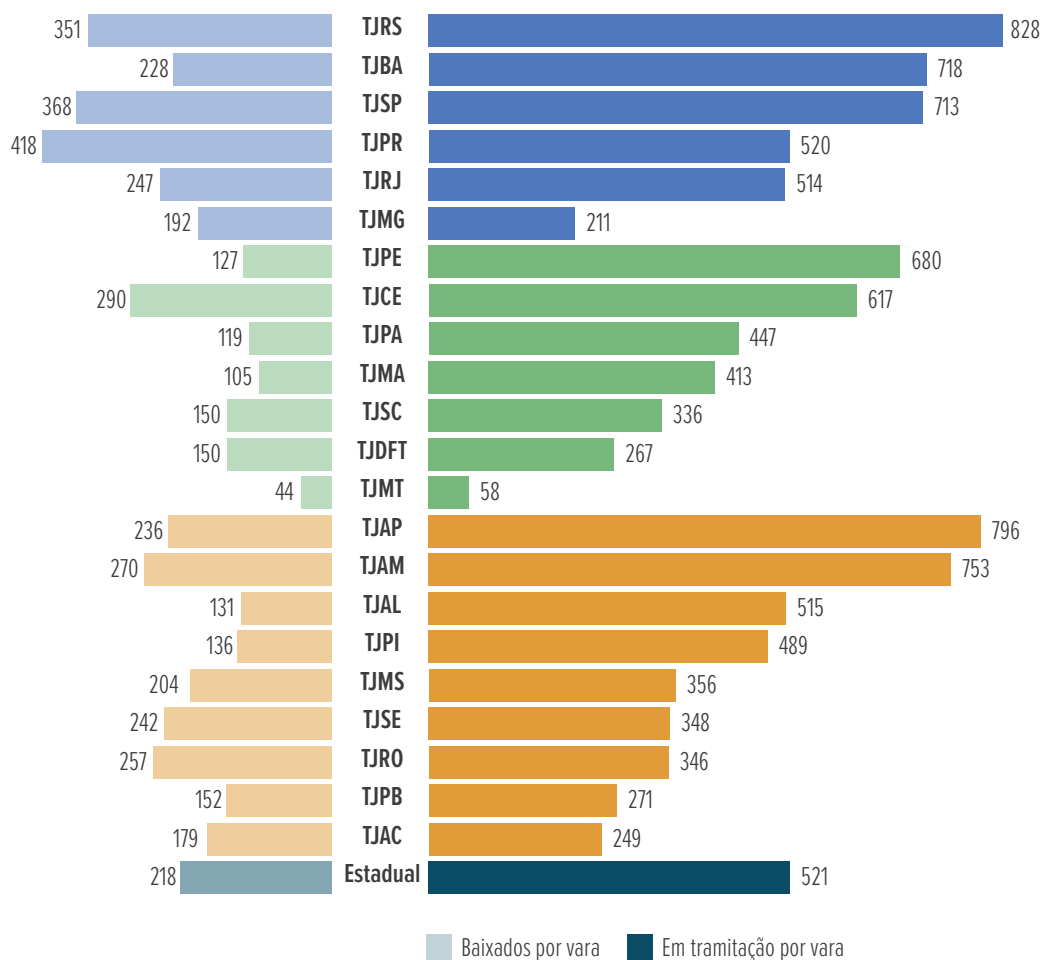
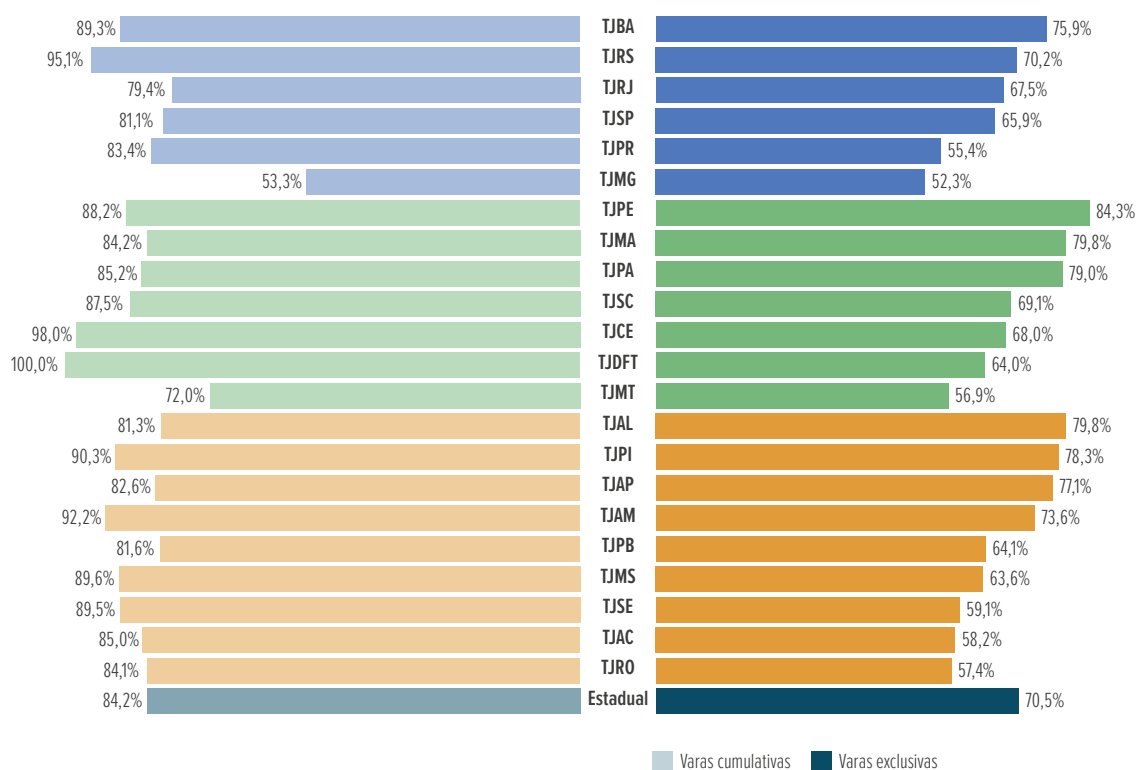


Figura 184 - Taxa de congestionamento dos processos de conhecimento criminais nas varas exclusivas criminais, segundo o tribunal



11.4 VARAS EXCLUSIVAS CRIMINAIS

Neste tópico são consideradas como varas exclusivas criminais não somente as unidades classificadas unicamente com a competência criminal, mas também as que acumulam as seguintes competências: juizado especial criminal; tribunal do júri; entorpecentes/drogas; combate ao crime organizado, crimes contra a criança e adolescente, delitos de trânsito, sistema financeiro e execuções penais e/ou de medidas alternativas.

Também foram considerados os processos criminais das varas que acumulam competências criminais com violência doméstica e familiar contra a mulher, auditoria militar, ambiental ou juizado especial adjunto.

Verifica-se da Figura 186 que somente os Tribunais de Justiça de Santa Catarina e Rio de Janeiro, além do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, possuem mais de 60% dos processos de conhecimento criminais em tramitação nas varas exclusivas criminais, tendo este último atingido um percentual de 87% de processos criminais tramitando nas varas exclusivas.

O acervo médio por unidade foi de 1.422 processos, com baixa de 750 casos por vara. Segundo a Figura 186, os valores variam significativamente entre os tribunais, com destaque para o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios que baixou, no ano de 2023, quantitativo de processos superior ao total de processos em tramitação ao final do período.

A taxa de congestionamento dos processos de conhecimento nas varas criminais exclusivas foi de 65,5%. Já a taxa de congestionamento das varas mistas, que acumulam processos criminais e não criminais, foi de 64,6%. O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios se destaca novamente com os melhores resultados, pois apresenta as menores taxas de congestionamento de processos criminais, tanto nas varas exclusivas, como nas não exclusivas (Figura 187).

Figura 185 - Percentual de processos de conhecimento criminais que tramitam nas varas exclusivas, segundo o tribunal

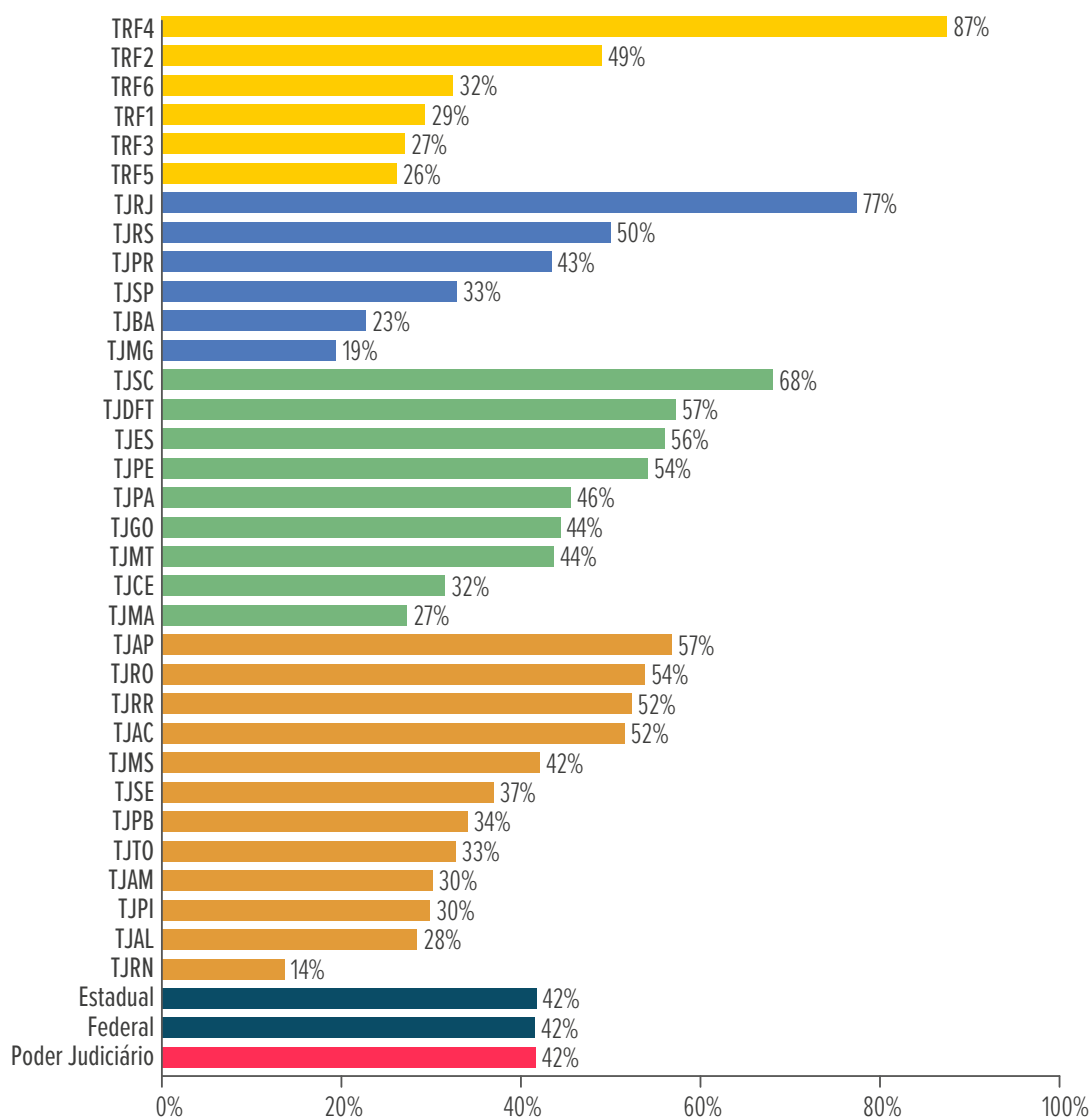


Figura 186 - Total de processos de conhecimento criminais baixados e pendentes por vara exclusiva, segundo o tribunal

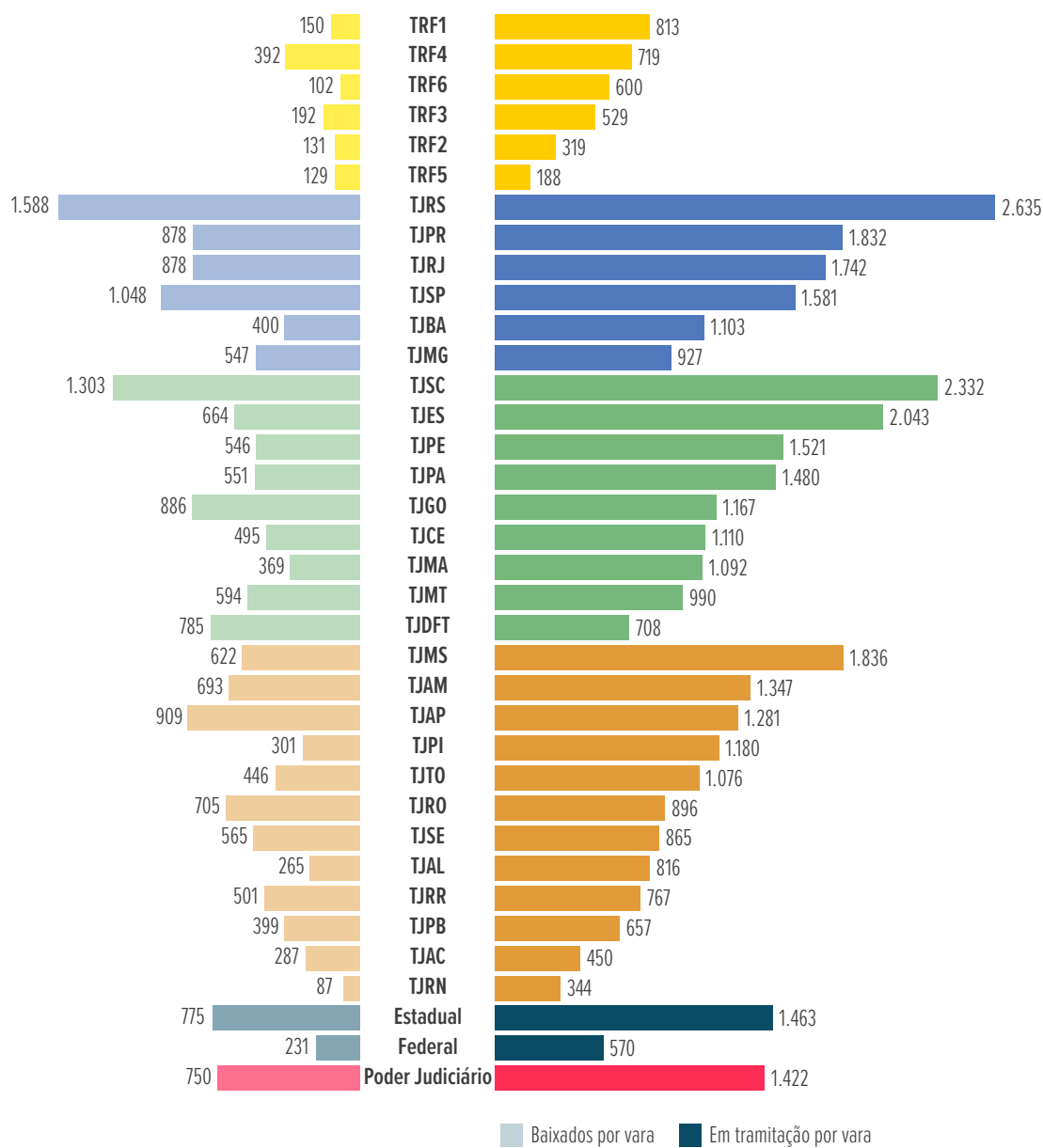


Figura 187 - Taxa de congestionamento dos processos de conhecimento criminais nas varas exclusivas criminais, segundo o tribunal

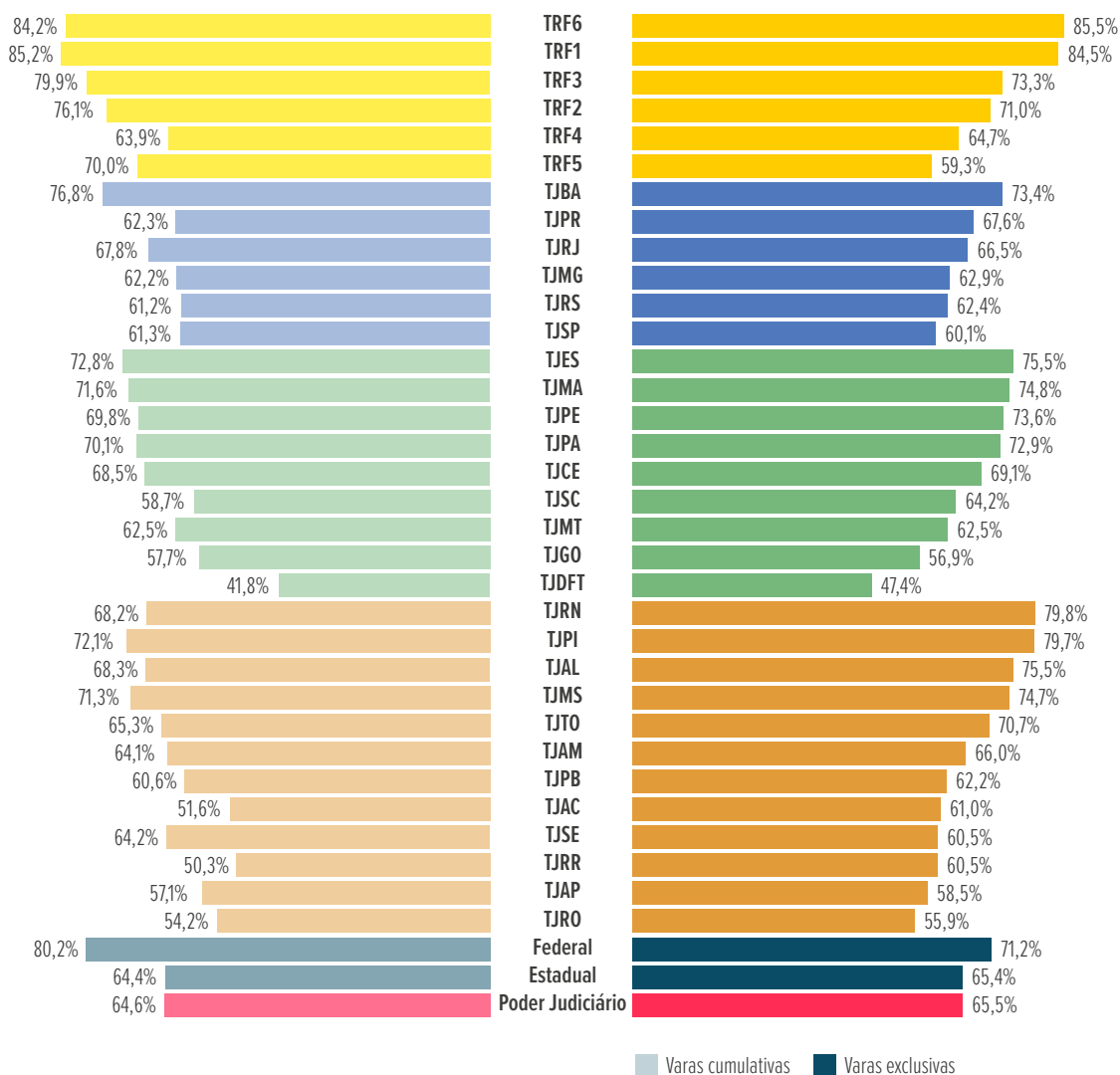
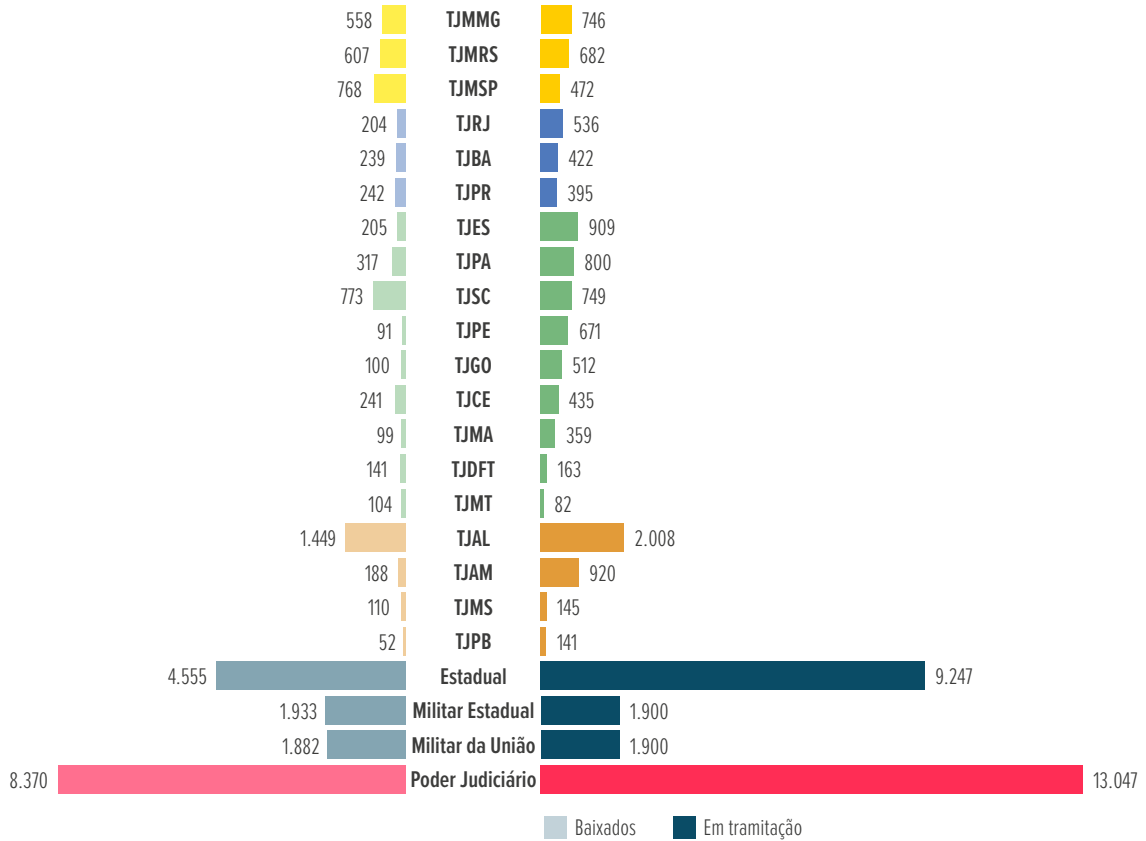


Figura 188 - Total de Processos baixados e pendentes nas auditorias militares da Justiça Estadual, da Justiça Militar Estadual e da Justiça Militar da União, segundo o tribunal



11.5 AUDITORIAS MILITARES

A Figura 188 apresenta os quantitativos de processos em tramitação e baixados por Tribunal e considera as varas das Justiças Militar Estadual, Militar da União e das unidades da Justiça Estadual que possuem competência exclusiva de Auditoria Militar.

Existiam, no ano de 2023, 1.900 processos em tramitação na fase de conhecimento nas auditorias militares da Justiça Militar Estadual; 1.900 da Justiça Militar da União; e 9.247 nas auditorias militares dos Tribunais de Justiça Estaduais.

Em relação ao total de casos novos, havia, no ano de 2023, 1.722 casos ingressados nas auditorias militares da Justiça Militar Estadual; 1.821 na Justiça Militar da União; e 2.854 nas auditorias militares dos Tribunais de Justiça Estaduais

Os dados revelam que, embora a maior parte dos processos militares em tramitação estejam na Justiça Estadual (70,9%), em termos de demanda, eles representam menos da metade (44,6%), o que mostra um maior acúmulo de acervo nos TJs do que nas auditorias militares da JMU e dos TJMs, que são os segmentos especializados.

A taxa de congestionamento ilustra essa informação, em que se verifica que os índices médios do ano de 2023 foram de 49,6% nas auditorias militares da Justiça Militar Estadual; 50,2% na Justiça Militar da União; e 67% nas auditorias militares dos Tribunais de Justiça.

12 ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE COMPARADA DA JUSTIÇA: IPC-JUS

O Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus) é uma medida que busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, ao comparar a eficiência otimizada com a aferida em cada unidade judiciária, por meio da técnica de Análise Envoltória de Dados (*Data Envelopment Analysis - DEA*), conforme especificado no anexo metodológico.

Esse método permite comparações entre tribunais do mesmo ramo de justiça, independentemente do porte, pois considera o que foi produzido a partir dos recursos ou insumos disponíveis para cada tribunal.

O índice agrega informações de litigiosidade - número de processos que tramitaram no período (excluídos os processos suspensos, sobrestados, em arquivo provisório e de execuções fiscais e penais), dados sobre pessoal (magistrados(as), servidores(as) efetivos(as), comissionados(as) e servidores(as) ingressados(as) por meio de requisição ou cessão) e sobre recursos financeiros (despesa total da Justiça, excluídas as despesas com inativos e com projetos de construção e obras). Avalia também a quantidade de processos baixados, excluídos os processos de execuções fiscais e penais.

Até o ano de 2018 (ano-base 2017), as execuções fiscais, as execuções penais e os processos suspensos, sobrestados e em arquivo provisório integravam a base de cálculo do IPC-Jus, tanto na dimensão do acervo (*input*) quanto na dos baixados (*output*). A mudança metodológica se justifica pelos motivos já expostos neste relatório, haja vista que a baixa nesses processos não depende unicamente da eficiência e do desempenho do Poder Judiciário.

A aplicação do modelo DEA tem por resultado um percentual que varia de 0 (zero) a 100%, que é a medida de eficiência do tribunal, denominada por IPC-Jus. Quanto maior o valor, melhor o desempenho da unidade, significando que foi capaz de produzir mais, com menos recursos disponíveis.

Os tribunais com melhores resultados, considerados eficientes, tornam-se referência no ramo de justiça do qual fazem parte. Os outros tribunais, por sua vez, são comparados aos seus congêneres, de forma ponderada. Portanto, o IPC-Jus do tribunal será a razão entre seu desempenho e o quanto ele deveria ter produzido para atingir 100% de eficiência.

Cabe esclarecer que a obtenção de eficiência de 100% não significa que o tribunal não precise melhorar, mas, apenas, que foi capaz de baixar mais processos quando comparado com os demais, com recursos semelhantes.

Para melhor compreensão dos resultados do IPC-Jus, sugere-se visualizar os gráficos que expõem o cruzamento, dois a dois, dos principais indicadores de produtividade que influenciam no cálculo da eficiência relativa. Cada um dos indicadores relaciona a variável de *output* (baixados) com a de *input*.

Os gráficos apresentam, simultaneamente, quatro dimensões distintas, pois, além dos dois indicadores, também demonstram, pelo símbolo, a classificação de cada tribunal em relação ao porte e, pelo tamanho, o nível de eficiência. Mais detalhes sobre a interpretação desse tipo de gráfico podem ser encontrados no anexo metodológico deste Relatório.

O IPC-Jus mensura, ainda, o quanto o tribunal deveria ter baixado em número de processos para que, em 2023, pudesse alcançar a eficiência máxima. Dessa forma, este capítulo destina-se a apresentar o resultado real e a simulação com os principais indicadores de desempenho. O resultado simulado é construído a partir da hipótese de que todos os tribunais seriam eficientes caso alcançassem 100% no IPC-Jus.

O comparativo é produzido com base no Índice de Produtividade dos(as) magistrados(as) (IPM), no Índice de Produtividade dos(as) Servidores(as) (IPS), na Despesa Total do Tribunal e na Taxa de Congestionamento (TC).

Os resultados e os cenários do IPC-Jus foram calculados para a Justiça Estadual, a Justiça do Trabalho e a Justiça Federal.

12.1 JUSTIÇA ESTADUAL

12.1.1 RESULTADOS

A Figura 189 apresenta o resultado do IPC-Jus de cada tribunal da Justiça Estadual, e a Figura 190 discrimina esse indicador para o primeiro e segundo grau. Verifica-se, a partir desses gráficos, que apenas o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul alcançou IPC-Jus superior a 80 % no primeiro e no segundo grau concomitantemente.

Destaca-se, também, que somente 7 tribunais apresentaram índices abaixo de 50%, sendo TJPA (44%) e TJAP (24%) no segundo grau e TJTO (49%), TJMA (48%), TJPI (47%), TJPE (43%), TJES (42%) e TJPA (38%) no primeiro grau.

O TJAL, o TJPB, o TJRN, o TJSE e o TJTO (pequeno porte) também obtiveram índices de 100% no segundo grau, mas no primeiro grau os índices foram de, respectivamente, 59%, 59%, 54%, 75% e 49%. Os Tribunais de Justiça do Estado de Roraima, de Rondônia e do Amazonas também atingiram índice de 100% no primeiro grau, mas no segundo grau os índices foram de, respectivamente, 62%, 76% e 50%.

Considerando o conjunto da Justiça Estadual, o segundo grau apresentou indicador superior ao do primeiro, com IPC-Jus de, respectivamente, 82% e 62%. Isso não significa mais produtividade, mas tão somente que, em média, as cortes de segunda instância apresentaram resultados mais homogêneos, entre os órgãos julgadores de segundo grau, do que as varas e juizados.

No resultado global, levando-se em consideração ambas as instâncias e a área administrativa, ficaram com 100% de IPC-Jus: TJRS (grande porte) e TJAM, TJRO e TJRR (pequeno porte), conforme a Figura 189.

Figura 189 - Resultado do IPC-Jus por tribunal (incluída a área administrativa)

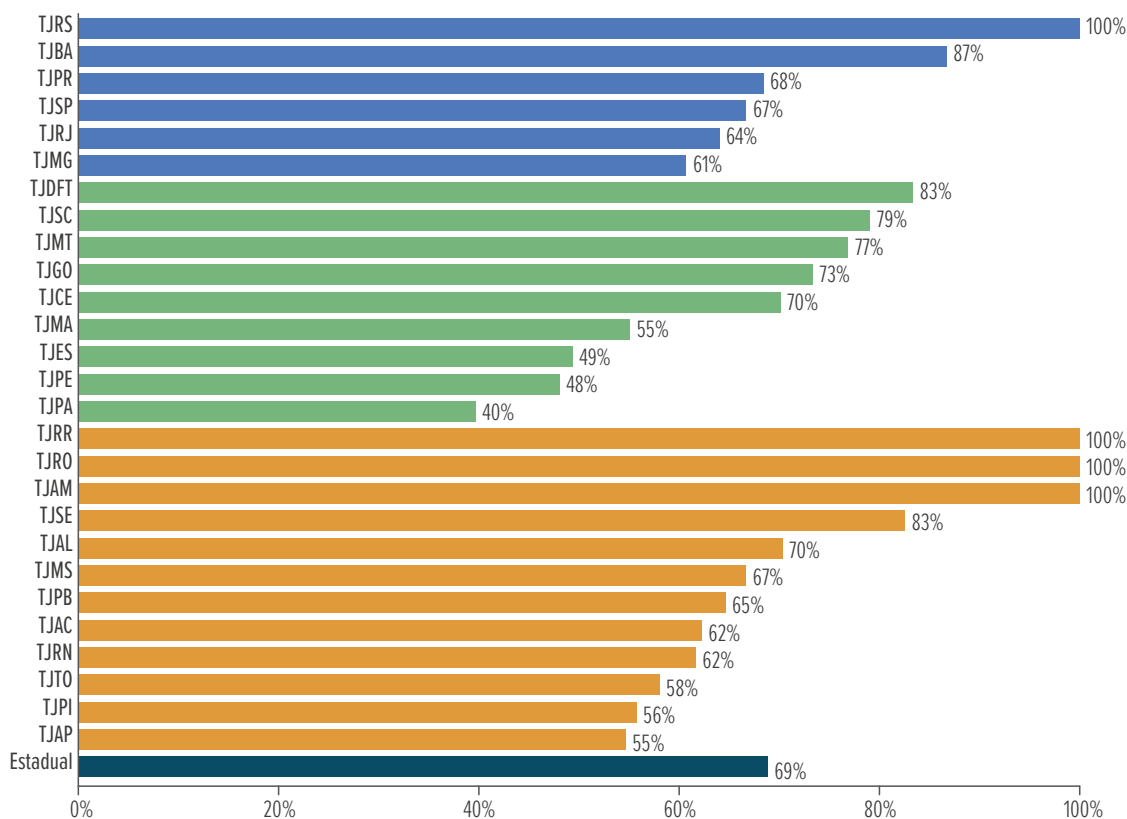
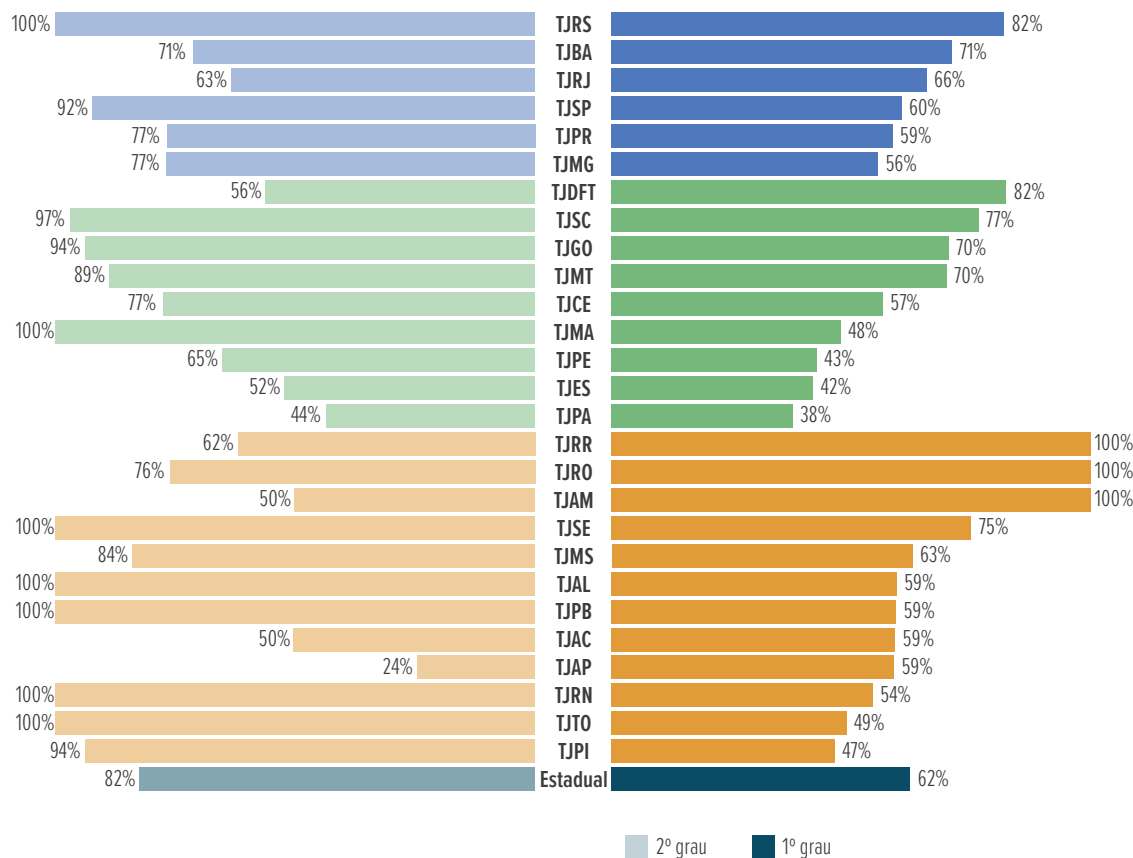


Figura 190 - Resultado do IPC-Jus da área judiciária, por instância e tribunal



É possível salientar a eficiência resultante do modelo em cada indicador de forma separada, a partir da relação entre a taxa de congestionamento líquida e, respectivamente, a produtividade dos(as) magistrados(as) (Figura 191), a produtividade dos(as) servidores(as) (Figura 192) e a despesa total (Figura 193)³⁵.

Os tribunais que mais se aproximam da linha de fronteira (linha azul) são os mais eficientes, e, os mais distantes, são os menos eficientes. Os Tribunais de Justiça dos Estados de Rondônia, de Roraima, do Amazonas (pequeno porte) aparecem na fronteira de eficiência em todos os casos.

Os tribunais no segundo quadrante das figuras de produtividade e no terceiro quadrante da figura de despesa são aqueles com melhor desempenho, pois combinaram altos indicadores de produtividade e baixos índices de despesa, com menor taxa de congestionamento líquida.

³⁵ Desconsiderados dos respectivos indicadores os processos de execução fiscal, de execução penal e suspensos/sobrestados/arquivo provisório.

Já os que se encontram no quarto quadrante dos gráficos de produtividade e no primeiro quadrante de despesa estão mais distantes da fronteira e se associam à alta taxa de congestionamento líquida com baixos níveis de produtividade ou alto volume de despesa.

O TJAM (pequeno porte), TJGO (médio porte) e TJMT (médio porte) estão no quadrante de melhor desempenho em todos os gráficos, com mais produtividade de magistrado(a) e servidor(a), menor taxa de congestionamento e menor despesa. Ao contrário, o TJAP, TJES, TJPA, TJPE e TJTO encontram-se, simultaneamente, nos quadrantes de pior desempenho.

Figura 191 - Gráfico de Gartner e Fronteira da Taxa de congestionamento líquida x Índice de produtividade dos(as) magistrados(as), excluindo os processos suspensos, sobrestados, execuções penais e fiscais

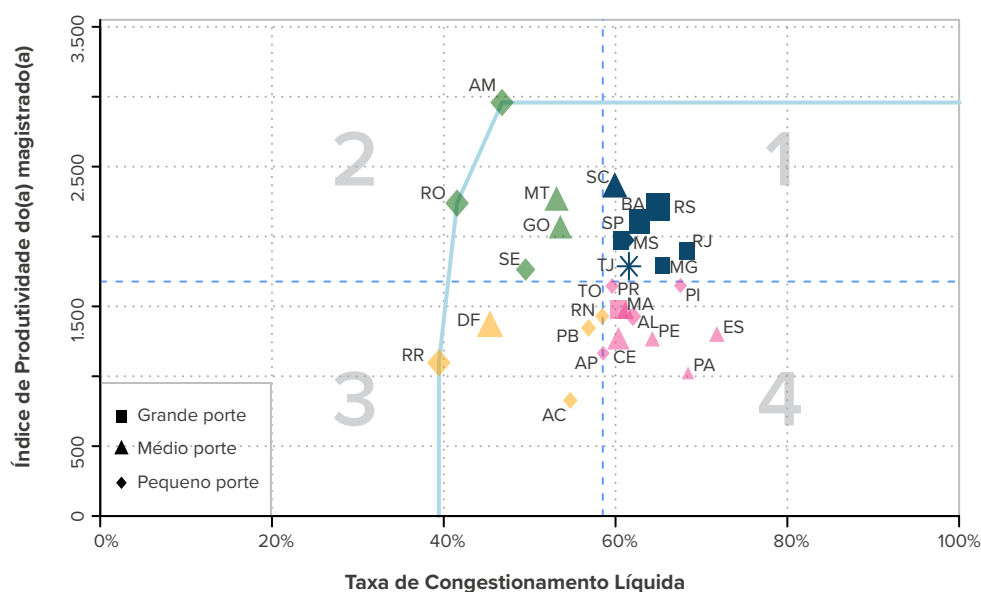


Figura 192 - Gráfico de Gartner e Fronteira da Taxa de congestionamento líquida x Índice de produtividade dos(as) servidores(as), excluindo os processos suspensos, sobrestados, execuções penais e fiscais

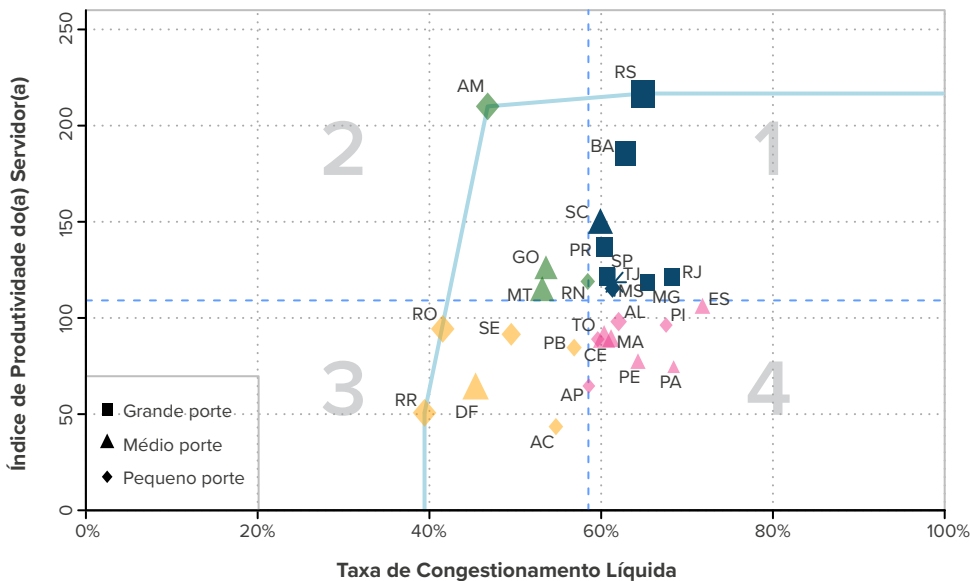
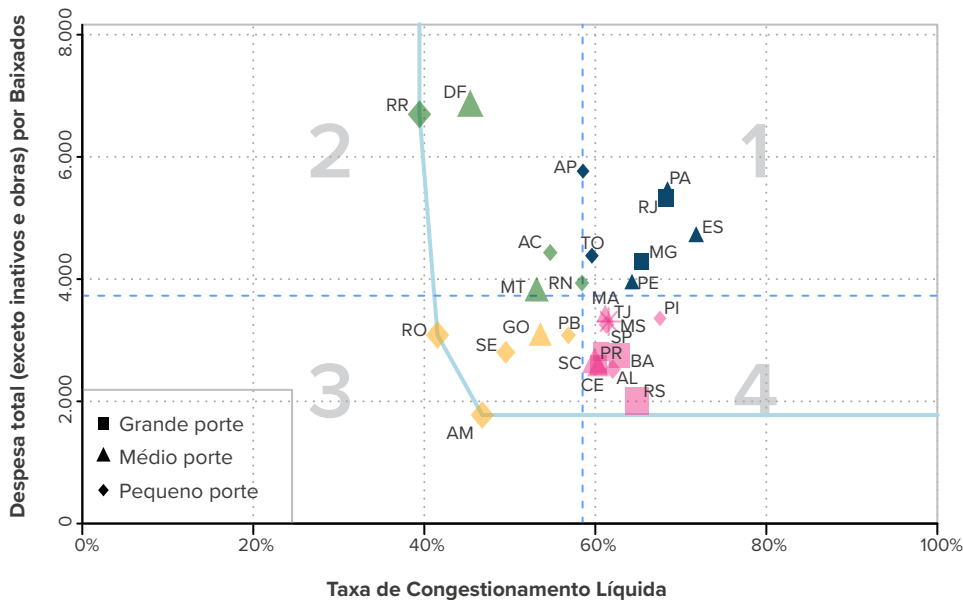


Figura 193 - Gráfico de Gartner e Fronteira da Taxa de congestionamento líquida x Despesa total por processos baixados, excluindo a despesa com inativos, processos suspensos, sobrestados, execuções penais e fiscais



12.1.2 ANÁLISES DE CENÁRIO

Neste tópico, são apresentadas análises de cenário para estimar quanto os tribunais deveriam ter baixado de processos em 2023, para que pudessem alcançar eficiência máxima, ou seja, 100% no IPC-Jus. A análise de cenário é baseada em simulações para o Índice de Produtividade dos(as) magistrados(as) (IPM), o Índice de Produtividade dos(as) Servidores(as) (IPS) e a Taxa de Congestionamento líquida (TCL), considerando, também, os processos de execuções fiscais e penais.

Os indicadores estimados têm como hipótese que os tribunais tenham alcançado 100% de eficiência, ou seja, apresentam-se, por exemplo, a taxa de congestionamento atingida e a taxa de congestionamento estimada, caso o tribunal tivesse baixado o quantitativo de processos necessários para ser 100% no IPC-Jus, considerados seus insumos disponíveis.

Esses cenários, contudo, não significam que a situação hipotética alcançada seja a ideal. Por exemplo, no caso do TJRS não se pode afirmar que o congestionamento de 68% seja satisfatório, mas sim que, em relação aos demais tribunais e aos insumos, o TJRS baixou, comparativamente, maior volume de processos.

Os números da Figura 194 e da Figura 195 indicam quantos processos cada servidor(a) e cada magistrado(a) necessitariam baixar para que os tribunais atingissem 100% de eficiência, em comparação ao quanto efetivamente foi baixado. A Figura 196 demonstra o resultado que essas realizações provocariam na taxa de congestionamento líquida no ano de 2023.

Interessante notar que o Tribunal de Justiça do Estado de Amazonas obteve, no ano de 2023, o maior IPM, o segundo maior IPS e a quarta menor taxa de congestionamento líquida da Justiça Estadual. Esses resultados são reflexo da quantidade considerável de processos baixados no ano de 2023, que apresentou crescimento de 43%.

Já o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia obteve o IPC-Jus de 100% e alcançou a melhor produtividade de magistrado(a) no pequeno porte, a segunda menor taxa de congestionamento líquida da Justiça, porém ocupou posição intermediária na avaliação da produtividade de servidor(a).

Caso os tribunais atingissem o índice de 100% no IPC-Jus, em 2023, as maiores alterações nos indicadores seriam sentidas nos Tribunais de Justiça do Pará, do Pernambuco e do Maranhão, uma vez que as taxas de congestionamento poderiam ser reduzidas em, no mínimo, 14 pontos percentuais.

Figura 194 - Índice de Produtividade dos(as) magistrados(as) (IPM) realizado X necessário para que cada tribunal atinja IPC-Jus de 100%

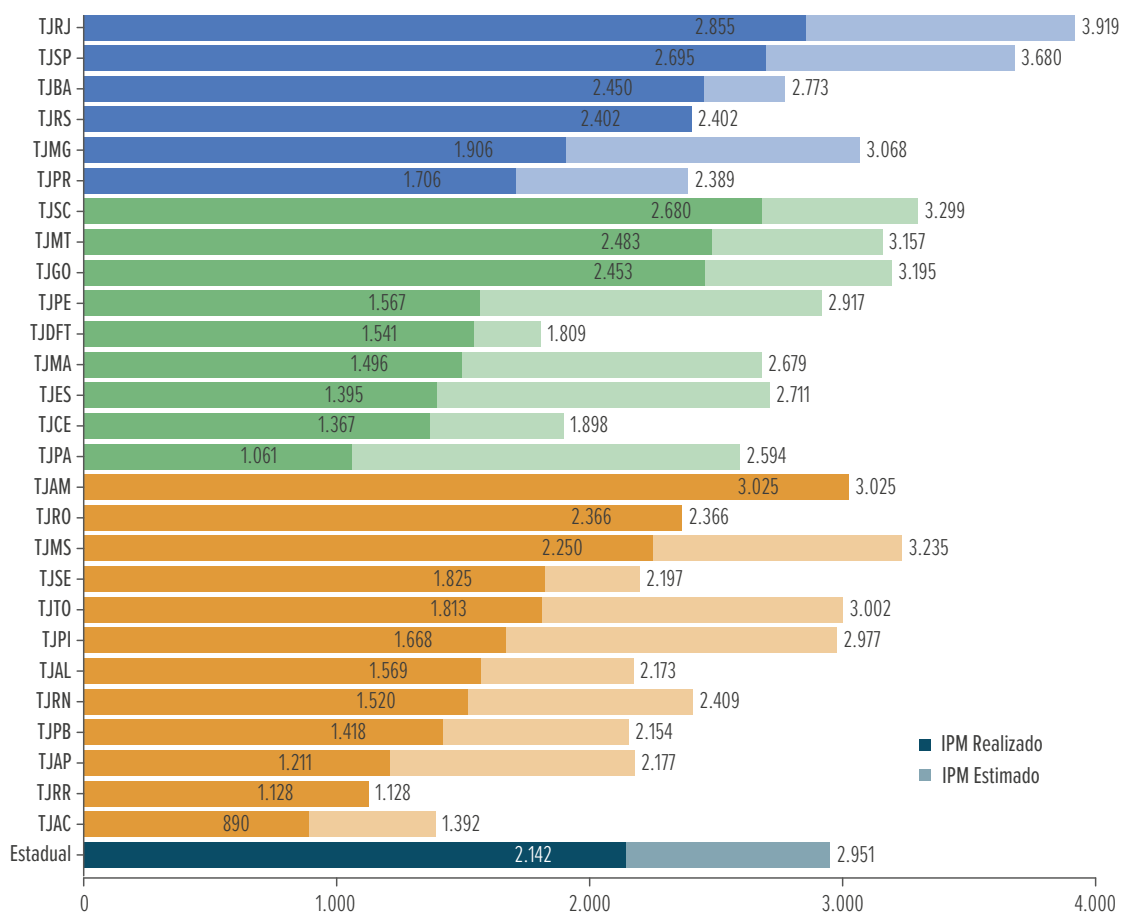


Figura 195 - Índice de Produtividade dos(as) Servidores(as) (IPS) realizado X necessário para que cada tribunal atinja IPC-Jus de 100%

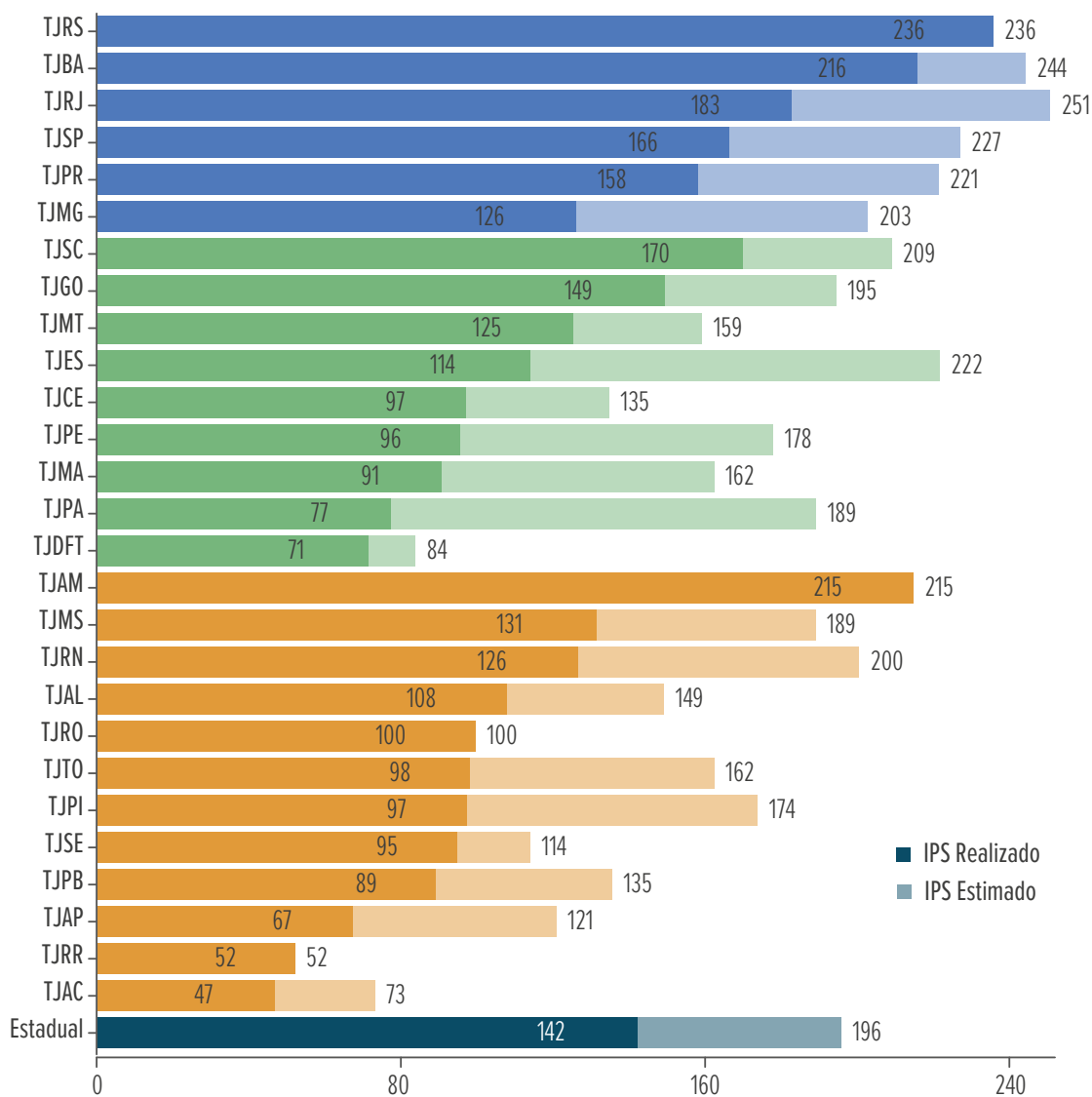
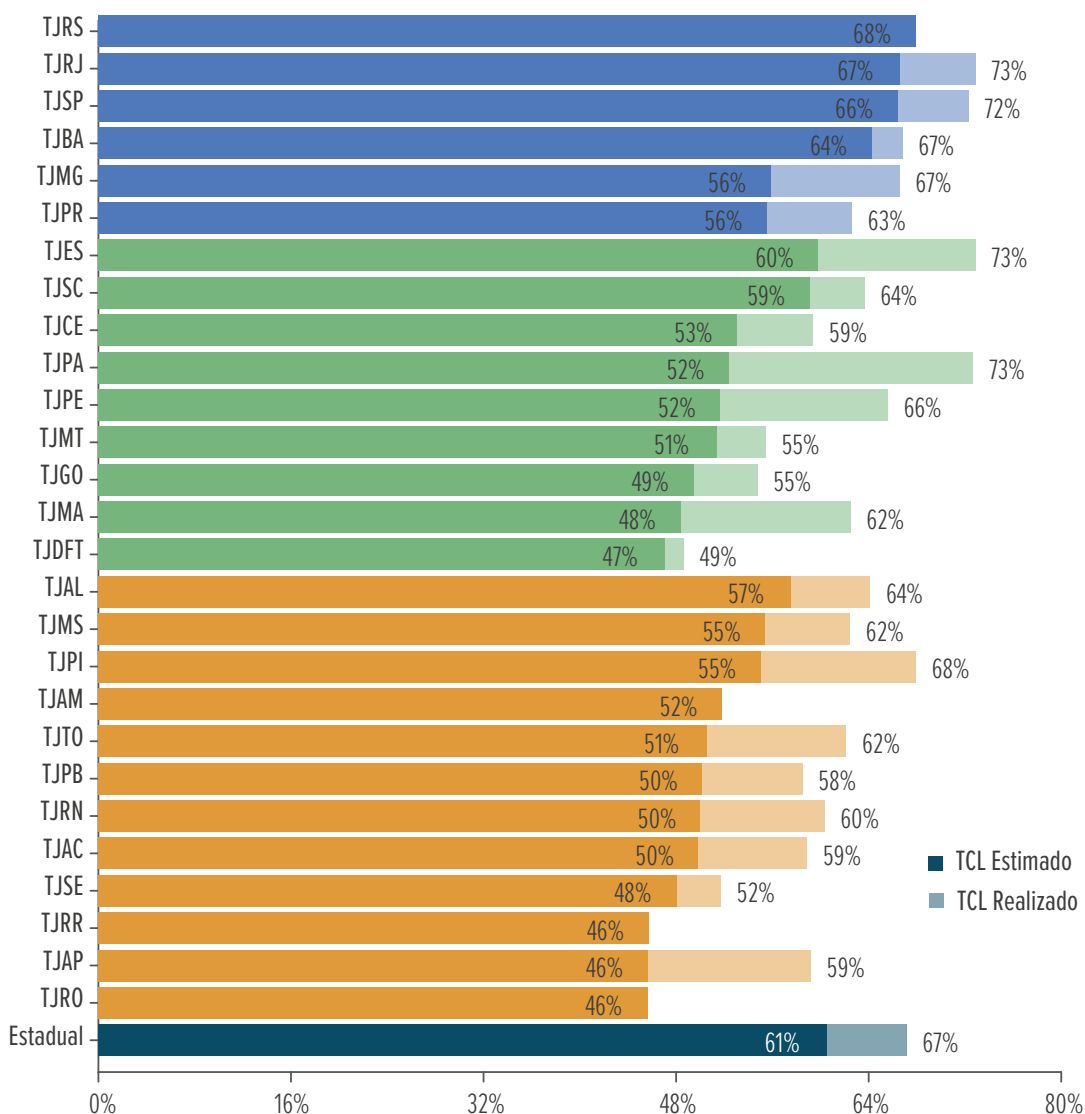


Figura 196 - Taxa de Congestionamento Líquida (TCL) realizada X resultado da consequência se cada tribunal atingisse IPC-Jus de 100%



12.2 JUSTIÇA DO TRABALHO

12.2.1 RESULTADOS

A Figura 197 mostra o IPC-Jus de cada Tribunal Regional do Trabalho, verifica-se que os seguintes tribunais alcançaram índice de 100% na versão global: TRT3 (MG/grande porte), TRT15 (SP/grande porte), TRT1 (RJ/grande porte), TRT8 (PA/médio porte) e TRT22 (PI/pequeno porte).

Em relação ao indicador segmentado entre o primeiro e o segundo grau (Figura 198), observa-se que apenas o TRT8 apresentou índice de 100% de forma simultânea entre o primeiro e o segundo grau. Os Tribunais Regionais do Trabalho da 2ª e da 22ª Região alcançaram 100% de IPC-Jus no primeiro grau e os seguintes tribunais também atingiram índice de 100% no segundo grau: TRT1 (RJ), TRT3 (MG), TRT6 (PE), TRT13 (PB), TRT15 (SP), TRT19 (AL) e TRT21 (RN).

Figura 197 - Resultado do IPC-Jus por tribunal

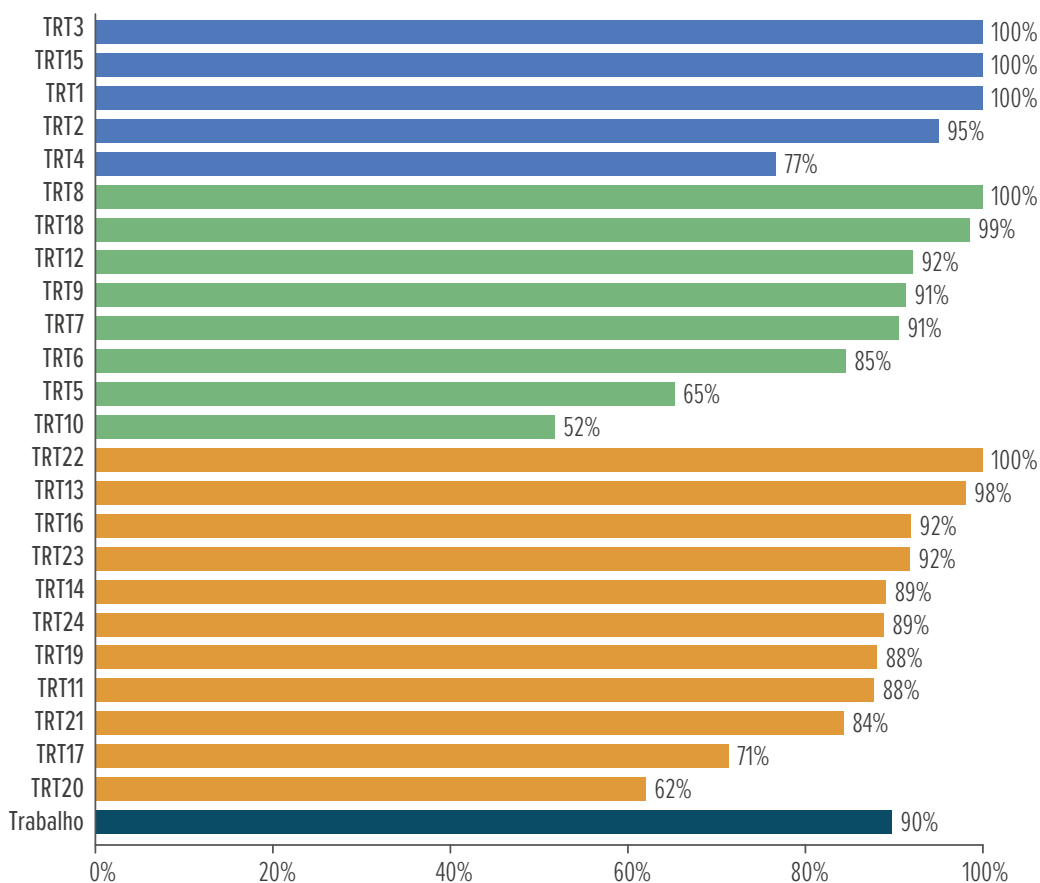
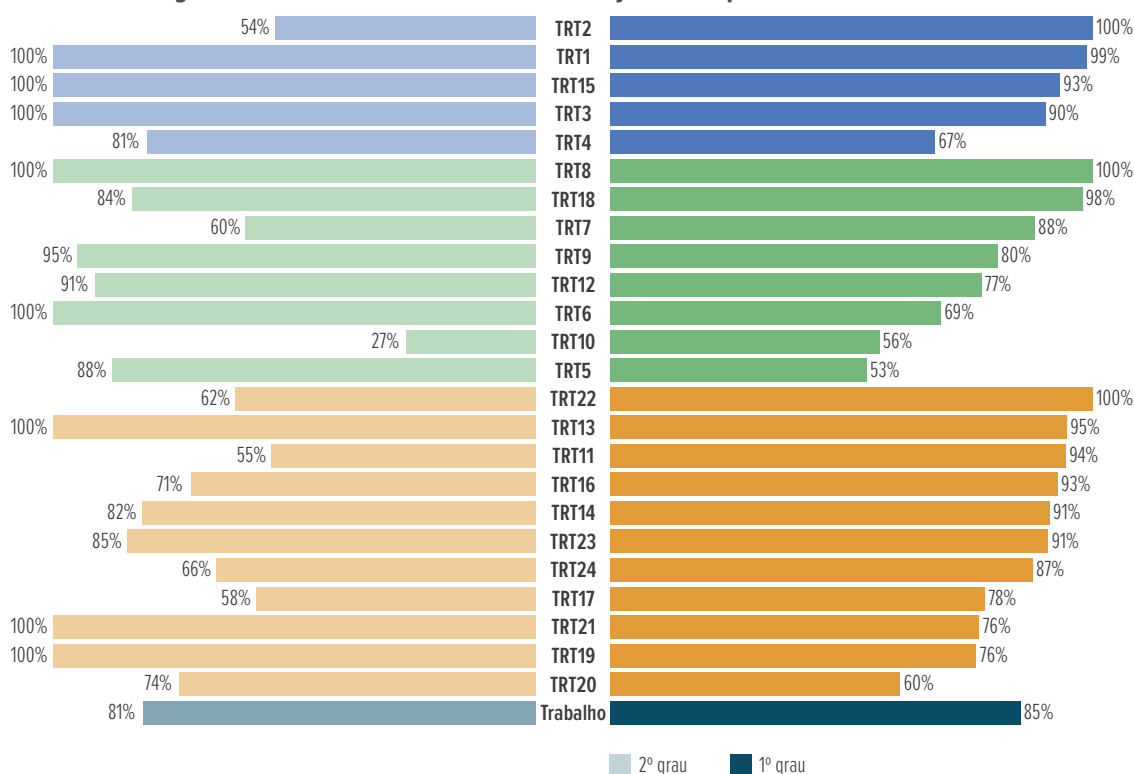


Figura 198 - Resultado do IPC-Jus da área judiciária por instância e tribunal



A eficiência resultante do modelo pode ser constatada a partir da relação entre a taxa de congestionamento líquida versus: a) a produtividade dos(as) magistrados(as) (Figura 199); b) a produtividade dos(as) servidores(as) (Figura 200); e c) a despesa total (Figura 201).

Os tribunais que mais se aproximam da linha de fronteira (linha azul) são os mais eficientes, e os mais distantes são os menos eficientes. Verifica-se que os Tribunais Regionais do Trabalho da 8ª, 15ª e 22ª Região se situam na fronteira de eficiência em todos os casos.

Os Tribunais Regionais do Trabalho das 3ª, 9ª, 12ª e 22ª Regiões ocupam o quadrante de melhor desempenho (segundo quadrante para os indicadores de produtividade e terceiro para o de despesa) em todos os gráficos, entre os quais o TRT3 de grande porte, o TRT22 de pequeno porte e os demais de médio porte.

Já os tribunais da 5ª, 10ª, 17ª e 20ª Região estão no quadrante de menor desempenho (quarto quadrante para os indicadores de produtividade e primeiro para o de despesa), entre os quais o TRT5 e o TRT10 de médio porte e os demais de pequeno porte.

Figura 199 - Gráfico de Gartner e Fronteira da taxa de congestionamento líquida x Índice de produtividade dos(as) magistrados(as), excluindo os processos suspensos, sobrestados e execuções fiscais

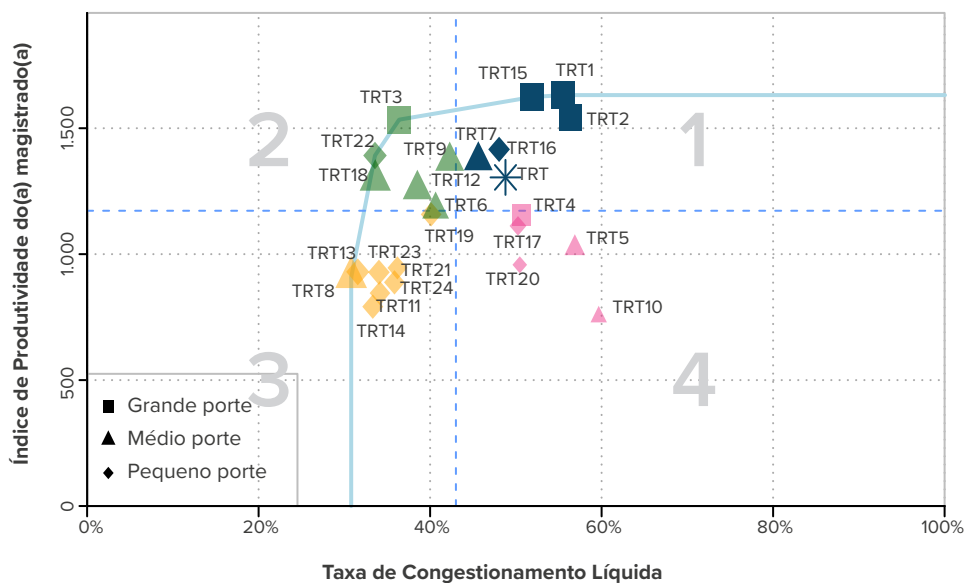


Figura 200 - Gráfico de Gartner e Fronteira da taxa de congestionamento líquida x Índice de produtividade dos(as) servidores(as), excluindo os processos suspensos, sobrestados e execuções fiscais

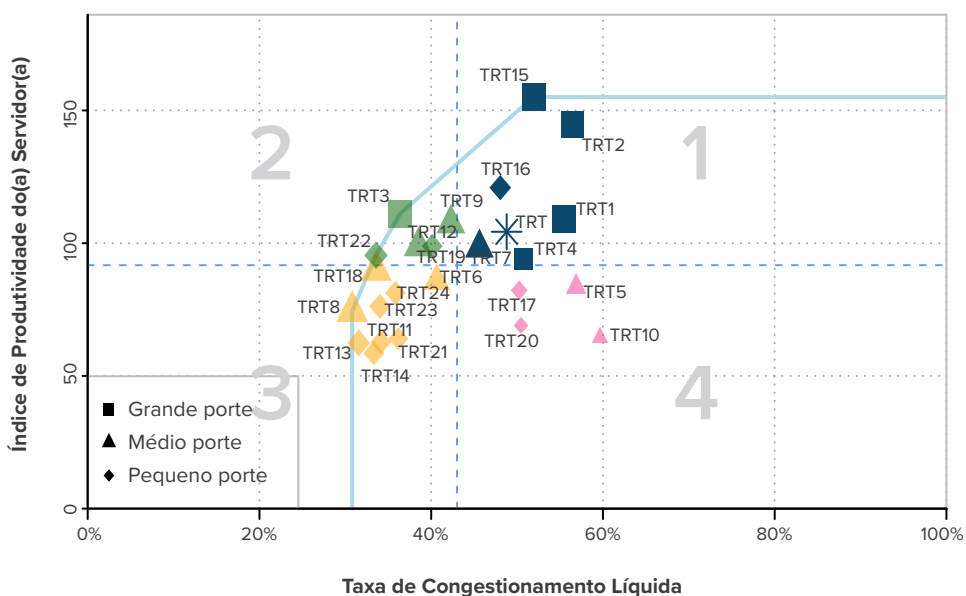
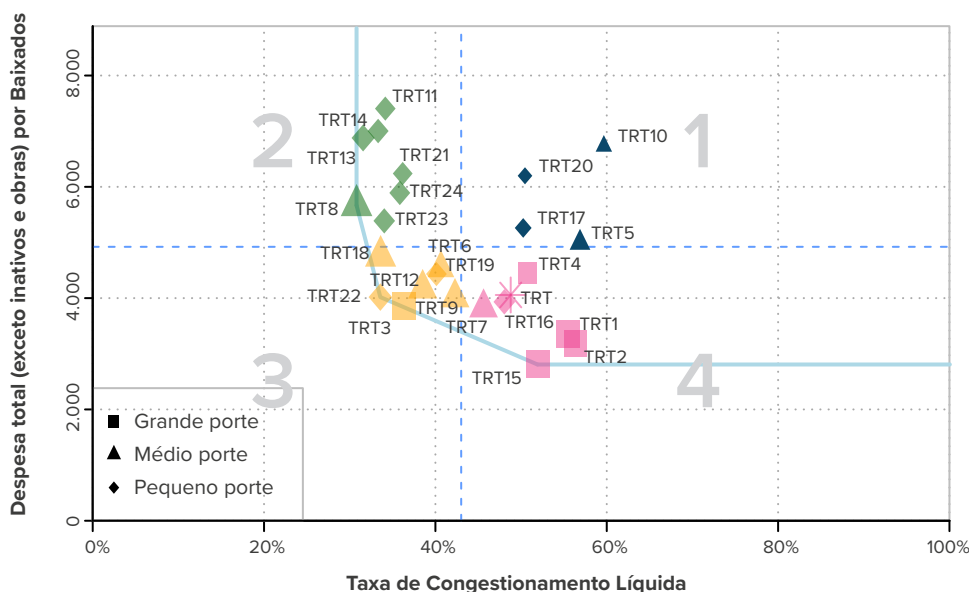


Figura 201 - Gráfico de Gartner e Fronteira da taxa de congestionamento líquida x Despesa total por processos baixados, excluindo despesas com inativos, processos suspensos, sobrestados e execuções fiscais



12.2.2 ANÁLISES DE CENÁRIO

Nas simulações apresentadas a seguir, são calculados o Índice de Produtividade dos(as) magistrados(as) (IPM), o Índice de Produtividade dos(as) Servidores(as) (IPS) e a Taxa de Congestionamento Líquida (TCL), considerando, também, os processos de execuções fiscais. Os indicadores estimados têm como hipótese que os tribunais tenham alcançado 100% de eficiência, em contraste com os valores reais.³⁶

Na situação hipotética, o IPM total da justiça do trabalho subiria de 1.309 para 1.458, mas em alguns tribunais, o ganho de produtividade seria de quase o dobro da atual. Da mesma forma, o IPS aumentaria de 105 para 117, e a taxa de congestionamento cairia de 49% para 46% (Figuras 202 a 204).

Caso os tribunais atingissem o índice de 100% no IPC-Jus, em ano de 2023, as maiores alterações nos indicadores seriam sentidas nos Tribunais Regionais do Trabalho da 10ª e 20ª Regiões, uma vez que as taxas de congestionamento poderiam ser reduzidas em, no mínimo, 12 pontos percentuais.

³⁶ Vide mais explicações na seção Análises de cenário da Justiça Estadual

Figura 202 - Índice de Produtividade dos(as) magistrados(as) (IPM) realizado X necessário para que cada tribunal atinja IPC-Jus de 100%

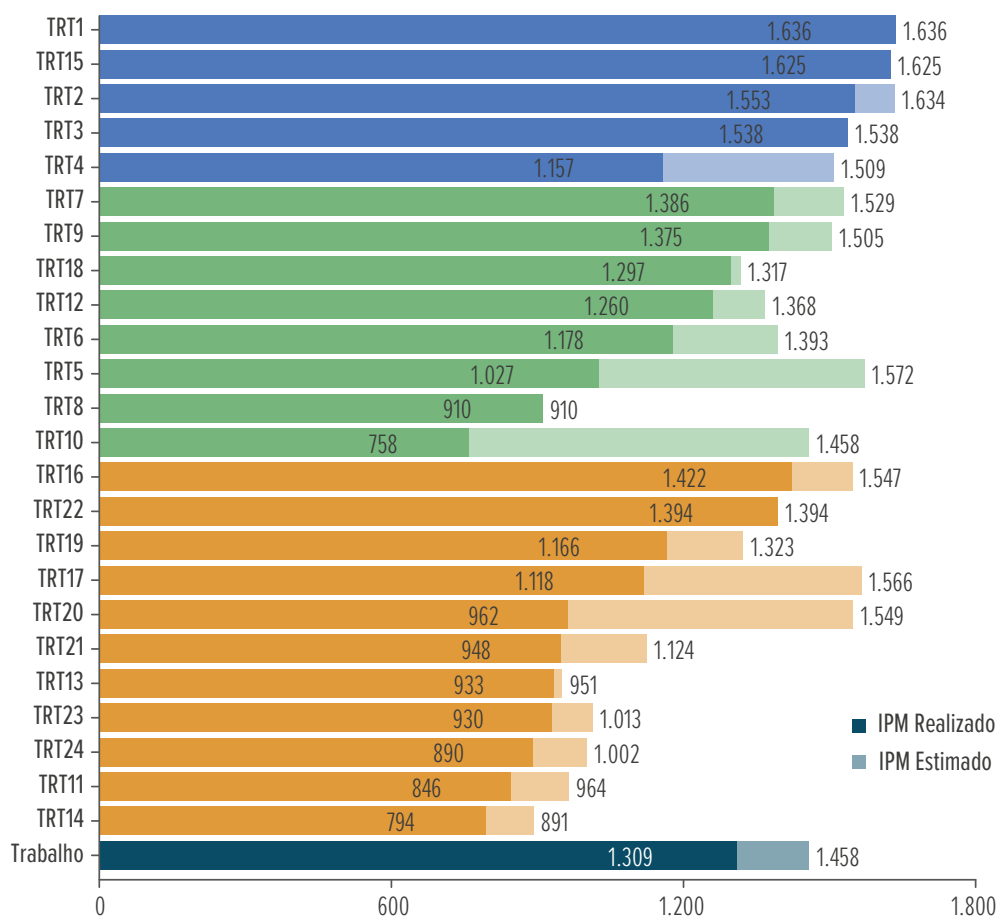


Figura 203 - Índice de Produtividade dos(as) Servidores(as) (IPS) realizado X necessário para que cada tribunal atinja IPC-Jus de 100%

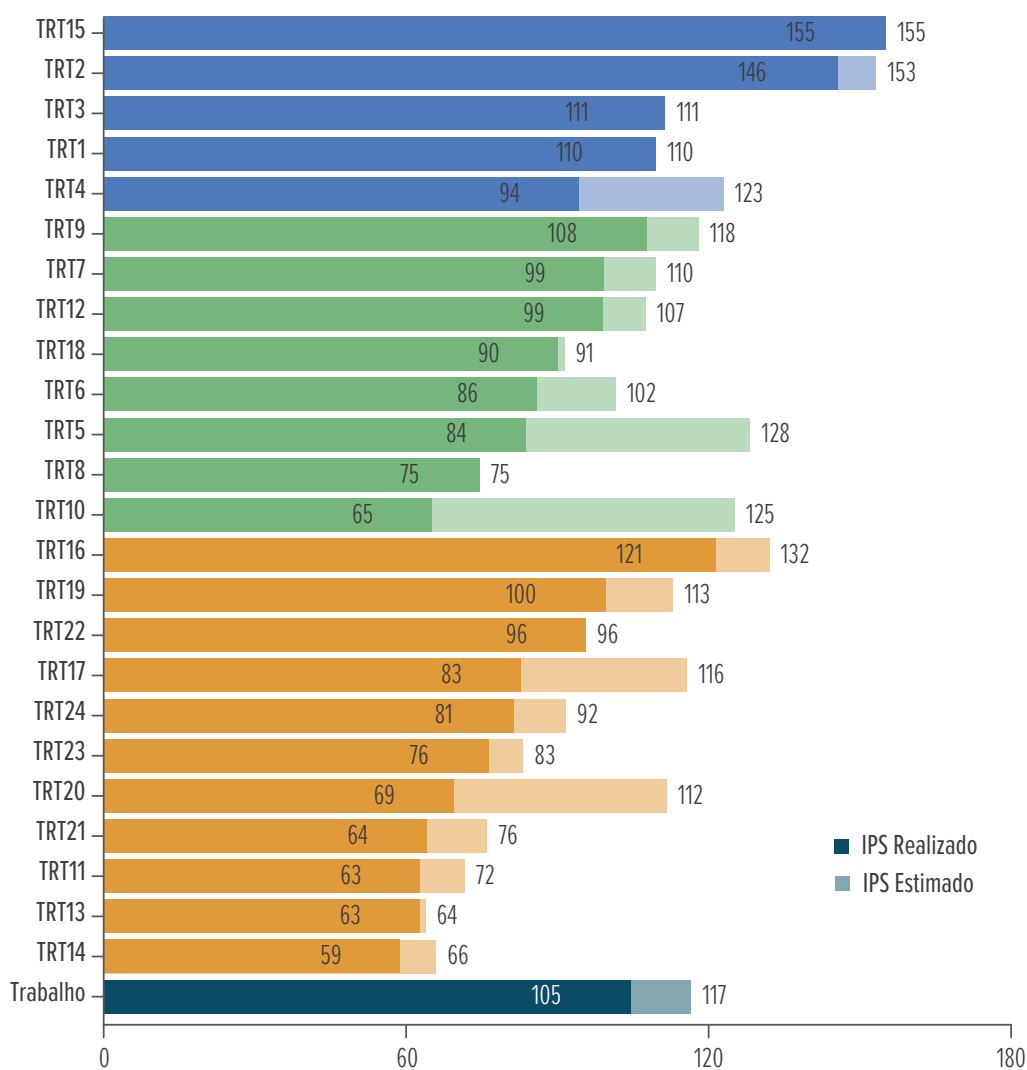
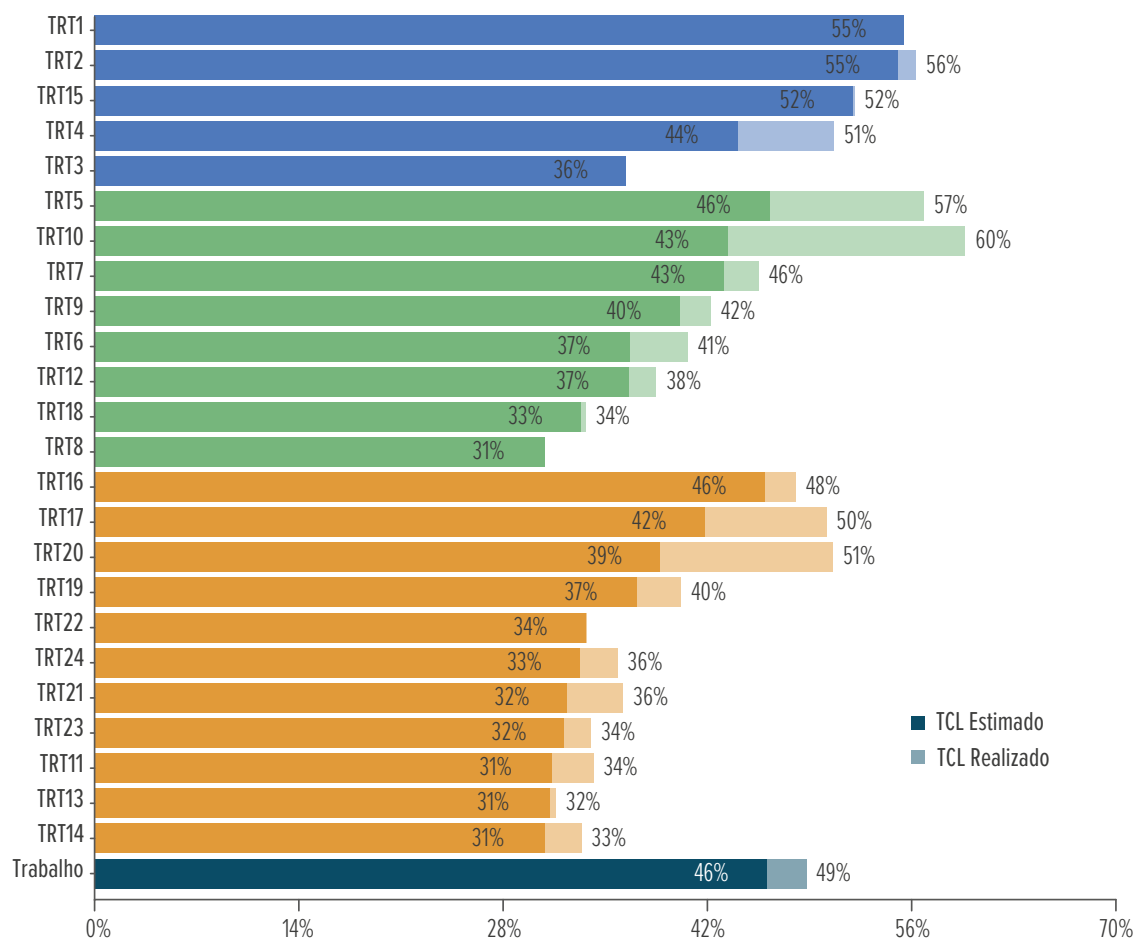


Figura 204 - Taxa de Congestionamento Líquida (TCL) realizada X resultado da consequência se cada tribunal atingisse IPC-Jus de 100%



12.3 JUSTIÇA FEDERAL

12.3.1 RESULTADOS

Os mesmos indicadores utilizados no modelo de eficiência relativa da Justiça Estadual e da Justiça do Trabalho foram aplicados à Justiça Federal. No entanto, por se tratar de um segmento de justiça com apenas seis tribunais, para viabilizar o cálculo do IPC-Jus utilizando a Análise Envoltória de Dados (DEA), as informações foram desagregadas por seção judiciária³⁷.

³⁷ Vide detalhes no anexo metodológico.

O IPC-Jus consolidado dos tribunais resulta do cálculo dos valores obtidos separadamente para o primeiro e o segundo grau. Por essa razão, nenhum tribunal apresentou indicador global de 100%, diferentemente do que ocorre nos demais ramos de Justiça.

No caso da Justiça Federal, as comparações são realizadas tendo como base as seções judiciárias e as estruturas de segundo grau, considerando o que foi produzido a partir dos recursos ou insumos disponíveis para cada unidade.

A Figura 205 indica que o Tribunal Regional Federal da 4ª Região obteve o maior IPC-Jus da Justiça Federal, com 88%, e 100% de IPC-Jus nas Seções Judiciárias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Além desse resultado, a Seção Judiciária de Alagoas (TRF5) atingiu 100% de IPC-Jus na Justiça Federal. As três seções Judiciárias menos eficientes são Distrito Federal (TRF1: 33,5%), Amazonas (TRF1: 37,5%) e São Paulo (TRF3: 39,3%).

Figura 205 - Resultado do IPC-Jus da área judiciária, por tribunal

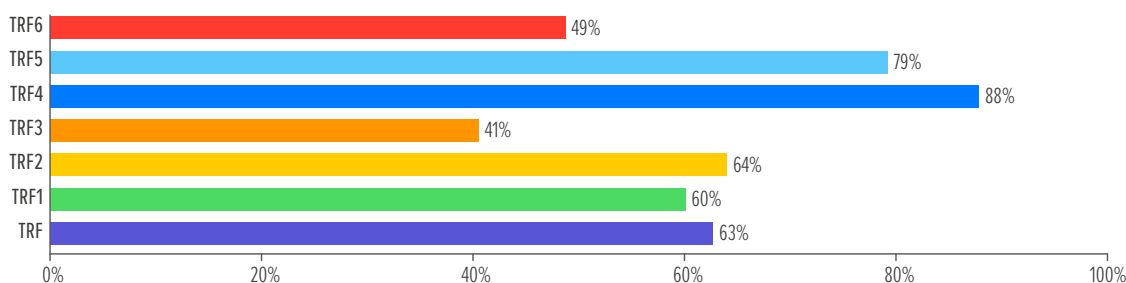


Figura 206 - Resultado do IPC-Jus da área judiciária, por instância e tribunal

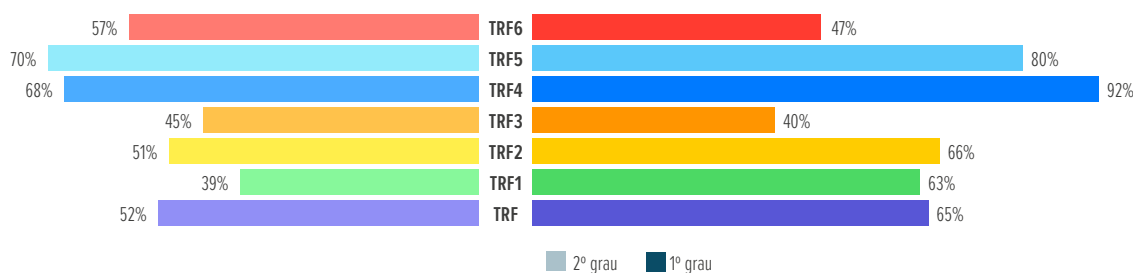
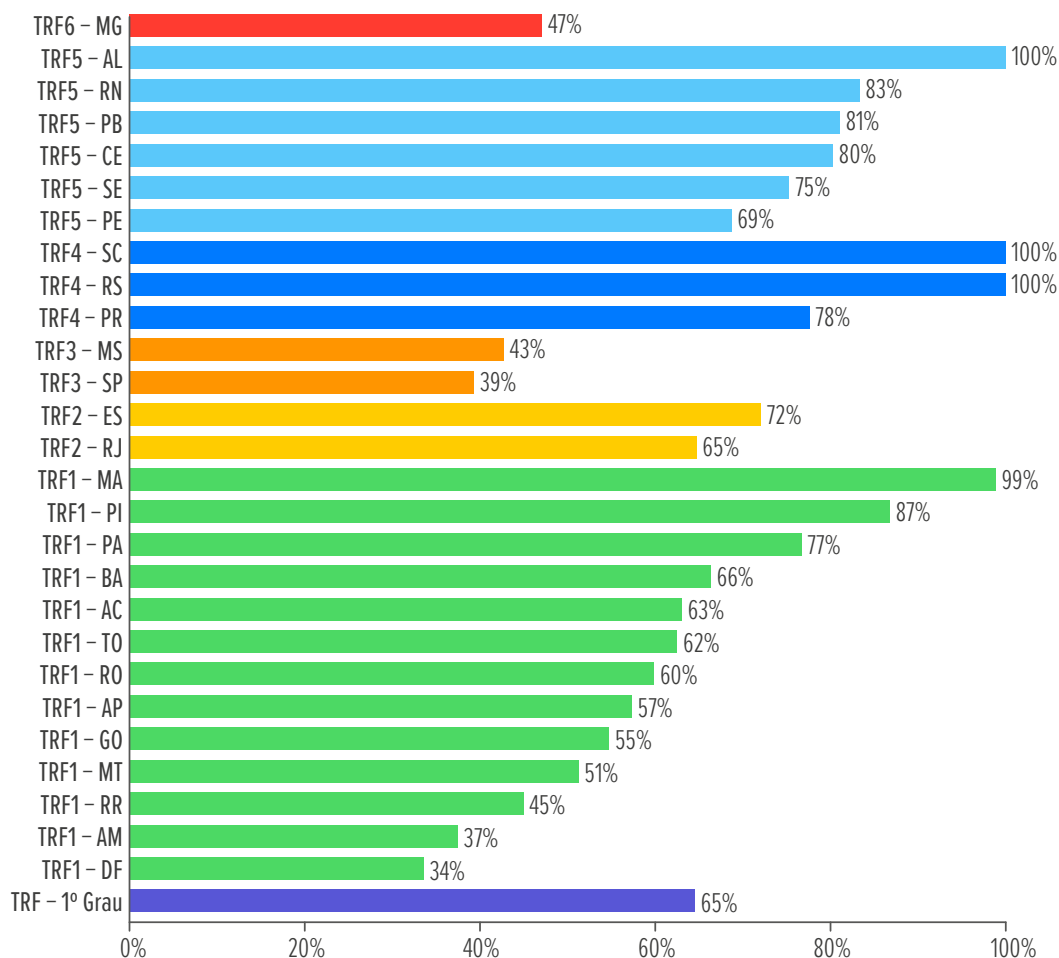
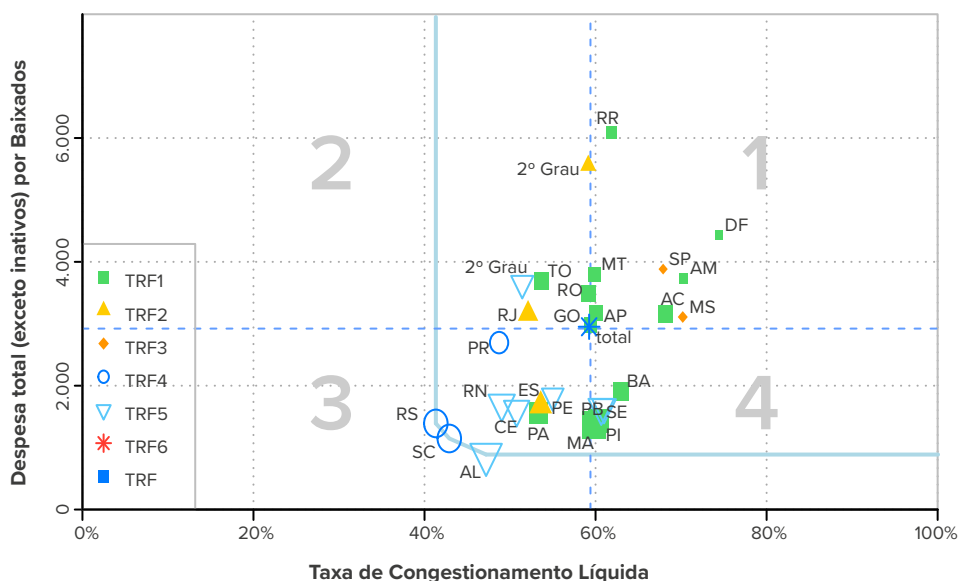


Figura 207 - Resultado do IPC-Jus, por seção judiciária



A taxa de congestionamento líquida - comparada com a produtividade dos(as) magistrados(as) (Figura 208), com a produtividade dos(as) servidores(as) (Figura 209) e com a despesa total (Figura 210) - mostra que as seções judiciárias de Alagoas e do Rio Grande do Sul foram as únicas na fronteira de eficiência em todas as três dimensões analisadas. A seção judiciária de Santa Catarina ocupou a fronteira na avaliação das despesas e da taxa de congestionamento líquida.

Figura 210 - Gráfico de Gartner e Fronteira da taxa de congestionamento líquida x Despesa total por processos baixados, excluindo as despesas com inativos, processos suspensos, sobrestados, execuções penais e fiscais



12.3.2 ANÁLISES DE CENÁRIO

Nas simulações apresentadas a seguir, são calculados o Índice de Produtividade dos(as) magistrados(as) (IPM), o Índice de Produtividade dos(as) Servidores(as) (IPS) e a Taxa de Congestionamento Líquida (TCL), considerando, também, os processos de execuções fiscais e penais. Os indicadores têm como hipótese que todos os tribunais tenham alcançado 100% de eficiência.

Os números nas Figuras 211 e 212 indicam quantos processos cada magistrado(a) necessitaria baixar para que o tribunal atingisse 100% de eficiência. Analogamente, nas Figuras 213 e 214, é feita a comparação da produtividade do(a) servidor(a). As Figuras 215 e 216 demonstram o impacto que essas suposições teriam na taxa de congestionamento líquida no ano de 2023³⁸.

A Seção Judiciária do Acre chama atenção pela diferença entre a produtividade medida (3.540) e a produtividade esperada para que atinja 100% de eficiência (5.511), pois pelos recursos que estão disponíveis a seção deveria ocupar as melhores posições no *ranking*. Outras seções com índices baixos, em que se verifica necessidade de avanços, são Distrito Federal e Amazonas.

³⁸ Vide mais explicações na seção Análises de Cenário da Justiça Estadual.

Na situação hipotética, o IPM total da Justiça Federal subiria de 2.510 para 3.828, mas em alguns tribunais o ganho de produtividade seria de quase o dobro da atual. Da mesma forma, o IPS aumentaria de 159 para 243, e a taxa de congestionamento, cairia de 60% para 50% (Figuras 212 a 216).

Caso as seções judiciárias atingissem o índice de 100% no IPC-Jus, em 2023, as maiores alterações nos indicadores seriam sentidas nos Seções Judiciárias do Distrito Federal e do Amazonas (TRF1), uma vez que as taxas de congestionamento poderiam ser reduzidas em cerca de 22 pontos percentuais.

Figura 211 - Índice de Produtividade dos(as) magistrados(as) (IPM) realizado X necessário no segundo grau para que cada tribunal atinja IPC-Jus de 100%

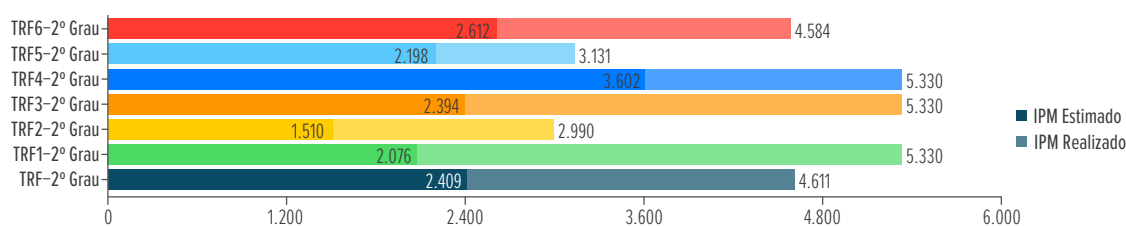


Figura 212 - Índice de Produtividade dos(as) magistrados(as) (IPM) realizado X necessário para que cada tribunal atinja IPC-Jus de 100% na área judiciária de primeiro grau, segundo o Tribunal e UF

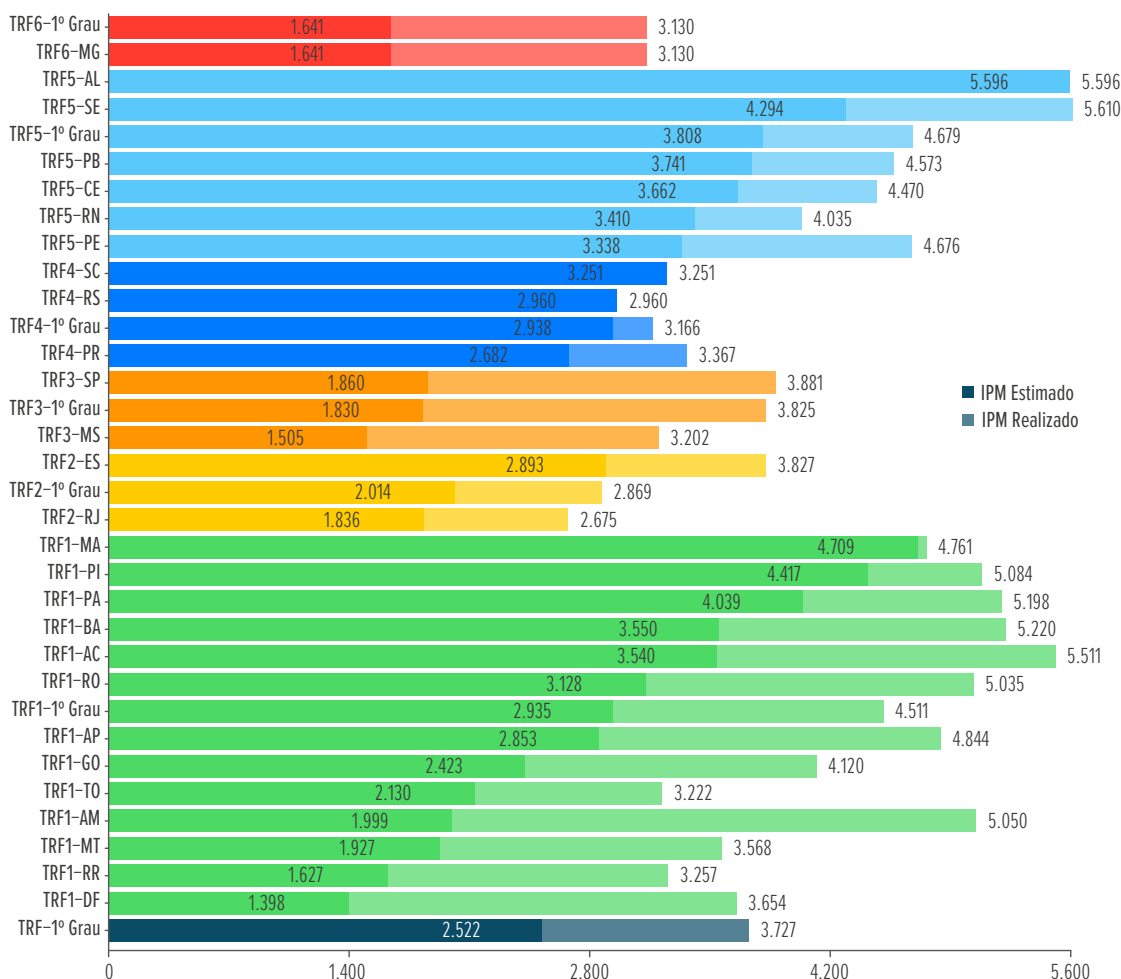


Figura 213 - Índice de Produtividade dos(as) Servidores(as) (IPS) realizado X necessário para que cada tribunal atinja IPC-Jus de 100% no segundo grau

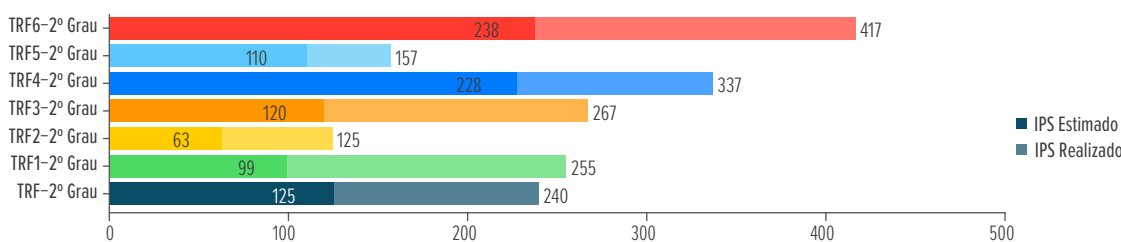


Figura 214 - Índice de Produtividade dos(as) Servidores(as) (IPS) realizado X necessário para que cada tribunal atinja IPC-Jus de 100%

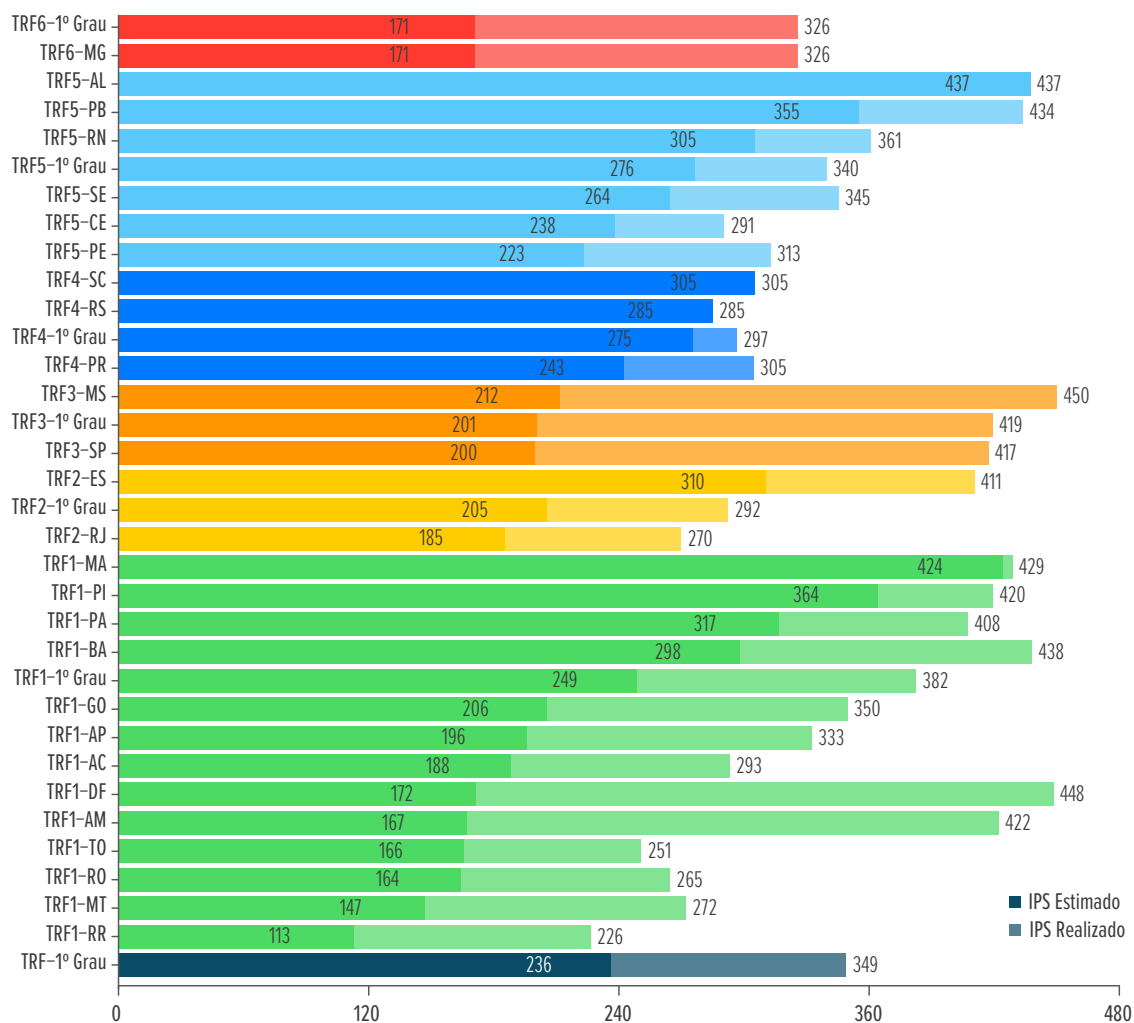


Figura 215 - Taxa de Congestionamento Líquida (TCL) realizada X resultado da consequência se cada tribunal atingisse IPC-Jus de 100% no segundo grau

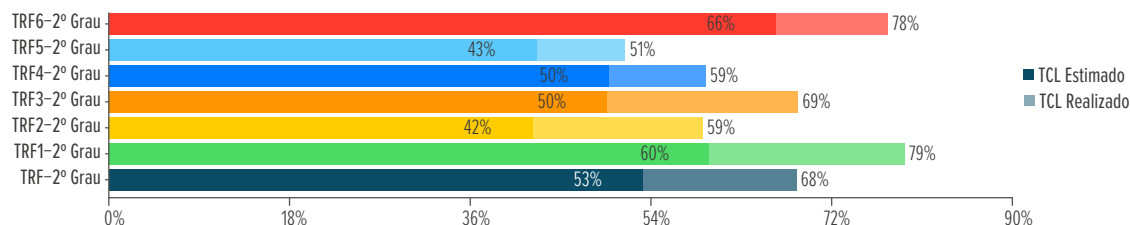
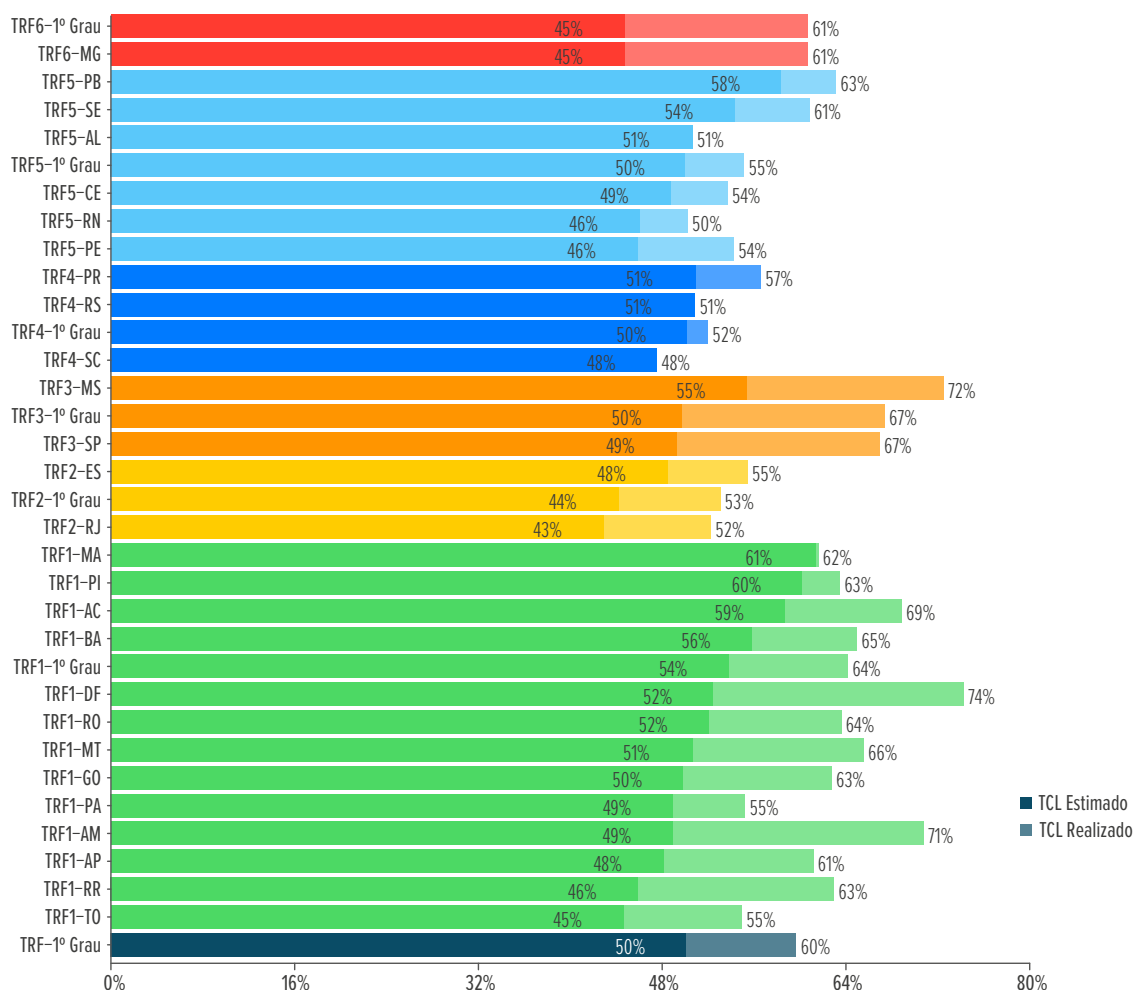


Figura 216 - Taxa de Congestionamento Líquida (TCL) realizada X resultado da consequência se cada tribunal atingisse IPC-Jus de 100%



13 DEMANDAS MAIS RECORRENTES SEGUNDO AS CLASSES E OS ASSUNTOS

Neste capítulo, apresentam-se os quantitativos de processos ingressados no ano de 2023, segmentados por classe e assunto, segundo as tabelas processuais unificadas instituídas pela Resolução CNJ n. 46, de 18 de dezembro de 2007.

Cabe esclarecer que existem diferenças conceituais entre os processos ingressados por classe/ assunto e o total de casos novos informados nas demais seções do presente Relatório. Com relação aos assuntos, é comum o cadastro de mais de um assunto em um mesmo processo. Quando isso ocorre, todos são contabilizados.

Assim, os números apresentados não refletem a quantidade de processos ingressados, mas tão somente a quantidade de processos cadastrados em determinada classe e/ou assunto. Os dados são provenientes do DataJud.

As informações dos assuntos e classes mais recorrentes são mostradas conforme os cinco grupos com maiores quantitativos de processos de cada segmento de justiça e por grau de jurisdição: segundo grau, primeiro grau (somente justiça comum), turmas recursais e juizados especiais.

13.1 ASSUNTOS MAIS RECORRENTES

As tabelas processuais unificadas possuem seis níveis hierárquicos de assuntos. Para exemplificar, há o grande grupo que engloba as matérias de “Direito Tributário” (nível 1). Este segmenta-se em outros grupos de assuntos, entre eles o grupo “Crédito Tributário” (nível 2).

Referido grupo, por sua vez, desmembra-se em outros grupos, como o grupo “Extinção do Crédito Tributário” (nível 3) que, também segmentado, pode originar, por exemplo, o grupo “Prescrição” (nível 4), o qual também pode ser desmembrado em outros agrupamentos de assuntos, entre eles, a árvore da “Suspensão” (nível 5).

Por fim, o grupo citado - “Suspensão” - pode ser segmentado em diversos assuntos, como “Arquivamento Administrativo – Crédito de Pequeno Valor” (nível 6), por exemplo.

As informações apresentadas a seguir abrangem do primeiro ao terceiro nível hierárquico. Para melhor compreensão a respeito do significado de cada um dos assuntos das Tabelas Processuais Unificadas, é necessário acessar a área pública do Sistema de Gestão de Tabelas (SGT), em https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php onde é possível consultar códigos, glossários e dispositivos legais.

As Figuras de 217 a 221 apresentam os assuntos mais demandados, no geral e por segmento de justiça, com representação detalhada entre segundo grau (Figura 218), primeiro grau/juízo comum (Figura 219), turmas recursais (Figura 220) e primeiro grau/juizados especiais (Figura 221).

A Justiça Estadual, com aproximadamente 71% do total de processos ingressados no Poder Judiciário, reúne grande composição racial de assuntos. O tema Direito Civil aparece como a principal matéria, ao considerar todos os graus de jurisdição da Justiça Estadual, especialmente na forma de ações sobre obrigações contratuais.

Os assuntos de Direito do Consumidor também aparecem com alta frequência na Justiça Estadual no que se refere às indenizações por danos morais e danos materiais, ocupando o segundo e quarto maior percentuais de processos ingressados em 2023.

Os sistemas de juizados especiais e das turmas recursais também possuem grande fluxo destes processos, sendo responsáveis pelos dois maiores quantitativos de processos em ambas as instâncias.

Na Justiça do Trabalho, com 12% do total de processos ingressados, há uma concentração no assunto “rescisão do contrato de trabalho” – o maior quantitativo de casos novos do Poder Judiciário. Os outros assuntos que aparecem com frequência, tanto nos dados gerais quanto por instância, são: duração do trabalho, verbas remuneratórias, indenizatórias e benefícios, contrato individual de trabalho e responsabilidade civil do empregador.

Destaca-se, na Justiça Federal, o elevado quantitativo de processos de direito previdenciário, entre os quais o auxílio por incapacidade temporária é o subtema mais recorrente, seguido pela aposentadoria por incapacidade permanente, por idade ou por tempo de contribuição, que aparecem na listagem dos cinco maiores assuntos do segmento.

O outro assunto que aparece com relevância na Justiça Federal são ações de direito assistencial, que versam sobre benefício assistencial de pessoa com deficiência (art. 203, V, CF/88). No segundo grau, o tema mais recorrente é sobre contribuições sociais, em direito tributário, seguido de outros quatro assuntos de direito previdenciário.

O primeiro grau da Justiça Federal, porém, é encabeçado, nas duas primeiras posições, por Direito Tributário, abrangendo as contribuições sociais e a dívida ativa (execução fiscal). Em quarto lugar, figuram espécies de contratos em obrigações do direito civil. Nos Juizados Especiais Federais (JEF), onde está a maior parcela das ações ingressadas na Justiça Federal, o destaque vai para o direito previdenciário, tendo três dentre os cinco principais assuntos: auxílio por incapacidade temporária, aposentadoria por incapacidade permanente e salário-maternidade.

Nas Turmas Recursais, a presença de assuntos do Direito Previdenciário é ainda maior, com quatro dos cinco assuntos mais recorrentes. É importante observar o peso dos processos das ações previdências dos JEFs no segmento de justiça, uma vez que os assuntos acabaram por figurar entre os maiores no *ranking* geral.

Figura 217 - Assuntos mais demandados

Trabalho	1. DIREITO DO TRABALHO (864) – Direito Individual do Trabalho (12936) / Rescisão do Contrato de Trabalho (13949)	4.500.794 (13,24%)
	2. DIREITO DO TRABALHO (864) – Direito Individual do Trabalho (12936) / Duração do Trabalho (13764)	2.328.201 (6,85%)
	3. DIREITO DO TRABALHO (864) – Direito Individual do Trabalho (12936) / Verbas Remuneratórias, Indenizatórias e Benefícios (13831)	2.303.418 (6,78%)
	4. DIREITO DO TRABALHO (864) – Direito Individual do Trabalho (12936) / Contrato Individual de Trabalho (13707)	1.297.689 (3,82%)
	5. DIREITO DO TRABALHO (864) – Direito Individual do Trabalho (12936) / Responsabilidade Civil do Empregador (14007)	873.649 (2,57%)
Militar da União	1. DIREITO PENAL MILITAR (11068) – Crimes contra o Serviço Militar e o Dever Militar (11079) / Deserção (11117)	334 (0,00%)
	2. DIREITO PENAL MILITAR (11068) – Crimes contra Incolumidade Pública (11077) / Contra a Saúde (11178)	206 (0,00%)
	3. DIREITO PENAL MILITAR (11068) – Crimes contra a Administração Militar (11073) / Falsidade (11313)	173 (0,00%)
	4. DIREITO PENAL MILITAR (11068) – Crimes contra o Patrimônio (11078) / Furto (11147)	146 (0,00%)
	5. DIREITO PENAL MILITAR (11068) – Crimes contra o Patrimônio (11078) / Estelionato e outras fraudes (11146)	124 (0,00%)
Militar Estadual	1. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985) – Militar (10324) / Processo Administrativo Disciplinar / Sindicância (10363)	429 (0,00%)
	2. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO (8826) – Partes e Procuradores (8842) / Assistência Judiciária Gratuita (8843)	308 (0,00%)
	3. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO (8826) – Tutela Provisória (9192) / Liminar (9196)	290 (0,00%)
	4. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO (8826) – Tutela Provisória (9192) / Tutela de Urgência (12416)	269 (0,00%)
	5. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO (8826) – Atos Processuais (8893) / Citação (10938)	199 (0,00%)
Federal	1. DIREITO TRIBUTÁRIO (14) – Contribuições (6031) / Contribuições Sociais (6033)	163.014 (0,48%)
	2. DIREITO TRIBUTÁRIO (14) – Dívida Ativa (Execução Fiscal) (6017)/	96.078 (0,28%)
	3. DIREITO PREVIDENCIÁRIO (195) – Benefícios em Espécie (6094) / Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Art. 55/6) (6118)	80.514 (0,24%)
	4. DIREITO CIVIL (899) – Obrigações (7681) / Espécies de Contratos (9580)	74.556 (0,22%)
	5. DIREITO TRIBUTÁRIO (14) – Contribuições (6031) / Contribuições Previdenciárias (6048)	70.810 (0,21%)
Estadual	1. DIREITO CIVIL (899) – Obrigações (7681) / Espécies de Contratos (9580)	1.775.093 (5,22%)
	2. DIREITO TRIBUTÁRIO (14) – Dívida Ativa (Execução Fiscal) (6017)/	1.470.751 (4,33%)
	3. DIREITO TRIBUTÁRIO (14) – Impostos (5916) / IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano (5952)	872.551 (2,57%)
	4. DIREITO CIVIL (899) – Família (5626) / Alimentos (5779)	864.580 (2,54%)
	5. DIREITO CIVIL (899) – Família (5626) / Relações de Parentesco (10577)	526.781 (1,55%)
Eleitoral	1. DIREITO ELEITORAL (11428) – Partidos Políticos (11747) / Prestação de Contas – De Exercício Financeiro (12048)	48.276 (0,14%)
	2. DIREITO ELEITORAL (11428) – Partidos Políticos (11747) / Órgão de Direção Partidária (11764)	7.402 (0,02%)
	3. DIREITO ELEITORAL (11428) – Eleições (11583) / Recursos Financeiros de Campanha Eleitoral (11684)	6.046 (0,02%)
	4. DIREITO ELEITORAL (11428) – Eleições (11583) / Prestação de Contas (12045)	5.845 (0,02%)
	5. DIREITO ELEITORAL (11428) – Eleições (11583) / Cargos (11628)	4.477 (0,01%)

Figura 218 - Assuntos mais demandados no segundo grau

Trabalho	1. DIREITO DO TRABALHO (864) – Direito Individual do Trabalho (12936) / Rescisão do Contrato de Trabalho (13949)	1.119.424 (11,42%)
	2. DIREITO DO TRABALHO (864) – Direito Individual do Trabalho (12936) / Duração do Trabalho (13764)	856.093 (8,73%)
	3. DIREITO DO TRABALHO (864) – Direito Individual do Trabalho (12936) / Verbas Remuneratórias, Indenizatórias e Benefícios (13831)	764.354 (7,80%)
	4. DIREITO DO TRABALHO (864) – Direito Individual do Trabalho (12936) / Contrato Individual de Trabalho (13707)	343.024 (3,50%)
	5. DIREITO DO TRABALHO (864) – Direito Individual do Trabalho (12936) / Responsabilidade Civil do Empregador (14007)	266.068 (2,71%)
Militar Estadual	1. DIREITO PENAL MILITAR (11068) – Parte Geral (11080) / Penas Acessórias (11086)	343 (0,00%)
	2. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985) – Militar (10324) / Processo Administrativo Disciplinar / Sindicância (10363)	167 (0,00%)
	3. DIREITO PENAL (287) – Parte Geral (10620) / Extinção da Punibilidade (10622)	147 (0,00%)
	4. DIREITO PENAL MILITAR (11068) – Crimes contra a Pessoa (11075) / Lesão Corporal e Rixa (11228)	140 (0,00%)
	5. DIREITO PENAL MILITAR (11068) – Crimes contra o Serviço Militar e o Dever Militar (11079) / Abandono de posto e de outros crimes em serviço (11116)	136 (0,00%)
Federal	1. DIREITO TRIBUTÁRIO (14) – Contribuições (6031) / Contribuições Sociais (6033)	52.647 (0,54%)
	2. DIREITO PREVIDENCIÁRIO (195) – Benefícios em Espécie (6094) / Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Art. 55/6) (6118)	49.344 (0,50%)
	3. DIREITO PREVIDENCIÁRIO (195) – RMI – Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas (6119) / RMI – Renda Mensal Inicial (6120)	29.691 (0,30%)
	4. DIREITO PREVIDENCIÁRIO (195) – Benefícios em Espécie (6094) / Aposentadoria Especial (Art. 57/8) (6100)	29.597 (0,30%)
	5. DIREITO PREVIDENCIÁRIO (195) – Pedidos Genéricos Relativos aos Benefícios em Espécie (6173) / Concessão (6177)	29.335 (0,30%)
Estadual	1. DIREITO CIVIL (899) – Obrigações (7681) / Espécies de Contratos (9580)	443.926 (4,53%)
	2. DIREITO DO CONSUMIDOR (1156) – Contratos de Consumo (7771) / Bancários (7752)	284.939 (2,91%)
	3. DIREITO PENAL (287) – Crimes Previstos na Legislação Extravagante (3603) / Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas (3607)	161.072 (1,64%)
	4. DIREITO DO CONSUMIDOR (1156) – Responsabilidade do Fornecedor (6220) / Indenização por Dano Moral (7779)	153.650 (1,57%)
	5. DIREITO CIVIL (899) – Responsabilidade Civil (10431) / Indenização por Dano Moral (10433)	146.356 (1,49%)
Eleitoral	1. DIREITO ELEITORAL (11428) – Eleições (11583) / Prestação de Contas (12045)	3.332 (0,03%)
	2. DIREITO ELEITORAL (11428) – Execução (11729) / Execução – Cumprimento de Sentença (12366)	2.946 (0,03%)
	3. DIREITO ELEITORAL (11428) – Eleições (11583) / Cargos (11628)	2.607 (0,03%)
	4. DIREITO ELEITORAL (11428) – Partidos Políticos (11747) / Prestação de Contas – De Exercício Financeiro (12048)	1.538 (0,02%)
	5. DIREITO ELEITORAL (11428) – Partidos Políticos (11747) / Órgão de Direção Partidária (11764)	1.455 (0,01%)

Figura 219 - Assuntos mais demandados no primeiro grau (varas)

Trabalho	1. DIREITO DO TRABALHO (864) – Direito Individual do Trabalho (12936) / Rescisão do Contrato de Trabalho (13949)	4.500.794 (13,24%)
	2. DIREITO DO TRABALHO (864) – Direito Individual do Trabalho (12936) / Duração do Trabalho (13764)	2.328.201 (6,85%)
	3. DIREITO DO TRABALHO (864) – Direito Individual do Trabalho (12936) / Verbas Remuneratórias, Indenizatórias e Benefícios (13831)	2.303.418 (6,78%)
	4. DIREITO DO TRABALHO (864) – Direito Individual do Trabalho (12936) / Contrato Individual de Trabalho (13707)	1.297.689 (3,82%)
	5. DIREITO DO TRABALHO (864) – Direito Individual do Trabalho (12936) / Responsabilidade Civil do Empregador (14007)	873.649 (2,57%)
Militar da União	1. DIREITO PENAL MILITAR (11068) – Crimes contra o Serviço Militar e o Dever Militar (11079) / Deserção (11117)	334 (0,00%)
	2. DIREITO PENAL MILITAR (11068) – Crimes contra Incolumidade Pública (11077) / Contra a Saúde (11178)	206 (0,00%)
	3. DIREITO PENAL MILITAR (11068) – Crimes contra a Administração Militar (11073) / Falsidade (11313)	173 (0,00%)
	4. DIREITO PENAL MILITAR (11068) – Crimes contra o Patrimônio (11078) / Furto (11147)	146 (0,00%)
	5. DIREITO PENAL MILITAR (11068) – Crimes contra o Patrimônio (11078) / Estelionato e outras fraudes (11146)	124 (0,00%)
Militar Estadual	1. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985) – Militar (10324) / Processo Administrativo Disciplinar / Sindicância (10363)	429 (0,00%)
	2. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO (8826) – Partes e Procuradores (8842) / Assistência Judiciária Gratuita (8843)	308 (0,00%)
	3. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO (8826) – Tutela Provisória (9192) / Liminar (9196)	290 (0,00%)
	4. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO (8826) – Tutela Provisória (9192) / Tutela de Urgência (12416)	269 (0,00%)
	5. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO (8826) – Atos Processuais (8893) / Citação (10938)	199 (0,00%)
Federal	1. DIREITO TRIBUTÁRIO (14) – Contribuições (6031) / Contribuições Sociais (6033)	163.014 (0,48%)
	2. DIREITO TRIBUTÁRIO (14) – Dívida Ativa (Execução Fiscal) (6017)/	96.078 (0,28%)
	3. DIREITO PREVIDENCIÁRIO (195) – Benefícios em Espécie (6094) / Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Art. 55/6) (6118)	80.514 (0,24%)
	4. DIREITO CIVIL (899) – Obrigações (7681) / Espécies de Contratos (9580)	74.556 (0,22%)
	5. DIREITO TRIBUTÁRIO (14) – Contribuições (6031) / Contribuições Previdenciárias (6048)	70.810 (0,21%)
Estadual	1. DIREITO CIVIL (899) – Obrigações (7681) / Espécies de Contratos (9580)	1.775.093 (5,22%)
	2. DIREITO TRIBUTÁRIO (14) – Dívida Ativa (Execução Fiscal) (6017)/	1.470.751 (4,33%)
	3. DIREITO TRIBUTÁRIO (14) – Impostos (5916) / IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano (5952)	872.551 (2,57%)
	4. DIREITO CIVIL (899) – Família (5626) / Alimentos (5779)	864.580 (2,54%)
	5. DIREITO CIVIL (899) – Família (5626) / Relações de Parentesco (10577)	526.781 (1,55%)
Eleitoral	1. DIREITO ELEITORAL (11428) – Partidos Políticos (11747) / Prestação de Contas – De Exercício Financeiro (12048)	48.276 (0,14%)
	2. DIREITO ELEITORAL (11428) – Partidos Políticos (11747) / Órgão de Direção Partidária (11764)	7.402 (0,02%)
	3. DIREITO ELEITORAL (11428) – Eleições (11583) / Recursos Financeiros de Campanha Eleitoral (11684)	6.046 (0,02%)
	4. DIREITO ELEITORAL (11428) – Eleições (11583) / Prestação de Contas (12045)	5.845 (0,02%)
	5. DIREITO ELEITORAL (11428) – Eleições (11583) / Cargos (11628)	4.477 (0,01%)

Figura 220 - Assuntos mais demandados nas turmas recursais

Federal	1. DIREITO PREVIDENCIÁRIO (195) – Benefícios em Espécie (6094) / Auxílio por Incapacidade Temporária (6101)	84.575 (4,65%)
	2. DIREITO PREVIDENCIÁRIO (195) – Benefícios em Espécie (6094) / Aposentadoria por Incapacidade Permanente (6095)	60.586 (3,33%)
	3. DIREITO ASSISTENCIAL (12734) – Benefício Assistencial (Art. 203, V CF/88) (6114) / Pessoa com Deficiência (11946)	44.921 (2,47%)
	4. DIREITO PREVIDENCIÁRIO (195) – Benefícios em Espécie (6094) / Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Art. 55/6) (6118)	39.276 (2,16%)
	5. DIREITO PREVIDENCIÁRIO (195) – Benefícios em Espécie (6094) / Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) (6096)	38.512 (2,12%)
Estadual	1. DIREITO DO CONSUMIDOR (1156) – Responsabilidade do Fornecedor (6220) / Indenização por Dano Moral (7779)	228.012 (12,53%)
	2. DIREITO DO CONSUMIDOR (1156) – Responsabilidade do Fornecedor (6220) / Indenização por Dano Material (7780)	168.463 (9,26%)
	3. DIREITO CIVIL (899) – Responsabilidade Civil (10431) / Indenização por Dano Moral (10433)	90.950 (5,00%)
	4. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985) – Servidor Público Civil (10219) / Sistema Remuneratório e Benefícios (10288)	76.815 (4,22%)
	5. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO (8826) – Liquidação / Cumprimento / Execução (9148) / Obrigação de Fazer / Não Fazer (10671)	54.904 (3,02%)

Figura 221 - Assuntos mais demandados nos juizados especiais

Federal	1. DIREITO PREVIDENCIÁRIO (195) – Benefícios em Espécie (6094) / Auxílio por Incapacidade Temporária (6101)	611.176 (5,14%)
	2. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985) – Aplicação INPC/IPCA – Atualização FGTS (15066)/	399.235 (3,35%)
	3. DIREITO PREVIDENCIÁRIO (195) – Benefícios em Espécie (6094) / Aposentadoria por Incapacidade Permanente (6095)	349.512 (2,94%)
	4. DIREITO ASSISTENCIAL (12734) – Benefício Assistencial (Art. 203, V CF/88) (6114) / Pessoa com Deficiência (11946)	333.479 (2,80%)
	5. DIREITO PREVIDENCIÁRIO (195) – Benefícios em Espécie (6094) / Salário-Maternidade (Art. 71/73) (6103)	279.849 (2,35%)
Estadual	1. DIREITO DO CONSUMIDOR (1156) – Responsabilidade do Fornecedor (6220) / Indenização por Dano Moral (7779)	1.274.257 (10,71%)
	2. DIREITO DO CONSUMIDOR (1156) – Responsabilidade do Fornecedor (6220) / Indenização por Dano Material (7780)	519.930 (4,37%)
	3. DIREITO CIVIL (899) – Responsabilidade Civil (10431) / Indenização por Dano Moral (10433)	494.808 (4,16%)
	4. DIREITO CIVIL (899) – Obrigações (7681) / Espécies de Contratos (9580)	439.826 (3,70%)
	5. DIREITO CIVIL (899) – Obrigações (7681) / Espécies de Títulos de Crédito (7717)	374.526 (3,15%)

Os diagramas de redes nas Figuras de 222 a 227 permitem a identificação dos assuntos mais recorrentes por tribunal.

No diagrama da Justiça Estadual (Figura 222), é possível observar, por exemplo, que os principais assuntos cadastrados no TJSE diferem dos casos mais recorrentes nos outros tribunais, situando-se no extremo da figura. Os assuntos mais recorrentes nesse Tribunal referem-se ao direito processual civil e do trabalho (Tutela provisória/liminar; Partes e Procuradores/Sucumbência; e Assistência Judiciária Gratuita).

Nota-se também que o assunto de práticas abusivas, em direito do consumidor, é um nó presente no TJSE e, também, no TJTO, no TJAM e no TJPI.

Assim como já mencionados no início desta seção, observa-se que o assunto obrigações/espécies de contratos consta entre os assuntos mais frequentes na maioria dos Tribunais de Justiça. Além disso, percebe-se que o assunto “Crimes de Tráfico Ilícito de Uso Indevido de Drogas” está presente entre os cinco maiores assuntos do TJMG.

Na Justiça Federal (Figura 223), os assuntos centrais são benefícios em espécie – auxílio e aposentadoria por incapacidade. Destaca-se, também, que o Direito Previdenciário, aposentadoria por idade, surgiu no TRFs da 1ª, 4ª, 5ª e 6ª Região.

A Justiça do Trabalho (Figura 224) tem padrão mais homogêneo, com muitos tribunais vinculados aos mesmos assuntos. Os principais referem-se à rescisão do Contrato de trabalho e responsabilidade civil do empregador. Destacam-se o TRT7, TRT18 e TRT19 por terem o assunto “Competência” do Direito Processual Civil e do Trabalho dentre os maiores.

Na Justiça Eleitoral (Figura 225), a maioria dos casos vincula-se à realização de Eleições com questões principais suscitadas sobre candidatos(as), prestação de contas e cargos. Os cinco assuntos mais recorrentes no TRE-DF diferem dos demais órgãos, aparecendo com mais incidência nas questões referentes aos crimes eleitorais.

Figura 223 - Assuntos mais demandados por tribunal da Justiça Federal

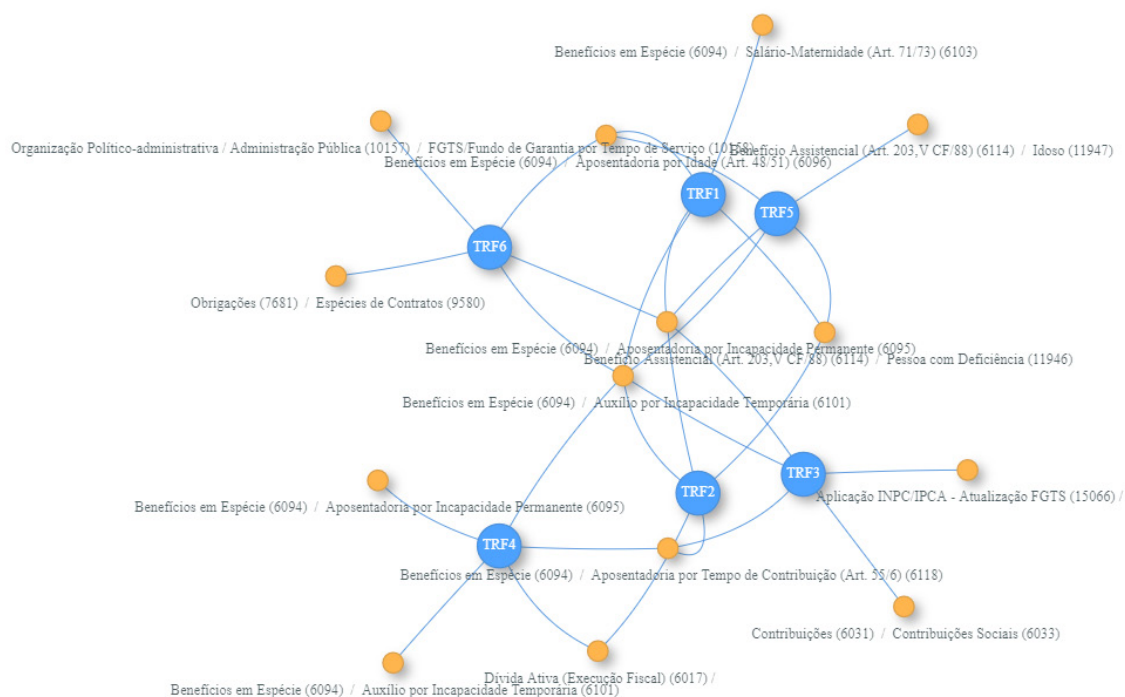


Figura 226 - Assuntos mais demandados por tribunal da Justiça Militar Estadual

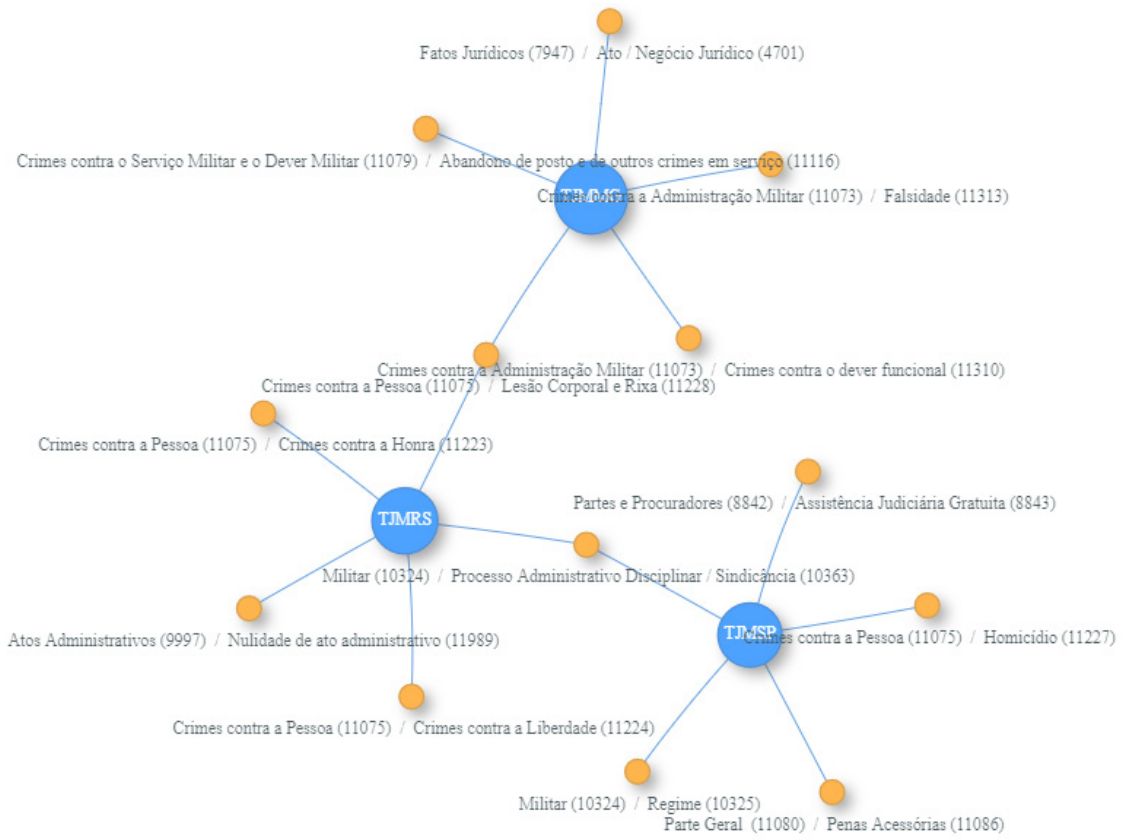
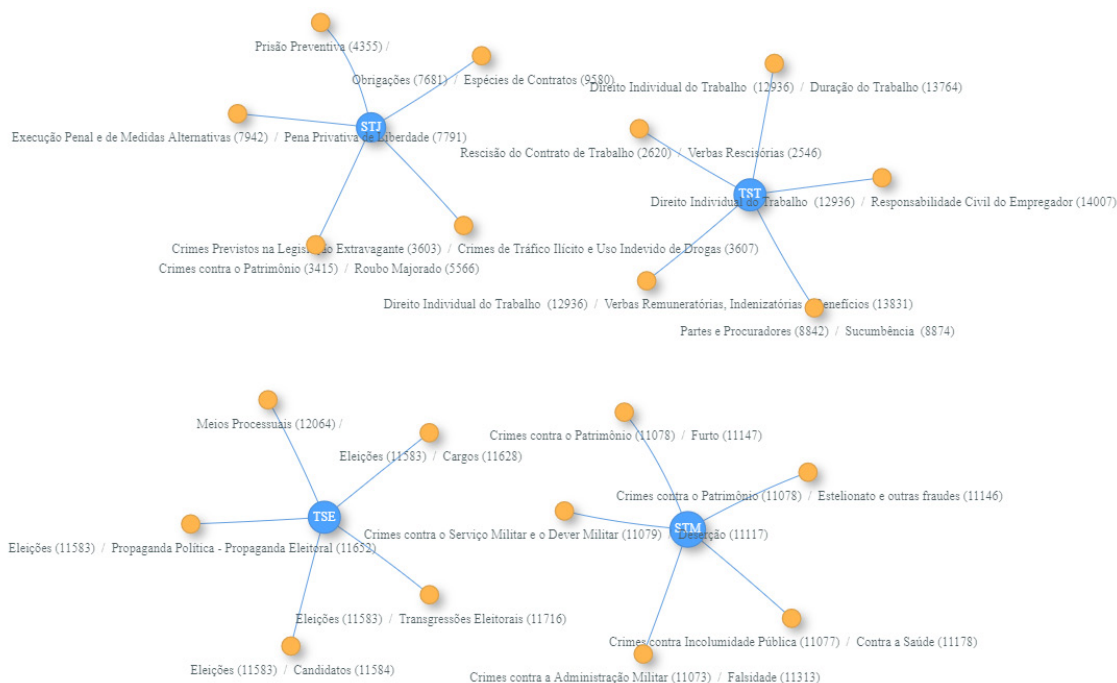


Figura 227 - Assuntos mais demandados por tribunal superior



13.2 CLASSES MAIS RECORRENTES

As tabelas processuais unificadas possuem seis níveis hierárquicos de classes. No grande grupo que engloba os “processos cíveis e do trabalho”³⁹ (nível 1), há a segmentação entre “processos de conhecimento”, “processos de execução”, “recursos”, entre outros (nível 2). No próximo nível, no grupo de classes “processos de conhecimento”, é possível saber o tipo de procedimento, se de conhecimento, de cumprimento de sentença, de liquidação etc. (nível 3).

Os procedimentos de conhecimento são distinguidos pelo tipo, como procedimento do juizado especial cível ou ordinário ou sumário ou especial (nível 4). No nível posterior, são classificados os procedimentos especiais, como de jurisdição contenciosa ou voluntária ou os regidos por outros códigos, leis esparsas e regimentos (nível 5). E no sexto e último nível, é possível saber se o processo é uma reclamação, uma ação civil pública, um habeas corpus, um mandado de injunção etc.

³⁹ Apesar da nomenclatura, tal grupo de classes abrange apenas processos de natureza cível nos casos da Justiça Estadual, da Federal, da Eleitoral e da Militar.

As informações apresentadas a seguir abrangem do primeiro ao terceiro níveis hierárquicos. Para melhor compreensão a respeito do significado de cada uma das classes das Tabelas Processuais Unificadas, é necessário acessar a área pública do Sistema de Gestão de Tabelas (SGT), em https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_classes.php onde é possível consultar códigos, glossários e dispositivos legais.

As Figuras de 228 a 232 apresentam os assuntos mais demandados no geral e por segmento de justiça, com representação detalhada entre segundo grau (Figura 229), primeiro grau/juízo comum (Figura 230), turmas recursais (Figura 231) e primeiro grau/juizados especiais (Figura 232).

Nota-se que, diferentemente do observado na consideração dos assuntos, a Justiça Estadual apresenta a classe com o maior quantitativo de processos. A classe procedimentos de conhecimento da matéria processo cível e do trabalho obteve o maior quantitativo de processos nas Justiças Estadual, Federal e do Trabalho. Na Justiça Eleitoral, a classe mais frequente é prestação de contas eleitorais e, na Justiça Militar, ações penais.

Figura 228 - Classes mais demandadas

Trabalho	1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Processo de Conhecimento (1106) / Procedimento de Conhecimento (1107)	3.160.813 (9,03%)
	2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Recursos (197) / Recursos Trabalhistas (1071)	885.778 (2,53%)
	3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Processo de Conhecimento (1106) / Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão (155)	120.556 (0,34%)
	4. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Processo Cautelar (175) / Produção Antecipada da Prova (193)	9.195 (0,03%)
	5. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Processo de Execução (158) / Processo de Execução Trabalhista (1068)	5.709 (0,02%)
Superior	1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Recursos (197) / Recursos Trabalhistas (1071)	297.600 (0,85%)
	2. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (5) – Agravo em Recurso Especial (11881)/	263.524 (0,75%)
	3. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (5) – Habeas Corpus (1720)/	84.810 (0,24%)
	4. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (5) – Recurso Especial (1032)/	66.850 (0,19%)
	5. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (5) – Recurso Ordinário em Habeas Corpus (1722)/	16.678 (0,05%)
Militar da União	1. PROCESSO MILITAR (11028) – PROCESSO CRIMINAL (11030) / Ação Penal Militar – Procedimento Ordinário (11037)	625 (0,00%)
	2. PROCESSO MILITAR (11028) – PROCESSO CRIMINAL (11030) / Procedimentos Investigatórios (11032)	541 (0,00%)
	3. PROCESSO CRIMINAL (268) – Procedimentos Investigatórios (277) / Auto de Prisão em Flagrante (280)	194 (0,00%)
	4. PROCESSO CRIMINAL (268) – Medidas Cautelares (308) / Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico (310)	184 (0,00%)
	5. PROCESSO MILITAR (11028) – PROCESSO CRIMINAL (11030) / Procedimento Especial (11031)	176 (0,00%)
Militar Estadual	1. PROCESSO MILITAR (11028) – PROCESSO CRIMINAL (11030) / Ação Penal Militar – Procedimento Ordinário (11037)	735 (0,00%)
	2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Processo de Conhecimento (1106) / Procedimento de Conhecimento (1107)	613 (0,00%)
	3. PROCESSO CRIMINAL (268) – Recursos (412) / Apelação Criminal (417)	453 (0,00%)
	4. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Recursos (197) / Apelação Cível (198)	239 (0,00%)
	5. PROCESSO CRIMINAL (268) – Recursos (412) / Agravo de Execução Penal (413)	225 (0,00%)
Federal	1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Processo de Conhecimento (1106) / Procedimento de Conhecimento (1107)	3.111.653 (8,89%)
	2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Processo de Conhecimento (1106) / Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão (155)	750.677 (2,15%)
	3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Recursos (197) / Recurso Inominado Cível (460)	407.735 (1,17%)
	4. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Processo de Execução (158) / Execução Fiscal (1116)	275.424 (0,79%)
	5. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Recursos (197) / Apelação Cível (198)	208.282 (0,60%)
Estadual	1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Processo de Conhecimento (1106) / Procedimento de Conhecimento (1107)	10.402.086 (29,72%)
	2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Processo de Conhecimento (1106) / Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão (155)	3.010.626 (8,60%)
	3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Processo de Execução (158) / Execução Fiscal (1116)	2.634.662 (7,53%)
	4. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Recursos (197) / Apelação Cível (198)	1.464.374 (4,18%)
	5. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Processo de Execução (158) / Execução de Título Extrajudicial (159)	1.027.899 (2,94%)
Eleitoral	1. PROCESSO ELEITORAL (11427) – Procedimentos Relativos a Partidos Políticos (11534) / Prestação de Contas Anual (12377)	49.772 (0,14%)
	2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Processo de Conhecimento (1106) / Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão (155)	9.575 (0,03%)
	3. PROCESSO ELEITORAL (11427) – Procedimentos Relativos a Partidos Políticos (11534) / Suspensão de Órgão Partidário (14208)	6.659 (0,02%)
	4. PROCESSO ELEITORAL (11427) – Procedimentos Relativos a Realização de Eleição (11529) / Requerimento de Regularização de Omissão de Prestação de Contas Eleitorais (12633)	6.654 (0,02%)
	5. PROCESSO ELEITORAL (11427) – Recursos Eleitorais (11547) / Recurso Eleitoral (11548)	2.671 (0,01%)

Figura 229 - Classes mais demandadas no segundo grau

Trabalho	1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Recursos (197) / Recursos Trabalhistas (1071)	885.774 (18,82%)
	2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Processo de Conhecimento (1106) / Procedimento de Conhecimento (1107)	24.049 (0,51%)
	3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência (12133) / Tutela Cautelar Antecedente (12134)	1.255 (0,03%)
	4. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Outros Procedimentos (214) / Incidentes (215)	1.116 (0,02%)
	5. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Recursos (197) / Embargos (207)	281 (0,01%)
Militar Estadual	1. PROCESSO CRIMINAL (268) – Recursos (412) / Apelação Criminal (417)	453 (0,01%)
	2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Recursos (197) / Apelação Cível (198)	239 (0,01%)
	3. PROCESSO CRIMINAL (268) – Recursos (412) / Agravo de Execução Penal (413)	222 (0,00%)
	4. PROCESSO MILITAR (11028) – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PREVISTOS EM LEIS ESPARSAS (11029) / Representação p/ Perda da Graduação (11036)	172 (0,00%)
	5. PROCESSO CRIMINAL (268) – Medidas Garantidoras (303) / Habeas Corpus Criminal (307)	151 (0,00%)
Federal	1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Recursos (197) / Apelação Cível (198)	208.238 (4,43%)
	2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Recursos (197) / Agravos (200)	133.943 (2,85%)
	3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Recursos (197) / Remessa Necessária Cível (199)	29.486 (0,63%)
	4. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Recursos (197) / Apelação / Remessa Necessária (1728)	22.601 (0,48%)
	5. PROCESSO CRIMINAL (268) – Recursos (412) / Apelação Criminal (417)	9.106 (0,19%)
Estadual	1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Recursos (197) / Apelação Cível (198)	1.463.391 (31,10%)
	2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Recursos (197) / Agravos (200)	954.027 (20,28%)
	3. PROCESSO CRIMINAL (268) – Recursos (412) / Apelação Criminal (417)	303.145 (6,44%)
	4. PROCESSO CRIMINAL (268) – Medidas Garantidoras (303) / Habeas Corpus Criminal (307)	170.340 (3,62%)
	5. PROCESSO CRIMINAL (268) – Recursos (412) / Agravo de Execução Penal (413)	85.775 (1,82%)
Eleitoral	1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Processo de Conhecimento (1106) / Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão (155)	3.464 (0,07%)
	2. PROCESSO ELEITORAL (11427) – Recursos Eleitorais (11547) / Recurso Eleitoral (11548)	2.671 (0,06%)
	3. PROCESSO ELEITORAL (11427) – Procedimentos Relativos a Partidos Políticos (11534) / Propaganda Partidária (11536)	928 (0,02%)
	4. PROCESSO ELEITORAL (11427) – Procedimentos Relativos a Partidos Políticos (11534) / Prestação de Contas Anual (12377)	924 (0,02%)
	5. PROCESSO ELEITORAL (11427) – Procedimentos Relativos a Realização de Eleição (11529) / Requerimento de Regularização de Omissão de Prestação de Contas Eleitorais (12633)	579 (0,01%)

Figura 230 - Classes mais demandadas no primeiro grau (varas)

Trabalho	1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Processo de Conhecimento (1106) / Procedimento de Conhecimento (1107)	3.136.764 (16,41%)
	2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Processo de Conhecimento (1106) / Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão (155)	120.545 (0,63%)
	3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Processo Cautelar (175) / Produção Antecipada da Prova (193)	9.194 (0,05%)
	4. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Processo de Execução (158) / Processo de Execução Trabalhista (1068)	5.709 (0,03%)
	5. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Tutela Provisória de Urgência e Tutela Provisória de Evidência (12133) / Tutela Cautelar Antecedente (12134)	1.686 (0,01%)
Militar da União	1. PROCESSO MILITAR (11028) – PROCESSO CRIMINAL (11030) / Ação Penal Militar – Procedimento Ordinário (11037)	625 (0,00%)
	2. PROCESSO MILITAR (11028) – PROCESSO CRIMINAL (11030) / Procedimentos Investigatórios (11032)	541 (0,00%)
	3. PROCESSO CRIMINAL (268) – Procedimentos Investigatórios (277) / Auto de Prisão em Flagrante (280)	194 (0,00%)
	4. PROCESSO CRIMINAL (268) – Medidas Cautelares (308) / Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico (310)	184 (0,00%)
	5. PROCESSO MILITAR (11028) – PROCESSO CRIMINAL (11030) / Procedimento Especial (11031)	176 (0,00%)
Militar Estadual	1. PROCESSO MILITAR (11028) – PROCESSO CRIMINAL (11030) / Ação Penal Militar – Procedimento Ordinário (11037)	735 (0,00%)
	2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Processo de Conhecimento (1106) / Procedimento de Conhecimento (1107)	570 (0,00%)
	3. PROCESSO CRIMINAL (268) – Medidas Cautelares (308) / Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico (310)	94 (0,00%)
	4. EXECUÇÃO PENAL E DE MEDIDAS ALTERNATIVAS (385) – Execução da Pena (386)/	86 (0,00%)
	5. PROCESSO CRIMINAL (268) – Procedimentos Investigatórios (277) / Termo Circunstanciado (278)	62 (0,00%)
Federal	1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Processo de Conhecimento (1106) / Procedimento de Conhecimento (1107)	552.345 (2,89%)
	2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Processo de Execução (158) / Execução Fiscal (1116)	275.029 (1,44%)
	3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Processo de Conhecimento (1106) / Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão (155)	161.188 (0,84%)
	4. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Processo de Execução (158) / Execução de Título Extrajudicial (159)	30.524 (0,16%)
	5. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Processo de Execução (158) / Embargos (169)	23.076 (0,12%)
Estadual	1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Processo de Conhecimento (1106) / Procedimento de Conhecimento (1107)	7.002.582 (36,63%)
	2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Processo de Execução (158) / Execução Fiscal (1116)	2.634.625 (13,78%)
	3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Processo de Conhecimento (1106) / Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão (155)	1.755.984 (9,18%)
	4. PROCESSO CRIMINAL (268) – Medidas Cautelares (308) / Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha) – Criminal (1268)	618.591 (3,24%)
	5. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Processo de Execução (158) / Execução de Título Extrajudicial (159)	567.973 (2,97%)
Eleitoral	1. PROCESSO ELEITORAL (11427) – Procedimentos Relativos a Partidos Políticos (11534) / Prestação de Contas Anual (12377)	48.848 (0,26%)
	2. PROCESSO ELEITORAL (11427) – Procedimentos Relativos a Partidos Políticos (11534) / Suspensão de Órgão Partidário (14208)	6.426 (0,03%)
	3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Processo de Conhecimento (1106) / Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão (155)	6.111 (0,03%)
	4. PROCESSO ELEITORAL (11427) – Procedimentos Relativos a Realização de Eleição (11529) / Requerimento de Regularização de Omissão de Prestação de Contas Eleitorais (12633)	6.075 (0,03%)
	5. PROCESSO ELEITORAL (11427) – Procedimentos Relativos a Realização de Eleição (11529) / Prestação de Contas Eleitorais (12193)	2.413 (0,01%)

Figura 231 - Classes mais demandadas nas turmas recursais

Federal	1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Recursos (197) / Recurso Inominado Cível (460)	406.317 (29,56%)
	2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Processo de Conhecimento (1106) / Procedimento de Conhecimento (1107)	16.618 (1,21%)
	3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Processo de Conhecimento (1106) / Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão (155)	15.773 (1,15%)
	4. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Recursos (197) / Recurso de Medida Cautelar Cível (1271)	7.224 (0,53%)
	5. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Recursos (197) / Agravos (200)	4.759 (0,35%)
Estadual	1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Recursos (197) / Recurso Inominado Cível (460)	818.065 (59,51%)
	2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Recursos (197) / Agravos (200)	33.007 (2,40%)
	3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Processo de Conhecimento (1106) / Procedimento de Conhecimento (1107)	19.525 (1,42%)
	4. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Recursos (197) / Embargos (207)	16.766 (1,22%)
	5. PROCESSO CRIMINAL (268) – Recursos (412) / Apelação Criminal (417)	16.042 (1,17%)

Figura 232 - Classes mais demandadas nos juizados especiais

Federal	1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Processo de Conhecimento (1106) / Procedimento de Conhecimento (1107)	2.537.449 (28,13%)
	2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Processo de Conhecimento (1106) / Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão (155)	568.009 (6,30%)
	3. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Processo de Execução (158) / Execução de Título Extrajudicial (159)	2.206 (0,02%)
	4. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Recursos (197) / Recurso Inominado Cível (460)	1.406 (0,02%)
	5. PROCESSO CRIMINAL (268) – Procedimentos Investigatórios (277) / Termo Circunstanciado (278)	667 (0,01%)
Estadual	1. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Processo de Conhecimento (1106) / Procedimento de Conhecimento (1107)	3.329.796 (36,92%)
	2. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Processo de Conhecimento (1106) / Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão (155)	1.251.387 (13,87%)
	3. PROCESSO CRIMINAL (268) – Procedimentos Investigatórios (277) / Termo Circunstanciado (278)	790.247 (8,76%)
	4. PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO (2) – Processo de Execução (158) / Execução de Título Extrajudicial (159)	459.850 (5,10%)
	5. PROCESSO CRIMINAL (268) – Procedimento Comum (281) / Ação Penal – Procedimento Sumaríssimo (10944)	38.623 (0,43%)

14 AGENDA 2030 NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO

A Agenda global 2030 é um compromisso assumido por líderes de 193 Países, inclusive o Brasil, e coordenada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Essa agenda foi recepcionada pelo Poder Judiciário Brasileiro e teve como marco inicial a criação do Comitê Interinstitucional da Agenda 2030.

São 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a serem atingidas no período de 2016 a 2030, relacionados à efetivação dos direitos humanos e desenvolvimento sustentável.

Para fins de representação gráfica, os ODS foram agrupados em temas, a saber

1. Tema Social

- ▶ ODS-1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- ▶ ODS-2: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
- ▶ ODS-3: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
- ▶ ODS-4: Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- ▶ ODS-5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
- ▶ ODS-10: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;

2. Tema Ambiental

- ▶ ODS-6: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;

- ▶ ODS-7: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
- ▶ ODS-12: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
- ▶ ODS-13: Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;
- ▶ ODS-14: Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
- ▶ ODS-15: Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;

3. Tema Econômico

- ▶ ODS-8: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
- ▶ ODS-9: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- ▶ ODS-11: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;

4. Tema Institucional

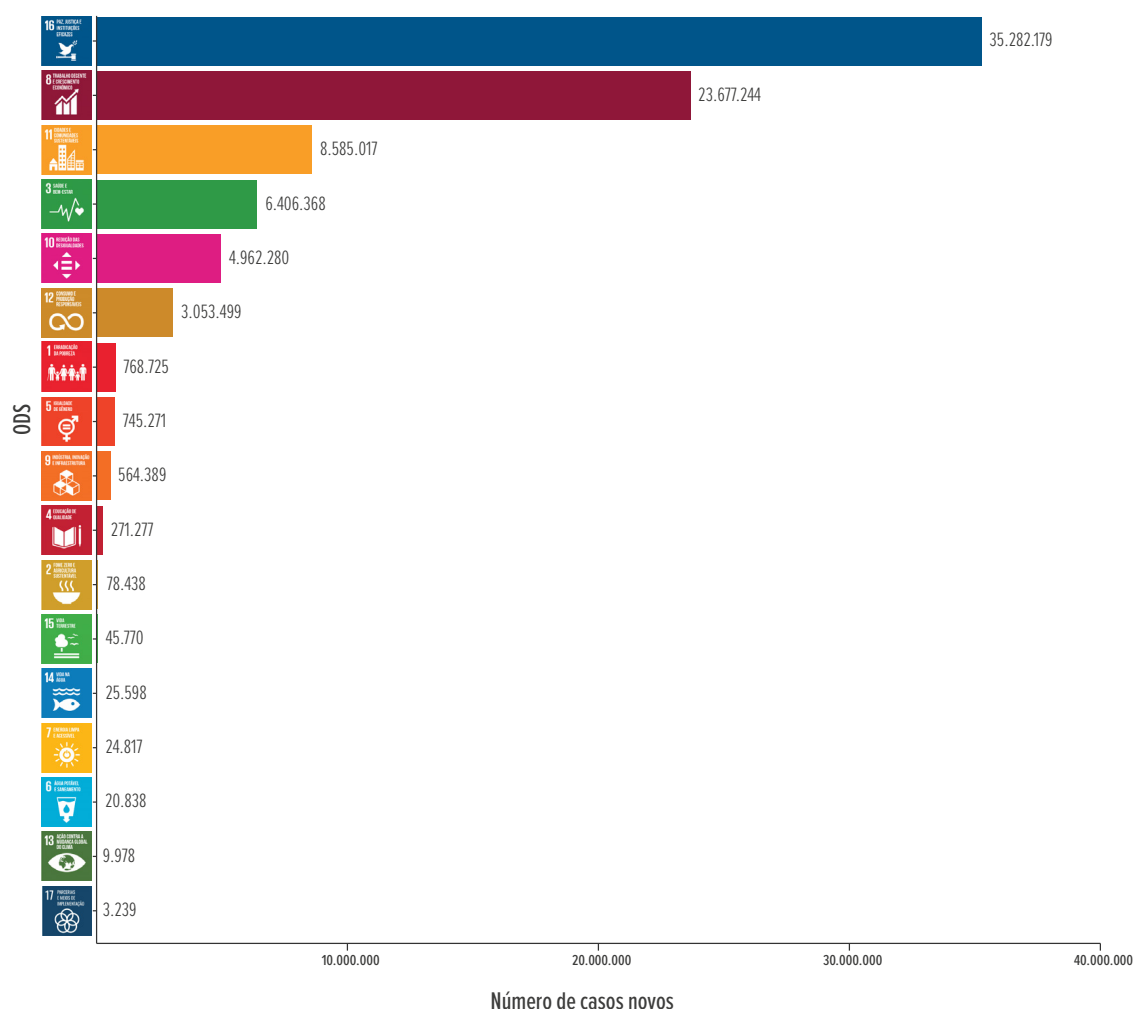
- ▶ ODS-16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
- ▶ ODS-17: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

A Figura 233 apresenta o número de casos novos por ODS. Assim como verificado na seção “Assuntos mais recorrentes”, há diferenças conceituais entre os processos ingressados por ODS e o total de casos novos informados nas demais seções do presente Relatório, considerando que mais de um assunto pode ser cadastrado em um mesmo processo.

Quando isso ocorre, todos são contabilizados. Assim, os números apresentados não refletem a quantidade de processos ingressados, mas tão somente a quantidade de processos cadastrados em determinados assuntos que compõem cada ODS.

Essa duplicidade não ocorre no ODS16, pois, como são considerados praticamente todos os assuntos da Tabela Processual Unificada do CNJ, utiliza-se nesse ODS o quantitativo total de casos novos.

Figura 233 - Número de casos novos por ODS



As séries históricas dos ODS enquadrados no tema social, estão representadas na Figura 234, abrangendo o ODS-3 (vida saudável) e o ODS-10 (reduzir a desigualdade); e na Figura 235 abarca o ODS-1 (erradicar a pobreza), o ODS-2 (erradicar a fome), o ODS-4 (educação de qualidade) e o ODS-5 (igualdade de gênero).

Figura 234 - Número de casos novos (em milhões) por ODS nos temas sociais: ODS-3 (vida saudável) e ODS-10 (reduzir a desigualdade)

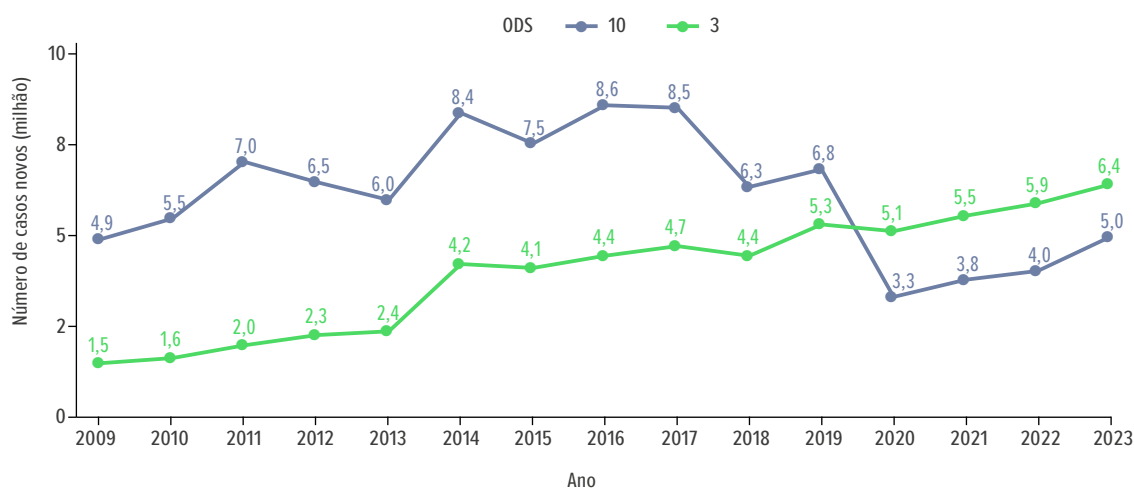
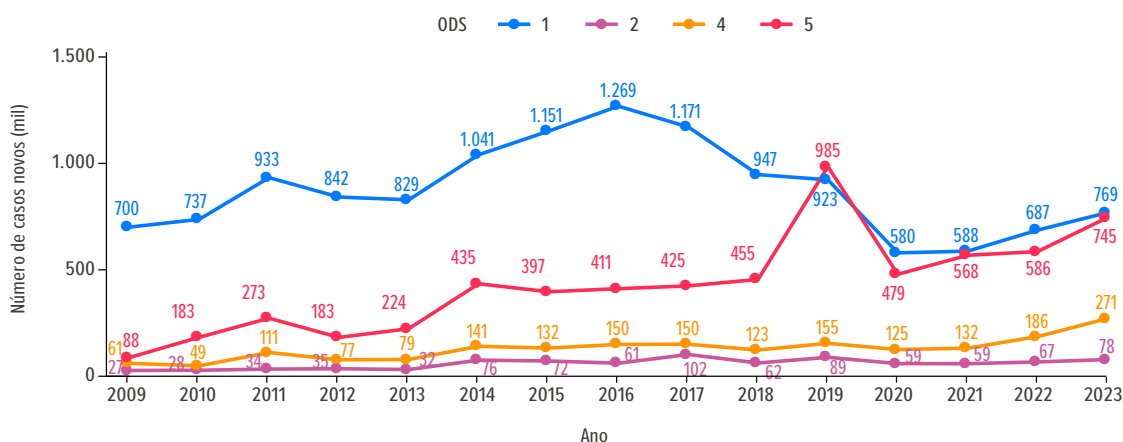


Figura 235 - Número de casos novos (em mil) por ODS nos temas sociais: ODS-1 (erradicar a pobreza), ODS-2 (erradicar a fome), ODS-4 (educação de qualidade) e ODS-5 (igualdade de gênero)



As séries históricas dos ODS enquadrados no tema ambiental estão representadas na Figura 236, abrangendo o ODS-6 (água potável e saneamento) e o ODS-7 (energias renováveis e acessíveis); a Figura 237 demonstra processos com ODS-13 (ação contra a mudança global do clima), o ODS-14 (vida na água) e o ODS-15 (vida terrestre); já a Figura 238, abrange o ODS-12 (produção e consumo responsáveis).

Figura 236 - Número de casos novos (em mil) por ODS nos temas ambientais do ODS-6 (água potável e saneamento) e do ODS-7 (energias renováveis e acessíveis)

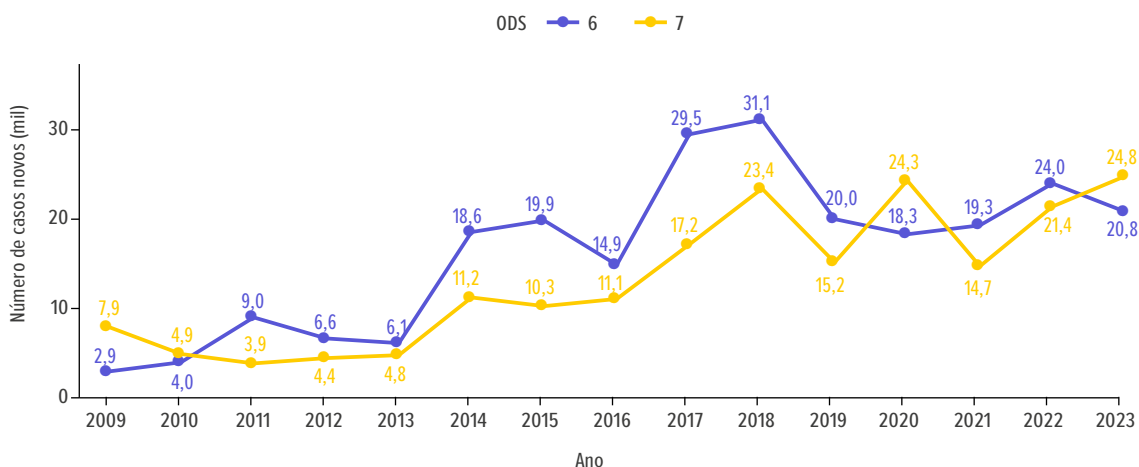


Figura 237 - Número de casos novos (em mil) por ODS nos temas ambientais do ODS-13 (ação contra a mudança global do clima), ODS-14 (vida na água) e ODS-15 (vida terrestre)

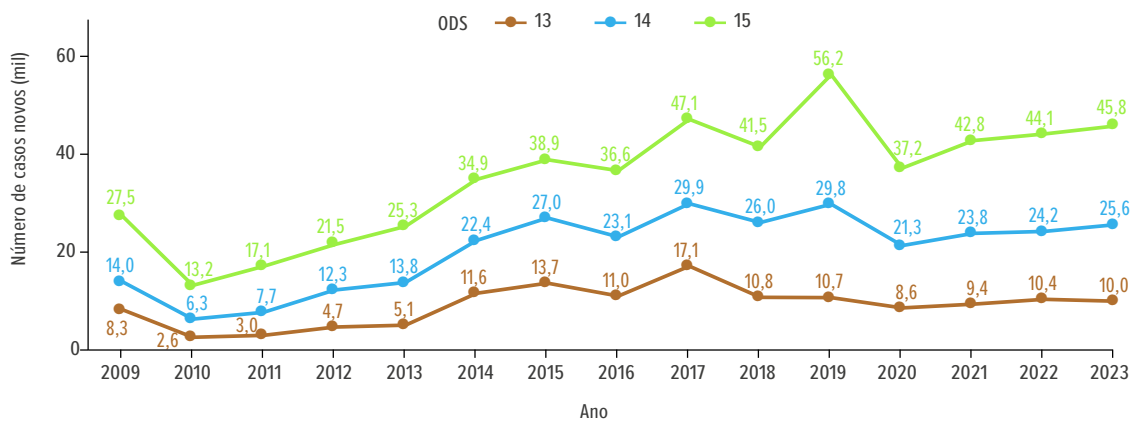
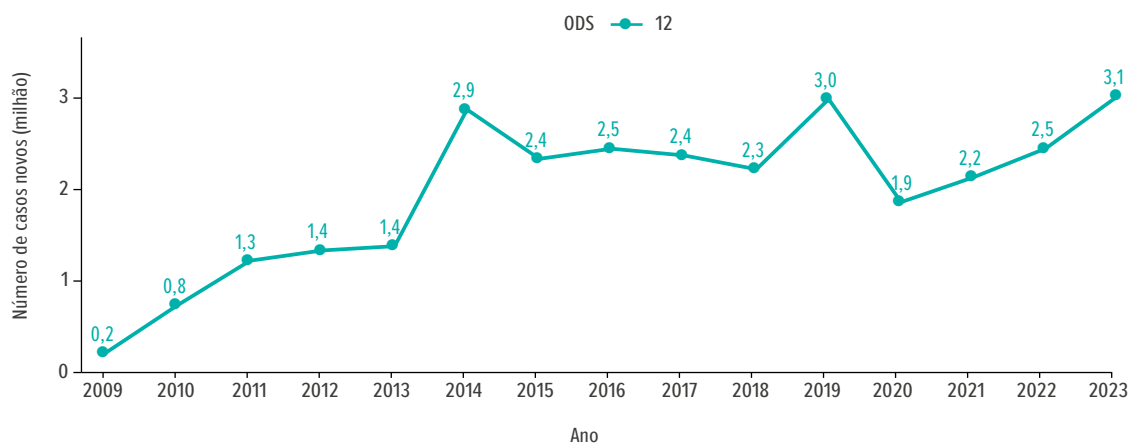
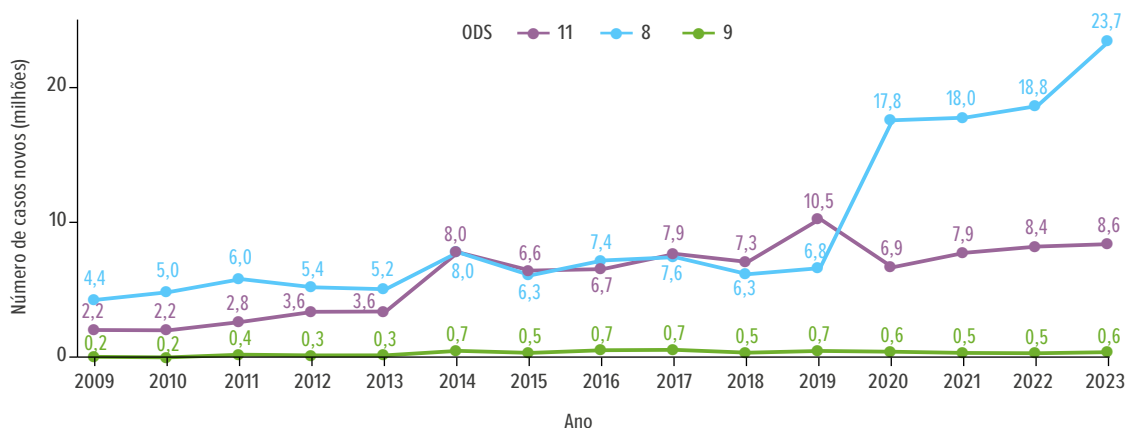


Figura 238 - Número de casos novos (em milhão) por ODS no tema ambiental do ODS-12 (produção e consumo responsáveis)



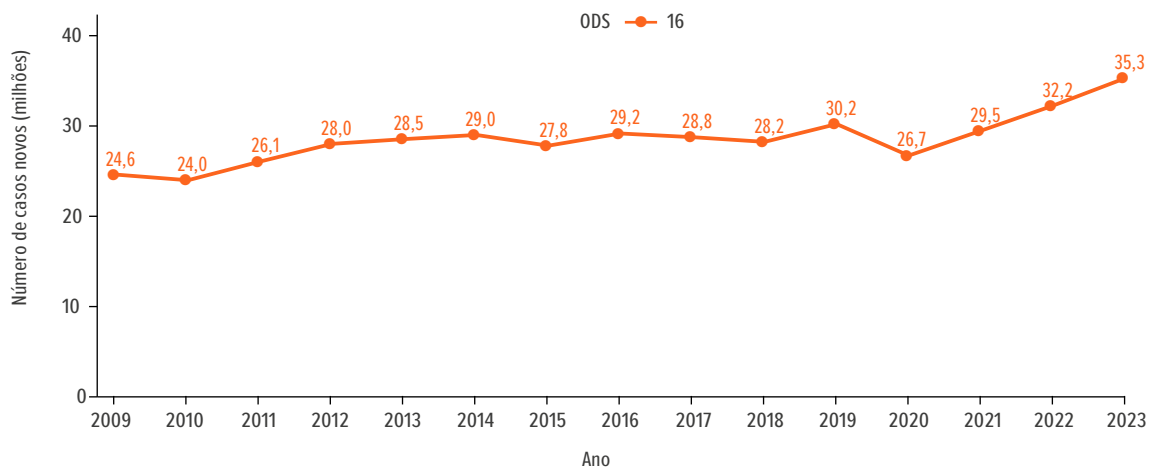
As séries históricas dos ODS enquadrados no tema econômico, estão representadas na Figura 239 abrangendo o ODS-8 (trabalho digno e crescimento econômico), o ODS-9 (indústria, inovação e infraestruturas) e o ODS-11 (cidades e comunidades sustentáveis).

Figura 239 - Número de casos novos (em milhões) por ODS nos temas econômicos do ODS-8 (trabalho digno e crescimento econômico), do ODS-9 (indústria, inovação e infraestruturas) e do ODS-11 (cidades e comunidades sustentáveis)



Nos temas institucionais, somente há dados no ODS-16 (paz, justiça e instituições eficazes), conforme mostra a Figura 240.

Figura 240 - Número de casos novos (em milhões) por ODS no tema institucional - ODS-16 (paz, justiça e instituições eficazes)



15 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em sua 21ª edição, o Relatório Justiça em Números 2024 (ano-base 2023) apresenta os principais dados do Poder Judiciário brasileiro, com informações detalhadas sobre o desempenho da Justiça, seus gastos e sua estrutura. São 15 anos de dados estatísticos coletados pelo CNJ, com uso de metodologia de coleta de dados padronizada, consolidada e uniforme nos 91 tribunais brasileiros.

Qualificando ainda mais a coleta e gerenciamento dos dados processuais, as séries históricas de 2020 em diante foram geradas a partir da Base Nacional de Dados do Poder Judiciário – DataJud, instituída via Resolução CNJ n. 331/2020.

Esse sistema é responsável pelo armazenamento centralizado dos dados e metadados processuais relativos a todos os processos físicos ou eletrônicos, públicos ou sigilosos dos tribunais indicados nos incisos II a VII do art. 92 da Constituição Federal.

Foram empreendidos esforços no sentido de manter a metodologia de medição, mesmo que partindo de fontes de informações e mecanismos de cálculo distintos, como a exigida pelo uso do DataJud. Com sua implantação definitiva, o CNJ passou a centralizar toda massa de dados processual e todo o procedimento de cálculo, com eliminação de trabalhos manuais e de envio de formulários eletrônicos pelos tribunais, o que garante maior confiabilidade das informações.

Nesse sentido, e em elogio ao Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples⁴⁰ e à Recomendação CNJ n. 144/2023, disponibiliza-se, neste Relatório, o passo a passo para acessar, visualizar e extrair diversas informações.

A maior parte desses dados públicos e acessíveis (recursos financeiros, de pessoal e de litigiosidade, estatísticas processuais, painéis temáticos⁴¹) está no Painel Justiça em Números, atualizado com frequência, de modo a fornecer a transparência almejada e no tempo certo.

Ainda na toada de se construir políticas judiciárias passíveis de *accountability*, foi desenvolvido painel de BI, denominado Painel de “Dados de Pessoal do Poder Judiciário”, que permite acom-

40 O Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples consiste na adoção de ações, iniciativas e projetos a serem desenvolvidos em todos os segmentos da Justiça e em todos os graus de jurisdição, com o objetivo de adotar linguagem simples, direta e compreensível a todos os cidadãos na produção das decisões judiciais e na comunicação geral com a sociedade.

41 O DataJud se revela, a cada dia, uma fonte de dados mais sólida, apta a organizar a força de trabalho dos tribunais no sentido de centralizar os esforços no saneamento e qualificação dos dados, ao invés de investir em iniciativas pontuais de extrações e remessas de dados ao CNJ. O esforço coordenado junto aos 91 tribunais resulta em bases de dados mais qualificadas, tanto no que se refere ao banco de dados centralizado no CNJ por força do DataJud, quanto as hospedadas nos próprios tribunais

panhar os resultados de diversas políticas do CNJ, tais como: a) Resolução CNJ n. 400/2021 - composição de gênero e a composição racial nos quadros de pessoal e auxiliar; b) Resolução CNJ n. 512/2023 - reserva a indígenas nos concursos de cargos efetivos e magistratura; c) Resolução CNJ n. 106/2010 - ação afirmativa de gênero no acesso das magistradas ao segundo grau de jurisdição dos tribunais brasileiros; e d) Resolução CNJ n. 203/2015 - reserva a negros(as).

O Painel, disponível em <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-mpm-pessoal/>, é atualizado mensalmente, e também restou destrinchado no presente documento (Anexo B), para que suas informações sejam de fácil e claro acesso. Além do referido instrumento, outro relevante painel foi detalhado para fornecer dados sobre a litigância majoritária no Brasil: trata-se do Painel de Grandes Litigantes.

Do ponto de vista retrospectivo, o ano de 2023 se revela como um ano de alta produtividade e elevada demanda jurisdicional, com indicadores superiores aos patamares verificados antes da pandemia causada por covid-19, iniciada em 2020.

Assim, os anos de 2020 e 2021 foram períodos atípicos, com a população brasileira e mundial acometidas por altos índices de mortes e com as restrições de convívio social impostas. Mesmo com tal situação adversa, os programas instituídos pelo CNJ no âmbito do Programa Justiça 4.0 e a modernização do judiciário viabilizaram a continuidade da prestação jurisdicional e o acesso à justiça, inclusive naquele período.

O “Programa Justiça 4.0 – Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos” é um marco de inovação e transformação digital no Poder Judiciário, que criou institutos como o domicílio eletrônico, o Juízo 100% Digital, o Balcão Virtual, a Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ), e permitiu a consolidação e qualificação do DataJud. Essas inovações contribuíram para a melhoria da prestação jurisdicional e aumento da produtividade.

Em 49 tribunais identifica-se 100% de adesão ao juízo 100% digital, que já abrange 79,3% do total das serventias judiciais. Nessas unidades jurisdicionais, os atos processuais podem ser praticados por meio eletrônico e remoto, inclusive audiências e sessões de julgamento.

São 314 Núcleos de Justiça 4.0 em funcionamento. Trata-se de instituto que possibilita a estruturação da justiça de forma mais eficiente, na medida em que a especialização em relevantes matérias do direito passa a ser feita de forma totalmente virtual e sem novas estruturas físicas, gerando economia aos cofres públicos e um tratamento mais qualificado a processos de determinadas matérias abrangidas por esses núcleos.

O Poder Judiciário retomou, em 2023, a tendência de aumento de seus gastos, quando comparados à série histórica desde o ano de 2009. As despesas totais do Poder Judiciário foram de 132,8 bilhões, o que representa um crescimento observado na ordem de 9% em relação ao último ano.

Os valores dos anos anteriores foram reajustados pela inflação, de forma a permitir uma comparação adequada. Esse crescimento decorre da variação na rubrica das despesas de capital em 32,9%, com aumento de 3,1 bilhões; nas outras despesas correntes em 4%, aumento de 10 bilhões; e das despesas com recursos humanos, representando variação positiva de 9%, total de 119,7 bilhões.

O custo pelo serviço de Justiça por habitante também aumentou em 11,5% de 2022 para 2023, chegando a R\$ 653,7 por cidadão(ã) e o gasto por PIB foi de 1,2%, mantendo-se no patamar do ano passado.

O Judiciário é, ainda, fonte arrecadadora aos cofres públicos, tendo gerado, durante o ano de 2023, em decorrência da atividade jurisdicional, R\$ 68,74 bilhões, um retorno de 52% das despesas efetuadas.

Grande parte dessa arrecadação decorre do pagamento dívidas da execução fiscal (R\$ 26,2 bilhões) e recolhimento de custas (R\$ 23,7 bilhões), também incluídas outras arrecadações de receitas com as cobradas em imposto causa mortis nos inventários/arrolamentos judiciais, em execução previdenciária, em execução de penalidades impostas pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho, e em imposto de renda.

A justiça brasileira presta serviços gratuitos à população, sem cobrança de custas, em mais da metade das ações, visto que 23,1% dos casos em tramitação são criminais ou de juizados especiais, esferas nas quais não incidem cobranças, e, entre os demais processos, 27% tiveram concessão de assistência judiciária gratuita.

O número de magistrado(as) permaneceu estável, em 18.265, sem variações em 2023. O número de servidores(as) cresceu em 1,3%, chegando a 275.581.

São ao todo 446.534 colaboradores atuando em prol da justiça, considerando os(as) 18.265 juízes(as), os(as) 275.581 servidores(as), os(as) 78.690 terceirizados(as), os(as) 54.599 estagiários(as), os(as) 2.547 juízes(as) leigos(as), os(as) 11.098 conciliadores(as), os(as) 2.605 voluntários(as), além dos 3.149 profissionais que atuam em serventias privatizadas.

Observa-se que, no Brasil, há uma relação de 9 magistrados(as) por cem mil habitantes, menos da metade de juízes(as) existente nos países europeus, que possuem uma relação de 18 ma-

gistrados(as) por cem mil habitantes. As mulheres representam 36,8% da magistratura, sendo que quanto maior o nível de carreira, menor a representatividade.

Entre os(as) juízes(as), as mulheres são 39%; entre os(as) desembargadores(as), 23,9%, e, entre os(as) ministros(as), 18,8%. Em um paralelo com a participação das mulheres na União Europeia, verifica-se que o Brasil ainda demonstra baixa representatividade feminina, pois, enquanto a média brasileira é de 36,8%, na Europa, as mulheres juízas já correspondiam, no ano de 2022, a mais da metade da magistratura, 59,7%.

Pela primeira vez, o Relatório Justiça em Números traz, dentro da seção de pessoal, um tópico especialmente destinado ao diagnóstico do perfil étnico-racial dos(as) magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário brasileiro, o que, todavia, não é mensurado pelo relatório da União Europeia a que se referiu.

Em 2023, por meio do Pacto Nacional do Judiciário pela Composição Racial, os tribunais foram incentivados a atualizar seus sistemas internos cadastrais do corpo funcional, de forma a aprimorar os registros de raça/cor com autodeclaração mais recente.

O percentual de negros(as) em todo Poder Judiciário é de 14,3%, sendo 12,4% pardos(as) e apenas 1,8% pretos(as). Os segmentos de justiça com maiores percentuais de magistrados(as) negros(as) são os da Justiça Eleitoral (18,1%) e da Justiça do Trabalho (15,9%). Em seguida, tem-se a Justiça Estadual (13,1%) e a Justiça Federal (11,6%). O segmento com menor percentual de magistrados(as) negros(as) é o da Justiça Militar Estadual (6,7%).

Dados sobre a estrutura do Poder Judiciário, no Brasil, mostram a existência de 15.646 unidades judiciárias de primeiro grau, que compreendem as varas, os juizados especiais, os cartórios eleitorais e as auditorias militares.

Especialmente na Justiça Estadual, algumas dessas unidades se organizam em matérias específicas do direito, de forma a permitir um atendimento mais especializado em temas de relevância, como no caso da violência doméstica, tribunal do júri, execuções fiscais, saúde, entre outros. Com o Núcleo de Justiça 4.0, o tratamento especializado também é realizado de forma virtual.

O sistema MPM cataloga 37 tipos de competência e disponibiliza ao público a listagem de todas essas unidades, conforme se verifica na página de painéis do DPJ (<https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/paineis-cnj/>).

Os dados apresentados também revelam grande capilaridade da Justiça. Dos 5.570 municípios brasileiros, 2.496 (44,8%) são sedes de comarca na Justiça Estadual e abrangem 88,3% da

população residente. Dessa forma, a justiça está localizada em áreas de maior concentração populacional, o que fornece mais acesso à Justiça e atinge maior número de pessoas.

Há, de outro lado, diversas unidades judiciárias que se encontram em territórios de fronteira internacional, o que demonstra a importância do Poder Judiciário para a segurança nacional e soberania territorial, conforme indicado no capítulo 3. São 588 municípios brasileiros localizados em região de fronteira, dos quais 252 (42,9%) são sede de comarca estadual.

O acesso à justiça aumentou em 2023 e registrou 3 milhões de casos novos a mais do que em 2022, o maior pico de demanda judicial de toda a série histórica compreendida entre os anos de 2009 e 2023.

Foram 35,3 milhões processos judiciais ingressados durante o ano. O número de processos baixados também cresceu em 2,2 milhões (9,4%) e o número de casos julgados em 3,4 milhões (11,3%).

Ainda assim o estoque processual cresceu em 896,5 mil processos, finalizando o ano de 2023 com o maior número de processos em tramitação da série histórica. São, ao todo, 83,8 milhões processos em tramitação.

Foi possível identificar que os processos que tramitam sob o rito dos Juizados Especiais foram os principais responsáveis pelo aumento do acervo no ano de 2023, que cresceu em 1,3 (12,2%), especialmente na Justiça Federal.

Houve, adicionalmente, elevações nos acervos de segundo grau e das cortes superiores, embora em menores proporções. Os processos de primeiro grau de juízo comum, e que representam a maior parte do acervo processual - 65,2 milhões, ou seja, o equivalente a 77,8% do total -, ao contrário, reduziram em 0,7%.

Embora tenha havido aumento dos casos pendentes, se excluídos do cálculo os processos suspensos ou sobrestados ou em arquivo provisório, constatam-se sucessivas reduções no acervo líquido desde o ano de 2015.

Isso significa que, naqueles processos em que o Poder Judiciário efetivamente pode atuar e que não aguardam alguma situação jurídica para voltar a tramitar, o estoque vem decaindo. Em 8 anos, o número de casos pendentes líquidos reduziu de 68,9 milhões para 63,6 milhões.

Apesar de terem ingressado 35,3 milhões de processos, esse cálculo pode incorrer em duplicidade quando um mesmo processo, no mesmo ano, é iniciado em instâncias e fases distintas. É o caso, por exemplo, de um processo que ingressa na fase de conhecimento de primeiro grau

e, no mesmo ano, submete-se a recurso perante o segundo grau ou, ainda, inicia a execução judicial na primeira instância.

Se forem consideradas apenas as ações originárias dos tribunais, os processos de conhecimento e as execuções extrajudiciais, chega-se ao quantitativo de 22,6 milhões de processos protocolados no Judiciário em 2023.

Os indicadores de produtividade revelam significativos avanços em 2023. Houve elevação da produtividade média dos(as) magistrados(as) em 6,8%, com média de 2.063 processos baixados por magistrado(a).

O cálculo leva em consideração apenas os dias úteis do ano de 2023 e sem considerar a existência de períodos de recessos (mas considerando férias). O valor implica a solução de aproximadamente 8,2 processos ao dia.

O Índice de Produtividade dos(as) Servidores(as) da área judiciária também cresceu 5%, o que significa uma média de 8 casos a mais baixados, por servidor(a), em relação a 2022. O aumento da produtividade ocorreu tanto no primeiro, como no segundo grau, no caso do IPS.

Constata-se que o crescimento dos processos pendentes ocorreu tanto na fase de conhecimento quanto na de execução, com variação de 2,1% e 0,2%, em cada fase respectiva. Da mesma forma, se deu o aumento da produtividade, com crescimento no número de casos baixados em ambas as fases: 13,5% na execução e 4,2% no conhecimento.

Os avanços relatados fizeram com que a taxa de congestionamento atingisse 70,5%, com 1,1 ponto percentual a menos que a verificada no ano anterior, notória redução que poucas vezes existiu na série histórica. Aproximadamente 29% de todos os processos que tramitaram foram solucionados, desconsiderando os casos que estão suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório aguardando alguma situação jurídica futura.

Assim, a taxa de congestionamento líquida reduziu para 64,5% (6,1 pontos percentuais a menos que a taxa bruta), atingindo o menor valor da série histórica. É relevante esclarecer que nem todos os processos que tramitam em um ano estão aptos a serem baixados, em razão da existência de prazos legais, da necessidade de aguardar pagamento de precatórios ou de acordos homologados, entre outras diversas situações jurídicas possíveis.

No primeiro grau de jurisdição, está o maior volume processual, com 93,6% dos casos pendentes, 84,6% dos casos novos, 82,7% dos(as) servidores(as) da área judiciária e 85,1% dos(as) magistrados(as).

Os resultados apresentados revelam pouco avanço na Política Nacional de Priorização do primeiro grau, com estagnação na proporção de servidores(as) e de cargos e funções comissionadas alocadas na primeira instância, sendo que as mudanças são basicamente derivadas de alterações nos fluxos processuais.

Isto é, o segundo grau passou a ter mais processos, proporcionalmente, do que o verificado no início da política. Assim, enquanto em 2016, ano de publicação da Resolução CNJ n. 219, o percentual de casos novos trienais era de 87,1%, a proporcionalidade de casos novos caiu para 86,4%. É dizer: aparentes avanços no cumprimento da norma são, na verdade, efeitos da redução na demanda processual do primeiro grau, e não, da alocação de servidores(as), que era o esperado.

A taxa de congestionamento do primeiro grau permanece, no geral, superando a do segundo grau, com uma diferença de 20 pontos percentuais (72,5% no primeiro grau e 49,9% no segundo grau). Isso ocorre mesmo com a produtividade de magistrados(as) e de servidores(as), no primeiro grau, apresentando resultados melhores que a do segundo grau.

A conciliação, política permanente do CNJ desde 2006, não apresenta evolução. Em 2023, foram 12,1% de processos solucionados por conciliação, valor similar ao medido nos anos anteriores. Registra-se crescimento, contudo, na conciliação em fase de execução que passou ao longo dos 8 últimos anos, de 3,5% para 9,1%.

Por segmento de justiça, os melhores índices de conciliação estão na fase de conhecimento da Justiça Trabalhista (37%), na execução dos Juizados Especiais Federais (JEF) (32%), e na execução de títulos extrajudiciais não fiscais na Justiça Estadual (27%).

Nesse ponto, registra-se o esforço que o Conselho vem empreendendo para reduzir o acervo do contencioso tributário, no Brasil, incentivando, inclusive acordos em qualquer tempo do processo judicial e antes dele, como ressaltado em seção deste Relatório.

Dados da política de transformação digital revelam avanços. A proporção de casos novos eletrônicos atingiu quase 100% e a tramitação eletrônica já é uma realidade em 90,6% das ações em andamento, sendo que apenas três tribunais do país possuem 10% ou mais de autos físicos pendentes de solução definitiva.

O tempo de resolução de um processo físico foi em média de 14 anos, enquanto o processo eletrônico foi solucionado em 2 anos e 1 mês, ou seja, quase sete vezes a mais do tempo. Dos processos que estão em tramitação em forma física, há uma espera do(a) jurisdicionado(a), em média, na escala de 12 anos e 4 meses, ao passo que, nas ações que tramitam em sistemas eletrônicos, a duração é reduzida para 3 anos e 5 meses.

Os números, assim, demonstram a efetividade da política de transformação digital do Poder Judiciário e como a virtualização pode contribuir de forma significativa na celeridade e maior eficiência judicial.

Houve redução no tempo de tramitação do processo pendente (período entre a data de início da ação e 31/12/2023), com aumento no tempo dos processos julgados e baixados durante o ano. Isso significa que houve maior priorização de resolução dos casos mais antigos, que usualmente são de mais difícil resolução. A duração média do processo foi de 2 anos e 3 meses para os julgados; 2 anos e 7 meses para os baixados; e 4 anos e 3 meses para os pendentes.

As maiores faixas de duração processual estão concentradas no tempo do processo pendente, em específico na fase de execução (5 anos e 7 meses). Ao desconsiderar os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório e as execuções, o tempo médio do acervo reduz de 4 anos e 3 meses para 2 anos e 4 meses.

Em 2023, o CNJ determinou a instalação de Pontos de Inclusão Digital (PID) nos tribunais, salas ou espaços destinados ao atendimento ao(à) cidadão(à) em localidades que não são sede de comarcas, objetivando ampliação do acesso à justiça. Em abril de 2024, estavam instalados 418 PIDs, dos quais 119 (28%) se localizavam no estado do Maranhão.

Os índices de recorribilidade externa tendem a ser maiores entre o segundo grau e os tribunais superiores do que entre o primeiro grau e segundo grau. Chegam aos Tribunais de segundo grau 25% das decisões de primeiro grau, na fase de conhecimento e 7% das decisões de primeiro grau na fase de execução. Para os tribunais superiores, foram 26% das decisões de segundo grau.

A recorribilidade dos juizados especiais para as turmas recursais (19%) é menor do que a da justiça comum para o segundo grau (27%).

Na recorribilidade interna, em que os recursos interpostos são julgados pelo(a) próprio magistrado(a) ou órgão prolator da decisão recorrida, o índice, no segundo grau, é 1,8 vezes maior que o mesmo índice no primeiro grau. Na fase de conhecimento de primeiro grau, a recorribilidade interna foi de 8%; na fase de execução, foi de 4% e, no segundo grau, de 14%.

No capítulo contendo as análises das competências das unidades de primeiro grau e juizados especiais, verifica-se a existência de grande quantidade de juízos únicos, tendo 34,3% dos municípios brasileiros providos com apenas uma vara.

Ademais, aproximadamente 9.466 (60,5%) das unidades judiciárias são de ramos de justiça especializados ou de competência exclusiva, ou seja, não foram classificadas como “Juízo Único”,

“Outras Varas, Não adjuntas a Juizados Especiais”, “Outras Varas com Juizado Especial Adjunto”, “Juizado Especial Único ou que acumula mais de uma competência”, “Juizado Especial Cível e Criminal”, “Juizado Especial Adjunto”.

As varas exclusivas de violência doméstica e familiar contra a mulher se destacam por apresentar a taxa de congestionamento de 56%, índice inferior ao das varas da Justiça do Trabalho, ramo de justiça que se destaca, ao longo deste relatório, pela eficiência.

No ponto, é importante lembrar as diversas medidas que o CNJ, há tempos, vem empreendendo para o enfrentamento da violência contra a mulher. A mais recente norma editada para incrementar a política judiciária foi a Resolução CNJ n. 542/2023⁴².

A taxa de congestionamento das demais unidades que também acumulam processos de violência doméstica com outras competências, no entanto, é de 63,3%, ou seja, tais indicadores sugerem que a especialização das varas em matéria de violência doméstica e familiar contra a mulher contribuíram para redução no congestionamento desses processos, durante o ano de 2023.

Da mesma forma, a taxa de congestionamento nas varas exclusivas de Tribunal do Júri foi de 70,5% e, nas varas cumulativas, de 84,2%, o que sugere que a especialização das varas matérias do tribunal do júri também tenha contribuído para decréscimo na taxa de congestionamento no ano de 2023.

De outro lado, em relação às varas exclusivas de execução fiscal, 46,3% dos processos pendentes estão nas varas exclusivas. Tramitam nos Tribunais de Justiça de São Paulo, do Rio de Janeiro e no TRF3 (SP e MS) 67% do total de processos de execução fiscal do Poder Judiciário, sendo que 54% dos processos tramitam em 190 varas exclusivas de execução fiscal, ou seja, uma média de 50.586 casos pendentes por vara exclusiva.

A taxa de congestionamento total das varas exclusivas é de 87,8%, mesmo valor do congestionamento das varas cumulativas e da taxa geral da execução fiscal do Poder Judiciário, o que revela que esse tipo de especialização não parece contribuir para redução do congestionamento ocasionado pelo contencioso fiscal, no Brasil.

42 A referida Resolução, disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/5393>, criou o Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (Fonavim), em caráter nacional e permanente, com a atribuição de elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento das diretrizes e ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres. Órgão vinculado à Comissão Permanente de Políticas de Prevenção às Vítimas de Violências, Testemunhas e de Vulneráveis e a supervisão da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres no Poder Judiciário.

O enfrentamento desse gargalo ensejou a edição da Resolução CNJ n. 547/2024, contendo medidas de tratamento das execuções fiscais pendentes, entre elas, a extinção das execuções fiscais de valor ajuizado inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), desde que sem bens penhorados e sem movimentação útil há mais de um ano.

De fato, a problemática das execuções fiscais é apontada como o principal fator de morosidade do Judiciário, pois processos de execução fiscal chegam à justiça após frustrações nas tentativas administrativas de recuperação do crédito tributário. Com efeito, representam aproximadamente 31% do total de casos pendentes e 59% das execuções pendentes no Poder Judiciário, com taxa de congestionamento de 87,8%.

É dizer: de cada cem processos de execução fiscal que tramitaram no ano de 2023, apenas 12 foram baixados. Sem esses processos, a taxa de congestionamento do Judiciário brasileiro cairia 5,8 pontos percentuais, passando de 70,5% para 64,7%.

Além da Resolução 547, o Conselho lançou algumas iniciativas de forma coordenada com os tribunais regionais federais e tribunais de justiça, diligências detalhadas no Capítulo 5, item 5.4, deste Relatório (Portaria Conjunta CNJ n. 7/2023, Portaria Conjunta 8/23; Acordo de Cooperação Técnica 24/2023; e Portaria Conjunta 5/2024). Ainda não são perceptíveis, todavia, os efeitos das medidas supra.

Quanto ao tempo médio de tramitação processual da execução fiscal, são 7 anos e 9 meses para baixa. Caso desconsiderados tais processos, o tempo médio de tramitação passaria de 2 anos e 7 meses para 2 anos e 1 mês, no ano de 2023. Já o tempo médio do acervo da execução fiscal é de 6 anos e 9 meses, se desconsiderada, o tempo médio de tramitação do acervo seria reduzido de 4 anos e 3 meses para 3 anos e 1 mês.

No que se refere à competência criminal, existiam, no Poder Judiciário, em 2023, um total de 8,9 milhões de processos criminais em trâmite, sendo 6,2 milhões na fase de conhecimento e 2,7 milhões em execução penal, sendo 1,8 milhão de penas privativas de liberdade (64%) e 986,5 mil de penas alternativas (36%).

Ao longo do ano de 2023, 600 mil execuções penais foram iniciadas. Na maioria dos casos, a pena aplicada foi não privativa de liberdade, com 343,6 mil casos iniciados (57,3%), enquanto as com privação de liberdade representam um total de 256 mil (42,7%). Verifica-se uma queda acentuada, no último ano, no total de penas alternativas em tramitação (27,5%).

É digno de nota que a 21ª Edição do Relatório Justiça em Números inaugura importante medida que é seu lançamento no primeiro semestre do ano, propiciando a verificação das estatísticas judiciárias em um momento inicial.

Ou seja, a magistratura, os tribunais e demais interessados(as) podem avaliar o desempenho detalhado da justiça brasileira em tempo de, no mesmo ano, empreender aprimoramentos para obtenção de melhores resultados, o que não era possível quando o relatório era publicado em meados de setembro, com dados de dezembro do ano anterior.

Portanto, a série contínua e ininterrupta segue sistematizando os principais resultados alcançados pelo Poder Judiciário, em uma radiografia completa que abrange informações de despesas, pessoal e dos litígios que tramitam na justiça e que, a partir de 2024, passa a ser publicada no primeiro semestre.

Por fim, rememora-se que todos os dados do presente documento estatístico podem ser consultados, de maneira dinâmica e atualizada, no Painel Justiça em Números com dados processuais de cada uma das 15.646 unidades judiciárias do país, consolidando o Poder Judiciário brasileiro como órgão transparente e que possibilita a participação da sociedade brasileira e da comunidade internacional, pelas versões traduzidas para os idiomas inglês e espanhol.

16 REFERÊNCIAS

BANKER, R.D.; CHARNES, A.; COOPER, W.W. **Some models for estimating technical scale inefficiencies in data envelopment analysis**. *Management Science*, v. 30, n. 9, p. 1078-1092, 1984.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais ns. 1/1992 a 86/2015, pelo Decreto Legislativo ns 186/2008 e pelas Emendas constitucionais de revisão ns. 1 a 6/1994. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. 112 p.

BRASIL. **Decreto n. 21.076**, de 24 de fevereiro de 1932. Decreta o Código Eleitoral. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: jun/2022.

BRASIL. **Lei n. 11.364**, de 26 de outubro de 2006. Dispõe sobre as atividades de apoio ao Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11364.htm Acesso em: ago/2023.

BRASIL. **Lei n. 4.747**, de 15 de julho de 1965. Institui o Código Eleitoral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4737.htm. Acesso em: jun/2022.

BRASIL. **Lei n. 5.010**, de 30 de maio de 1966. Organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5010.htm. Acesso em: jun/2022.

BRASIL. **Lei n. 9.099**, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm. Acesso em: jun/2022.

BRASIL. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015. **Código de Processo Civil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: jun/2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Diagnósticos das custas processuais praticadas nos Tribunais 2023**, 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/05/diagnosticos-das-custas-processuais-v2-2023-05-05.pdf>. Acesso em: mai/2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ n. 65**, de 16 de dezembro de 2008. Dispõe sobre a uniformização do número dos processos nos órgãos do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=119>. Acesso em: ago/2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ n. 15**, de 20 de abril de 2006. Dispõe sobre a regulamentação do Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário, fixa prazos e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=210>. Acesso em: jun/2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ n. 46**, de 18 de dezembro de 2007. Cria as Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=167>. Acesso em: jun/2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ n. 76**, de 12 de maio de 2009. Dispõe sobre os princípios do Sistema de Estatística do Poder Judiciário, estabelece seus indicadores, fixa prazos, determina penalidades e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=110>. Acesso em: jun/2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ n. 125**, de 29 de novembro de 2010. Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=156>. Acesso em: ago/2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ n. 185**, de 18 de dezembro de 2013. Institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2492>. Acesso em: jun/2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ n. 194**, de 26 de maio de 2014. Institui Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=2020>. Acesso em: jun/2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ n. 195**, de 3 de junho de 2014. Dispõe sobre a distribuição de orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=2022>. Acesso em: jun/2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ n. 203**, de 23 de junho de 2015, que dispõe sobre a reserva aos negros, no âmbito do Poder Judiciário, de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso na magistratura. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2203>. Acesso em: mai/2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ n. 219**, de 26 de abril de 2016. Dispõe sobre a distribuição de servidores(as), de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo grau e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=2274>. Acesso em: jun/2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ n. 331**, de 20 de agosto de 2020. Institui a Base Nacional de Dados do Poder Judiciário – DataJud como fonte primária de dados do Sistema de Estatística do Poder Judiciário – SIESPJ para os tribunais indicados nos incisos II a VII do art. 92 da Constituição Federal. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3428>. Acesso em: jun/2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ n. 337**, de 29 de setembro de 2020, que dispõe sobre a utilização de sistemas de videoconferência no Poder Judiciário. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3498>. Acesso em: ago/2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ n. 345**, de 9 de outubro de 2020, que dispõe sobre o “Juízo 100% Digital e dá outras providências. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3512>. Acesso em: ago/2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ n. 372**, de 12 de fevereiro de 2021, que regulamenta a criação de plataforma de videoconferência denominada “Balcão Virtual. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3742>. Acesso em: ago/2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ n. 385**, de 06 de abril de 2021, que dispõe sobre a criação dos “Núcleos de Justiça 4.0” e dá outras providências. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3843>. Acesso em: ago/2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ n. 398**, de 09 de junho de 2021, que dispõe sobre a atuação dos “Núcleos de Justiça 4.0”, disciplinados pela Resolução CNJ n. 385/2021, em apoio às unidades jurisdicionais. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3978>. Acesso em: ago/2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ n. 400**, de 16 de junho de 2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3986>. Acesso em: mai/2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ n. 420**, de 29 de setembro de 2021, que dispõe sobre a adoção do processo eletrônico e o planejamento nacional da conversão e digitalização do acervo processual físico remanescente dos órgãos do Poder Judiciário. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/4133>. Acesso em: ago/2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ n. 462**, de 6 de junho de 2022, que dispõe sobre a gestão de dados e estatística, cria a Rede de Pesquisas Judiciárias (RPJ) e os Grupos de Pesquisas Judiciárias (GPJ) no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/4577>. Acesso em: ago/2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ n. 471**, de 31 de agosto de 2022, que dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado à Alta Litigiosidade do Contencioso Tributário no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/4720>. Acesso em: mai/2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ n. 508**, de 22 de junho de 2023, que dispõe sobre a instalação de Pontos de Inclusão Digital (PID) pelo Poder Judiciário. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/5166>. Acesso em: mai/2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ n. 512**, de 30 de junho de 2023, que dispõe sobre a reserva aos indígenas, no âmbito do Poder Judiciário, de ao menos 3% (três por cento), das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso na Magistratura. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/5174>. Acesso em: mai/2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ n. 540**, de 18 de dezembro de 2023, que altera a Resolução CNJ n. 255/2018 e dispõe sobre paridade de gênero, com perspectiva interseccional de raça e etnia, em atividades administrativas e jurisdicionais no âmbito do Poder Judiciário. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/5391>. Acesso em: mai/2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ n. 525**, de 27 de setembro de 2023, que altera a Resolução CNJ n. 106/2010, dispondo sobre ação afirmativa de gênero, para acesso das magistradas aos tribunais de 2º grau. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/5277>. Acesso em: mai/2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução CNJ n. 547**, de 22 de fevereiro de 2024, que institui medidas de tratamento racional e eficiente na tramitação das execuções fiscais pendentes no Poder Judiciário, a partir do julgamento do tema 1184 da repercussão geral pelo STF. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/5455>. Acesso em: mai/2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Portaria n. 133**, de 28 de setembro de 2018. Institui Comitê Interinstitucional destinado a proceder estudos e apresentar proposta de integração das metas do Poder Judiciário com as metas e indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Agenda 2030. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2721>. Acesso em: jun/2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Recomendação CNJ n. 120**, de 28 de outubro de 2021, que recomenda o tratamento adequado de conflitos de natureza tributária, quando possível pela via da autocomposição, e dá outras providências. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/4224>. Acesso em: mai/2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Recomendação CNJ n. 130**, de 22 de junho de 2022, que Recomenda aos tribunais a instalação de Pontos de Inclusão Digital (PID), para maximizar o acesso à Justiça e resguardar os excluídos digitais. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/4614>. Acesso em: mai/2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Recomendação CNJ n. 144**, de 25 de agosto de 2023, que recomenda aos Tribunais que implementem o uso da linguagem simples nas comunicações e atos que editem. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/5233>. Acesso em: mai/2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Portaria CNJ/SEP n. 9**, de 20 de maio de 2021, que Institui Comitê de Apoio Técnico destinado a apoiar a sistematização e padronização da parametrização do Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário – DataJud – no Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3944>. Acesso em: ago/2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Juízo 100% Digital: tudo o que você precisa saber**. 2020. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/10/WEB_cartilha_Juizo_100porcento_digital_v3.pdf. Acesso em: ago/2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Relatório de Diagnóstico dos Tribunais nas Atividades de Saneamento de Dados do DataJud**. 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/06/pnud-relatorio-v2-2022-06-14.pdf>. Acesso em: jun/2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Participação Feminina na Magistratura**. 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/03/relatorio-participacao-feminina-na-magistratura-v3-20-03-23-ficha-catalografica.pdf>. Acesso em: Ago/2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Diagnóstico da participação feminina no Poder Judiciário**. 2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/08/relatorio-participacaofeminina.pdf>. Acesso em: Ago/2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **A participação feminina nos concursos para a magistratura: resultado de pesquisa nacional**. 2020. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/08/WEB_RELATORIO_Participacao_Feminina-FIM.pdf. Acesso em: Ago/2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Diagnóstico étnico racial no Poder Judiciário**. 2023. Disponível em <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/09/diagnostico-etnico-racial-do-poder-judiciario.pdf>. Acesso em: mai/2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Painel Interativo das instalações dos PIDs**. Disponível em: https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=aecd86ee-af02-42db-b16f-f61997ba1979&sheet=d3fb99bc-ef9f-4c8c-885f-ab807ca0a775&theme=Mix_Theme_Frame&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel. Acesso em: mai/2024.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual SIAFI, sistema de gestão de orçamento da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia**. Disponível em https://conteudo.tesouro.gov.br/manuais/index.php?option=com_content&view=categories&id=721&Itemid=700. Acesso em: jun/2022.

CHARNES, Abraham; COOPER, William W.; RHODES, E. **Measuring the efficiency of decision making units**. *European Journal of Operational Research*, v. 2, p. 429-444, 1978.

FOCHEZATTO, Adelar. **Análise da eficiência relativa dos tribunais da justiça estadual brasileira utilizando o método DEA**. In: REUNION DE ESTUDIOS REGIONALES-AEER, 36, 2010, Badajoz. Anais. Badajoz: Asociación Española de Ciencia Regional, 2010.

HAIR, Joseph F. et al. **Análise multivariada de dados**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

JOHNSON, Richard Arnold; WICHERN, Dean W. **Applied multivariate statistical analysis**. 6. ed. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2007.

MELLO, João Carlos Correia Baptista de. et al. **Curso de análise de envoltória de dados**. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PESQUISA OPERACIONAL, 37, 2005, Gramado. Anais. Universidade Federal Fluminense, 2005. Disponível em: http://www.uff.br/decisao/sbpo2005_curso.pdf. Acesso em: jun/2022.

RENCHEER, Alvin C. **Methods of multivariate analysis**. 2. ed. New York: John Wiley & Sons, 2002.

SENERA, Luis Felipe Aragão de Castro. et al. **Estudo sobre métodos de seleção de variáveis em DEA**. Pesquisa Operacional, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, maio/ago. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-74382007000200001. Acesso em: jun/2022.

YEUNG, Luciana Luk-Tai; AZEVEDO, Paulo Furquim de. **Beyond conventional wisdom and anecdotal evidence: measuring efficiency of brazilian courts**. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL SOCIETY FOR NEW INSTITUTIONAL ECONOMICS, 13, 2009, Berkeley. Papers. Berkeley: University of California, 2009. Disponível em: http://extranet.isnie.org/uploads/isnie2009/yeung_azevedo.pdf. Acesso em: jun/2022.

17 ANEXO A - METODOLOGIA

O **Relatório Justiça em Números** é regido pela Resolução CNJ n. 76, de 12 de maio de 2009, e compõe o Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário (SIESPJ).

Os seguintes tribunais integram o SIESPJ:

- ▶ Superior Tribunal de Justiça (STJ);
- ▶ Superior Tribunal Militar (STM);
- ▶ Tribunal Superior do Trabalho (TST);
- ▶ Tribunal Superior Eleitoral (TSE);
- ▶ 6 Tribunais Regionais Federais (TRFs);
- ▶ 24 Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs);
- ▶ 27 Tribunais Regionais Eleitorais (TREs);
- ▶ 3 Tribunais de Justiça Militar Estaduais (TJMs);
- ▶ 27 Tribunais de Justiça (TJs).

Os dados do SIESPJ possuem três fontes de informação:

- a) O DataJud, para os dados processuais, em que os tribunais remetem ao CNJ arquivos no formato XML e de acordo com o modelo de dados disponibilizado na página <https://www.cnj.jus.br/sistemas/datajud/orientacoes-para-envio-via-servico-rest/>. O CNJ recebe, armazena e transforma os metadados processuais, baseados em classes, assuntos e movimentos, em informação agregada considerando as situações e as regras negociais definidas na parametrização, disponível em: <https://www.cnj.jus.br/sistemas/datajud/parametrizacao/>.

A parametrização está em constante evolução e conta com o apoio do Comitê de Apoio Técnico, destinado a sustentar a sistematização e a padronização do DataJud, instituído pela Portaria CNJ/SEP n. 9/2021, no aperfeiçoamento contínuo das estatísticas judiciais.

Os dados são enviados mensalmente, conforme calendário estabelecido na Portaria CNJ n. 160/2020;

- b) Os dados de insumos, dotações e graus de utilização, que compreendem, dados de despesas, arrecadações de receitas e de pessoal, são informados pela presidência dos tribunais, que pode delegar a magistrado(a) ou a serventuário(a) especializado(a) integrante do Núcleo de Estatística a função de gerar, conferir e transmitir os dados estatísticos em sistema próprio. Os dados são enviados anualmente, até 28 de fevereiro de cada ano; e
- c) Módulo de Produtividade Mensal (MPM), composto por um cadastro nacional de unidades judiciárias, de magistrados(as), de servidores(as) e de profissionais do quadro auxiliar, cujos dados são remetidos mensalmente ao CNJ, de acordo com as planilhas-modelo disponibilizadas na página <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/modulo-de-produtividade-mensal/documentacao/>.

Em todos os casos, a presidência dos tribunais é responsável pela fidedignidade das informações apresentadas ao Conselho Nacional de Justiça.

O Departamento de Pesquisas Judiciárias recebe os dados estatísticos enviados pelos tribunais sob a supervisão da Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento.

A primeira edição do **Justiça em Números** ocorreu no ano de 2004 e ampliou os princípios norteadores do Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário (BNDPJ), que serviu de balizamento para fundamentar a Resolução CNJ n. 15, editada em 20 de abril de 2006, um marco para a metodologia de coleta de dados estatísticos nos tribunais das esferas federal, estadual e trabalhista e para a inauguração da série histórica em 2004, que perdurou até 2008.

Com o propósito de contribuir para o aperfeiçoamento do SIESPJ e dar prosseguimento ao processo de aprimoramento dos dados do **Relatório Justiça em Números**, foi editada a Resolução CNJ n. 76/2009, regulamento que tem norteado a coleta e a sistematização dos dados a partir do ano de 2009, ponto inicial da série histórica vigente.

Em 2011, concluiu-se a elaboração dos indicadores estatísticos do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar da União e da Justiça Militar dos Estados, que passaram a constar nos anexos da Resolução CNJ n. 76/2009.

Em 2015, duas grandes mudanças ocorreram no Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário: a criação do módulo de produtividade mensal e a revisão dos indicadores.

O módulo de produtividade mensal resultou da migração do antigo sistema Justiça Aberta, que era gerido pela Corregedoria Nacional de Justiça, para o SIESPJ. A sistematização do envio dos dados foi reformulada, os conceitos e a forma de apuração de dados de litigiosidade foram alterados e alinhados com os utilizados no relatório **Justiça em Números**.

A partir de 2016, com a implantação do módulo de produtividade, os tribunais passaram a transmitir as informações mensalmente e por serventia judicial.

Conduzida pela Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do CNJ, a revisão dos glossários e indicadores do Anexo I da Resolução CNJ n. 76/2009 criou novos indicadores e aperfeiçoou antigos. Os novos indicadores têm suas séries históricas iniciadas em 2015.

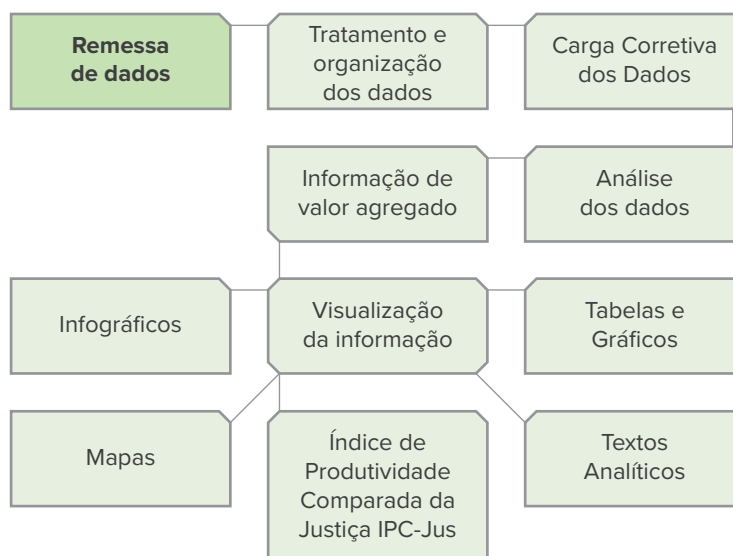
Em 2018, o módulo de produtividade sofreu nova reformulação, quando foram incluídas variáveis com o intuito de medir a conciliação, na fase pré-processual; as decisões interlocutórias; os votos vencedores; e os processos que aguardam vista de outro gabinete nos órgãos colegiados.

Por fim, em 2020, foi editada a Resolução CNJ n. 331, de 20 de agosto de 2020, que instituiu a Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DataJud) como fonte primária de dados do Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ). A mudança trouxe impactos significativos à coleta de dados dos tribunais e do CNJ, órgão que passou a ser responsável pela centralização dos cálculos e geração de todas as variáveis e indicadores que compõem este relatório e os demais painéis já desenvolvidos com informações provenientes do DataJud.

Da edição da norma até o uso dos dados de forma efetiva houve um grande trabalho de saneamento, que contou com realização de webinários, capacitações, reuniões e desenvolvimento de ferramentas de apoio à identificação de inconsistências. Todo trabalho culminou na consolidação do DataJud como fonte oficial dos dados do Poder Judiciário e utilizado para demonstrar as estatísticas dos anos de 2020 em diante e para a produção deste relatório.

Apresenta-se, na Figura 241, o fluxo do **Relatório Justiça em Números** desde o envio dos dados e da retificação pelos tribunais até o formato atual do relatório:

Figura 241 - Fluxo do Relatório Justiça em Números



As descrições das técnicas e metodologias utilizadas neste relatório são apresentadas a seguir.

17.1 INFOGRÁFICOS

Os infográficos são, por definição, um conjunto de recursos gráficos utilizados na apresentação e na sintetização de dados com o objetivo de facilitar a compreensão visual das informações.

Dessa forma, são expressos de maneira clara e intuitiva os seguintes dados: orçamento; força de trabalho; tempo médio de tramitação do processo; dados gerais de litigiosidade; indicadores de produtividade do ramo de justiça; indicadores de produtividade dos(as) magistrados(as); e indicadores de produtividade dos(as) servidores(as) da área judiciária.

Na primeira parte dos infográficos, encontram-se os dados para o ano-base de 2017 sobre as despesas do tribunal e a força de trabalho subdivida entre magistrados(as), servidores(as) e auxiliares (juízes(as) leigos(as), conciliadores(as), terceirizados(as), estagiários(as) e voluntários(as)).

São apresentados graficamente o tempo da inicial até a sentença, o tempo da inicial até a baixa e o tempo do processo pendente, separados por grau de jurisdição; e, no primeiro grau, pelas fases de conhecimento e execução.

A última parte expõe os principais indicadores de cada ramo de justiça, separados por grau, tipo e fase, nas seguintes categorias: movimentação processual, gestão do tribunal e produtividade por magistrado(a) e por servidor(a).

17.2 DIAGRAMA DE VENN

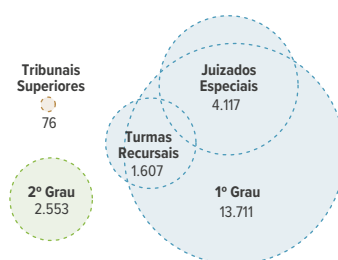
O Judiciário possui uma característica peculiar, pois os(as) juízes(as) podem acumular função no juízo comum (primeiro grau), nos juizados especiais e nas turmas recursais. Dessa forma, para compor o total de magistrados(as), é preciso separá-los em alguns grupos: a) exclusivos de primeiro grau; b) exclusivos de juizados especiais; c) exclusivos de turmas recursais; d) acumulam primeiro grau e juizados especiais; e) acumulam primeiro grau e turmas recursais; e f) acumulam juizados especiais e turmas recursais.

Uma forma de apresentar esquematicamente problemas relativos aos conjuntos e suas intersecções é o *Diagrama de Venn*, técnica muito utilizada na matemática.

O *Diagrama de Venn* consiste no uso de figuras geométricas fechadas, normalmente círculos, simbolizando conjuntos que permitam verificar a existência ou não de intersecção. Assim, a área sobreposta de dois ou mais círculos significa que existem elementos que fazem parte dos conjuntos simultaneamente. As figuras que não se tocam indicam inexistência de intersecção.

No relatório, os Diagramas de Venn são utilizados para ilustrar a distribuição dos(as) magistrados(as) e dos(as) servidores(as) entre as diversas áreas de lotação. Para aumentar a informação disponibilizada pelo diagrama, o tamanho do círculo correspondente a cada área será proporcional à quantidade de magistrados(as) ou servidores(as) alocados(as) nela. Como exemplo, a Figura 238 apresenta a jurisdição dos(as) magistrados(as) nos dois primeiros graus de jurisdição.

Figura 242 - Exemplo de uso do Diagrama de Venn



O gráfico indica que não existe nenhuma intersecção entre o segundo grau, formado por desembargadores(as) e juízes(as) substitutos(as) de segundo grau, e o conjunto do primeiro grau, com juízes(as) de direito. Quanto a estes, observa-se que podem atuar simultaneamente em áreas distintas, o que mostra que não seria possível simplesmente somar as quantidades apresentadas, devido às intersecções existentes.

A soma dos(as) magistrados(as) que atuam em cada área é de 19.435, enquanto existem 15.488 juízes(as) de direito. Isso mostra que há 3.947 magistrados(as) com acúmulo de atividades. As diversas intersecções não foram mostradas devido à dificuldade de visualizar informações com tantos detalhes.

17.3 CLASSIFICAÇÃO DOS TRIBUNAIS SEGUNDO O PORTE

A classificação dos tribunais em portes tem por objetivo criar agrupamentos de forma a respeitar características distintas existentes no mesmo ramo de justiça. A separação é feita sempre em três grupos, quais sejam: grande, médio e pequeno porte.

Os ramos de Justiça com essa separação são: Justiça Estadual (27 tribunais), Justiça do Trabalho (24 tribunais) e Justiça Eleitoral (27 tribunais). Tendo em vista que a Justiça Federal é subdividida em apenas cinco regiões e que a Justiça Militar Estadual conta com apenas três tribunais, não faria sentido classificá-los conforme essa metodologia.

Para a classificação dos tribunais em portes, utiliza-se a técnica estatística de análise multivariada denominada análise de componentes principais.⁴³ Com base em sua aplicação, passa a ser possível reduzir o número de dimensões em análise. No caso específico, quatro variáveis são sintetizadas em apenas um fator (escore) obtido por meio de uma combinação linear das variáveis originais. As cinco variáveis utilizadas no cálculo do escore foram: despesa total da Justiça, casos novos, casos pendentes, total de magistrados(as) e força de trabalho.⁴⁴

A seguir, apresenta-se a técnica estatística de análise de componentes principais, utilizada para cálculo dos escores, e, conseqüentemente, para a definição dos grupos.

43 Técnica estatística voltada para casos em que se deseja sintetizar a informação fornecida por diversas variáveis/indicadores.

44 Por força de trabalho, devem ser entendidos os(as) servidores(as) efetivos(as), os cedidos, os requisitados e os(as) servidores(as) sem vínculo efetivo com a administração pública, assim como as demais categorias que integram a força de trabalho auxiliar, tais como terceirizados(as), estagiários(as), juízes(as) leigos(as), conciliadores(as) e voluntários(as).

Análise de Componentes Principais (ACP)

Trata-se de método de análise multivariada, utilizada para resumir grande número de variáveis em poucas dimensões. É uma tentativa de compreender relações complexas impossíveis de serem trabalhadas com métodos univariados ou bivariados, permitindo, assim, visualizações gráficas e análises mais aprofundadas por parte do pesquisador.

Por meio de transformação ortogonal, um conjunto de informações possivelmente correlacionadas é reescrita com a utilização de fatores não correlacionados e gerados por meio de combinações lineares das variáveis originais.

Segundo Johnson e Wichern (2007), seja um vetor com p variáveis aleatórias denominadas por $X' = \{x_1, x_2, \dots, x_p\}$ com matriz de covariância dada por autovalores $\lambda_1 \geq \lambda_2 \geq \dots \geq \lambda_p$.

$$Y_1 = \mathbf{a}_1' \mathbf{X} = a_{11}x_1 + a_{12}x_2 + \dots + a_{1p}x_p$$

$$Y_2 = \mathbf{a}_2' \mathbf{X} = a_{21}x_1 + a_{22}x_2 + \dots + a_{2p}x_p$$

...

$$Y_p = \mathbf{a}_p' \mathbf{X} = a_{p1}x_1 + a_{p2}x_2 + \dots + a_{pp}x_p$$

Com

$$\text{Var}(y_i) = \mathbf{a}_i' \Sigma \mathbf{a}_i, \quad \text{para } i = 1, 2, \dots, p$$

$$\text{Cov}(y_i, y_k) = \mathbf{a}_i' \Sigma \mathbf{a}_k, \quad \text{para } i, k = 1, 2, \dots, p$$

As componentes principais (escores) são as combinações lineares não correlacionadas $\{y_1, y_2, \dots, y_p\}$, que possuem a maior variância possível. Dessa forma, a primeira componente principal é a que produz combinação linear com variância máxima; a segunda componente tem a segunda maior variância e, assim, sucessivamente. Matematicamente, pode-se escrever:

Primeira componente principal = combinação linear $\mathbf{a}_1' \mathbf{X}$ que maximiza $\text{Var}(\mathbf{a}_1' \mathbf{X})$, sujeito a $\mathbf{a}_1' \mathbf{a}_1 = 1$.

Segunda componente principal = combinação linear $\mathbf{a}_2' \mathbf{X}$ que maximiza $\text{Var}(\mathbf{a}_2' \mathbf{X})$, sujeito a $\mathbf{a}_2' \mathbf{a}_2 = 1$ e $\text{Cov}(\mathbf{a}_1' \mathbf{X}, \mathbf{a}_2' \mathbf{X}) = 0$.

...

i -ésima componente principal = combinação linear $a_i'X$ que maximiza $\text{Var}(a_i'X)$, sujeito a $a_i'a_i=1$ e $\text{Cov}(a_i'X, a_k'X)=0$ para $k \neq i$.

Dessa forma, o vetor aleatório $X'=\{x_1, x_2, \dots, x_p\}$, com matriz de covariância associada dada por Σ e com pares de autovalores-autovetores dados por $((\lambda_1, e_1), \dots, (\lambda_p, e_p))$, onde $\lambda_1 \geq \lambda_2 \geq \dots \geq \lambda_p \geq 0$, tem a i -ésima componente principal igual a:

$$Y_i = \mathbf{e}_i' \mathbf{X} = e_{i1}x_1 + e_{i2}x_2 + \dots + e_{ip}x_p, \quad \text{para } i = 1, 2, \dots, p$$

A partir de então, tem-se:

$$\text{Var}(y_i) = \mathbf{e}_i' \Sigma \mathbf{e}_i = \lambda_i, \quad \text{para } i = 1, 2, \dots, p$$

$$\text{Cov}(y_i, y_k) = \mathbf{e}_i' \Sigma \mathbf{e}_k = 0, \quad \text{para } i \neq k$$

Além disso, essa combinação resulta em:

$$\sigma_{11} + \sigma_{22} + \dots + \sigma_{pp} = \sum_{i=1}^p \text{var}(x_i) = \lambda_1 + \lambda_2 + \dots + \lambda_p = \sum_{i=1}^p \text{var}(y_i)$$

Ou seja, a soma das variâncias das componentes principais é igual à soma das variâncias das variáveis originais. Conseqüentemente, a proporção de variância populacional explicada pela k -ésima componente principal é igual à:

$$(\text{Proporção da variância explicada pela } k \text{ -ésima componente principal}) = \frac{\lambda_k}{\lambda_1 + \dots + \lambda_p}, \quad \text{para } k = 1, 2, \dots, p$$

Por esse resultado, pode-se concluir que, quando um número pequeno de componentes (como, 1, 2 ou até 3, a depender da quantidade de variáveis em análise) consegue explicar uma proporção satisfatória da variância populacional, ou seja, entre 80% e 90% dos dados, o pesquisador pode utilizar os fatores para suas análises, em vez das variáveis originais, sem perda de muita informação.

Considerando que as variáveis utilizadas nesse modelo possuem escalas bastante distintas e para que todas pudessem ter o mesmo peso de influência no modelo, optou-se pelo uso dos dados padronizados pela distribuição normal, que se resume à substituição da matriz de covariância pela de correlação.

Ferramenta importante na interpretação de fatores é a rotação fatorial. Nela, os eixos dos fatores (escores) são rotacionados em torno da origem até que alguma outra posição seja alcançada. Conforme detalha Hair *et al.* (2005), existem diversos métodos de rotação fatorial. Neste trabalho, optou-se pela *varimax*, na qual a soma de variâncias das cargas da matriz fatorial é maximizada.⁴⁵

Utilizando essa técnica, foi possível obter um escore único por ramo de justiça, capaz de resumir todo o conteúdo das quatro variáveis, e com variância explicada de 98% nos tribunais da Justiça Estadual, de 98% nos tribunais da Justiça do Trabalho e de 91% nos tribunais da Justiça Eleitoral. Os tribunais foram ordenados por meio do fator (escore) resultante da análise fatorial e posteriormente classificados em três grupos predefinidos: pequeno, médio e grande porte.

17.4 MAPAS

Os mapas foram desenvolvidos na Justiça Estadual, na Trabalhista, na Federal, na Eleitoral e na Militar Estadual, com a finalidade de representar, em perspectiva nacional, o número de habitantes por unidade judiciária do primeiro grau.

Os dados representados em cada mapa estão dispostos em grupos com o mesmo número de divisões. Para tanto, calculou-se a amplitude do indicador (maior valor deduzido do menor valor) e dividiu-se por cinco. Esse resultado é o intervalo de cada grupo. Por exemplo, suponha um indicador em que o menor valor é de 1.000 e o maior, 5.000. Assim, a amplitude é de 4.000 (igual a 5.000 - 1.000). Dividindo-se a amplitude de 4.000 por 5, obtém-se que cada classe conterà um intervalo de 800.

Dessa forma, a primeira classe abrangerá os tribunais cujo indicador esteja entre 1.000 (inclusive) e 1.800 (exclusive), a segunda classe de 1.800 a 2.600, e, assim, sucessivamente até a quinta classe. A vantagem dessa abordagem é que ela permite identificar realmente aqueles tribunais que se destacam, nos grupos extremos, sob a ótica do indicador.

⁴⁵ Mais detalhes sobre tipos de rotação e o método de componentes principais podem ser encontrados em Johnson e Wichern (2007), Hair *et al.* (2005) e Rencher (2002).

17.5 O ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE COMPARADA DA JUSTIÇA (IPC-JUS)

As seções a seguir apresentam o detalhamento das fórmulas utilizadas no cálculo do IPC-Jus, bem como o mecanismo de construção dos gráficos de fronteira de quadrantes, que auxiliam na compreensão do resultado do modelo DEA.

17.5.1 A CONSTRUÇÃO DO IPC-JUS

O Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ) conta com 810 variáveis encaminhadas pelos tribunais e posteriormente transformadas em indicadores pelo CNJ. São muitos os indicadores que podem mensurar a eficiência de um tribunal, e o grande desafio da ciência estatística consiste em transformar dados em informações sintéticas, que sejam capazes de explicar o conteúdo dos dados que se deseja analisar.

Para alcançar tal objetivo, optou-se por construir o IPC-Jus, uma medida de eficiência relativa dos tribunais, utilizando-se uma técnica de análise denominada DEA (do inglês, *Data Envelopment Analysis*) ou Análise Envoltória de Dados.

O método estabelece comparações entre o que foi produzido (denominado *output*, ou produto) considerando-se os recursos (ou insumos) de cada tribunal (denominados *inputs*). Trata-se de metodologia de análise de eficiência que compara o resultado otimizado com a eficiência de cada unidade judiciária em questão. Dessa forma, é possível estimar dados quantitativos sobre o quanto cada tribunal deve aumentar sua produtividade para alcançar a fronteira de produção, observando-se os recursos que cada um dispõe, além de estabelecer um indicador de avaliação para cada unidade.

O método DEA foi desenvolvido por Charnes *et al.* (1978) e aplicado inicialmente com maior frequência na área de engenharia de produção. Recentemente, passou a ser aplicado no Brasil na área forense, com o intuito de medir o resultado de tribunais, como nos artigos de Fochezatto (2010) e Yeung e Azevedo (2009).

Trata-se de modelo simples (com poucas variáveis de *inputs* e *outputs*) e, ao mesmo tempo, com alto poder explicativo. Além de selecionar as variáveis de insumos e produtos que comporão a análise, é preciso escolher o tipo de modelo a ser aplicado. Mello *et al.* (2005) detalham de forma bastante didática os tipos de modelos disponíveis.

Os modelos DEA clássicos são o CCR (CHARNES; COOPER; RHODES, 1978) e o BCC (BANKER; CHARNES; COOPER, 1984). O modelo CCR, apresentado originalmente por Charnes *et al.* (1978),

constrói uma superfície linear por partes não paramétrica, envolvendo os dados e trabalhando com retornos constantes de escala, isto é, qualquer variação nas entradas (*inputs*) produz variação proporcional nas saídas (*outputs*). Esse modelo também é conhecido por *Constant Returns to Scale* (CRS). O modelo BCC, apresentado por Banker *et al.* (1984), considera retornos variáveis de escala, quer dizer, substitui o axioma da proporcionalidade entre *inputs* e *outputs* pelo axioma da convexidade.

Por isso, esse modelo também é conhecido como *Variable Returns to Scale* (VRS). Ao tratar a fronteira de produção de forma convexa, o modelo BCC permite que as unidades que operam com baixos valores de *inputs* tenham retornos crescentes de escala, enquanto as que operam com altos valores de *inputs* tenham retornos decrescentes de escala.

Na análise de eficiência dos tribunais, adotou-se o modelo CCR, ou seja, com retornos constantes de escala. Além disso, o modelo é orientado ao *output*, o que significa que o interesse está em identificar quanto o tribunal pode aumentar em termos de produto (maximizando o resultado), mantendo seus recursos fixos, já que a redução de orçamento e da força de trabalho muitas vezes não é viável.

Segundo Yeung e Azevedo (2009), o modelo CCR orientado ao *output* pode ser escrito como um problema de programação linear da seguinte forma:

$$\max_{(\phi, \lambda, s^+, s^-)} Z_0 = \phi + \epsilon s^+ + \epsilon s^-$$

Sujeito a

$$\phi Y_0 - Y\lambda + s^+ = 0$$

$$X\lambda + s^- = X_0$$

$$\lambda, s^+, s^- \geq 0,$$

em que X_0 é o vetor de *inputs*, Y_0 é o vetor de *outputs* e ϕ representa o montante de *output* necessário para transformar uma unidade (DMU⁴⁶) ineficiente em eficiente. A variável s^- mede o excesso de *inputs* de uma unidade ineficiente e s^+ mede a falta de *output*.

46 DMU representa cada unidade de produção analisada no modelo DEA. Do inglês, Decision Making Unit.

A técnica DEA foi aplicada aos dados do relatório **Justiça em Números** com o objetivo de verificar a capacidade produtiva de cada tribunal, considerando-se os insumos disponíveis. A seleção das variáveis para a definição dos *inputs* foi feita com o intuito de contemplar a natureza dos três principais recursos utilizados pelos tribunais: o pessoal, os financeiros e os próprios processos.

A princípio, foram testados métodos de seleção de variáveis, como o Método I – O Stepwise Exaustivo Completo, o Método Multicritério para Seleção de Variáveis e o Método Multicritério Combinatório Inicial para Seleção de Variáveis (SENRA, 2007). Entretanto, esses modelos favoreceram os *inputs* que tiveram mais correlação linear com o *output* (total de processos baixados), beneficiando, em alguns casos, variáveis semelhantes, como, por exemplo, número de servidores(as) e, logo em seguida, a despesa com pessoal ativo. Sendo assim, o processo de seleção partiu da categorização das variáveis nos critérios definidos a seguir, permitindo-se a utilização em parte do Método Multicritério em conjunto com critérios subjetivos.

Os *inputs* foram divididos em:

a) Exógeno (não controlável):

- ▶ Relativos à própria demanda judicial. Os testes empreendidos levaram em consideração tanto o quantitativo de casos pendentes, quanto o de processos baixados, revelando-se a soma desses, ou seja, o total de processos que tramitaram como variável explicativa para os resultados de eficiência. Foram desconsiderados da base de cálculo os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório, as execuções fiscais e as execuções penais.

b) Endógeno (controlável):

- ▶ **Recursos financeiros:** utilizou-se a despesa total de cada tribunal desconsiderando a despesa com pessoal inativo e as despesas com projetos de construção e obras, tendo em vista que tais recursos não contribuem diretamente para a produção ou a produtividade dos tribunais.
- ▶ **Pessoal:** como dados de força de trabalho foram utilizados os números de magistrados(as) e de servidores(as) efetivos(as), requisitados(as) e comissionados(a) sem vínculo, excluídos os(as) cedidos(as) a outros órgãos.

Com relação ao *output*, a variável total de processos baixados é aquela que melhor representa o fluxo de saída dos processos do Judiciário sob a perspectiva do jurisdicionado que aguarda a resolução do conflito, excluindo-se as execuções fiscais e penais. Sendo assim, o modelo do IPC-Jus considera o total de processos baixados com relação ao total de processos que

tramitaram; o quantitativo de magistrados(as) e servidores(as) (efetivos(as), requisitados(as) e comissionados(as) sem vínculo); e a despesa total do tribunal (excluídas as despesas com pessoal inativo e com obras).

As despesas com pessoal separadas por grau de jurisdição permitem o cálculo do IPC-Jus do primeiro grau e segundo grau, isoladamente. Dessa forma, o IPC-Jus do total abarca a área administrativa, as despesas de capital e outras despesas correntes, e o IPC-Jus do primeiro e do segundo grau consideram apenas a força de trabalho da área judiciária.

Como resultado da aplicação do modelo DEA, tem-se um percentual que varia de 0 (zero) a 100%, revelando que, quanto maior o valor, melhor o desempenho da unidade, o que significa que ela foi capaz de produzir mais (em baixa de processos) com menos recursos disponíveis (de pessoal, de processos e de despesas). Essa é a medida de eficiência do tribunal, aqui denominada por IPC-Jus.

Adicionalmente, ao dividir o total de processos baixados de cada tribunal por seu respectivo percentual de eficiência alcançado, tem-se a medida do baixado ideal (ou *target*), que representa quanto o tribunal deveria ter baixado para alcançar a eficiência máxima (100%) no ano-base.

É importante esclarecer que o baixado ideal é uma métrica que analisa o passado e não o futuro, ou seja, significa que, caso o tribunal tivesse conseguido baixar a quantidade de processos necessários conforme o modelo comparativo, teria, em 2021, alcançado a curva de eficiência. Não quer dizer, entretanto, que se o tribunal baixar essa mesma quantidade, ou até mais, no ano subsequente, o alcance da eficiência ocorreria.

Dessa forma, o IPC-Jus considera o resultado alcançado no passado com base nos recursos disponíveis naquele ano e coloca na fronteira aqueles que conseguiram produzir mais, com menos insumos. Dessa modo, as mudanças dos insumos e dos produtos dos demais tribunais no próximo ano irão realocar a curva da fronteira e, conseqüentemente, a posição do tribunal em face dos demais.

A metodologia DEA foi aplicada na Justiça Estadual, na Justiça Trabalhista e também na Justiça Federal. O modelo não contemplou a Justiça Militar Estadual por ser inadequado do ponto de vista metodológico, porque ela conta com apenas três tribunais.

O modelo também não foi adotado na esfera da Justiça Eleitoral, tendo em vista que, nesse caso, o objetivo principal dos tribunais regionais consiste na realização das eleições e não somente na atividade jurisdicional na forma de baixa de processos (*output* do modelo).

Apesar de a Justiça Federal também conter número reduzido de tribunais (cinco), as informações de primeiro grau foram desagregadas por seções judiciárias. Portanto, nesse ramo de justiça, considerou-se como unidade de produção cada seção judiciária (UF), além do segundo grau de cada tribunal. Dessa forma, há 32 unidades produtivas (DMUs) que foram comparadas por meio da aplicação do DEA. A eficiência consolidada do tribunal (TRF) foi calculada com base na divisão da soma em todas as DMUs do valor baixado realizado pela soma em todas as DMUs do baixado ideal (*target*), ou seja:

$$\text{Eficiência Total}_j = \frac{\sum_{i=1}^{n_j} \text{Baixado Real}_i}{\sum_{i=1}^{n_j} \text{Baixado Ideal}_i},$$

em que $j=\{1,2,3,4,5\}$, representa cada TRF e n_j representa o número de unidades produtivas de cada TRF.

Esse mesmo método também foi utilizado para mensuração da eficiência total dos ramos de Justiça Estadual, Federal e do Trabalho.

17.5.2 GRÁFICO DE QUADRANTE E DE FRONTEIRA

Os gráficos de quadrantes (ou *Gartner*) têm por objetivo classificar os tribunais em quatro grupos, em que são analisados duas variáveis ou indicadores conjuntamente. Os dois eixos são cortados nos valores equivalentes à média de cada elemento avaliado

Além dos tribunais, também consta no gráfico o valor correspondente ao total do ramo de justiça. Nesse caso, os cálculos são produzidos com base nas consolidações do segmento, somando-se as variáveis que compõem cada indicador, para, somente depois, aplicar a respectiva fórmula. Por esse motivo, o total do ramo pode diferir da média, que corresponde ao valor localizado no centro dos quadrantes.

Os gráficos de fronteira são utilizados para visualizar os resultados da técnica DEA quando apenas duas variáveis ou dois indicadores são utilizados. Para efeitos deste relatório, optou-se pela apresentação de dois indicadores em cada gráfico, compostos sempre por variáveis adotadas no modelo de DEA, a fim de facilitar a compreensão da metodologia proposta para análise da eficiência, além de permitir interpretações mais detalhadas de alguns indicadores disponíveis no relatório **Justiça em Números**. Cada indicador contempla o *output* (quantitativo de processos baixados) e um dos *inputs* (processos em tramitação ou número de magistrados(as) ou número de servidores(as) ou despesa).

Os gráficos de quadrante estão apresentados em conjunto com o gráfico de fronteira, sem perda de informação. O gráfico é incrementado pela informação do porte dos tribunais, o que facilita a análise do seu comportamento diante dos demais.

Dessa forma, esses gráficos mostram, simultaneamente, quatro dimensões distintas, pois, além dos dois indicadores e do porte, os tamanhos de cada ponto estão associados à eficiência do tribunal. Assim, quanto maior o símbolo, maior a eficiência relativa (IPC-Jus).

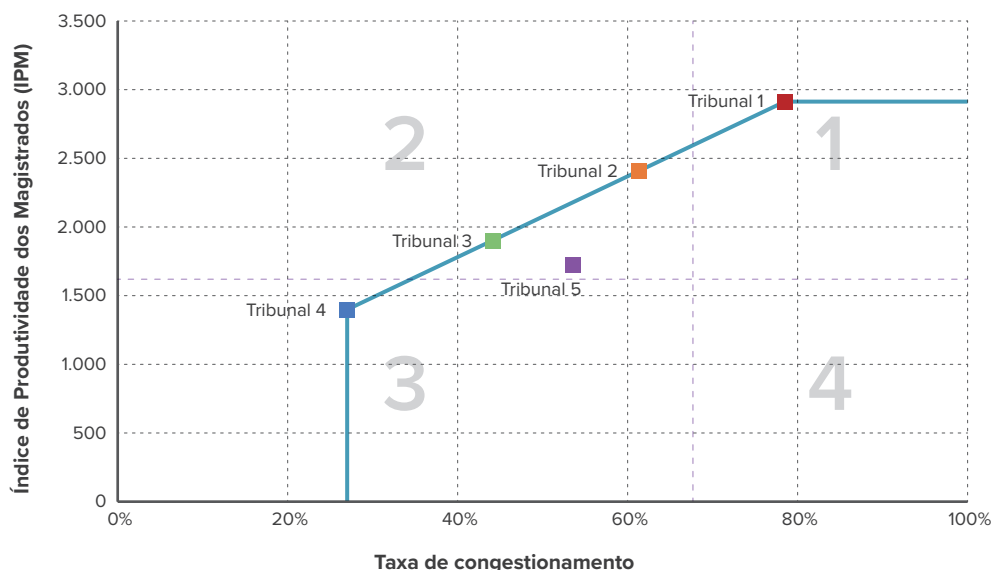
Esses gráficos serão de grande utilidade para ajudar na compreensão do modelo multivariado, que considera simultaneamente todos esses insumos e o produto. Se uma unidade de produção alcança o valor máximo de insumo/produto, então ela é uma unidade eficiente e está localizada na linha de produção do gráfico de fronteira. Além disso, cada quadrante mostra uma interpretação singular sobre as unidades.

No primeiro quadrante, estão as unidades cujas duas variáveis estão em níveis altos. No segundo, encontram-se as unidades cuja variável representada na horizontal está em um menor nível e a variável representada na vertical está no maior. Já o terceiro quadrante detalha unidades com ambas as variáveis em menor nível. O quarto quadrante indica as que têm maior nível na variável representada na horizontal e menor nível na vertical.

Na Figura 239, demonstra-se um exemplo de gráfico de fronteira. Os tribunais que estão na linha azul são aqueles mais eficientes (tribunais de 1 a 4). O tribunal 5, apesar de possuir taxa de congestionamento menor que a do tribunal 2, também possui menor Índice de Produtividade dos(as) magistrados(as) (IPM). O tribunal 6 é o menos eficiente, pois se encontra mais afastado da linha de produção e combina maior congestionamento com menor produtividade.

As linhas pontilhadas horizontais e verticais representam, respectivamente, a média do IPM e da taxa de congestionamento. Nesse exemplo, o segundo quadrante seria aquele que os tribunais deveriam ter como alvo, pois representam maior IPM com menor taxa de congestionamento. Já o quarto quadrante seria o que deveria ser evitado, pois combina menor IPM com maiores taxas de congestionamento.

Figura 243 - Exemplo da representação de um gráfico de quadrantes e de fronteira



Os gráficos de fronteira e de quadrante foram produzidos para a Justiça Estadual, Trabalhista e Federal, ramos em que o método DEA foi aplicado. Nos Tribunais Regionais Federais, os gráficos contemplam, além dos resultados dos seis TRFs, também das 27 seções judiciárias e do segundo grau. Por se tratar de uma análise complementar à modelagem DEA, utilizada no cálculo do IPC-Jus, os gráficos de quadrante e de fronteira não serão utilizados na Justiça Eleitoral e na Justiça Militar Estadual.

Nas seções da Justiça Estadual, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal serão apresentados em detalhes os resultados do IPC-Jus decorrentes da aplicação do método DEA, com os percentuais obtidos por tribunal.

18 ANEXO B – ACESSO AOS PAINÉIS

O presente anexo tem por escopo apresentar, didaticamente, o modo de acessar, visualizar e extrair informações e dados quantitativos de três painéis mencionados no capítulo 6, o que será bastante útil para futuras pesquisas sobre o Poder Judiciário brasileiro.

A iniciativa ocorre pela 1ª vez no Relatório Justiça em Números e leva em consideração as centenas de dúvidas e solicitações mensalmente endereçadas ao Conselho Nacional de Justiça, nas quais são veiculadas solicitações de dados que são facilmente extraídos dos painéis públicos cujo detalhamento será aqui exposto.

18.1 PAINEL GRANDES LITIGANTES

O Painel de Grandes Litigantes do Conselho Nacional de Justiça, disponível no link <https://grandes-litigantes.stg.cloud.cnj.jus.br/>, permite conhecer o *ranking* das pessoas jurídicas mais demandantes e demandadas judicialmente no Brasil, ou seja, quem mais figura no polo ativo e no polo passivo das ações judiciais ingressadas e em tramitação nos órgãos de Poder Judiciário dos segmentos federal, estadual e trabalhista.

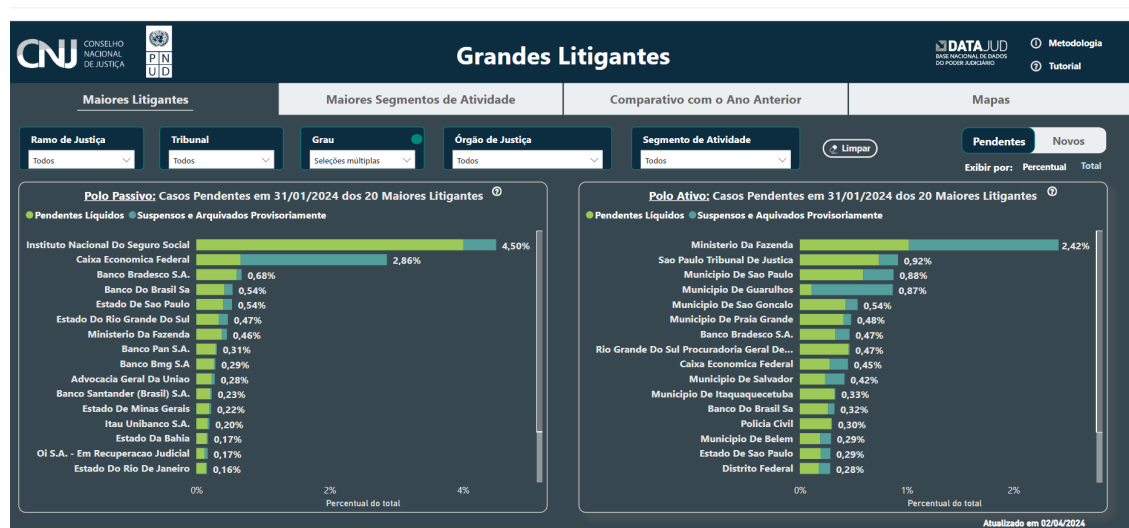
É possível visualizar os *rankings* até o nível de órgão julgador (varas e juizados) e separados por ramos de atividade (administração pública, comércio, indústria etc.), assim como processos pendentes (em tramitação) ou processos novos (distribuídos nos 12 últimos meses), tanto em números absolutos quanto em percentuais⁴⁷. O Painel exhibe, ainda, gráfico com aumento ou diminuição das demandas em comparação com o ano anterior, além de permitir a pesquisa visual da distribuição geográfica dos processos por meio de mapas.

Na tela principal, será possível selecionar uma entre quatro abas:

- ▶ Aba “Maiores Litigantes”

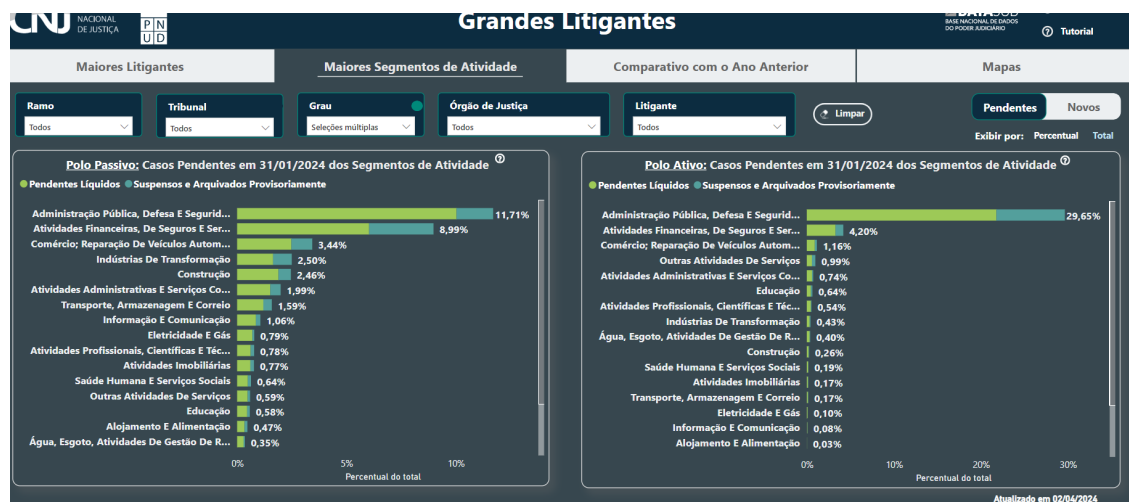
⁴⁷ Importante destacar que, na aba “maiores segmentos de atividades”, no filtro “litigantes”, alguns nomes de empresas/entidades aparecem mais de uma vez, ao passo que na aba “maiores litigantes”, no filtro “segmento de atividade”, algumas empresas/entidades aparecem como segmento de atividade não informado. Isso ocorre em razão da ausência de registro do CNPJ na base de dados. Sem a informação referente ao CNPJ não é possível identificar o ramo de atividade do litigante nem unificar o nome da empresa/entidade no âmbito do painel.

Figura 244 - Painel Grandes Litigantes - Aba "Maiores Litigantes"



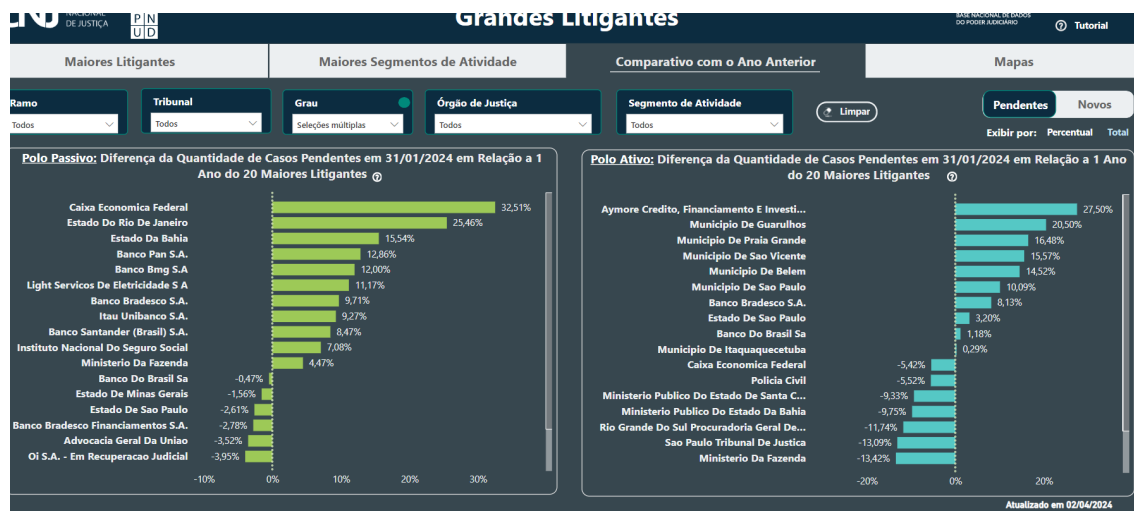
- ▶ Aba "Maiores Segmentos de Atividades" (ranking das grandes áreas de atuação mais demandadas ou demandantes judicialmente, como administração pública, agricultura, pecuária, água e esgoto, atividades financeiras, comércio, educação, indústria etc.);

Figura 245 - Painel Grandes Litigantes - Aba "Maiores Segmentos de Atividades"



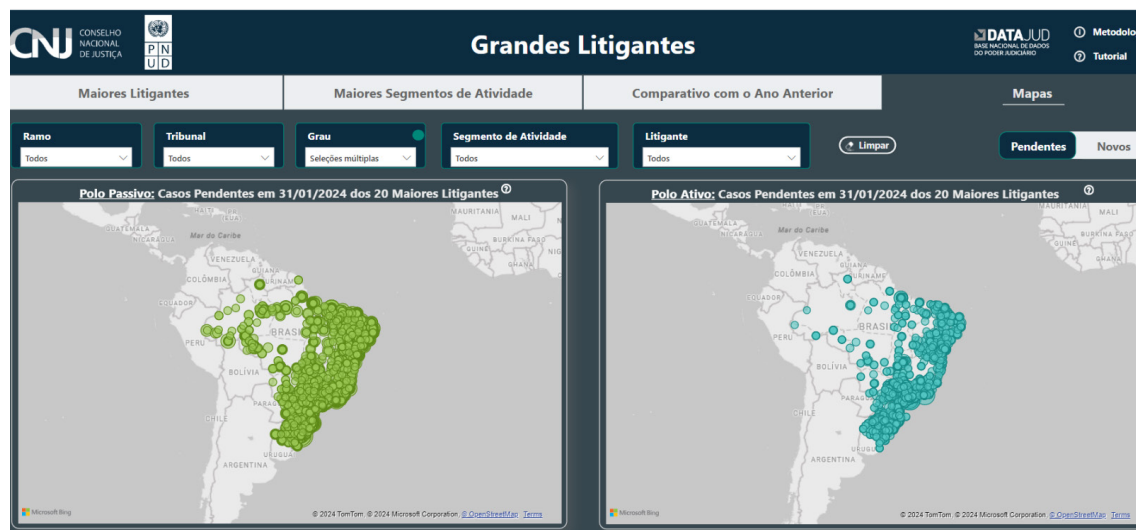
- ▶ Aba "Comparativo com o Ano Anterior" (para os processos pendentes, o ranking dos maiores demandantes e demandados, considerada a diferença da quantidade de processos do mês de referência do painel em relação à quantidade de processos do mesmo mês de um ano atrás. Para os processos novos, o ranking compara a soma de processos dos últimos 12 meses com a soma dos 12 meses anteriores).

Figura 246 - Painel Grandes Litigantes - Aba "Comparativo com o Ano Anterior"



► Aba "Mapas":

Figura 247 - Painel Grandes Litigantes - Aba "Mapas"



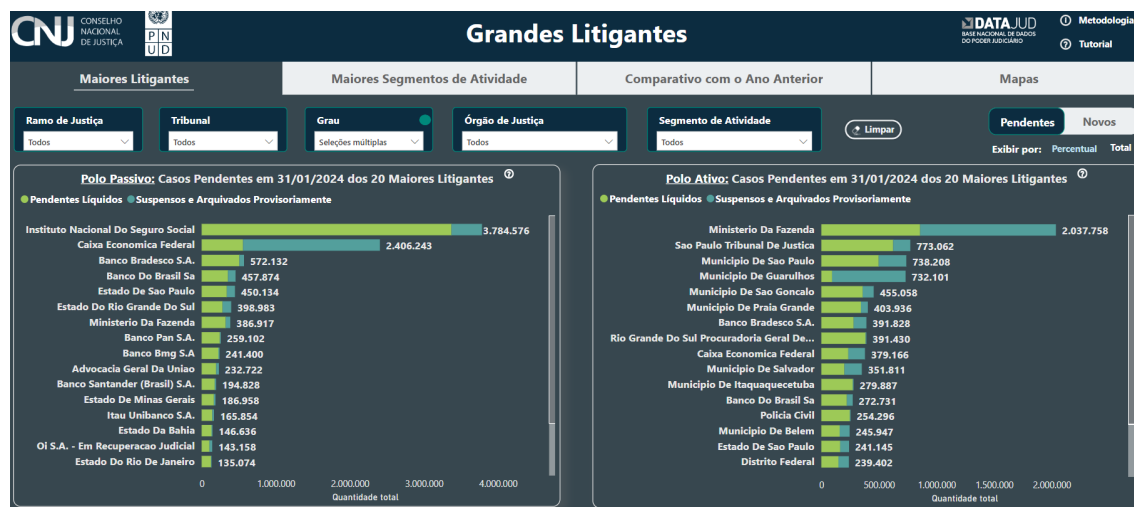
Por padrão, sempre que o painel for aberto, serão exibidos os dados referentes à soma de processos do primeiro grau e juizados especiais, aparente no filtro "grau" como "seleções múltiplas", podendo o(a) usuário(a) separar e selecionar um ou outros graus, conforme a necessidade da pesquisa.

Selecionada a aba “Maiores Litigantes”, a tela principal apresenta o ranking geral do Poder Judiciário, ou seja, referente a todos os processos de todos os tribunais dos segmentos da Justiça Federal, Trabalhista e Estadual, exibidos no painel em duas colunas: “Polo Passivo” (demandados) e “Polo Ativo” (demandantes). Há duas opções de ranking, entre processos pendentes e novos, cuja metodologia de apuração utilizada segue conceitos da Resolução CNJ n. 76, de 12 de maio de 2009 no link <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/110> e parametrização do Datajud no link <https://www.cnj.jus.br/sistemas/datajud/parametrizacao/>, com processos de conhecimento e execução de todos os graus de jurisdição.

- ▶ PENDENTES – apresenta o *ranking* de pessoas jurídicas que são partes em processos em trâmite no mês referência do Painel (todos os processos que não se encontram arquivados ou baixados).
- ▶ NOVOS – apresenta o *ranking* de pessoas jurídicas que são partes em processos protocolados/distribuídos nos últimos 12 meses.

Aqui será possível exibir os dados de duas formas: percentual e total (números absolutos):

Figura 248 – Painel Grandes Litigantes – Aba “Maiores Litigantes” com dados absolutos



Acima, foi visualizado o *ranking* geral, em números absolutos (total), com os 20 maiores litigantes que figuram no polo passivo (demandados) e no polo ativo (demandantes), entre todos os órgãos de tribunais que são mostrados na ferramenta, cujos processos estejam em tramitação no Poder Judiciário (pendentes).

Para o cálculo do percentual, é feita a razão entre o número de processos daquele litigante para o ramo, tribunal, grau de jurisdição e órgão julgador selecionado (se for o caso), em relação ao

total de processos existentes para o mesmo conjunto de filtros aplicados (ramo/tribunal/grau de jurisdição/órgão julgador). A seguir, o mesmo ranking anterior mostrado agora em percentual e para casos novos (uso do filtro “novos”):

Figura 249 – Painel Grandes Litigantes – Aba “Maiores Litigantes” com dados absolutos



Pelo mesmo painel, é possível depurar ainda mais a pesquisa dos maiores litigantes por meio dos filtros de ramo de justiça, tribunal, grau, órgão e segmento de atividade.

O filtro de “grau” é predefinido como o representativo da primeira instância, ou seja, juntando primeiro grau (justiça comum) com os juizados especiais.

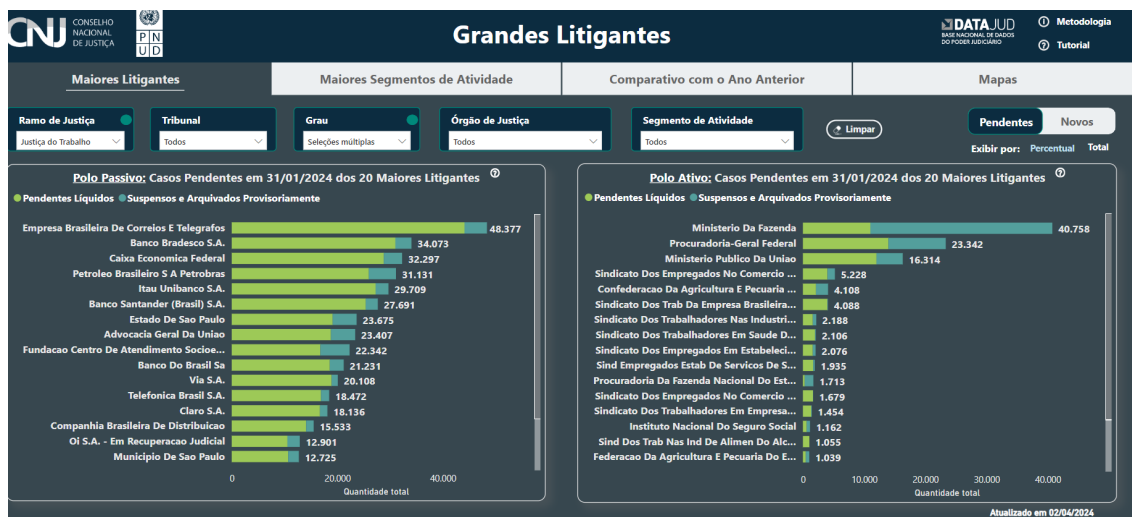
Em todos os filtros, é possível usar o recurso de busca por digitação do nome desejado, clicando na seta do campo e digitando na lupa da respectiva caixa:

Figura 250 – Painel Grandes Litigantes – Aba “Maiores Litigantes”, opção “Segmento de Atividade”



Exemplo: maiores litigantes da Justiça Trabalhista, com processos pendentes, em números absolutos.

Figura 251 – Painel Grandes Litigantes – Aba “Maiores Litigantes”, exemplo com dados da Justiça do Trabalho

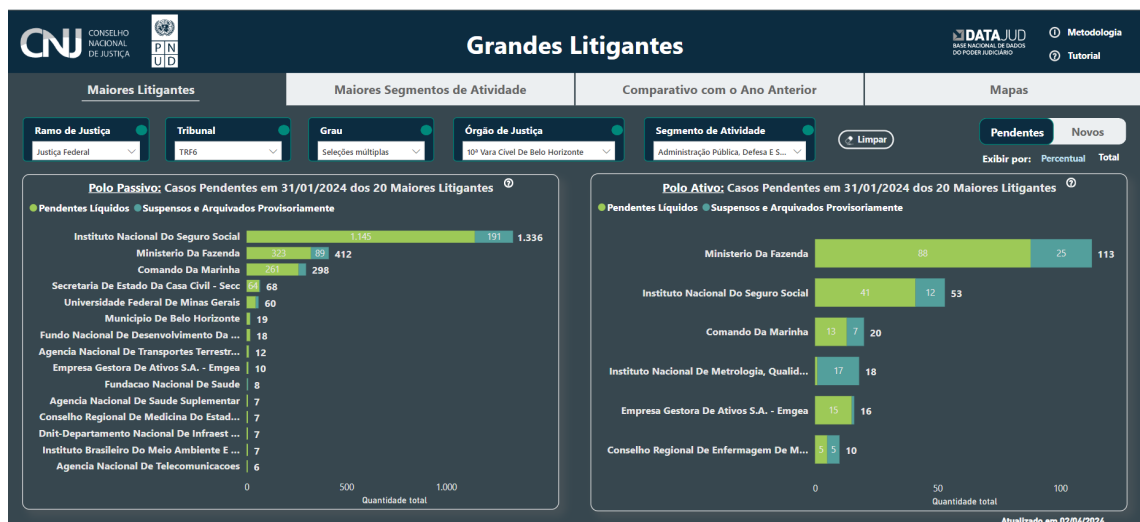


Os demais filtros (tribunal, grau, órgão e segmento de justiça) podem ser aplicados simultânea ou separadamente, conforme a necessidade da exibição, como no exemplo a seguir, com aplicação dos seguintes filtros para a aba Maiores Litigantes:

- ▶ Pendentes;

- ▶ Total;
- ▶ Ramo: Justiça Federal;
- ▶ Tribunal: TRF 6;
- ▶ Grau: primeiro grau e Juizado Especial (seleções múltiplas);
- ▶ Órgão: 10ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte/MG;
- ▶ Segmento de atividade: administração pública, defesa e seguridade social.

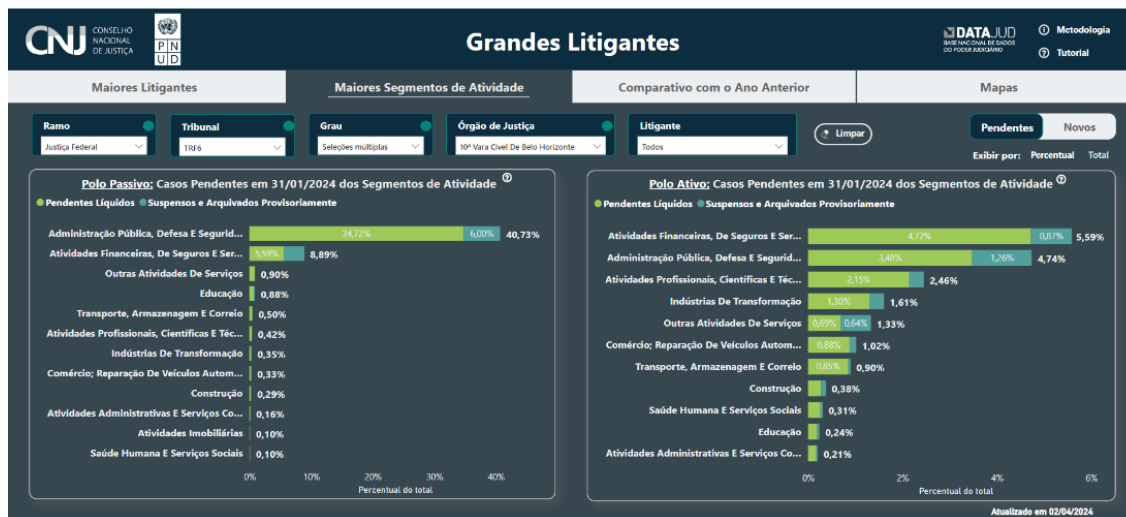
Figura 252 – Painel Grandes Litigantes – Aba “Maiores Litigantes”, exemplo com dados do TRF6



Também é possível exibir a soma de mais de um item em cada um dos filtros indicados, ou seja, exibir o *ranking* com dois ou mais ramos de justiça; dois ou mais tribunais; dois ou mais graus; dois ou mais órgãos e dois ou mais segmentos de atividades, devendo, sempre que necessário, fazer uso do ícone “Limpar”, para zerar todos os filtros ou utilizar o ícone “borracha” acima de cada um dos filtros para fazer a limpeza individual de cada um dos campos.

No que diz respeito à aba “Maiores Segmentos de Atividades”, por esta, exibe-se o *ranking* a partir dos ramos de atividades que mais demandam e são demandados judicialmente no Brasil. A pesquisa pormenorizada funciona como na aba “Maiores Litigantes”, com a mesma lógica de opções por casos pendentes e novos; números absolutos e percentual; também sempre com o *ranking* do polo passivo e outro do polo ativo. Do mesmo modo, os filtros de ramo de justiça, tribunal e grau podem ser aplicados, como no exemplo a seguir:

Figura 253 – Painel Grandes Litigantes – Aba “Maiores Segmentos de Atividades”, exemplo com uso dos filtros



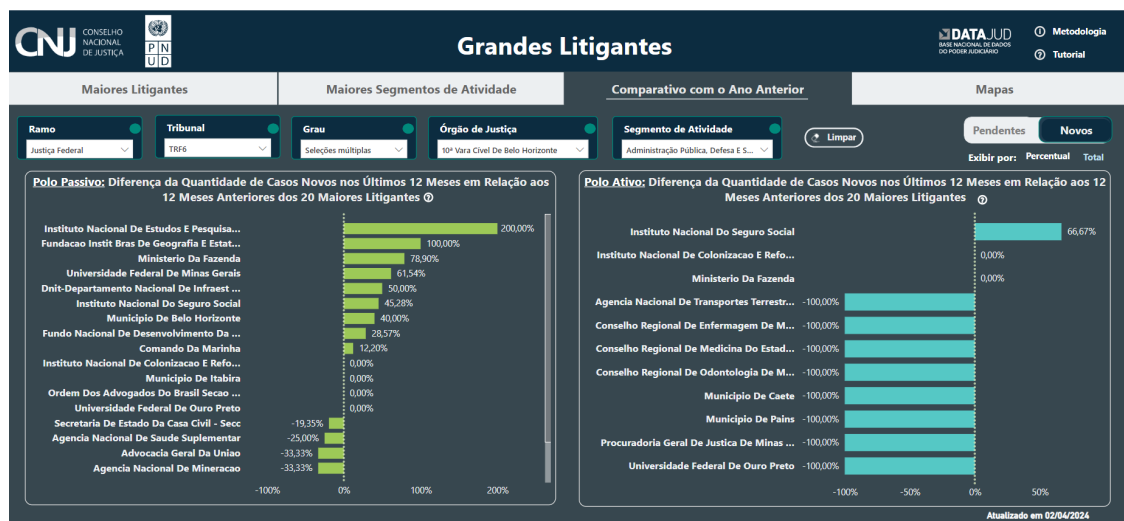
Selecionada a aba “Comparativo com o Ano Anterior”, é possível escolher o *ranking* referente aos processos pendentes ou aos casos novos.

Se selecionado “pendentes”, será exibida e situação de cada litigante no mês de referência em comparação à própria situação no mesmo mês de um ano atrás (diferença de casos do mês referência do painel em relação à situação de 12 meses atrás ao marco temporal).

Ou seja, por esta aba, se o painel apresenta dados de maio de 2024, a comparação será feita com os processos pendentes daquela parte em maio de 2023. Se selecionado “casos novos”, o painel mostra a diferença da quantidade de casos novos dos últimos 12 meses em relação à quantidade de casos novos nos 12 meses anteriores.

Aqui também será possível visualizar o *ranking* tanto para polo passivo quanto para polo ativo. Igualmente, o(a) usuário(a) poderá acionar os demais filtros: ramo de justiça, tribunal, grau, órgão e segmento de atividades e os números serão exibidos em duas opções: percentual ou total.

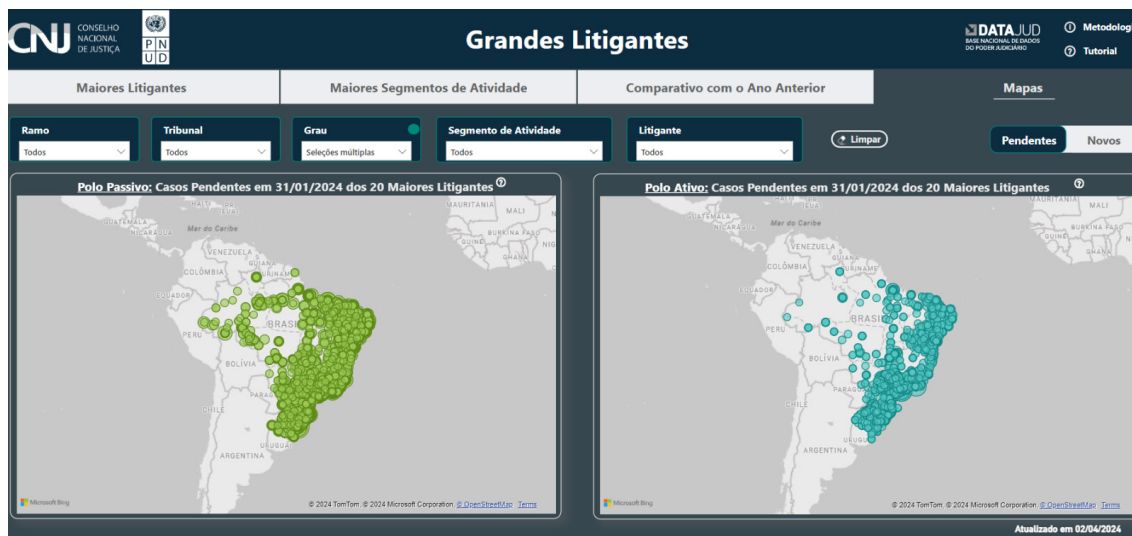
Figura 254 - Painel Grandes Litigantes – Aba “Comparativo com o Ano Anterior”, exemplo com uso dos filtros



A aba “Mapas”, por seu turno, permite visualizar, por meio cartográfico, a distribuição quantitativa dos processos de determinado segmento de atividade e ou litigante por órgão em cada localidade.

Ao selecionar um segmento e/ou litigante dentro de um determinado tribunal, o mapa destacará (por círculos coloridos) os órgãos de determinada localidade onde se encontram distribuídos os respectivos processos. O tamanho dos círculos indica a quantidade de processos, ou seja, círculos maiores para maiores quantidades de processos. Ao passar o mouse sobre os círculos, será exibida uma caixa com a quantidade, em números absolutos, de processos em tramitação naquele determinado órgão.

Figura 255 - Painel Grandes Litigantes - Aba “Mapas”, exemplo com uso dos filtros

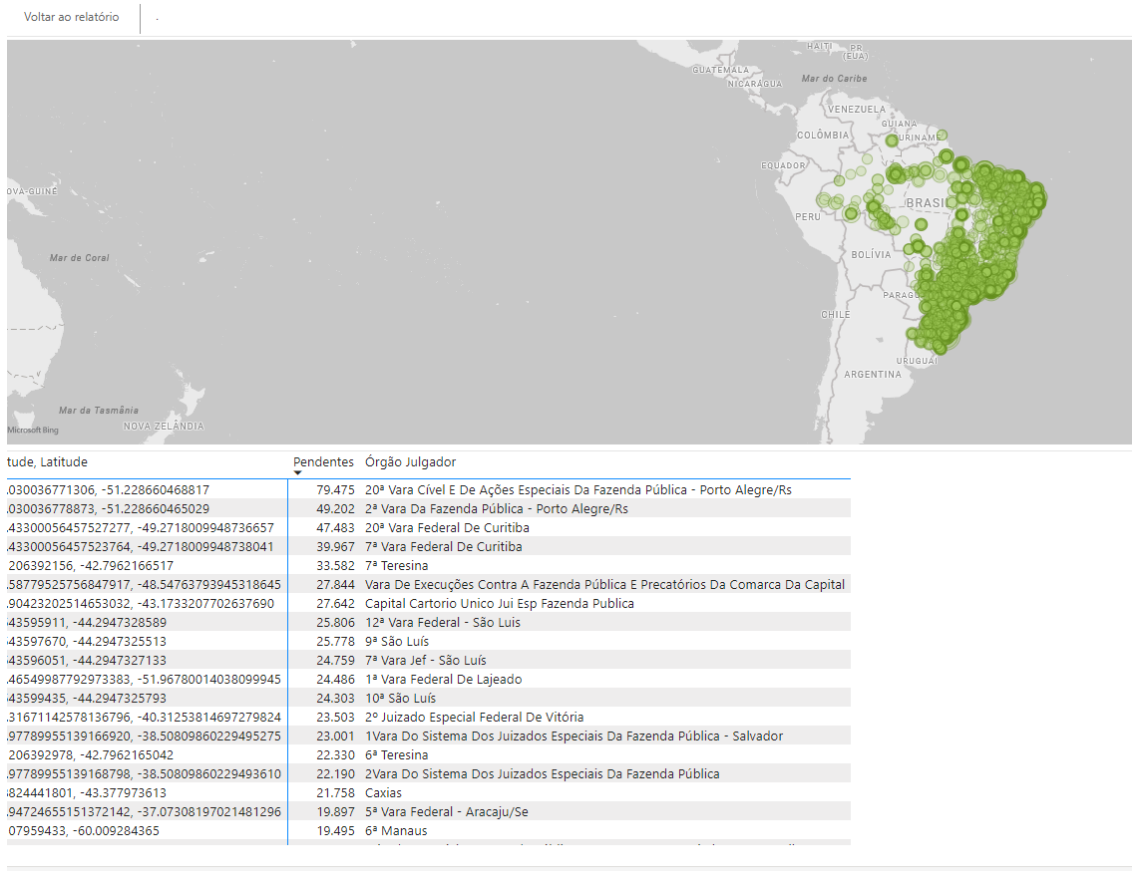


Ainda na aba “Mapas”, sobre a distribuição de processos de determinado segmento e/ou litigante por localidade/órgão, é possível acessar dois tipos de relatórios: um mais simplificado, com quantidade de processos por órgão daquela localidade e outro mais detalhado, cuja tabela reflete todos os filtros utilizados (ramo de justiça, órgão grau, segmento etc.). Para exibir o primeiro tipo de relatório (simplificado), deve-se:

1. Passar o mouse sobre qualquer lugar do mapa, já com os filtros desejados selecionados (ramo de justiça, tribunal, segmento de atividade e/ou litigante e, ainda se pendentes ou novos, observando-se o *ranking* desejado de polo passivo ou ativo – colunas da esquerda e direita respectivamente);
2. Clicar com o lado direito do mouse, quando abrirá uma caixa com a opção “mostrar como uma tabela”;
3. Clicar em “mostrar como uma tabela”.

Será exibido relatório com a distribuição quantitativa dos processos referentes aos filtros selecionados por órgão daquela localidade, conforme exemplo seguinte.

Figura 256 - Painel Grandes Litigantes - Aba “Mapas”, exemplo com dados em formato de tabela



Para retornar ao mapa, clicar em “voltar ao relatório” no canto esquerdo superior da tela.

Quanto ao relatório mais detalhado, com os filtros desejados selecionados (ramo de justiça, tribunal, segmento de atividade e/ou litigante e, ainda se pendentes ou novos, observando-se o ranking desejado de polo passivo ou ativo – colunas da esquerda e direita respectivamente):
 i) passar o mouse sobre o círculo da localidade desejada e clicar em “mostrar o ponto de dados como uma tabela”;
 ii) a tabela exibida apresentará a distribuição dos processos em cada um dos órgãos daquela localidade e demais colunas com informações mais detalhadas.

No formato mais detalhado, vemos a distribuição quantitativa dos processos do segmento de atividade, com os respectivos nomes dos litigantes. Para retornar ao mapa, clicar em “voltar ao relatório”.

Mais informações sobre a metodologia de cálculo e de geração dos dados podem ser consultadas no documento disponível no ícone “metodologia”, no canto direito superior do Painel:

Figura 257 - Painel Grandes Litigantes - Opção "Metodologia"



O tutorial está também disponível em: <https://grandes-litigantes.stg.cloud.cnj.jus.br/doc/tutorial-grandes-litigantes.pdf> e outras informações estão acessíveis nos vídeos: <https://www.youtube.com/watch?v=Ag1V98WgnW4> e https://www.youtube.com/watch?v=OEjRYKZRWr0&list=PLlJgviu9EmVI1bSLa36hrCd8_Pznt_kOJ&index=13

18.2 PAINEL DE ESTATÍSTICAS DO PODER JUDICIÁRIO

Pelo Painel, é possível a consulta pública de dados processuais disponíveis nos tribunais brasileiros, auxiliando na gestão interna das unidades judiciárias e em pesquisas sobre, por exemplo, quantidade de processos em tramitação, quantos já foram julgados e como está o desempenho e a produtividade em determinado segmento de justiça, tribunal ou vara.

As principais abas do Painel de Estatísticas Judiciárias, que trazem os respectivos números, são:

- ▶ **Gestão Processual:** processos novos, pendentes, suspensos e arquivados provisoriamente, conclusos, redistribuídos, julgados e baixados.
- ▶ **Produtividade:** decisões, despachos, audiências, liminares, audiências conciliatórias, recursos internos e processos sem movimentação há mais de 50 dias e os 5% mais antigos, por órgão julgador.
- ▶ **Indicadores:** Taxas de Congestionamento Bruta e Líquida e o Índice de Atendimento à Demanda, além de dados sobre o formato de processos em meio eletrônico e físico.
- ▶ **Tempos:** tempo médio de tramitação processual.
- ▶ **Classes:** processos por classe processual.
- ▶ **Assuntos:** processos por assunto processual.

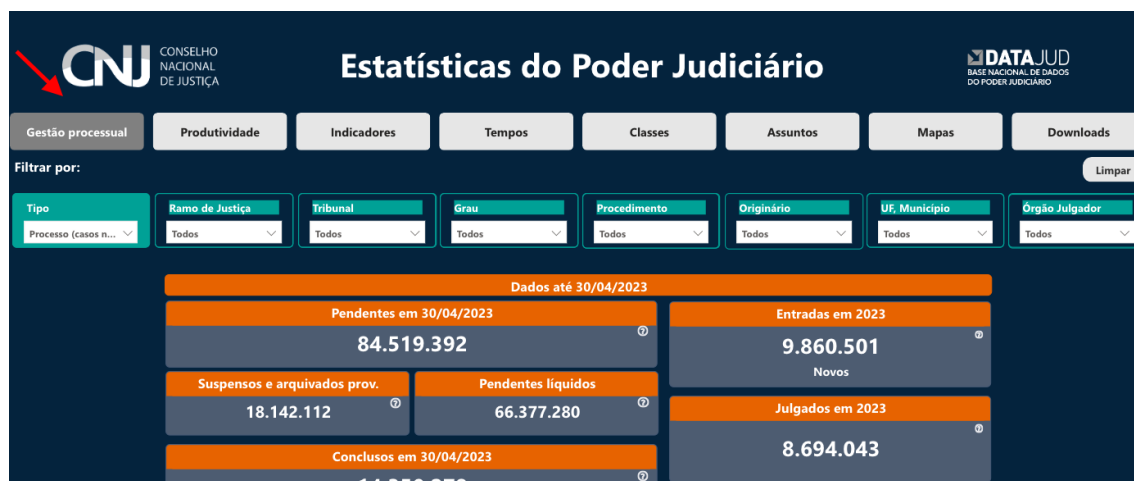
Observação: cabe esclarecer que a contagem é feita por assunto e que, caso o mesmo processo contenha mais de um assunto informado, todos serão contabilizados.

- ▶ **Mapas:** consulta, de forma visual e interativa, a dados processuais de cada ramo de justiça, tribunal e órgão judiciário, notadamente os indicadores de processos novos, pendentes, acervo eletrônico pendente, Índice de Atendimento à Demanda e Taxa de Congestionamento.
- ▶ **Download:** possibilita examinar diretamente os arquivos em Excel contendo listagem dos processos novos, julgados, pendentes, baixados, conclusos, 5% mais antigos e sem movimentação há mais de 50 dias de cada unidade judiciária do tribunal.

Observação: a aba contém, ainda, relatórios consolidados dos tribunais, bem como dados abertos utilizados para alimentar o Painel (tabelas de alimentação dos dados, da aba de Classes e da aba de Assuntos).

- ▶ **Parametrização e Dicionário:** permite acessar documentos com detalhes sobre a parametrização do Painel, a visualização das situações processuais formadas através dos movimentos, a parametrização de classes processuais e o dicionário dos indicadores do Painel.

Figura 258 – Painel Estatísticas do Poder Judiciário

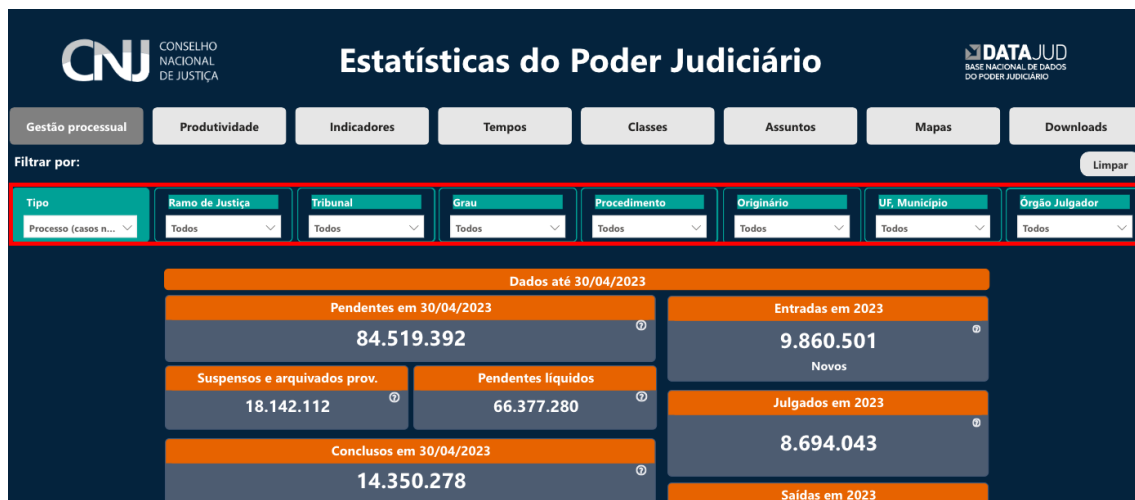


Sobre os filtros, que podem ser aplicados simultaneamente, os mais utilizados seguem abaixo descritos:

- ▶ Tipo: Processo ou Procedimento

- ▶ Ramo de justiça: Estadual, Federal, Eleitoral, do Trabalho, Militar Estadual, Militar da União e Tribunais Superiores
- ▶ Tribunal: por exemplo, TJSP, TRF4, TRT3, STM
- ▶ Grau de jurisdição: 1º Grau, 2º Grau, Juizado Especial, Turma Recursal e demais
- ▶ Natureza: conhecimento criminal, conhecimento não criminal, execução fiscal, execução judicial, execução extrajudicial não fiscal, execução penal e demais
- ▶ Originário: originário e recursal
- ▶ Unidades federativas e municípios-sede
- ▶ Processo originário ou recursal
- ▶ Órgão julgador: varas, juizados especiais, auditorias militares, zonas eleitorais, turmas recursais, gabinetes e secretarias de órgãos fracionários (turmas, seções especializadas, tribunal pleno etc.)

Figura 259 – Painel Estatísticas do Poder Judiciário – Aba “Gestão Processual”, opções de filtro



Vale registrar que, em termo de recorte temporal, o Painel de Estatística apresenta dados (1) a partir do envio periódico pelos tribunais; (2) recebimento desses dados de forma correta pelo Datajud; (3) processamento interno dos dados pelo Datajud e (4) publicação de atualização do Painel. Conta, ainda, com uma linha de corte das situações processuais, independente das datas

de envio pelos tribunais. A data de corte da situação processual, é a que aparece no centro da tela, sem o uso de nenhum filtro temporal.

No exemplo abaixo, significa que o Painel está mostrando a situação processual em 29/2/2024, indicando que existiam 82.788.886 de processos na situação de pendente em todos os ramos de justiça:

Figura 260 – Painel Estatísticas do Poder Judiciário – Aba “Gestão Processual”, situação processual



O Painel permite a pesquisa da situação processual nos ramos, tribunais e unidades judiciárias por meio de outras datas de corte (período/mês/ano), para os indicadores das abas Gestão Processual, Produtividade, Indicadores e Tempos, limitadas a janeiro de 2020.

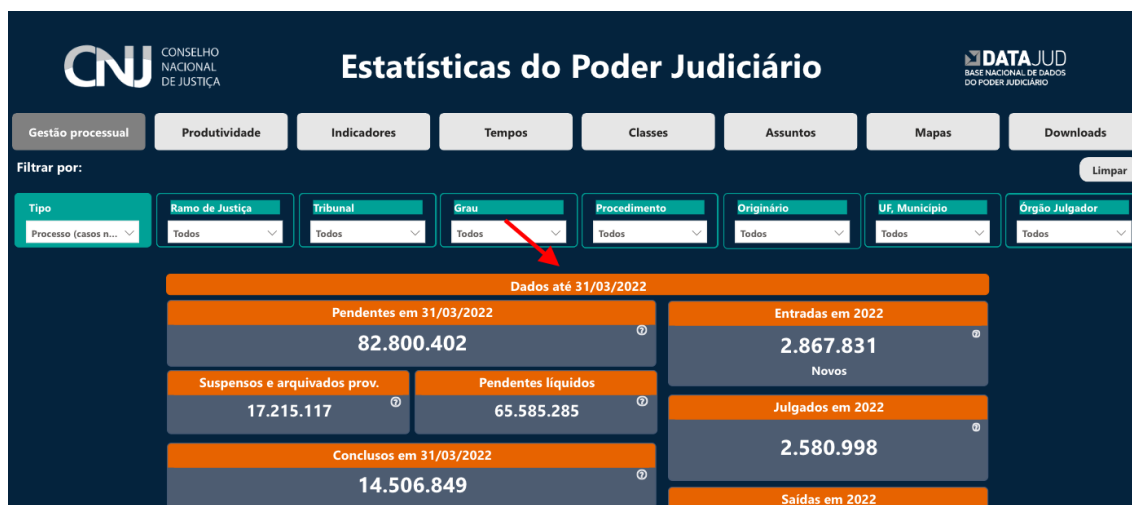
Para tanto, na série histórica, basta clicar no círculo verde da data desejada e todos os indicadores trarão os respectivos dados correspondentes. No exemplo abaixo, foi selecionado março de 2022.

Figura 261 – Painel Estatísticas do Poder Judiciário – Aba “Gestão Processual”, série histórica de casos novos



Com a seleção de março de 2022 na série histórica, todos os demais indicadores da aba evidenciam os dados correspondentes a março de 2022, indicando que, naquela data, havia 82.800.402 de processos na situação de pendente em todos os ramos de justiça no Brasil, como se vê abaixo:

Figura 262 – Painel Estatísticas do Poder Judiciário – Aba “Gestão Processual”, dados de 2022



Para desmarcar a data selecionada, basta clicar novamente no mesmo círculo na série histórica.

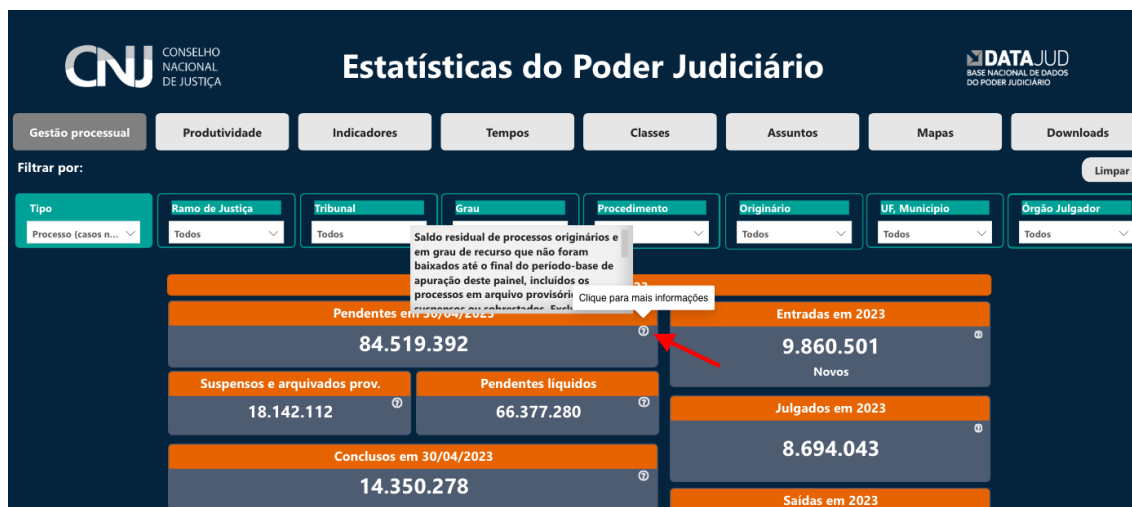
Nas abas Classes e Assuntos, é possível realizar a pesquisa por ano, também desde 2020.

Figura 263 – Painel Estatísticas do Poder Judiciário – Aba “Classes”



Como nos demais principais painéis do CNJ, o Painel veicula ícones explicativos. No exemplo abaixo, exibe-se a explicação do cálculo dos processos considerados pendentes para fins do presente Painel:

Figura 264 – Painel Estatísticas do Poder Judiciário – ícones explicativos



Ainda de modo a elucidar ao máximo as potencialidades de busca no Painel de Estatísticas, serão decompostas algumas das principais abas, iniciando-se pela aba “Gestão Processual” que disponibiliza dados sobre:

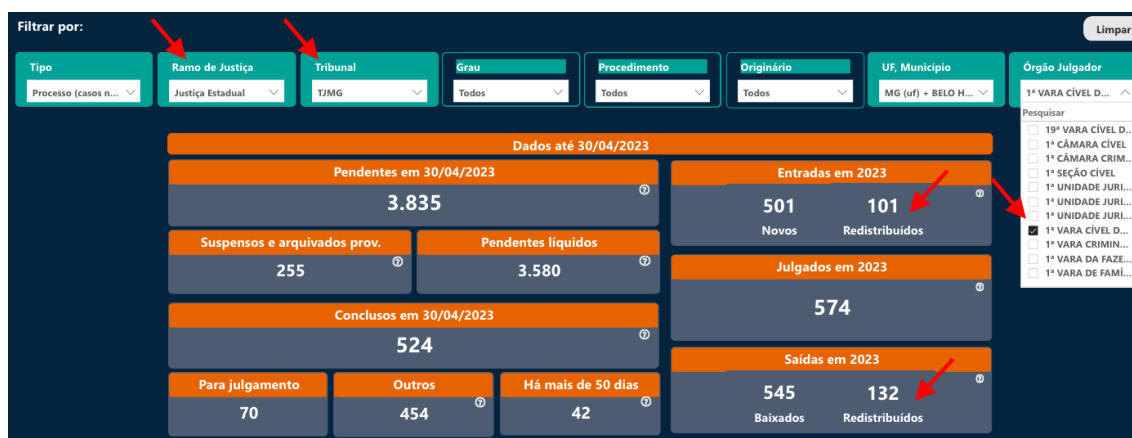
A) Pendentes totais

A.1) Suspensos e arquivados provisoriamente

- A.2) Pendentes líquidos
- B) Conclusos totais
 - B.1) Para julgamento
 - B.2) Outros
 - B.3) Há mais de 50 dias
- C) Entradas (processos novos e redistribuídos de entrada nas unidades judiciárias)
- D) Julgados
- E) Saídas (baixados e redistribuídos de saída nas unidades judiciárias)

Ao selecionar os filtros ramo de justiça, tribunal e órgão julgador, os cards de entradas e saídas registrarão tanto o quantitativo de processos novos e baixados quanto o respectivo quantitativo de processos redistribuídos da unidade judiciária selecionada, conforme a ilustração abaixo (Justiça Estadual>TJMG>MG-Belo Horizonte>1 Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, em 30/4/2023):

Figura 265 - Painel Estatísticas do Poder Judiciário - Aba "Gestão Processual" com múltiplos filtros selecionados

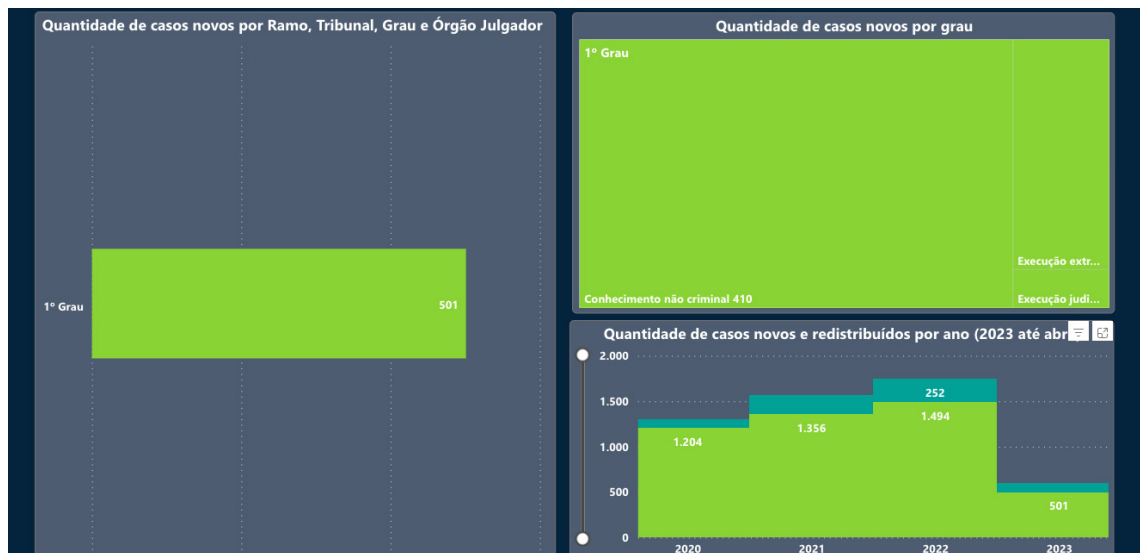


Para cada indicador, o Painel mostra gráficos com os seguintes recortes:

- ▶ Quantidade de casos por ramo, tribunal, grau e órgão julgador

- ▶ Quantidade de casos por grau
- ▶ Quantidade de casos por ano
- ▶ Série histórica de casos por mês

Figura 266 - Painel Estatísticas do Poder Judiciário - Aba "Gestão Processual", gráficos e série histórica por mês



Na aba "Produtividade", que possui as mesmas operacionalidades da aba Gestão Processual, ou seja, para explorá-la, é só seguir os mesmos passos de busca acima. Na aba, são disponibilizados dados processuais de deliberações e atos processuais realizados nas situações que se enquadrem como:

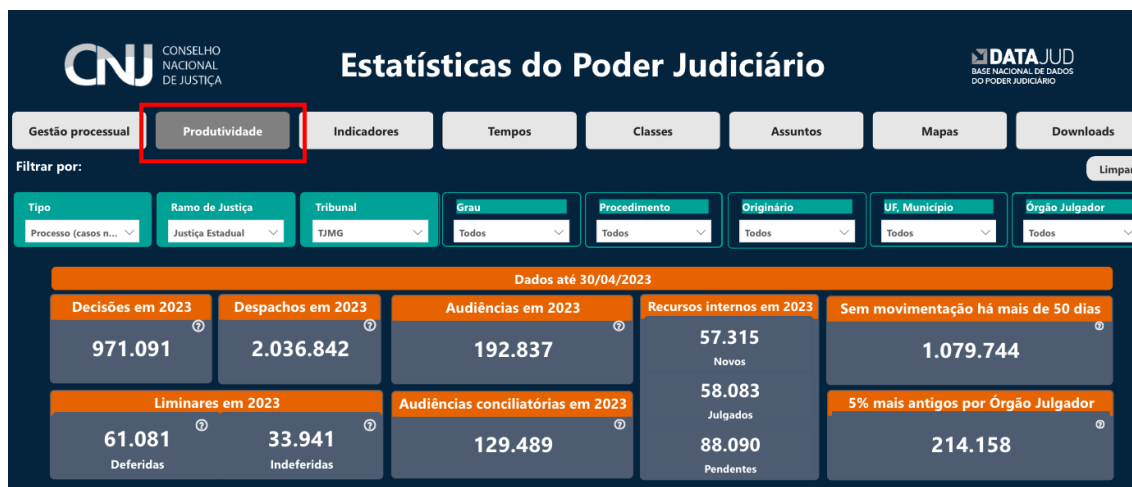
- Decisões
- Despachos
- Liminares (deferidas e indeferidas)
- Audiências
- Audiências conciliatórias
- Recursos internos (novos, julgados e pendentes)

G) Sem movimentação há mais de 50 dias

H) 5% mais antigos por órgão julgador

No exemplo abaixo, os dados de Produtividade do TJMG em 30/4/2024:

Figura 267 - Painel Estatísticas do Poder Judiciário - Aba "Produtividade"



Na aba "Indicadores", é possível visualizar dados relacionados à capacidade de desobstruir a tramitação processual, além de dados sobre o formato de processos em meio eletrônico e físico – também por ramo, tribunal, grau e comparativo da série histórica desde janeiro de 2020:

- ▶ Percentual de processos eletrônicos, que traz:
 - › Quantidade de casos por formato de tramitação
 - › Percentual de casos por grau de jurisdição

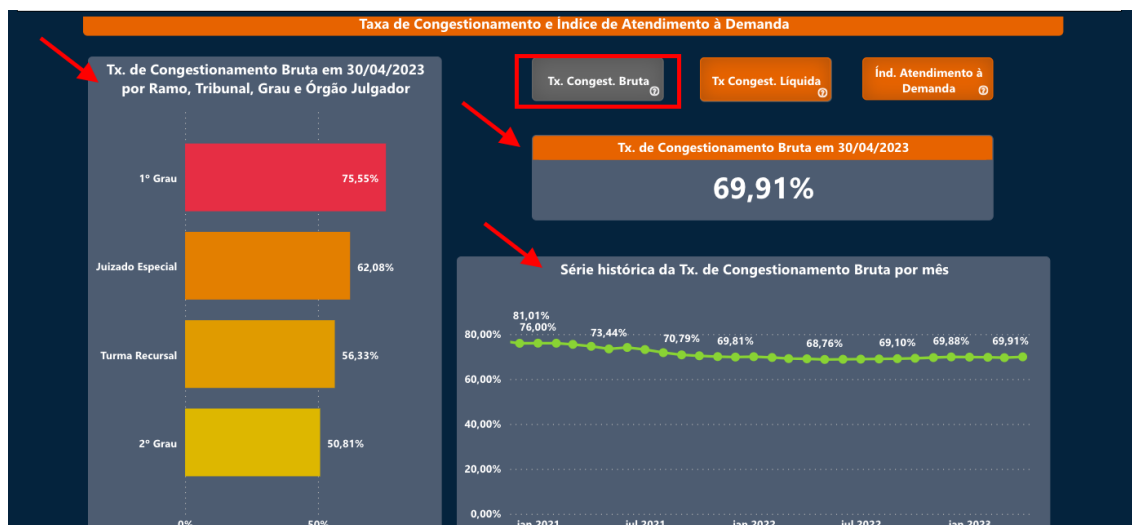
Figura 268 – Painel Estatísticas do Poder Judiciário – Aba “Indicadores”



- ▶ Taxas de congestionamento e atendimento à demanda, também por ramo, tribunal, grau, órgão julgador, além da série histórica dos seguintes indicadores:
 - > Taxa de Congestionamento Bruta
 - > Taxa de Congestionamento Líquida
 - > Índice de Atendimento à Demanda

O exemplo abaixo mostra a Taxa de Congestionamento Bruta do TJMG, em 30/4/2023.

Figura 269 – Painel Estatísticas do Poder Judiciário – Aba “Indicadores”, dados sobre Taxa de Congestionamento e IAD



Pela aba “Tempos”, são demonstrados dados referentes ao tempo de tramitação processual:

- ▶ Tempo médio entre o início do processo e o primeiro julgamento
- ▶ Tempo médio entre o início do processo e a primeira baixa
- ▶ Tempo médio do pendente líquido
- ▶ Tempo médio do pendente

Figura 270 – Painel Estatísticas do Poder Judiciário - Aba “Tempos”



A exemplo das abas indicadas anteriormente, os gráficos apontam esses indicadores, também por ramo, tribunal, grau e órgão julgador e apresenta a série histórica.

Figura 271 – Painel Estatísticas do Poder Judiciário - Aba “Tempos”, opções de gráficos

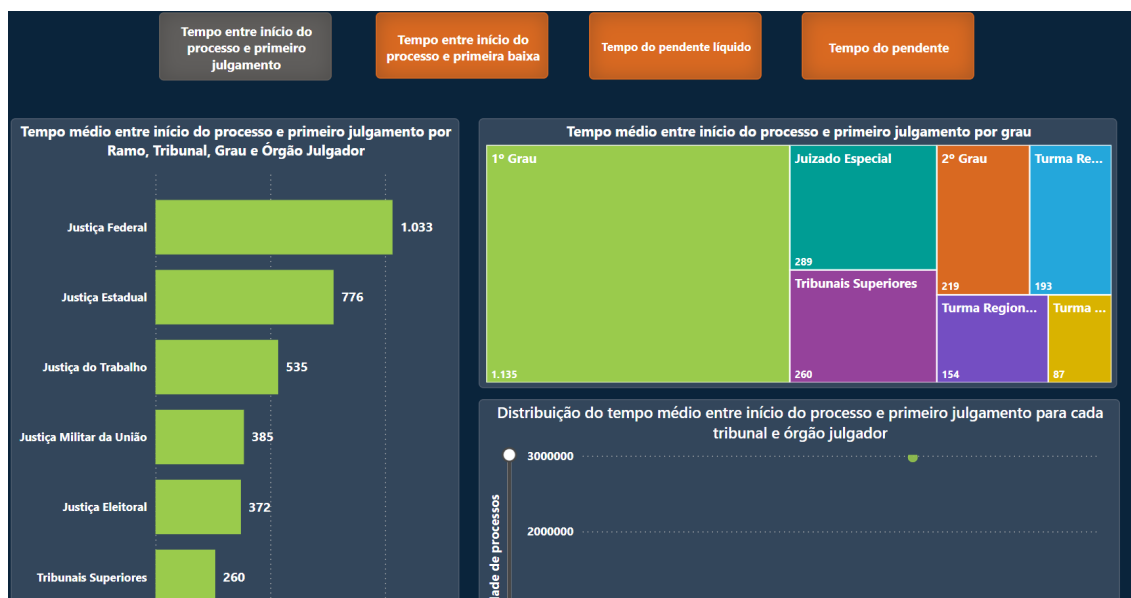
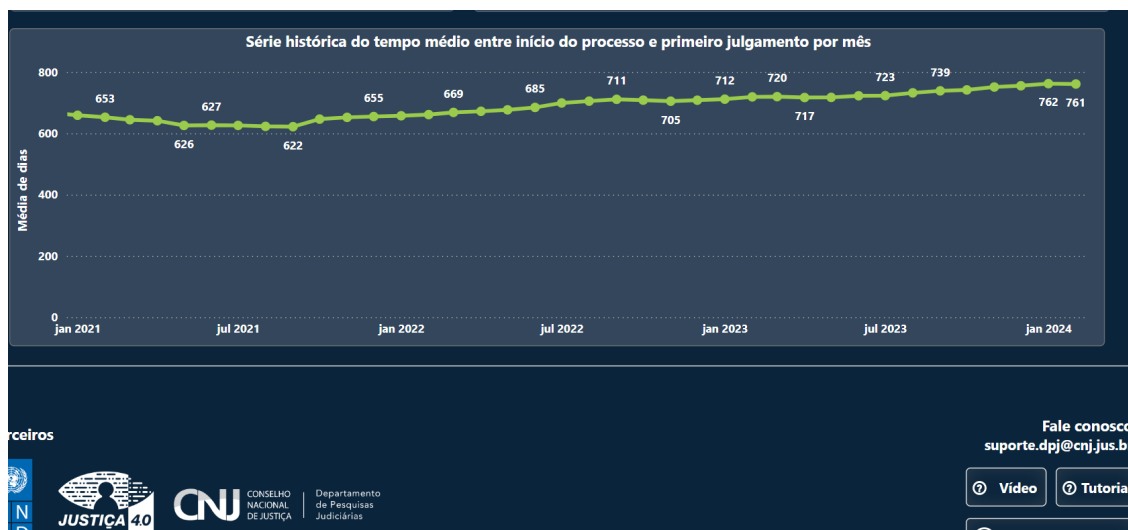


Figura 272 – Painel Estatísticas do Poder Judiciário - Aba “Tempos”, série histórica mensal



Quanto às abas “Classes e Assuntos”, referem-se à classificação por classes e assuntos dos processos que compõem o Painel, obedecendo às regras das Tabelas Processuais Unificadas (TPUs) - instituídas pela Resolução CNJ nº 46, de 18 de dezembro de 2007, visando à padronização e à uniformização taxonômica e terminológica nos sistemas processuais.

Para fins metodológicos, a aba de Classes traz todas as classes da TPU. Na aba Assuntos, a contagem é feita por assunto e, caso o mesmo processo contenha mais de um assunto informado, todos serão contados.

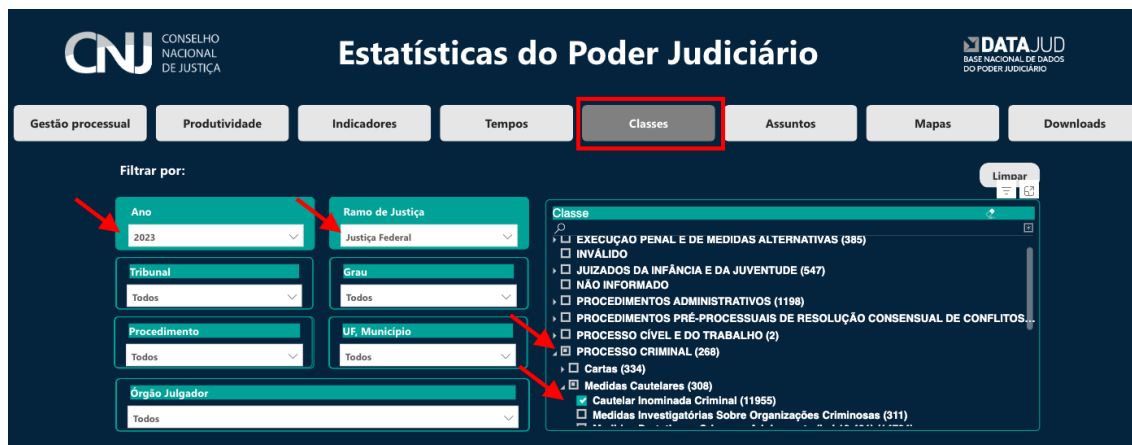
São apresentados todos os assuntos registrados nos processos independentemente do nível do assunto na TPU. No entanto, nos indicadores de tempo, Taxa de Congestionamento e Índice de Atendimento à Demanda, somente são exibidos os assuntos de terceiro nível ou mais ou aqueles enquadrados nas regras de exceção, a exemplo de dívida ativa.

Nas demais abas do Painel, são contabilizadas apenas as classes parametrizadas, conforme o documento Parametrização-classe (<https://www.cnj.jus.br/sistemas/datajud/parametrizacao/>). As abas Classes e Assuntos possuem, ainda, filtros independentes entre si e entre as demais abas do Painel, com dados abertos independentes, que podem ser acessados na aba de Downloads.

Nos filtros “Classes” e “Assuntos”, é possível filtrar pelos tipos e subtipos desejados, por ano, ramo de justiça, tribunal, órgão julgador etc., facultada-se, ainda, abrir subtipos dentro dos grandes tipos. Ou digitar na lupa o tipo desejado.

No exemplo a seguir, dados da aba Classes de 2023 da Justiça Federal referentes à Cautelar Inominada Criminal (caminho: Processo Criminal > Cautelar Inominada Criminal)

Figura 273 – Painel Estatísticas do Poder Judiciário – Aba “Classes”, opções de filtros



Mais abaixo, o Painel apresenta dados detalhados da classe/assunto selecionado, pelos indicadores casos novos, julgados, baixados, pendentes e pendentes líquidos, por classe, por tribunal, quantidade de casos por ano, para as 5 maiores classes ou assuntos e por grau. No exemplo abaixo, os dados referentes à 2023, Justiça Federal, classe Cautelar Inominada Criminal, considerados casos novos:

Figura 274 – Painel Estatísticas do Poder Judiciário – Aba “Classes”, exemplo na Justiça Federal

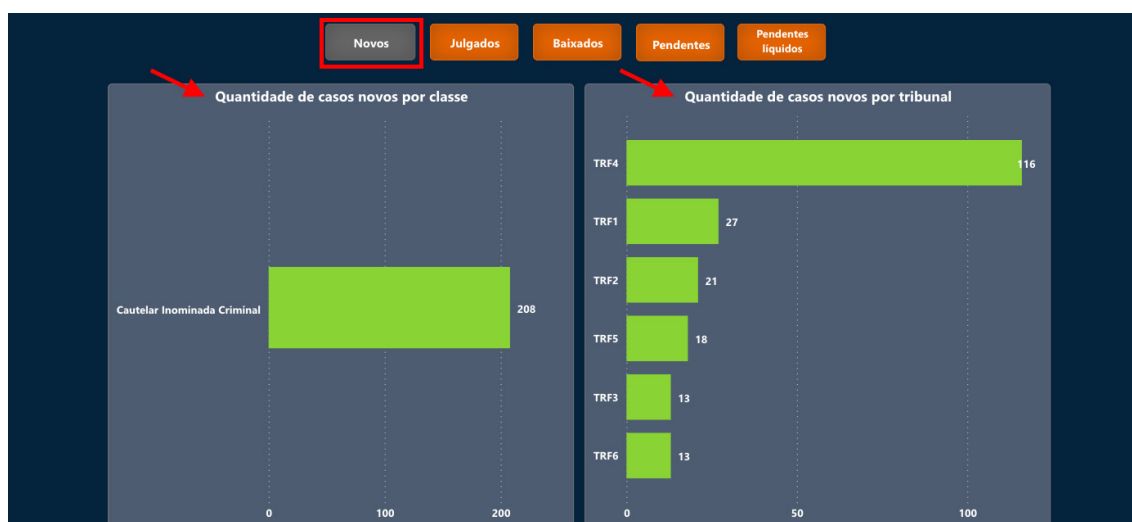
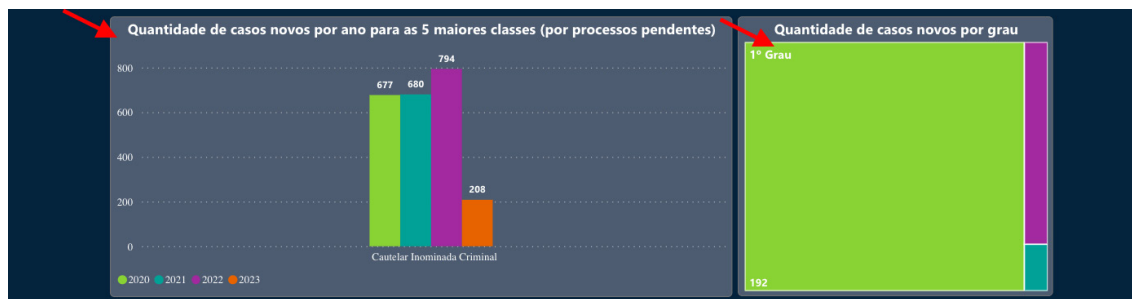


Figura 275 – Painel Estatísticas do Poder Judiciário – Aba “Classes”, opções de gráficos



Seguindo, é possível identificar taxas de congestionamento e tempos médios dos processos na classe/assunto selecionado:

Figura 276 – Painel Estatísticas do Poder Judiciário – Aba “Classes”, dados de Taxa de Congestionamento e Tempos processuais

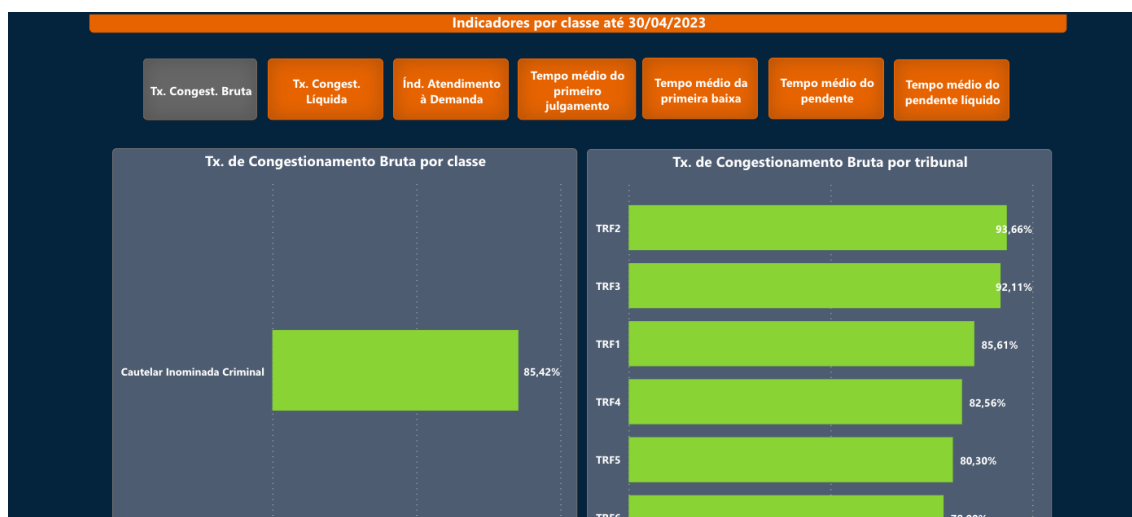
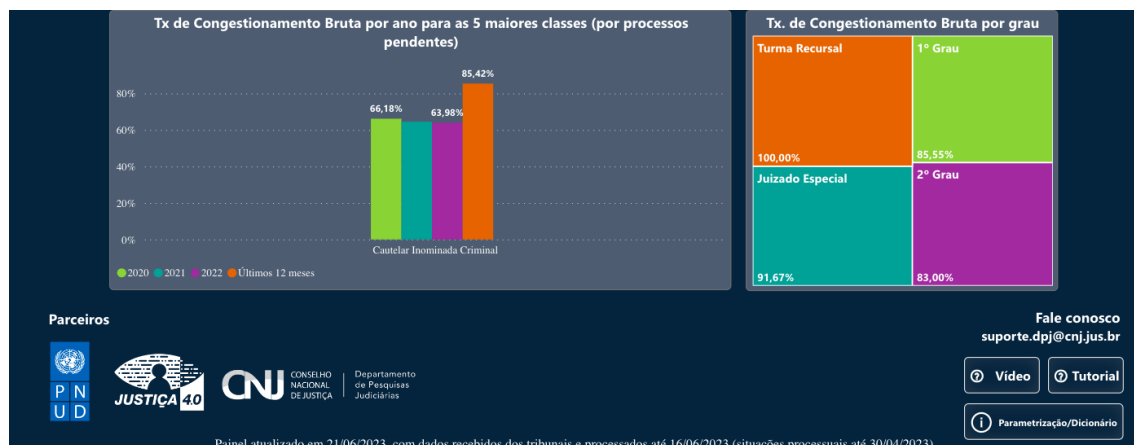


Figura 277 - Painel Estatísticas do Poder Judiciário - Aba "Classes", dados de Taxas de Congestionamento Bruta e Líquida



Caso nenhuma classe/assunto seja selecionada, as abas classe/assunto mostrarão os dados na forma de ranking dentro do ramo, tribunal, grau selecionados. No exemplo abaixo, o Painel apresenta o ranking das classes na Justiça Federal, no ano de 2023, em casos novos, bem como sua distribuição dentro dos tribunais da Justiça Federal (quadro da esquerda):

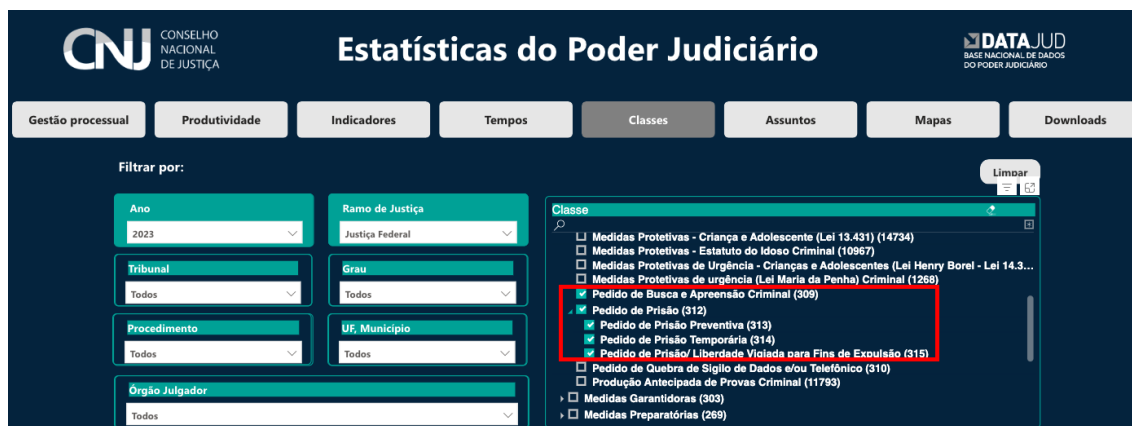
Figura 278 - Painel Estatísticas do Poder Judiciário - Aba "Classes", casos novos por classe e tribunal



Nas abas classe e assunto, também é possível pesquisar mais de uma classe/assunto somados e todos os quadros irão refletir essa distribuição/soma. No exemplo abaixo foram selecionados dados da Justiça Federal, de 2023 para as classes Pedido de Busca e Apreensão Criminal e três

tipos de pedidos de prisão: Pedido de Prisão Preventiva, Pedido de Prisão Temporária e Pedido de Prisão/Liberdade Vigiada para fins de Expulsão.

Figura 279 – Painel Estatísticas do Poder Judiciário – Aba “Classes”, opções de múltiplas seleções de classe



A aba “Mapas”, disponibiliza, de forma visual e interativa no mapa do Brasil, dados quantitativos de processos de cada ramo de justiça, tribunal e órgãos judiciários, nas seguintes situações:

- A) Novos
- B) Pendentes
- C) Acervo eletrônico pendente
- D) Índice de Atendimento à Demanda
- E) Taxa de Congestionamento Líquida

As instruções de uso das funcionalidades e informações detalhadas da aba estão disponíveis ao clicar no ícone localizado no canto superior direito da página.

Figura 280 – Painel Estatísticas do Poder Judiciário – Aba “Mapas”



A aba Mapas reproduz dados já contidos nas abas de Gestão Processual (i.e., processos novos e pendentes) e indicadores (i.e., Índice de Atendimento à Demanda, acervo eletrônico pendente e Taxa de Congestionamento Líquida). Em todas, é possível acessar a quantidade de casos nos últimos 12 meses:

- ▶ Por ramo de justiça
- ▶ Por tribunal
- ▶ Por unidade judiciária

Já a aba “Downloads” disponibiliza arquivos em Excel dos processos de cada unidade judiciária do tribunal consultado no Painel. As listas de processos retornadas podem ser por indicador em cada órgão julgador: utilizando os filtros “indicador” e “órgão julgador, nas seguintes situações:

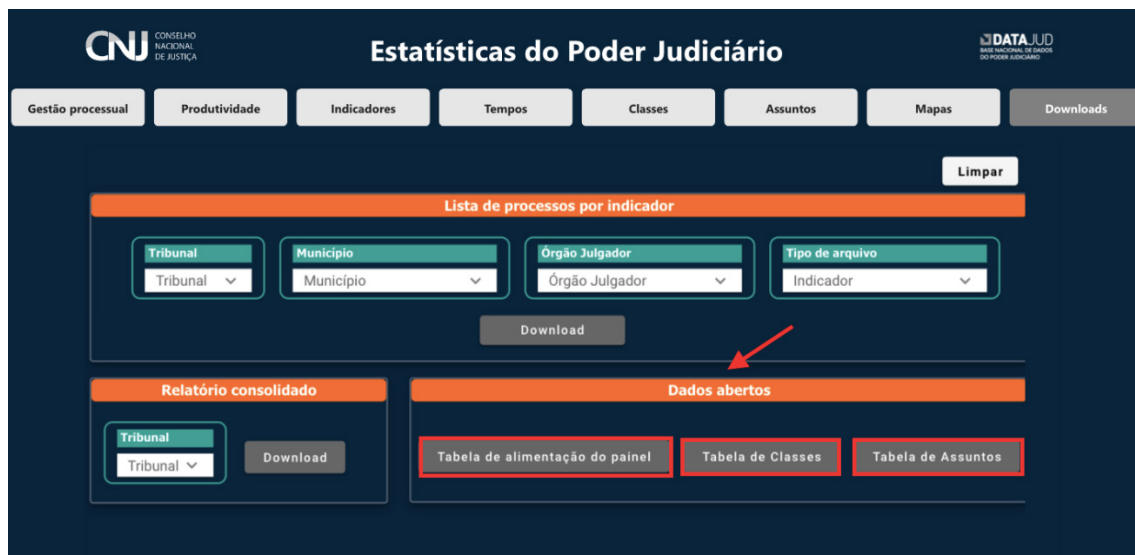
- ▶ Novos
- ▶ Julgados
- ▶ Pendentes
- ▶ Pendentes líquidos
- ▶ Baixados

- ▶ Conclusos
- ▶ 5% mais antigos
- ▶ Sem movimentação há mais de 50 dias

Para melhor pesquisa, é possível usar os filtros tribunal, grau e UF, município.

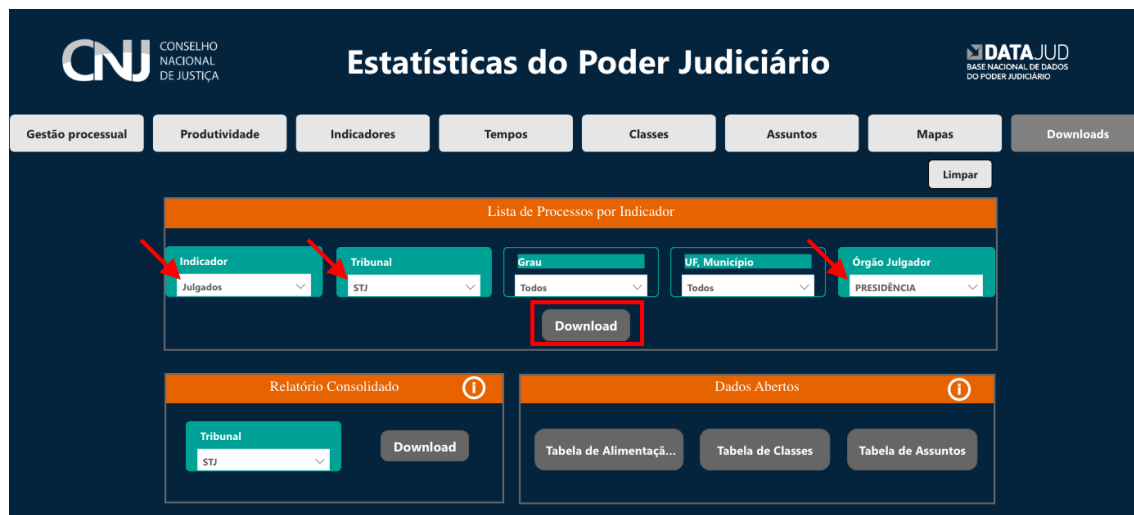
A aba disponibiliza, ainda: i) relatórios consolidados por tribunal e ii) tabelas de dados abertos que alimentam o Painel: as tabelas de Alimentação do Painel, de Classes e de Assuntos.

Figura 281 - Painel Estatísticas do Poder Judiciário - Aba "Downloads", opções de download de dados abertos



No exemplo abaixo, foi feito download de processos julgados pela Presidência do STJ:

Figura 282 – Painel Estatísticas do Poder Judiciário – Aba “Downloads”, opções de filtro para download de listas por processo



O arquivo baixado permite também a utilização de filtros para visualização dos dados de forma detalhada, como ano, classes etc. Abaixo, a lista de processos julgados na OJ Presidência do STJ:

Figura 283 – Painel Estatísticas do Poder Judiciário – Aba “Downloads”, formato do arquivo baixado

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U
1	Ano	Mês	Data de Refe Tribunal	Nome Org.o	Código Org.	id_municipio	Município	UF	Grau	Formato	Procediment Processo	Códigos assu	Códigos clas	Código da 'T'	Nome da 'Hima classe CN					
2	2022	2	10/02/2022	STJ	PRESID NCA	76789	743 BRASÓLIA	DF	SUP	Eletrônico	Conhecimento 0001264-52.	(3608)	(11956)		11956 Embargos de Divergência em Agravo em Recurso Especial					
3	2022	5	03/05/2022	STJ	PRESID NCA	76789	743 BRASÓLIA	DF	SUP	Eletrônico	Conhecimento 0001264-52.	(3608)	(11956)		11956 Embargos de Divergência em Agravo em Recurso Especial					
4	2022	3	07/03/2022	STJ	PRESID NCA	76789	743 BRASÓLIA	DF	SUP	Eletrônico	Conhecimento 0138277-10.	(3555)	(11956)		11956 Embargos de Divergência em Agravo em Recurso Especial					
5	2022	5	10/05/2022	STJ	PRESID NCA	76789	743 BRASÓLIA	DF	SUP	Eletrônico	Conhecimento 0138277-10.	(3555)	(11956)		11956 Embargos de Divergência em Agravo em Recurso Especial					
6	2022	3	09/03/2022	STJ	PRESID NCA	76789	743 BRASÓLIA	DF	SUP	Eletrônico	Conhecimento 0007339-65.	(3608,10952)	(11956)		11956 Embargos de Divergência em Agravo em Recurso Especial					
7	2022	5	17/05/2022	STJ	PRESID NCA	76789	743 BRASÓLIA	DF	SUP	Eletrônico	Conhecimento 0007339-65.	(3608,10952)	(11956)		11956 Embargos de Divergência em Agravo em Recurso Especial					
8	2022	3	30/03/2022	STJ	PRESID NCA	76789	743 BRASÓLIA	DF	SUP	Eletrônico	Conhecimento 0000577-52.	(3574,9927,1)	(11956)		11956 Embargos de Divergência em Agravo em Recurso Especial					
9	2022	6	07/06/2022	STJ	PRESID NCA	76789	743 BRASÓLIA	DF	SUP	Eletrônico	Conhecimento 0000577-52.	(3574,9927,1)	(11956)		11956 Embargos de Divergência em Agravo em Recurso Especial					
10	2022	4	26/04/2022	STJ	PRESID NCA	76789	743 BRASÓLIA	DF	SUP	Eletrônico	Conhecimento 0006394-90.	(3608,3542,1)	(1057,11956)		0 NVO INFORMADO					
11	2022	6	17/06/2022	STJ	PRESID NCA	76789	743 BRASÓLIA	DF	SUP	Eletrônico	Conhecimento 0900519-15.	(3614)	(11881)		11881 Agravo em Recurso Especial					
12	2022	5	10/05/2022	STJ	PRESID NCA	76789	743 BRASÓLIA	DF	SUP	Eletrônico	Conhecimento 0000953-82.	(3548)	(11956)		11956 Embargos de Divergência em Agravo em Recurso Especial					
13	2022	5	27/05/2022	STJ	PRESID NCA	76789	743 BRASÓLIA	DF	SUP	Eletrônico	Conhecimento 0000953-82.	(3548)	(11956)		11956 Embargos de Divergência em Agravo em Recurso Especial					
14	2022	6	07/06/2022	STJ	PRESID NCA	76789	743 BRASÓLIA	DF	SUP	Eletrônico	Conhecimento 0000953-82.	(3548)	(11956)		11956 Embargos de Divergência em Agravo em Recurso Especial					
15	2022	6	15/06/2022	STJ	PRESID NCA	76789	743 BRASÓLIA	DF	SUP	Eletrônico	Conhecimento 3427452-37.	(3633,3653,1)	(11881)		11881 Agravo em Recurso Especial					
16	2022	6	09/06/2022	STJ	PRESID NCA	76789	743 BRASÓLIA	DF	SUP	Eletrônico	Conhecimento 0157723-33.	(10621,5566)	(11881)		11881 Agravo em Recurso Especial					
17	2022	6	24/06/2022	STJ	PRESID NCA	76789	743 BRASÓLIA	DF	SUP	Eletrônico	Conhecimento 0001321-86.	(3608)	(11881)		11881 Agravo em Recurso Especial					
18	2022	7	01/07/2022	STJ	PRESID NCA	76789	743 BRASÓLIA	DF	SUP	Eletrônico	Conhecimento 0844345-89.	(10621,3637)	(11881)		11881 Agravo em Recurso Especial					
19	2022	6	17/06/2022	STJ	PRESID NCA	76789	743 BRASÓLIA	DF	SUP	Eletrônico	Conhecimento 0001113-66.	(3608)	(11881)		11881 Agravo em Recurso Especial					
20	2022	6	21/06/2022	STJ	PRESID NCA	76789	743 BRASÓLIA	DF	SUP	Eletrônico	Conhecimento 0505444-33.	(3608,3633)	(11881)		11881 Agravo em Recurso Especial					
21	2022	2	04/02/2022	STJ	PRESID NCA	76789	743 BRASÓLIA	DF	SUP	Eletrônico	Conhecimento 1500774-80.	(3431)	(11881)		11881 Agravo em Recurso Especial					
22	2022	5	24/05/2022	STJ	PRESID NCA	76789	743 BRASÓLIA	DF	SUP	Eletrônico	Conhecimento 0018765-73.	(9676,3417)	(11881)		11881 Agravo em Recurso Especial					
23	2022	6	14/06/2022	STJ	PRESID NCA	76789	743 BRASÓLIA	DF	SUP	Eletrônico	Conhecimento 0028705-41.	(3426,5571)	(11881)		11881 Agravo em Recurso Especial					
24	2022	6	13/06/2022	STJ	PRESID NCA	76789	743 BRASÓLIA	DF	SUP	Eletrônico	Conhecimento 0130008-75.	(3608,10621)	(11881)		11881 Agravo em Recurso Especial					
25	2022	6	10/06/2022	STJ	PRESID NCA	76789	743 BRASÓLIA	DF	SUP	Eletrônico	Conhecimento 0000064-16.	(3372,3370,5)	(11881)		11881 Agravo em Recurso Especial					
26	2022	6	21/06/2022	STJ	PRESID NCA	76789	743 BRASÓLIA	DF	SUP	Eletrônico	Conhecimento 5005561-28.	(3608,3633,5)	(11881)		11881 Agravo em Recurso Especial					
27	2022	6	22/06/2022	STJ	PRESID NCA	76789	743 BRASÓLIA	DF	SUP	Eletrônico	Conhecimento 0081478-55.	(5555,3372,1)	(11881)		11881 Agravo em Recurso Especial					
28	2022	6	10/06/2022	STJ	PRESID NCA	76789	743 BRASÓLIA	DF	SUP	Eletrônico	Conhecimento 0127302-11.	(3608,10628)	(11881)		11881 Agravo em Recurso Especial					
29	2022	6	29/06/2022	STJ	PRESID NCA	76789	743 BRASÓLIA	DF	SUP	Eletrônico	Conhecimento 0000565-41.	(3608,3632,5)	(11881)		11881 Agravo em Recurso Especial					
30	2022	6	10/06/2022	STJ	PRESID NCA	76789	743 BRASÓLIA	DF	SUP	Eletrônico	Conhecimento 0110887-19.	(3664,11329)	(11881)		11881 Agravo em Recurso Especial					
31	2022	6	24/06/2022	STJ	PRESID NCA	76789	743 BRASÓLIA	DF	SUP	Eletrônico	Conhecimento 0005396-87.	(3608,10935)	(11881)		11881 Agravo em Recurso Especial					
32	2022	6	29/06/2022	STJ	PRESID NCA	76789	743 BRASÓLIA	DF	SUP	Eletrônico	Conhecimento 3031629-46.	(3608)	(11881)		11881 Agravo em Recurso Especial					
33	2022	6	02/06/2022	STJ	PRESID NCA	76789	743 BRASÓLIA	DF	SUP	Eletrônico	Conhecimento 0027826-89.	(5847)	(11881)		11881 Agravo em Recurso Especial					
34	2022	6	15/06/2022	STJ	PRESID NCA	76789	743 BRASÓLIA	DF	SUP	Eletrônico	Conhecimento 0009222-03.	(4272,10633)	(11881)		11881 Agravo em Recurso Especial					
35	2022	6	17/06/2022	STJ	PRESID NCA	76789	743 BRASÓLIA	DF	SUP	Eletrônico	Conhecimento 0003482-36.	(12194,3402)	(11881)		11881 Agravo em Recurso Especial					
36	2022	6	10/06/2022	STJ	PRESID NCA	76789	743 BRASÓLIA	DF	SUP	Eletrônico	Conhecimento 0194665-68.	(3633,3417,5)	(11881)		11881 Agravo em Recurso Especial					

No canto inferior direito do Painel, há os ícones que dão acesso aos documentos com as regras de parametrização do Datajud, vídeo tutorial e contato com o suporte do Painel:

Figura 284 – Painel Estatísticas do Poder Judiciário – outras informações



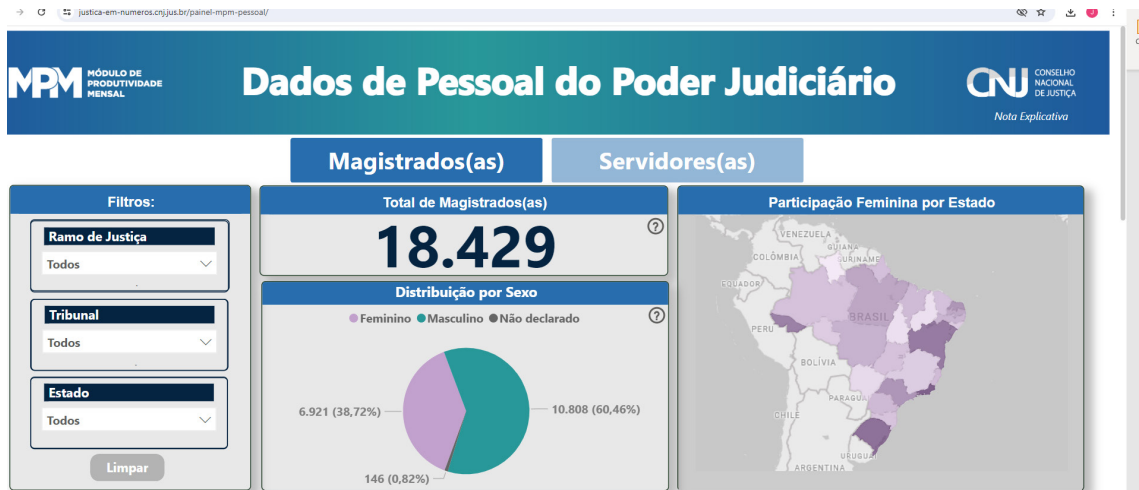
Outras informações nos vídeos: <https://www.youtube.com/watch?v=-gzTJAK6bl4>, <https://www.youtube.com/watch?v=TjZnPspXyIY> e <https://youtu.be/TjZnPspXyIY>. Ou no tutorial: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/01/tutorial-painel-de-estatisticas-cnj-23-01-10-corrigido.pdf>

18.3 PAINEL DADOS DE PESSOAL DO PODER JUDICIÁRIO

O sistema MPM (Módulo de Produtividade Mensal) promove o mapeamento do perfil funcional do Poder Judiciário do Brasil e pode ser utilizado no acompanhamento das políticas definidas pelo CNJ, como por exemplo a Política Nacional de Participação Feminina do Poder Judiciário. O painel de dados de pessoal, assim, constitui banco de dados agregados por tribunal, estado ou ramo de justiça, para as variáveis sexo, raça/cor, cargo, faixa de idade e de tempo de tribunal, fornecendo a transparência ativa para quem busca tais informações.

Com acesso via link <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-mpm-pessoal/>, o painel possui duas abas principais situadas na parte superior do painel: Magistrados(as) e Servidores(as):

Figura 285 – Painel Módulo de Produtividade Mensal

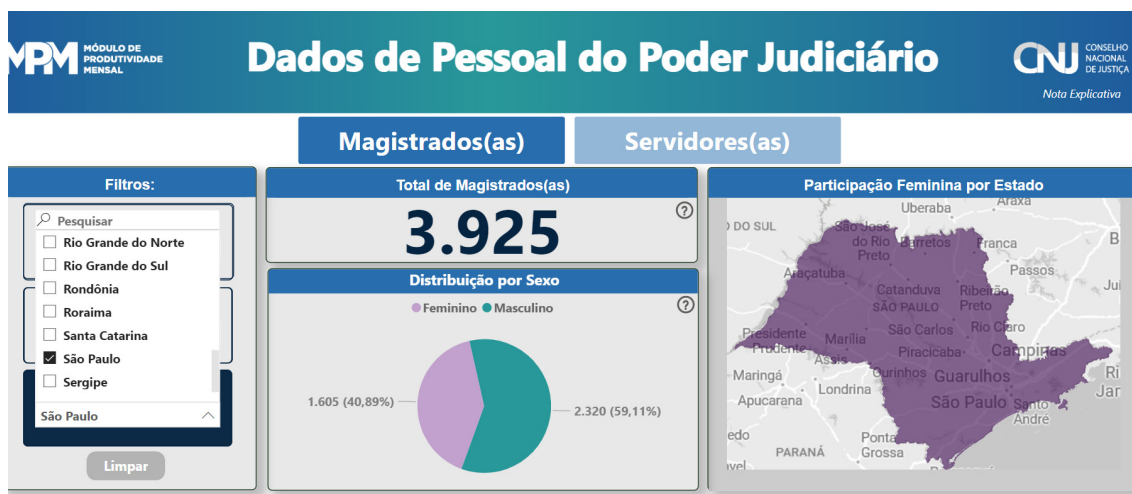


A página inicial do Painel mostra os resultados de todo o judiciário. Para proceder às buscas específicas, os principais filtros de seleção são

- ▶ ramo da justiça;
- ▶ tribunal;
- ▶ estado;

Abaixo, está o exemplo da quantidade de magistrados(as) no estado de São Paulo, maior Tribunal do Brasil:

Figura 286 - Painel Módulo de Produtividade Mensal - Aba "Magistrados", exemplo com dados do Estado de São Paulo

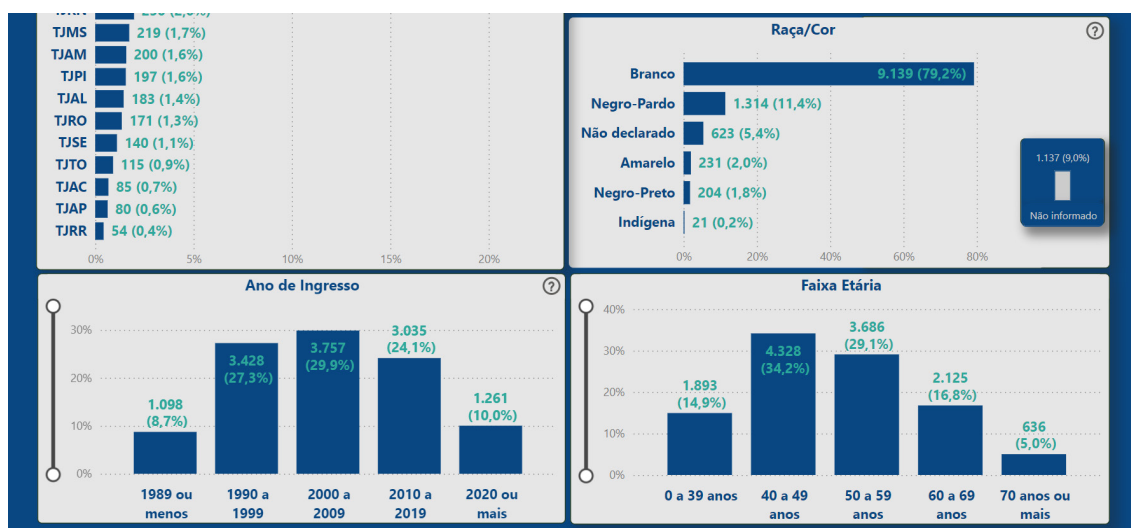


Quando se se movimentar o cursor para baixo, o Painel apresenta outros interessantes dados: o quantitativo por cargos, por raça/cor, por faixa etária, por ano de ingresso na magistratura, como o exemplo abaixo que traz os dados gerais sobre a magistratura estadual do Brasil (justiça estadual):

Figura 287 - Painel Módulo de Produtividade Mensal - Aba "Magistrados", quadro "Dados Gerais, por ramo de justiça e cargo



Figura 288 – Painel Módulo de Produtividade Mensal – Aba “Magistrados”, quadro “Dados Gerais, por raça/cor, ano e faixa etária

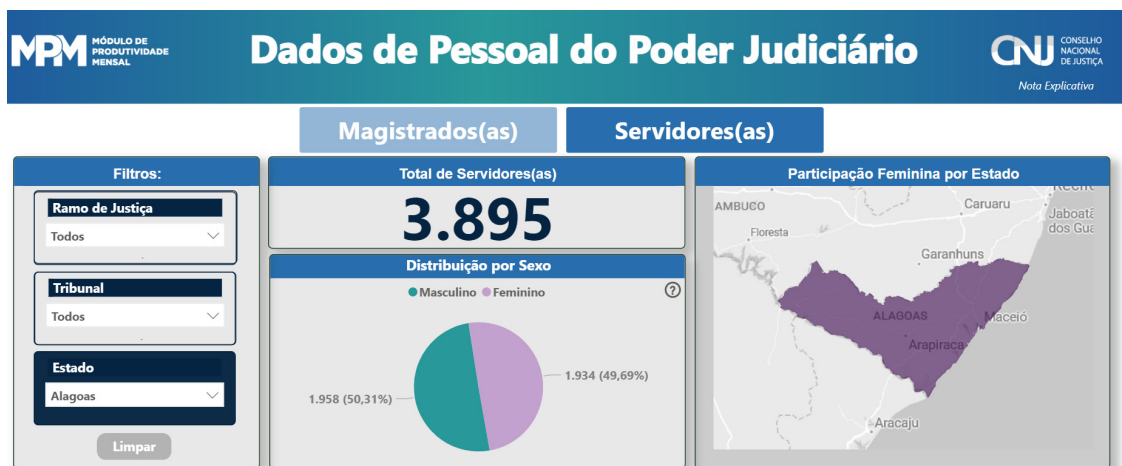


Registra-se que, como magistrados(as), no Painel estudado, deve-se compreender: juízes(as), desembargadores(as), ministros(as) e conselheiros(as) de órgãos do Poder Judiciário.

Observa-se que a soma do número de magistrados(as) total é diferente da soma por ramo da justiça e por tribunal, já que a mesma pessoa pode acumular função em mais de um órgão, a exemplo de juízes(as) que atuam na Justiça Eleitoral e nos Conselhos (atuações temporárias).

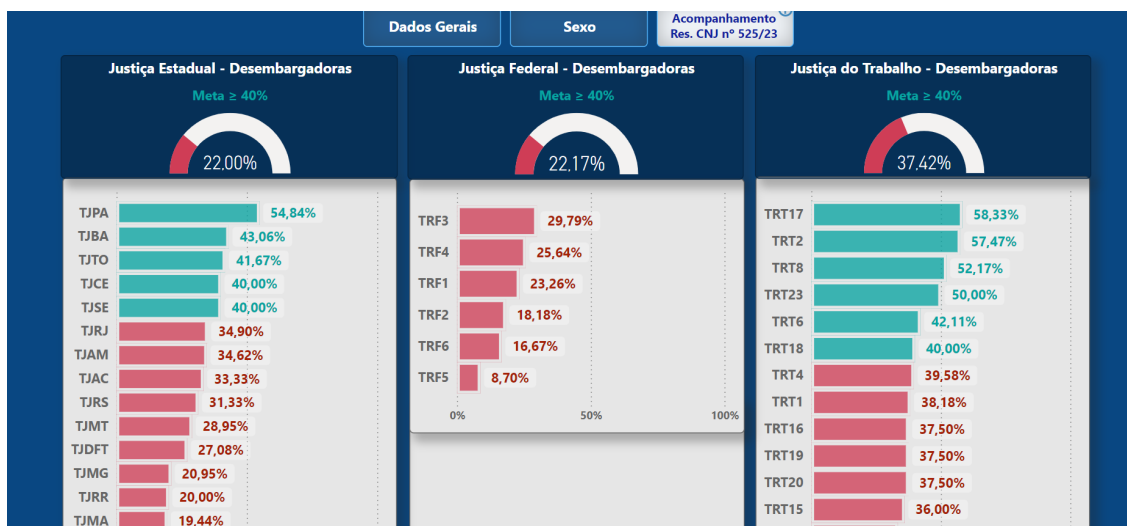
No painel, está exposto o quantitativo de pessoas do sexo masculino e feminino que laboram no Judiciário brasileiro, com a possibilidade de recortes indicados nos filtros acima (ramo da justiça, tribunal e estado). No exemplo abaixo, veicula-se a quantidade de servidoras e servidores no estado de Alagoas:

Figura 289 – Painel Módulo de Produtividade Mensal – Aba “Servidores”



Considerando a instituição da ação afirmativa de gênero para acesso das magistradas ao 2º grau de jurisdição, como forma de composição de gênero trazida pela Resolução CNJ n. 525/2023, o Painel traz uma parte específica para monitorar o cumprimento da referida norma pelos tribunais do Brasil, com uma medição, por ramo da justiça, da situação, como abaixo demonstrado.

Figura 290 – Painel Módulo de Produtividade Mensal – Aba “Servidores”, quadro “Acompanhamento Resolução CNJ n. 525/2023”



A Resolução 525 alterou a Resolução CNJ n. 106, para prever o seguinte:

Art. 1º-A No acesso aos tribunais de 2º grau que não alcançaram, no tangente aos cargos destinados a pessoas oriundas da carreira da magistratura, a proporção de 40% a 60% por gênero, as vagas pelo critério de merecimento serão preenchidas por intermédio de editais abertos de forma alternada para o recebimento de inscrições mistas, para homens e mulheres, ou exclusivas de mulheres, observadas as políticas de cotas instituídas por este Conselho, até o atingimento de paridade de gênero no respectivo tribunal.

[...]

§ 5º As disposições deste artigo não se aplicam às Justiças Eleitoral e Militar.

Em razão do art. 1º-A, §5º, a medida de composição de gênero é aferida apenas nas Justiças estadual, federal e trabalhista.

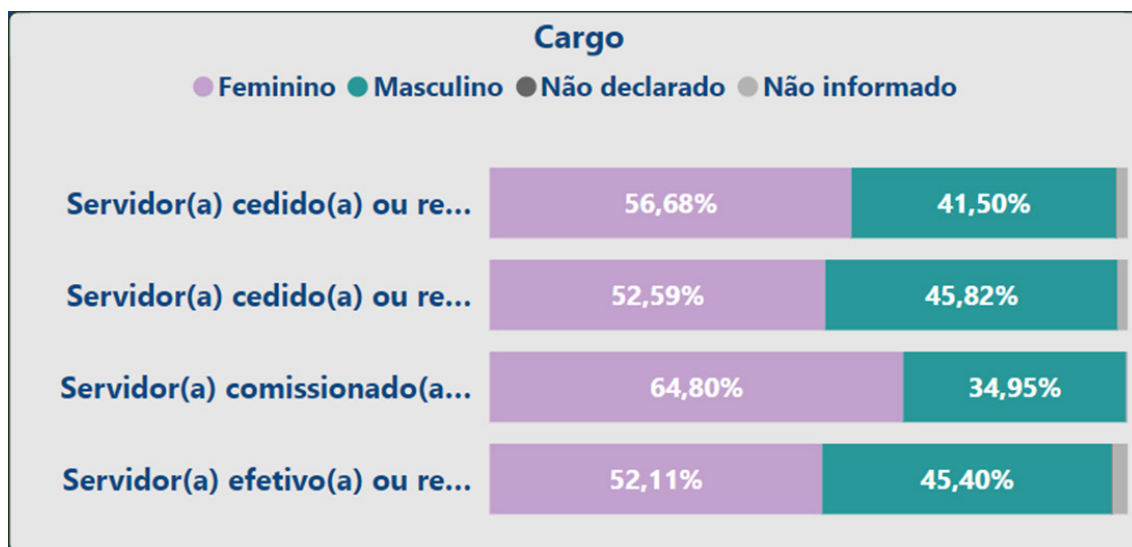
Anote-se que, ao longo do Painel, há informações relevantes sobre conceitos e referências utilizadas que estão disponíveis ao clicar no ícone “?”. No exemplo abaixo, exibe-se a explicação do cálculo da quantidade de servidores considerados para fins da distribuição por sexo, no presente Painel:

Figura 291 – Painel Módulo de Produtividade Mensal – Aba “Servidores”, informações adicionais



Nas duas abas, Magistrados e Servidores, as variáveis podem ser visualizadas individualmente, clicando-se em “Dados Gerais” ou numa distribuição conjunta com a variável “Sexo”. Por exemplo, clicando-se na aba “Servidores” e depois em “Sexo”, visualizamos diversos gráficos como o abaixo, de cargos por sexo:

Figura 292 - Painel Módulo de Produtividade Mensal - Aba "Servidores", informações sobre tipos de cargo



O painel pode ser acessado em <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-mpm-pessoal/>.

Outros detalhes acerca da ferramenta podem ser acessados em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/08/faq-duvidas-webnar-mpm-280723.pdf>.

